



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

REIKO MUTO

O JAPÃO NA AMAZÔNIA

Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses
(1929-2009)

Belém
2010

REIKO MUTO

O JAPÃO NA AMAZÔNIA

Condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses
(1929-2009)

Dissertação apresentada ao curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientadora: Doutora Marília Ferreira Emmi

Co-orientador: Doutor Luis E. Aragón

Belém

2010

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Muto, Reiko

O Japão na Amazônia: condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009) / Reiko Muto; Orientadora, Marília Ferreira Emmi. – 2010.

345 f.: il. ; 29 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

1. Migração. 2. Japoneses – migração – Tomé Açu (PA) 3. Colônias agrícolas – Tomé Açu (PA) 4. Colônias agrícolas – Macapá (AP). 5. Imigrantes – Tomé Açu (PA). I. Emmi, Marília Ferreira, orientadora. II. Título.

CDD 21. ed. 325.109811

REIKO MUTO

O JAPÃO NA AMAZÔNIA

Condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses
(1929-2009)

Dissertação apresentada ao curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Banca Examinadora

Prof. Dr^a Marília Ferreira Emmi
Orientadora – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Saint Clair Cordeiro da Trindade Jr.
Examinador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Alfredo Kingo Oyama Homma
Examinador – Externo UFRA/Embrapa

Belém
2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Senhor do universo pela oportunidade que tive de encontrar vários amigos, em vários cantos e em vários momentos desta caminhada, o que torna a vida interessante e tão rica de experiências e emoções. O encontro com os professores Marília Emmi e Luis Aragón no NAEA foi uma dessas felizes coincidências, de modo que só tenho a agradecer o convite e as prestimosas orientações acadêmicas desses dois doutores das migrações humanas que, com a larga experiência de vários trabalhos científicos, somado aos do pesquisador Alfredo Homma, proporcionam-me adentrar em tão vasta floresta do conhecimento humano. Além dos professores, agradeço as contribuições recebidas do Secretário-Geral da Associação Nipo-Brasileira da Amazônia, Gota Tsutsumi, dedicado estudioso da imigração japonesa na Amazônia, especialmente pelas explicações, livros e indicações de pessoas chaves, que foram primordiais para escrever muitas linhas deste trabalho.

Agradeço a amizade dos irmãos Mário e Jorge Sakiyama e respectivas esposas que, como representantes dos imigrantes de Maués, trouxeram a luz vários depoimentos sobre a imigração na Amazônia, somados as contribuições de Kyoko Harada, Shigeyoshi Ono e Urana Harada Ono, Atsuko Kobayashi, Binko Inagaki, Hajime Owtake e Leonor Garcia Tsuji que foram protagonistas desta grande aventura das primeiras imigrações da Amazônia.

Agradeço profundamente os velhos imigrantes da colônia de Tomé-Açu, nomeadamente os senhores Hajime Yamada, Teruo Sawada, César e Setsuko Hosokawa, Ryuemon e Leiko Yokoyama, Teruo Ikeda, Tomiko Hidaka, Yukiko Sawada, Tomeko Ohashi, entre outros entrevistados, que apesar da idade avançada de muitos, prestaram relevantes informações sobre a formação dessa colônia. Igualmente agradeço a Jorge Ito e Wataru Sakaguchi, da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, Shuji Tsunoda e Getúlio Sasaki da Associação Cultural de Tomé-Açu, e os representantes da nova imigração de Tomé-Açu na figura de Midori Makino, Shozo Shimakawa, Shigeru Inoue e Yozo Yamamoto. Da mesma forma, agradeço aos imigrantes do Amapá nas figuras de: Chuhei Sanada, Shinya Ogata, Mitsuyoshi Shibayama, Tomio Yoshidome, Keiko Meguro, Wakako Tateno, e nomeadamente os imigrantes da colônia de Matapi: Sadako Meguro, Chiharu Kubota e Katsushige Saito, verdadeiros heróis da resistência desta colônia em extinção. Também agradeço as interessantes contribuições dos representantes da imigração de pós-guerra de

outras colônias, na figura de Heiji Sato (Coqueiro), Maki Oe (Guamá), Tadashi Sudo (Treze de Setembro), Yasuaki Matsuzaki (Belterra e Taiano) e Eiko Yamada (Manacapuru).

Agradeço com emoção aos meus familiares e parentes que acompanham minha caminhada, que sempre me deram apoio incondicional e souberam compreender minhas dificuldades desde muito cedo. Em muitas ocasiões na pesquisa de campo contei com a presença de Nobuyoshi Muto, Chikahito Fujishima, Namiko Shimakawa e Noriko Ota que, como protagonistas da imigração de pós-guerra nas colônias de Fazendinha, Matapi e Tomé-Açu, facilitaram bastante a localização dos imigrantes dessas colônias, inclusive lembrando fatos passados já esquecidos por muitos. De todo modo foi um trabalho muito gratificante pelo percurso nas diversas colônias do Pará e Amapá, principalmente pelo reencontro de velhos conhecidos das colônias de Matapi, Fazendinha e Tomé-Açu, e, proveitosa, pela riqueza de informações prestadas de bom grado pelos velhos imigrantes, muitos na faixa dos 70 a 80 anos de idade.

Agradeço a todos os professores e colegas do NAEA com quem em diferentes momentos tive oportunidade de discutir os labirintos da ciência e aprender muito sobre as diferentes facetas do processo de desenvolvimento da Amazônia, aos autores referenciados neste trabalho, pela grandiosa contribuição dedicada à explicação do fenômeno migratório, e a todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente para a elaboração deste trabalho, especialmente, os entrevistados elencados no apêndice, pois sem eles não seria possível construir o presente trabalho.

Enfim, agradeço em oração aos meus pais Matao e Sueko Fujishima que deixaram o legado de valores que nortearam a vida desta imigrante.

RESUMO

Esta dissertação investiga a inserção dos imigrantes japoneses na Região Norte e as condicionantes que levaram a consolidação (fixação) das colônias agrícolas no estado do Pará e a dissolução (mobilidade) das colônias agrícolas de outros estados, tendo como foco da análise comparativa as colônias de Tomé-Açu (Pará) e do Amapá, a primeira considerada um caso de sucesso, enquanto que a segunda, o inverso. Para discussão foram abordadas as principais correntes teóricas das migrações, o panorama das migrações internacionais, a participação do Brasil e do Japão no contexto das grandes migrações internacionais e no contexto nacional. No âmbito local, discute algumas questões relacionadas às negociações entre o governo e as empresas promotoras das imigrações dirigidas que ocorreram nos estados do Amazonas, Pará e Amapá, as políticas públicas adotadas para fixação dos imigrantes antes e após a Segunda Guerra Mundial, os percalços das diferentes colônias japonesas que foram instaladas nos estados da Região Norte. A pesquisa fundamenta-se no referencial bibliográfico e nas entrevistas realizadas com os imigrantes. A partir da análise dos dados, conclui-se que o modelo de migração planejada, assentada em locais previamente selecionados pelos representantes japoneses no atual município de Tomé-Açu no início da migração (1929) e os sucessivos investimentos das empresas japonesas, e do governo japonês depois da Segunda Guerra Mundial, foram determinantes para a fixação desses imigrantes em Tomé-Açu. Enquanto que o modelo de migração dirigida (pós-Segunda Guerra Mundial) para as colônias do Amapá, sem o devido planejamento e pesquisa pelas autoridades competentes, dificultaram sobremaneira o plantio e o escoamento da produção, agravado pela incidência de doenças endêmicas que comprometeram a saúde e a vida dos imigrantes, fatores que contribuíram para a mobilização da maioria de imigrantes em busca de alternativas para a sua sobrevivência.

Palavras-chave: Imigração na Amazônia. Imigração Japonesa. Colônias Agrícolas Japonesas.

ABSTRACT

This paper investigates the immigration of Japanese people in to the Northern Region of Brazil and the variables that lead to the establishment of agricultural colonies in the State of Pará. It analyses the mobility of agriculture colonies from other regions, with particular attention given to the Tome-Açu (Pará) and the Amapá colonies, where the former colony is considered a successful case and the latter, the opposite. To achieve this, the thesis addresses current immigration theory, the international migration context between Brazil and Japan and national context of Japanese immigration. On the local approach, it discusses questions related to negotiations between the Brazilian Government and Japanese immigration promoting companies that occurred in the Amazon, Pará and Amapá states; In addition the paper covers the public policies aimed at establishing immigrants before and after the Second World War and the difficulties of different Japanese colonies that established in the Northern Region. The research is based on the bibliographical information and interviews with Japanese immigrants. From the data analysis, it was concluded, the planned migration model established in previously selected places by the Japanese representatives on the present Tome-Açu city in the beginning of immigration (1920's) and the following investments of private Japanese companies, and of the Japanese Government after Second World War were determining to the establishment of the immigrants in Tome-Açu. On the directioned immigration model (post WWII) on the colonies of Amapá land proceeded without proper planning of agricultural planting and research, hindered the planting and transport of goods. In addition, the health of many immigrants was compromised by endemic diseases in the region. These factors contributed to exodus of the majority of immigrants who searched other alternatives for their survival.

Key-words: Immigration in the Amazon. Japanese immigration. Japanese agricultural colonies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1-	Japão e suas regiões, 2009	73
Mapa 2-	Região de Maués e Parintins (Amazonas).	123
Mapa 3-	Região de Santarém e Monte Alegre (Pará)	150
Mapa 4-	Colônia de Tomé-Açu (Pará)	157
Gráfico 1-	Composição segundo sexo e idade de 40 famílias, 139 pessoas (1914)	191
Gráfico 2-	Composição segundo sexo e idade de 29 famílias, 177 pessoas (1953)	192
Mapa 5-	Colônia de Manacapuru (Amazonas)	201
Mapa 6-	Colônia de Efigênio Salles (Amazonas)	205
Mapa 7-	Colônia do Guamá (Pará)	210
Mapa 8-	Colônia Treze de Setembro (Rondônia)	214
Mapa 9-	Colônia do Quinari (Acre)	218
Mapa 10-	Colônia de Taiano (Roraima)	221
Quadro 1-	Colônias de imigrantes japoneses na Região Norte	227
Mapa 11-	Estado do Amapá	238
Quadro 2-	Comparativo das duas colônias em análise	295

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Entrada de imigrantes segundo as principais nacionalidades	55
Tabela 2-	Entrada de imigrantes: comparativo de algumas nacionalidades	56
Tabela 3-	Crescimento populacional pelas migrações internacionais	57
Tabela 4 -	Entrada de imigrantes: Brasil e São Paulo	59
Tabela 5-	Quota dos contingentes imigratórios para 1936 – alguns países	65
Tabela 6-	Entrada de imigrantes no Brasil – algumas nacionalidades	66
Tabela 7-	Imigrantes entrados no País, por nacionalidades	67
Tabela 8-	Entrada de japoneses no Brasil, segundo categorias (1957-1959)	68
Tabela 9-	Entrada de imigrantes no Brasil, segundo a nacionalidade (1959-1968)	68
Tabela 10-	População, área e densidade de alguns países do mundo	75
Tabela 11-	Emigração japonesa para o além-mar: principais destinos (1885-1955)	87
Tabela 12-	Regiões o províncias de origem dos imigrantes japoneses	91
Tabela 13-	População total e população <i>nikkey</i> , segundo as áreas consideradas	105
Tabela 14-	Entrada de imigrantes <i>koutakusse</i> para Parintins-AM (1931-1937)	134
Tabela 15-	Entrada de imigrantes japoneses em Tomé-Açu	159
Tabela 16-	Áreas adquiridas para assentamento das colônias dirigidas do Brasil	185
Tabela 17-	Investimento do Governo Japonês em terras e benfeitorias	186
Tabela 18-	Outros investimentos do governo japonês por meio da JICA	187
Tabela 19-	Entrada de japoneses no Brasil pós-Segunda Guerra Mundial	188
Tabela 20-	Composição segundo sexo e idade de 40 famílias, 139 pessoas (1914)	190
Tabela 21-	Composição segundo sexo e idade de 29 famílias, 177 pessoas (1953)	192
Tabela 22-	Entrada de imigrantes japoneses nos estados da Região Norte	197
Tabela 23-	Distribuição dos imigrantes de Belterra e Fordlândia (1955)	207
Tabela 24-	Entrada de imigrantes na colônia de Guamá-PA	211
Tabela 25-	Distribuição dos imigrantes japoneses da Região Norte (1964)	225
Tabela 26-	Imigrantes e descendentes em outras colônias espontâneas do Norte	226
Tabela 27-	Japoneses residentes no Brasil e distribuição percentual segundo algumas Unidades da Federação	260
Tabela 28-	Imigrantes retirantes de Tomé-Açu (1935-1942)	262
Tabela 29-	Comparativo entre as famílias que entraram e fixaram em Tomé-Açu	264
Tabela 30-	Registro de óbitos pela colônia de Tomé-Açu (1929-1937)	265
Tabela 31-	Quantitativos de imigrantes e descendentes das colônias de Tomé-Açu e do Amapá (1953-1990)	268
Tabela 32-	Comparativo da mobilidade social dos imigrantes do Amapá e Tomé-Açu: grau de escolaridade	272
Tabela 33-	Comparativo da mobilidade social dos imigrantes do Amapá e Tomé-Açu: profissão	273
Tabela 34-	Comparativo da mobilidade social dos imigrantes do Amapá e Tomé-Açu: patrimônio e renda	274

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	LEITURAS DE MIGRAÇÃO	30
3	O BRASIL NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	46
3.1	FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA O NOVO MUNDO	47
3.2	OS PRIMEIROS IMIGRANTES ESTRANGEIROS NO BRASIL	50
3.3	A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO NA ÉPOCA DO IMPÉRIO	51
3.4	O PANORAMA NACIONAL NA ÉPOCA DAS GRANDES MIGRAÇÕES	54
3.5	A POLÍTICA IMIGRANTISTA NO PERÍODO REPUBLICANO	60
3.6	A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NA AMAZÔNIA	69
3.7	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO NACIONAL	71
4	O JAPÃO NO CONTEXTO DAS GRANDES MIGRAÇÕES	73
4.1	O JAPÃO ANTES DAS EMIGRAÇÕES ALÉM-MAR	75
4.2	EMIGRAÇÃO JAPONESA ALÉM-MAR	84
4.3	QUANTOS SÃO E DE QUE PROVÍNCIAS VIERAM OS JAPONESES	88
4.4	ESBOÇO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL	91
4.5	A IMIGRAÇÃO JAPONESA PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	102
4.6	ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL	106
5	OS JAPONESES NA AMAZÔNIA	109
5.1	ANTECEDENTE HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA	111
5.2	AS NEGOCIAÇÕES PARA A VINDA DOS IMIGRANTES JAPONESES PARA O PARÁ	115
5.3	AS NEGOCIAÇÕES PARA A VINDA DOS IMIGRANTES JAPONESES PARA O AMAZONAS	120
5.4	OISHI E SAKIYAMA - AS DUAS COLÔNIAS DE MAUÉS/AM	122
5.5	OS KOUTAKUSSEIS DA VILA AMAZÔNIA EM PARINTINS/AM	129
5.6	O LEGADO DOS JAPONESES NA AMAZÔNIA	145
6	A VELHA IMIGRAÇÃO NO PARÁ	148
6.1	A COLÔNIA DE MONTE ALEGRE	148

6.2	AS MIGRAÇÕES ESPONTÂNEAS PARA BELÉM, OURÉM E CAPANEMA	153
6.3	A COLÔNIA DE TOMÉ-AÇU	155
6.4	OS IMIGRANTES NO PERÍODO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	168
6.5	A RESILIÊNCIA DOS VELHOS PIONEIROS	172
7	A IMIGRAÇÃO JAPONESA DE PÓS-GUERRA	175
7.1	A NOVA IMIGRAÇÃO E O PAPEL DOS AGENTES INTERMEDIÁRIOS	176
7.2	OS OBJETIVOS E OS INVESTIMENTOS DA NOVA IMIGRAÇÃO	184
7.3	FLUXO IMIGRATÓRIO DE PÓS-GUERRA	187
7.4	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE PÓS-GUERRA	193
8	AS COLÔNIAS JAPONESAS NA REGIÃO NORTE (PÓS-GUERRA)	195
8.1	AS COLÔNIAS DIRIGIDAS DE PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	196
8.2	AS CONTURBADAS AÇÕES DAS PRIMEIRAS IMIGRAÇÕES DIRIGIDAS NO AMAZONAS	198
8.3	COLÔNIA DE BELA VISTA (MANACAPURU-AM)	199
8.4	COLÔNIA DE EFIGÊNIO SALLES (MANAUS-AM)	204
8.5	AS EFÊMERAS COLÔNIAS DE FORDLÂNDIA E BELTERRA	206
8.6	COLÔNIA DE MONTE ALEGRE (PARÁ)	207
8.7	COLÔNIA DE GUAMÁ (SANTA IZABEL DO PARÁ)	209
8.8	COLÔNIA DE TREZE DE SETEMBRO (PORTO VELHO - RO)	213
8.9	COLÔNIA DIRIGIDA DO QUINARI (ACRE)	216
8.10	COLÔNIA DE TAIANO (RORAIMA)	220
8.11	MOBILIDADE E FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS ESPONTÂNEAS	223
8.12	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS	228
9	PARÁ E AMAPÁ DUAS COLÔNIAS EM ANÁLISE	230
9.1	A COLÔNIA DE TOMÉ-AÇU NO PÓS-GUERRA	230
9.2	AS TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO DO AMAPÁ	236
9.3	AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO PARA O AMAPÁ	240
9.4	A CHEGADA DOS PRIMEIROS JAPONESES NO AMAPÁ	244
9.5	DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO	250
10	A MOBILIDADE DOS IMIGRANTES DE TOMÉ-AÇU E DO AMAPÁ	257

10.1	AS DIVERSAS FACES DA MOBILIDADE	257
10.2	O DESTINO DOS IMIGRANTES JAPONESES	259
10.3	A MOBILIDADE DOS IMIGRANTES DE TOMÉ-AÇU ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	261
10.4	A MOBILIDADE ESPACIAL DOS COLONOS DE TOMÉ-AÇU E DO AMAPÁ PÓS-GUERRA	267
10.5	A MOBILIDADE SOCIAL DOS COLONOS DE TOMÉ-AÇU E AMAPÁ NO PÓS-GUERRA	271
10.6	AS CONDICIONANTES QUE INFLUENCIARAM NA MOBILIDADE DOS COLONOS	274
10.7	ALGUMAS DIFERENÇAS DAS DUAS COLÔNIAS EM ANÁLISE	289
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	293
	REFERÊNCIAS	301
	APÊNDICES	311

1 INTRODUÇÃO

A história contemporânea do Brasil está marcada pelas migrações internacionais que influenciaram definitivamente o processo de miscigenação e transformação da sociedade brasileira desde a sua descoberta. A historiografia econômica e demográfica brasileira registra que os fluxos migratórios se intensificam após a abolição da escravidão (1888), no final de século XIX e início do século XX, numa época de intensa demanda por força de trabalho livre. Por conta da política imigrantista chegaram muitos europeus, principalmente, portugueses, italianos, espanhóis e alemães, subsidiados pela economia cafeeira. O contingente de japoneses representou a minoria no contexto das imigrações estrangeiras, porém, foi a que teve menor índice de retorno (BASSANEZI, 1995).

O fluxo da imigração japonesa para a Região Norte está dividido em três períodos distintos. Primeiro, com a chegada dos imigrantes pioneiros para o Pará, em setembro 1929, e no Amazonas, em janeiro de 1930, seguido de sucessivas vindas de grupos de imigrantes até o início da década de 1940, conhecido como “velha imigração” (chamado de “kyu-imin” pelos japoneses). Um segundo período, conhecido como “nova imigração” (chamada de “shin-imin” pelos japoneses) ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, precisamente a partir de 1953, com a chegada dos novos imigrantes para as colônias dos estados do Amazonas, Pará e pequena parcela para os antigos territórios federais do Amapá, Rondônia, Roraima e Acre. A maior incidência da segunda etapa ocorreu em 1954, cujo fluxo foi se espaçando até a década de 1970 (JAPAN..., 1988). O terceiro período iniciou na década de 1980, com o processo de inversão do fluxo migratório, ou seja, com a ida dos *dekasseguis* ao Japão, que se prolonga até os dias atuais, com tendência a estabilização diante da crise recessiva das economias dos países desenvolvidos.

A vinda de imigrantes japoneses era uma cogitação que gerava controvérsia entre os senhores dos cafezais desde a década de 1880, mas que se transformou em uma grande possibilidade quando Brasil e Japão assinaram o Tratado de Amizade de Comércio e de Navegação, firmado em Paris, em 5 de novembro de 1895, pelo qual os signatários passaram a desenvolver relações diplomáticas. Assim, mesmo contrariando algumas facções políticas e preconceitos étnico--s contra a raça amarela, abriram-se as negociações para a vinda de imigrantes japoneses, as quais se concretizaram com a chegada do navio *Kasato Maru* no porto de Santos, em 1908. Eis porque o ano de 1908 é considerado o marco da imigração

japonesa em terras brasileiras e o primeiro resultado de anos de discussões, impasses e negociações entre Brasil e Japão.

Oficialmente a migração japonesa na Amazônia ocorreu duas décadas mais tarde, exatamente em 1929, em razão de todo um contexto histórico de ocupação geopolítica conduzida pelos governos estaduais do Pará e do Amazonas, resultante de demorada negociação com os representantes da embaixada japonesa e da empresa promotora da imigração para Amazônia. Entretanto, há relatos de que os primeiros japoneses que se fixaram na Amazônia vieram do Peru, descendo a Cordilheira dos Andes, no começo do século XX. Eram alguns retirantes das primeiras levadas de imigrantes japoneses que desembarcaram no Peru, cujo início da imigração deu-se em 1899 (HANDA, 1987; SAITO, 1961; TSUTSUMI, 2001). Provavelmente, vieram atraídos por trabalhos na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré (1907-1912), no auge da borracha. O fato é que eles já estavam aqui bem antes de 1929, pois o censo demográfico de 1920 registra a presença de 32 japoneses no Amazonas, 26 no Acre e apenas 3 no estado do Pará.

Os convites dos governos do Pará e do Amazonas e os documentos das negociações da década de 1920, entre os governos e o Ministério das Relações Exteriores do Japão e da embaixada no Rio de Janeiro, dão provas que os governos dos estados do Pará e do Amazonas desejavam cabalmente a vinda dos imigrantes japoneses para a Amazônia (TSUTSUMI, 2001). No Pará, o governador Dionísio Bentes queria desenvolver a agricultura com a força dos imigrantes japoneses, em razão das fracassadas tentativas de colonização agrícola com os europeus e da reconhecida capacidade do imigrante japonês para suportar as duras condições de trabalho nas fazendas de café, em São Paulo.

Para concretização dos acordos, vieram primeiro os observadores e pesquisadores, para conhecer a região do rio Capim, depois o rio Acará e outras áreas, com o objetivo de analisar a qualidade do solo, incidência de malária e das condições de navegabilidade dos rios. Selecionaram grandes áreas nos municípios de Acará e Monte Alegre concedidas gratuitamente pelo governo paraense (COOPERATIVA..., 1955; TSUTSUMI, 2001). Os representantes do governo japonês também viajaram ao longo do rio Amazonas e naquele Estado escolheram grandes extensões de terras em Maués e Parintins, objetos de concessões do governo amazonense.

Além dos acordos diplomáticos em âmbito internacional, o governo japonês e a iniciativa privada organizaram empreendimentos comerciais no Japão para venderem ações e captarem recursos e interessados para trabalhar na Amazônia. Montaram escolas de

colonização destinadas à capacitação da mão de obra para trabalhar em terras consideradas exóticas e selvagens - o mito do eldorado ou do inferno verde. Formaram empreendedores que sonhavam desbravar a imensidão das terras do novo mundo com suas riquezas imagináveis.

Por conta das demoradas negociações e dos preparativos, a primeira leva dos 189 imigrantes japoneses chegaram ao Porto de Belém, em 16 de setembro de 1929, com destino à colônia de Tomé-Açu, que pertencia ao município de Acará/PA (COOPERATIVA..., 1955; TSUTSUMI, 2001). Eles chegaram um mês antes da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (outubro de 1929), numa época de grave crise do capitalismo com o preço do café em baixa vertiginosa. Nessa mesma época, outra leva de imigrantes se dirigiam para o município de Maués, no estado do Amazonas (em janeiro de 1930). No ano seguinte, um terceiro grupo, conhecido como *kotakusseis*, se destinava ao município de Parintins (AM). Eram algumas dezenas de jovens recém-formados que chegavam com grandes esperanças de desbravar as florestas virgens e cultivar grandes plantações de cacau e guaraná como principais produtos para exportação. De modo geral, o contingente de emigrantes era de jovens que vinham trazendo em suas bagagens, instrumentos, ferramentas, sementes e muitos sonhos.

Seguiram-se muitas outras vindas de emigrantes, antes e depois da Segunda Guerra Mundial, tanto para a Região Norte, como para o resto do Brasil. Mas, diferentemente das migrações tradicionais que ocorreram no Sudeste, em que os japoneses vinham atrás de um contrato de trabalho temporário nas fazendas de café, os primeiros imigrantes da Amazônia chegaram para investir, sob a proteção de empresas japonesas que abriram negócios para comprar e vender terras e coordenar plantações de cacau, guaraná, seringueira e juta para indústria têxtil e outros produtos agrícolas para futura exportação. A presença de grandes empresas que financiavam as pesquisas e negociações oficiais entre os governos brasileiro e japonês demonstraram que a migração era um negócio atraente e necessário para a internacionalização das empresas japonesas além-mar.

O estopim da Segunda Guerra Mundial mudou completamente o panorama mundial e as condições dos grupos de imigrantes que aqui estavam, dos que retornaram e dos que vieram posteriormente. Os imigrantes que aqui permaneceram perderam praticamente todos os investimentos, os bens pessoais e muitos ainda foram presos e maltratados. Prejuízos que afetaram direta e indiretamente a todos estrangeiros dos países integrantes do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) como explicam muitos relatos desse período conturbado da história. Interessante lembrar que nessa época, principalmente em São Paulo, houve graves

conflitos entre os próprios imigrantes japoneses liderados pelas facções ideológicas dos grupos “vitoristas” contra os “derrotistas” (HANDA, 1987).

Encerrada a fase crítica do pós-guerra, o processo migratório retornou por conta do acordo entre os países aliados. O governo japonês incentivava a emigração devido à calamidade de um país devastado pela guerra. Os fatores de atração estavam no Brasil, época de intensa expansão econômica com o início do processo de industrialização no Rio de Janeiro e São Paulo, que levavam a lançar propagandas e atrativos do subsídio (no custo das passagens) para incentivar a imigração. Somando os incentivos oficiais havia também a chamada de parentes e amigos que já estavam no país, o que fortalecia a força de atração para a imigração.

Nessa segunda fase da imigração, as organizações japonesas que intermediavam o processo de migração no Brasil não tinham recursos nem o prestígio da época anterior. As famílias dos imigrantes foram destinadas aos locais de interesse das políticas públicas de ocupação da Amazônia no 2º governo de Getúlio Vargas (1951 a 1954), principalmente para os recém-criados Territórios Federais do Amapá, Acre, Rondônia e algumas regiões do nordeste, lugares onde não havia infraestrutura nem para os moradores locais, muito menos para assentar os imigrantes de pós-guerra. Como qualquer assentamento de colonos, os retirantes de guerra foram destinados às colônias designadas pelos agentes do governo, muitas vezes com auxílio de transporte e financiamento para manutenção de alguns meses, para depois serem abandonados a própria sorte. De modo que, dada as condicionantes externas e internas, essas colônias agrícolas dos territórios federais não prosperaram. Houve mobilidade de muitas famílias para as colônias do estado do Pará e para São Paulo.

Passada a fase das grandes migrações de pós-guerra, o contingente japonês foi arrefecendo até a década de 1960, quando o governo novamente propunha auxiliar os imigrantes para fortalecer as economias regionais e acomodá-los em glebas adquiridas pelas organizações japonesas. Assim, os novos imigrantes dos anos de 1960 tiveram apoio maciço das entidades governamentais japonesas por meio da JAMIC – Imigração e Colonização Ltda. e a da empresa JEMIS-Assistência Financeira S/A que se transformou em 1974, na JICA¹.

¹Japan International Cooperation Agency (Agência de Cooperação Internacional do Japão) – A JICA é uma entidade estatal de administração indireta que tem dado apoio imprescindível no campo da ciência e pesquisa agrícola e ambiental, mormente na área de treinamento de pessoal, custeados pelo governo japonês desde a década de 1960 (COOPERATIVA..., 1967; JAPAN..., 1988).
Vide também o portal <http://www.jica.org.br/br/index.php>

Após as fases de acomodação e prosperidade sazonais de algumas colônias, o panorama mundial mudou muito na década de 1980 até meados da década de 1990. A instalação das políticas neoliberais, conjugado com o processo da globalização financeira provocou sucessivas crises de liquidez com o acirramento da dívida externa do país, fatores conjunturais que levaram a um longo período de recessão econômica, achatamento salarial e rebaixamento de preços dos principais produtos agrícolas, que por sua vez, pressionaram muitos a procurar outros meios de sobrevivência fora do Brasil. Nesse contexto, algumas pessoas da comunidade nipônica retornaram com suas famílias para o Japão, em face à grande expansão das indústrias e da convergência demográfica (envelhecimento da população japonesa e baixa fecundidade). Muitos imigrantes que já estavam enraizados no Brasil motivaram a saída dos filhos para trabalhar temporariamente no Japão, no movimento migratório conhecido como *dekassegui*², formando um fluxo e refluxo intenso de muitas idas e vindas de trabalhadores para as indústrias japonesas.

Muitos desses *dekasseguis* conseguiram amealhar alguns recursos e retornaram ao Brasil para investir e tocar outros negócios, geralmente longe da agricultura, enquanto que outros retornaram definitivamente ao Japão ou continuam trabalhando temporariamente. De modo que, as antigas colônias agrícolas estão a cada ano em processo de desintegração e o espaço das antigas fazendas sendo ocupadas por outros grupos econômicos que estão crescendo, ou ainda se reestruturando, como parte do processo de evolução urbanística e diversificação do mercado. Concomitantemente, há um movimento crescente de novas colônias espontâneas nas fronteiras agrícolas formado por descendentes desses imigrantes e migrantes nacionais, mormente no estado do Pará. Nesse processo de acomodação da força de trabalho, grande parcela dos filhos de imigrantes, que frequentaram o curso superior, estão inseridas no mercado de trabalho nas capitais como profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados, dentistas, professores etc) e outros tantos são empregados de empresas privadas ou ainda funcionários públicos.

Sob a ótica das políticas públicas percebe-se que a inserção de imigrantes japoneses na Amazônia tem ligação direta com a concepção do modelo de ocupação da mesma, fundamentada em razões estratégicas de natureza geopolítica do Governo Federal, preocupado com a existência de uma vasta região com baixa densidade demográfica e sem expressão

²*Decasségui* ou *dekassegui* é a pessoa que vai trabalhar fora, ou no exterior, por determinado. Geralmente relacionado a descendentes japoneses que vão trabalhar no Japão.

econômica, após o declínio do comércio de borracha e das infrutíferas tentativas de colonização agrária.

As primeiras imigrações japonesas, apesar de terem sido bem mais desejadas e planejadas pelos governos federal e estaduais, não resultaram em sucesso de seus imigrantes como se imagina hoje. O processo de mobilidade dos colonos foi um fato presente durante toda a fase de colonização dos imigrantes no Brasil e na Amazônia (EMMI, 2008; HANDA, 1987; SAITO, 1961; TSUTSUMI, 2001).

A trajetória de vida dos imigrantes mais recentes que chegaram na Amazônia, após a Segunda Guerra Mundial, com objetivo de incrementar o plantio da seringueira, arroz e hortaliças para os territórios federais, pode-se dizer a grosso modo, que foi uma experiência negativa do ponto de vista pessoal. Os imigrantes logo perceberam que estavam em locais sem infraestrutura alguma e que as promessas e propagandas eram bem diferentes da realidade que tiveram que enfrentar. São histórias de vida recheadas de sofrimento pela perda dos membros da família, trabalho duro e resignação da sorte lançada. Fatores que levaram a mobilidade de parte significativa dos imigrantes pioneiros para outras colônias, principalmente para o Sudeste ou ainda, o retorno de alguns para o país de origem.

Para apreender essa realidade procurou-se investigar as razões e as condicionantes que levaram os imigrantes e as autoridades a tomar tais decisões. Certamente, existem várias respostas a respeito de seus resultados, mas indubitavelmente, muitos questionamentos encontram-se em aberto para reflexão. Dentro dessa percepção, procurou-se encontrar algumas respostas para os seguintes questionamentos:

- 1) Quais as principais motivações que trouxeram os imigrantes de pós-guerra para a Amazônia?
- 2) Terão sido as políticas públicas adotadas para o caso do Amapá adequadas na fixação dos imigrantes na Amazônia ? Quais as motivações políticas que levaram esses imigrantes ao interior do Amapá?
- 3) Como se deu o processo de adaptação desses imigrantes ? Quais os principais problemas vivenciados por eles ? e quais os meios que encontraram na solução de seus problemas ?
- 4) Quantos imigrantes permaneceram no local originalmente designado e quais as causas que levaram o deslocamento para outros lugares ? E para onde foram?
- 5) Qual o impacto e o efeito de sua integração no tocante às economias locais? Ou em outras palavras, qual a contribuição dos japoneses nas comunidades locais ?
- 6) Que transformações estruturais alcançaram os seus descendentes com o processo da urbanização e qual o legado desse processo para a futura geração ?

Com a elaboração deste trabalho pretende-se contribuir para o preenchimento de lacunas existentes nos estudos sobre a migração japonesa na Amazônia, visto que a produção científica sobre o tema concentra-se na realidade de São Paulo. No âmbito regional, apesar dos esforços de alguns imigrantes japoneses em deixar registrado os principais eventos que marcaram as suas vidas, estes estão escritos na língua japonesa, de modo que os trabalhos acadêmicos ainda são poucos, praticamente centrados na contribuição desses imigrantes na produção agrícola. Igualmente, são poucos e recentes os trabalhos existentes sobre as migrações de outras etnias na Amazônia, mormente voltadas à questão fronteiriça dos países da Pan-Amazônia.

A motivação acadêmica para abordar o tema da migração deve-se preliminarmente ao interesse de resgatar parcelas da memória viva de alguns imigrantes da década de 1930 a 1960, para somar na construção da história desses imigrantes que trouxeram grandes contribuições para a economia regional e nos aspectos sócio-culturais da população brasileira nos 80 anos da imigração japonesa na Região Amazônica. Outra motivação da pesquisa deve-se à identificação da autora com as próprias raízes de sua história, como membro da imigração na colônia do antigo Território Federal do Amapá.

A pesquisa sobre o tema “O Japão na Amazônia” objetiva investigar a inserção dos imigrantes japoneses na Região Norte e as condicionantes que levaram a consolidação (fixação) das colônias agrícolas no estado do Pará e a dissolução (mobilidade) das colônias agrícolas de outros estados, tendo como foco da análise comparativa as colônias de Tomé-Açu (Pará) e de Matapi (Amapá), a primeira considerada um caso de sucesso, enquanto que a segunda, o inverso.

Diante de dois resultados distintos que ocorreram no processo de migração na colônia de Tomé-Açu (Pará) e na colônia de Matapi (Amapá), parte-se do pressuposto que se trata de dois modelos de imigração distintos, razão porque a pesquisa norteou-se pelas seguintes hipóteses: 1) O modelo de migração planejada, assentada em locais previamente selecionados pelos representantes japoneses no atual município de Tomé-Açu no início da migração (na década de 1920) e depois da Segunda Guerra Mundial, e os sucessivos investimentos das empresas privadas japonesas e do governo japonês foram determinantes para a fixação desses imigrantes no Pará; 2) O modelo de migração dirigida nas colônias do território do Amapá, sem o devido planejamento e estudo pelas autoridades competentes, em termos de escolha de local de assentamento, dificultaram sobremaneira o plantio e o escoamento da produção por

falta de mercado para seus produtos, agravado pela incidência de doenças endêmicas que comprometeram a saúde e a vida dos imigrantes. Fatores que contribuíram para a mobilização da maioria dos imigrantes em busca de alternativas para a sua sobrevivência.

O recorte temporal cobre os 80 anos de imigração japonesa na Amazônia, isto é, a imigração dirigida, iniciada em 1929 e seus desdobramentos até o ano de 2009. Em relação ao recorte espacial, a pesquisa concentra-se nos estados do Pará e Amapá, para fins de estudo comparativo das duas colônias que tiveram resultados diferentes. Significa que os trabalhos de campo foram inicialmente efetuados nas antigas colônias de Fazendinha e Matapi no estado do Amapá e depois nas colônias de Tomé-Açu, no estado do Pará, considerado o maior reduto de imigrantes japoneses da Região Norte. A pesquisa avançou em vários municípios desses dois estados, haja vista que os antigos imigrantes e descendentes estão dispersos em várias localidades, mormente nos arredores da região metropolitana de Belém e no eixo da rodovia Belém-Brasília. Certamente foi um grande desafio encontrá-los, em vários redutos nos meses de janeiro, abril, maio e julho de 2009.

A compreensão teórica e conceitual sobre as migrações internacionais têm sido alvo de discussões de diversos autores, posto que no sentido amplo a migração é um tema transversal de várias ciências. A teoria clássica de Ravenstein está na base de todos os modelos modernos dos fatores de atração e repulsão (*push-pull*), na qual a maioria dos estudiosos tradicionais de filiação neoclássica considera no centro dos processos migratórios a decisão de um agente racional. Passado quase um século, as sete leis da migração proposta por Ravenstein em seu célebre estudo de 1885, sobre a migração na Inglaterra, foram revistas e adaptadas por Lee (1980). A partir de Ravenstein existem várias teorias, em que as interpretações são múltiplas e por vezes conflitantes, assim, para explicar as diferentes correntes das teorias da migração recorreu-se às interpretações de Salim (1992), Sasaki; Assis (2000) entre outros.

Numa abordagem mais recente e mais holística sobre as teorias das migrações, o sociólogo português Peixoto (2004) analisa de forma didática as teorias da migração sob o ponto de vista econômico, sociológico e geopolítico. Na explicação do ponto de vista da micro-sociologia analisa o desdobramento dos modelos de *push-pull* e do capital humano, o ciclo de vida e a trajetória social do migrante. Enquanto que nas teorias da macro-sociologia ele aborda o mercado de trabalho segmentado e a economia informal, as estruturas espaciais (geografia econômica), sistemas-mundo (cidades globais) e os sistemas migratórios no mercado global, o papel das instituições, redes migratórias, laços étnicos e sociais.

O historiador americano Klein (2000) em “Migração Internacional na História das Américas” traz importante contribuição para o entendimento das migrações, dentro de uma abordagem econômica no período de transição demográfica até o declínio das migrações internacionais, após a Segunda Guerra Mundial. No contexto do descobrimento e povoamento dos países americanos, merece destaque o entendimento do processo de formação das colônias ibero-americanas, das colônias inglesas e francesas na América do Norte e o período das grandes migrações (1880-1915). A visão macro do cenário da época e os dados quantitativos do contingente da população que se movimentaram nos últimos séculos são relevantes para situar a imigração japonesa no contexto das grandes migrações internacionais.

O trabalho disponibilizado por Levy (1974), em “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)”, merece destaque pela quantidade e qualidade dos dados estatísticos sobre a participação dos estrangeiros na história do país. Segundo a autora, trata-se de um trabalho de caráter exploratório e informativo, que teve como principal objetivo levantar dados sobre a migração internacional no Brasil e a contribuição desse contingente imigratório para o crescimento da população brasileira. No caso em questão, os dados disponibilizados pela autora serviram de suporte para a equação da problemática dos dados censitários.

Bassanezi (1995) em “Imigrações Internacionais no Brasil: Um panorama histórico” traz relevantes contribuições para o tema proposto, pois se trata de uma obra de grande importância para a compreensão da formação histórica da imigração internacional no Brasil. A abordagem histórica, as motivações e os dados quantitativos das imigrações estrangeiras são de qualidade ímpar para qualquer trabalho científico. Além do mais, pode-se contar com a riqueza dos detalhes de cada grupamento de imigrantes como a dos portugueses, italianos, espanhóis, japoneses e alemães.

O sociólogo Sayad (1998), ao abordar “A imigração ou os paradoxos da alteridade” refere-se à imigração como um “fato social completo”, que não pode ser segmentada numa visão macro ou micro sociológica, posto que é um tema interdisciplinar, ponto de interseção de várias ciências. Numa outra perspectiva, Sayad (1998) reporta-se à dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica (reportando-se a formação demográfica e política da população) e em sua extensão sincrônica, isto é, do ponto de vista das estruturas presentes na sociedade e de seu funcionamento. Lembra que o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, posto que também, é um espaço qualificado em muitos sentidos: socialmente,

economicamente, politicamente, culturalmente, sobretudo por meio das duas realizações culturais que são a língua e a religião.

Para que a pesquisa da migração seja completa, ensina Sayad (1998) que, em primeiro lugar é necessário o estudo da emigração, ou pelo menos o estudo das condições sociais que a engendraram e das transformações da emigração, pois o que chamamos de imigração é chamado no lugar de origem de emigração. Como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e acompanha o imigrante até desaparecer essa identidade. Assim, para entender a emigração, procurou-se penetrar na história do Japão para conhecer os fatores de expulsão, tomando como referência o livro do diplomata brasileiro no Japão, Sette (1991) “A Revolução dos Samurais” e do renomado historiador americano Landes (1998) em “Riqueza e a pobreza das nações”. Este último aborda nos capítulos 22 e 23 parte da história do Japão, formas de governo, economia e outras informações sobre a nação e características do povo japonês.

A retrospectiva histórica desses autores e de outras leituras complementares permite discutir alguns relacionamentos com o universo da imigração. Oportuno esclarecer que a literatura japonesa sobre a emigração é relativamente vasta no Japão, porém de acesso limitado pela barreira linguística, face às profundas diferenças com as linguagens neolatinas.

A obra “O Imigrante Japonês: História de sua vida no Brasil” do artista plástico Handa (1987) é uma tradução do original publicado no Japão em 1970. É um minucioso registro do cotidiano e do sofrimento dos japoneses no Brasil, no período de 1908 a 1968. É também um relato não menos fiel do Brasil e dos brasileiros nas primeiras décadas do século XX, em que o autor, com a curiosidade e perspicácia de um viajante atento, descreve os costumes e a vida cotidiana dos trabalhadores do Sudeste brasileiro. Segundo o posfácio do livro é a obra que melhor interpreta os sentimentos de várias gerações de descendentes japoneses. Interessante é constatar que a obra escrita pelo imigrante Handa (1987) aborda todo o universo mencionado por Sayad. Certamente trata-se de um clássico da literatura sobre a imigração japonesa no Brasil, citado por vários autores dessa linha de pesquisa.

Outra fonte básica para o entendimento da migração japonesa é a obra do sociólogo Saito (1961), com o tema “O Japonês no Brasil: Estudo de mobilidade e fixação”. Trata-se de uma obra decorrente da tese de doutorado na Universidade de Kobe, de 1959, em que o autor se baseia num rico e diversificado referencial teórico da década de 1940 e 1950. Contém variada conceituação sobre as formas e categorias de migração para abordar a questão da mobilidade (social, espacial e ocupacional). O autor descreve a formação e estrutura das comunidades nipônicas do Sudeste e as relações com a sociedade brasileira. Realiza também

um estudo da composição demográfica da população japonesa dentro das diversas variáveis, de modo que se trata de uma obra de elevada importância na construção do objetivo pretendido neste trabalho e profícuo do ponto de vista metodológico.

Quanto à literatura sobre migração dos diferentes estados do Brasil, Pacheco e Patarra (1997) em “Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões?” trazem também grandes contribuições para o entendimento do movimento das migrações dos últimos 20 anos, cuja gênese da questão migratória na sociedade industrial é inerente à formação do excedente populacional decorrente da dinâmica da produção capitalista. Para explicar o contexto histórico das migrações trazem no referencial teórico um rico elenco de renomados autores internacionais desde a Revolução Industrial: Ravenstein (1885); Mantoux (1962); Escola de Chicago: Burgess; Bogue (1964); Lee (1966); Zelinski (1971); Polanyi (1980); Hobsbawn (1979) entre outros. No contexto nacional faz referência às obras de Furtado (1961); Singer (1968); Levy (1974); Renner; Patarra (1980); Cano (1981, 1985); Cardoso (1982); Draibe (1985); Prado (1987); Bassanezi (1995), entre outros.

A peça mais recente sobre a imigração japonesa foi lançada pelo IBGE em 2008 sob o título de “Resistência & Integração – 100 anos de imigração japonesa no Brasil”, organizada por Sakurai e Coelho. Trata-se de uma publicação sobre o centenário da imigração japonesa no Brasil que explora, sob a ótica multidisciplinar de renomados especialistas, diversos ângulos dessa história e ressalta a contribuição dessa etnia para a formação social, cultural e econômica do Brasil.

Afora os clássicos que tratam da teoria da migração a nível internacional e na perspectiva nacional, faz-se oportuno destacar as contribuições dos autores regionais, detentores do conhecimento da realidade amazônica, considerada bastante diferente da realidade das demais regiões do país. Assim, em complementação as contribuições já elencadas cabe citar a seguir, outros subsídios tão importantes quanto as primeiras para construção do trabalho proposto.

Costa et al. (1979) em “Amazônia: desenvolvimento e ocupação” discutem sobre diversos olhares a questão da ocupação e colonização da Amazônia, no debate das controvérsias do processo de integração da economia regional na nacional e suas possíveis consequências inter e intrarregionais. Esse debate é complementado com a obra de Tavares; Considera e Silva (1972) - “Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica”-, cuja pesquisa - patrocinada pelo IPEA, analisa o papel da agricultura na colonização da Amazônia, dentro do cenário da abertura da rodovia Transamazônica, cuja

similitude leva ao imaginário das condições ambientais quando se instalaram os imigrantes japoneses na Amazônia. Para a realização do trabalho, os autores efetuaram extenso estudo sobre as tentativas anteriores de colonização dirigida no Brasil, tanto por elementos nacionais como estrangeiros, buscando identificar os motivos que levaram ao florescimento de algumas colônias e ao fracasso de outras.

Homma (2007) em “A Imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola” representa uma fonte de referência relevante para a condução deste trabalho, pois o autor procura mostrar numa seqüência temporal a história da imigração japonesa na Amazônia, seus principais personagens e os impactos produzidos na agricultura regional com a introdução da juta, pimenta-do-reino e diversas frutas tropicais, que tiveram significativa participação na economia do estado do Pará. Além do mais, o autor se reporta a vários trabalhos sobre a imigração japonesa na Amazônia, de tal sorte que serve de fio condutor para a construção de outros trabalhos dessa linha de pesquisa.

A obra de Emmi (2008), em “Italianos na Amazônia (1870-1950)”, estuda a contribuição dos imigrantes italianos no processo de desenvolvimento da Amazônia e investiga as raízes do processo migratório, destacando a história das famílias de imigrantes italianos no estado do Pará e do Amazonas, guarnecida com dados estatísticos e documentos inéditos sobre fatos importantes da história regional de interesse para o estudo da imigração japonesa. Como a presença dos italianos antecedeu a dos japoneses, o lócus da investigação muitas vezes coincide com a pesquisa ora realizada, razão porque, além da orientação acadêmica recebida, a contribuição da professora Emmi se faz presente nesta pesquisa com muita propriedade e pertinência.

Além dos autores consagrados na pesquisa da migração e das obras institucionais, merecem citação alguns trabalhos acadêmicos que abordam diferentes temas ligados à migração, que contribuíram para o entendimento da amplitude das diversas linhas de pesquisa relacionadas à problemática das migrações.

Rezende (2005) com o tema “Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: Proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários”. A tese de doutorado de Rezende analisa o papel dos “mecanismos intermediários”³ nos sistemas sociais de migração. Para o entendimento do fenômeno migratório, foi desenvolvida uma análise estrutural formal que possibilitou a comparação de doze sistemas empíricos de migração por meio de suas

³ São os brokers, agentes, intermediadores da migração.

propriedades estruturais básicas. Em suma, apresenta uma revisão crítica sobre as teorias e conceitos utilizados tradicionalmente pelos cientistas que estudam as migrações. O autor apresenta um rico elenco de autores na abordagem do tema migração dentro de uma linguagem acadêmica peculiar, inclusive com técnicas e teorias das redes sociais, o que demonstra a complexidade do estudo da migração.

Cabe citar também as contribuições de Castro (1979), em “50 anos da Imigração Japonesa”; “Arigatô-Belém” da Secretaria Estadual de Cultura (1995); os trabalhos acadêmicos de Neto (2007) em “Os japoneses no Pará: Um estudo sobre a construção de identidades” e o de Flexa (2001) em “A Colônia japonesa do Pará: Memórias da Segunda Guerra Mundial”, cujas abordagens mostram algumas facetas da imigração japonesa no Pará.

A principal fonte de referência empírica da migração japonesa encontra-se no compêndio de comemoração aos 70 anos da imigração japonesa na Amazônia, editado em português em 2001⁴. Na verdade, trata-se de uma tradução⁵ do livro comemorativo dos 60 anos da imigração japonesa na Amazônia organizado pelo Secretário Executivo da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, Tsutsumi, e pelo colaborador Gosso, que consolidaram essa história editada em japonês em 1994. Esse compêndio construído por diversas mãos contém uma série de relatos pessoais dos imigrantes e dos principais eventos sociais e culturais que marcaram a vida desses imigrantes na Região Norte, inclusive os principais acontecimentos políticos afetos às colônias japonesas e dos personagens que contribuíram para a consolidação da colônia de Tomé-Açu no Pará.

Como apoio empírico, não menos importante é a edição do censo dos imigrantes elaborado pela Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa (1964), publicado pela Universidade de Tokyo, que contém informações estatísticas primorosas da composição da população *nikkey* no Brasil, cujo detalhamento permite aprofundar diversas linhas de pesquisas, como foi explorada pela professora Cardoso (1998).

⁴ O livro intitulado “70 anos da Imigração Japonesa na Amazônia” não está datado e existem algumas referências acadêmicas em nome de Yoshio Maruoka, presidente da Associação Pan-Amazônia Nipo Brasileira (APANB) no período de 2001 a 2003. Entretanto, o organizador do compêndio, Sr. Gota Tsutsumi, Secretário da APANB desde 1987, confirma trata-se de uma tradução publicada em 2001, razão porque fora adotada essa data e designado como obra da Associação.

⁵ Importante esclarecer que a tradução muitas vezes não retrata o nome original. Verificou-se na pesquisa de campo que muitos nomes dos personagens e locais citados foram traduzidos de forma diferente da pronúncia real, porque a tradução fora realizado por profissionais de São Paulo, sem conhecimento dos verdadeiros nomes dos imigrantes ou dos lugares da região amazônica, que tem origem na linguagem indígena. Na língua japonesa é comum a confusão da pronúncia dos nomes de pessoas e dos locais, pois um mesmo ideograma pode ter pronúncias diferentes. Assim, ao confrontar alguns nomes desse compêndio com as informações prestadas pelos entrevistados, foi possível recuperar em parte esses equívocos.

A propósito, a tese de doutorado de Cardoso (1972), com o tema “Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no estado de São Paulo” é outra fonte de leitura que privilegia a família como unidade de investigação. A autora toma como fonte de pesquisa os dois volumes da Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa sob o título *The Japanese Immigrants in Brazil*, editado pela Universidade de Tóquio, cuja estatística de vários anos alcança praticamente todos os aspectos da vida familiar dos imigrantes no País. Lembrando que a unidade “família do imigrante” é tratada pelo IBGE e pela *Japan International Cooperation Agency* (JICA), como uma unidade social e econômica objeto de análise sob vários prismas, até mais frequente que o número de indivíduos.

Igualmente relevantes são os relatórios da Jigyodan (escritos em japonês) da JAMIC – Imigração e Colonização Ltda, constituída nos anos 1960 para assentar e apoiar os colonos japoneses e da empresa JEMIS - Assistência Financeira SA, que colaboraram supletivamente no desenvolvimento econômico do Brasil, prestando auxílio financeiro previsto no Acordo de Migração e Colonização entre Japão e Brasil, de 14 de novembro de 1960 (em vigência a partir de 29.10.1963).

A junção dessas duas entidades JAMIC e JEMIS passou a se chamar posteriormente de JICA. Essas entidades de assistência aos imigrantes deixaram em seus relatórios dados estatísticos preciosos sobre a imigração japonesa na América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e República Dominicana). No âmbito nacional, além dos dados estatísticos sobre as colônias regionais, constam os investimentos em imóveis (terrenos, hospitais, escolas), maquinários rodoviários, treinamento de pessoal, pesquisa agroambiental, custeados pelo governo japonês a partir dos anos de 1960.

Outras fontes de referência empírica suplementar são as edições comemorativas do 25º, 30º e 35º aniversário de fundação da colônia de Tomé-Açu, publicadas pela Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, respectivamente, em 1955, 1961 e 1967. Cabe também citar a obra de Tsunoda (1965), *Canção da Amazônia: uma saga na selva* - que foi traduzida em 1988, em que a autora retrata a vida da colônia de Tomé-Açu e da Vila Amazônia (Parintins-AM). Trata-se de uma narrativa romanceada em torno de Yoshiichi Yamada⁶, de sua família e amigos que transcorreu nos primórdios da formação da colônia de Tomé-Açu, cuja obra é

⁶ A título de esclarecimento, Yoshiichi Yamada nada tem a ver com a família de Y.Yamada, patriarca da conhecida cadeia de Supermercados Yamada. O personagem Yoshiichi Yamada foi imigrante da primeira leva de 1929, cujo filho, Hajime Yamada (82 anos, entrevistado nº2), é figura pública de Tomé-Açu, pois além de haver exercido o cargo de vereador é um protagonista que viveu a história dessa colônia desde a sua origem. Hajime Yamada é citado em vários trabalhos acadêmicos pela lucidez, simplicidade e boa vontade de prestar informações a quem o procura.

bem conhecida pela comunidade japonesa do Pará, pois foi transcrita para a TV japonesa com filmagem no próprio sítio da imigração. Há também uma tradução de Akira Nagai (edição não publicada) em comemoração aos 50 anos da emigração japonesa em Tomé-Açu. Vale lembrar, igualmente, os boletins das associações que são bastante comuns na circulação de informações entre as colônias japonesas e neles constam vários relatos e registro dos principais eventos da vida cotidiana dos imigrantes.

Mais recentemente tem-se a edição dos 20 anos da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará, em que consta a trajetória dos empreendimentos de sucesso e relatos de vida desses imigrantes e seus descendentes que ocupam destaque na sociedade *nikkey*, e a obra “*Amazon no shizen to towa*” (Harmonia com a natureza da Amazônia) editada pela Associação Cultural de Tomé-Açu, publicada em fevereiro de 2009, que certamente, são contribuições que vêm somar na construção histórica dessa sociedade.

A pesquisa foi desenvolvida tomando como referência os pressupostos metodológicos da demografia histórica apresentados por Nadalin (2004) e utilizados por Emmi (2008) em seus estudos sobre a imigração italiana, na qual se privilegia a dinâmica populacional e coloca a história como pano de fundo. Nessa abordagem, os pesquisadores elaboram seu campo de trabalho sobre procedimentos metodológicos utilizados na análise de uma documentação⁷ de períodos “photo-estatísticos”, geralmente distantes do presente, quando não se produziam corretamente dados para as contagens de população (NADALIM, 2004, p.71).

Nessa perspectiva, foi dado ênfase aos relatos descritivos e quantitativos da presença dos imigrantes japoneses na Amazônia e a mobilidade espacial dos mesmos numa evolução temporal. Assim, além da orientação teórico-metodológica, a pesquisa baseou-se no levantamento de anuários estatísticos, censos demográficos⁸ e indicadores sobre migração disponível no IBGE; dados de registros das associações culturais dos japoneses; informações jornalísticas da época; relatórios da JICA; autobiografias de imigrantes, memória social dos imigrantes e descendentes, inclusive depoimentos de imigrantes pioneiros e de primeira geração.

As publicações obtidas junto às associações nipo-brasileiras foram fundamentais para a reconstrução da história dos imigrantes japoneses na Amazônia, pois contém vários relatos de

⁷ Nadalin se reporta especialmente aos registros paroquiais e cartoriais, listas nominativas de habitantes ou de passageiros que são colocados nas mãos dos historiadores.

⁸ Observar algumas restrições da fidedignidade dos dados segundo Mortana (1950 apud EMMI, 2008, p. 38).

vida registrados nos anais da associação, observando o necessário cuidado para não se enfeitar na narrativa da “saga dos heróis” da imigração. Para enriquecer essa documentação histórica, foi realizada uma pesquisa no jornal Amapá, nos anos de 1952, 1953, 1954, 1955 e 1957, período que ocorreu a entrada das três levas de imigrantes para aquele território, bem como o levantamento bibliográfico do acervo da biblioteca da Associação Cultural de Tomé-Açu e na Associação Nipo-Brasileira da Amazônia.

Para compreensão das políticas públicas e das negociações entre as empresas promotoras da imigração procurou-se pesquisar aspectos gerais e específicos de determinado contexto social e político da época. Nesse sentido os documentos (cartas, estatutos, revistas, livros, manchetes jornalistas etc) do arquivo pessoal da família Tsuji foram importantes para adentrar no cenário das “anomalias” do fenômeno migratório para o qual “o paradigma não prepara o investigador” (KUHN, 1975).

Para investigar a formação, mobilidade e dissolução desse fluxo migratório no antigo Território Federal do Amapá realizou-se um *survey* nos municípios de Macapá, Santana e Porto Grande (nos antigos redutos das colônias de Fazendinha e Matapi). No Pará, a pesquisa adentrou nos municípios de Tomé-Açu, Santa Izabel do Pará, Castanhal, Marituba, Ananindeua e Belém, lugares que concentram grande contingente de imigrantes japoneses procedentes do Amapá, Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. No *survey* foram visitadas várias casas residenciais e comerciais, tanto da zona rural como urbana, e entrevistadas 82 pessoas relacionadas no Apêndice A, dos quais 81 são imigrantes ou descendentes de imigrantes.

Levando em conta os suportes teóricos e a base empírica da pesquisa procurou-se descrever na parte introdutória a problematização da imigração na Amazônia, a relevância do estudo da migração na Amazônia, objetivo e as hipóteses da pesquisa; o recorte temporal e espacial, a compreensão teórica e conceitual e os procedimentos metodológicos. O capítulo 2 trata da leitura das migrações em que são discutidos os conceitos e as características dos migrantes, fatores (causas) da migração, as correntes teóricas da migração e algumas considerações sobre o quadro teórico.

O capítulo 3 procura descrever sucintamente o panorama brasileiro no contexto das migrações internacionais, onde se destacam os fluxos migratórios para o Novo Mundo e as primeiras imigrações estrangeiras no Brasil, a política imigrantista na época do império e o panorama nacional na época das grandes migrações, a política imigrantista no período republicano e a imigração estrangeira na Amazônia. O Japão no contexto das grandes

migrações é o objetivo do capítulo 4, no qual são abordados alguns temas como: a conjuntura política e social do Japão antes das emigrações além-mar e o processo da emigração japonesa além-mar, o esboço histórico da imigração japonesa no Brasil antes e após a Segunda Guerra Mundial e as considerações pertinentes sobre o assunto.

O capítulo 5 aborda os antecedentes históricos da presença dos japoneses na Amazônia, as negociações para a vinda dos imigrantes japoneses para os estados do Pará e o Amazonas e a formação das colônias de Maués/AM e dos “*koutakusseis*” da Vila Amazônia, em Parintins/AM, e o legado desses japoneses na produção da juta na Amazônia. Enquanto que o capítulo 6 focaliza a velha imigração no Pará, as colônias de Monte Alegre e as colônias espontâneas de Belém, Ourém e Capanema, destacando-se a estruturação da colônia de Tomé-Açu e a situação dos imigrantes nesse período conturbado até a Segunda Guerra Mundial.

O capítulo 7 trata a imigração de pós-guerra e o papel dos agentes intermediários, os objetivos e os investimentos da nova imigração, o fluxo migratório de pós-guerra e algumas reflexões sobre o processo de assentamento da nova imigração. O capítulo 8 analisa as colônias dirigidas e espontâneas da Região Norte e as conturbadas ações dos agentes intermediários na condução das primeiras imigrações dirigidas que se estabeleceram nas colônias de Bela Vista (Manacapuru), Efigênio Sales (Manaus), as efêmeras colônias de Fordlândia e Belterra (Santarém-PA), as de Monte Alegre, Guamá (em Santa Izabel do Pará), Treze de Setembro em Rondônia, Quinari no Acre e de Taiano em Roraima.

O capítulo 9 detalha a formação das duas colônias em análise: a Colônia de Tomé-Açu no pós-guerra e as colônias japonesas do Amapá para fim de estudo comparativo. O capítulo 10 trata do estudo da mobilidade dos imigrantes, as diversas faces da mobilidade e o destino dos imigrantes japoneses, para depois adentrar na mobilidade dos imigrantes de Tomé-Açu e do Amapá, levando em consideração as condicionantes que influenciaram na mobilidade dos colonos, seja dos fatores ambientais, econômicos e sociais.

2 LEITURAS DE MIGRAÇÃO

A migração como componente demográfico relacionado às condições históricas de mudanças estruturais constitui importante fenômeno da dinâmica demográfica que atua sobre outros fatos incluindo a reprodução, fecundidade, mortalidade e composição étnica da sociedade. Como fator social influencia na formação cultural, nas relações de classes sociais e na composição do mercado de trabalho de uma região ou de um país. Como diz Sayad (1998), a migração é “um fato social completo”, única característica em que há convergência na comunidade científica. E neste sentido diz que todo o itinerário do imigrante é um itinerário epistemológico, que se dá, de certa forma, na interseção das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas: história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (social, cultural, política, econômica, jurídica, religioso etc).

Dentro dos principais debates paradigmáticos das ciências sociais são questionados se os movimentos individuais resultam da escolha racional do migrante, levado pela motivação econômica no liame das forças de atração-expulsão de Ravenstein, ou das forças sociais profundas de Durkeim, ou das relações sociais inevitáveis do materialismo-histórico de Marx, ou ainda, das estruturas sociais de Weber.

A tentativa de desenvolver uma teoria das migrações data do final do século XIX, quando Ravenstein, estudando a mobilidade espacial da população britânica apresentou à Sociedade Real de Estatísticas, em 1885, seu célebre estudo “As Leis da Migração”, que posteriormente seria baseado em dados de mais de vinte países, advertindo, entretanto, que “as leis da população e as leis econômicas não têm, em geral, o rigor das leis físicas” (LEE, [1966] 1980, p.95).

Passado quase um século, as sete leis da migração propostas por Ravenstein são revistas e adaptadas por Lee, as quais podem ser entendidas, resumidamente, da seguinte forma: a grande maioria dos migrantes só se desloca a curta distância (predominantemente as mulheres); as correntes migratórias se orientam aos grandes centros comerciais e industriais que tendem a gerar movimentos sucessivos a partir de áreas próximas a um centro industrial, que se propagam em círculos e no sentido rural-urbano. Este ciclo se repete sucessivamente até que a força de atração da cidade comece a ser sentida nas áreas mais remotas; a melhoria dos meios de transporte e o desenvolvimento da indústria e do comércio contribuem para o

aumento dos fluxos migratórios; de todos os motivos da migração, nenhum é comparável ao desejo inerente à maioria dos homens de melhorar sua situação material. Portanto, em última instância, o motivo econômico foi considerado a principal causa de deslocamento (LEE, [1966] 1980, p. 96-97).

Contrariando alguns pontos da teoria de Ravenstein/Lee, no caso da imigração japonesa na Amazônia verificou-se que os deslocamentos foram de longa distância; na maioria das vezes realizada por homens; dirigidas a determinadas colônias no sentido urbano-rural ou rural-rural; e que, com a melhoria dos transportes e desenvolvimento da indústria no Japão cessou o fluxo migratório para o Brasil. Certamente a motivação econômica foi fundamental, porém, os japoneses tiveram outras motivações para emigrarem.

Na década de 1930, Thomas e colaboradores (1938, apud LEE [1966] 1980, p.98), chegaram à conclusão que a única generalização possível, com características diferenciais da migração interna, era a de que os migrantes tendiam a ser adultos jovens ou pessoas com idades pouco inferiores a vinte anos (relacionado à migração dos EUA). A predominância dos jovens adultos do sexo masculino em busca de emprego temporário nos Estados Unidos também é abordada por Klein (2000, p.24). Essas conclusões são aplicáveis aos imigrantes japoneses de antes da Segunda Guerra Mundial, posto que os que chegaram pós-guerra são compostos de famílias com grande número de filhos (geração *babyboom*).

Numa abordagem didática, Sasaki; Assis fazem a reconstrução resumida da trajetória das teorias sobre migração internacional baseado no trabalho de Richmond⁹ (1988 apud ASSIS; SASAKI, 2000, p. 2-3). Ao analisar os clássicos Malthus, Marx, Durkheim e Weber percebeu-se que esses cientistas viam a migração como consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo, industrialização e urbanização, que se concretiza no deslocamento da população rural em busca de emprego e luta pela sobrevivência numa cidade industrializada. Na época, na virada do século XIX para XX, o tema migração não era uma questão relevante para o estudo sociológico, visto que a mobilidade populacional era analisada sob o ponto de vista econômico.

⁹ Richmond descreve como os autores clássicos da sociologia abordaram a questão da migração. Para Malthus, a migração era vista como uma consequência inevitável da superpopulação. O novo mundo possibilitava um espaço para as migrações temporárias para fugir do ciclo da pobreza e miséria. Marx, discordando de “inevitável pobreza” de Malthus, culpava o quadro de pobreza aos empreendedores capitalista, que deliberadamente abaixavam os salários para maximizar seus ganhos. Marx também realçava a cumplicidade de alguns governos europeus no incentivo à emigração. Já Durkheim reconhecia claramente a migração como um dos fatores de quebra das comunidades tradicionais mantidos pelos laços de solidariedade mecânica. A transição para a solidariedade orgânica, baseada numa divisão social do trabalho e interdependência econômica, era frequentemente acompanhada pela anomia, ou colapso do sistema de valores comuns, que resultaria em desintegração social, e que poderia levar a consequências patológicas.

O estudo das migrações no campo sociológico passou a ganhar importância com o advento das grandes migrações no início do século XX, dada a crescente mobilidade populacional da Europa para os países do Novo Mundo, particularmente aos Estados Unidos. A partir daí os sociólogos americanos passaram a olhar a migração como um problema social, gerando intenso debate político naquele país. Nessa discussão, o trabalho pioneiro de Thomas; Znaniecki (1918 apud ASSIS; SASAKI, 2000, p.4) influenciou fortemente os estudos posteriores da Escola de Chicago, apesar de se tratar de um estudo específico sobre dois milhões de poloneses que migraram para a América entre 1880-1910, que demonstrava como o processo de migração quebra os laços de solidariedade, particularmente o sistema familiar.

Os expoentes da Escola de Chicago ao analisar o trabalho de Thomas; Znaniecki focaram os processos de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade americana. O termo *melting pot* passaria a referir a esse processo de assimilação e/ou americanização dos imigrantes sem abandonar os seus valores e modo de vida, tornando-se grupos cada vez mais amplos e inclusivos. No entanto, os pressupostos colocados por essa Escola foram postos em xeque na medida em que o *melting pot* não se concretizava, visto que, ao contrário do que se imaginava antes, esses grupos de imigrantes se transformaram em grupos étnicos distintos (ASSIS; SASAKI, 2000, p.4).

Outra contribuição importante de sociólogos e economistas americanos diz respeito à compreensão do papel da migração na estratificação e divisão ou segmentação do mercado de trabalho nas sociedades industriais avançadas. Foi observado que os imigrantes, assim como as minorias étnicas e as mulheres, tendiam a permanecer em indústrias marginais e mercado secundário de trabalho, com remuneração menor que os nativos, que normalmente trabalhavam em grandes corporações com benefícios sociais e a proteção dos sindicatos. A análise enfatiza a estratificação étnica dentro do mercado de trabalho segmentado, combinado com característica de conflito de classe e modelos de pluralismo cultural, engendrado por redes sociais e com aparato da discriminação institucional (ASSIS; SASAKI, 2000, p.5).

Dada a complexidade e interdisciplinaridade do termo migração, são poucos os autores que trazem definições ou conceitos sobre o mesmo. Acredita-se que o mais clássico seja do americano Everett Lee, que define a migração da seguinte forma:

De uma maneira geral, define-se migração como uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre migração externa e a migração interna (LEE, [1966] 1980, p.99).

Trata-se de um conceito bem genérico em que o autor prende-se à mudança de domicílio do indivíduo, de forma definitiva ou quase definitiva, sem limitações à distância ou à natureza voluntária ou involuntária do ato. Em outras palavras, estariam incluídos os escravos, os exilados políticos ou de guerra, as crianças e todos que fizeram a migração forçada. Entretanto, a literatura contemporânea e as estatísticas sobre migração, normalmente, considera migração a mobilização da mão-de-obra livre.

A colonização¹⁰ é outro termo que suscita interpretações variadas como: migração interna, povoamento, ou ainda dominação e exploração. Quando a imigração estrangeira está associada à colonização agrícola, o imigrante passa a ser chamado de “colono” da mesma forma que o migrante interno. Entretanto, a colonização embora relacionada com a imigração internacional é distinta deste, como explica Saito (1961),

[...] a migração internacional é um movimento que tem lugar fora da área de jurisdição do país emigratório e leva em considerações as atividades individuais dos emigrados, ao passo que a colonização decorre mais da exigência nacional, que atribui grande importância à criação, manutenção de colônias e outras atividades em benefício do Estado (KANEDA, 1955 apud SAITO, 1961).

Da interpretação dessa distinção, entende-se que a colonização está atrelada à legislação interna, enquanto a migração internacional aos tratados e acordos entre signatários de dois ou mais países. Na concretude das relações, os acordos servem para trazer o imigrante e a colonização para o assentamento dos mesmos. Já para os imigrantes japoneses, a colônia é o grupamento de imigrantes, isto é, a própria comunidade *nikkey*¹¹, independente de seus integrantes estarem na área rural ou urbana. Quando há interesse de delimitação espacial usa-se o adjetivo do local da ocupação, a exemplo da Colônia de Tomé-Açu, de Castanhal etc.

Salim (1992, p.119) retrata bem essa dificuldade de conceituação quando diz que a migração é qualificada em função do tipo de movimento ou deslocamento espacial que representa, podendo ser contínua, circular, intermitente, de retorno, por situação de domicílio, intra ou inter-regional etc. Como agravante, inexistente unanimidade no entendimento do que seja migração, migrante ou, simplesmente, mobilidade, e surgem ainda dificuldades para se

¹⁰ De acordo com o Decreto-Lei nº 7.967/1945, art. 46 “colonizar é promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais”. Vide conceitos e diferenças sobre colonização espontânea, dirigida e planejada em “Colonização espontânea, política Agrária e Grupos Sociais” de Hébette e Acevedo Marin. In: COSTA. Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação, IPEA, 1979. Ver também TAVARES, Vânia Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; SILVA, Maria Thereza I.I. Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na Região Amazônica. IPEA, 1972.

¹¹ *Nikkei* ou *nikkey* é um termo muito usado dentro da comunidade japonesa, que tem o significado de etnia japonesa, ou aquele que tem sangue japonês.

delimitar o que seriam fluxos ou correntes migratórias – nomadismo, evasão populacional, movimentos sazonais etc. Diante da diversidade conceitual, Salim elege a definição das Nações Unidas por incluir todos os elementos constitutivos da migração:

[...] migração é definida como sendo o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma outra (ou um deslocamento a uma distância mínima especificada), que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou uma mudança de residência (UNITED NATIONS, 1972, p.2, apud SALIM, 1992, p. 120).

Destaca Salim a existência de três elementos que constituem a migração: a distância de deslocamento, o tempo de permanência ou residência e o local de origem e destino do fluxo como etapa migratória única e/ou última. E para que haja uma definição mais criteriosa teria que incluir outras possibilidades como, a migração de retorno e outras migrações temporárias, especificamente as últimas, que apesar de dificilmente identificadas no censo, são tão importantes quanto às permanentes e podem até ser mais expressivas, sob o aspecto numérico ou sócio-econômico. No caso da migração internacional (japonesa) não havia qualquer dúvida em época passada, quando o imigrante vinha para a atividade agrícola. Porém, com a saída e remigração contínuas (a exemplo do movimento de *dekassegui*) os dados estatísticos ficaram distorcidos. Depois, existem casos de contratação de técnicos para diversos setores, cujo fluxo passou ser mais frequente deixando em dúvida se deve ser categorizado como uma migração ou não.

Uma vez discutido o que seja o fenômeno da migração é importante indagar quem é esse agente que realiza o ato da migração, quais as suas características e sua identidade? Sayad ensina que para a pesquisa da migração ser completa, em primeiro lugar, é necessário o estudo da emigração, ou pelo menos o estudo das condições sociais que a engendraram e das transformações da emigração, pois o que chamamos de imigração é chamado no lugar de origem de emigração. Como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e acompanha o migrante até desaparecer essa identidade. Interessante a sua observação quando fala que a sociedade se arvora no direito de desconhecer tudo o que antecede a vinda do imigrante e que há também o etnocentrismo do pesquisador, que procura conhecer o que tem interesse de conhecer, ou seja, só se tem interesse intelectual por um objeto social com a condição de que esse interesse seja levado por outros interesses (SAYAD, 1998, p.16).

No que se refere às características dos migrantes, existem atualmente vários estudos sociológicos, antropológicos e psicológicos que analisam este ator social sob diferentes

prismas, como a questão do pertencimento, da identidade cultural, da espacialidade ou territorialidade do migrante. Assim, sem entrar nessa seara mais específica, adotar-se-á preliminarmente o enfoque tradicional do demógrafo Everett Lee, que em seu conhecido trabalho sobre a teoria das migrações conclui sete predições sobre a seletividade e comportamento dos migrantes, dos quais se destacam aquelas que se consideram mais importantes (LEE, 1980, p. 111-113).

O autor defende que “As migrações são seletivas”, em razão das pessoas responderem de forma diferente a uma série de fatores positivos e negativos prevalentes nos locais de origem e destino. Apreende-se que os migrantes têm opções ou capacidade diferentes para superar as séries de obstáculos. Assim, seletividade nos deslocamentos se distingue em duas classes: seletividade positiva, quando os migrantes são altamente qualificados - se migram, é porque recebem melhores ofertas. Essas pessoas vêem a migração como fator de ascensão, em resposta a fatores positivos existentes no lugar de destino; já seletividade negativa ocorre quando os migrantes são de baixa qualificação e se deslocam devido a fatores negativos na área de origem. Entretanto, a classe de seleção varia, sendo positiva em certas correntes, e negativa em outras. Assim, “Os migrantes que respondem principalmente a fatores positivos prevalentes no local de destino tendem a constituir uma seleção positiva”.

Por outro lado, “Os migrantes que respondem primordialmente a fatores negativos prevalentes no local de origem tendem a constituir uma seleção negativa; no caso de áreas onde os fatores negativos são desalentadores para grupos inteiros de população, pode até mesmo deixar de haver seleção”, a exemplo dos casos de expulsão de políticos, exilados, ou retirantes de áreas endêmicas - como a epidemia de malária que houve no Amapá e em Tomé-Açu - em que as pessoas se vêem forçadas a migrar.

“O grau de seleção positiva aumenta com a dificuldade dos obstáculos intervenientes”. Interpreta-se que os obstáculos intervenientes servem para peneirar os fracos e incapazes, ainda que a seleção no lugar de origem seja negativa ou aleatória. E à medida que a distância aumenta, os migrantes passam a constituir grupo de excelência cada vez maior. Essa predição de Lee faz lembrar a lei da seleção natural da teoria darwiniana, o que leva a deduzir que, quanto maior as dificuldades/obstáculos para chegar ao local de destino mais resistentes são os imigrantes. Possivelmente, este seja um pressuposto verdadeiro em relação à fixação dos japoneses no Brasil, porque o custo da mobilidade sempre foi maior para os japoneses. Nas entrevistas muitos declararam que não se mobilizaram das colônias porque não tinham recursos para tal.

A migração faz parte dos “*rites de passage*” dos seres humanos, como diz Lee: “A propensão mais intensa a migrar em certas etapas do ciclo vital é importante na seleção dos migrantes”. Deduz-se que há seleção pela população economicamente ativa, pelo estado civil ou tamanho da família, ou ainda por gênero. A última predição é bastante interessante: “As características dos migrantes tendem a ser intermediárias entre as características da população do lugar de origem e da população do lugar de destino”. Deduz que o migrante tende a assumir algumas características da população do lugar de destino e passam a perder parte das do lugar de origem, seja dos aspectos positivos ou negativos, inclusive em termos de fecundidade e instrução. Consequentemente, um dos paradoxos da migração consiste na diminuição das qualidades específicas da população dos locais de origem e de destino. Acrescenta-se a questão dos valores sociais, cultura e identidade pessoal que passam a ficar cada vez mais mesclados e difusos, como ocorreu entre os descendentes dos imigrantes japoneses, constituindo um verdadeiro *melting pot*.

Para Lee (1980, p.98) “a maioria dos estudos que enfocam as características dos migrantes tem sido realizada com escassas referências à magnitude dos fluxos, sendo poucos também os que consideraram os motivos da migração ou a assimilação dos migrantes nos locais de destino”. Segundo esse autor, “a maior parte dos ensaios teóricos sobre a migração versa sobre migração e distância, procurando estabelecer formulações matemáticas acerca desta relação”. A abordagem é mais voltada aos caracteres do migrante como: sexo, idade, raça, instrução.

Acredita-se que o autor se refira aos estudos da década de sessenta em que os cientistas estavam mais focados nos dados quantitativos. Não obstante, com a consolidação das ciências sociais na arena da identidade cultural, assimilação e aculturação, existem atualmente vários estudos no campo da antropologia, sociologia e psicologia, a exemplo dos trabalhos de Haesbaert (2005) em “Migração e desterritorialização”; da antropóloga Seyferth (2005) sobre o tema “Imigração e (re)construção de identidades éticas”; e de Sasaki (2009), com a tese de doutorado intitulada: “Ser ou não ser japonês? A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo”. O caso dos *dekassegui* no Japão é bem emblemático desse conflito de identidade. Não sendo nacional e nem estrangeiro totalmente, o imigrante *dekassegui* passa a ser um apatriado com uma nova identidade, a ponto de ser considerado um “bastardo” ou um “desterritorializado” tanto no Brasil como no Japão.

Os grandes questionamentos da teoria da migração são voltados à explicação das causas, ou fatores da migração. São inquietações que levam a perguntar por que as pessoas migram? Será que os homens procuram terras mais confortáveis, alimentos e oportunidade de reprodução como os animais, ou é simplesmente pela racionalidade econômica? Quais as condicionantes que empurram ou puxam os migrantes para determinados locais (rotas de migração)? E quais os efeitos sociais no plano micro e macro dessa decisão?

Segundo Lee ([1966], 1980, p.100), os fatores que entram na decisão de migrar podem ser resumidos em quatro: fatores associados ao local de origem; fatores associados ao local de destino; os obstáculos intervenientes e fatores pessoais. Baseado nessa perspectiva, Lee afirma que as migrações resultam da interação e do balanço entre os quatro fatores: os fatores de expulsão, presentes na área de origem; fatores de atração, presentes na área de destino, e fatores intervenientes - relacionados às dificuldades encontradas pelos migrantes, ocasionando as decisões de ficar ou sair. Quanto aos fatores pessoais, que afetam os limiares individuais e que facilitam ou retardam a migração, são muitas, pois a sensibilidade pessoal, a inteligência e o conhecimento das condições pesam na avaliação de cada um.

Certos indivíduos necessitam de razões poderosas para migrar, enquanto que a outros basta uma pequena provocação ou promessa. Portanto, a decisão de migrar nunca é completamente racional [...]. Na realidade, nem todas as pessoas que migram chegam a tal decisão por si mesmas. (LEE, [1966] 1980, p.103)

Realmente, a decisão de migrar fica mais centrada no chefe da família. Por exemplo, as crianças são levadas pelos pais, as mulheres são muitas vezes obrigadas a acompanhar o marido. Alguns migram porque são “arrastados” pelos outros.

Uma diferença importante entre os fatores associados às áreas de origem e de destino relaciona-se com as etapas do ciclo da vida do imigrante. Para muitos, o país ou a área de origem é aquela onde decorreram os anos de formação, do gozo de boa saúde da juventude e a ausência de responsabilidades fastidiosas, que levam o imigrante a supervalorizar os elementos positivos e desvalorizar os negativos do local de origem. Por outro lado, as dificuldades associadas à assimilação em um novo ambiente podem criar no recém-chegado uma valoração adversa, igualmente errônea sobre os fatores positivos e negativos no lugar de destino (LEE [1966] 1980, p.102). Enquanto que outros destacam o enfoque mais econômico, levando em consideração no plano individual os custos (inclusive psicológico) e os benefícios na propensão para migrar (SCHULTZ; SJAASTAD, 1962 apud PACHECO; PATARRA, 1997).

Singer (1973) defensor da abordagem histórico-estrutural diferencia os *motivos* e as *causas* das migrações, assumindo serem estas um fenômeno social, condicionado e resultante de um processo de mudança. Para ele, os movimentos migratórios têm como determinantes causas estruturais geralmente de caráter econômico, que atingem os grupos de forma diferenciada. Singer (1973) afastou a dimensão psicológica como fator explicativo, inserindo o movimento no processo de transformação global. Logo, a motivação é circunscrita à situação social de estagnação ou de mudanças nas áreas de origem dos fluxos migratórios. Os fatores de expulsão e atração passaram a ter sentido concreto: “causas” estruturais e “motivos” (individuais ou familiares) excessivamente economicista, situando seu enfoque como alternativo à visão neomalthusiana preponderante. Em suma, os motivos individuais existem, mas são subordinados às causas estruturais.

O historiador Klein (2000) ao tentar responder por que as pessoas migram, parte inicialmente da abordagem individual e econômica, baseado nos fatores de expulsão. Cita três fatores dominantes: primeiro, o acesso à terra e ao alimento; segundo, a variação da produtividade; e terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos. As grandes migrações dos séculos XIX e XX – época que chegaram à América mais de dois terços dos migrantes – decorreram da combinação desses três fatores. Na Europa estavam os fatores de expulsão atrelados ao fator demográfico, enquanto que os fatores de atração estavam no hemisfério ocidental, “fazer a América”, onde a terra era abundante e a mão-de-obra escassa.

Peixoto (2004) comenta que a teoria de Ravenstein está na base de todos os modelos modernos de *push-pull* - dos fatores de atração e repulsão -, pela filiação paradigmática desse modelo que considera no centro dos processos migratórios a decisão de um agente racional que, de posse de informações sobre as características relativas das regiões A e B e de dados contextuais relativa à sua situação individual e grupal, se decide pela permanência ou pela migração. Todavia, os fatores da emigração vão além dos aspectos individuais, razão porque é notória a “coexistência de explicações sociológicas do tipo “micro” – como as que envolvem o processo racional de tomada da decisão – e do tipo “macro” – como as que referem a existência de “forças que impelem à migração” (PEIXOTO, 2004, p. 8).

Sayad (1998, p.17) faz duras críticas ao “etnocentrismo de ordem totalmente prática” da sociedade (relacionado principalmente aos franceses) que procura explicar a vinda dos imigrantes numa visão “endógena”, de uma realidade que é exterior, em vez de buscar as causas e as razões em suas próprias estruturas internas (econômica, de mercado de trabalho e

estrutura demográfica e social). Nesse sentido é avocado o déficit demográfico, déficit estrutural e da taxa constante de natalidade, agravada conjuntamente pela necessidade de homens para a indústria de guerra, depois para a reconstrução após a guerra etc. Em sua opinião, seria mais correto falar da necessária subqualificação dos imigrantes para atender uma demanda crescente de mão-de-obra para tarefas desagradáveis e socialmente desvalorizadas. Mas à medida que a imigração se distancia da definição ortodoxa e da representação “ideal” (da ilusão de uma presença necessária e provisória), descobrem-se os paradoxos que as constituem e se desvendam as ilusões, que são a própria condição do advento dos emigrantes e da perpetuação da imigração no novo território.

Os modelos neoclássicos contemporâneos, difundidos a partir da década de 1960, procuram relacionar o fenômeno migratório com a teoria econômica. Para os autores dessa corrente, os movimentos populacionais correspondem à mobilidade geográfica dos trabalhadores em direção aos fatores de produção (terra, capital e recursos naturais). Para Wood (1982, apud SALIM, 1992, p. 122), a distribuição desequilibrada destes fatores de produção e o retorno diferenciado na remuneração do trabalho influenciam a direção e magnitude dos fluxos migratórios, ou seja, os indivíduos se deslocam na tentativa de maximizarem seu bem-estar, de tal forma que o enfoque neoclássico assume pelo menos três supostos básicos sobre a migração, segundo Raczynski (1983, apud SALIM, 1992, p.123):

- i) os diferenciais de salário e de oportunidades de emprego entre áreas distintas;
- ii) o cálculo racional do indivíduo face aos custos e utilidades entre a permanência e a mudança;
- iii) as correntes migratórias como somatório das decisões individuais.

Nessa corrente, a migração é vista como um fenômeno positivo e desejável à medida que possibilita a transferência de excedentes populacionais de um setor para outro, atuando, inclusive, como fator corretivo dos desequilíbrios gerados pela distribuição desigual dos recursos produtivos escassos no espaço.

Sasaki e Assis (2000) também abordam que na perspectiva neoclássica a migração internacional é causada pelas diferenças de taxas salariais entre países, em que o migrante calcula o custo e o benefício da experiência migratória. Os mercados de trabalho são os mecanismos primários pelos quais os fluxos internacionais são induzidos, isto é, eles defendem a teoria do equilíbrio de renda e emprego de diferentes países. Logo, segundo a abordagem de Harris; Todaro (1970 apud ASSIS; SASAKI, 2000) a migração é entendida como uma simples somatória de indivíduos que se movem em função do diferencial de renda,

cuja mobilização é vista como uma ação racional dos migrantes. O que define o sucesso ou insucesso é o grau de educação, experiência, domínio da língua do país hospedeiro, tempo de permanência e outros elementos do capital humano.

Outra crítica parte de Porte (1995 apud ASSIS; SASAKI, 2000), que argumenta ser questionável a posição dos neoclássicos, pois estes autores não consideram a ação econômica sendo socialmente orientada, ou seja, a busca por ganhos materiais também deve estar relacionada à expectativa de reciprocidade no curso da interação social no interior do seu grupo. Desta forma, os migrantes não devem ser vistos apenas como indivíduos, mas como integrantes de estruturas sociais que afetam os múltiplos caminhos de sua mobilidade espacial e sócio-econômica. Nesse sentido, a migração, cujo motor é a desigualdade regional, não atua como elemento catalisador do equilíbrio e do ajuste. Pelo contrário, processam-se no sentido de uma desigualdade ainda maior entre regiões ou grupos sociais, posto que, ela se constitui em elemento importante no processo de concentração, atuando como resultado e condição desse processo de acumulação de capital.

Salim faz críticas a essa corrente histórico-estrutural dizendo que vários estudos evidenciam hipóteses frágeis e reducionistas à dimensão econômica, agravada por uma concepção teleológica das causas cabais inevitáveis da dinâmica migratória, que redundam numa dialética mecanicista. Nessa perspectiva, elenca duas limitações inerentes à análise histórico-estrutural: a primeira se refere ao tratamento inadequado, por vezes simplista, das variáveis demográficas, o qual impede o estabelecimento de inter-relações efetivas entre os processos migratórios e as mudanças estruturais; a segunda limitação se relaciona ao enfoque da força de trabalho considerada “livre” e subordinada à necessidade de acumulação do capital. Outro ponto que o autor chama a atenção, diz respeito à inversão da ordem de análise, uma vez que a explicação da migração é dada normalmente pelas consequências. Daí o maior conhecimento da migração ser em termos de áreas de destino/atração do que pelas áreas de origem/expulsão, como há também a tendência de privilegiar explicações sobre a migração rural-urbana, comprometendo assim, a compreensão global das características dos diversos fluxos em termos de natureza e destino (SALIM, 1992, p. 131- 132).

Os trabalhos de Gaudemar (1977) e Benetti (1985), analisados por Salim (1992), destacam-se como portadores desse enfoque na construção de um terceiro caminho entre a decisão de migrar e as causas estruturais. Nas explicações de Salim (1992) trata-se de uma nova ótica de análise centrada na relação capital-trabalho, produção e reprodução ampliada dessa relação, em que a dimensão espacial - traduzida como conjunto de relações sociais - é

retida para análise de forma concreta de mobilidade da força de trabalho. O autor parte do pressuposto que se os segmentos da população ou contingente da força de trabalho deslocam-se no espaço é porque estes se estruturam de forma a colocá-los em movimento tanto espacial, quanto setorial e profissionalmente. Nesta linha de pensamento, a migração deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado, e passa a ser agente de transformação.

Ao analisar os paradigmas teóricos da migração no modelo de *push-pull* de Ravenstein, Peixoto (2004) argumenta que a existência de regiões (ou países) com características econômicas desiguais pode ser interpretada de uma forma mais “estrutural”, típica de uma leitura econômica neoclássica, de raiz marginalista dominante do final do século XIX. Todavia, com a consolidação da sociologia ao longo do século XX, a migração passou a ter uma leitura mais holística e estruturalista da realidade – em que os comportamentos individuais resultam de forças sociais profundas (Durkeim) ou de relações sociais inevitáveis (Marx), ou na forma do funcionalismo (Parsons). Assim, reconhece Peixoto que sempre existiu na “sociologia das migrações” esse “dualismo” no campo de análise das migrações, mesmo quando existiram leituras bem demarcadas por parte de alguns autores (PEIXOTO, 2004, p.5).

Peixoto arremata que o debate interno da “sociologia das migrações” envolve referências múltiplas, proveniente de diferentes ciências sociais (interdisciplinar), com a coexistência de explicações sociológicas do tipo “micro” – como as que envolvem processo racional de tomada de decisão; e do tipo “macro” - como as que referem à existência de “forças” que impelem à migração. Nas teorias micro-sociológicas, o autor analisa os modelos de *push-pull* e do capital humano; o ciclo de vida e a trajetória social do indivíduo. Nas teorias macro-sociológicas aborda as escolas estrutural-funcionalistas (sobretudo, durkheimiana) e as teorias marxistas ou neomarxistas; o mercado de trabalho segmentado e a economia informal; as teorias das estruturas espaciais (geografia econômica), sistemas-mundo (cidades globais) e sistemas migratórios; o papel das instituições, redes migratórias, laços étnicos e sociais (PEIXOTO, 2004, p.5).

Nessa linha de raciocínio cabe citar as contribuições de Sasaki e Assis, baseadas nas teorias de Stark; Bloom (1985 apud ASSIS; SASAKI, 2000, p.7). Na abordagem, os “novos economistas” entendem que as decisões migratórias não são tomadas pelos atores individuais isolados, mas por unidades maiores de pessoas relacionadas – tipicamente famílias ou domicílios – nas quais as pessoas agem coletivamente para minimizar e afrouxar constrangimentos e não apenas para maximizar a renda.

A contribuição das análises de redes na teoria das migrações indica uma nova tendência na análise dos fluxos migratórios, visto que os grupos sociais procuram migrar para lugares onde possuem contatos com amigos, parentes e conterrâneos. Peixoto faz referência à importância das redes migratórias, posto que diversos autores reconhecem que os migrantes não atuam isoladamente, nem no ato da reflexão inicial, nem na realização concreta.

Redes construídas pelo movimento e contacto de pessoas através do espaço estão no centro de microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo. Mais que cálculos individuais de ganho, é a inserção das pessoas nestas redes que ajuda a explicar propensões diferenciais à migrações e o caráter duradouro dos fluxos migratórios (PORTES; BÓRÖCZ, 1980, p. 12 apud PEIXOTO, 2004 p. 29).

As redes sociais por sua vez são elementos importantes na teoria do capital social porque se apresentam como estruturas relacionais, isto é, por intermédio das quais se materializa o capital social. Assim, dentro do processo de migração o paradigma do capital social é extremamente importante nas relações estáveis de confiança, reciprocidade e cooperação entre as partes, porque podem contribuir para diversos tipos de benefícios, como: redução dos custos de transação, acesso aos bens públicos e facilitação na constituição de organizações civis atuantes. A literatura sobre o assunto é vasta e abarca linhas analíticas mais progressistas ou mais conservadoras, baseadas nas obras de Bourdieu (1980), Coleman (1988), Putnam (1996), Portes (2000), Franco (2002) e Portugal (2007), entre outros.

Corroborando com a concepção de Boyd (1986), Massey (1990) e Tilly (1990) (apud SASSAKI; ASSIS, 2000) eles entendem que o capital social é um recurso de mobilização. São recursos compartilhados nas relações de parentesco, de amizade, de grupos comunitários e de sociedade mais ampla, a partir de relações de confiança e cooperação e também de conflitos. Neste propósito, a formação de redes sociais é muito presente na comunidade nipônica. São dezenas de associações culturais, clubes recreativos, esportivos, religiosos, associações de local de origem e muitas outras entidades sem fins lucrativos que mantêm laços de identidade entre os membros dessa comunidade que dá visibilidade da presença desses imigrantes no país. Portanto, foi importante conhecer nas localidades estudadas os principais tipos de interações existentes no interior da comunidade nipônica.

Outro ponto importante a destacar é a mudança dos parâmetros da migração com o processo da globalização da economia. Para corroborar com essa linha de pensamento, cita-se a contribuição de Sassen (1988 apud ASSIS; SASAKI, 2000), que fala do processo de transformação das migrações.

[...] estão relacionados com a reorganização da economia mundial nas duas últimas décadas, resultando na formação de um espaço transacional, onde a circulação de trabalhadores é apenas um dos fluxos dentre os outros, como os de capital, mercadorias, serviços e informações. [...]. É o que Sassen chama de ruptura da estrutura tradicional do trabalho. A subcontratação organizada, por exemplo, a oportunidade para formação de pequenos negócios, em alguns casos, permite que antigos sistemas de trabalho doméstico, artesanal e familiar revivam e floresçam. Constata-se também a proliferação das economias 'informais' e 'clandestinas' no mundo capitalista avançado, [...] (ASSIS; SASAKI, 2000, p.9).

Significa que o processo de migração sofreu transformações substanciais com a transnacionalização do mercado, com a generalização da dinâmica da migração interna e externa, inclusive com mudanças de direção nos fluxos migratórios internacionais a partir dos anos 1980, que trouxe resultados impactantes para os dois lados (país de origem e de destino), com a proliferação das economias informais, a exemplo do movimento dos *decasségus* Brasil-Japão, Brasil-EUA e dos países sulamericanos-Brasil. Nessa nova ordem é interessante estudar os movimentos dos decasségus com Marinucci (2007), em “Breve Panorama das Migrações Internacionais, entre 1980 e 2005”, o qual retrata o fluxo migratório dos brasileiros para os diversos países, principalmente para os Estados Unidos. Igualmente, Lobo, Stefani e Sousa (2005) em “Migração na América do Sul: territorialidades e espacialidades da imigração sulamericana no Brasil”, que trata da presença crescente de imigrantes dos países vizinhos da América do Sul.

Pacheco e Patarra (1997) trazem também grandes contribuições para o entendimento do movimento das migrações dos últimos 20 anos no Brasil. Avaliam que a crescente preocupação com estudos sobre movimentos populacionais deve-se à tendência de convergência entre os níveis de fecundidade e mortalidade e as disparidades de alocação da população no espaço. Essa tendência tem se refletido em decréscimos acentuados nas taxas de crescimento populacional e movimentos migratórios intensos no contexto nacional e internacional. No campo interno observaram um menor crescimento das metrópoles e uma incidência acentuada de migrações de retorno, sugerindo uma circularidade de movimentos; a tendência para o crescimento de cidades de porte médio e a configuração generalizada de periferias, isto é, uma crescente tendência à pendularidade das migrações, cujo tema também é abordado por Oliveira (2006).

Saito (1961) ao analisar as formas de migração japonesa no Brasil, diz que qualquer tentativa de classificação ou conceituação do fenômeno das migrações humanas está em função do prisma ou ponto de vista pelo qual o problema é proposto. Diz que há autores que incluem os movimentos de invasão e conquistas, quer de povos antigos, quer modernos.

Outros, apoiando-se na concepção moderna de liberdade individual, fazem a distinção entre a migração “forçada” e a “livre” (JULIUS ISAAC, 1947 apud SAITO, 1961 p. 9) e ainda, tomando por critério o cenário nacional e internacional passam a chamar de migração “interna” e “externa” ou “internacional”. Dentro dessa classificação o grupo dos japoneses, objeto deste estudo, corresponde à categoria de imigração internacional livre, excluído os turistas e outros viajantes, cuja permanência no país seja de caráter temporário.

Entender a imigração como movimento livre de pessoas com intenção de transferir definitivamente a residência parece simples e clara. Todavia, Isaac (apud SAITO, 1961, p. 10) diz que a diferenciação não é tão explícita quanto ao sentido de “transferência definitiva de residência”, porque pode haver oscilação quanto ao lapso de tempo. Por exemplo, os japoneses que outrora vieram para São Paulo, almejavam a migração temporária, porém, o tempo consumido para realizar os seus objetivos variou bastante. Para alguns, o lapso de tempo foi de meses, e para outros, de dezenas de anos. Assim, o conceito convencional do que seja “permanente” e “temporário” não é condizente com a realidade, quando aplicada aos propósitos dos imigrantes. De fato, a distinção só é útil e oportuna para atender os acordos e convênios entre países.

Na categorização da imigração, quando levada em conta a política dos países interessados em planejar os movimentos migratórios, Saito (1961, p.11) aborda três categorias que não obedecem a critérios mutuamente excludentes: a) *migrações subsidiadas* e de encaminhamento coletivo, que é, na maioria das vezes, a *migração dirigida*; b) *migração não subsidiada*, livre e de encaminhamento dispersivo, que na maioria das vezes é chamada de *migrações espontânea e livre*; c) às vezes, imigrantes contratados e trabalhadores, bem como empreendedores destinados à colonização agrícola, que não se enquadram nos itens anteriores por apresentarem caráter ambíguo.

O que se observa normalmente na prática estatística é que essas categorias são classificadas em dois grupos: dirigida e espontânea. Sendo a dirigida geralmente subsidiada e a espontânea não. Entretanto, a própria classificação depende da natureza, ou finalidade da migração, que vai se diversificando no decorrer dos anos. A JICA, por exemplo, passou a registrar os imigrantes de pós-guerra, até meados dos anos 1960, adotando cinco critérios na sua classificação: 3 na área agrícola: autônoma (ou espontânea), a recrutada (dirigida) e por carta de chamada, e 2 diferenciados para os técnicos e outros. De 1966 a 1979 passou a adotar cinco critérios de forma diferenciada: 1) autônomos para agricultura, 2) contratados para agricultura, 3) contratados para indústrias, 4) contratados para atividades comerciais e 5)

chamada de parentes. A partir de 1980 passou a adotar quatro categorias: 1) para agricultura, 2) técnicos, 3) outros e 4) chamada de parentes (JAPAN..., 1988, p.124).

Na reflexão do quadro teórico foi possível entender que as análises das migrações humanas continuam por meio dos tempos, dentro de uma corrente teórica ou de outra, as quais, em sua maioria, abordam de forma segmentada, longe de chegarem a um consenso, o que é compreensível dada à dimensão e a interdisciplinaridade do tema. Entretanto, em quase todos os enfoques abordados (por diferentes autores) sobre a problemática das migrações humanas, o que se vislumbra no "pano de fundo" é o processo de acumulação capitalista com os seus desdobramentos diretos ou indiretos sobre a dinâmica populacional, desde as migrações forçadas da época da escravatura até as migrações livres, dirigidas, incentivadas e as espontâneas dos dias atuais.

O avanço das economias de mercado, em seu processo de valorização e reprodução do capital, tem rompido as barreiras espaciais e temporais, generalizando as suas relações e impondo a sua lógica nas relações de troca. Assim, na busca de expansão desse mercado, os atores sociais engendram um processo de homogeneização do espaço, no qual o objetivo não é igualar os níveis de desenvolvimento, mas destruir as barreiras que limitam a valorização do capital. Nesse processo a população e o espaço encontram-se inseridos num contexto de transformações permanentes, influenciando e sendo influenciado pela força do capital, ou seja, o espaço representa o campo de força em que ocorrem os fatores de expulsão ou atração, resultado das produções e das mudanças engendradas pela ação do próprio homem.

Considerando que a mobilidade de mão-de-obra tem grande repercussão no campo político e na legislação interna e externa, estes decorrentes dos tratados e acordos internacionais, a migração é tema importante para políticas públicas, tanto para o país emigratório na defesa dos direitos e garantias de seus emigrantes, como para o país receptor, no que diz respeito à concessão de subsídios e a destinação desses imigrantes, que normalmente são designados para a colonização agrícola em áreas remotas ou para desbravamento das fronteiras. No âmbito interno os agentes intermediários têm papel importante nas mediações de conflito que emergem nas relações entre os residentes e os imigrantes na disputa da territorialidade espacial, econômica e social, bem como no aproveitamento de novas tecnologias advindas com o conhecimento tradicional dos alienígenas.

3 O BRASIL NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao refletir sobre o movimento migratório para as Américas, algumas questões tornam-se presente: quais os fatores estruturais e contingenciais que trouxeram esses imigrantes para o Novo Mundo? De onde e por que vieram esses imigrantes? Quem foram os primeiros imigrantes estrangeiros no Brasil? Como a vinda da família real afetou o processo migratório? Qual a situação do Brasil no contexto das grandes migrações? Quais as políticas adotadas pelo governo para incentivar ou restringir a vinda dos imigrantes?

A história moderna contempla que os países europeus vivenciaram no século XVIII a XIX um período de grande avanço na ciência, intensas transformações sociais e econômicas, que desembocaram no aumento repentino da população. A esse período de grandes transformações sócio-demográficas se convencionou chamar de “transição demográfica”¹², o qual foi “caracterizado pelo contemporâneo aumento da taxa de natalidade e o decréscimo das taxas de mortalidade resultando na aceleração do crescimento demográfico” (EMMI, 2008).

Esclarece Klein que a denominada “transição demográfica” começou na Inglaterra e França em meados do século XVIII, quando as taxas de mortalidade mantiveram-se estáveis durante décadas e começaram a decrescer pela introdução da vacinação contra a varíola, saneamento e cultivo de novos alimentos que provocaram o crescimento populacional (KLEIN, 2000). Conseqüentemente, a pressão da população sobre os recursos naturais trouxe a degradação e infertilidade do solo, perturbando a produtividade do sistema extensivo da economia agrícola da época, que aliada a Revolução Industrial¹³ deu impulso ao processo migratório interno e internacional. É interessante lembrar que antes da Revolução Industrial, a grande maioria da população mundial nascia, vivia e morria na zona rural, sem perspectiva de mudança do status social.

¹² Na explicação de Levy (1974), a transição demográfica é o “Processo que consiste essencialmente na passagem de níveis altos de mortalidade e natalidade para níveis baixos e controlados, através de um período intermediário onde o decréscimo da mortalidade antecede o da natalidade, gerando um crescimento rápido da população”.

¹³ A Revolução Industrial iniciou na Grã-Bretanha em meados do século XVIII, expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX. Essa transformação foi possível devido a uma combinação de fatores, como o liberalismo econômico, a acumulação de capital e uma série de invenções que trouxeram mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo. O capitalismo tornou-se então o sistema econômico vigente.

Na explicação dos fluxos migratórios no tempo e no espaço, Singer segue a mesma linha de Lee (1980), apontando que os mesmos são consequências do chamado fatores de expulsão (presentes na área de origem) e de atração (presentes na área de destino), ou da interação de ambos (FERREIRA, 2001; PATARRA; RENNER, 1980; SINGER, 1973). Os fatores de expulsão decorrem por sua vez dos fatores de mudança e estagnação. As mudanças são consequências das transformações das relações de produção tradicionais, com o aumento da produtividade do trabalho e redução do nível de emprego. Já os fatores de estagnação estão relacionados a limitações na disponibilidade de terras cultiváveis frente à pressão demográfica, seja pela monopolização pelos grandes proprietários, seja pelo excedente populacional. Por fim, os fatores de atração funcionam como orientadores dos fluxos migratórios, tendo como principal condicionante a demanda por força de trabalho, gerada pelas indústrias e pela expansão de serviços, traduzido em possíveis oportunidades econômicas da área de destino.

3.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA O NOVO MUNDO

Klein é bastante elucidativo na explicação dos fluxos migratórios na época da transição demográfica, em que os europeus vinham “Fazer a América” não só nos Estados Unidos, como também nos demais países americanos. No âmbito nacional, merece destaque o trabalho de Levy (1974), em “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)”, pela quantidade e qualidade dos dados estatísticos sobre a participação dos estrangeiros na composição dos dados censitários do Brasil, complementado pelo trabalho de Bassanezi (1995) que analisa a composição das várias correntes imigratórias que ocorreram no passado brasileiro.

As migrações internacionais para os países americanos são tratados por Klein (2000) em quatro períodos. O primeiro período é conhecido como a Velha Migração, que vai do século XVI até 1880; o segundo é chamado de Grandes Migrações, que corresponde ao período de 1880 a 1915, isto é, até a Primeira Guerra Mundial; o terceiro corresponde ao período de declínio da migração internacional que vai da Primeira a Segunda Guerra Mundial; e o quarto período corresponde ao cenário após Segunda Guerra Mundial.

Segundo Klein (2000, p. 17), as migrações para o continente americano começaram desde a época da dominação portuguesa e espanhola e na tentativa de escravizar os indígenas

do novo continente. Dentre os colonizadores brancos, cerca de 200 mil migrantes espanhóis chegaram antes de 1600 nas Américas, juntamente com 75 mil africanos aproximadamente. Os espanhóis após colonizarem as principais Ilhas das Índias Ocidentais - Cuba, Hispaniola (Haiti e República Dominicana), Porto Rico e Jamaica - foram para o México e Peru para exploração sistemática dos índios e das imensas riquezas minerais desse continente. A expansão da Espanha como principal potência europeia, do século XVI e início do século XVII, tornara o Novo Mundo menos atraente para os camponeses espanhóis, que foram substituídos pelos escravos africanos. Os portugueses, por sua vez, se fixaram no Brasil desde o início das capitanias hereditárias na exploração do pau brasil. Após algum sucesso na mineração, eles escolheram a agricultura comercial como base para a colonização sustentada pela escravidão africana para suprir a falta de mão-de-obra na produção de açúcar.

A carência de braços era uma constante nas terras americanas, a Europa passava por um período de crescimento demográfico sem precedente na história do velho continente. Enquanto na Europa a terra era cara e a mão-de-obra barata, na América a terra era abundante e a mão-de-obra escassa. Por conta das desigualdades estruturais entre a exaustão da Europa e da grande potencialidade do Novo Mundo desembarcaram nos Estados Unidos cerca de 9,5 milhões de europeus – sobretudo irlandeses e alemães, entre o período de 1821 e 1880. O Canadá, o segundo país receptor, absorveu nesse mesmo período cerca de 1,4 milhões de imigrantes europeus. O terceiro maior país receptor foi o Brasil com cerca de 500 mil imigrantes europeus. Da mesma forma que o Canadá, antes de 1880, o Brasil recebeu uma migração de colonos agrícolas oriundos da Alemanha e do norte da Itália (KLEIN, 2000, p. 21-22). Soma-se a essas informações a vinda dos holandeses, franceses, suíços, austríacos, russos, ucranianos, poloneses, alemães e obviamente mais portugueses e espanhóis.

A causa dessa transformação no quadro migratório do mundo deve-se a vários fatores ligados ao avanço da ciência e tecnologia. Klein (2000, p.23) cita o telégrafo, o navio a vapor, as ferrovias das décadas de 1860 e 1870 que favoreceram os meios de comunicação e transporte de forma rápida e barata entre Europa e Atlântico, que foram fundamentais para o aumento das migrações. O grande número de viagens marítimas garantia contato constante entre as nações americanas e europeias, impulsionando igualmente à migração, o comércio, a indústria e toda economia desses países.

Klein relata que a penúltima década do século XIX até o início do século XX representa o ponto culminante do fluxo migratório entre a Europa e as Américas. Embora cerca de 10 milhões de africanos e 15 milhões de europeus tenham cruzado o Atlântico em

direção às Américas antes de 1880, nada se compara ao período das “grandes migrações”. Época que chegaram à América mais de dois terços dos migrantes – decorrente da combinação dos três fatores: o acesso à terra e ao alimento; a variação da produtividade e o número de membros da família que precisavam ser mantidos, então, atrelados ao fator demográfico. No *boom* da migração européia, entre 1881 e 1915, cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram às Américas, dos quais 70% foram para os Estados Unidos. O segundo lugar coube à Argentina com 4,2 milhões e o terceiro ao Brasil, com 2,9 milhões de imigrantes.

Nessa época das grandes migrações (1881-1915) até a Primeira Guerra Mundial, as pessoas podiam trocar de residência com relativa facilidade. Os países exportadores de trabalhadores eram as Ilhas Britânicas e a Irlanda com 10,4 milhões de migrantes; os alemães com 2,2 milhões; os escandinavos com 1,5 milhão; os italianos com 7,7 milhões, os austro-húngaro com 4,2 milhões, espanhóis com 3,2 milhões, russos e poloneses 2,5 milhões e os portugueses com 1,0 milhão. Deste último, 80% destinavam-se ao Brasil e o restante para os Estados Unidos (KLEIN, 2000, p.23-25).

Sobre a migração de asiáticos do século XIX, Klein (2000, p.23) relata que, na sua maioria eram contratados para substituir os escravos ou para trabalhar nas ferrovias após 1860. Entre 1838 e 1918 entraram na Guiana Britânica aproximadamente 239 mil trabalhadores do subcontinente asiático; 140 mil desembarcaram em Trinidad e outros 47 mil foram para as Índias Ocidentais britânicas. Desse total de quase 500 mil migrantes das Índias Orientais criou-se uma mistura cultural particular nas Índias Ocidentais e nas Guianas (ao norte do Brasil). Entre 1848 e 1874, aproximadamente 125 mil chineses foram levados para Cuba para trabalhar no cultivo da cana-de-açúcar. A partir de 1849 a 1874 aportaram no Peru 90 mil chineses e 18 mil foram para Guiana e Índias Ocidentais britânicas. Grande parte desses trabalhadores retornou à China, mas a parte que permaneceu nesses países formou a subcultura crioula-chinesa.

O declínio da migração transoceânica aconteceu na Primeira Guerra Mundial, quando a deflagração do conflito de 1914 reteve temporariamente grande parte da migração para os Estados Unidos. O ponto nevrálgico do declínio deve-se à limitação da imigração para os EUA, em 1921, seguida por novas leis de migração ainda mais rígidas por outros países americanos, entre os quais o Brasil. Depois, a depressão americana de 1929 contribuiu para limitar o mercado de trabalho dos nacionais e promover um sentimento antiestrangeiro que começou a dar guarida para o estabelecimento de políticas imigratórias cada vez mais

restritivas. A Segunda Guerra Mundial coibiu ainda mais a imigração, de modo que entre 1929 e 1945 a imigração americana atingiu patamares mais baixos desde o início da migração maciça (KLEIN, 2000 p. 26).

3.2 OS PRIMEIROS IMIGRANTES ESTRANGEIROS NO BRASIL

Se a migração é uma mudança permanente ou semipermanente de residência, na qual “não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre migração externa e a migração interna” como conceitua o americano Lee (1980), então, quem é considerado imigrante no Brasil?

A história da imigração brasileira inicia-se com as capitânicas hereditárias no contexto da colonização, seguido do movimento migratório dos escravos africanos que perdurou por três séculos. Os primeiros colonos que aqui chegaram foram, obviamente, os portugueses que, ao tomarem posse da terra, estabeleceram um tipo de colonização, baseado na economia extrativa, principalmente de pau-brasil, seguido da lavoura canavieira.

Dada a dificuldade de escravizar os indígenas e sendo até mesmo insuficientes para o tipo de economia em evolução, os colonizadores resolvem estimular o tráfico de escravos provenientes da África, que se iniciou a partir de 1550. Os africanos aqui chegados antes dessa data poderiam ser considerados como bagagem de seus senhores (LEVY, 1974). Klein estima que, entre 1601 a 1650, tenham chegado 200 mil africanos no Brasil, enquanto que 128 mil foram levados a toda América espanhola. Já no final do século XVI, o Brasil era o maior produtor mundial de açúcar, graças ao trabalho da imigração forçada (KLEIN, 2000).

Desconsiderando os escravos, degredados, cristãos novos, colonos portugueses, ciganos e jesuítas, os primeiros imigrantes estrangeiros da época colonial são procedentes das Ilhas de Madeira e Açores, que foram introduzidas durante o século XVII no sul do país. A colonização dirigida no Brasil teria iniciado por volta de 1750, com a vinda de vários casais de açorianos para diversos trechos do litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (CONSIDERA; SILVA; TAVARES, 1972, p.27). O objetivo do governo português era completar a ocupação do litoral sul. Não obstante, a agricultura por eles iniciada não evoluiu com o correr dos anos, tendo dedicado a vida mais livre e lucrativa do pastoreio e pesca. Nesse sentido, Levy (1974) comenta que não havia interesse dos colonos de Açores e de

Madeira e dos luso-brasileiros em relação ao cultivo de terras de mata, preferindo os campos abertos.

No século XVIII, a presença de estrangeiros intensificou-se com a economia de mineração (principalmente em Minas Gerais), marcada pela presença dos colonizadores portugueses, com intenso fluxo de escravos africanos, além dos franceses e holandeses nas regiões do norte e nordeste (FURTADO, 1959; NOVAIS, 1979 apud EMMI, 2008). A entrada de europeus durante a ocupação holandesa (1630-43) foi bem marcante na costa do nordeste, especialmente em Pernambuco. Os holandeses provaram ser melhores em transportar açúcar e escravos do que cultivar a cana de açúcar, de modo que não prosperou a fixação de colônias agrícolas nessa região, enquanto a colônia portuguesa prosperava com a exportação de açúcar (LANDES, 1998, p.125).

Quando o Brasil iniciou sua política de imigração, o excedente populacional provocado pela transição demográfica na Europa se fazia sentir nos Estados Unidos e outros países da América que já recebiam os imigrantes europeus há algum tempo (LEVY, 1974). Esse interesse tardio do Brasil se deve à mudança de um sistema econômico escravocrata para um sistema capitalista de produção que se inicia com o incremento da lavoura cafeeira¹⁴, cuja cultura começou ganhar espaço na economia nacional, no início do século XIX.

3.3 A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO NA ÉPOCA DO IMPÉRIO

O ano de 1808 marca um novo período colonial com a vinda da família imperial portuguesa para o Brasil, acompanhada da corte e vassalos, com aproximadamente 15 mil¹⁵ pessoas. Logo em seguida, a abertura oficial dos portos brasileiros, aumentou consideravelmente a entrada de estrangeiros no país. Assim, no início do século XIX, foram feitas as primeiras tentativas de colonização com estrangeiros, na colônia de Santo Agostinho, da então Província do Espírito Santo.

Além da presença dos portugueses, o movimento migratório começou a diversificar com as experiências de imigração livre e dirigida de outros europeus. A Carta Régia de 02 de maio de 1818, autorizando o estabelecimento de algumas famílias suíças destinadas à colônia

¹⁴ Relata Magalhães Filho (1973) que em 1727, as primeiras mudas de café foram plantadas no Pará. Em 1731 inicia-se a exportação de café para Lisboa. Ao longo do século XVIII foram levados para o Sul e as exportações em quantidade começaram a crescer após 1816.

¹⁵ Alguns autores falam em 12 mil, outros em 15 mil.

de Nova Friburgo¹⁶, no Rio de Janeiro, assinala o início da imigração planejada, selecionada e subsidiada pelo império (IOTTI, 2001). A escolha de grupos vindos da Europa Central, mais especificamente, suíços, alemães e austríacos é atribuída à influência da imperatriz, originária da Europa Central (LEVY, 1974).

Por volta de 1822, por ocasião da Independência do Brasil, "julou-se necessário dar maior ênfase à colonização das duas províncias mais meridionais, que estavam sujeitas a ataques dos argentinos pelo lado sul, e dos índios Botocudos pelo interior". Fato que levou o governo imperial iniciar tentativas para o estabelecimento de núcleos de colonização no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Então, em 1824, inicia-se uma colonização subvencionada e dirigida às províncias sulinas, "com camponeses oprimidos e soldados desengajados do exército Napoleônico, recrutados da Europa Central" (WAIBEL, 1958 apud LEVY, 1974). Da mesma forma os diversos núcleos coloniais estabelecidos em vários pontos do território brasileiro – Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo (LEVY, 1974).

Ao revés da política imperial inicial, em 1830 foi sancionada uma lei que proibia qualquer despesa governamental para subvencionar grupos estrangeiros, em qualquer província do império, fato que provocou uma desaceleração da imigração e colonização até 1834, passando os encargos para as províncias promover a colonização (WAIBEL, 1958, apud LEVY, 1974).

Petrone (1987) relata que a legislação produzida no período imperial é vasta e contraditória em relação à política imigratória. Essa política flutuou, dependendo de quem estava no poder e quem maior pressão exercia sobre o aparato político-administrativo da época. Os indicadores demonstram os momentos de criação de núcleos coloniais em contraposição ao maior ou menor aproveitamento de imigrantes nas fazendas de café. Nesse contexto, a legislação reflete as duas tendências com muita clareza: imigrante colono em núcleo de pequena propriedade ou imigrante como braço na lavoura de café (PETRONE, 1987, apud IOTTI, 2001).

Percebe-se que a política de imigração e colonização adotada pelo império, atravessou diferentes momentos, conforme os interesses dos grupos que estiveram no poder. Como esclarece Bassanezi (1995, p.4), havia interesses antagônicos em relação à migração estrangeira para o Brasil. Existiam duas tendências em torno da canalização de recursos e

¹⁶ Segundo Nogueira (1964 apud Levy, 1974), a colônia de Nova Friburgo se estabeleceu efetivamente em 1819. É o início das primeiras experiências de substituição de mão-de-obra escrava por imigrantes europeus. Esse movimento, no entanto, se torna mais significativo a partir de 1870.

investimentos para as propostas de migração: uma das propostas buscava privilegiar o assentamento em pequenas propriedades para a policultura (colonização) e a outra objetivava atrair mão-de-obra livre assalariada para a grande lavoura de exportação.

A primeira proposta estava atrelada a questão da distribuição de terras aos colonos que foi prejudicada pela Lei de Terras¹⁷, promulgada em 1850, que aboliu a gratuidade de lotes aos colonos, estabelecendo como único título de posse a compra. Criou a Repartição Geral das Terras Públicas que teria a seu cargo a delimitação, divisão e proteção das terras devolutas e a promoção da colonização nacional e estrangeira. Embora a Lei de Terras assegurasse certos recursos para os programas de colonização, pode ser interpretada como resultado da pressão dos grandes proprietários monocultores de café, que pretendiam drenar a corrente de imigrantes para as suas fazendas, daí o interesse de que não mais se doassem terras para a criação de núcleos coloniais. (PETRONE, 1987, apud IOTTI, 2001).

A segunda proposta era sustentada pelos proprietários das fazendas de café, em face de restrição na importação de escravos, depois agravada pela abolição da escravatura que trouxe uma pesada mudança para a economia cafeeira, fazendo com que a busca de mão-de-obra livre se tornasse uma necessidade imediata.

Por outro lado, o rápido crescimento da economia cafeeira em São Paulo gerou recursos para subsidiar a imigração estrangeira em grande escala, tanto para a cafeicultura, como à expansão da ferrovia, à indústria nascente e às obras de infraestrutura urbana. A questão do subsídio estava atrelada aos problemas da liberação da escravatura, diante da pressão externa, principalmente da Grã-Bretanha. Segundo Bassanezi (1995, p.4), a política de subsídios teve início na Província de São Paulo, com a lei de março de 1884, que previa o transporte gratuito para as famílias que se instalassem nas fazendas. A Lei Glicério, de 1890, assegurava o transporte gratuito para as famílias de agricultores, lavradores solteiros ou viúvos entre 18 a 50 anos, assim como a operários e artesões do mesmo grupo etário. Estes, no entanto, não poderiam se constituir em mais que 50% de famílias agrícolas e os outros não poderiam exceder a 33% das primeiras. Os subsídios dessa lei duraram até 1927.

¹⁷ Conhecido como Lei Euzébio de Queiroz, a Lei nº 601 de 17 de setembro de 1850, dispõe sobre as terras devolutas no império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples títulos de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como o estabelecimento de colônias nacionais e de estrangeiros autorizados o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854.

Como visto, a imigração forçada foi estancada com a promulgação da Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, que proibiu o tráfico¹⁸ e a entrada de escravos no território brasileiro. Até então, o Brasil tinha introduzido aproximadamente quatro milhões de escravos, pelo cálculo de Klein (1987). A proibição do tráfico de escravos em 1850, a lei do Ventre-Livre em 1870, a alforria dos escravos velhos pela Lei dos Sexagenários em 1875 e a abolição da escravatura em 1888, são acontecimentos que provocaram gradativamente o incremento do imigrante europeu durante o século XIX para substituição do braço escravo. Nos últimos 50 anos desse século entraram no Brasil cerca de 2 milhões de europeus, sendo que o apogeu da imigração europeia ocorreu no último decênio do século XIX, quando entraram 1.129.315 europeus. Grande parcela era de italianos que se destinava às fazendas de café do estado de São Paulo (SAITO, 1961).

3.4 O PANORAMA NACIONAL NA ÉPOCA DAS GRANDES MIGRAÇÕES

O Brasil, antes da abolição da escravatura, absorveu uma migração significativa de colonos agrícolas oriundos da Europa. Quase todos evitaram as regiões de trabalho escravo e se instalaram em regiões de clima temperado ao sul de São Paulo. Por volta de 1880, aproximadamente 455 mil europeus haviam se instalado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, representando uma parte significativa dos 3,7 milhões de brancos registrados no censo demográfico de 1872, considerando os 4,2 milhões de negros livres e os 1,5 milhão de escravos registrados (KLEIN, 2000).

O período posterior a 1880 é marcado também por uma mudança na procedência dos imigrantes europeus. Se no período anterior o norte da Europa dominava o fluxo dos migrantes, no período das grandes migrações eram os do leste e sul da Europa que dominavam, principalmente com a leva de italianos de Sicília e pequena parcela de poloneses e russos, considerando ainda a vinda de portugueses, espanhóis e alemães.

Levy (1974) comenta que os primeiros dados sobre a imigração estrangeira são de 1820. Conforme se verifica na Tabela 1, entre 1820 e 1876, chegaram ao Brasil 350.117 imigrantes estrangeiros dos quais, 160.119 (45,73%) de portugueses, 45.419 (12,97%) de alemães e 125.116 (35,74%) de outras nacionalidades. Os 16.562 italianos e os

¹⁸ A Grã-Bretanha proibia o tráfico de escravos para suas colônias desde 1807, iniciando ao mesmo tempo uma campanha diplomática para obter aliados (MAGALHÃES FILHO, 1973)

2.901 espanhóis representavam uma pequena participação de apenas 6% do contingente de estrangeiros.

No ano 1871 (ano anterior ao Censo de 1872), foi registrada a entrada de 250.487 imigrantes de diversas nacionalidades. O total de estrangeiros enumerados no censo de 1872 passou para 389.459 imigrantes, significa que havia mais de 100 mil estrangeiros antes de 1971. Já pelo censo de 1872, a participação de estrangeiros representou 3,84% da população total de 10.112.061 habitantes, que é um índice relativamente alto em relação aos anos anteriores. Entretanto, o maior índice de participação estrangeira ocorreu no censo de 1900, quando atingiu 6,16% do total de 17.439.434 habitantes (LEVY, 1974).

**Tabela 1 - Entrada de imigrantes segundo as principais nacionalidades
Brasil 1820 – 1972**

Período	Portu- gueses	Italia- nos	Espa- nhóis	Ale- mães	Japo- neses	Outras etnias	Total
1820-1876	160.119	16.562	2.901	45.419		125.116	350.117
1877-1903	389.580	1.127.773	209.322	43.731		157.586	1.927.992
1904-1930	792.227	346.029	366.932	117.852	100.653	419.088	2.142.781
1931-1963	425.408	134.358	133.802	49.564	141.518	221.754	1.106.404
1964-1972	22.980	4.527	4.467	3.912	5.836	32.360	74.082
Total	1.790.314	1.629.249	717.424	260.478	248.007	955.904	5.601.376

Fonte: Levy (1974 – Tabela 2)

Na Tabela 1 destacam-se três períodos (de 30 anos cada) em que ocorreram as grandes migrações brasileiras entre 1877 a 1963. No período de 1877 a 1903, a predominância é dos italianos com 1.127.773 entradas, que representa 58,5 % do total; no período de 1904 a 1930, a predominância volta a ser dos portugueses com 792.227, isto é, 37% do total. Nesse período há aumento da participação dos espanhóis, alemães, japoneses e de outras etnias; no período de 1931 até 1963, que inclui os imigrantes de pós II Guerra Mundial, a predominância é dos portugueses e de outras etnias, com a participação significativa dos japoneses.

A vinda desses imigrantes esteve inserida no contexto das grandes migrações humanas, decorrente das grandes transformações sócio-demográficas por que passavam a

Europa, os Estados Unidos e em várias regiões do mundo provocada, pela expansão do capitalismo. Entretanto, foi no período de subsídios que ocorreu o pico da migração brasileira, entre os anos de 1890 e 1899, quando entraram 1.198.327 (Tabela 2) imigrantes em 10 anos, dos quais 690.365 eram de italianos, isto é, 58% do total dos imigrantes.

**Tabela 2 - Entrada de imigrantes: comparativo de algumas nacionalidades
Brasil 1872 – 1972 (país de origem)**

Período	Portugal	Itália	Espanha	Alemanha	Japão	Outros	Total
1872-1879	55.027	45.467	3.392	14.325		58.126	176.337
%	31,21	25,78	1,92	8,12		32,97	100
1880-1889	104.690	277.124	30.066	18.901		17.841	448.622
%	23,34	61,77	6,7	4,21		3,98	100
1890-1899	219.353	690.365	164.293	17.084		107.232	1.198.327
%	18,3	57,61	13,71	1,43		8,95	100
1900-1909	195.586	221.394	113.232	13.848	861	77.486	622.407
%	31,42	35,57	18,19	2,22	0,14	12,46	100
1910-1919	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
%	39,06	16,94	22,28	3,18	3,36	15,18	100
1920-1929	301.915	106.835	81.931	75.801	58.284	221.881	846.647
%	35,66	12,62	9,68	8,95	6,88	26,21	100
1930-1939	102.743	22.170	12.746	27.497	99.222	68.390	332.768
%	30,88	6,66	3,83	8,26	29,82	20,55	100
1940-1949	45.604	15.819	4.702	6.807	2.828	38.325	114.085
%	39,97	13,87	4,12	5,97	2,48	33,59	100
1950-1959	241.579	91.931	94.693	16.643	33.593	104.629	583.068
%	41,43	15,77	16,24	2,85	5,76	17,95	100
1960-1969	74.129	12.414	28.397	5.659	25.092	51.896	197.587
%	37,52	6,28	14,37	2,86	12,70	26,27	100
1970-1972	3.073	804	949	1.050	695	9.017	15.588
%	19,71	5,16	6,09	6,74	4,46	57,84	100
Totais	1.662.180	1.622.491	716.052	223.517	248.007	878.642	5.350.889
1872-1972	31,06%	30,32%	13,38%	4,18%	4,64%	16,42%	100%

Fonte: Levy (1974).

Conforme o levantamento realizado por Levy (1974), no período de 100 anos (1872 a 1972) o contingente de imigrantes que entraram no Brasil chegou a 5.350.889. Esses dados referem-se ao primeiro estabelecimento apenas, dos quais 31,06% de origem portuguesa,

30,32% de italianos, 13,38% de espanhóis, 4,63% de japoneses, 4,18% de alemães e 16,42% de outras origens não especificadas. A proporção da população estrangeira em relação ao total da população brasileira, para o período de 1872 a 1972, variou de 6,16%, em 1900 para 1,31%, em 1970.

Por outro lado, para saber quais são as contribuições dos imigrantes para o aumento da população brasileira é imprescindível saber o quantitativo de retorno. Tarefa que não é nada fácil de obter pela escassez de dados sobre a saída dos imigrantes. O IBGE calcula a reemigração (ou retorno) dos imigrantes por estimativa. No anuário estatístico de 1960, o IBGE apresenta um quantitativo absoluto de imigrantes entre os períodos de agosto de 1872 a junho de 1950, no total de 3.380.749, com os respectivos percentuais de aumento de excedente das imigrações sobre as emigrações, conforme detalhado na Tabela 3.

**Tabela 3 - Crescimento populacional pelas migrações internacionais
Brasil 1872 – 1950**

Períodos	Número de Imigrantes	Número de Emigrantes (1)	Aumento da população pelo excedente das imigrações s/emigrações	
			Absoluto	Em % do aumento total (retificado)
1º Ago.1872 a Dez.1890	712 832	142 566	570 266	13,50
2º Jan.1891 a Dez.1900	1 129 317	225 863	903 454	23,40
3º Jan.1901 a Ago.1920	1 446 081	506 128	939 953	10,10
4º- Set.1920 a Ago.1940	1 146 456	286 614	859 842	6,30
5º- Set.1940 a Jun.1950	(2)119 532	12 298	(3) 107 234	1,00
Totais	4 554 218	1 173 469	3 380 749	

Fontes — IBGE. Anuário estatístico do Brasil (1960).

NOTA in verbis:— Foram retificadas as populações dos censos de 1900 e 1920.

Correspondente por hipótese a 20% do número dos imigrantes no 1.º e no 2.º períodos, a 35% no 3.º e a 75% no 4.º. — (2) Imigrantes checados nos anos de 1941 e 1949, mais um terço dos chegados em 1940 (de setembro a dezembro), mais a metade dos chegados em 1950 (de junho a dezembro). — (3) Correspondente a 1% do aumento total (retificado) da população no período, tendo sido de 99% desse aumento o excedente dos nascimentos sobre os óbitos, conforme se vê em "As variações da população urbana, suburbana e rural do Brasil entre 1940 e 1950, Giorgio Mortara, — Pesquisa sobre as populações urbanas e rurais do Brasil, Estatística Demográfica N° 17, Laboratório de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, 1954.

O panorama quantitativo dos movimentos migratórios do continente americano, e especificamente do Brasil, permite avaliar o volume do contingente de estrangeiros que

aportaram no final do século XIX até o período de pós-Segunda Guerra Mundial. Entretanto, diante dos diferentes números apresentados por diferentes autores e pelo próprio IBGE, na explicação dos volumes das migrações internacionais, é forçoso reconhecer as limitações dos dados estatísticos, fonte tradicional dos estudos populacionais, como alerta Mortara (1950).

O recenseamento mais fidedigno, anterior ao último Censo de 1940, é o de 1872, realizado antes do início das imigrações de grande amplitude [...] No recenseamento de 1890 a apuração dos estrangeiros ficou irreparavelmente afetada pelas apressadas interpretações das normas da nova Constituição referentes à naturalização. O recenseamento de 1900 ficou inacabado e foi completado mediante conjecturas. O de 1920 teve êxito muito melhor, mas parece que os dados sofreram, antes da publicação algumas correções, que, visando aproximá-los da verdade, de fato os afastaram dela. [...] o de 1940, tendo sido realizado conforme a diretriz rigorosa de fotografar a situação real, sem retoques, ofereceu uma base certa, que dantes faltava, [...] (MORTARA, 1950, p.323, apud EMMI, 2008, p. 38).

Reportando-se ao trabalho de Mortara acerca da contribuição dos imigrantes no crescimento da população brasileira, Clevelario Junior é bastante elucidativo.

Mortara (1947a) estudou a participação da imigração no crescimento populacional dos países americanos entre 1840 e 1940, concluindo que a imigração direta e indiretamente, respondeu por 19%, 58%, 44% e 21,6%, respectivamente, do aumento populacional do Brasil, Argentina, Estados Unidos e Canadá durante estes cem anos. [...] Mortara (1951) refez os cálculos para o período entre 1890 e 1940, concluindo que a imigração neste período respondeu por 15,3% do crescimento populacional brasileiro, o que corresponde dizer que 10% da população do Brasil em 1940 tinha origem direta (imigrantes) ou indireta (descendentes) nos imigrantes chegados entre 1890 a 1940. (CLEVELARIO JUNIOR, 1997, p.51 e 52)

Oportuno salientar que muitos estrangeiros que entraram no Brasil como imigrantes não permaneceram no País. Houve períodos que o número de entradas era menor do que os de saída. Os estudos de Levy revelam que entre 1872 a 1920, o período de maior retorno, a nacionalidade que apresentou maior índice de remigração foi a dos italianos (2,47), seguido pelos espanhóis (2,27) e portugueses (2,10). Considerando ainda os índices acumulados no período de 1872 a 1970, a autora concluiu que a nacionalidade de maior retorno foi a italiana (10,61), seguida da espanhola (5,50) e alemã (4,31). Como dito, a nacionalidade de menor retorno foi a dos japoneses (1,69) (LEVY, 1974).

Quanto à destinação dos imigrantes, os censos do século XIX mostram uma concentração muita alta na Província do Rio de Janeiro, de 47,4%, em 1872 e 40,0%, em 1890. Depois do Rio de Janeiro, os estrangeiros concentravam-se em ordem decrescente em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Pernambuco. A passagem de

São Paulo do quarto para o segundo lugar, em 1890, representa o primeiro reflexo da política de subsídios para substituir a mão de obra escrava nos cafezais de São Paulo (BASSANEZI 1995, p. 11). Estes subsídios beneficiaram em sua maioria os italianos que vinham fugindo da depressão agrícola da Itália, do estado de miséria da população na década de 1880, de que fala Trento (1989 apud EMMI, 2007).

A partir da década de 1890, São Paulo suplanta todos os estados e passa a ter o maior contingente de imigrantes do país. Segundo dados de Levy (1974) - Tabela 8), o fluxo das grandes migrações para o Brasil ocorrido no período de 1872 a 1914, quando entraram no Brasil 2.808.053 estrangeiros, 58,17% destinavam-se a São Paulo. Considerando o período de 100 anos (1872 a 1972), dos 5.045.471 imigrantes entrados no Brasil, 2.875.758 (57%) foram para São Paulo.

Como reporta Bassanezi (1995, p.9), nos censos de 1900, 1920 e 1940, os estrangeiros representavam, respectivamente, 21%, 18,1% e 11,3% da população de São Paulo. Enquanto que na Província do Rio de Janeiro, os percentuais de estrangeiros mantinham-se acima de 10% nos quatro primeiros censos analisados (1872, 1890, 1900 e 1920).

Tabela 4 - Entrada de Imigrantes: Brasil e São Paulo (1872-1914)

Entradas de Migrantes	Brasil	São Paulo	%
Portugueses	732.087	246.085	33,61
Italianos	1.249.878	830.936	66,48
Espanhóis	439.793	288.515	65,60
Japoneses	15.543	15.290	98,37
Alemães e Outras	370.752	252.555	68,12
1872-1914	2.808.053	1.633.381	58,17

Fonte: Levy (1974 – Tabela 8)

Os japoneses só chegaram em 1908, o total das entradas até 1914 era de apenas 15.543, dos quais, em quase sua totalidade (98%) foram para São Paulo, como se verifica no recorte temporal de 1872-1914 (Tabela 4). Entretanto, até a época da Segunda Guerra Mundial já haviam entrado no país cerca de 190 mil. Após a Segunda Guerra Mundial até a década de 1970, chegaram mais 58 mil imigrantes japoneses.

Comparando as principais correntes imigratórias de italianos, portugueses, espanhóis e alemães, “a japonesa se destacou por ter-se iniciado com atraso, ser a de mais curta duração e a de menor volume” como enfatiza Bassanezi (1995, p.28). Realmente, se constata na Tabela 2 que os japoneses foram os últimos a chegar e com um contingente um pouquinho maior que a dos alemães. À medida que o contingente de europeu estava em linha descendente a dos japoneses estava em posição ascendente - no início do século XX até o início da Segunda Guerra Mundial. Mas foi a corrente japonesa que apresentou o maior índice de fixação no solo brasileiro, como afirmam Bassanezi (1995), Sakurai (2008) e outros autores.

3.5 A POLÍTICA IMIGRANTISTA NO PERÍODO REPUBLICANO

Em agosto de 1872, foi realizado o primeiro grande recenseamento da população no império do Brasil. Com base no trabalho estatístico da evolução demográfica de Levy (1974), Bassanezi (1995) analisa graficamente a evolução da entrada de imigrantes no Brasil entre 1872 e 1972 e verifica a existência de quatro momentos mais longos e de maior intensidade, separados por momentos mais curtos, de declínio das imigrações. Percebe-se que esse movimento está relacionado com a política imigrantista adotada pelo governo brasileiro no processo de atração ou restrição por que tem passando o país nos últimos 100 anos.

O primeiro momento (1872 a 1902) coincide com a expansão da cafeicultura, no Oeste Paulista, pelo início da política de subsídios com entrada maciça de imigrantes europeus, predominantemente italianos, o segundo momento - de 1906 até 1ª Guerra-Mundial - é marcado pela política de valorização do café (Convênio Taubaté de 1906), com aumento expressivo da imigração de portugueses e espanhóis e início da imigração japonesa, o terceiro momento - de 1918 até a 2ª Guerra Mundial - é caracterizado pela menor intensidade de entradas de imigrantes, o quarto e último momento - 1945 até 1960 - é o período de pós-guerra com o afrouxamento das restrições às imigrações com predominância da migração dirigida.

As primeiras imigrações de europeus destinadas às fazendas de café não foram promissoras diante das duras condições de trabalho que eram afetos aos antigos escravos. As decepções dos imigrantes quanto à possibilidade de enriquecimento a curto prazo, levaram a debandada para outras atividades, ou a reemigração para outros países ou retorno para o país de origem, a exemplo da decepcionante experiência com os alemães, suíços e belgas nas

fazendas do Senador Vergueiro. Comenta-se que a revolta dos colonos alemães se deu por volta de 1856, quando ainda prevalecia o regime escravocrata. Ao passo que os italianos, quando chegaram, o regime de servidão estava prestes a ser extinto, ou mesmo depois da extinção, de tal sorte que as condições devem ter mudado e influenciado no ajustamento desses imigrantes mais recentes. O fato é que, os italianos, espanhóis e portugueses mostraram ter maiores facilidades de adaptação à vida da fazenda, particularmente, os colonos italianos, cuja primeira entrada data de 1874. Nos anos seguintes, passaram a liderar o *ranking* da corrente migratória a partir da década de 1880, até atingir cerca de 70% dos imigrantes (SAITO, p. 44).

Em relação ao período republicano a política de imigração e colonização adotada pela recém instalada República (1889), deu continuidade a política imperial, mantendo algumas concessões para o transporte e instalação de imigrantes. Com a aprovação da Primeira Constituição Republicana de 1891, passaram para os estados o controle das terras devolutas e o fim dos subsídios aos imigrantes pelos cofres federais. Nesse período, entre 1891 a 1907, o governo federal transferiu para os estados e à iniciativa privada a tutela dos negócios ligados à imigração e à colonização de terras. No entanto, devido à crise do preço do café, as condições dos imigrantes europeus foram afetadas pela recessão.

As dificuldades dos fazendeiros cresceram com a proibição da Itália de subsidiar a emigração italiana para o Brasil, em função da edição do Decreto Prinetti, em 1902. Segundo Baldin (1999), o governo italiano passou a limitar e até impedir a saída do seu povo para o Brasil devido ao descumprimento da Lei de Imigração do governo imperial do Brasil (de 1867), pelas companhias de imigração, pelas companhias colonizadoras e pelos representantes do Governo Imperial no tratamento para com os imigrantes. Quaisquer que sejam as razões da suspensão, a diminuição abrupta da corrente italiana trouxe sérios problemas para os fazendeiros. A partir daí, a política migratória esteve praticamente subordinada aos interesses dos cafeicultores, que procuravam quebrar as restrições¹⁹ da entrada de imigrantes asiáticos. Acrescenta-se que o reforço ideológico da tese do branqueamento tornava o emigrante europeu preferido em face da crescente miscigenação entre negros e portugueses. Como diz Bassanezi (1995, p.4) “As restrições a esses grupos encontravam-se respaldadas nas implicações socioculturais do movimento migratório, que, para amplos setores da sociedade

¹⁹ A restrição contra a entrada de negros e asiáticos, consta do Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890 que proibia a entrada de africanos e asiáticos no Brasil, a não ser mediante autorização do Congresso Nacional (TSUCHIDA, 1978, apud HOMMA, 2007, p.18).

brasileira deveria reforçar o alicerce europeu desta sociedade já marcada pela escravidão”. As restrições ao asiático iam muito além da preferência pelo europeu, como menciona a autora.

O asiático era considerado inferior por importantes segmentos da sociedade brasileira, chegando, para muitos, a ser inferior aos próprios escravos. A imprensa, por sua vez, ao veicular impressões negativas sobre essa imigração, contribuía para a formação de um estereótipo do oriental em geral. Mesmo os que defendiam a imigração chinesa e japonesa como solução para a mão-de-obra na cafeicultura, viam-na como provisória. (NOGUEIRA,1922 apud BASSANEZI, 1995, p.5).

Já na primeira década do século XX, o número diminuiu em cerca de cinquenta por cento, em comparação a década precedente e a quase interrupção da entrada de colonos italianos (SAITO, 1961, p.44). Conforme, o levantamento de Levy (1974) para o período de 1890-1899 ingressaram 690.365 imigrantes italianos, enquanto no período de 1900 a 1909 houve uma queda brusca para o patamar de 221.294 (Tabela 2), isto é, um terço do período anterior. Assim, apesar dos preconceitos contra a raça amarela, no início do século XX, houve a entrada de imigrantes de outras etnias, inclusive de japoneses, que continuou intensa até o início da Segunda Guerra Mundial.

O convênio de Taubaté (1906) marca o segundo período analisado por Bassanezi - de 1906 até Primeira Guerra Mundial (1914–1918). Diante do aumento na produção do café e queda de seu preço no mercado internacional, os cafeicultores se mobilizaram para criação de uma estratégia que mantivesse o preço do produto valorizado em momentos de crise. Em fevereiro de 1906, reuniram-se em Taubaté, os governadores dos estados de São Paulo (Jorge Tibiriçá), Minas Gerais (Francisco Sales) e Rio de Janeiro (Nilo Peçanha). Como resultado, assinaram um convênio que estabelecia as bases de uma política conjunta de valorização do café, condicionado à aprovação pelo presidente da República. Os governadores dos estados produtores adotariam medidas visando desencorajar a expansão das lavouras pelos cafeicultores e estabelecer um equilíbrio entre a oferta e a procura. O governo federal interviria no mercado, adquirindo os excedentes dos cafeicultores (FURTADO, 1991)²⁰. Dentre essas medidas, estava a suspensão dos subsídios para trazer novos imigrantes.

A partir de 1907, a União voltou a intervir no processo migratório promulgando uma série de atos legais para atrair os imigrantes com a criação de núcleos coloniais, “já que a

²⁰Com isso, os preços do café eram mantidos artificialmente altos, garantindo-se os lucros dos cafeicultores. Estes, ao invés de diminuir a produção de café, continuaram produzindo-o em larga escala, obrigando o governo a contrair mais empréstimos para continuar adquirindo esses excedentes. Essa política adotada a partir do Convênio de Taubaté só ajudou a adiar o iminente fim do ciclo cafeeiro no Brasil, que aconteceu com a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929.

maioria dos estados não podia fazê-lo, ou por falta de meios ou por ausência de uma infraestrutura que os pudesse apoiar nestes serviços” (PETRONE, 1987, p.99).

A regulamentação do Serviço de Povoamento do Solo pelo Ministério da Agricultura, pelo Decreto nº 9.081, de 1911, marca a retomada pelo governo federal na condução da política de imigração e assentamento dos colonos, deixando aos estados e à iniciativa privada a execução do processo. Esse decreto incluía entre várias medidas um processo mais seletivo do imigrante subsidiado, antes do embarque (no país de origem), e no momento do desembarque, quer sob o ponto de vista físico ou social, vedando a entrada como imigrante de maiores de 60 anos, portadores de doenças contagiosas, criminosos, desordeiros, mendigos, vagabundos, dementes e inválidos. Tratava, entre outros dispositivos, a criação de núcleos coloniais pela União e pelos Estados, por empresas de viação férrea ou por companhias ou associações particulares, pela crescente participação do setor privado no empreendimento colonial.

No período de 1915 a 1918, que corresponde aos anos da 1ª Guerra Mundial, há um arrefecimento da migração em todos os países. No Brasil, a entrada de estrangeiros ficou bastante reduzida, com a presença de mais portugueses e menos de outras nacionalidades, porém com grande diversificação de etnias. As “outras categorias” eram compostas de imigrantes da Polônia, Rússia, e Romênia, que imigraram, possivelmente, por questões políticas (LEVY, 1974).

A década de 1920, constitui período de grande afluência de imigrantes, especialmente para São Paulo, em vista a recuperação e expansão de lavoura cafeeira e desenvolvimento de outros setores da economia, principalmente em razão da construção da estrada de ferro São Paulo- Rio Grande. Se bem que nesse período, os imigrantes se dirigiam também para outras áreas de colonização do Planalto Meridional (CONSIDERA; SILVA; TAVARES, 1972).

A partir da segunda década do século XX, ocorreu a ocupação paulatina do oeste de Santa Catarina e Paraná. Observa-se também que a partir dessa década há uma crescente diversificação de outras etnias no quadro das migrações. As principais nacionalidades estrangeiras no Brasil, em ordem decrescente de importância após o censo de 1920, foram: a portuguesa, a italiana, espanhola, alemã e japonesa (considerando que antes do censo de 1920, a Turquia- Asiática, o Uruguai e Polônia eram mais importantes do que o Japão). A vinda de japoneses foi destacada nesse período, posto que o governo japonês estava incentivando a emigração como uma solução para a depressão econômica e superpopulação do Japão (TSUTSUMI, 2001).

No período entre as duas grandes guerras uma série de acontecimentos reduziu a vinda de imigrantes: o término da política de subsídios à imigração, a crise da superprodução de café que ocasionou a queda da bolsa de valores nos Estados Unidos, em consequência da grande depressão mundial. A partir de 1930, a imigração européia começa a declinar e a japonesa passa a suplantá-la o contingente de italianos e alemães (vide Tabelas 1 e 2). Com a grave crise do preço do café, os problemas internos de emprego geravam regulamentações crescentemente severas para restringir a entrada de imigrantes estrangeiros, especialmente dos asiáticos, quando a ideologia do branqueamento da população ganha força (SEYFERTH, 2001).

Em contrapartida a política governamental é dirigida para a colonização com nacionais, relegando a um segundo plano as migrações internacionais. Em dezembro de 1930, o Decreto nº 19.482, do governo provisório, anunciava tal mudança, limitando a entrada no território nacional de passageiros estrangeiros de terceira classe, e determinando no art. 7º que “os auxílios até agora dados nos núcleos coloniais aos imigrantes agricultores passarão a ser concedidos aos trabalhadores (nacionais) constituídos em família [...]” (CONSIDERA; SILVA; TAVARES, 1972, p.30-32).

Diante da pressão dos políticos sobre a questão da “inassimilação” dos asiáticos e da preservação da eugenia, a constituição de 1934 instituiu o regime de quotas no artigo 121, estabelecendo um quantitativo anual de 2% para o ingresso de novos imigrantes para cada corrente imigratória.

Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

.....

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena. (BRASIL, 1934)

Afora a limitação no ingresso de imigrantes, o § 7º do artigo 21 da Constituição de 1934, traz a tona a questão da “inassimilação do alienígena”, impondo restrição à liberdade dos imigrantes até proibindo a concentração de 3 ou mais estrangeiros, dispositivo que foi omitido na Constituição de 1937.

De qualquer forma, a restrição dos 2% imposta pelo governo federal resultava numa desaceleração da entrada de estrangeiros, principalmente para os países que começaram o fluxo migratório tardio, como o caso do Japão. Nessa circunstância, o quantitativo autorizado para os italianos era de 27.415 pessoas, enquanto que para os japoneses era de apenas 3.480 pessoas para 1936 (vide Tabela 5).

Tabela 5 - Quota dos contingentes imigratórios para 1936 - alguns países

Nacionalidades	Entradas		Quotas sobre as entradas	Quotas provisórias
	Registradas de 1886 a 1935	Calculadas		
Alemães	155 887	—	3 117,74	2 318
Espanhóis	578 087	—	11 561,74	11 562
Italianos	1 373 702	—	27 474,04	27 415
Japoneses	175 998	—	3 479,96	3 480
Poloneses	42 258	101 765	845,16	2 035
Portugueses	1 149 502	—	22 990,04	22 991
Russos	107 297	—	2 145,94	2 146
Turcos	79 177	—	1 583,54	1 584

Fonte: Anuário estatístico do Brasil; IBGE (1936).

Os 3.480 autorizados para 1936 seria um quantitativo relativamente pequeno, levando em consideração que nos anos de 1933 e 1934 haviam ingressado, respectivamente, 24.493 e 21.930 imigrantes japoneses. Mesmo com a nova constituinte de 1937, o regime de quota da imigração foi mantido no artigo 151.

Art 151 - A entrada, distribuição e fixação de imigrantes no território nacional estará sujeita às exigências e condições que a lei determinar, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos. (BRASIL, 1937).

Como comenta Handa (1987), o governo de Getúlio Vargas desde o início demonstrou tendências ditatoriais, e em nome da união federativa tomou medidas drásticas para forçar a nacionalização dos imigrantes estrangeiros e seus descendentes. Essa postura já se refletia no decreto estadual sobre educação de abril de 1933 - que proibia o ensino de línguas estrangeiras aos analfabetos em língua portuguesa que fossem menores de 10 anos. Após a nova constituição e promulgação dos decretos, entre 1938 e 1939, o governo decidiu por em marcha a fiscalização das organizações estrangeiras e proibição das publicações em língua

estrangeira, limitando as atividades educativo-culturais em língua estrangeira para acelerar a integração dos mesmos à sociedade brasileira.

Com o estopim da 2ª Guerra Mundial todas as migrações internacionais foram prejudicadas, de tal monta que no decênio de 1940-49 a corrente dos japoneses caíra drasticamente para 2.828 imigrantes (dados da Tabela 2). A imigração nesse período de guerra resumia-se praticamente às cartas de chamadas para fins matrimoniais ou de agregação familiar. A retomada no período de pós- Segunda Guerra Mundial esteve centrada nos portugueses e italianos, como uma relativa participação dos americanos. A imigração japonesa inicia-se praticamente em 1953.

**Tabela 6 - Entrada de imigrantes no Brasil: algumas nacionalidades
(1945-1959)**

Anos	Totais	Alemães	Espanhóis	Estadunidenses	Gregos	Italianos	Japoneses	Libaneses	Portugueses	Outros
1 945	3 230	22	74	788	4	180	—	4	1 474	684
1 946	13 039	174	203	975	82	1 059	6	155	6 342	4 043
1 947	18 753	561	653	732	299	3 284	1	581	8 921	3 721
1 948	21 568	2 308	965	633	198	4 437	1	925	2 751	9 350
1 949	23 844	2 123	2 197	825	89	6 352	4	850	6 780	4 624
1 950	35 492	2 725	3 808	991	75	7 342	33	707	14 739	5 072
1 951	62 594	2 858	9 636	1 307	490	8 285	106	1 868	28 731	9 313
1 952	88 150	2 364	14 898	1 269	970	15 207	261	2 515	42 815	7 851
1 953	80 242	2 305	13 677	984	1 597	15 543	1 928	1 704	33 735	8 769
1 954	72 248	1 952	11 338	1 236	1 850	13 408	3 119	1 186	30 062	8 097
1 955	55 166	1 122	10 738	966	1 049	8 945	4 051	1 518	21 264	5 513
1 956	44 806	844	7 921	1 168	641	6 069	4 912	1 481	16 803	4 967
1 957	53 613	952	7 680	1 361	1 220	7 197	6 147	900	19 471	8 685
1 958	49 839	825	5 768	1 905	831	4 819	6 586	629	21 928	6 548
1 959	44 520	890	6 712	1 462	751	4 233	7 123	1 061	17 345	4 943

Fonte: Anuário estatístico do Brasil; IBGE (1960)

A partir de meados dos anos de 1950, a indústria e a colonização agrícola passaram a ter um papel preponderante na atração de novos imigrantes, especialmente nos anos 1957 a 1959 quando ocorre grande fluxo de imigração pós-guerra. Nesse período, observaram-se dois

tipos distintos de imigração: a espontânea e a dirigida. No caso dos japoneses, a primeira modalidade inclui a individual, baseada na “chamada de parentes” e na oferta de empregos, a de grupos e cooperativas, a exemplo da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. A categoria “imigração dirigida” seria a recrutada por organismos internacionais como a Kaikyoren que encaminhou os imigrantes aos cuidados dos agentes intermediários Tsuji e Matsubara.

Tabela 7 – Imigrantes entrados no país, por nacionalidades
Alguns países segundo a condição de entrada (1957-1959)

Nacionalidades	Totais			Segundo a condição de entrada					
				Espontânea			Dirigida		
	1957	1958	1959	1957	1958	1959	1957	1958	1959
Alemães	952	825	890	915	804	870	37	21	20
%	1,78	1,65	2,00	1,71	1,61	1,95	0,07	0,04	0,05
Espanhóis	7 680	5 768	6 712	7 680	5 520	4 516	—	248	2 196
%	14,33	11,57	15,08	14,33	11,07	14,14	—	0,50	4,94
Italianos	7 197	4 819	4 233	2 573	1 657	1 084	4 624	3 162	3 149
%	13,42	9,67	9,51	4,80	3,33	2,44	8,62	6,34	7,07
Japoneses	6 147	6 586	7 123	4 661	6 039	6 316	1 486	547	807
%	11,46	13,22	16,00	8,69	12,12	14,19	2,77	1,10	1,81
Portugueses	19 471	21 928	17 345	19 470	21 921	17 340	1	7	5
%	36,32	44,00	38,96	36,32	43,99	38,95	0,00	0,01	0,01
Outros	25 510	913	8 217	11 367	9 059	7 572	799	854	645
%	47,58	1,83	18,46	24,36	20,13	20,09	11,50	17,65	9,45
TOTAL	53 613	49 839	44 520	46 666	45 000	37 698	6 947	4 839	6 822

Fonte: Anuário estatístico do Brasil; IBGE (1960), com adaptações da autora (2010).

Como se observa na Tabela acima, a imigração espontânea passa ser predominante, com exceção dos italianos que mantiveram uma grande participação na modalidade de imigração dirigida nos anos de 1957 e 59, quando ocorreu o apogeu da imigração pós-Segunda Guerra. Fato interessante observado nas estatísticas oficiais: praticamente só os países do Eixo subsidiaram as emigrações, em razão da própria contingência de pós-guerra. No caso dos japoneses as categorias informadas, possivelmente declaradas pelos próprios imigrantes, não refletem a realidade, nem em quantidade e nem em qualidade. Por exemplo, o quantitativo de imigrantes na categoria espontânea no Brasil é bem superior aos dos “autônomos”, do Ministério das Relações Exteriores do Japão, (vide Tabela 8) o que demonstra as assimetrias dos dados estatísticos.

Tabela 8 - Entrada de japoneses no Brasil, segundo categorias (1957-1959)

Ano	Autônomo	Recrutado	Chamado	Técnicos	Outros	Brasil
1957	467	1.707	2.958	17	23	5.172
1958	282	1.592	4.377	50	11	6.312
1959	545	2.356	4.038	92	10	7.041

Fonte: Relatório JAMIC/JICA (JAPAN..., 1988, p.124)

Fazendo um recorte da década de 1960, é possível constatar que os números de imigrantes definham a partir dessa década.

Tabela 9 — Entrada de imigrantes no Brasil, segundo a nacionalidade (1959-1968)

Anos	Total	Alemães	Espanhóis	Estadunidenses	Gregos	Italianos	Japoneses	Libaneses	Portuguêses	Outras
1959	44 520	890	6 712	1 462	751	4 233	7 123	1 061	17 345	4 943
1960	40 507	842	7 662	1 184	687	3 431	7 746	653	13 105	5 197
1961	43 589	703	9 813	1 208	725	2 493	6 824	734	15 819	5 270
1962	31 138	651	4 968	973	595	1 900	3 257	642	13 713	4 439
1963	23 859	601	2 436	971	340	867	2 124	547	11 585	4 388
1964	9 995	323	616	764	103	476	1 138	202	4 249	2 124
1965	9 838	365	550	979	58	642	903	188	3 262	2 891
1966	8 175	377	469	823	32	643	937	178	2 708	2 008
1967	11 352	550	572	1 261	33	747	1 070	360	3 838	2 921
1968	12 521	723	743	1 537	32	738	597	299	3 917	3 935
Totais	235 494	6 025	34 541	11 162	3 356	16 170	31 719	4 864	89 541	38 116

Fonte: Anuário estatístico do Brasil; IBGE (1965).

Os números do IBGE, em relação à entrada de imigrantes japoneses para o período 1959 e 1968 também não coincidem com o levantamento de dados do Ministério das Relações Exteriores do Japão, que totaliza a emigração de 25.206 pessoas (JAPAN..., 1988, p.124), inferiores aos quantitativos que entraram no Brasil. Acredita-se que os números do IBGE incluem a reemigração de alguns japoneses que foram temporariamente ao Japão, ou mobilidades de japoneses de outros países, ou ainda critérios diferentes de aferição temporal.

Mais recentemente o fluxo migratório internacional inverteu-se na direção sul-norte, isto é, dos países economicamente mais pobres para aqueles mais ricos. Nos Estados Unidos,

em 1990, viviam cerca de 20 milhões de imigrantes, sendo que no final da década o número tinha crescido para 30 milhões (em 2000) de acordo com os dados do governo. Em compensação tornam-se mais rígidas as políticas imigratórias dos EUA.

3.6 A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NA AMAZÔNIA

A política de imigração para a Região Norte fora inicialmente voltada à integração dessa parte do território nacional, motivado pelas disputas dos limites fronteiriços e ocupação pelos países vizinhos. Tavares, Considera e Silva (1972) sustentam que a colonização dirigida começou por volta de 1750, com a vinda de vários casais de açorianos com o objetivo de ocupar o litoral brasileiro. Homma (2003, p. 39) registra a chegada de 430 colonos da Ilha de Açores a Belém, em 1752, estimulados pelo governador Mendonça Furtado que doava a cada família de colono, lotes de terra, ferramentas, duas vacas e um boi. Nos anos de 1753 e 1754, o governador Mendonça introduziu novos colonos em Bragança, Ourém e Macapá - que na época estava subordinada a Província do Pará.

Em meados do século XIX, as ideias de ocupação e colonização da Amazônia adquiriram maior concretude quando foi inserida no contrato de concessão dos direitos de navegação no rio Amazonas, a obrigatoriedade da concessionária implantar projetos de colonização estrangeira. A empresa concessionária, Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, de Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), em contrapartida ao privilégio do monopólio de navegação, iniciou a implantação do projeto em 1854, com o assentamento de 1061 colonos portugueses e 30 chineses, quando foi instalada as duas colônias de Mauá e de Itacoatiara. Entretanto, nenhuma teve sucesso, pois foram abandonadas pouco a pouco, como sucedeu com outros projetos de colonização com portugueses, promovido pelo presidente da Província, Sebastião do Rego Barros, a partir de 1853 e do coronel José Ó de Almeida em 1855, que tentou implantar colônias no rio Araguari, no rio Tocantins, no município de Óbidos e na Ilha das Onças, perto de Belém, com colonos americanos, franceses, açorianos e espanhóis (RIBEIRO, 2006, p. 156).

Comenta Emmi (2008, p. 118) que a colônia de Nossa Senhora do Ó foi criada em 1853, pelo coronel Ó de Almeida, nas Ilhas das Onças, quando foram levados 47 estrangeiros de várias nacionalidades e 160 brasileiros. Devido à falta de adaptação às condições geográficas da colônia, registraram-se mortes e fugas que levaram ao desaparecimento dessa

colônia, em 1858. Colonos norte-americanos também estiveram na Amazônia, nas proximidades de Santarém. Eram cidadãos derrotados pela Guerra de Sucessão que vieram por conta de um contrato celebrado em 1866, com o Major Warren Lansford Hastings. Chegaram em duas levadas: uma em 1867 e outra em 1874, num total de 212 colonos que foram assentados em uma área de 60 léguas quadradas próximo de Santarém (EMMI, 2008; RIBEIRO, 2006).

Em 1875, foi criada pelo governo providencial a colônia de Benevides, localizada as margens da estrada de ferro Belém-Bragança, na qual foram assentadas as primeiras famílias de colonos italianos, entre outros estrangeiros. Oficialmente instalada em 13 de junho de 1875, até outubro do mesmo ano havia na colônia 180 pessoas: 87 franceses, 35 italianos, 33 espanhóis, 5 belgas, 3 ingleses, 2 suíços, 2 argentinos e 1 norte-americano. No ano seguinte, entraram mais 43 pessoas, sendo 24 franceses. Em 1877, mais 117 pessoas. (EMMI, 2008, p. 120).

Em 1900, foi efetuado um recenseamento nas colônias agrícolas do Pará, os dados transcritos por Muniz (1916 apud EMMI, p.148) relatam que existiam no Estado 17 colônias de brasileiros e estrangeiros (portugueses, espanhóis, italianos, belgas e alemães) espalhadas por áreas correspondentes a: Jambuassu, Monte Alegre, B. Constant, Marapanim, José de Alencar, Inhangapy, Santa Rosa, Ferreira Pena, Anita Garibaldi, Ianetama, Couto de Magalhães, Salvaterra, Santo Antônio de Maracanã, Granja Américo, Óbidos, Acará e Núcleo Modelo de Outeiro, totalizando 2.314 famílias e 12.867 pessoas, que representava 3% da população do Estado em 1900 (EMMI, 2008, p.150). Desse total de 2.314 famílias, 663 era de estrangeiros, ou seja, 28,65% (642 de espanhóis, 12 de italianos, 7 de portugueses, 1 de alemães e 1 de belga). Pelos dados apresentados, significa que nas colônias agrícolas os imigrantes estrangeiros eram praticamente de espanhóis. A professora Emmi supõe que a maioria dessas famílias saiu das colônias agrícolas e se espalhou na região bragantina.

A partir do século XX, com a ascensão do novo governo de Augusto Montenegro (1901-1909), houve uma profunda mudança na política de colonização conduzida pelo governo anterior de Lauro Sodré e Paes de Carvalho. O novo governo de oposição, a partir do anterior, fez questão de cortar todos os incentivos à imigração estrangeira, sob o argumento que fora um grande erro de quem iniciou por meio de onerosos contratos então assinados na gestão passada. De sobra, emancipou todas as colônias agrícolas e acabou com o programa de colonização no Pará. Não obstante, o desinteresse do governo de Montenegro e de outros vários segmentos da imigração espontânea continuou na Região Amazônica, muitas vezes

motivada pelas “cartas de chamadas” de parentes e amigos que se forma em teia de relacionamentos (rede sociais), como mostra os números apresentados por Emmi (2008, p.83).

Em 1872 a população estrangeira no Pará era de 6.659 em 1920 passa para 22.083, tendo um percentual constante em torno de 2,0% da população do estado. No Amazonas em 1872 a população estrangeira perfazia um total de 2.199, passando para 16.936 em 1920, respectivamente (4,66%) e (2,25%) da população do estado, o que indicaria uma grande afluência de imigrantes nesses estados, mesmo com a economia de borracha em crise.

Esses imigrantes espontâneos se destinavam mais ao incremento do comércio local e regional, formando inclusive as redes comerciais de escambo em regatões, que operou ao longo do rio Amazonas e seus principais afluentes. Quando os japoneses chegaram na década de 1930, encontraram vários desses comerciantes italianos, espanhóis, turcos e judeus na Região de Maués, Monte Alegre, Santarém, Óbidos, Alenquer, Manaus etc.

3.7 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO NACIONAL

Se os imigrantes vieram da Europa ou da Ásia certamente existem as causas exógenas (políticos, religiosos, principalmente econômicos) e os motivos endógenos (pessoais e familiares). Grosso modo, pode-se dizer que eles viram a vida em seu país de origem tornar-se insuportável ou insustentável, ou sem perspectiva, forçando muitos a abandonar a terra natal e emigrar para “fazer a América”. Engendrada pela propaganda maciça dos agentes intermediários, para os emigrantes daquela época, sem os meios de comunicação que existem hoje, a América - qualquer que fosse o país americano - significava a terra prometida, o mito da liberdade e a oportunidade de uma vida melhor.

No lado das terras americanas, a falta de mão de obra para a lavoura era o traço marcante de todo o período colonial do Brasil até a o século XX. Para incrementar as forças de atração de colonos brancos foram tentadas diferentes políticas de imigração e colonização ao sabor dos grupos que estiveram no poder. Entretanto, a mobilidade dos colonos europeus foi bem maior ou mais rápida do que a dos japoneses que se fixaram por mais tempo nas colônias agrícolas.

Sob o ponto de vista econômico, as mudanças políticas e sociais, conjugadas com o desenvolvimento das comunicações e barateamento dos custos de transporte vieram favorecer

significativamente o fluxo das migrações. A esse período de intensa mobilidade populacional (migração em massa) que ocorreu no final do século XIX ao início do século XX, que se convencionou chamar de “grandes migrações”, houve profundas mudanças na distribuição do contingente populacional do mundo, como também na mobilidade de riquezas econômicas. É oportuno citar que as mudanças provocadas pela expansão do capitalismo ocorreram não só entre a Europa e os países americanos, mas também em outras regiões da Ásia. Países como a Índia, China e Japão se transformaram igualmente em grandes fornecedores de emigrantes.

Uma questão que chama atenção em relação à diminuição dos fluxos migratórios a partir dos anos 1980 parece ser mais uma questão de registro do que a realidade dos fatos. Por exemplo, o levantamento realizado por Santos, Brasil e Moura (2001, p.11) junto a polícia federal mostra que a entrada de imigrantes estrangeiros pelo estado do Amazonas, no período de 1995 a 2000, foi de 106.781 estrangeiros. Esses dados além de não trazerem características pessoais dos imigrantes, referem-se apenas às entradas de determinado período, não necessariamente o número de imigrantes existente no Estado como alertam os autores.

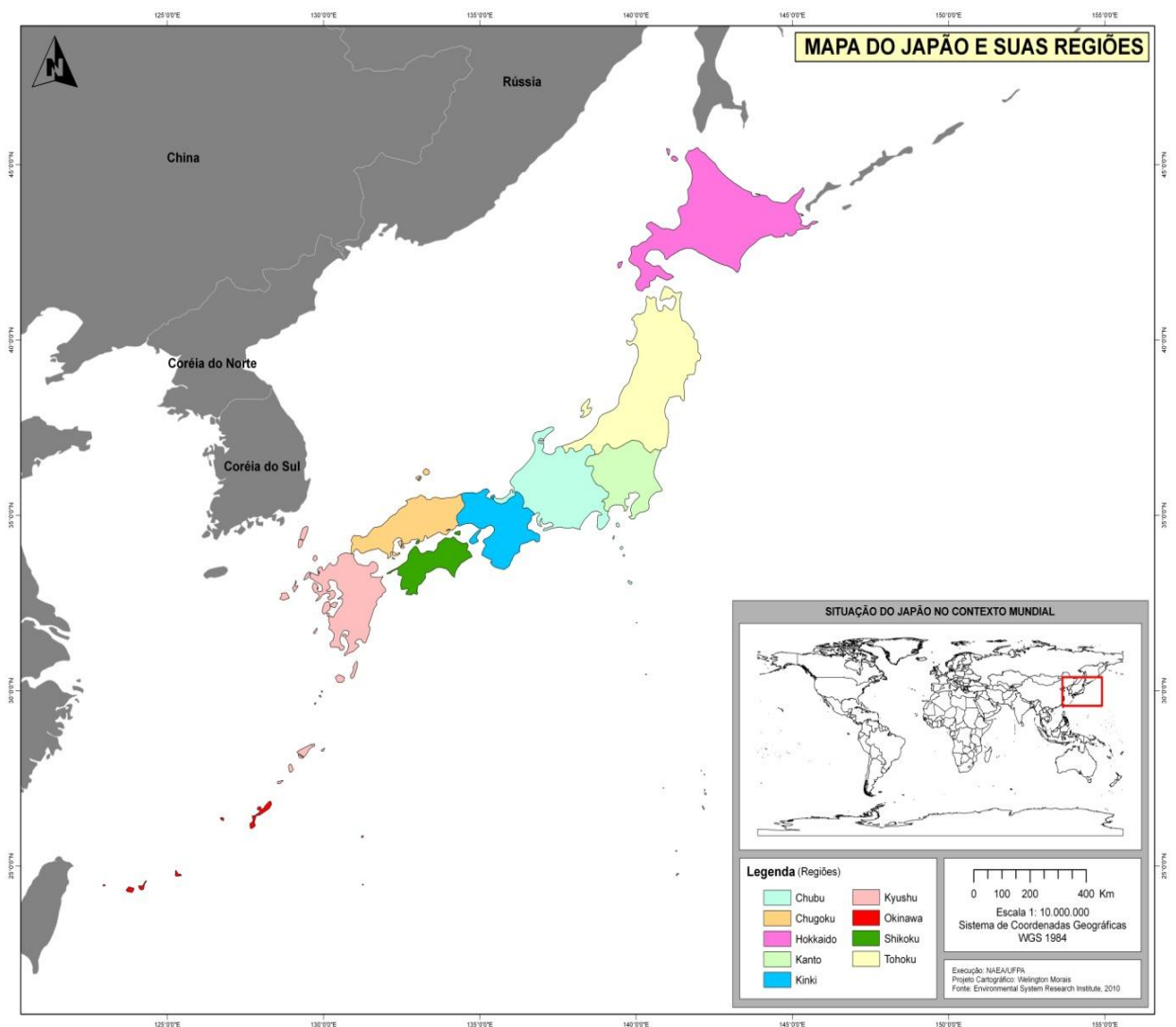
Por outro lado, há uma tendência na abordagem das migrações internas no Brasil, dado o avanço das mobilidades interestaduais do país. Nesse sentido, observou-se que o IBGE deixou de analisar as entradas das imigrações a partir dos anos de 1970, diversificando as análises sobre a composição demográfica dos nacionais, em suas diversas matizes da mobilidade interna, idosos, casamentos etc. Em relação aos estrangeiros, verifica-se uma nova abordagem sobre os quantitativos das naturalizações e diversificação sob vários aspectos (sexo, idade, profissão, estado civil, organização familiar, instrução) dos imigrantes permanentes e temporários.

As diversas concepções analisadas levam a concluir que os fluxos migratórios se formam a partir de um desequilíbrio sócio-espacial, liderado pelas transformações nas atividades econômicas no sistema capitalista, que, por sua vez, provocam diferenciais de renda e de emprego entre as áreas de origem e de destino. As divergências são amplas, indo desde a concepção do que seria fluxo, mobilidade, migrante, até a análise empírica dos dados.

O desafio que se observa não é só de entender o censo, mas as várias interpretações que podem ser dada aos números, ainda mais com a dinâmica da movimentação oficial e clandestina, além da pendularidade da migração, que se observa mais recentemente. No caso da imigração japonesa, considerando que há outros registros, os dados censitários podem ser comparados no contexto de outras migrações e na avaliação temporal do mesmo.

4 O JAPÃO NO CONTEXTO DAS GRANDES MIGRAÇÕES

No conjunto das imigrações estrangeiras para o Brasil verifica-se que os japoneses chegaram em 1908, com atraso de pelo menos 80 anos em relação aos imigrantes europeus. O primeiro questionamento que emerge na mente de um pesquisador seria: como se deu a migração japonesa no contexto das migrações internacionais? Por que ficaram ilhados numa época de grande expansão econômica do mundo inteiro? Por que eles vieram parar nas terras americanas, se é a parte mais distante do globo terrestre? Quantos são e de que províncias vieram? Como foram tratados os japoneses nos países estrangeiros? Por que só agricultores vieram para o Brasil? Quais as condicionantes que levaram a se fixar no Brasil?



Mapa 01- Japão e suas regiões.

Fonte: Environmental System Research Institute (1984). Adaptado por Welington Morais (2010).

Gozando de uma paisagem exuberante e de clima temperado com as quatro estações do ano bem definidas, pode-se dizer que o Japão seria um paraíso se não houvesse os acidentes sísmicos e fosse menos povoado. Esse arquipélago de aproximadamente 377,8 mil km², ou seja, menos de que um terço da área do estado do Pará, possui uma densidade demográfica das mais altas do mundo. Para se ter uma idéia, mesmo com o rigor do controle de natalidade e das emigrações em massa que ocorreram no século XX, o Japão ainda apresenta uma densidade demográfica de 337 pessoas p/km², isto é, 15 vezes a densidade do Brasil, de 22 pessoas p/km² em 2006. Com uma situação semelhante à da Índia, o Japão é o quinto país mais povoado do mundo em termos de densidade demográfica. Está em décimo lugar no *ranking* dos países mais populosos do mundo, conforme se pode verificar na Tabela 10.

Tabela 10 – População, área e densidade de alguns países do mundo

	PAÍSES	População	Área (Km ²)	Densidade pop. (Km ²)
1	China	1.306.313.800	9.596.960	136.12
2	Índia	1.080.264.400	3.287.590	328.59
3	Estados U.da America	295.734.100	9.629.091	30.71
4	Indonésia	241.973.900	1.919.440	126.06
5	Brasil	186.112.800	8.511.965	21.86
6	Paquistão	162.419.900	803.940	202.03
7	Bangladesh	144.319.600	144.000	1.002.22
8	Rússia	143.420.300	17.075.200	8.00
9	Nigéria	128.772.000	923.768	139.40
10	Japão	127.417.200	377.835	337.23
11	México	106.202.900	1.972.550	53.84
12	Filipinas	87.857.500	300.000	292.86
13	Vietnam	83.535.600	329.560	253.48
14	Alemanha	82.431.400	357.021	230.89
15	Egito	77.505.800	1.001.450	77.39

Fonte: DATA SOURCES (2006), com as adaptações da autora (2010).

Imagine a diferença no início do século XX, quando o Brasil tinha apenas 17,3 milhões de habitantes, o Pará 445 mil e o Amazonas apenas 250 mil habitantes. Não se trata só do espaço físico *per capita* diminuto, cercada pelo mar. Levando em consideração as imensas cadeias de montanhas inabitáveis pelo frio, com características de um país insular

todo acidentado, tomado por várias cadeias de montanhas, entrecortado pelos rios e lagos, o país está assentado na faixa de atrito das placas tectônicas, sujeito a frequentes maremotos, terremotos, furações, geadas e todos os tipos de intempéries que o homem pode experimentar. Portanto, com uma população bem maior do que os países americanos e com uma economia agrícola extensiva do século XIX e do início do XX, os japoneses tinham, e têm todas as razões para emigrar. A pergunta que surge: por que não o fizeram antes?

Como ensina Sayad (1998), para conhecer as causas dos fatores de expulsão, deve-se conhecer as motivações no país de origem, cuja resposta encontra-se na história do Japão e de suas diversas interpretações e lendas.

4.1 O JAPÃO ANTES DAS EMIGRAÇÕES ALÉM-MAR

No livro “A Revolução dos Samurais”, o chanceler Sette²¹ (1991) relata fatos relevantes da história política dos *Shoguns*²² e dos *Daimyos*²³, que mantiveram o país do sol nascente, *Nihon*²⁴, no isolamento por quase 250 anos, enquanto transcorria uma verdadeira revolução nos países europeus e asiáticos com a expansão do colonialismo e depois do capitalismo europeu. Desse período medieval não se pode deixar de citar os nomes dos três personagens lendários da história do Japão: Nobunaga Oda (1534 -1582), Hideyoshi Toyotomi (1536-1598) e Ieyasu Tokugawa²⁵ (1541-1616), que empreenderam intensas guerras civis com os seus *samurais* para manter a hegemonia sobre os *daimyos* e ocupar o poder central do Japão. Os três heróis de guerra, muitas vezes aliados, ocasionalmente rivais,

²¹ Sette foi embaixador brasileiro no Japão, no período de 1983 a 1987.

²² Shogun ou Xogun significa comandante do exército, que possuía o poder militar e político. O mais importante Shogunato foi o da família Tokugawa que controlou o Japão durante 250 anos. Durante esse tempo a família imperial esteve confinada em seu palácio desempenhando apenas um papel simbólico.

²³ Eram os senhores dos feudos, equivalente aos barões do império, proprietários dos han (províncias).

²⁴ Normalmente os japoneses costumam chamar o Japão de *Nihon* ou *Nippon* e de *nihon-jin* /*nippon-jin*, ou *nikkei-jin* para os japoneses e seus descendentes.

²⁵ O general Ieyasu Tokugawa depois de derrotar todos os *daimyos* “recebeu” do imperador japonês o título de Shogun, em 1603, quando teve início a chamada Era Tokugawa, conhecido como Período Edo, que durou até 1867. Os Tokugawa governaram o Japão subjogando os *daimyos* e sua família como reféns. A estabilidade do sistema era assegurada também pela divisão rígida da sociedade em quatro classes. No topo da pirâmide estavam os *daimyos* com os samurais. Os samurais de grau elevado, que eram poucos, recebiam de seu *daimyo* um feudo e dispunham de rendimentos auferidos dos camponeses. Abaixo deles, estavam os camponeses, os artesões e os comerciantes. Somente os samurais podiam portar armas na época dos Tokugawa. Os samurais de grau elevado, que eram poucos, recebiam de seu *daimyo* um feudo para usufruto dos rendimentos auferidos.

se sucederam no poder, até a estabilização do clã dos Tokugawa que, com “mão de ferro”, manteve a paz no Japão por dez gerações, quando foi deposto o último Shogum do Japão, em 1868, e a retomada da família imperial, conhecida como Restauração Meiji.

Durante esse período medieval vieram várias expedições portuguesas (1543), espanholas e holandesas (1600), inglesas e francesas (1613), na tentativa de colonizar esse país exótico, como fizeram com os nativos dos países americanos. Os portugueses foram os primeiros a chegar à lendária Chipango (relatado por Marco Polo), por volta de 1542 ou 1543 quando deixaram alguns mosquetes de mecha. Os mosquetes que o senhor de Tanegashima havia comprado de aventureiros portugueses em 1543, multiplicaram-se com surpreendente rapidez. Ao voltarem pela segunda vez, os portugueses encontraram aquelas armas fielmente copiadas.

Era uma época em que os 15 milhões de habitantes viviam mergulhados em sucessivas lutas internas na disputa de terras férteis em uma sociedade culturalmente evoluída e organizada. Segundo Magalhães Filho (1973, p.179), a partir de 1543 foram estabelecidas relações comerciais diretas entre Portugal e o Japão, por meio do porto de Nagasaki, obtendo os portugueses, o monopólio do comércio exterior japonês por quatro décadas.

Faziam parte das expedições portuguesas, os enviados da igreja católica. Tendo a frente o jesuíta Francisco Xavier, os primeiros pregadores chegaram em 1549 ao porto de Kagoshima (ao sul do Japão), autorizados pelo senhor feudal Satsuma. Empenharam notável trabalho de catequese e evangelização, de tal modo que em 1582 até mesmo uma embaixada de japoneses convertidos fora enviada a Roma para avistar-se com o Papa.

Em anos seguidos, portugueses e espanhóis praticaram o comércio marítimo e catequese da população do sul do Japão, o que gerava conflitos e intrigas entre os budistas e católicos. Sette (1991) cita um episódio que aconteceu em 1587, quando Hideyoshi acusou os missionários de comprarem escravos no Japão, de destruírem templos budistas e comerem carne de cavalos e de bois, prática considerada abominável pela religião budista daquela época. Depois, com a chegada dos espanhóis às Filipinas e a união das coroas de Espanha e Portugal pelo Rei Felipe II, despertou-se no Japão o espírito competitivo, tanto no comércio como na catequese entre jesuítas e franciscanos, e depois entre os hereges holandeses e ingleses. Dizem alguns historiadores que em 1596 já havia 300 mil japoneses convertidos ao catolicismo (TEIXEIRA, 1997).

Landes (1998) relata outro episódio histórico, muito conhecido entre os japoneses, que ocorreu em fins do século XVI, época em que os navegantes lusos e castelhanos frequentavam os portos japoneses acompanhados de jesuítas e franciscanos em terras de Kyushu, ao sul do Japão. Dizem que, em 1597, um rico galeão espanhol arribou às costas do Japão e os nativos quiseram apoderar-se da carga. Então o comandante, ou o ex-governador castelhano de Filipinas, segundo Sette (1991, p.20) apelou ao *taiko* Hideyoshi Toyotomi (1536-1598) – considerado o maior dos senhores de guerra do Japão - e procurou intimidá-lo com o poderio de seu amo, rei Felipe II (1527-1598). Usando um globo mostrou o extenso domínio dos espanhóis, do vasto continente das Américas (México, Peru) até as Filipinas. Então, indagou o Taiko: - como se explica que uma nação tão pequena tenha tão vastos domínios? Respondeu o incauto marinheiro: - a sua mui católica majestade envia primeiro os sacerdotes para cristianizar a população, e esses convertidos ajudam depois as forças espanholas em sua conquista.

Com essa espécie de intimidação, Hideyoshi não só se recusou a atender o reclamante, como ordenou posteriormente à crucificação de 26 cristãos (conhecido como os 26 santos do Japão), sendo 17 leigos católicos e padres franciscanos e jesuítas europeus²⁶, uma vez que estava saturado de ordenar expulsões e atender queixas de tantas querelas com os budistas.

Os outros senhores feudais entendiam também que no rastro das relações comerciais e da pregação evangélica, os portugueses e espanhóis tramavam a conquista e o domínio do país como fizeram com os países americanos. Em 1614, um édito ordenava o banimento dos cristãos do país (TEIXEIRA, 1997). No governo dos Tokugawa, os constrangimentos e as perseguições aos missionários católicos passaram a ser frequentes, chegando ao auge em 1622, quando muitos deles foram torturados e queimados em Nagasaki. Com eles morreram muitos japoneses convertidos ao cristianismo que não quiseram abjurar da fé. Comenta Landes:

Os japoneses dedicaram-se a erradicar o cristianismo com peculiar ferocidade. Nero teria se sentido envergonhado com a sua brandura. Os cristãos foram compelidos a abjurar em público. Os que se recusaram ou reincidiram foram torturados e queimados ou decapitados (LANDES, 1998, p.397).

²⁶ Numa carta de 1602, Martinez, então bispo do Japão, lamentou o pendor belicoso e as intenções dos espanhóis: sua “pregação religiosa é meramente um instrumento de conquista [...]. Todas as calamidades a que a Igreja está agora exposta tiveram seu início com a chegada desses clérigos de Luzon” – Elisseeff, Hideyoshi, p. 229, apud Landes, 1998, p. 396.

A tentativa de cortar definitivamente o contato com o cristianismo e com o mundo ocidental aconteceu em 1633, no Shogunato de Iemitsu Tokugawa (neto de Ieyasu, que governou o país de 1623 a 1651), quando foi promulgado o novo édito que estabelecia:

- 1) Pena de morte contra quem fosse responsável pela partida de porto japonês para porto em país estrangeiro, de qualquer embarcação que não tivesse a devida licença.
- 2) Proibição contra a saída de súdito japonês para país estrangeiro, sem a devida permissão.
- 3) Pena de morte para qualquer japonês que, havendo residido em país estrangeiro, regressasse ao Japão; aquele que houvesse sido retido no exterior por motivo de força maior e residido fora do Japão por menos de cinco anos poderia regressar, mas se tentasse partir mais uma vez para o país estrangeiro seria executado. (SETTE, 1991, p.22)

Com o isolamento dos japoneses mantido por essa lei de 1633, Iemitsu visava afastar qualquer ameaça externa à estabilidade do sistema, que era assegurada pela manutenção rígida dos valores e crenças que sustentava a hierarquia de poder da sociedade dividida em classes: os samurais que deviam completa lealdade ao seu *daimyo*, que explorava os camponeses, os artesões e os comerciantes.

De 1633 em diante, os navios japoneses precisavam de autorização oficial para sair do país; três anos depois, todos os navios japoneses foram confinados às águas territoriais. A partir de 1637, nenhum japonês era permitido deixar o país por quaisquer meios – sem saída. [...] Aqueles japoneses que tinham viajado para o estrangeiro a negócios, algumas dezenas de milhares para as Filipinas e o Sudeste Asiático, estavam agora arruinados no exílio. Depois, em 1639, após a supressão dos cristãos em Shimabara, nenhum estrangeiro obteve permissão para entrar no país a negócios, com exceção dos coreanos numa pequena ilha ao largo de Honshu (a ilha principal) e dos holandeses e chineses na ilha artificial de Deshima, na baía de Nagasaki. (LANDES, 1998, p. 398).

Entre 1637-1638, 100 mil guerreiros investiram contra 37 mil cristãos, homens, mulheres e crianças em Shimabara, quando 13 mil desses samurais morreram na feroz batalha. Mais tarde, em 1671, o *Bakufu* (governo dos Tokugawa) para assegurar-se de que nenhum católico nasceria mais, determinou que todos os nascimentos fossem registrados com comprovada filiação religiosa xintoísta ou budista, cujo procedimento durou por mais de 100 anos. Ao lado desse controle acirrado sobre o cristianismo havia uma xenofobia às coisas e ao saber estrangeiro, que proíba a entrada de livros europeus de modo geral, e certas restrições à literatura chinesa e holandesa. Mesmo a importação de livros não-cristãos autorizada pelo Bakufu, em 1720, trouxe sérios conflitos na discussão do mérito da contribuição do novo saber que desafiava as próprias premissas da cultura japonesa que sempre fora aprendido na China (LANDES, 1998, p. 411).

No plano interno, Iemitsu criou em 1635 um controle draconiano sobre os *daimyos*, obrigando-os a morar parte do ano nas acomodações do Castelo de Edo (Tokyo), ou mantinha membros de sua família como reféns, sob a vigilância atenta dos Tokugawa. Esta tática visava detectar e debelar rapidamente eventuais tentativas de revolta dos *daimyos*, inclusive, enfraquecendo-os financeiramente com tantos encargos na manutenção de mais residências, na capital e na província, além das obras públicas compulsórias, que, de certa forma, impediam os barões de montar exército capaz de enfrentar o *Bakufu* (SETTE, 1991, p. 32).

Apesar de todas as formas de constrangimento e opressão que o povo enfrentava, a classe mercantil japonesa prosperou nesse período de paz forçada, com o aprimoramento do artesanato e das pequenas manufaturas, especialmente em função da concentração dos *daimyos* e do *Bakufu* em Edo (atual Tokyo)²⁷, que se transformou numa grande capital ostentando vigor e riqueza, enquanto que Kyoto (a capital imperial) mantinha o refinamento e as artes. Nos fins do século XVIII, Edo era a maior cidade do mundo, duzentos anos após a sua fundação por Ieyasu Tokugawa (SETTE, 1991, p.39). Também é no Período Edo (1600-1867) que floresceu a cultura popular das artes teatrais (*kabuki*), pintura (*ukiyo-e e bunjin-ga*), a filosofia confucionista e a educação pública nas principais províncias do Japão (GAKKEN, 2002).

A despeito da evolução cultural das elites, os camponeses levavam uma vida austera, sem acesso aos bens de produção em massa que já desfrutava a Europa com a revolução industrial em marcha. Assim, na época da chegada da poderosa esquadra²⁸ americana sob o comando do comodoro Perry, em 1853, a sociedade japonesa encontrava-se bem atrasada em relação às grandes potências do mundo ocidental, principalmente em termos de infraestrutura urbana e costumes ocidentais, fato que na percepção americana,

[...] os seus habitantes como mais uma nação exótica, um tanto ridícula em seus costumes e necessitada de receber, pela força se necessário, os benefícios do progresso, do comércio e do cristianismo [...]. Não havia, em seu território, um só quilometro de estrada de ferro. Nem uma só tecelagem mecânica produzia os panos que vestiam os homens e mulheres da terra, gente que desconhecia botas e sapatos e caminhava pelas estreitas ruas das cidades calçada com tamancos e sandálias. (SETTE, 1991, p.1).

²⁷ Em fins do século XVI, quando Ieyasu Tokugawa foi mandado por Hideyoshi para as terras de Kanto, Edo não passava de uma vilarejo de pescadores (SETTE, 1991).

²⁸ A esquadra de Perry era composta de três fragatas a vapor e cinco navios dotados de artilharia moderna, com destacamento de fuzileiros navais. O mesmo entregou a carta dirigida ao Imperador e seguiu para Hong Kong, prometendo voltar na primavera para receber a resposta (SETTE, 1991).

Matthew C. Perry (1794-1858) ao exigir a abertura do Japão para o mundo, provocou uma série de eventos que levariam a assinatura do Tratado da Paz e Amizade (ou Tratado de Kanagawa), em março de 1854. Este tratado concedeu a abertura de dois portos (Shimoda ao sul e Hakodate ao norte) para atender suprimentos dos navios americanos e ajuda a náufragos, e a permissão para estabelecer morada para o cônsul americano Townsend Harris, na cidade de Shimoda. De maior importância foi a “aceitação” pelos japoneses da cláusula de nação mais favorecida, pela qual qualquer concessão comercial dada a terceiros países seria automaticamente estendida aos Estados Unidos. Depois, na esteira dos americanos vieram os britânicos (1854), russos (1855) e holandeses que já tinham acesso aos portos de Deshima. Posteriormente, por pressões do americano Harris, em 1858, foi concedida a abertura dos portos de Edo (Tokyo), Osaka, Nagasaki, Kanagawa, Hyogo (Kobe) e Niigata (SETTE, 1991).

A ingerência das grandes potências ocidentais no Japão provocou graves conflitos internos pela perda da honra e legitimidade do *Bakufu*, mostrando a fragilidade e o declínio de poder dos Tokugawa (SETTE, 1991). Nos anos que se sucederam aos tratados de abertura, o país entrou em vários conflitos políticos em face à divergência entre o pensamento político japonês e a nova realidade do Estado. Tratava-se de uma complicada transição da filosofia confuciana ao cristianismo europeu, que tem como premissa a autoridade divina da igreja romana. Enquanto que a prática da filosofia de Confúcio²⁹ sustentava a autoridade estabelecida, dentro de uma hierarquia verticalmente distribuída em forma de uma pirâmide. Na base, a começar pela autoridade paterna na família, passando por todos os níveis de organização social até culminar no Shogun. Acima dele, no ápice estava a figura do Imperador, como depositário de um mandato celestial, que se traduzia na harmonia do mundo (SETTE, 1991, p.76). Porquanto, seria muito difícil para os europeus entender os valores, as reverências e a lealdade de um samurai para com seu senhor.

Veja o que escreve Landes (1998) sobre a questão da lealdade.

Para os governantes do Japão, nenhuma obrigação era superior à obediência pessoal que um homem devia ao seu senhor. Não havia ordem mais absoluta do que a dada pelo senhor a um homem – a ponto de tirar sua própria vida. Até a mera sugestão de que o suicídio [*seppuku*] era aconselhável equivalia a uma sentença de morte. [...] Quando os samurais Tokugawa Ieyasu e Oda Nobunaga eram aliados, este último imaginou que a mulher de Ieyasu e seu filho, que estava casado com a filha de

²⁹ A filosofia confuciana prevalecia na época, a ponto do governo decretar em fins do século XVIII que só esta filosofia podia ser ensinada. (LANDES, 1998, p. 411)

Nobunaga (portanto, seu genro), estavam conspirando contra ele. Mate os dois, pediu a Ieyasu. Assim, Ieyasu ordenou a execução de sua mulher e ordenou a seu filho que se matasse. O que ele fez. É difícil dizer que ato foi o mais cruel: o pedido de Nobunaga ou a obediência de Ieyasu. (LANDES, 1998, p. 397)

A pressão estrangeira havia criado uma perigosa reação entre muitos dos grandes *daimyos* e no meio dos samurais³⁰ um sentimento de revolta intensa. Ao mesmo tempo, eles compreendiam que aquela presença estava ali porque os governos estrangeiros haviam ameaçado o Shogun, e que a qualquer momento poderia aparecer uma frota de guerra para defender seus privilégios. Ademais, era visível o sentimento de superioridade dos estrangeiros em relação aos japoneses, uma superioridade, que podia ir de um paternalismo condescendente ao mais completo desprezo. Por conta dessas diferenças, um ódio começou a se espalhar entre os samurais contra aquela presença indesejada, que fizeram crescer as animosidades pessoais que geraram várias querelas e violência entre os japoneses e os estrangeiros que eram abafados com punições severas pelo *Bakufu* (SETTE, 1991, p.72).

O auge dessa animosidade ocorreu em setembro de 1862, quando alguns estrangeiros, por ignorância ou desdém, deixaram de demonstrar a reverência costumeira ao cortejo do nobre Hisamitsu Shimazu e sua tropa. Alguns samurais enfurecidos mataram um inglês e feriram dois - todos súditos da rainha Vitória. Após os acontecimentos, o corpo diplomático inglês exigiu pesadas indenizações e condenação dos assassinos. Entretanto, depois de várias discussões diplomáticas, esquivas e evasivas do *Bakufu* que não conseguia dobrar Satsuma (*Daimyo* de Kagoshima) para pagar os ingleses, estes foram surpreendidos com uma nota diplomática de que os portos japoneses seriam fechados aos ocidentais. A resposta dos ingleses chegou em 15 de agosto de 1863, quando os tiros de vários canhões bombardearam a cidade de Kagoshima que, com a ventania daquele dia, deixou a cidade totalmente em chamas sob a tempestade (SETTE, 1991).

Outro incidente ocorreu em junho de 1863, quando os impacientes patriotas de Choshu alvejaram um navio americano que navegava pelo estreito de Shimonoseki. Passou-se mais de um ano em negociações, mas chegou-se a um impasse, cujo desfecho correu em 1864, quando uma frota de 17 belonaves britânicas, americanas, francesas e holandesas, com um total de 305 canhões destruíram todas as fortificações e o porto de Shimonoseki. (LANDES, 1998, p. 417). Guerras internas sucessivas levaram ao desmoronamento do Shogunato.

³⁰ Os samurais que perderam os seus senhores nas guerras civis ou que foram deportados para lugares distantes e pobres demais para sustentar os seus servos passaram a ser chamados de *ronin*, isto é, samurais errantes que estavam dispostos a vingar as injustiças cometidas a seus senhores.

Retomado o poder ao imperador, em 6 de abril de 1868, este prestou o “Juramento da Carta” prometendo instituições representativas e o estabelecimento de uma nova sociedade civil democrática (LANDES, 1998, p.419). Com a Restauração Meiji, a sociedade japonesa foi submetida a uma transformação revolucionária semelhante à Revolução Francesa, com a abolição de instituições feudais e conversão dos feudos (*han*) em províncias (*ken*), acabando com o sistema de castas que havia perdurado por muitos séculos. Os *daimyo* ofereceram as suas terras ao imperador, que passaram a ser da nova nação. Conseqüentemente, com a modificação do sistema de propriedade os camponeses que até então pagavam tributos aos seus *daimyo* passaram a pagar imposto ao governo imperial.

Assim, a Era Meiji (1868-1912) foi marcada pela restauração do governo imperial e término do isolamento do Japão com a arrancada para industrialização ocidental. O novo governo sacudiu a estrutura de poder dominante do *Bakufu*, acabou com o sistema de classe modificando o sistema de propriedade da terra. A cultura ocidental foi encorajada e assim foi baixada uma constituição, com a estabilização do parlamento, além das reformas de base no campo da educação (alfabetização em massa) e tributação com base monetária.

Os tratados desiguais do período Edo também foram revisados, e por conta dos acordos estabelecidos afastou-se a ameaça do colonialismo europeu, inclusive, fortalecendo-se militarmente. Obtiveram vitórias nas guerras Sino- Japonesa (1894-1895) e na Russo- Japonesa (1904-1905) que renderam a possessões de Taiwan, Coréia, Manchúria e todo o noroeste da China que passaram para o controle militar e econômico do Japão (MAGALHÃES FILHO, 1973, p. 431). A expansão imperialista japonesa moveu o capitalismo naquele país para o estágio internacional, conhecido como período expansionista. Culturalmente, a Era Meiji representa o período da ocidentalização do Japão (GAKKEN, 2002).

Passado o período revolucionário propriamente dito, a entrada do comércio estrangeiro juntou-se as melhorias na medicina e no saneamento urbano, ao mesmo tempo em que as práticas toleradas pelos Tokugawa, como o aborto e o infanticídio, passaram a ser proibidas por não se conformarem com os padrões ocidentais. Em consequência dessas transformações estruturais, os ministros de governo, os comerciantes (que tinham se fortalecido na época do Shogunato) e a população de modo geral empreenderam a modernização com intensidade, pelos métodos apreendido em diversas sociedades, especialmente a dos ingleses e alemães, cuja consequência - na forma de condução da burocracia - gerou o alicerce para a fantástica revolução industrial nos grandes centros urbanos, como esclarece Landes.

As primeiras décadas de sondagens e experiências testemunharam muitos fracassos. No início da década de 1880, o governo liquidou suas fábricas, vendendo-as a empresas privadas. [...] Entre 1886 e 1894, foram fundadas 33 novas fábricas, mais da metade delas na área de Osaka; e de 1886 a 1897, o valor total de produção de fio aumentou 14 vezes, de 12 milhões para 176 milhões de ienes. Em 1899, as fábricas japonesas estavam produzindo cerca de 785 quilos de fio; em 1913 a produção ultrapassava uma tonelada e meia. [...] Em 1886, perto de 62% do fio consumido no Japão vinha do exterior; em 1902, praticamente nada. (LANDES, 1998, p. 424-25)

Homma também faz alusão a essa fantástica passagem do Japão subdesenvolvido para um novo estágio de desenvolvimento.

[...] os japoneses conseguiram em questões de décadas o que o Ocidente lavara séculos para se desenvolver em termos industriais, militares e de instituições políticas e padrões sociais modernos (KUNIO, 1982). Para se dar uma idéia dessa rápida evolução, basta comparar o número de barcos a vapor e a motor entre a França e o Japão em 1886. Enquanto a França possuía 738 barcos, o Japão possuía apenas 78, porém em 1920, o Japão possuía 2.996 e a França 2.936 e, em 1925, o Japão se tornava a maior força marítima, com 7.323 navios a vapor e a motor (KUNIO, 1982 apud HOMMA, 2007, p. 20).

Ainda no fim do século XIX, as reformas sobre as terras geraram endividamento de grande parte dos pequenos proprietários, que se viram obrigados a rumar às cidades, engrossando a fileira do êxodo rural que levou os camponeses aos grandes centros urbanos. Intensifica-se o crescimento demográfico e o consequente aviltamento mais intenso do valor do trabalho não qualificado, procedente em grande parte da zona rural. A partir daí, o enorme contingente populacional começara a sofrer as pressões preconizadas por Malthus³¹, que os levaria a procurar a mesma solução que a Europa havia adotado para os seus problemas, exportando população (SETTE, 1991, p.129). Entretanto, no caso dos japoneses, essa resposta parcial ao problema demográfico era muito mais dolorosa, pois constituía uma violação profunda de todos os sentimentos de família e comunidade de uma etnia, que desde a pré-história havia formado o espírito nacional, naquilo que os japoneses falam de “sentimento de ilha”.

³¹ “Malthus formava o pensamento político-econômico da Europa e dizia que o crescimento demográfico não podia ser absorvido pelas oportunidades mínimas de vida que a economia podia oferecer. A solução óbvia era o traslado de população para as terras que as pudessem acolher, voluntariamente ou não” (SETTE, 1991, p.129).

4.2 EMIGRAÇÃO JAPONESA ALÉM-MAR

Por conta do isolamento imposto no Período Edo pode-se dizer que a emigração internacional do Japão começou bem depois dos países europeus, após a desintegração do regime feudal, em meados do século XIX. O regime de Shogunato, baseado num sistema rígido de castas, fechou as portas do país por mais de dois séculos (1633-1868), não permitindo a entrada da população estrangeira nem a saída e retorno de japoneses, afora os casos excepcionais permitidos pelas autoridades constituídas.

A posição imposta pelo Comodoro Perry, em 1854, marca o início da abertura dos portos japoneses para o mercado internacional, seguido da Restauração Meiji, em 1868, que marca o fim do Shogunato e a abertura do país para o mundo ocidental (SETTE, 1991). É justamente com o imperador Matsuhito (1852-1912) que o Japão, ao abrir as portas para o mundo ocidental, deu guarida ao desenvolvimento industrial sem precedente na sua história. Essa fase de transição da era feudal para o regime democrático e de economia capitalista trouxe profundas repercussões na ordem das comunidades rurais. Os senhores feudais e seus vassallos ao perderem as suas terras desestabilizam a estrutura vigente, trazendo desemprego em massa e o êxodo rural em busca de novos empregos nas metrópoles.

No entanto, a indústria nascente se mostrava incapaz de absorver os trabalhadores rurais, o que levavam muitos a procurar outros meios de sobrevivência, tornando-se pequenos comerciantes ou artífices (biscateiros) à medida que a produção capitalista expandia-se. Este fato trouxe como consequência o processo de emigração que iniciou em 1868, quando os primeiros imigrantes japoneses desembarcaram em Honolulu, no Havaí, para trabalhar nas plantações de açúcar.

Saito (1961, p. 21) relata que a emigração internacional japonesa ocorreu inicialmente em 1868, quando 153 imigrantes precursores chegaram às Ilhas Havaí de forma clandestina, motivando conflitos entre os dois países. A solução das pendências diplomáticas só foi estabelecida e regularizada em 1871, com a assinatura do Tratado de Amizade entre o Japão e Havaí, dando início a migração oficial (chamado de *kan-yaku imin*) para o Havaí, em 1875. A partir dessa data, os imigrantes eram contratados por meio de ajuste entre as partes interessadas, cuja modalidade de contratação perdurou até 1894, com a remessa de aproximadamente 30 mil imigrantes no período de 1885 e 1894 (SAITO, 1961, p.51). Pode-se deduzir que alguns japoneses tenham deixado temporariamente o seu país, possivelmente

pressionados com as mudanças do novo regime, numa época em que o Japão estava sofrendo grandes transformações na política interna.

Com a suspensão do acordo oficial, em 1894, a emigração passou a ser promovida por empresas particulares que ascendeu o número para cerca de 46 mil emigrantes em 1900, quando as Ilhas Havaí passaram para a jurisdição dos Estados Unidos, e junto, a legislação imigrantista passou também a ser regida pelos EUA. Porém, eram numerosos os nipônicos que se dirigiam à Austrália, Nova Caledônia e outras Ilhas do Pacífico, por meio de empresas particulares que aliciavam os camponeses para a emigração (SAITO, 1961).

A imigração de japoneses aos Estados Unidos, efetivamente iniciou em 1869, limitada aos casos de migração individual que se estendeu até 1880 (SAITO, p.22), ano que marca o início das grandes migrações de trabalhadores para “Fazer a América”. Durante 20 anos entraram numerosos contingentes para a costa oeste dos Estados Unidos (Califórnia) para trabalhar na frente pioneira. Em 1900, quando houve a anexação do território de Havaí, muitos emigrantes passavam por esse país para chegar aos Estados Unidos. Essas afirmações permitem deduzir que os japoneses também acompanharam a era das grandes migrações, só que não para o Brasil

Conta Saito (1961, p.25-26) que o governo japonês, depois de prolongadas negociações permitiu em 1890, o funcionamento de empresas particulares para recrutar e transportar emigrantes. A Cia. de Emigração Kichisa (Kichisa Imin Gomei Kaisha), fundada em 1891, foi a primeira empresa particular de emigração que, inclusive, foi uma das primeiras empresas do ramo do Japão a tratar com a firma imigrantista Prado Jordão, de São Paulo, em 1894, para promover a introdução de trabalhadores nipônicos para São Paulo. Daí em diante, apareceram numerosas empresas nesse setor, tanto que, em 1898 eram mais de 10 empresas que encaminhavam emigrantes para o Havaí. Com a transferência dos serviços de emigração para empresas privadas não tardaram as queixas e reclamações, o que levou o Ministério das Relações Exteriores do Japão a expedir, em 1893, regulamento visando à proteção dos emigrantes, cujo regulamento modificado e aprovado pelo Parlamento tornou-se em 1896, a Lei de Proteção aos Imigrantes.

A partir de 1900, o governo japonês proibiu a prática de contratação particular (*Shiyaku-Imin*) para os Estados Unidos e Havaí. Assim, os trabalhadores japoneses passaram a empreender migração temporária por conta própria até a assinatura do acordo de 1908. Nesse período entre 1900 a 1908, a migração livre ou espontânea (chamada de *Jiyu-Imin*) para Havaí tinha atingido 68 mil emigrantes, dos quais muitos reimigravam para os Estados

Unidos devido, principalmente, ao elevado nível salarial, em comparação com a precária situação salarial que se encontrava o Japão no início do século XX. A reemigração tornou-se mais ativa durante o período de 1905 a 1908 atingindo mais de 27 mil trabalhadores, que seguiram o mesmo caminho trilhado pelos chineses, provocando sérios conflitos com os trabalhadores americanos pela competição instalada no mercado de trabalho, de acordo com os dados referenciados por Saito (1961).

Interessante analisar os dados estatísticos do Ministério das Relações Exteriores do Japão, visto que na época do *Gentleman's Agreement*, em 1908, a colônia japonesa nos Estados Unidos era de mais de 100 mil residentes (SAITO, 1961, p.22), isto é, um quantitativo bem diferente do contingente de emigrantes destinados ao Havaí e Estados Unidos, como se pode verificar na Tabela 11.

Tabela 11 - Emigração japonesa para o além-mar: principais destinos (1885-1955)

Períodos	Países Latino-americanos Exceto Brasil	Havaí, EUA e Canadá	Ilhas do Pacífico	Brasil	Brasil Levy, 1974
1885-1890	16.815				
1891-1895	20.429				
1896-1900	60.268	1.314	791		
1901-1905	34.292	7.658	3.495		
1906-1910	52.965	3.515	14.738	1.714	1.809
1911-1915	16.624	8.484	5.161	13.371	13.799
1916-1920	19.911	12.713	8.656	13.576	13.698
1921-1925	14.072	5.936	3.691	11.350	11.963
1926-1930	5.311	20.400	10.429	59.564	59.384
1931-1935	1.022	12.860	4.424	72.661	73.345
1936-1940		14.776	3.491	15.473	13.069
1941-1945		520	294	1.277	1.548
1946-1950	45
1951-1955			987	7.751	8.792
TOTAL	241.709	88.176	56.157	196.737	197.452

Fonte: Dados Estatísticos do Ministério de Relações Exteriores do Japão, apud Saito (1961, p.23) e de Levy (1974).

Com o *Gentleman's Agreement*, celebrado em dezembro de 1907 (HANDA, 1987, p. 77), o governo japonês se comprometeu a não mais permitir a saída livre de trabalhadores com destino aos Estados Unidos, a não ser em casos especialmente permitidos, como as cartas de chamada para fins de reunião familiar e chamada de cônjuges. Durante os nove anos, de 1912 a 1920, entraram pelos portos de São Francisco e Settle cerca de 7 mil noivas por cartas de chamada.

Por outro lado, o contingente de emigrantes destinados aos países latino-americanos (exceto Brasil) entre os anos de 1885 a 1905 era mais de 131 mil, ou seja, bem superior que os destinados aos Estados Unidos e Ilhas do Pacífico. Presume-se desta constatação que, os emigrantes foram para o Peru e México, e de lá reemigravam para os Estados Unidos, já que o Japão assinou o Tratado de Comércio e Navegação com o Peru, em 1873 e com o México, em 1888. Fatores que motivaram o Congresso Americano a aprovar a lei no ano de 1924, proibindo a entrada de imigrantes japoneses procedente de Havaí no continente americano, mas também via Peru, Canadá e México.

A emigração para o Peru iniciou-se a partir de 1899, na época das grandes migrações para a América Latina. Os imigrantes nipônicos que entraram no Peru se destinavam a suceder os trabalhadores chineses como assalariados nas grandes plantações de cana-de-açúcar e algodão, como também para o setor de pescada. Assim, de maneira idêntica à sucedida no Havaí, eram migrações de caráter temporário, que visavam acumular recursos para retornar ao país de origem (PIERSON, 1953 apud SAITO, 1961, p.24). Complementa Tsutsumi (2001, p. 124) que a primeira leva de imigrantes que desembarcou no Peru, em 1899 (32º Ano da Era Meiji) era constituída de 790 pessoas, dos quais faleceram 143 pessoas durante o primeiro ano, por doença e outros motivos, isto é, 18% haviam falecido em apenas um ano.

Possivelmente, foram muitas levas de imigrantes e alguns desses imigrantes - conhecidos como *Peru kudari*³² - desceram os Andes e se dirigiram para a Amazônia em fuga, atraídos pela notícia da prosperidade da borracha. Assim, apesar do censo demográfico de 1920 registrar a presença de 26 japoneses no Acre, é possível que tivesse um número bem maior, considerando a clandestinidade dos imigrantes nipo-peruanos naquela região. O território do Acre era então uma espécie de ponto de encontro, em que mais de cem japoneses lá viviam na época, segundo relatos da Sr^a. Ito, quando por lá passou em 1919 (TSUTSUMI, 2001, p.124).

³² *Peru kudari* significa literalmente os que desceram do Peru.

Comenta Tsutsumi que uma revista semanal japonesa publicou um artigo sobre os *Peru kudari*, dizendo superficialmente que, o motivo da saída dos imigrantes do Peru deve-se “A notícia da prosperidade da borracha na Amazônia, que fez com que os imigrantes abandonassem o Peru um após outro”. Na interpretação de Tsutsumi, a realidade é um pouco diferente: “Os imigrantes japoneses fugiram dos sítios peruanos porque o tratamento que receberam nas colônias foi péssimo, e porque ficaram temerosos com malária e tifo que os dizimou” (TSUTSUMI, 2001, p.124).

Importante registrar que a emigração nos países asiáticos foi introduzida após as guerras Sino-Japonesa (1894-1895) e Russo-Japonesa (1904-1905) com a ocupação de Taiwan, Coreia, Manchúria e todo o noroeste da China. Depois com a derrota alemã, em 1918, o Japão recebeu as Ilhas Palau, Carolinas, Marianas e Marshall, fortificando-as como parte de seu perímetro externo de defesa contra forças navais estrangeiras, e como parte de seu sistema de base para ataque às Filipinas e à Nova Guiné.

Em 1931, os japoneses iniciaram a ocupação da Manchúria, região formada pelas três províncias do noroeste chinês. Em decorrência dessas possessões, o império japonês enviou uma leva significativa de imigrantes graduados a Manchúria, uma das regiões mais ricas em recursos naturais, com grandes reservas de carvão de pedra, jazidas de xisto, ferro e enormes florestas e grandes extensões de terras férteis (MAGALHÃES FILHO, 1973, p. 431). Com a perda desses territórios após a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos imigrantes retornou ao Japão e reemigrou para o continente americano. A Região Norte do Brasil recebeu vários desses imigrantes repatriados de Taiwan, Coreia e principalmente da Manchúria (Entrevistados nº 27, 29, 40, 42).

4.3 QUANTOS SÃO E DE QUE PROVÍNCIAS VIERAM OS JAPONESES

Apesar da emigração japonesa para o Brasil ter iniciado em 1908, o apogeu dessa emigração deu-se nas décadas de 1920 e 1930. De 1908 até 1924, registra-se a entrada de 32.366 indivíduos. A partir de 1924, quando o governo japonês passou a subsidiar diretamente a vinda de seus súditos, o quantitativo passou para 141.732 pessoas até 1941 (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 21).

O quantitativo de emigrantes japoneses para o Brasil até 1955, segundo os dados do Ministério das Relações Exteriores do Japão era de aproximadamente 197 mil³³, conforme dados da Tabela 11 (SAITO 1961). Comparando os dados de Levy (1974) com os do Ministério das Relações Exteriores do Japão, percebe-se que há uma pequena diferença nos números dos migrantes que saíram do Japão e dos que entraram no Brasil oficialmente. Desse montante, o maior contingente entrou efetivamente no país entre 1926 e 1935, que corresponde a 67% do total de entradas, contra 20% no período de 1908 e 1925 e de 13% no período de pós-guerra.

Para esclarecer de que províncias vieram os imigrantes japoneses cabe citar um levantamento realizado pela Comissão de Recenseamento da colônia Japonesa em 1964, que relaciona todas as províncias de origem do Japão no período de 1908 a 1962, distribuídos em 8 períodos: 1908-1912; 1913-1917; 1918-1922; 1923-1927; 1928-1932; 1933-1937; 1938-1941, e no período de pós-guerra até junho de 1962. Da consolidação procurou-se destacar as províncias que mais “exportaram” emigrantes para o Brasil, que estão na Tabela 12.

Conforme dados do recenseamento verificou-se que no período considerado de 1908 a 1962, em 55 anos, chegaram ao Brasil aproximadamente 229 mil imigrantes japoneses, dos quais o maior contingente veio do sul do Japão, da região de Kyushu com 64.318 imigrantes (28,1% do total), especialmente das províncias de Kumamoto (10,2%) e Fukuoka (8,45%). Da região central do Japão - Chugoku - saíram 13,5% dos emigrantes, sendo que a província Hiroshima exportou sozinha 6% dos emigrantes dessa região.

A terceira região de destaque foi Tohoku (11,6%) que fica ao norte do Japão, da qual a província de Fukushima contribuiu com 5,3%. A Ilha de Okinawa sozinha contribuiu com 8% da população de emigrantes. Okinawa na verdade é um arquipélago bem distante do Japão, de clima quente, cuja população possui identidade bem peculiar, fato que deve ter contribuído para a emigração em massa para o Brasil.

³³ Estes números de Saito (1961) são condizentes com os números apresentados por Levy (1974) e Bassanezi (1995), visto que o levantamento dessas autoras até os anos de 1950 eram de aproximadamente de 189 mil imigrantes.

Tabela 12 - Regiões e províncias de origem dos imigrantes japoneses (1908-jun. 1962)

REGIÕES	Antes da II Guerra				Após II Guerra			Total geral	
	Recrutado	Chamada	Outros	Totais	Em família	Sozinho	Totais	N.A	%
H OKKAIDO (1)	12.736	226	71	13.033	2.461	209	2.670	15.703	6,9
TOHOKU (2)	21.495	642	138	22.275	3.571	698	4.269	26.544	11,6
Iwate	2.234	23	6	2.263	123	51	174	4.176	1,8
Miyagi	3.380	87	20	3.487	529	116	645	4.132	1,8
Fukushima	9.489	417	93	9.999	2.027	181	2.208	12.207	5,3
Outros	6.392	115	19	6.526	892	50	942	7.468	3,3
KANTO (3)	10.188	283	83	10.554	2.935	1.746	4.681	15.235	6,7
CHUBU (4)	18.624	708	230	19.562	2.145	808	2.953	22.515	9,8
KANSAI (5)	15.635	440	225	16.300	2.658	541	3.199	19.499	8,5
Wakayama	4.200	111	58	4.369	1.452	96	1.548	5.917	2,6
Outros	11.435	329	167	11.931	1.206	445	1.651	13.582	5,9
CHUGOKU (6)	26.020	709	283	27.012	3.285	572	3.857	30.869	13,5
Okayama	5.538	153	70	5.761	605	74	679	6.440	2,8
Hiroshima	12.220	337	130	12.687	878	180	1.058	13.745	6,0
Yamaguchi	5.472	136	52	5.660	1.519	214	1.733	7.393	3,2
Outros	2.790	83	31	2.904	283	104	387	3.291	1,4
SHIKOKU (7)	11.487	488	196	12.171	2.544	399	2.943	15.114	6,6
KYUSHU (8)	48.705	1.838	545	51.088	11.824	1.406	13.230	64.318	28,1
Fukuoka	15.011	737	211	15.959	3.021	300	3.321	19.280	8,4
Kumamoto	19.108	543	153	19.804	3.118	345	3.463	23.267	10,2
Outros	14.586	558	181	15.325	5.685	761	6.446	21.771	9,5
OKINAWA(9)	9.978	4.039	260	14.277	4.618	211	4.829	19.106	8,3
Total	174.868	9.373	2.031	186.272	36.041	6.590	42.631	228.903	100

Fonte: Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa (1964), com as adaptações da autora

(1) Hokkaido fica na região fria do extremo norte do Japão

(2) Tohoku abrange as províncias de Aomori, Akita, Yamagata, Iwata, Miyagi e Fukushima

(3) Kanto: as províncias de Gumma, Ibaraki, Tochigi, Saitama, Chiba, Kanagawa e Tokyo

(4) Chubu: as províncias de Niigata, Nagano, Yamanashi, Shizuoka, Aichi, Gifu, Toyama, Ishikawa e Fukui

(5) Kansai: as províncias de Kyoto, Shiga, Nara, Wakayama, Mie, Osaka, Hyogo

(6) Chugoku: as províncias de Okayama, Hiroshima, Yamaguchi, Tottori e Shimane

(7) Shikoku: as províncias de Ehime, Kagawa, Tokushima e Kochi

(8) Kyushu: as províncias de Fukuoka, Oita, Nagasaki, Miyazaki, Kumamoto, Kagoshima e Saga.

(9) Okinawa: é a ilha que fica no extremo sul. Nos dados de Okinawa estão incluídos 6 pessoas de Korea

A região de Kanto (que inclui a capital de Tokyo e as províncias ao redor) é a parte mais densamente povoada do Japão e onde está locado o centro econômico e financeiro nipônico. Dessa região, que representa praticamente um terço da população do Japão, saíram apenas 6,7% dos emigrantes, o que vem contrariar em parte o argumento neomalthusiano, visto que a alta densidade demográfica não explica por si só a saída de migrantes de um espaço geográfico.

4.4 ESBOÇO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

A aproximação entre os dois países iniciou-se no governo de Floriano Peixoto com a promulgação da Lei nº 97, em outubro de 1892, permitindo a imigração asiática. As negociações para estabelecer os japoneses no Brasil culminaram com o Tratado de Amizade Comércio e Navegação Japão-Brasil, firmado em 05 de novembro de 1895. Em 1897, a empresa de recrutamento de emigrantes, *Kichisa Imin Kaisha*, enviou um representante para São Paulo para retomar as negociações iniciadas com a firma Prado Jordão, que culminou com a assinatura de um acordo que seriam encaminhados 1.500 a 2.000 trabalhadores camponeses de 20 a 35 anos de idade.

Quando, porém, foi conseguido o recrutamento de 1.500 pessoas, sobreveio a queda brusca do preço do café, provocando a crise econômica no estado de São Paulo, que resultou em completo fracasso dessa primeira tentativa e de outras empresas que também estavam negociando a vinda de imigrantes. Depois, o Ministério das Relações Exteriores do Japão, ciente da situação de miséria em que se encontravam os imigrantes europeus nas fazendas de café recomendava atitudes cautelosas, principalmente após a decisão de o governo italiano ter proibido o recrutamento de imigrantes italianos para o Brasil, em 1902 (SAITO, 1961).

Contudo, a vinda dos japoneses não era bem aceita, havia manifestações públicas no congresso e na imprensa contra a raça amarela como relatam Saito (1961), Handa (1987), Bassanezi (1995) e outras fontes.

Não foram poucos os representantes do governo brasileiro francamente contrários à entrada de japoneses, como relata Leão (1990, apud KODAMA; SAKURAI 2008, p.18): “Oliveira Lima, que fora ministro plenipotenciário no Japão de 1901 a 1903, objetaria a imigração por crer que ela favorecia uma maior mistura de raças inferiores na nossa população”. Essas manifestações públicas certamente tinham seu fundamento na época, pois

diferentemente dos europeus que tinham uma estatura alta e porte atlético, a maioria dos agricultores japoneses daquela época era de baixa estatura e magros, devido a longos anos de privação de proteína animal, causada pela pobreza e pelo tabu da religião budista. Portanto, considerando a natureza do trabalho braçal requerido naquela época, o porte físico de um asiático poderia ser considerado inferior ao do negro africano ou do europeu.

Uma vez que a corrente de imigrantes italianos havia sido suspensa e agravara a falta de braços, os fazendeiros paulistas mostravam-se bastante interessados na introdução de colonos japoneses nas lavouras. Segundo Saito (1961, p. 28-29), um relatório enviado em 1905, por Sugimura, então ministro plenipotenciário do Japão no Brasil, narrava de maneira bem viva a situação da época.

Em consequência da suspensão da migração de colonos italianos, o Estado de São Paulo está fazendo face a uma profunda falta de braços. Tanto o Governo do Estado de São Paulo como os fazendeiros em geral, estão interessados em receber nossos trabalhadores. Acredito, por conseguinte, que a introdução de nossos imigrantes nesse Estado seria muito mais interessante e preferível a mandar para os Estados Unidos, onde avultam as perseguições. Naturalmente, as despesas de viagem seriam mais dispendiosas em comparação àquele país devido à grande distância. Felizmente, o governo de Estado de São Paulo se propõe a subvencionar total ou parcialmente a passagem marítima, o que contrabalança, até certo ponto, a citada desvantagem. Proibida a entrada na Austrália, discriminados nos Estados Unidos, perseguidos no Canadá e agora limitados também nas Hawaii e Ilhas do Pacífico, os nossos colonos trabalhadores encontrarão no Estado de São Paulo uma rara felicidade e um verdadeiro paraíso.

Tais relatos demonstram que o governo japonês estava interessado em encontrar alternativas após o *Gentleman's Agreement* de 1907, que previa a contenção da emigração japonesa para os Estados Unidos da América. Pelo lado brasileiro, a vinda de imigrantes japoneses seria apenas uma experiência, ou melhor, “um ensaio” para resolver a questão da falta de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, em um período em que os países europeus estavam dificultando a vinda de imigrantes subsidiados, como atesta o Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras do estado de São Paulo, de 1907.

A título de ensaio, para tentar criar uma nova fonte de suprimento de braços á lavoura cafeeira, celebrou-se, a 6 de novembro último, com a Companhia Imperial de Emigração, com sede em Tóquio, Japão, contrato para a introdução de 3.000 imigrantes daquela procedência, por levas de 1.000, no máximo, em cada anno, a partir de 1908, e [...] São Paulo, 1907 (BASSANEZI; TRUZZI, 2008).

Segundo Bassanezi; Truzzi (2008, p.74), no contrato assinado diretamente pelo governo do estado de São Paulo com o governo japonês ficou consignado que parte dos custos de passagens que ultrapassasse o valor máximo daquelas pagas aos imigrantes

européus, ficaria a cargo dos fazendeiros, com a faculdade de descontar nos salários a importância restituída ao governo. Embora o ensaio tivesse o propósito de atender à cafeicultura, o contrato abria espaço para a vinda de outros profissionais como carpinteiros, ferreiros e outras profissões – desde que esses não ultrapassem 5% do total dos imigrantes. O contrato previa também a criação de núcleos coloniais destinados aos imigrantes japoneses que lograssem se tornar pequenos proprietários. A Companhia Imperial de Emigração por sua vez deveria transportar do Japão ao porto de Santos, agricultores, constituídos em famílias, compostas de três a dez pessoas aptas ao trabalho, que podiam ser homens ou mulheres, entre 12 e 45 anos.

O primeiro contingente de imigrantes japoneses chegou no dia 18 de junho de 1908, no porto de Santos. Era composto de 800 pessoas (781 imigrantes sob contrato, 10 imigrantes espontâneos e outros). Esse grupo era comandado por Ryo Mizuno, diretor presidente da Kôkoku Shokumin Kaisha (Companhia Imperial de Emigração) e os demais encarregados da emigração, de acordo com o registro de Handa (1987).

Para que o ensaio estivesse sob controle, as autoridades paulistas acharam conveniente que os primeiros imigrantes se concentrassem em poucas fazendas. Assim, do contingente de 781 imigrantes que deram entrada na Hospedaria dos Imigrantes na capital paulista, 767³⁴ foram alocados em seis grandes fazendas: 204 para a Companhia Agrícola Fazenda Dumont; 155 para São Paulo *Coffee Estates C. Ltda.*; 99 para a Companhia Agrícola Fazenda São Martinho; 170 para as propriedades do Dr. Godofredo da Fonseca; 90 para a propriedade de D. Albertina Prado & Filhos; e 49 para a propriedade de Dr. Francisco Antonio de Sousa Queiroz. Além dos enviados à cafeicultura, cerca de 40 japoneses adentraram em São Paulo no ano de 1908 (BASSANEZI; TRUZZI, 2008, p. 74).

O balanço da Inspetoria de Imigração do porto de Santos registra a entrada de 808 japoneses, dos quais 801 haviam embarcado no porto de Kobe (Japão). Nesse conjunto 76,4% eram do sexo masculino, a maioria possuía mais de 12 anos e 98% eram alfabetizados³⁵.

³⁴ Esses números dos imigrantes destinados às fazendas diferem de Handa (1987, p. 17). Segundo esse autor foram 773 pessoas, sendo 586 homens e 187 mulheres, que foram distribuídos da seguinte forma: 152 (24 famílias de Okinawa) para a Fazenda Canaã; 173 (23 famílias de Okinawa) para Fazenda Floresta; 101 pessoas (27 famílias vinda de Kagoshima) para Fazenda São Martinho; 88 pessoas (23 famílias de Kagoshima, Koichi e Niigata) para Fazenda Guataparã; 210 pessoas (52 famílias vindas de Fukushima, Kumamoto, Hiroshima, Miyagi e Tóquio) para Fazenda Dumont; 49 pessoas (15 famílias de Yamaguchi, Aichi e outras províncias) para Fazenda Sobrado.

³⁵ Mesmo naquele tempo onde a grande maioria da população brasileira ainda era de analfabetos, os japoneses regularmente tinham o segundo grau completo e alguns eram profissionais de curso superior que pretendiam explorar as novas terras.

Naquele mesmo ano de 1908, 30 japoneses deixaram São Paulo pelo Porto de Santos, 29 com destino a Argentina e Uruguai e um aos Estados Unidos (BASSANEZI; TRUZZI, 2008, p.75)

Não seria de estranhar que os japoneses que vieram para o Brasil, a partir de 1908, tivessem as mesmas intenções que prevaleceram entre os imigrantes de Havaí e de Peru. Eram trabalhadores temporários que visavam retornar após o sucesso de sua empreitada. No entanto, as condições que os fazendeiros ofereceram foram diferentes do que se esperava, seja em termos de níveis salariais, seja em condições de trabalho. Ademais, era exigido que os imigrantes constituíssem famílias com predominância de membros ativos e exclusões dos inativos, o que os obrigava a adotar a prática de família composta sem velhos e crianças (SAITO, 1961, p.25).

Tal exigência tocava numa questão fundamental, já que poucas famílias estavam dispostas a emigrar, até então majoritariamente apenas homens aventureiros visavam sucesso rápido e retorno ao país. Para resolver tal exigência de contrato, os interessados recorriam à prática da família agregada existente no Japão. Tal prática social, entretanto, não era entendida pelos brasileiros, como se pode constatar num trecho de um relatório de Ryuji Noda citado por Saito.

Foram colocadas nesta fazenda 24 famílias, perfazendo 155 pessoas, sendo em sua totalidade originárias da região de Okinawa. Elas organizam-se em famílias aparentemente fictícias, pois em torno de um casal legítimo, agregam-se vários solteiros os quais não tem nada a ver com o casal. Isso faz contraste notável com os imigrantes de origem européia que formam famílias legítimas com casal, filhos e irmãos verdadeiros. O pessoal administrativo e trabalhadores da fazenda vêem os patrícios com visível desprezo, suspeitando que os japoneses fossem um povo bárbaro a ponto de praticar poligamia. O mal não é só; no seio da família assim formada não prevalece a harmonia, verificando-se choques não só no trabalho, mas também na vida diária e, como resultado, consumam-se fugas da fazenda desses solteiros que são meros complementos da família [...] (SAITO, 1961, p. 65).

Uma vez instalados nas fazendas, sofreram graves problemas de adaptação devido à maltratos, exploração no sistema de aviação e doenças endêmicas, de modo que alguns retornaram a pátria ou reemigraram para outras localidades. Conta Handa (1987, p. 63) que decorrido meio ano da entrada nas fazendas, 400 haviam deixado o trabalho. Kodama e Sakurai (2008, p. 19) complementam “que dos 781 trabalhadores que chegaram no Kasato Maru direcionados para o trabalho em cafezais, somente 191 permaneceram nas fazendas ao fim de dois anos”. Dentre os que saíram, encontrava-se um grupo de 75 okinawanos que se empregou na construção de estrada de ferro Noroeste, inaugurando assentamentos nas regiões abertas pelos trilhos, atingindo Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, onde hoje há uma

grande comunidade de nipo-brasileiros. Outros foram procurar empregos nas docas do Porto de Santos ou ainda como empregados domésticos (KODAMA; SAKURAI, 2008, p.19). Handa resume as causas do fracasso dessa primeira tentativa, pelo prisma dos imigrantes japoneses, da seguinte forma:

1. O terem vindo com o objetivo de rapidamente fazer fortuna. Para tanto, sacrificaram-se demasiadamente com empréstimos a juros elevados para a despesa com a passagem. E não se pôde economizar na fazenda de café desde primeiro dia de trabalho. (sic)
2. O fato de ter sido feito sem muito cuidado o arranjo da família. [...] Gente das , mais diferentes ambições juntou-se em uma aparente família [...]
3. O fato de haver famílias de elementos não lavradores, ou que não tinham aptidões para a agricultura. Tal gente não conseguiu suportar o trabalho no Brasil, principalmente sob os olhos do fiscal e em regime de escravidão. [...]
4. O fato de a convocação ter sido por gente que não conhecia o Brasil, através de grandiloqüentes propagandas em diversas localidades. Este fato chegou a constituir-se numa das causas determinantes da desilusão sentida pelos imigrantes (HANDA, 1987, p.58).

Todavia, na leitura de outros relatos o entendimento da problemática das fazendas de café era também contingencial. Primeiro, a maioria das fazendas estava com as plantações envelhecidas e naquele ano a safra fora uma das piores devido à seca, segundo, havia certa preferência em conceder as melhores plantações para outros imigrantes, principalmente italianos, que já se encontravam nas fazendas há mais tempo, terceiro, o preço pago pela colheita era muito aquém do prometido. Veja o que acontecia na Fazenda Dumont como relata Handa.

Ainda que se leve em conta que se tratava dos bons tempos do mil-réis, o trabalho de uma pessoa rendia apenas 20 centésimos de iene com o ganho diário de 1 mil-réis (0,60 iene) conseguido por uma família de três membros. Segundo a propaganda da companhia ‘uma pessoa pode colher 3 sacos. Uma família de 3 pessoas 9 sacos. O rendimento de um dia é de 5,4 ienes. Desse jeito, não havia imigrante que agüentasse: é obvio que se perdia até a vontade de trabalhar. (HANDA, 1987, p. 40)

Significa que a maioria dos imigrantes não suportou o prazo do contrato, e com o passar do tempo, fugiram das fazendas e formaram outras colônias agrícolas por intermédio dos patrícios, que passaram a comprar pequenas propriedades, ou ainda se debandavam para núcleos urbanos para se proteger das adversidades externas, principalmente, por causa da grande dificuldade de assimilação da língua portuguesa que enfrentaram por muitos anos, como relata Handa (1987) em diversas oportunidades.

Devido às dificuldades de adaptação e principalmente das queixas de fugas das fazendas de café, a segunda leva de imigrantes só aconteceu em 1910, quando o navio

Ryojun-Marú trouxe 247 famílias, somando 906 passageiros, sob a tutela da companhia imigrantista Takemura Shokumin Shokan (Comercial Colonizadora Takemura). A partir dessa leva algumas condições foram impostas pelo governo do estado de São Paulo em vista do mau resultado obtido com os primeiros imigrantes, principalmente no tocante a redução dos subsídios³⁶ e “de tudo suportar durante 2 anos”, inclusive proibição de greves e de atos equiparáveis (HANDA, 1987, p.63). Com a experiência acumulada pelos intérpretes e agenciadores, a segunda leva dos imigrantes distribuída em 17 fazendas teve um enorme avanço, com permanência da maioria dos imigrantes, apesar da ocorrência de fugas como avalia Sano.

O balanço final da primeira experiência com os imigrantes japoneses é, desse modo, revelador: dos 772 japoneses distribuídos pelas fazendas, 430 tinham se retirado após 6 meses e, 13 meses depois, apenas 191 permaneciam no mesmo local. Devido a esse malogro, o governo do Estado de São Paulo tentou cancelar o contrato de 1907, o que não foi feito: as Companhias de Emigração comprometeram-se a fazer uma melhor seleção dos trabalhadores e a aceitar uma série de novas cláusulas contratuais para evitar greves, fugas e retiradas antes do prazo estipulado. Mesmo assim, os resultados obtidos foram escassos. Em 1912, por exemplo, 62% dos trabalhadores japoneses abandonaram as fazendas sem cumprir os contratos. (SANO, 1989).

Na avaliação desta autora, devem-se acrescentar outros fatores que levaram os colonos a fugir das fazendas: os agricultores japoneses, apesar de serem de uma classe inferior na hierarquia social, sempre trabalharam com certa autonomia no Japão, o que confrontava com a prática dos capatazes das fazendas acostumados a lidar com escravos. Executar os trabalhos que eram feitos pelos escravos sob as ordens desses capatazes, por si só representava uma posição de certa forma humilhante para aqueles que provinham de famílias de samurais. Outro fator relevante era o nível de educação de muitos colonos japoneses, que proporcionava perspectivas e possibilidades de se tornarem pequenos produtores, ou prestadores de serviços, cujas oportunidades já despontavam com o desenvolvimento econômico do país.

Foi na região de Araraquara que ocorreu o primeiro trabalho de contratista para a formação de cafezais envolvendo imigrantes japoneses. Em 1912, o administrador da Fazenda Guatapar comprou uma grande extensão de terra e encarregou 40 famílias japonesas a formar e cuidar do cafezal. Posteriormente, em 1916, essas famílias adquiriram terra em conjunto, tornando-se o primeiro núcleo de proprietários japoneses plantadores de café. O trabalho como contratistas na formao de cafezais foi uma forma eficiente encontrada pelos japoneses para acumular poupança e passar da condio de colonos  de pequenos proprietários. Quando isso se deu, a idéia de retorno ao Japão começou a perder sua força. A obsessão em adquirir terras levou os japoneses a multiplicarem sua jornada de

³⁶ Passaram de 10 libras para 8 libras para os maiores de 12 anos; 4 libras para menores de 12 anos e maiores de 7 anos e de 2 libras para as crianças menores de 7 e maiores de 2 anos.

trabalho nas culturas independentes. Era muito comum entre os colonos brasileiros a acusação de que os japoneses eram pecadores, pois não respeitavam as folgas nem os dias santos. Segundo Tomoo Handa, a enxada tornava-se o instrumento mais importante para o trabalhador japonês, adquirindo o significado equivalente ao da espada dos samurais: uma verdadeira arma de guerra. (SANO, 1989)

Aos poucos o quadro negativo das primeiras experiências foi se modificando. Num espaço de tempo relativamente curto, muitos foram se tornando pequenos proprietários de terras nas novas fronteiras de expansão agrícolas de São Paulo. Entretanto o fluxo migratório foi interrompido com o conflito armado de 1914-1918, em vista a suspensão de subsídios para a vinda de imigrantes para o Brasil. Por outro lado, a eclosão da Primeira Guerra Mundial trouxe para o Japão a paralisação da produção de artigos destinados à Europa, com reflexo direto na economia interna, tornando mais dura a vida dos camponeses. Fatores que levaram as companhias de emigração a iniciarem gestões junto a empresas particulares que detinham autorização especial do governo paulistano para introduzir imigrantes, como a Antunes dos Santos que tinha direito para introduzir 10 mil imigrantes ao ano (HANDA, 1987).

Entre 1917 a 1919, mais de 60 mil pessoas saíram do Japão com destino ao Brasil, Estados Unidos, Havá e Canadá (HANDA, p. 75-76). Acrescenta-se que nessa época havia também uma forte emigração para as colônias da Coreia, Taiwan, Manchúria e Filipinas, para trabalhar nas obras de infraestrutura pela política expansionista do governo japonês nesses territórios, após as guerras Sino- Japonesa (1894-1895) e Russo- Japonesa (1904-1905). (Entrevistados nº 29, 44, 45).

O processo de expansão emigrantista japonesa contava com a participação de novas empresas de emigração, das quais a mais importante foi a Companhia Ultramarinha de Desenvolvimento SA (KKKK - Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha) fundada em 1917, com objetivo de fixar colonos proprietários em terras adquiridas por elas ou cedidos pelo governo de São Paulo. A partir de então, deu-se início a diversificação da produção agrícola. Além do café, plantava-se algodão, arroz, milho, chá, hortaliças e se cultivava bicho-da-seda. Os pequenos núcleos como os de Iguape, Registro, Promissão, Lins, Suzano entre tantos outros ajudaram a desenvolver os atuais municípios paulistanos (KODAMA; SAKURAI, 2008, p.20-21).

Depois da segunda metade dos anos de 1920, a emigração japonesa passou a ser politicamente orientada pelo governo japonês, em consonância com os ideais expansionistas que ganhavam impulso naquele país. Enquanto que no Brasil, com a volta da paz na Europa, foi reiniciada a emigração dos italianos, portugueses e espanhóis, e novamente declarada o

corde das subvenções aos japoneses em 1921. O argumento invocado foi que a concessão aos imigrantes não estáveis só aumentava as despesas, sendo melhor destiná-las aos emigrantes estáveis da Europa meridional. Após muitas negociações foi concedido em 1922 para cerca de 600 pessoas, a partir dessa data não foram mais concedidas subvenções à imigração japonesa (HANDA, p.75).

Assim, a partir de 1923 o governo japonês passou a dar uma subvenção de 200 ienes por pessoa, a título de auxílio aos flagelados do grande terremoto ocorrido na região de Kanto (Tokyo e arredores) naquele ano, cuja prática evoluiu para a concessão da totalidade das despesas a partir de 1924, quando os Estados Unidos fecharam definitivamente as portas para os asiáticos e o parlamento japonês aprovou a concessão de um subsídio integral da passagem marítima para os trabalhadores que se destinavam ao Brasil. Já no ano seguinte, segundo Francisca I. S. Vieira,

O Brasil é para o Japão, não apenas praticamente o único país receptor de emigrantes, mas também mercado potencial para investimentos. O capital japonês buscava novos mercados para investir fora da Ásia e a ação combinada do governo e dos capitalistas imprime novas características à política migratória japonesa no Brasil (VIEIRA apud SANO, 1989).

Com a política de subsídio adotado pelo governo japonês, a emigração japonesa começou a ganhar impulso acelerado, passando a ocupar outras regiões do Brasil, inclusive a Região Amazônica. Se no período de 1910 a 1919 entraram 27.432 imigrantes, nessa segunda década, de 1920 a 1929, entraram 58.284 imigrantes como registra Levy (1974 - Tabela 2). Tal crescimento é explicado também por outros fatores como: o crescimento das relações econômicas entre Japão e Brasil e pelo fato do Peru, seguindo a política dos Estados Unidos, ter deixado de receber os imigrantes japoneses, o que os levava a canalizar para o Brasil. Assim, impulsionada pelo incentivo do próprio governo japonês e pela demanda brasileira por mão-de-obra para a cafeicultura em expansão no oeste paulista, a onda migratória japonesa para o Brasil trouxe, segundo a Embaixada do Brasil em Tóquio, 188.986 imigrantes no período que vai da chegada do Kasatu Maru (18 de junho de 1908) até 1941.

A partir da década de 1940, os fluxos migratórios começam a expandir em várias direções, inclusive para a Região Norte. O estado do Paraná, que no início tinha a maior percentagem dentre os imigrantes originários da Itália, vê essa nacionalidade suplantada por poloneses em 1940 e por japoneses de 1950 em diante (LEVY, 1974).

A despeito de esforços empenhados pelos órgãos condutores da imigração para a integração social, a situação de relativo isolamento das comunidades nipônicas em busca da

manutenção dos padrões culturais japoneses, reforçados pelas associações culturais e escolas de língua japonesa geravam tensões com a população local, dando motivos para o debate sobre a “inassimilação” dos japoneses pelos arautos do nacionalismo (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 20-21).

No ano de 1934, foi estabelecido o sistema de quotas de imigração em 2% para o ingresso de novos contingentes, de acordo com o artigo 121 da Constituição Federal de 1934.

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena. (BRASIL, 1934)

Veja o comentário registrado por Sano em “O Perigo Amarelo”.

Não há mais remédio para o mal”, lamentava em 1934 o deputado constituinte Félix Pacheco, a respeito da “indigestão japonesa”. “Tudo agora, aqui, é Japão, a propósito e sem propósito, todas as semanas, todos os dias, nas seções pagas e não pagas dos jornais, em livros de edições apuradas e reedições caras, em viagens, em conferências, em telegramas, em entrevistas com retratinhos e dados de toda a ordem”.

O médico Miguel Couto também alertava para o perigo da “japonização do Brasil” e da transformação da Amazônia na “Nova Manchúria”, e liderou uma campanha anti-nipônica na Assembléia Constituinte de 1934, que acabaria por aprovar a limitação da imigração japonesa. Em consequência, entre 1936 e 1950, entraram apenas 14.662 japoneses, ficando o fluxo migratório interrompido de 1942 a 1945. Essa ofensiva contra o expansionismo japonês foi também parte da política nacionalista implementada na época pelo governo Vargas. Com o golpe de estado, em 1937, que implantou o chamado “Estado Novo”, a ditadura de Vargas desencadeou a nacionalização forçada de tudo o que tivesse coloração estrangeira. O grande alvo foram os núcleos de colonização japonesa, agora chamados de “quistos raciais”. A língua japonesa foi proibida de ser falada em locais públicos; escolas e jornais japoneses foram fechados; livros confiscados, e as pessoas que fossem flagradas cometendo tais delitos eram imediatamente presas e enquadradas na lei. (SANO, 1989)

Entende-se que seja compreensível esse preconceito. Quando os países do continente americano se constituíram eram no mínimo eurocêntricos, posto que os primeiros colonizadores eram todos europeus - portanto, era o padrão de referência da época. Os próprios japoneses tiveram grandes impactos ao verem os negros pela primeira vez, já que muitos nunca os tinham visto. Logo, compreenderam o impacto que causava na população local, as diferenças dos traços orientais. Depois, a questão do preconceito asiático não foi só

entre os brasileiros. Os imigrantes também tinham preconceitos contra os *gaijin*³⁷ na tentativa de evitar a miscigenação e a manutenção de sua identidade.

Acredita-se que todos os imigrantes sofreram discriminação e aceitaram essa situação, seja no Brasil como nos Estados Unidos, como explica o nipo-americano Francis Y. Sogi (NINOMIYA, 1996, p.52) “Todas as facetas da vida na América lhes foram adversas. Não era do seu costume rebelar-se contra autoridades, embora houvesse preconceito e discriminação por todos os lados. Não foram criados para a rebeldia e isso contrariava a sua tradição”. Por causa do preconceito racial e da própria formação disciplinada, os japoneses chegaram ao Brasil de forma organizada, dentro das regras das autoridades japonesa e brasileira, geralmente intermediadas pelas corporações japonesas e nipo-brasileiras. Lembrando que nem sempre foi pacífico o convívio dos japoneses em terras estrangeiras, posto que durante a Segunda Guerra eles passaram por amargas experiências.

Nos capítulos 54 e 58 do livro de Toomo Handa (1987), há relatos bastante detalhados desse período conturbado da guerra, cujas preocupações dos imigrantes japoneses iniciaram-se em setembro de 1939, com a declaração de guerra do Japão à Inglaterra, quando os imigrantes dos países do Eixo passaram a sentir as limitações da liberdade de comunicação e de expressão. Tornou-se mais preocupante em dezembro de 1941, quando souberam do conflito bélico entre Japão e Estados Unidos, seguido do rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, seguido de perseguições e acirramento dos preconceitos aos imigrantes do Eixo.

Apesar de ter sido revogado o parágrafo 7º do artigo 121 da Constituição de 1934, durante o período da guerra era proibido a conversação entre japoneses nos logradouros públicos. Assim, sob o pretexto de aglomeração prendiam-se muitos imigrantes que nada tinham feito ou que nem entendiam dos motivos da prisão. Tomavam o patrimônio, fechava-se o comércio e adentravam nas casas dos imigrantes para confiscar até o dinheiro das famílias, gerando graves conflitos e até casos de fuzilamentos. A polícia também se locupletava das acusações de espionagem às lideranças da comunidade que eram confinadas nas solitárias das prisões. De modo que foi um período de muito sofrimento e angústia para esses imigrantes. Talvez uma das maiores angústias para os velhos japoneses tenha sido o confisco dos livros, revistas e a proibição de publicações (especialmente jornais) em língua japonesa como relata Handa (1987).

³⁷ Pronuncia-se *gaidim* e refere-se ao estrangeiro de modo geral. Significa que para os japoneses os brasileiros passavam a ser o estrangeiro.

Mesmo após a guerra a situação continuou tensa. Oportuno comentar, sucintamente, alguns conflitos internos que surgiram nas comunidades japonesas após a rendição do Japão na Segunda Guerra, que é pouco explorada pela historiografia brasileira, mas que fora assunto de manchetes nos jornais paulistanos no período de pós-guerra. Handa (1987) comenta em alguns capítulos sobre os acontecimentos decorrentes do nefasto caminho tomado por alguns japoneses fanáticos (assassinos e suicidas), chamado de “vitoristas” do Shindô Renmei (Liga do Caminho dos Súditos), que procuravam demonstrar o patriotismo japonês por meio da prática do *shindô* (código de conduta ou o caminho que todos os súditos do imperador deveriam tomar), assassinando e ferindo os compatriotas - chamados de “derrotistas” – daqueles que reconheciam a derrota do Japão e que procuravam elucidar a verdadeira situação do Japão.

Tais conflitos surgiram com o “rescrito imperial anunciando o final da guerra, em 14 de agosto de 1945, e a mensagem dirigida aos compatriotas do além-mar, proferida pelo então ministro das Relações Exteriores – Togo”. Esse comunicado foi passado via cabo à sede da Cruz Vermelha em Genebra, que passou à filial na Argentina e acabou nas mãos do padre Guido Del Toro³⁸, diretor do colégio São Francisco, que repassou a notícia para alguns colonos japoneses, solicitando divulgar o comunicado aos demais compatriotas.

Entretanto, em razão da falta de informações oficiais, da imprensa e do isolamento dos japoneses durante e após a guerra, o grupo do *Shindo Renmei*, distorcendo a verdade, passou a fazer propaganda maciça sobre a vitória japonesa, para que o comunicado oficial do governo japonês não chegasse aos súditos, ou mesmo que chegasse, fosse repellido como sendo um boato sem fundamento. Mesmo porque, naquela altura dos acontecimentos, muitos imigrantes estavam convictos da vitória do Japão e não admitiam a veracidade da derrota. Assim, aqueles que se dedicaram a propagação do verdadeiro comunicado, ou da verdade dos fatos, foram considerados traidores por esse grupo dos “vitoristas” que passaram a assassinar vários patrícios nos anos de 1946 a 1947, promovendo grandes confusões e medo nas regiões de Marília, Tupã, Bastos e na capital de São Paulo – que, repercutiu negativamente sobre o comportamento dos japoneses diante das manchetes estampadas nas páginas policiais como, “Quadrilhas de moços suicidas”, “Guestapo japonesa”, “Bando da Morte”, “Sociedade Secreta do Dragão Negro” etc.

³⁸ O Padre Guido foi um jesuíta italiano citado na literatura como entusiasmado catequista que queria evangelizar os chineses e acabou trabalhando ardentemente com os imigrantes japoneses no Brasil, especialmente de São Paulo e do Pará. Frente a Praça do Arsenal (no bairro da Cidade Velha, em Belém) ainda existe um prédio grande e velho, que parece abandonada pelo tempo, denominado “Escola Padre Guido Del Toro”, cuja escola acolheu muitos filhos de imigrantes japoneses.

4.5 A IMIGRAÇÃO JAPONESA PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Depois da Segunda Guerra Mundial, muitos imigrantes das antigas possessões e colônias japonesas (Taiwan, Coréia, Manchúria) - que foram perdidas durante a Segunda Guerra Mundial - repatriaram para o Japão, os quais não encontrando mais espaço no Japão juntaram-se no fluxo migratório do grande contingente de japoneses desempregados e desesperados com a situação de pós-guerra. Entretanto, diferentemente da intenção dos imigrantes de pré-guerra, os novos imigrantes (*shin-imin*) vieram em sua maioria com o intuito de se fixar de forma permanente no Brasil, Argentina e Paraguai, cujo processo migratório reiniciou em 1952, sendo o apogeu em 1959 e 1960 quando entraram respectivamente 7.041 e 6.832 japoneses no Brasil.

No período entre 1952 a 1986, entraram 53.438 pessoas entre imigrantes, contratados, técnicos para a indústria e comércio e por chamada de parentes, conforme dados do Ministério das Relações Exteriores do Japão (JAPAN..., 1988, p.124). A Kaikyoren (Kaigai Kyokai Rengokai – Federação das Associações Ultramarinas), organização filiada ao governo japonês efetuava recrutamento, seleção e transporte de emigrantes para o exterior.

No Brasil, os agentes intermediários se encarregavam da distribuição dos imigrantes para as colônias agrícolas de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e uma pequena parcela para o nordeste. No norte, os imigrantes foram recebidos inicialmente pelo grupo do Tsuji e distribuídos para as áreas remotas do estado do Amazonas, Pará e aos ex-Territórios Federais do Amapá, Acre, Guaporé (Rondônia) e Rio Branco (Roraima). A partir da década de 1960, os imigrantes passaram ter apoio da *JICA* (*Japan International Cooperation Agency*), que foi fundamental para a fixação desses japoneses no solo brasileiro, pois além de terem adquirido terras, investiram em infraestrutura (estradas, transporte, hospitais, escolas etc) para suprir as necessidades básicas das colônias agrícolas.

Na década de 1960 e 1970, com a diversificação e expansão industrial do Japão e do milagre econômico brasileiro, empresas japonesas se estabeleceram no Brasil, instalando fábricas e promovendo o intercâmbio tecnológico entre os países. Desde então, houve um novo tipo de migração temporária, caracterizado por contratos de trabalhos técnicos, associados a investimento de capital e tecnologia japonesa para implantação dessas empresas japonesas no Brasil, a exemplo da NEC do Brasil, que desde 1968 vem contribuindo significativamente na montagem da infraestrutura de telecomunicações. Chegaram

engenheiros e técnicos que vinham trabalhar na montagem de indústrias pesadas, em metalurgia, inclusive do corpo administrativo das empresas japonesas que vinham abrir sucursais em São Paulo e em outros estados da federação para incrementar o comércio exterior.

No setor público, por conta dos acordos bilaterais entre o Japão e Brasil, concretizou-se a criação da siderurgia da Usiminas em Minas Gerais, estaleiro Ishibras no Rio de Janeiro, a Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra) em Minas Gerais, Porto de Tubarão no Espírito Santo (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 27).

No Pará, tão logo começou a produção da pimenta-do-reino, nos anos 1950 e 60, grandes empresas do grupo da Mitsui e Takasago vieram competir com a Kanebo, na compra de pimenta-do-reino e na venda de adubos, livros e revistas japonesas, máquinas e motores marítimos entre outras mercadorias. Depois chegaram as empresas madeireiras (grupo da Eidai, Toyomenka) e outros que vieram explorar o setor pesqueiro como o grupo da Nichirei (Amasa) e Tayo nos anos 1970.

Também na década de 1970 foram fechados acordos entre os dois países para implementação de grandes empreendimentos em *joint venture* com a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, para extração de ferro da Serra dos Carajás, construção da hidrelétrica de Tucuruí, para a implantação da fábrica de alumínio (Albras/Alunorte). De tais empreendimentos, só no ano de 2008, o estado do Pará exportou para o Japão US\$ 1.451.795.433,00 e importou US\$ FOB 34.408.798,00. Enquanto que em 2009, as exportações caíram para US\$ 896.567.927,00 e as importações ficaram em US\$ 37.677.154,00 (MDIC, 2010). No nordeste e centro-oeste se destacam os diversos programas japoneses voltados a agricultura de cerrado, transformando o Brasil em grande exportador de soja e frutas tropicais.

No estado do Amazonas grandes grupos da indústria eletrônica, como a National (Panasonic), Sony, Mitsubishi, Toshiba etc, vieram participar do comércio da Zona Franca de Manaus nos anos de 1970, quando o comércio de eletroeletrônicos de som e imagem começou no país. Depois passaram a instalar as suas plantas industriais da década de 1990 em diante, com os benefícios dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, de tal monta que há vários anos a Moto Honda, do setor de duas rodas é a maior empresa da Zona Franca de Manaus, responsável pelo maior faturamento do estado do Amazonas. Além disso, entre as dez empresas de maior faturamento de 2007 da SUFRAMA³⁹, cinco são de origem japonesa

³⁹ Vide site da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

(Moto Honda da Amazônia Ltda, Yamaha Motor da Amazônia Ltda, SEMP Toshiba Amazonas S.A, Honda Componentes da Amazônia Ltda e Sony Brasil Ltda).

O Japão é atualmente uma das maiores economias do mundo, com um Produto Interno Bruto de 4,8 trilhões de dólares. Em 2008, era de 4,4 trilhões de dólares, enquanto o Brasil apresentou um PIB de 1,8 trilhão de dólares, nesse mesmo ano. Dentre as principais atividades industriais estão a engenharia automotiva, a eletrônica, a siderurgia, a metalurgia, a construção naval e a química, com destaque para as indústrias de ponta nestes setores. As exportações japonesas incluem equipamento de transporte, veículos motorizados, produtos eletroeletrônicos, maquinário industrial e produtos químicos. As principais importações do país são máquinas e equipamentos, combustíveis fósseis, produtos alimentícios (carne em particular), químicos, têxteis e matéria-prima para suas indústrias.

O principal parceiro comercial do Japão é a China. Algumas das mais importantes contribuições tecnológicas do Japão são encontradas nos campos da eletrônica, maquinaria, robótica industrial, ótica, química, semicondutores e metalurgia. O Japão é líder no mundo dos robôs industriais, sendo que mais da metade dos robôs existentes no mundo, são usados nas suas indústrias.

Em termos de integração populacional nunca se poderia imaginar que os japoneses alcançassem em tão pouco tempo o grau de miscigenação que se encontra no estágio atual, não só no Brasil como em todos os países americanos. O trabalho de Beltrão, Sugahara e Konta (2008) mostra um crescimento surpreendente da população *nikkey*⁴⁰ no Brasil na ordem de 0,4% a 2,6% da população dos Estados (vide Tabela 13). Nesse estudo foram considerados como *proxy* para a população *nikkey*, os domicílios nos quais morava pelo menos um indivíduo que se autodeclarou amarelo, ou que nasceu no Japão, ou ainda, que declarou um movimento migratório com origem no Japão.

⁴⁰ A população *nikkey* (ou *nikkei*) é formada pelo *nikkey-jin* (da etnia japonesa) quer seja imigrante, ou não. Na categorização, chamamos de *issei* (que significa primeira geração) para os que nasceram no Japão e que passaram a residir permanentemente no país estrangeiro; de *nissei* aos descendentes de segunda geração, ou seja, filhos de japoneses que nasceram em terras estrangeiras; de *sansei* aos descendentes de terceira geração, isto é, netos de japoneses; de *yonsei* aos descendentes de quarta geração, ou bisnetos de japoneses.

Tabela 13 - População total e população nikkey, segundo áreas consideradas (1960 e 2000)

Áreas Consideradas	1960			2000		
	População Brasileira	População Nikkey		População Brasileira	População Nikkey	
		Absoluta	Percentual		Absoluta	Percentual
Total	69.387.691	439.416	0,6%	167.909.995	1.405.685	0,8%
Norte (1)	1.380.091	2.341	0,2%	6.715.207	54.161	0,8%
Pará	1.526.325	2.592	0,2%	6.195.965	39.353	0,6%
Nordeste (2)	16.236.378	629	0,0%	34.696.719	147.112	0,4%
Bahia	5.910.429	582	0,0%	13.085.769	78.449	0,6%
Sudeste (3)	11.197.675	3.612	0,0%	21.117.838	84.076	0,4%
Rio de Janeiro	6.601.038	7.274	0,1%	14.392.105	63.470	0,4%
São Paulo	12.775.121	336.338	2,6%	37.035.456	693.495	1,9%
Sul (4)	7.479.906	1.261	0,0%	15.545.705	35.862	0,2%
Paraná	4.259.610	81.205	1,9%	9.564.642	143.588	1,5%
Centro-Oeste (5)	2.021.118	3.582	0,2%	9.560.589	66.119	0,7%
Mato Grosso do Sul	568.983	8.896	1,6%	2.078.069	29.805	1,4%

Fonte: “Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil” (IBGE, 2008).

Notas:

(1) Considerados os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins.

(2) Considerados os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

(3) Considerados os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

(4) Considerados os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

(5) Considerados os estados de Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. Em 1960, foram realizados os desmembramentos dos estados de Mato Grosso e de Goiás, retirando-se os municípios que vieram compor, respectivamente, os estados de Mato Grosso do Sul, criado em 1977, e de Tocantins, criado em 1988. Em 1980, foi realizado o desmembramento do estado de Goiás.

Pela Tabela 13, verifica-se que a população *nikkey*: de *issei* (de primeira geração), *nissei* (de segunda geração), *sansei* (de terceira geração), *yonsei* (de quarta geração) e os “nãosei” se estende de forma crescente em termos absolutos em todos os Estados da federação. Os descendentes de imigrantes de São Paulo já estão na sexta geração e a do Pará e Amazonas na quinta geração. Hoje são muitos jovens que carregam o sobrenome japonês, mas que não tem mais nada a ver com a cultura e identidade japonesa. São totalmente brasileiros como auto se declaram “de japonês só tenho a cara”.

4.6 ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Conforme relatado no contexto histórico, a emigração japonesa iniciou-se na Era Meiji (1868-1912) - marcada pela restauração do governo imperial e término do isolamento do Japão com a arrancada para industrialização ocidental. A reforma agrária levou os camponeses rumo às cidades, engrossando a fileira do êxodo rural e o aviltamento do valor do trabalho. Conseqüentemente, o enorme contingente populacional passou a sofrer as pressões preconizadas por Malthus, que o levaria à exportação de parte da população para a solução de seus problemas como fizeram os europeus. Mas diferentemente das migrações tradicionais, em que o indivíduo e suas famílias se deslocam isoladamente pelos fatores de expulsão ou de atração, as sucessivas imigrações japonesas ocorreram normalmente em grupos de algumas dezenas ou até de centenas de pessoas sob controle das empresas agenciadoras da emigração que prestavam contas junto a organismos controlados pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão. Esse fato deve-se primordialmente às dificuldades com a língua estrangeira, que de outro ponto de vista, foi fundamental para manter a identidade cultural entre muitas gerações.

Para responder por que os japoneses vieram parar na América, não resta dúvida que entraram na corrente das grandes migrações para “fazer a América”. Possivelmente, muitos viram a vida em seu país de origem tornar-se opressiva, intolerável ou insustentável, forçando muitos a abandonar a terra natal e emigrar para o Novo Mundo. Para os emigrantes daquela época, a América, qualquer que fosse o país americano, significava a terra prometida, onde haveria a liberdade e a promessa de uma vida melhor em terras extensas. E por que agricultores? Primeiro, porque a agricultura foi a base da economia japonesa; segundo, por ter a sua população uma longa tradição na agricultura intensiva dada a escassez da terra; e terceiro, porque os países recebedores dos imigrantes sempre exigiram agricultores nos acordos internacionais, uma vez que precisam de braços para tocar a agricultura - base da economia do país hospedeiro.

Analisando a literatura existente sobre o assunto e os relatos dos próprios imigrantes japoneses, constata-se que os de pré-guerra caracterizam-se por ser de procedência rural. Geralmente eram pequenos proprietários ou arrendatários agrícolas que vinham com intenção de retornar após o sucesso econômico rápido. Já os imigrantes de pós-guerra, muitos não atendiam o requisito de ser agricultor, simplesmente assim se auto declaravam por uma questão de contingência, para receber os subsídios dos governos japonês e brasileiro, seja em termos de passagens, ou na distribuição de terras devolutas e acesso a financiamentos. Na

verdade, muitos desses novos imigrantes eram estudantes recém-formados ou ex-combatentes da Segunda Guerra e repatriados da Manchúria, Coréia, Taiwan, ou de profissionais de outros setores, de modo que vieram pegar na enxada pela primeira vez no Brasil.

Entretanto, vieram com o ânimo da permanência, isto é, de morar definitivamente no Brasil. Portanto, as unidades familiares eram nucleares, ou seja, formados pelo casal com filhos solteiros. Para atender o requisito de 3 adultos (com mais de 16 anos), muitos chefes de família vinham acompanhados de pais ou sogros, ou irmãos ou cunhados, ou ainda primos ou amigos da família. Depois chegaram outros imigrantes de forma isolada por carta de chamada pelos chefes das famílias. Há situações que chegavam as noivas de encomenda (*miyai*) em grupos para casar com os jovens imigrantes como aconteceu bastante nos primeiros anos da imigração.

Para responder o questionamento inicial: - de que regiões vieram? pode-se afirmar que a grande maioria dos primeiros imigrantes veio das regiões pobres do Japão, predominantemente de economia agrícola e de pescadores. Vieram das províncias do sul, como: Kumamoto, Fukuoka, Kagoshima, ou do extremo sul: Okinawa. Vieram também da parte norte do Japão, lugares de clima muito frio como Fukushima e de Hokkaido. Como eram de famílias de agricultores, a maioria tinha muitos filhos para lidar com a terra e pouco treinamento técnico para competir nas grandes capitais cosmopolita. Seria o equivalente à população da Região Norte e Nordeste do Brasil, com grande contingente de mão de obra braçal, com costumes e tradições e modo de falar peculiar dessas regiões.

Em razão dessa identidade cultural, à medida que chegavam do Japão, os imigrantes de determinadas regiões vinham normalmente se juntar ao conterrâneo de mesma província. Por exemplo, os de Okinawa-ken foram, em grande parte, para Campo Grande (Mato Grosso do Sul), depois que alguns grupos de imigrantes de São Paulo foram para lá. Muitos de Kumamoto, Kagoshima e Fukushima vieram parar no norte. Por exemplo, os que foram para Mazagão no Amapá, eram todos de Kagoshima-ken. São imigrantes que andam em bando e têm comportamentos de revoada, poucos permanecem isolados em determinados lugares. Ainda hoje é comum na comunidade nipônica a formação de subgrupos dos *Kenjin-kai* (associação dos *nikkeys* de determinada província).

Para responder quais as condicionantes que levaram os japoneses a fixar no Brasil? Apesar da assistência dos governos e de outras variáveis exógenas, entende-se que os valores culturais foram fundamentais para a fixação desse povo em terras americanas. Apesar das dificuldades iniciais, tiveram fôlego para suportar os anos de penúria em seu lote de terra tão

sonhado pelo pequeno agricultor japonês. Cabalmente, os valores como, o trabalho árduo, a perseverança, frugalidade e a tenacidade para suportar as adversidades - aquilo que os japoneses chamam de “*gaman*” - foram as forças necessárias para manter os japoneses da primeira e segunda geração até a assimilação de seus descendentes. Como dito por Bassanezi e outros “apesar do contingente de japoneses representarem a minoria no contexto das imigrações estrangeiras foi a que teve menor índice de retorno”. A preocupação com a educação fez os imigrantes se mobilizarem para encaminhar os filhos às escolas, fator fundamental para ascensão social dos descendentes dos imigrantes e a sua integração com a sociedade brasileira, formando aquilo que costumam chamar de uma sociedade pluralista, com todas as raças e cores do mundo.

Desse panorama histórico pode-se concluir que a entrada dos imigrantes foi o primeiro passo para obtenção de produtos naturais como a juta, algodão, cacau, sementes oleaginosas e outras matérias-primas tão importantes para as indústrias japonesas, como a dos minérios para a indústria pesada. Por outro lado, a imigração serviu de ponte para a inserção de grupos empresariais nipônicos no mercado brasileiro, desde o setor de alimentação, eletroeletrônico até da indústria pesada. Em 2008, a corrente de comércio entre Brasil-Japão foi na ordem de 12,9 bilhões de dólares, enquanto que em 2009 caiu para 9,6 bilhões (BRASIL/MDIC, 2010) e até recentemente era o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. Há vários anos o Japão é o centro de vanguarda da indústria eletrônica, do setor automobilístico e ferroviário, dentre outras conquistas. Mesmo para aqueles que vão trabalhar na humilde função de *dekassegui*, retornar as origens é fonte de renda e de aprendizagem para qualquer *nikkey*.

5 OS JAPONESES NA AMAZÔNIA

A história da imigração japonesa na Amazônia é recheada de vários personagens que deixaram registrados as suas passagens em todos os Estados da Região Norte, em forma de relatos de casos, eventos comemorativos, autobiografias, cartas, diários e fotografias, dos quais muitos constam nas edições comemorativas das associações nipo-brasileiras. Esses escritos registram os principais acontecimentos e fatos do cotidiano que marcaram a existência desses imigrantes, que enfrentaram a dura realidade na selva amazônica, decorrente das intempéries de um clima equatorial, extremamente quente e úmido e de rica biodiversidade.

Também são histórias de conflitos de interesses nas relações comerciais conduzidas pelas empresas intermediárias da imigração, constituídas antes, durante e depois da chegada dos imigrantes, inclusive entre a velha (pré-guerra) e a nova (pós-guerra) imigração. O desencanto das fáceis promessas, dos agentes promotores da emigração japonesa e dos governos brasileiros, representa o cerne dos conflitos que os agentes intermediários tiveram de suportar como ente de ligação entre os governos e os colonos, os quais desempenharam papel importante na condução das principais ações da política pública adotada por diferentes governos estaduais, que interferiram direta ou indiretamente na vida dos imigrantes nesses 80 anos de existência.

De posse das informações coletadas sobre a presença dos japoneses na Amazônia, procurar-se-á responder alguns questionamentos preliminares que surge no imaginário de qualquer pesquisador. Quem foram os primeiros imigrantes japoneses da Amazônia? Por que os japoneses vieram para a Amazônia? Quais eram os objetivos das corporações japonesas que investiram na Amazônia? Como ocorreram os processos de negociação e ocupação das colônias nos estados do Pará e no Amazonas? O que diferencia as imigrações do norte com as que ocorreram no Sudeste?

Para responder tais questionamentos, procurou-se selecionar os fatos de maior relevância da primeira parte do livro da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira (APANB), que trata da “História dos 60 anos da imigração japonesa na Amazônia” e “Atualidades das colônias japonesas nos Estados da Região Amazônica”, que relata o início da imigração japonesa na Amazônia, cujas negociações entre as empresas de colonização japonesas com os governos do Pará e do Amazonas deram suporte à formação das colônias agrícolas na região

de Maués e Parintins no estado do Amazonas e de Tomé-Açu no estado do Pará antes da Segunda Guerra Mundial.

A guisa de esclarecimento, a Associação Pan-Amazônica Nipo-Brasileira (APANB), que congrega todas as associações regionais do norte - organizou a tradução dessa história na língua portuguesa em comemoração aos 70 anos da imigração japonesa na Amazônia, baseada no livro comemorativo dos 60 anos de imigração, cuja edição escrita na língua japonesa foi publicada em 1994⁴¹. Trata-se de um trabalho de várias mãos, principalmente de relatos deixado pelos antigos imigrantes, dos quais, muitos se encontram publicados nos boletins das associações japonesas e nas edições comemorativa dos 25, 30, 50, 60 anos da Cooperativa de Tomé-Açu, que destacam os principais feitos da comunidade e as relações com as autoridades japonesas e brasileiras que sempre estiveram presentes na comunidade nipônica. Assim, para a composição deste capítulo, serão adotados vários trechos dos escritos da APANB, publicado em 2001.

No acervo das bibliotecas das associações culturais, há várias obras da literatura japonesa sobre a Amazônia (escritos em japonês), inclusive alguns trabalhos elaborados pelos próprios imigrantes. São fragmentos da história construída por diversas mãos de valor inestimável, que podem ser conectados aos documentos oficiais depositados nos museus, ou ainda a atos legais e programas de políticas públicas adotadas por diferentes governos que influenciaram a vida dos imigrantes japoneses.

Recentemente, em fevereiro de 2009, foi editada pela Associação Cultural e de Fomento Agrícola de Tomé-Açu, em língua japonesa, uma nova atualização sobre a imigração japonesa de Tomé-açu, ainda em comemoração aos 70 anos. Trata-se na verdade de um trabalho que se iniciou quando da comemoração dos 70 anos de imigração na Amazônia. O Sr. Shuji Tsunoda, chefe da comissão de editoração desse trabalho, é um grande estudioso da imigração de Tomé-Açu. Ele comenta que a entidade pretende lançar o complemento dos 10 anos dessa história brevemente (Entrevistado nº 82).

⁴¹ Segundo esclarecimento do Secretário Geral da APANB, Gota Tsutsumi, a versão de 1994, escrita em japonês, foi elaborada pela comissão composta por Gota Tsutsumi, Susumu Gosso e o fotógrafo Miguel Chikaoka. O trabalho de tradução, inicialmente, ficou a cargo de Amélia Naoko Hamaguchi Hayashi, Shintaro Hayashi (de São Paulo) e Gota Tsutsumi, com a revisão a cargo de Rosa Furukawa e Meirivaldo Jonair Paiva. Esse trabalho da APANB trata-se em grande parte de uma consolidação dos relatos constante nas edições comemorativas da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu e dos *koutakusse* da Amazônia, bem como dos relatórios da JAMIC.

Para os imigrantes japoneses, as associações culturais são entidades importantes para a congregação da comunidade, pois é o local onde se realizam todos os eventos sócio-culturais e de discussão dos problemas da sociedade nipônica. Pode-se afirmar que é o ponto de referência de todos os imigrantes nipo-brasileiros. As atuações dessas entidades abrigam desde atividades econômicas, educação, eventos sociais, campanhas preventivas de saúde, cuidados com os idosos, relação com os atores políticos da comunidade local e do Japão. Enfim, dos momentos cotidianos e especiais da comunidade.

5.1 ANTECEDENTE HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA

Antes da fixação de imigrantes na Amazônia, há registro de passagens de diversos japoneses pela região, ainda no século XIX, na época do império. Como relata Gota Tsutsumi, existe o caso de um japonês que passou pela Amazônia antes dos imigrantes peruanos, em 1890 (23º Ano da Era Meiji).

Chamava-se Manji Takezawa e chegou a Manaus trazendo uma companhia circense denominada Circo Imperial Japonês, realizando exposições na cidade.

Dizem que ele pertencia a uma família de samurais, fora para a França como malabarista e chegou posteriormente a Rio de Janeiro para servir ao imperador D. Pedro II, como instrutor de artes marciais dos oficiais da guarda imperial.

Takezawa perdeu o emprego em 1889 com a abdicação do imperador após a revolução republicana. Mas aproveitando a experiência, convidou os artistas que freqüentavam o palácio para formar um circo, viajando desde a Amazônia até Uruguai e Argentina em exposições.

Manji Takezawa foi provavelmente o primeiro japonês a pisar na Amazônia (TSUTSUMI, 2001 p. 124).

Considerando os que estiveram de passagem por Belém, mas que não se fixaram na região, Tsutsumi cita a passagem de Sentaro Okamoto, em 1912.

Okamoto viajara do Japão para a Inglaterra em 1909, e saíra de Liverpool para vir ao Brasil em 1912. Após chegar a Manaus fora para Belém, onde trabalhara por certo tempo como carpinteiro de navios e auxiliar de pintor de parede.

Residira em Belém por cerca de meio ano, dirigindo-se posteriormente a Rio de Janeiro, São Paulo, Bauru, Duartina, Marília, retornando a São Paulo, onde passara os anos finais de sua vida próspero e realizado. Incidentalmente, o quarto filho de Sentaro, Tetsuo Okamoto, foi o primeiro medalhista brasileiro (3º lugar) em nado livre de 1.500 m nas Olimpíadas de Helsinki de 1952 (TSUTSUMI, 2001, p.125).

Havia outros jovens que, como Okamoto, vieram da Europa. Possivelmente, alguns deles tenham deixado registro de sucesso em suas atividades.

Komahei Shibuya foi também um contemporâneo da geração de Okamoto. Viera da Inglaterra e chegara a Manaus no mesmo ano que ele, e se empregara em uma companhia de armazenamento inglesa. Encontrara-se fortuitamente com Okamoto nessa ocasião. [...] e Shibuya se transferira para Rio de Janeiro. Do Rio, foi para a área suburbana da ferrovia Sorocabana, onde comprou um terreno, passando a viver da agricultura e comércio, atividades em que está obtendo sucesso.

Conforme relatos de Okamoto, Shibuya e outros, existia nas cercanias de Liverpool, na Inglaterra, uma pousada administrada por japonês onde mais de 40 jovens japoneses desocupados se abrigavam, tecendo planos para o futuro. Consta que outros jovens errantes além de Okamoto e Shibuya pretendiam vir a Manaus [...] (TSUTSUMI, 2001, p. 125).

O personagem mais conhecido entre os velhos imigrantes da Amazônia é, provavelmente, o lendário Conde Koma, cujo nome verdadeiro era Mitsuyo Maeda (1878-1941). Existem muitas fotos e reportagens sobre esse personagem, inclusive em jornais da época, pois ele participou ativamente das negociações políticas para a vinda dos primeiros imigrantes para a Colônia de Tomé-Açu. Tsutsumi (2001) escreveu um capítulo sobre a vida e as proezas desse judoca que rodou o mundo antes de se fixar em Belém. Vale a pena transcrever alguns trechos da história desse rico personagem.

O Conde Koma viera pela primeira vez a Belém em 1915 (4º Ano da Era Taisho). Dez anos haviam decorrido desde que fora aos Estados Unidos com a missão de divulgar o judô nesse país, ordenada pela Academia.

Maeda era dono de uma força física excepcional desde a juventude. Carregava com facilidade duas sacas de arroz de 60 quilos cada. Os habitantes da vila alimentavam uma secreta esperança de que ele se tornasse no futuro um lutador de sumô.

Em 1896, aos 17 anos de idade, Maeda vinha para Tóquio, onde completava a sua instrução secundária na Escola Secundária de Waseda.

Aos 19 anos, decidia dedicar-se ao judô em lugar do sumô, ingressando na Academia Kodokan.

Teve uma ascensão rápida, e aos 24 anos, já detinha a faixa preta de terceiro *dan* (grau). Os testes de promoção eram muito rigorosos na época. Contavam-se nos dedos os detentores de graus superiores ao terceiro.

Em 1906, um acontecimento viria a mudar o destino da vida de Maeda.

Por solicitação dos Estados Unidos, o Kodokan decidia enviar três kohdansha (N. do T.: detentores de faixa preta de grau elevado) para a divulgação do judô nesse país, e Maeda fora incluído no grupo. [...]

Após efetuar lutas amistosas perante o presidente Roosevelt e instruir os cadetes da Escola Militar de Infantaria, deveriam retornar ao Japão. Entretanto, apenas Tsunejiro Tomita regressou. Maeda e Satake permaneceram em Nova Iorque e fundaram uma academia de judô, mas ninguém conseguia acompanhar o rítmico de treino da Kodokan. A academia fechava as suas portas em pouco tempo.

Começaram então a efetuar lutas públicas para apostas, com a finalidade de ganhar sustento e de por à prova a sua capacidade.

Lutavam em ringues, com boxeadores e lutadores de luta livre. Maeda tinha 1,64 m de estatura e pesava 70 quilos. Foi desafiado um dia por um lutador de 1,80 m de estatura, pesando 160 quilos. Maeda dominou-o com facilidade. Essa cena incrível excitou a multidão.

Em uma noite, o nome de Maeda se tornou conhecido em toda Nova Iorque.

Após isso, a dupla Maeda e Satake passou pela Europa, América Central e América do Sul à procura de adversários, obtendo vitórias em todas as quase 1000 lutas em que participaram.

De Cuba foi para Honduras, descendo rumo ao sul para Panamá e Equador, chegando à Argentina e ao Paraguai, de onde entraram ao Brasil em 14 de Novembro de 1914.

Dirigiram-se ao norte chegando em Belém em 1915. No ano seguinte foram a Manaus e regressaram novamente a Belém.

Maeda permaneceu em Belém até 1921. Nessa época, casou-se com Olga, filha do cônsul honorário francês (Deixou de registrar esse casamento no Japão). Olga falecia por doença. Isso fez com que Maeda partisse em viagem, abandonando Belém.

Voltou ao seu velho ninho de Nova Iorque em 1921, e dali foi para Cuba e México percorrendo o palco de suas antigas batalhas. Um ano após, Maeda voltava pela terceira vez a Belém. Aparentemente, Maeda considerava Belém o seu lar.

Em 1922, Maeda conheceu Deisy Mei Iris⁴² com quem se casou oficialmente.

Desde então por 19 anos até o seu falecimento, Mitsuyo Maeda - o Conde Koma, que viera exercendo as suas atividades tendo por palco o mundo, estabelecia-se definitivamente em Belém para tornar-se um cidadão da Amazônia. A imigração japonesa na região iniciava-se em 1929, e ele passaria a enfrentar a nova batalha pela colonização que faria dele um forte arrimo dos imigrantes. [...]

A Primeira Grande Guerra Mundial se iniciava quando Maeda chegara ao Brasil. Por estranha coincidência, no ano da sua morte, em 1941, iniciava-se a Segunda Grande Guerra. Ele encerrava a sua vida de batalhas em 28 de novembro, dez dias antes da deflagração da guerra (TSUTSUMI, 2001, p.127-128).

Afora a história do Conde Koma, que fixou residência em Belém, há registro dos primeiros japoneses que se fixaram na Amazônia, vindos do Peru, descendo a Cordilheira dos Andes no começo do século XX. Possivelmente, eram alguns retirantes das primeiras levadas de imigrantes japoneses que desembarcaram no Peru, cujo início da imigração deu-se em 1899 (HANDA, 1987; SAITO, 1961; TSUTSUMI, 2001).

Os retirantes procedentes de Puerto Maldonado (Perú) entraram no Brasil pelo rio Madeira por meio do rio Madre de Dios para Porto Velho. Por volta de 1911, residiam na cidade de Liberalta, província de Beni, na Bolívia, próxima à fronteira com o Brasil, de 400 a 500 japoneses. Existem registros de que 200 japoneses compareceram à comemoração do

⁴² Segundo informação do entrevistado Ryuemon Yokoyama (85 anos), que morou na casa de Conde Koma quando ficou órfão, a Sra. Mei Iris era inglesa criada na Alemanha.

aniversário do imperador na primeira vez em que foi organizada nesse local (YAGI apud ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.177). Parte deles atravessou o rio Beni, chegando à cidade fronteiriça de Guajará Mirim, em Rondônia. Eles vieram atraídos por trabalhos da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912) no auge da borracha⁴³ ou, quem sabe, atrás da ilusão de encontrar ouro no “eldorado” do Amazonas, como Isamu Kongo.

Kongo era uma pessoa que andara pela América Central e América do Sul em busca de minério de ouro. Tinha vindo a Belém à procura de Mitsuyo Maeda, que lhe deu emprego como agrimensor da Nantaku, advertindo-o que não mencionasse os seus precedentes (MOTOKI, 2001, p.36).

Takeichi Yamane é outro *Peru kudari* (significa desceu do Peru, ou seja, um retirante) que seguiu para Maués, chegando em 1912 a esta região. Isao Furuno foi também um *Peru kudari* que seguiu inicialmente à cidade de Cobija da Bolívia - que faz fronteira com o Brasil, de lá desceu o rio Acre para residir em Rio Branco em 1920, e permaneceu nessa cidade até a sua morte em 1987. Shoichi Genba é outro retirante que viveu até 1922 na cidade de Guajará Mirim (Rondônia) plantando hortaliças, antes de vir para Belém. Acredita-se mesmo que muitos imigrantes dessa época tenham habitado os territórios de Rondônia e Acre (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 177, 190).

Interessante citar o relato de Tsutsumi (2001) sobre a entrevista que realizou em 1985 com a Sra. Ito Kawamoto⁴⁴ (91 anos), imigrante procedente do Peru que chegou a Belém em 1926. A Sra. Ito era filha de imigrantes japoneses em Havaí. Fora com os pais para o Havaí quando criança e regressara na puberdade ao Japão. Casara-se com Kiyohachi Kawamoto, e emigrara para o Peru. A Sra. Ito Kawamoto, provavelmente, seria a única sobrevivente e a última testemunha viva da presença desses emigrantes do Peru *kudari* no Pará na década de 1980.

O motivo que levou a Sra. Ito e seu marido Kiyohachi à decisão de abandonar a colônia no Peru fora um acidente que vitimara o seu filho de 2 anos; ele morrera ao cair por descuido em um caldeirão de óleo fervente, utilizado para fritar bananas.

⁴³ O primeiro ciclo da borracha ocorreu no período de 1850 até aproximadamente 1912, época que a Região Amazônica experimentava grandes modificações demográfica e econômica e a necessidade de mão-de-obra para coleta do látex. A segunda fase do extrativismo da borracha inicia-se em 1912 e estendendo-se até a década de 1920, caracterizada pela desaceleração do crescimento demográfico e econômico da região. No período de 1940/45 houve um novo surto da borracha em pequena proporção (COSTA, 1979, p. 196-97, 203).

⁴⁴ Na época da entrevista, segundo Tsutsumi (2001, p. 124), a Sra. Ito tinha então 91 anos de idade, mas de uma memória excepcional. Recordava-se muito bem dos dias que passara com o seu marido Kiyohachi durante a sua longa travessia de sete anos desde a fuga do Peru até a chegada a Belém. A Sra. Ito Kawamoto residia no distrito de Tapanã, nos subúrbios de Belém. Ela faleceu em 17.09.1991, aos 95 anos de idade.

Em 1919, quando o casal descera os Andes, a rota de descida desde Peru já estava estabelecida. Consta que existia até uma pousada de japoneses ao sopé dos Andes. Pagando, era possível fazer essa viagem a cavalo.

A Sra. Ito e o seu marido desceram os Andes e foram inicialmente para a Bolívia.

Os retirantes de Peru se tornaram também imigrantes japoneses pioneiros na Bolívia. Começaram a residir nesse país por volta de 1908.

O casal começara trabalhando em uma plantação de borracha pertencente a japoneses, mas passaram para o lado brasileiro chegando a Xapurí, no Acre. Dali seguiram para Manaus, no Amazonas, e finalmente, chegaram em Belém, no Pará, por volta de 1926, três anos antes do início da imigração japonesa na Amazônia.

Após estabilizar-se em Belém, o casal adquiria um terreno nas cercanias de Una, onde passaram a cultivar hortaliças. Foram os primeiros a iniciar essa atividade em Belém.

O marido Kiyohachi morria em 1939, ainda jovem, aos 53 anos de idade. Deixava a mulher e 6 filhos. (TSUTSUMI, 2001, p. 124-25).

Dessa entrevista, percebe-se que a família Ito, provavelmente como outras famílias de imigrantes peruanos, procederam a reemigração com certa frequência para outros Estados do Brasil. Pelo relato, o primeiro japonês a se fixar em Belém, em 1916, foi Shosuke Takahashi, que era também um retirante do Peru. Cita a reportagem que, quando a família Ito chegou a Belém, em 1926, já residiam outras famílias de japoneses: Shosuke Takahashi da Província de Ibaragi, Yasuji Eguchi e Yoshisuke Nishihara, da Província de Fukuoka, Issamu Hongo que viera perambulando dos Estados Unidos, além de Shoichi Genba, Tadaji Iwanaga, e Mitsuyo Maeda (Conde Koma). Assim, incluindo a família da Sra. Ito, presume-se que existiam então oito famílias de japoneses morando em Belém em 1926. Como mencionado anteriormente, o Censo Demográfico de 1920 registra a presença de 32 japoneses no Amazonas, 26 no Acre e apenas três no estado do Pará.

5.2 AS NEGOCIAÇÕES PARA A VINDA DOS IMIGRANTES JAPONESES PARA O PARÁ.

Consta nos livros comemorativos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu e da Associação Cultural de Tomé-Açu e dos historiadores da colônia japonesa (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 43) que o governador do estado Pará, Antonio Emiliano de Sousa Castro, enviou, em 1923⁴⁵, correspondência a embaixada japonesa no Rio de Janeiro manifestando interesse em receber imigrantes nipônicos no Pará, dada a fama dos imigrantes japoneses de São Paulo

⁴⁵ Nessa época, era o presidente do Brasil Arthur da Silva Bernardes (1922-1926) que tinha algumas restrições com a presença dos imigrantes. Tramitava na Câmara dos Deputados da época um projeto de lei visando limitar o ingresso dos imigrantes de raça amarela.

serem honestos e trabalhadores. O embaixador Shichita Tatsuke reporta o pedido do governo paraense ao Ministério das Relações Exteriores do Japão, manifestando a “necessidade de espalhar os imigrantes japoneses para outros estados”, para que as autoridades estaduais e federais conhecessem o valor dos imigrantes japoneses. Intenções que vieram colimar com o interesse do governo japonês, que estava incentivando a emigração como uma solução para os problemas da depressão econômica e da superpopulação do Japão.

Logo, porém surgiram obstáculos, entre outros, a aprovação no Congresso, do projeto de lei de imigração que tramitava desde 1923, de autoria de parlamentares Fidelis Reis, de Minas Gerais e de Dr. Miguel Couto, propondo ambos, restrição à entrada de imigrantes de raça amarela no País. O embaixador Tatsuki que vivia preocupado com esse fato começava a sentir necessidade de fazer com que a presença de imigrantes japoneses no Brasil ocorresse em ampla abrangência, não se restringindo apenas em S. Paulo, [...] (NAGAI, 1979, p.2)

No ano seguinte (1924), o embaixador Tatsuke manda uma missão de observação da Amazônia, que foi realizada por Ryoji Noda⁴⁶, secretário da Embaixada Japonesa, e pelo adido naval Morimoto. Após o encontro com o governador do Pará (Emiliano Castro), eles seguem para Manaus e, em seguida, para Iquitos, no Peru. O relatório dos dois representantes da embaixada japonesa declarava que a terra era propícia ao povo japonês desenvolver-se no futuro e recomendava a vinda dos imigrantes para a Região Amazônica, em toda a extensão do rio Amazonas, desde o Atlântico até o Pacífico. Acrescenta-se que nesse ano a lei contra os imigrantes asiáticos nos Estados Unidos passa no Congresso norte-americano. O Ministério do Trabalho dos EUA proibia a entrada de imigrantes japoneses do Havaí no continente americano, o que veio aumentar o interesse dos japoneses por outras localidades.

Em 1925 (14º ano da Era Taisho)⁴⁷, o Ministério das Relações Exteriores do Japão encaminha o agrônomo Yasuhei Ashizawa para observação, acompanhado do estagiário Hideo Nakano, enviado pela empresa de tecelagem *Kanegafushi Bouseki Kabushiki Kaisha* (Kanebo), que antes visitaram o cultivo de algodoeiros no nordeste. Ashizawa inicia o levantamento da situação dos imigrantes em São Paulo e depois chega a Belém, onde teve a receptividade e o apoio do governador do Pará, Dionísio Bentes, que na época estava interessado em desenvolver o Estado com a ajuda dos imigrantes japoneses. Contando

⁴⁶ Ryoji Noda é autor da obra “A imensa Amazônia” publicada pela editora Banrikaku Syobo, em 1929.

⁴⁷ O calendário japonês é seguido pelo ano da assunção Imperial. No caso, significa o ano ocidental de 1925 corresponde ao 14º ano da Era do Imperador Taisho.

também com o auxílio de Mitsuyo Maeda (Conde Koma), que já era residente em Belém, a pesquisa foi levada a bom termo pela Missão Ashizawa às margens do rio Capim.

Consta no relato que o próprio governador acompanhou a equipe, inclusive para observar também a região margeante à ferrovia Bragança nas proximidades de Belém. O governador se comprometeu então a reservar o direito de escolha de 500 mil hectares de terra na bacia do rio Capim, para serem divididos entre 20 mil famílias. O embaixador Tatsuke envia um relatório a Kijuro Sidehara, Ministro das Relações Exteriores, sobre a colonização da Amazônia, solicitando o envio de uma missão de estudos e sugerindo, também, a formação de uma empresa ou cooperativa sediada no terreno oferecido pelo governo paraense (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 44).

Ao receber tais correspondências, o governo japonês decide mandar uma missão. Porém, não dispondo de verba suficiente para o custeio dessa missão, solicita a uma empresa de tecelagem (Kanebo)⁴⁸ para participar da missão de pesquisa. A missão Fukuhara⁴⁹ composta por técnicos de respeitável capacidade da área de engenharia, medicina e epidemiologia, parte para o Brasil em 1926, passando por Nova Iorque atrás de publicações científicas sobre a Amazônia, especialmente no que diz respeito à natureza do solo, clima, hidrografia, minérios, produtos e doenças tropicais.

A missão, ao chegar a Belém em 30 de março de 1926, é apresentada ao embaixador Shichita Tatsuke e sua comitiva⁵⁰ que os aguardavam, ao governador Dionísio Bentes e demais membros de seu governo. Depois das reuniões e preparativos, a comitiva de técnicos japoneses acrescida de um novo membro, Kosaku Oishi (ex-engenheiro da Kanebo e amigo de Fukuhara), sobem o rio Guamá para investigação. Da pesquisa realizada por três semanas, os técnicos apresentam resumidamente o seguinte resultado (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.45, 162):

⁴⁸ A Kanebo (Companhia de Tecelagem Kanegafuchi S.A) estava interessada na plantação de algodão no Brasil, razão porque o presidente Sanji Muto organizou em 1923 a *Jitsugyo Dohshikai* (Associação de empresários) que financiou a missão comandada por Hachiro Fukuhara, doando a verba complementar de 80 mil ienes para a formação da pesquisa da Missão Fukuhara (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 44).

⁴⁹ A Missão Fukuhara chefiada pelo diretor da empresa da Kanebo, Hachiro Fukuhara, era composta por técnicos cuidadosamente selecionados: Kikutano Ishihara – doutor em medicina e professor da Universidade de Tokio; Yasuzo Iimura – oficial de Prevenção Epidêmica do Ministério do Interior; Hachiro Taniguchi e Yoshimasa Tamura – engenheiros civis do Ministério do Interior; Shoei Mizumura – auxiliar do engenheiro civil; Yasuhira Ashizawa – agrônomo e Shonosuke Ohta - secretário do chefe da missão (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.44).

⁵⁰ A comitiva de Tatsuke era composta pelo intérprete Kinroku Awazu, contratado temporariamente pela embaixada, Nobutane Egoshi, engenheiro encarregado de assuntos agrários do Consulado de São Paulo e do adido militar, Gunpei Sekine e sua esposa.

1. A região apresenta muitas ondulações e não possui espaço plano bem definido;
2. A várzea se espalha por toda a parte e os elementos de produção da malária estão densamente presentes;
3. O rio apresenta muitas curvas e o leito é raso, dificultando a circulação fluvial;
4. A qualidade do solo é de camada intermediária. A terra é argilosa com cascalhos, possuindo poucas áreas de terreno fértil apropriado para a agricultura.

Diante dos resultados, chegaram à conclusão que aquelas terras não seriam apropriadas para o assentamento dos imigrantes. Assim, levado ao conhecimento de tais resultados ao governador, este solicita que prosseguissem a pesquisa. Fukuhara divide o grupo em duas equipes: um para pesquisar o rio Moju e outro para o rio Acará. Descobre-se então que o hinterland, compreendido entre o rio Acará e seu afluente Acará Mirim, era de terra fértil e de poucas áreas de várzea, favorecida ainda pela circulação fluvial. Após a decisão da comitiva, foi solicitada a concessão gratuita de 500 mil hectares de terra nessa região, que foi aceito de bom grado pelo governador, cujo reconhecimento das negociações tratadas consta da carta oficial datada de 14 de agosto de 1926, entregue aos cuidados de Fukuhara, para ser encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores do Japão (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.45). Transcorridas as negociações para doação da área escolhida, iniciou-se o recrutamento das famílias para o interior do Pará.

Paralelamente as negociações internacionais entre os governos, os membros das comitivas oficiais também mantinham relações com a iniciativa privada. Fukuhara adquiriu em 1926 a fazenda Lombardia, com uma área de 2.770 hectares, localizada acerca de 70 km de Belém, na atual cidade de Castanhal. Tratava-se de uma fazenda de cana de açúcar que pertencia a italianos, cuja administração foi deixada ao encargo de Hideo Nakano, estagiário da Kanebo (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.46).

Tadashi Ohashi, secretário de Comércio do Ministério das Relações Exteriores, em uma visita de observação da situação da imigração na América do Sul, assume pessoalmente a iniciativa de comprar 270 hectares em Clarinho, na Ilha de Marajó e 50 hectares na cidade de Castanhal, convencido de que seria promissora a imigração japonesa na vasta Região Amazônica. Ohashi relata ao embaixador Ariyoshi o resultado de suas observações dizendo que “o governo e o povo dos Estados de Amazonas e Pará desejam ardentemente que essa região seja desenvolvida por japoneses” (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.46)

Por outro lado, no contexto nacional a entrada de grande quantidade de imigrantes conjugada com a aquisição de grandes áreas no Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, atual

Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas nas décadas de 1920 e 1930 geraram temor de muitos eugenistas que passaram a ocupar manchetes na imprensa, como relatam Kodama e Sakurai.

O Jornal do Brasil insurgiu-se contra a formação de grandes colônias de estrangeiros, quando da compra de terras pela BRATEC, no Paraná. As colônias da Amazônia também seriam alvo de críticas, por se crer que nas regiões isoladas ocupadas pelos estrangeiros formar-se-iam verdadeiros “quistos” contra a nacionalidade que estariam a serviço dos projetos expansionistas do governo japonês. (KODAMA; SAKURAI, 2008, p.29).

As preocupações eram pertinentes, pois na década de 1920 a política expansionista do Japão estava atuando a todo vapor no Brasil e em outros países americanos, na Manchúria e outras colônias da Coreia e Taiwan, gerando grandes pressões sobre o gabinete das Relações Exteriores, como cita a reportagem da época: “que a política passiva do ministro das Relações Exteriores é questionada, dando origem a uma reforma política do governo” (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.47). O primeiro-ministro e o novo ministro das Relações Exteriores, conde Yoshikazu Tanaka, convida mais de 60 empresários influentes de todo o Japão, onde apresenta pessoalmente o Relatório Fukuhara no ano de 1928 (3º Ano da Era Meiji). A Comissão Executiva, após os debates entre os 12 membros, decide deixar a tarefa da fundação da empresa à Kanebo, que desde cedo estava envolvida no empreendimento.

A nova empresa denominada Nambei Takushoku Kabushiki Kaisha (Companhia de Colonização Sul-Americana S.A), conhecida como Nantaku, inicia com um capital de 10 milhões de ienes, em um total de 200 mil ações a 50 ienes por ação, tendo como presidente nomeado Hachiro Fukuhara e os diretores Saburo Chiba, Hisakichi Maeyama, Shota Kanzaki, Akichika Hori e membros da auditoria Kohkichi Yagi e outros. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 47 e 48).

O Artigo 1º do Regulamento Interno da Companhia determinava que

A Companhia tem por objetivo exercer atividades de colonização no exterior, assim como as necessárias atividades comerciais e industriais correlatas, especialmente na aquisição, venda, administração e gerenciamento de terrenos por comissionamento de origem japonesa. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 47)

Especificamente, o objetivo principal seria a colonização das áreas concedidas pelo governo paraense e amazonense com o auxílio do capital japonês, com a técnica e mão de obra dos imigrantes. As subscrições no lançamento das ações no mercado deram um excelente resultado em virtude da opinião pública favorável, motivado pela extensa terra de um milhão

de hectares (ASSOCIAÇÃO..., p. 47). Possivelmente, pelo fato de ter sido a companhia fundada pela Kanebo, tenha contribuído para elevar a confiabilidade da nova empresa.

Consumada a fundação da Nantaku, o presidente Fukuhara acompanhado dos funcionários Takaki Gotanda, Takatsugu Arai e Kinzo Tomoda chegam a Belém em outubro de 1928, para a assinatura do contrato, entre o governo do estado de Pará e Hachiro Fukuhara ou na pessoa jurídica brasileira instituída pelo mesmo. Entretanto, a assinatura do contrato entre o governo estadual e a Nantaku (pessoa jurídica estrangeira) obrigaria a mesma obter a licença para o exercício de atividade em território nacional, conforme o Artigo 8º da Constituição Estadual. Além disso, para o tipo de atividade pretendida na Região Amazônica, seria também necessária a obtenção do direito de navegação fluvial. Por esses e outros motivos era mais fácil criar uma empresa de capital misto e relegar à mesma a tarefa da regularização. Assim, Fukuhara resolve assinar o contrato em seu próprio nome, ao menos provisoriamente.

Pelo contrato, o governo de Pará concedia ao cidadão japonês Hachiro Fukuhara o direito de escolha de terreno de propriedade do governo estadual nos municípios de Monte Alegre, Acará, Marabá e Conceição do Araguaia, assim como na área lindeira à ferrovia Bragança durante o período de dois anos.

Em lugar de selecionar os um milhão de hectares da propriedade do governo apenas na área da bacia do rio Acará, Fukuhara resolve escolher terrenos em áreas de climas variados, por ser mais vantajoso do ponto de vista da diversificação da produção. E assim escolhe **600 mil hectares em Acará e 400 mil hectares em Monte Alegre**. Resolve também aceitar a concessão de terrenos de 10 mil hectares cada pertencentes ao governo em Marabá, Conceição do Araguaia e Bragança, respectivamente. (ASSOCIAÇÃO, 2001, p. 48, grifo nosso)

Pela diversificação das áreas selecionadas, percebe-se que Fukuhara queria experimentar a plantação de diversas culturas para analisar a adequação das mesmas em diversos solos na Amazônia. Inclusive, há registro que o técnico Jyuichi Ikujima chegou a selecionar terras também na Região do Amapá. A área de 600 mil hectares no Acará deu origem à colônia de Tomé-Açu destinada à plantação de cacau e a de 400 mil hectares em Monte Alegre seria para plantação de algodão, porém, ficou relegada em segundo plano. Ishizu (2007) enfoca a presença dos japoneses na colonização da cidade de Monte Alegre, no Baixo Amazonas paraense.

5.3 AS NEGOCIAÇÕES PARA A VINDA DOS IMIGRANTES JAPONESES PARA O AMAZONAS

As negociações com o estado do Amazonas aconteceram na mesma época (1926) das tratativas do Pará. Por ocasião da visita oficial do embaixador no Brasil, Shichita Tatsuke, ao governador do Pará, para receber comitiva de pesquisadores em Belém, o então governador do Amazonas, Efigênio Salles, tomando conhecimento dessas negociações com o governo paraense, encaminhou um convite ao embaixador Tatsuke e sua comitiva para vir a Manaus. Como a equipe da Missão Fukuhara estava atrasada, o embaixador Tatsuke e sua comitiva partiram para Manaus. Dessa visita resulta a promessa de concessão por parte do governo do Amazonas de um milhão de hectares de terras nas mesmas condições oferecidas pelo governo paraense (ASSOCIAÇÃO..., p.44). Contudo, o embaixador Tatsuke não teve condições de providenciar a pesquisa necessária para seleção da área, e deixou o secretário e intérprete Kinroku Awazu encarregado de assinar o acordo de concessão com o estado do Amazonas, mesmo que fosse como iniciativa pessoal (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 46).

A convergência dos interesses de Awazu com a do comerciante Yamanishi, e depois do político Uyetsuka, deu asas para a fundação da colônia de Vila Amazonas, em Parintins/AM, conhecida como o reduto dos “Koutakusseï” (alunos da Escola Superior de Colonização Kokushikan). Tratava-se de uma área de um milhão de hectares que foi selecionada e concedida pelo governo do estado do Amazonas destinada à pesquisa agrícola e formação de liderança para assentamento de colonos japoneses na Amazônia. Depois de criado o Instituto de Pesquisa de Produção, o centro experimental dedicou-se na reprodução de sementes de juta, cujo sucesso deve-se ao imigrante Ryota Oyama. Em 1935, o Instituto de Pesquisa transformou-se na Companhia Produtora da Amazônia (Amazon Sangyo K.K⁵¹), gerida pelo professor Kotaro Tsuji (1903-1970).

Relevante citar, a primeira colônia que se formou no estado do Amazonas foi a de Maués, por iniciativa de Kosaku Oishi (ex-engenheiro da Kanebo e amigo de Fukuhara), que esteve participando da comitiva de pesquisadores observando diversas áreas no Pará. Oishi separou-se do grupo de Fukuhara e foi por conta própria para Manaus a fim de estudar o guaraná, apontado na época como o elixir da juventude. Ele estava interessado na produção desse produto porque estava convencido de que seria um negócio de grande futuro. Procurou o então governador daquele Estado para solicitar a concessão gratuita de uma área de 25 mil hectares para produção do guaraná na Região de Maués, que foi atendido pelo governador em consideração ao entendimento que manteve com o embaixador Tatsuke (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.45). De volta ao Japão, em 1927, conseguiu apoio de políticos e constituiu a “Amazon

⁵¹ KK significa Kabushiki Kaisha, que corresponde a sigla de S/A (Sociedade Anônima).

Kogyo K.K” (Companhia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia) com 180 acionistas, dando origem a colônia de Maués com a chegada do grupo de técnicos em maio de 1928 e o contingente de imigrantes em janeiro de 1930.

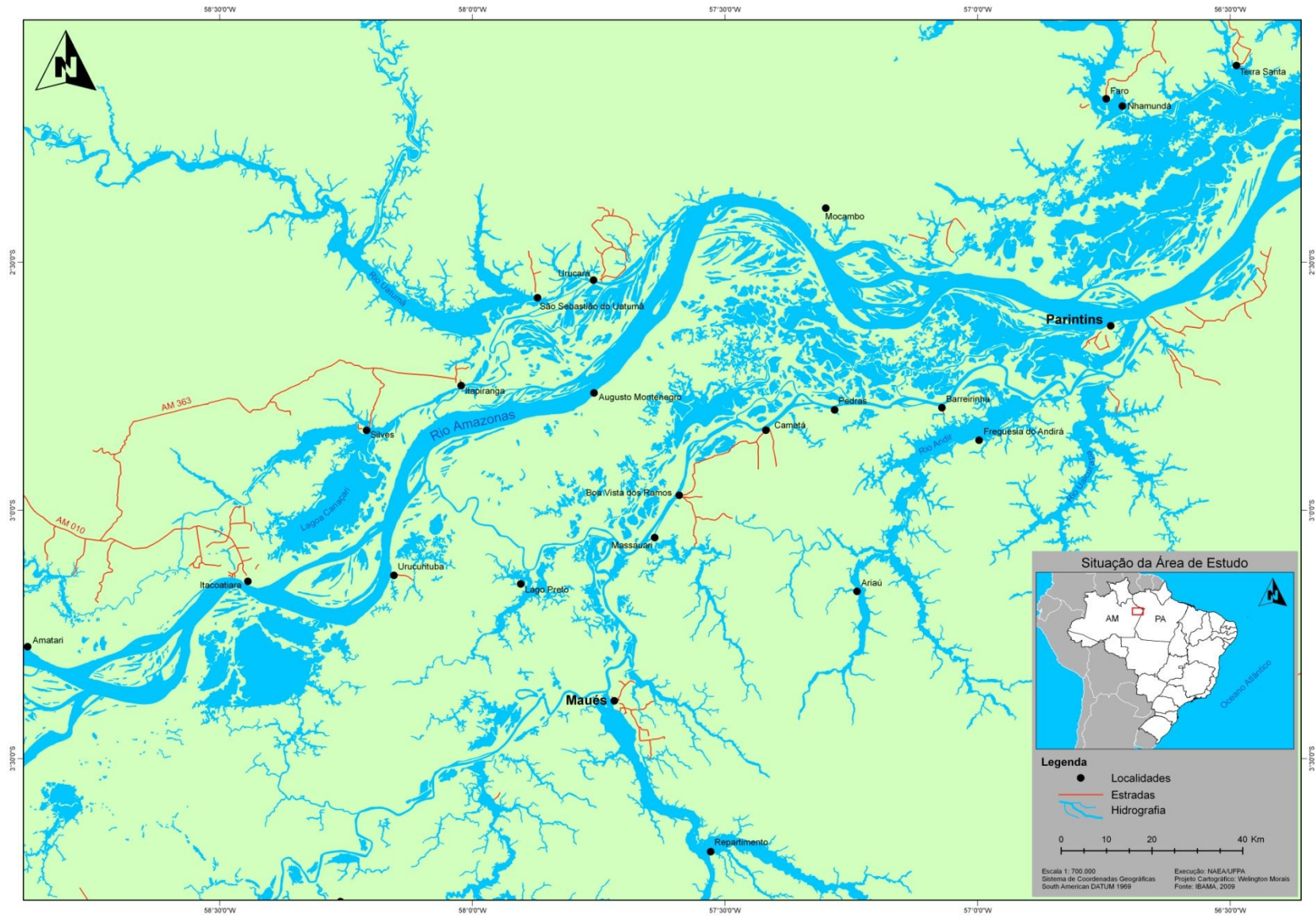
Outra linha de imigração isolada, diferente do tipo tradicional de colonização que se conheça no país, ocorreu também em Maués. Trata-se da iniciativa privada de Hisae Sakiyama, que ficou encantado com a beleza natural de Maués quando a conheceu em 1928. Decidido, fundou a filial da escola de formação de colonos, chamada *Kaigai Shokumin Gakkoh* (Escola de Colonização Ultramarina) em 1932, localizada a 4 quilômetros rio acima do empreendimento de Oishi, juntamente com 10 seguidores que acreditavam também no sucesso do guaraná. Depois do fracasso do empreendimento de Oishi e Sakiyama os imigrantes remanescentes formaram a colônia de Maués.

Amazon Sangyo K.K.(Indústrias Amazônia), *Amazon Kyogyo K.K* (Companhia de Desenvolvimento Industrial do Amazonas) e *Kaigai Shokumin Gakkoh* (Escola de Colonização Ultramarina) são três diferentes grupos de imigração que se lançavam quase simultaneamente à colonização do Amazonas antes da Segunda Guerra Mundial e que encerraram suas atividades com o estopim dessa guerra. A epopéia dos imigrantes de Maués e Parintins está registrada no livro da APANB, 2001, p.43-74 e 200-207, que esta autora tentará resumir, com as contribuições das entrevistas realizadas junto aos descendentes dos *koutakussei* e de Hisae Sakiyama.

5.4 OISHI E SAKIYAMA - AS DUAS COLÔNIAS DE MAUÉS/AM

A história dos imigrantes japoneses de Maués foi relatada por Kawada (1995) e pelo juiz de direito, Dr. Luiz Carlos Honório Valois Coelho, citado por Faraco (2006) que registra a presença dos japoneses no contexto da história de Maués, entre outros autores. Considerando que são relatos resumidos, esta autora privilegiou a versão compilada pela APANB (2001) e de outros relatos de imigrantes que residiram em Maués, e as entrevistas dos netos de Hisae Sakiyama (Entrevistados nº 18, 19, 22, 26).

Em 1926, quando Kosaku Oishi esteve participando da comitiva de pesquisadores de Fukuhara, observando diversas áreas no Pará, tomou conhecimento das propostas de colonização do governador do Amazonas ao embaixador Tatsuke. Seguiu por conta própria para Manaus a fim de estudar o guaraná, apontado na época como o elixir da juventude.



Mapa 2- Região de Maués e Parintins
 Fonte: IBAMA (2009). Adaptado por Wellington Morais (2010)

De lá seguiu para Maués para conhecer a produção e o comércio do guaraná que estava então em mãos de judeus e italianos. A população da cidade e de suas redondezas não passava de 2.000 habitantes.

Após a pesquisa, Oishi procurou então o governador Efigênio Salles para solicitar a concessão gratuita de uma área de 25 mil hectares para produção do guaraná na Região de Maués, que foi atendido pelo governador em consideração às tratativas acertadas com o embaixador Tatsuke. Oishi retornou ao Japão em 1927, com a finalidade de juntar partidários de seu projeto de colonização. Assim, Oishi procurou o apoio, entre outros adeptos da expansão do povo japonês no exterior, de Takeo Sawayagi (irmão de Seitaro Sawayagi, ex-ministro de cultura do Japão) e de Kameshige Ogawa, ex-coronel da Marinha (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.200).

Tão logo a criação da nova empresa estava em andamento, o seu idealizador Kosaku Oishi parte do Japão em maio de 1928 com destino a Maués/AM, com sete funcionários da futura empresa, sem aguardar a realização da Assembléia Geral de constituição da empresa, para executar obras de infraestrutura para receber os imigrantes. Embora não conste na literatura da Associação Nipo-Brasileira, nesse grupo vieram o engenheiro de estrada de ferro, Kenkichi Uchiyama e sua família (a esposa Sada com 4 filhos) para serem imigrantes de Maués, como relata a filha Binko Uchiyama Inagaki.

Em 1928, os Uchiyama chegaram à cidade de Maués, fixando residência junto ao rio de mesmo nome, afluente do Rio Amazonas. Vieram acompanhados pelo Sr. Oishi e por 7 funcionários da firma (importante frisar que, oficialmente, a imigração dos japoneses para a Amazônia começou apenas em 1929). Um ano e meio depois, chegavam outros 50 japoneses que apostaram no mesmo sonho. Em Maués já residiam imigrantes de diversos lugares: judeus, portugueses, ingleses, turcos, entre outras etnias, que ali formaram uma mestiçagem muito bonita. Alguns desses imigrantes haviam enriquecido com o guaraná, o que significava que havia fundamento nas esperanças que meu pai tinha de obter êxito naquela atividade. Entretanto, as coisas não seriam fáceis. (INAGAKI, 2004, p.6-7).

Oishi e sua comitiva estabeleceram a sede da organização em um local a 3 quilômetros da cidade de Maués (ou uma hora de viagem de canoa). Com a permissão do governo, eles abriram uma área de 105 hectares e em setembro iniciaram a queimada. Nesse terreno, após algumas dificuldades, plantaram inicialmente 45.000 pés de guaraná. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.48 e 200).

Desde a plantação do guaraná até a sua colheita eram necessários 3 ou 4 anos, e Oishi tinha pressa por considerações de ordem administrativa da Companhia. Entretanto, a produção do guaraná na época era realizada principalmente pelos

índios, que escolhiam terrenos adequados para produzi-lo. Assim, a plantação estava dispersa. Os índios viviam em comunidade e se moviam com frequência. Havia muitas mudas de guaraná nos locais por onde passavam, mas esses locais não eram muito conhecidos. Havia também uma espécie muito parecida com a muda de guaraná, indistinguível ao olhar do leigo, o que era um problema. Estava difícil ajuntar as 45.000 mudas de guaraná inicialmente pretendidas (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.51).

Enquanto isso, com o apoio do grupo, em setembro de 1928, a empresa Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha (Companhia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia) era fundada com capital de 250 mil ienes, 180 acionistas e 7.682 ações, tendo como presidente Takeo Sawayagi; diretores Kosaku Oishi e Kameshige Ogawa e auditores Yoshizo Tsukahara e Tadaichi Kashiwada. Nesse projeto, Oishi trabalhava com a previsão de introduzir 1.000 famílias de imigrantes e iniciou o recrutamento de colonos com a subscrição das ações, que foram vendidas a 25 ienes cada, com a proposta de conceder gratuitamente um terreno de 15 hectares para os compradores de mais de vinte ações, conforme cláusula do estatuto. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.48).

Oishi assinou o contrato de concessão da área de 25 mil hectares com o governo, em 20 de outubro de 1928, uma vez que só podia ser efetivada após a abertura do terreno⁵², como era de praxe naquela época. O contrato de concessão com o governo estava redigido em seu próprio nome, dada as restrições de ocupação pela pessoa jurídica. Em novembro desse mesmo ano, Takeo Sawayagi, presidente da companhia, partia do Japão para uma visita de inspeção ao sítio do empreendimento em companhia de Shigeru Suzuki, Takehiko Matsumoto e Yoshie Nagai, esposa de Oishi, entrando em Maués em fevereiro de 1929. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.201)

O primeiro contingente de imigrantes para Maués partiu de Kobe pelo navio Santos Maru em 27 de outubro de 1929, chegando em 5 de janeiro do ano seguinte na região. Era constituída de 7 famílias e 19 solteiros, totalizando 50 pessoas. Quando entraram os imigrantes, era um mês chuvoso, logo a abertura e a queimada dos lotes distribuídos aos imigrantes não puderam ser trabalhados. Os imigrantes foram instruídos a plantarem arroz e outros produtos para a garantia da própria subsistência entre a plantação de guaraná já efetuada, até a estação da seca (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.201).

Os colonos haviam efetuado o pagamento dos terrenos com a aquisição das ações e pouco havia sobrado para as despesas de colonização. Oishi solicitara repetidamente a

⁵² Oishi batizou o local da sede do empreendimento de ‘Salles-shi’ em homenagem ao governador Efigênio Salles.

remessa de capital para a colonização a Tóquio. Entretanto, não tendo prestado nenhum relatório financeiro dos gastos até aquele momento, não conseguiu obter a remessa dos recursos. No mês seguinte à entrada do primeiro contingente, Oishi demitia-se repentinamente por telegrama a Tóquio e se retirava para a sua fazenda que adquirira na margem oposta do rio Maués (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.201)..

O segundo contingente de imigrantes constituído de 12 famílias e 22 solteiros totalizando 66 pessoas, ingressaram em Maués, em 23 de julho de 1930, conduzidos pelo presidente Sawayagi (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 201). Este visitou Oishi por diversas vezes para obter dele o consentimento para passar o contrato de concessão em nome de Oishi para o seu nome, posto que a Companhia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia não estava registrada ainda como pessoa jurídica nacional e o contrato era assinado em nome individual. Observou-se que no relato de Kawada (1995) há uma pequena divergência, que não altera o valor da informação.

Em 22 de julho de 1930, chegava a Maués a segunda leva de imigrantes, contando 56 pessoas, com treze famílias, compostas de trinta e nove pessoas, e mais dezessete solteiros. Porém, na mesma época, no Japão, por motivos como má estruturação e administração, além da falta de retorno do investimento nas viagens dos imigrantes e suas instalações no Brasil, em virtude dos vários problemas e imprevistos enfrentados por eles e pela Companhia, a Amazon Kogyo K.K. abria falência, muito embora ainda tenha conseguido enviar uma terceira leva que chegava a Maués em 30 de outubro de 1930, com três famílias, contando um total de nove pessoas. No mesmo dia, foi publicado no Diário Oficial a transferência da concessão do Sr. Kassaku Ohishi para o Sr. Takeo Sawayanagui representado pelo Cônsul Honorário do Japão em Manaus na época, Sr. Aluizio de Araújo (KAWADA, 1995).

Os colonos da Companhia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia já somam 136 pessoas de 29 famílias, 48 rapazes solteiros, 11 membros do grupo de vanguarda, perfazendo ao todo 195 pessoas. Permaneceriam posteriormente na Amazônia 20 famílias e 17 solteiros. O destino dos demais é desconhecido. Kosaku Oishi fica até o fim em Maués, onde encerra a sua vida atribulada. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.55).

A Companhia convidou ainda Takeichi Yamane que se dedicava ao cultivo de verduras em Manaus para a colônia, para obter dele orientações sobre a lavoura. Convidou também Kashimura, médico da Nantaku, para as providências de ordem sanitária. Entretanto, a condução do empreendimento, conturbada desde o início, não se normalizou. Muitos colonos regressaram ao Japão ou foram para São Paulo. Kosaku terminou a sua existência em Maués. Hidetomi Okada e outros se transferiram para Parintins, Shinjiro Suzuki, integrante do mesmo contingente, mudou-se para Tomé-Açú e outros imigrantes foram se espalhando entre Manaus e Itacoatiara.

Outro personagem contemporâneo de Oishi, que deixou registrado o nome na história de Maués, foi Hisae Sakiyama, diretor de uma escola para formação de colonos para o exterior, chamada *Kaigai Shokumin Gakko* (Escola de Colonização Ultramarinha). Após a graduação em Teologia pela Faculdade Aoyama Gakuin, percorreu a América do Norte e a do Sul por dois anos a partir de 1914.

Sakiyama vinha sentindo a necessidade premente de efetuar uma pesquisa entre os imigrantes japoneses em vários países para detectar suas expectativas de vida. Assim, partiu para uma viagem à América do Norte e do Sul, para observar, proferir conferências, entrar em contato com os imigrantes e verificar as suas perspectivas de futuro.

Essa viagem lhe rendeu as seguintes constatações: eram poucos os que conseguiram estabelecer negócios próprios; a maior parte era constituída de trabalhadores diaristas. Os imigrantes haviam se transformado em *dekasseguis*: os japoneses tinham dificuldades com a língua. A sua postura auto complacente e mentalidade limitada de ilhéu geravam entraves ao progresso de suas vidas. Tudo isso lhe fez sentir a premente necessidade de educá-los (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.51).

Os descendentes da família Sakiyama relatam que Hisae Sakiyama percorrera vários recantos do mundo para pesquisar os locais aonde aceitavam imigrantes japoneses, inclusive foi até a Austrália. Retornou ao Japão e fundou a Associação para a Educação de Colonos no Exterior, movido pela necessidade que sentira em educar os emigrantes japoneses que vinham de além mar em busca de sucesso na América. Em seguida, em 1918, fundou a Escola de Colonização Ultramarinha em Setagaya, Tóquio, com o objetivo de formar recursos humanos voltados à colonização (Entrevistados nº 18 e 19). Até 1929, a Escola enviou ao exterior 11 turmas de graduados. Mais de 300 graduados e de mil pessoas de seu relacionamento se espalharam no exterior (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 202).

O diretor Sakiyama empreendeu uma segunda viagem à América do Sul em 1927, aos 54 anos de idade. Após chegar ao Peru, transpôs os Andes⁵³ e entrou em Manaus através de Iquitos, pisando o solo de Maués pela primeira vez em julho de 1928, um mês antes da chegada ao mesmo local de Kosaku Oishi e seu grupo de pioneiros. Era uma visita feita com o prévio conhecimento de que a região era produtora do guaraná, provavelmente por ter ouvido o relatório prestado por Oishi sobre Maués, em Tóquio. Sakiyama ficou completamente

⁵³ Possivelmente, Sakiyama atravessou o Andes a cavalo, pois, de acordo com o depoimento de Ito Kawamoto, uma imigrante de Peru kudari, consta que em 1919 já existia uma rota de descida do Peru e pousada de japoneses no sopé dos Andes (APANB, p.124).

encantado com Maués⁵⁴. Voltou ao Japão com a idéia fixa de introduzir colonos na região para produzir, industrializar e comercializar o guaraná. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 202)

Após o retorno ao Japão, Sakiyama enviava Matsunosuke Ito, um graduado pela Escola Kaigai Shokumin, para selecionar um terreno em Maués no início de 1929. Em agosto do mesmo ano, Noboru Yamanouchi, também graduado pela mesma escola e que se encontrava em Belém, chegava a Maués com o objetivo de auxiliar Ito em suas tarefas. Relatam que Yamanouchi era imigrante de São Paulo desde 1926, dedicava-se à profissão de professor da língua japonesa em Birigui na Linha Noroeste.

Quando se encontrou com Kotaro Tsuji, juntou-se à sua missão de observação da Amazônia até Manaus e depois seguiu para Maués. Em janeiro de 1930, chegava Shuichi Imai, secretário geral da Escola para a Formação de Colonos no Exterior, vinha para Maués em companhia de Tanji Uno, também um graduado pela Escola de Sakiyama, para efetuar o registro do terreno de 500 hectares escolhido por Ito. Após efetuar o registro, Imai regressava ao Japão, permanecendo Uno em Maués. O terreno estava situado defronte ao Salles-shi, sede da administração da Companhia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia na margem oposta do rio. A fazenda de Oishi ficava a 4 quilômetros rio abaixo (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.202).

Em setembro de 1932, o diretor Sakiyama, em pessoa, juntamente com um grupo de 10 seguidores chegavam a Maués com o objetivo de fundar a sucursal da Escola para a Formação de Colonos no Exterior. No grupo, estavam os quatro filhos de Hisae Sakiyama, as famílias de Kamizono, Yokoyama, Okawa e Yuwama (Entrevistados nº 18 e 19).

A chegada de Sakiyama e do seu grupo injetava ânimo novo aos remanescentes da Companhia de Desenvolvimento Industrial. A colônia pertencente à Companhia estava desmotivada com a sua falência administrativa provocada pela retirada de Kosaku Oishi e pela escassez de recursos financeiros. A chegada do grupo de Sakiyama, acrescida da vinda de duas famílias (6 pessoas) no ano seguinte, fizeram com que os imigrantes da colônia na margem oposta do rio se sentissem revigorados. Criaram a Associação de Japoneses de Maués, cuidaram da plantação abandonada de guaraná e ajudaram os seus membros. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.202)

Passada as dificuldades da implantação da colônia nos primeiros anos, o casal Sakiyama teve a idéia de visitar os colegas da Escola para pedir-lhes contribuições à

⁵⁴ A cidade de Maués está voltada para a margem direita do rio de mesmo nome, de águas límpidas e azuis, bordejada por uma praia de areias brancas, conhecida pela sua beleza natural.

construção da sucursal, e partiu em viagem à Região Sul até a Argentina em abril de 1939. Entretanto, ao regressar, Maués se transformara em foco de malária. O pessoal, que deixara cuidando dos negócios, havia, em quase a totalidade, contraído a doença. O próprio Sakiyama contraía a malária dois meses após o retorno. Encerrou a sua existência em julho de 1941, aos 67 anos de idade⁵⁵. Como a epidemia de malária havia dizimado várias famílias, os sobreviventes se dirigiram para a colônia japonesa na Vila Amazônia, próxima a Parintins, para plantar juta e só retornaram a Maués em 1945⁵⁶ (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.203).

Os remanescentes da Escola de Maués e da Companhia de Desenvolvimento Industrial e os parentes de Sakiyama continuaram o cultivo do guaraná e da juta, estendendo na pecuária. De acordo com o levantamento de 1958, existiam 102 residentes de 16 famílias na Região de Maués. No cemitério dessa cidade, encontram-se os túmulos de Hisae Sakiyama, Kosaku Oishi e respectivas esposas, e de diversas outras pessoas de suas relações.

São 11 os túmulos desses antigos pioneiros da Região do médio Amazonas. A Companhia de Desenvolvimento Industrial, a Escola de Colonização Ultramarina e a fazenda de Oishi não passam hoje de ruínas ocupadas pelos naturais da região ou pela floresta recuperada. Mas, mesmo de uma região como esta, partem descendentes *nisseis* e *sanseis* para trabalhar como *dakassegui* no Japão, visto que nos anos 1990 ainda havia muitos *nisseis* e *sanseis* das famílias dos Sakiyama, Oishi, Ono e de outros imigrantes remanescentes da Amazônia (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.203).

5.5 OS KOUTAKUSSEI DA VILA AMAZÔNIA – PARINTINS/AM

Os pioneiros dessa imigração eram jovens estudantes na faixa dos 20 anos de idade, muitos estudantes de agronomia, que vinham concluir o curso da Escola Superior de Colonização fundada pelo deputado japonês Tsukasa Uyetsuka para fixar-se na Amazônia como um ideal para construir uma nova sociedade comunitária na Amazônia.

⁵⁵ Dizem que, quatro dias antes do seu falecimento, saía com a enxada ao ombro para o trabalho na plantação de guaraná acometido por uma febre que beirava 40 graus.

⁵⁶ Nesse período de guerra, os japoneses que ficaram plantando juta no Amazonas passaram certas necessidades pela escassez de produtos básicos, principalmente de açúcar, porque os comerciantes não vendiam aos japoneses por simples discriminação motivada pela guerra (Entrevistas n° 18 e 19)

O ideal de Uezuka com relação à constituição de uma colônia era construir uma nova sociedade comunitária na Amazônia inexplorada, diferente do padrão usual da sociedade com finalidades lucrativas. Pretendia introduzir 150 mil colonos no espaço de 10 anos para consolidar esse ideal.

A emigração japonesa ao exterior, quer fosse para o Havaí, Estados Unidos ou São Paulo no Brasil, havia se limitado a fornecer mão de obra de trabalho à sociedade já estruturada pela raça branca. Mas os colonos da Amazônia não iriam encontrar empresas ou fazendeiros que lhes empregassem. Seria necessário que possuíssem vultoso capital inicial para o custeio de suas vidas.

Por conseguinte, Uezuka pretendia fazer da colônia modelo uma instituição experimental, cuidando de todos os aspectos atinentes a uma colônia tais como o custeio das famílias, as finanças de toda a colônia e os problemas de saúde e educação, com o intuito de obter uma sólida experiência administrativa. E então, efetuar uma divulgação no círculo econômico japonês, para construir uma empresa colonial de grande porte com o auxílio do governo japonês e introduzir contingentes de imigrantes colonos. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.54).

Esse ideal nasceu com o convite de Kinroku Awazu e Genzaburo Yamanishi ao político Uyetsuka, após obter a promessa do governador Efigênio Salles de uma área de um milhão de hectares no Amazonas.

Consta nos relatos da APANB que, em 1927 (2º ano da Era Showa), antes de regressar ao Japão, o embaixador Tatsuke recomendou ao intérprete Kinroku Awazu que assinasse um acordo de concessão com o estado do Amazonas, mas o assunto ficou aparentemente esquecido com o regresso do embaixador Tatsuke, que fora substituído por Akira Ariyoshi. Posteriormente, Awazu encontra Genzaburo Yamanishi, que tinha chegado ao Brasil em 1926 para fins de prospecção de futuros negócios, pois pretendia fazer investimento de um milhão de ienes no exterior. Portando uma carta de apresentação redigida pelo seu amigo Tsukasa Uyetsuka⁵⁷, procura o colega de turma Awazu. Assim, Awazu e Yamanishi seguem para Manaus para as tratativas com o governador Efigênio Salles, cujo resultado foi o fechamento de um acordo de concessão de terras a Awazu-Yamanishi, em 11 de março de 1927. Dentre as condições do acordo, previa a escolha de uma área de um milhão de hectares, dentre as quatro áreas opcionais, em um prazo de 2 anos, para a colonização (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.204).

De retorno ao Japão, em 1928, o empresário Genzaburo Yamanishi procura apoio na sociedade japonesa sem resultado, devido à forte recessão existente naquele país. Sem conseguir a realização desse contrato, Yamanishi sente-se pressionado pelo prazo de concessão (de dois anos para dar início à colonização) e resolve recorrer a Tsukasa Uyetsuka,

⁵⁷ Uyetsuka era um eminente político. Trabalhou na Companhia Ferroviária de Manchúria. Candidatou-se a uma cadeira no Congresso dos Representantes pela província de Kumamoto na 14ª Eleição e fora eleito. Fora membro do Seiyukai, mas derrotado na 15ª Eleição Geral. Trabalhou como secretário dos ministros da Agricultura, da Indústria e Comércio e da Fazenda e participou da 16ª Eleição quando se elegeu novamente. Tinha conseguido relacionar-se com Korekiyo Takahashi e estava estruturando a sua base política tanto no centro como nas regiões nessa época da iniciação da colonização na Amazônia. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.49)

membro do Congresso japonês. Awazu também solicita por carta a Uyetsuka que acaba aceitando a incumbência de intervir na colonização da Amazônia. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.49)

Uyetsuka negocia com o recém criado Ministério da Colonização uma verba de 25 mil ienes para custear o envio de uma missão de pesquisa em fins de agosto de 1928. Solicita também auxílio à Nantaku, que já havia constituído e organizado um grupo de vanguarda para Tomé-Açu. A Nantaku oferece a colaboração do médico Fuyuki Matsuoka, Katsutoshi Naitoh, chefe do Departamento de Agricultura e o intérprete Osamu Hoshino, que partem de Belém a Manaus. Após efetuada a pesquisa em diversos locais, foi selecionada uma área de 300 mil hectares em Parintins - área delimitada pelos rios Maués, Urariá, Abacaxi e Canumã. Ao mesmo tempo solicita ao governo do estado do Amazonas a prorrogação de dois anos no prazo de concessão, obtendo a aprovação do governo amazonense em 21 de janeiro de 1929. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.49, 204).

Em fins de 1929, Awazu retorna ao Japão após a realização da primeira pesquisa. A bordo do navio que o leva de volta, encontra-se com Kotaro Tsuji⁵⁸, seu contemporâneo na Escola Superior de Comércio de Kobe, e trocam idéias sobre um plano de plantação de juta para a Amazônia. Tsuji estava de regresso de uma viagem de observação de mais de um ano pelos diferentes Estados do Brasil, pois estava interessado na colonização e na produção de juta no Brasil. Uma entrevista de Kotaro Tsuji, publicada no Diário oficial do Estado do Amazonas de 3 de agosto de 1929, manifesta naquela oportunidade o interesse dos japoneses pela cultura da juta (LIMA, 1938, apud HOMMA, 2007, p, 25).

A Escola de Comércio de Kobe pretendia criar o curso de Colonização, e Tsuji deveria ocupar a cadeira de professor. Havia efetuado a viagem de observação à América do Sul para preparar-se para o cargo.

Tsuji tinha interesse pela juta amarela e havia até conversado com Shosuke Koizumi, presidente da Empresa Industrial de Juta Koizumi e seu compatriota, da possibilidade de produzir a juta na bacia amazônica. Nessa oportunidade, Koizumi lhe havia afirmado que esse empreendimento não teria sucesso, porque os ingleses efetuariam o *dumping*, mesmo que a produção fosse possível.

⁵⁸ Tsuji estudou espanhol na Escola Superior de Kobe por 3 anos. Ele veio pela primeira vez ao Brasil em 1928, mandado pelo Ministério da Educação do Japão para observar a situação econômica dos imigrantes japoneses. Em outubro do mesmo ano, investido de inspetor de viagem, trouxe 350 imigrantes pelo navio Bingo Maru para São Paulo. Ele veio para estudar a situação econômica dos imigrantes a fim de lecionar futuramente na Faculdade de Comércio em Kobe, pertencente ao governo japonês. Durante um ano e dois meses ele viajou por dez estados do Brasil procurando inúmeras colônias agrícolas, principalmente em São Paulo. Ele estava procurando desenvolver a juta, pois conhecera o professor Sentaro Okuda que repetidamente explicava a história da juta indiana, o grande lucro que a sua indústria proporcionou naquele tempo (1923-1926) e o monopólio do comércio de juta pela Índia (TSUJI, s/d. História da Plantação de juta na Amazônia, do arquivo da viúva Leonor Garcia Tuji).

Enquanto viajava pelo Brasil, havia recebido 2 quilos de sementes da juta amarela da Secretaria da Agricultura de São Paulo. Havia enviado as sementes à Escola de Agricultura existente em Maués e a Noboru Yamanouchi, que estava em Maués, pedindo-lhes que fizessem uma produção experimental (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.54).

Como visto, Kotaro Tsuji tinha o seu interesse despertado pelo cultivo da juta na Amazônia já há certo tempo. Em 1929, visitara várias áreas da Amazônia com Noboru Yamanouchi para pesquisar a juta. Posteriormente, enviara cerca de um quilo de sementes de juta a Yamanouchi, que havia permanecido em Maués, incentivando-o a efetuar uma plantação experimental. A juta crescera 180 centímetros em três meses e florira, mas o crescimento se estagnara não se prestando para a produção.

Nessa época, Uyetsuka, depois de receber um novo auxílio do governo japonês de 50 mil ienes, resolve despachar a segunda missão de pesquisa. Dizem que o estadista Uyetsuka planejava introduzir em 10 anos 150 mil colonos japoneses na Amazônia (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.54). Em 20 de março de 1930, antes da organização dessa missão de pesquisa, ele havia fundado a *Kokushikan Koto Takushoku Gakko* (Escola Superior de Colonização) para a formação de lideranças em colonização na Amazônia. Uyetsuka partia do porto de Kobe a bordo do Rio de Janeiro Maru, em 7 de junho de 1930, chefiando pessoalmente a missão de 22 membros selecionados na colônia japonesa do sul do Brasil, tendo como critério principal a inexistência de endemias como a malária e a possibilidade de atração de navio de até 10 mil toneladas. Essa missão de pesquisa de Uyetsuka era constituída de dois grupos, o primeiro de 13 membros e o segundo de 9. O primeiro grupo chegava a Maués em 19 de setembro de 1930. Após observar a colônia de japoneses de Maués, iniciava as pesquisas rio abaixo, tendo por base Parintins (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.53, 57, 58, 204; HOMMA, 2007).

A missão pesquisou a Região do baixo Amazonas desde Manaus até a fronteira com o estado do Pará. Do resultado, decidiram estabelecer uma colônia com área de um milhão de hectares entre as cidades de Itacoatiara e Parintins. Em 21 de outubro de 1930, efetuava com os integrantes da missão a cerimônia de ingresso à colônia. Ao mesmo tempo, adquiriram a colônia Vila Batista localizada a jusante de Parintins, para estabelecer ali o centro de operações dos imigrantes, denominando-a de Vila Amazônia, situada a leste da cidade de Parintins, a 20 minutos de barco. Banhada pelo rio Amazonas e pelo Paraná de Ramos, a Vila tem uma área de 78.270 km² (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.58; LIMA, 1938, apud HOMMA, 2007, p.28).

Na Vila Amazônia Uyetsuka iniciava imediatamente a criação do Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia, conhecido como “Instituto Amazônia”, e Awasu era nomeado seu

superintendente. O Instituto era dotado de quatro departamentos: Departamento Agrícola, Departamento de Medições Meteorológicas, Centro Ambulatorial e Centro de Treinamento Prático, cujos responsáveis iniciavam a construção da infraestrutura necessária, como estradas, alojamento para os funcionários, lojas de venda, áreas para produção experimental, hospital e porto.

Como Uyetsuka pretendia montar uma colônia modelo na Vila Amazônia, providenciou a vinda de alunos da Escola Superior de Colonização Kokushikan, conhecidos como “*koutakussei*”. A Escola Superior de Colonização Kokushikan estava inicialmente localizada no campus da Escola Especializada Kokushikan no Japão. Formaram-se nesse local a primeira e a segunda turma. A partir de 1932, essa escola se separou de Kokushikan e se tornou independente, passando a denominar-se Escola Superior de Colonização do Japão, situada na Província de Kanagawa.

A qualificação para o ingresso na escola exigia a conclusão da instrução mínima ao nível do curso secundário médio. Na Escola Superior de Colonização, os alunos aprendiam várias disciplinas: Geografia da América Latina, Língua Portuguesa, Noções de agricultura, Construção Civil, Pesquisa de Aproveitamento de Produtos Primários e Veterinários e Educação Física. Os estudantes deveriam completar um ano de estudos e treinamentos no Japão e cumprir um ano de estágio para treinamento prático no Centro de Treinamento Empresarial anexo ao Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia em Parintins.

A primeira turma composta de 47 alunos, depois de concluírem o primeiro ano de treinamento na Escola Superior de Colonização Kokushikan, partia de Yokohama a bordo do Santos Maru em 19 de abril de 1931, liderados por Sakae Oti, instrutor desde os tempos do curso secundário da Escola Kokushikan. Estavam nesse grupo os membros da família Yoshioka, imigrantes da Companhia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia (de Maués), assim como Ken-ichi Kinai e Shin-ichi Sato, graduados pela Faculdade de Agronomia de Tóquio. Essas inclusões foram feitas em virtude de desistências de três formandos em vir para o Amazonas. Uyetsuka havia obtido uma verba auxiliar do Ministério da Colonização para o custeio das despesas de viagem de 50 *koutakussei* e havia necessidade de acertar a quantidade de viajantes. Este grupo chegava ao Rio de Janeiro em 4 de junho de 1931. Dois dias após, embarcavam no navio Afonso Pena (3.500 toneladas) que aportava em Belém no dia 17, chegando em Parintins no dia 20 de junho. Desse local, separaram-se em barcos pequenos para desembarcar na Vila Amazônia (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 205).

Da primeira turma graduada em 1931 até a sétima turma em 1937, foram 248 alunos que saíram dessa escola do Japão e vieram para o Brasil na esperança de explorar a Amazônia.

Tabela 14 - Entrada de imigrantes *Koutakussei* para Parintins-AM (1931-1937)

Chegada	Nome do navio	Fam.	Alunos	N.A	Turmas
Jun.1931	Santos		47	47	1ª
Jul.1932	Rio de Janeiro		53	80	2ª
Jun.1933	Montevidéu	11	72	120	3ª
Jun. 1934	Buenos Aires		45	82	4ª
Jul.1935	Rio de janeiro		14	70	5ª
Jul.1936	Arábia	57	12	114	6ª
Jul.1937			5	5	7ª
Total			248	518	

Fonte: Adaptado pela autora com dados de Kawada (1995); APANB(2001), Homma (2008); Ikegami (2009) .

Segundo diversos relatos, esses alunos da primeira turma da *Kokushikan* pertenciam a famílias da classe média alta e não haviam empunhado enxada ou foice antes, mas muitos deles praticavam judô ou karatê e possuíam firme disposição para enfrentar desafios. Assim, quando chegaram, abriram um terreno na floresta virgem a dois quilômetros a leste da Vila Amazônia e limpavam uma área de 50 hectares para plantar arroz, mandioca e guaraná. Apesar de todos os esforços empreendidos pelos novatos, os resultados foram desanimadores. Concluído o estágio de um ano, muitos *koukakussei* chegavam à conclusão que a Amazônia não lhes daria o futuro esperado (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.59).

Vendo as tentativas e fracassos das produções experimentais efetuadas pelos estagiários da primeira turma e das experiências de produção da juta pelo engenheiro agrônomo Emon Araki, o superintendente do Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia - Kinroku Awazu - perde as esperanças e acaba por manifestar a sua descrença em relação à colonização da Amazônia para seu superior no Japão. Mas Uyetsuka insiste na colonização dessa região com base na produção da juta defendida por Tsuji.

O Instituto passa por dificuldades administrativas, as remessas de verba do Japão são freqüentemente interrompidas e Awazu é obrigado a vender seu gado para se socorrer a empresa. Assim, Awazu submete a Uyetsuka o seu pedido de demissão e aconselha os

estudantes a se transferirem para o sul (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.61). A metade retorna ao Japão ou vai para o sul, e a outra metade dos 47 graduados se divide: uma parte segue para Monte Alegre e Belém (para Nantaku) e os remanescentes seguem para uma área às margens do rio Uaicurapá, batizando-a de Colônia Boa Esperança, onde começaram a produzir castanha-do-pará e guaraná (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.205).

A segunda turma dos koutakusei, de 53 graduados, formava um grupo de 80 imigrantes, no qual se incluíam dependentes e imigrantes em família. Este grupo chegava a Vila Amazônia em 3 de julho de 1932. Porém, não recebem treinamento, pela ausência de instrutores que haviam deixado o Instituto. Acabam acreditando na tese pessimista de Awazu e passam a manifestar revolta contra a promessa de colonização da Amazônia defendida por Uyetsuka e Tsuji. Alguns estudantes descontrolados se embriagam e chegam até a incendiar o alojamento. Uma grande parte regressa ao Japão ou segue Awazu para o sul do Brasil. Alguns vão à procura de emprego em Manaus, mas diante da dificuldade da língua, chegam a trabalhar como varredores em prefeituras e cidades da região. Apenas 7 estudantes da segunda turma permaneceram na Vila: Kyuichi Higashi, Masashi Minami, Masumi Kobayashi, Hiroshi Nomura, Satoshi Yamaguchi, Yoshiichi Takita e Kiyokatsu Kato (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.61).

Em fevereiro do ano de 1933, o Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia obtinha o apoio da classe econômica japonesa e se transformava em fundação no Japão. Kotaro Tsuji vem ao Brasil, acompanhado da família e do irmão, em março de 1933, para assumir a função de superintendente do Instituto de Pesquisa da Produção da Amazônia. Viera para sanear a confusão deixada pela renúncia do administrador Kinroku Awazu e efetuar um teste final na produção da juta. Traz consigo 60 quilos de sementes de juta obtidas a caminho, quando o navio aportou na ilha de Ceilão (atual Sri-Lanka ao sul da Índia). Eram sementes de quatro espécies de melhor qualidade da juta indiana (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.63; DANTAS, 1968).

A terceira turma de 72 alunos da Escola Superior de Colonização chega à colônia em 1933. Era o primeiro contingente que vinha junto com 11 famílias (48 pessoas) para participar da colônia de estudantes. Eles foram introduzidos diretamente na colônia modelo de Andirá, situada aproximadamente a 40 quilômetros ao longo da margem do rio Ramos. Os estudantes dessa terceira turma foram dispensados do treinamento e encaminhados para produção de juta. Tsuji nomeia Sakae Oti como administrador e Massanobu Takamura como vice-administrador. Os que restavam da primeira e da segunda turma juntam-se a essa turma. No

ano seguinte, chega a quarta turma de graduados pela Escola Superior de Colonização, constituída de 50 alunos, inclusive alguns casados, que ingressam na colônia em 1934⁵⁹. Faziam parte do grupo de 82 pessoas, algumas esposas de encomenda (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.64 - 65).

Em relação às esposas de encomenda, é interessante reportar que, naquela época, a maioria dos casamentos era arranjado por meio de fotografias (conhecido como *shashin miai*), providenciado pelos membros das famílias do imigrante no Japão. Decidido quem seria a noiva, ela era registrada ainda no Japão como esposa, embora os nubentes nem se conhecessem pessoalmente. Então, a empresa de imigração as encaminhava para as colônias além-mar. Uma das entrevistadas conta o que passou sua mãe (atualmente com 92 anos) que viveu essa experiência de casamento arranjado.

A mamãe já veio casada porque naquela época não podia viajar moças solteiras. A mãe sempre conta pra gente o espanto e a decepção que teve ao chegar à Amazônia e encontrar um noivo preto [de tanto pegar sol na lavoura] e uma choupana de palha onde teve que se acomodar tão logo que chegou do Japão. A situação era tão precária que teve vontade de voltar imediatamente. (Entrevistada nº 22)

Quando os técnicos do Instituto de Pesquisa reconheciam como uma experiência fracassada e abandonavam a juta como seu produto principal, Ryota Oyama (do terceiro contingente) observou a existência de dois pés no jutal de Paraná de Ramos, cujo crescimento era mais rápido que os demais. Um deles foi carregado pelas águas, de modo que do que restou, Oyama consegue obter 10 cápsulas, em 1934, que foram plantados em frente a sua casa, na colônia modelo de Andirá, obtendo, depois de 7 meses, 200 gramas (HOMMA, 2007, p.33). A pequena porção de semente colhida por Oyama no ano anterior fora multiplicada para 3 quilos em 1935, que foram replantados em diversos lugares da terra firme e de várzea, para observar a possibilidade de degeneração, fato que não aconteceu. Do resultado dessa

⁵⁹ Nesse ano, foi estabelecido o sistema de quotas de imigração em 2% para o ingresso de novos contingentes, de acordo com o artigo 121 da Constituição Federal de 1934.

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena. (BRASIL, 1934)

experiência, Oyama e Nakauchi conseguiram produzir 8.941 quilos de fibra da juta que foram vendidos à fábrica Perseverança, em 1937 (DANTAS, 1968).

No outro lado do mundo, a existência do Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia começava a tornar-se conhecida no Japão. No entanto, não havia resultado consolidado nas atividades agrícolas, visto que, tanto o Instituto como os colonos só haviam investido sem obter retorno algum. Tanto o governo como o congresso japonês, sensibilizados pela ação comandada por Uyetsuka, decidiram na 67ª Reunião do Congresso realizada em março do 10º Ano da Era Showa (1935) autorizar o financiamento complementar para a constituição da nova empresa em substituição ao Instituto de Pesquisa. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.69).

O barão Masanosuke Goh, que até aquela data não poupava ajuda ao empreendimento de Uyetsuka, considerava o auxílio do governo insuficiente. Procurou então envolver as cinco grandes companhias do Japão no planejamento da nova empresa: Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo, Cia. de Seguros Yassuda e a Empresa de Colonização Toyo. Por fim, em 17 de setembro de 1935, em reunião realizada na residência oficial do primeiro ministro, ficava decidida a criação da Amazon Sangyo Kabushiki Kaisha (Companhia Produtora da Amazônia S.A) como uma empresa de interesse nacional do Japão. Após os debates e convergências de interesses entre os representantes do governo japonês e do setor privado, decidem que o capital da empresa seria inicialmente fixado em um milhão de ienes (equivalente a 287 mil dólares americanos) e 20.000 ações foram integralizadas pelas companhias que compõem o Clube das Indústrias, com a perspectiva que o capital social seria aumentado com o desenvolver dos negócios. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.69)

Uyetsuka chega a Amazônia em 1936, juntamente com a 6ª turma de graduados da Escola Superior de Colonização e mais 57 famílias de imigrantes e funda a Companhia Industrial Amazonense S/A (Amazon Sangyo Kabushiki Kaisha) em Parintins no mês de fevereiro do mesmo ano, com capital social de 4 mil contos de réis, tendo como seu diretor-presidente, Tsukasa Uyetsuka e o seu diretor administrativo, Kotaro Tsuji. Nesse ano de 1936, Uyetsuka solicita ao governo estadual a prorrogação do prazo de concessão de terras devolutas, uma vez que não havia sido consolidado o empreendimento. Obtém a aprovação e o acordo é firmado. Entretanto, conforme dispositivos da nova Constituição de 1937, toda a concessão de terras acima de 10 mil hectares deveria ser aprovada caso a caso pelo Senado. Assim, essa concessão é levada à assembléia gerando discussão entre os pares e finalmente desaprovada (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.70; HOMMA, 2007, p.39).

A Companhia efetua uma reforma administrativa no ex-Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia e ao mesmo tempo estabelece planos para o desenvolvimento dos negócios. As diretrizes adotadas são, de um lado, revisão do quadro de funcionários e extinção de departamentos e seções para a redução de custos, e de outro, para aumentar os lucros, criação de um novo departamento comercial para a exportação de produtos amazonenses e a importação de artigos japoneses. Além disso, propunha o fortalecimento de cooperativas para garantir a manutenção da vida dos colonos, incentivo à plantação da borracha e da castanha do Pará entre outras culturas não sazonais nas regiões altas como produtos principais, e arroz e mandioca como produtos secundários. Para a plantação em várzea, a juta de boa qualidade, descoberta por Ryota Oyama, seria objeto de atenção especial (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.70).

Na esfera interna, as relações dos jovens imigrantes com a empresa organizadora também não iam bem, como consta no relato de vida de alguns koutakussei. Por exemplo, Uchu Yasui em seu relato “A minha juventude na Ilha Estebo” (YASUI, 2001, p.10) conta que Takeshiro Homma, contemporâneo de Kazuma (primogênito de Oyama), juntamente com Massao Serizawa e Masanori Fujishima, pretendiam entrar no ramo da juta. Desde cedo, Homma, Serizawa e Fujishima haviam iniciado as suas gestões junto a Kotaro Tsuji, superintendente da Companhia Produtora da Amazônia SA, para obter financiamento à execução do projeto de produção da juta e arroz. No entanto, Tsukasa Uyetsuka, presidente dessa Companhia, pretendia incentivar a produção da mandioca para sanear as dificuldades administrativas da colônia, e iniciava auxílio financeiro para a construção de uma fábrica de refinamento da farinha de mandioca no âmbito da cooperativa de produção.

Tsuji manteve-se indeciso por muito tempo, temendo perturbar a determinação dos colonos quando o projeto de produção da mandioca estava em curso, porque receava os distúrbios de um eventual fracasso. Mas finalmente atendia ao pedido do grupo sob condições, inclusive com a promessa de que o empreendimento seria administrado conjuntamente por diversos solteiros, posto que os solteiros eram considerados muitas vezes um peso para a colônia. Conforme justifica Yasui a vida dos solteiros era cheia de monotonia, sem mínimo conforto e longe do centro urbano. A falta de mulheres era a maior queixa entre os jovens e um dos motivos para a bebedeira e algazarra entre os companheiros de infortúnio (YASUI, 2001, p.11).

Uma vez autorizada o empreendimento planejado, dividiam-se em dois grupos: uma para a ilha Estebo constituído de Shigeru Miyaji, Sadakichi Hiraishi, Kumekichi Ishiguro, Uchu Yasui, Mitsuo Yakushiji e Masanori Fujishima que assumia a liderança do grupo. Assim, dentre os terrenos levantados, escolhiam-se a ilha de Estebo e a de Marinho, 3 km a jusante da Vila Amazônia. Feita essa decisão, a produção de arroz de 1937 seria destinada à formação do fundo para a nova atividade, e passava a ter um objetivo especial (YASUI, 2001, p.11).

Em agosto de 1937, terminada a colheita do arroz, os seis deixavam a colônia do lago Uaicurapá (situado a 40 km de Parintins pelo Paraná de Ramos) e se dirigiram a Vila Amazônia para o acerto de contas com a Companhia. A metade da juta se fora, carregada pelas águas, mas, feitas as contas, o capital havia dobrado. Esse resultado não levava em conta o custo da mão de obra no duro trabalho do cultivo. A Companhia achava que o lucro do grupo era excessivo, e descontava o preço do terreno de um conto de réis de uma só vez, rompendo o acordo inicial. Pouco dinheiro restou nas mãos dos jovens koutakusse e a insatisfação deixou lembranças na memória de Yasui.

O descontentamento pela falta de consideração por nós, colonos, e pela incompreensão do nosso trabalho se alastrou entre nós. Fatos como esse se repetiram com frequência. Isso alimentou a nossa descrença, de *Kohtakusei* ao seu diretor Tsukasa Uyetsuka. Tínhamos percebido a discrepância existente entre o idealismo de Tsukasa Uyetsuka, venerado estadista, e o capitalismo de Tsukasa Uyetsuka, presidente da Companhia Produtora da Amazônia (YASUI, 2001, p.12).

Relatam que foram remetidos 60 fardos de juta (2.770 quilos) para a Companhia Comercial Martim Jorge (Fábrica Perseverança) em Belém, em 1937. Depois mais 6.171 quilos. A alta qualidade fora comprovada e realizada com grande entusiasmo a primeira exportação de juta produzida por Oyama e Nakauchi. A nova espécie é denominada “juta Oyama” em homenagem ao seu descobridor. O lucro obtido na produção da juta, de aproximadamente 100% do custo de produção, causa um alvoroço entre os colonos que abandonam as terras altas para onde foram destinados em busca da várzea para o plantio da juta. Quatro graduados da Escola Superior de Colonização ingressam na colônia. Entretanto, os retirantes aumentam nessa época por motivo da indefinição dos objetivos da empresa e da própria insatisfação dos colonos com as negociações. Dos 248 colonos graduados pela Escola, restaram apenas 111 no ano de 1937. O recrutamento de estudantes para o ingresso na instituição no Japão é interrompido. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 71)

A partir de 1938, os *koutakusseï* se transferem para a região da várzea e passam a dedicar-se ao cultivo da juta, cuja produção atinge 60 toneladas no mesmo ano. O influente *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro) elogia o trabalho dos japoneses na produção da juta amazônica. O *Jornal do Comércio* e o *Correio da Manhã* enaltecem também o trabalho dos japoneses, em sua coluna social, declarando que em breve os produtos importados seriam substituídos por produtos nacionais produzidos por imigrantes japoneses, favorecendo substancialmente na economia nacional. Esse clima contagiante faria com que as atividades da Companhia se estendessem a vários recantos do rio Amazonas, elevando de vez o conceito dos imigrantes japoneses. Graças à dedicação de Oyama, a nova variedade de juta trouxe prosperidade para os colonos de Parintins como bem retrata Homma (2007).

A grande maioria dos graduados da Escola Superior de Colonização passa a dedicar-se à plantação da juta que se espalha também entre os colonos japoneses de Maués, Manaus e Monte Alegre. O cultivo passou a estender-se por mais de 1.000 quilômetros, desde o rio Solimões a montante da cidade de Manaus até Santarém no estado do Pará. No apogeu do sucesso dos *koutakusseï* a imigração ordinária promovidas por iniciativa de Tsukasa Uyetsuka fora interrompida com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939. Em março de 1940, a Companhia Produtora da Amazônia incorporava a Companhia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia de Maués (grupo de Oishi). As 16 famílias pertencentes ao grupo de Oishi e ao grupo de Sakiyama ingressam na Companhia Produtora da Amazônia para produzirem juta.

Apesar do sucesso alcançado com a cultura da juta, a vida do imigrante não era confortável. A plantação da muda começava no verão, período em que a várzea fica seca, para ser colhida no inverno, após o alagamento da área de plantação. A colheita era muito penosa para os imigrantes.

Assim, os agricultores precisavam trabalhar com água acima da cintura, mergulhando para cortar no início do talo a planta submersa. A juta era então amarrada em feixes, deixados na água até apodrecerem. Em seguida esses feixes eram batidos para que deles se retirassem as fibras, que eram lavadas para ficar mais brancas. A secagem era feita no varal e, depois de completamente secas, as fibras eram recolhidas e armazenadas. As frieiras d'água, as sanguessugas e os poraquês⁶⁰ atormentavam todos que ali trabalhavam, como os meus irmãos. Eram constantes os acidentes com as foices utilizadas no corte da juta. Uma das vítimas foi o meu irmão Shunroku, que deu um golpe profundo em uma das pernas (INAGAKI, 2004, p. 21).

⁶⁰ Electrophoridae é o nome científico dado ao poraquê, peixe que produz e armazena energia elétrica, cuja descarga elétrica representa um mecanismo importante de ataque e defesa. O poraquê pode atingir até dois metros de comprimento e sua forte descarga elétrica pode até matar um ser humano. Mesmo a um metro de distância, é possível levar um choque dentro d'água.

Homma também faz menção à insalubridade do trabalho na produção da juta, especialmente na época da colheita, em que os imigrantes japoneses bebiam cachaça para suportar longo tempo dentro da água, inclusive se expondo às ferradas de arraias, piranhas e outros animais perigosos, fatores que afastaram gradativamente os japoneses dessa atividade, passando-se, assim, a contratar os nativos da região, dando início a grandes transformações na agricultura de várzea que se estendeu de Monte Alegre a Manacapuru (HOMMA, 2007, p.53). Como manifesta Tsuji,

Iniciamos a cultura na região de Parintins. Agora, porém, já se acha espalhada por grande parte da bacia amazônica, tanto no Estado do Amazonas como no do Pará, havendo o governo federal decretado a padronização e classificação do produto, serviço esse que está afeto à Companhia de que sou diretor, dados os seus serviços em prol da introdução do plantio da juta indiana no Brasil. Por sua vez, os governos do Amazonas e do Pará, fizeram concessões muito vantajosas à nossa firma, graças ao que será possível prosseguir nesse trabalho de grande alcance para a economia brasileira (FOLHA DA MANHÃ, 10 out.1941).

Por outro lado, a disseminação da juta entre os colonos brasileiros trouxe problemas de qualidade da produção, pela venda indiscriminada de sementes de baixa qualidade e na preparação da fibra, que prejudicava todos os produtores pela baixa cotação no mercado, devido à falta de qualificação e certificação do produto. Diante das reclamações de alguns produtores, Tsuji estava interessado na habilitação oficial de sua empresa para classificação desse produto, cuja petição fora entregue ao presidente Vargas, quando de sua visita a Parintins em 1940.

Dizem que durante a viagem de inspeção do presidente Vargas ao estado do Amazonas o seu hidroavião fez uma parada de reabastecimento em Parintins, quando fora visitado por Uyetsuka e Tsuji em companhia do prefeito Neves, que os apresenta ao presidente como dirigentes da Companhia que havia desenvolvido a juta na Amazônia. O presidente, tendo demonstrado interesse pela causa da legalização das terras da Companhia, no retorno para reabastecimento do hidroavião em Parintins, recebe uma petição, entregue por Tsuji, solicitando uma lei categorizando a Companhia como classificadora de juta, que fora encaminhada ao ministro da agricultura. Não tardou, a Companhia Produtora da Amazônia foi nomeada pessoa jurídica categorizada para fazer a classificação oficial da juta, cujo serviço continuou até a ocorrência da Segunda Guerra Mundial (ASSOCIAÇÃO..., 2001).

No início da guerra, Vargas manteve um posicionamento neutro até 1941, mas proibia o ensino da língua estrangeira e circulação dos jornais escritos em japonês. A vigência do

Estado Novo veio prejudicar a aprendizagem da língua pátria dos descendentes e deixava sem informações os próprios imigrantes. A despeito dessas medidas contra os imigrantes do Eixo, dizem que Vargas nutria uma grande simpatia aos japoneses.

Declarada a guerra pelo Brasil em 1942⁶¹ contra os países do Eixo, o 27º Batalhão do Exército Brasileiro dirigiu-se a Vila Amazônia com o intuito de prender os japoneses que ali se encontravam, principalmente aqueles que possuíam algum tipo de cargo na Companhia. Vários *koutakussei* ainda conseguiram fugir antes da chegada dos oficiais militares, os que não conseguiram, foram capturados e encaminhados a Tomé-Açu, no Pará, local destinado aos prisioneiros de guerra. Os funcionários da empresa que restavam na Vila Amazônia foram presos por serem cidadãos de país inimigo e confinados na colônia de Tomé-Açu para trabalhar na recuperação de estradas e atividades afins. Os que estavam fora da Vila, no cultivo da juta, foram permitidos a continuar nessa atividade. Os produtores de juta do Amazonas passaram para as mãos de comerciantes brasileiros. O próprio Tsuji chegou a produzir mais de 100 toneladas de juta próximo a Santarém. (ASSOCIAÇÃO..., 2001; DANTAS, 1968)

A Vila Amazônia foi desapropriada pelo governo, o patrimônio da Companhia de Produção da Amazônia foi integralmente confiscado, posto em leilão e vendido para o grupo do comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, de Manaus (HOMMA, 2007, p.47). Posteriormente, após a guerra, a Companhia Amazonense de Celulose de capital chinês o adquiriu do grupo J.G. Araújo. Assim, acabou o grande sonho do idealista e político Uyetsuka e de seus seguidores na Vila Amazônia. A única coisa que restou da vila dos imigrantes japoneses é o cemitério abandonado onde se encontram os restos mortais de alguns *koutakussei*.

Um personagem muito citado nos relatos de vida desses imigrantes é a presença do Dr. Yoshio Toda, que prestou relevantes serviços médicos a muitos imigrantes e à população da Região Norte. Inclusive, existe na cidade de Parintins um centro de saúde municipal “Doutor Toda”, em homenagem a Yoshio Toda, que exerceu atividades médicas na Vila Amazônia nos períodos pré e pós-guerra, tendo sido estimado também pela população não japonesa. Existe também o Grupo Escolar Ryota Oyama, em homenagem ao emérito produtor de juta.

⁶¹ Após o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, em 1942, foi declarado o estado de guerra à Alemanha, Itália e Japão - países do Eixo. Em novembro do ano seguinte, Vargas criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujo primeiro escalão foi mandado em julho de 1944 para combater na Itália.

Terminada a guerra, Tsuji estabeleceu-se em Santarém com o comércio de juta, madeira, concha, látex e artigos diversos (tecidos, ferragens, miudezas, armarinhos, estivas, calçados etc) que deram grande lucro. Mantinha negócios de juta em Parintins e em Belém, mas sempre pensando na fábrica de tecelagem, que só conseguiu em 1951 com o aval do presidente Vargas para obter financiamento para fundar a Companhia de Tecelagem de Juta de Santarém (DANTAS, 1968).

Muitos dos *koutakussei* ficaram em Parintins, Maués e se espalharam por outras cidades vizinha como Juruti, Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Itacoatiara e Manaus. Outros tantos desceram o rio Amazonas para fixar em Belém, Coqueiro, Santa Izabel do Pará, Santo Antonio do Tauá e outros municípios do Pará. Os japoneses do Amazonas passaram a se integrar com os ribeirinhos para cultivo da juta e exploração de outras atividades econômicas. Por exemplo, a família dos Harada permaneceu em Oriximiná de 1941 a 1968, cultivando juta e criando gado. A matriarca Kiyoko Harada, apesar da idade avançada (93 anos), conta com lucidez parte da história de sua vida e de como as senhoras ajudaram os ribeirinhos daquela época.

As casas dos imigrantes ficavam meio longe uma das outras. As jovens senhoras dos *koutakussei* tiveram que aprender sozinhas a cuidar dos filhos, por isso algumas perderam seus bebês no início. Depois que a gente aprendeu a cuidar da saúde, fazia partos das outras colegas e das senhoras dos caboclos da região, cuidava dos acidentados, aplicava injeção, vacinas nas pessoas picadas por cobras, pois só a Companhia tinha estoque de vacinas naquela região. As filhas iam estudar no internato de Óbidos depois ensinavam os irmãos e os filhos dos caboclos na escolhinha de casa.

Era muito trabalho. Eu tive 10 filhos com Ykuro Harada e perdi um. Depois que fiquei viúva, casei com o primo dele - Kozo Harada, também viúvo, e juntamos os 5 filhos dele e mais um que nasceu depois. Ao todo foram 15 filhos que mandamos educar fora. As meninas iam por vez para o internato de Óbidos e os meninos para o internato de Santarém. Depois todos vinham para estudar na faculdade em Belém. Ainda criei e eduquei dois filhos adotivos. Ajudamos muita gente por lá e eles gostavam muita da gente (Entrevistada nº 24).

Percebe-se que, apesar da dificuldade da língua, a convivência no meio dos ribeirinhos foi pacífica e de ajuda mútua. Eles produziam a juta sob a orientação dos imigrantes, criavam gado e plantavam mandioca, macaxeira, milho e outras culturas para a subsistência. Efetivamente, desde a transferência da seringa do Tapajós para a Malásia, feito pelos ingleses, a juta passou a ser cultivada na Amazônia, quando os ingleses ainda governavam a Índia. Essa vingança do acaso trouxe suas compensações para o caboclo amazônico, quando a juta impulsionou a economia da região, tornando-se um dos principais esteiros econômicos da região. O professor Homma (2007) afirma que a cultura da juta foi um bom negócio para os

ribeirinhos. Cada família plantava 3 a 4 hectares, suficientes para as suas despesas. Enquanto que esse quantitativo não era atraente para as famílias dos japoneses, que preferiam plantar mais hortaliça (que era mais rentável) e negociar a compra e venda de juta, malva e outros produtos extrativos.

Alguns filhos dos *koutakussei* costumam afirmar que a grande contribuição dos japoneses na Amazônia deve-se fundamentalmente à libertação dos caboclos (ou ribeirinhos) daquela região do jugo dos coronéis que faziam o aviamento e os exploravam sem nada oferecer, substancialmente, em troca. Diferentemente, os *koutakussei* se preocupavam com a ignorância dos ribeirinhos diante do descaso do Estado, visto que no interior da Amazônia não havia ensino público naquele tempo. Por isso, apesar das dificuldades, geralmente as famílias dos *koutakussei* montavam em seu lote uma escolinha para educar os seus filhos e a dos ribeirinhos. Ensinavam a plantação da juta e hortaliças, noções de higiene e saúde até a alfabetização dos adultos, com ênfase em matemática, posto que a maioria das famílias eram analfabetas de várias gerações. À medida que conseguiam amealhar mais recursos, muitos *koutakussei* construíram igrejas no povoado, em atendimento aos pedidos dos ribeirinhos e dos padres italianos que mantinham suas missões de fé em vários recantos da Região Amazônica, contribuindo desta forma para a educação dos ribeirinhos (Entrevistados 24 e 25).

Os *koutakussei* se dispersaram no Brasil e no exterior, mas ao longo dos anos houve a tentativa de manter o relacionamento desse grupo que viveu uma epopéia sem precedentes na história da Amazônia e deixaram grandes contribuições no campo da agricultura. O Sr. Tosui Akiyama, do primeiro contingente, manteve acesa a chama da união desse grupo, assumindo a coordenação da Associação Koutaku-kai por muitos anos. De São Paulo, mandava os boletins e notícias para todos os colegas por longos anos. Na época que foi elaborada a última lista de Akiyama, em 1999, contava-se 42 sobreviventes dos velhos pioneiros da saga da Amazônia (Boletim Koutaku-kai, de 30 nov.1999). Em Belém, sabe-se que dos homens apenas o Utyu Yasui sobreviveu até início de 2010, posto que são raros os sobreviventes em tão avançada idade. Já as senhoras, são algumas: Kobayashi, Ikegami, Harada, Miyazaki, entre outras.

Agora são os filhos dos *koutakussei* que tentam manter essa associação como integrantes dos descendentes desse grupo. No Pará, um dos filhos do *koutakussei* Shigeyoshi Ono, que ocupou a presidência da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira na gestão passada, mantém a coordenação dos descendentes neste Estado. Em homenagem a esses pioneiros da imigração japonesa na Amazônia, recentemente, foi lançada a obra de Antão Ikegami (2009) que aborda em detalhes a trajetória de vida de seu pai Kinji Ikegami,

koutakusseï da 3ª turma, no qual relaciona no apêndice os nomes de todos os alunos e funcionários desde grupo, elaborada a partir da relação de endereços do *koutakusseï* Akiyama e organizado pela comissão da Amazon Koutakukai em 15 de outubro de 2003.

5.6 O LEGADO DOS JAPONESES NA AMAZÔNIA

O ideário de integração da Amazônia faz parte de diversos planos de governo desde a época do império, pois foi objeto de intensa disputa com os países fronteiriços para a preservação da posse desta tão cobiçada terra pelos estrangeiros. O domínio dessas áreas como terras brasileiras deve-se ao intenso trabalho do corpo diplomático brasileiro, cujo ícone maior é o Barão do Rio Branco. Em razão da preocupação com a ocupação física da Amazônia, as políticas públicas e as experiências de colonização agrícola são bastante remotas. Vieram os imigrantes açorianos, portugueses, espanhóis, italianos e outros europeus nos últimos dois séculos, além das tentativas da migração interna realizada pelos nordestinos. Mas, em razão das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes europeus e nacionais, os primeiros empreendimentos de colonização não prosperaram.

O sonho da ocupação e exploração das terras pelos países estrangeiros também remonta deste a época do Brasil Império. Foram muitas as investidas pelas organizações estrangeiras em ocupar a desafiadora e enigmática parte do Brasil. Até os americanos Henry Ford (1863-1947) e, mais recentemente, Daniel Keith Ludwig (1897-1992) investiram maciçamente na Amazônia, mas não conseguiram sucesso de seus investimentos.

Os japoneses foram os últimos imigrantes estrangeiros a chegarem em terras tão distantes e tão diferentes de seu *habitat* natural. Na década de 1930, ninguém podia imaginar que esses imigrantes poderiam crescer e assumir tal importância no continente brasileiro. O sonho de colonização da Amazônia acalentado por Awazu, Sakiyama, Uyetsuka, Tsuji, Fukuhara e outros povoaram as mentes dos imigrantes da década de 1930 até a Segunda Guerra Mundial. Esses pioneiros não tiveram a ajuda do governo nem para as passagens. Os próprios imigrantes tiveram que comprar as ações das empresas colonizadoras no Japão para adquirir terras e arcar com o empreendimento, muitas vezes com o patrimônio das famílias que investiram nas empresas colonizadoras acreditando nas potencialidades das grandes extensões de terras que poderiam explorar no futuro. No processo da acomodação, enfrentaram as doenças endêmicas, ora a falta de água e ora as enchentes, que trouxeram

muitos sofrimentos aos colonos, que muitas vezes não suportando as intempéries se mobilizaram para outros Estados.

A despeito do desconhecimento de muitas pessoas, acima dos agentes intermediários estavam as grandes corporações japonesas que investiram maciçamente na Amazônia, porque também acreditavam no potencial desta imensa reserva natural. Mas o motor principal desse empreendimento estava na ambição de ocupar as extensas terras desocupada da Amazônia, tão importante para a economia agrícola da época. Os grandes investimentos e movimentos coletivos tiveram seus planos discutidos entre os parlamentares e representantes do governo japonês e dos investidores de grandes empresas industriais. A propaganda devidamente elaborada e divulgada formava uma tendência favorável à iniciativa privada em nome do interesse público.

A figura mais emblemática desse idealismo expansionista é atribuída ao estadista Tsukasa Uyetsuka, que planejava introduzir 150 mil colonos japoneses na Amazônia em 10 anos, o que seria, na avaliação desta autora, um sonho extremamente ambicioso desse estadista, ou fora dos padrões da razoabilidade, posto que, no período de 1909 a 1929 (em 20 anos), o total de imigrantes japoneses ingressados no Brasil era então de 86,5 mil, quer seja através das companhias de migração ou não. Se é verdade, ou não, de qualquer forma, os *koutakusseï* representam a realização parcial desse sonho, cuja linha de imigração fora bem diferente dos padrões tradicionais que ocorreu no país. Mais voltado à formação de liderança para colonização na Amazônia do que para servir de mão de obra como colonos.

Os jovens estudantes da Escola Superior de Kokushikan fizeram do pioneirismo da imigração na Amazônia uma missão de vida. Todos viveram a epopéia de dificuldades e de sofrimento, de modo que poucos permaneceram na Amazônia. Muitos se transferiram para outros redutos ou morreram no percurso dessa grande aventura. Não obstante, os poucos que permaneceram e as sementes que plantaram foram suficientes para brotar uma nova cultura que marcou época na Amazônia. Entre os personagens que trabalharam para realizar o sonho da cultura da juta indiana, destaca-se o pioneirismo do professor Kotaro Tsuji⁶², posto que desde os idos de 1928 esteve empenhado na sua aclimatação, conseguido por Ryota Oyama

⁶² Como diz a nota de Machado Coelho: “Não resta, pois, dúvida de que a cultura dessa fibra na região foi um trabalho coletivo, de equipe, no qual Oyama, como Nakajima, como Nakáuiti, todos, deram o melhor de seus esforços e por isso mesmo merecem, são dignos da gratidão dos amazônidas. Mas, se alguém faz jus a um lugar à parte nessa obra meritória, esse indiscutivelmente pertence a Kotaro Tuji, o pioneiro dos pioneiros, que lançou a idéia, encorajou o feito, vendo afinal o seu sonho tornar-se realidade” (MACHADO COELHO, A Província do Pará, 16.10.1966)

em 1934. A produção de juta é citada como uma das maiores contribuições do povo japonês para a Amazônia. Foram praticamente 20 anos de produção que sustentou a economia do estado do Amazonas nas décadas de 1950 a 1970.

E como eles tiveram que se dispersar com o estopim da Segunda Guerra Mundial, houve uma maior integração com a comunidade local, inclusive com casamento de outras etnias, desmanchando-se completamente o pseudo “quisto étnico” que havia na Vila Amazônia. Por outro lado, os imigrantes pioneiros, que eram filhos da classe média japonesa, que tinham cursado no mínimo o ginásio, preocupavam-se muito com a educação de seus filhos, de tal sorte que influenciaram positivamente na educação formal dos mesmos. Os imigrantes que não conseguiram se mobilizar, mesmo morando afastados dos centros urbanos, mandavam os filhos estudar na cidade (Belém, Manaus, Santarém). Os que vinham a Belém, geralmente ficavam nos pensionatos dos patrícios na Cidade Velha nos anos 1960 e 1970.

Embora muitos descendentes tenham perdido o uso da língua japonesa com a desintegração da colônia, em compensação, ganharam fluência na língua pátria e passaram a frequentar o curso superior. Fato é, que os primeiros nisseis que ingressaram nas universidades do Pará e do Amazonas foram os filhos dos *koutakusseis*. Inclusive, tornaram-se grandes profissionais: engenheiros, agrônomos, médicos, dentistas, professores universitários, entre outras profissões.

Os sonhos que plantaram nas mentes de seus descendentes vingaram em vários setores e recantos da Amazônia. Como comenta um neto do velho Sakiyama (Entrevistado nº 18), depois de passado 100 anos de imigração no Brasil, reconhecem que o legado dos pioneiros se capitalizou. Esses pioneiros construíram a imagem do povo japonês no Brasil, na Amazônia especialmente, com muito trabalho e sacrifício pessoal. A capitalização desses valores como de um povo trabalhador, honesto, esforçado e outros atributos positivos que são creditados aos japoneses favorece para o sucesso de seus descendentes que hoje usufruem no mercado de trabalho. É comum ouvir o destaque dos *nikkeys* nas universidades, nos concursos públicos e outros meios em que vigora a saudável competição.

6 A VELHA IMIGRAÇÃO NO PARÁ

O estado do Pará possui o maior contingente de imigrantes japoneses da Região Norte. A história dessa imigração pode ser dividida em duas etapas distintas, dos que chegaram antes da Segunda Guerra Mundial e depois desta. No primeiro período, os imigrantes ficaram concentrados na colônia de Tomé-Açu (chamada antigamente de colônia do Acará), sob o patrocínio da *Nambeï Takushoku Kabushiki Kaisha* (conhecida como Nantaku), que se denominava Companhia de Colonização Sul Americana S.A (ou simplesmente Companhia), dentro do território nacional. No decurso de 8 anos - de setembro de 1929 a setembro de 1937 - chegaram aproximadamente 405 famílias, 2.104 pessoas em 22 levadas de imigrantes para ocupar os 500 mil hectares no município de Acará, que receberam do governo do Estado.

Para o município de Monte Alegre foi um pequeno contingente de funcionários da Nantaku e algumas famílias no total de 20 pessoas, que possivelmente se deslocaram de Tomé-Açu. Diretamente do Japão veio um grupo de 32 jovens, em 1931, da *Osaka YMCA Kaigai Kyokai* (Associação Ultramarina da YMCA de Osaka), uma organização subordinada à Associação de Jovens da Igreja Cristã de Osaka, com o propósito de formar líderes de escalão médio para a colonização na Amazônia. Em apenas três meses, o grupo se dissolveu e a maior parte regressou ao Japão. Uma minoria ficou administrando as instalações da Nantaku de Monte Alegre que depois se transferiu para Tomé-Açu. Afora essas duas colônias dirigidas, muitos japoneses se concentravam em Belém e seus arredores para horticultura. Algumas tentativas de colonização ocorreram nos municípios de Ourém e Capanema, antes da Segunda Guerra Mundial.

6.1 A COLÔNIA DE MONTE ALEGRE

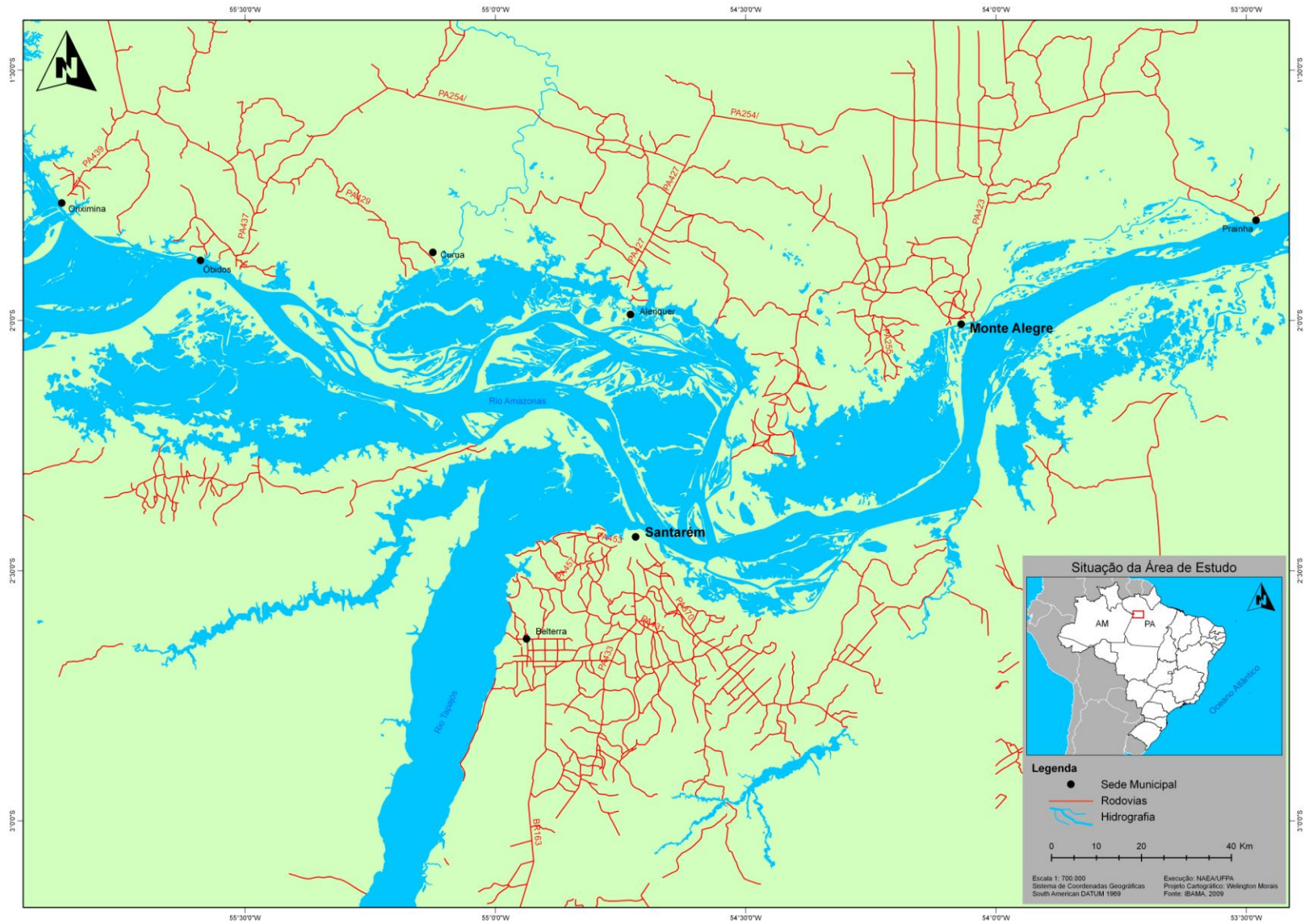
Monte Alegre situa-se a cerca de 120 quilômetros a jusante de Santarém pelo rio Amazonas e a 630 quilômetros de Belém. A cidade de Monte Alegre, sede municipal, está situada na porção sudeste do município, na margem esquerda do Paraná do Gurupatuba, próximo  ligação deste com o rio Amazonas. A população municipal, de acordo com o último Censo de 2000, era de 61.334 habitantes, com área da unidade territorial de 21.703,03 km². O terreno  ondulado e da cidade de Monte Alegre avista-se o Monte Itajuri (400 metros). Existem fontes de águas térmicas de natureza sulfurosa nas cercanias aproveitáveis

para tratamento de saúde e aparentemente inexploradas. Em épocas passadas, esta região foi berço de uma antiga civilização indígena, fato que ainda hoje são desenterradas esporadicamente peças de cerâmicas e machados de pedra dessa idade remota. É bastante conhecida entre os antropólogos a existência de pinturas rupestres nas paredes rochosas das montanhas de Monte Alegre.

A Região de Monte Alegre havia sido aberta para colonização portuguesa desde cedo. Por volta de 1890, o governo estabeleceu ali uma colônia estadual para 3.000 imigrantes europeus (principalmente de portugueses e italianos) e por diversas vezes tentaram fixar colonos espanhóis. Entretanto, a dura lida da agricultura e a incidência de malária os haviam dispersado, permanecendo só uma pequena parte dos descendentes de espanhóis na agricultura, em razão da fertilidade do solo. Assim, quando chegaram os japoneses, os espanhóis estavam cultivando e produzindo fumo em corda, algodão, milho e mandioca. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 172; ISHIZU, 2007; UENO, 2005).

A Nantaku havia recebido a concessão de 400 mil hectares em Monte Alegre em 1928. A área selecionada por esta empresa de tecelagem seria para desenvolver a cultura do algodão e a exploração do minério. Para o futuro, pretendiam instalar uma grande colônia para produção de algodão, inclusive, haviam projetado a construção de uma ferrovia até Prainha, onde seria construído um porto para possibilitar a chegada de navios de até 10 mil toneladas. A Nantaku enviou os seus funcionários pela primeira vez à região em setembro de 1929, para efetuar pesquisas mineralógicas. Os engenheiros Shoh Matsumoto e Kiyohiko Ishikawa e o funcionário Jyuichi Ikujima foram, possivelmente, os primeiros japoneses a pisarem o solo dessa região (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.52 ,172; ISHIZU, 2007; UENO, 2005, p.10).

Após o estabelecimento do primeiro contingente de colonos em Tomé-Açu e execução da primeira fase da colonização ter se completado, a Nantaku enviou para Monte Alegre o seu chefe do Departamento Agrário, Takatsugu Arai, juntamente com funcionários do setor de agrimensura, entre os quais Hiroshi Seki e Tomejiro Abe, para iniciar os trabalhos de construção da sede da fazenda Monte Alegre. A equipe instalava o escritório da Nantaku em Mulata, a 30 quilômetros ao norte da cidade de Monte Alegre. Lá construiu a fábrica de beneficiamento de algodão e de fumo e residências de funcionários, consultório médico, assim como, um pequeno hospital. Vinte pessoas japonesas, entre integrantes de famílias e solteiros, residiam na colônia de Mulata (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 52).



Mapa 03 – Região de Santarém e Monte Alegre
 Fonte: IBAMA (2009). Adaptado por Wellington Moraes (2010)

Depois, a Nantaku efetuou plantação experimental de algodão, fumo e sisal nessa região, nomeando Hideo Nakano superintendente da fazenda. Entre os membros do grupo de imigrantes pioneiros estava o engenheiro Toshio Owada, especialista em fumo, o qual fora encarregado de executar uma produção experimental (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 53).

Como a empresa estava preocupada com a formação de quadro de técnicos que viriam trabalhar na Nantaku de Monte Alegre, Takaki Gotanda, que fora secretário do Consulado Geral do Japão em São Paulo, obtém autorização da Nantaku para fundar a Associação Ultramarina da YMCA (*Osaka YMCA Kaigai Kyokai*), uma organização religiosa subordinada à Associação de Jovens da Igreja Cristã de Osaka, com o propósito de formar líderes de escalão médio para a colonização. Essa entidade inicia o recrutamento em 1930, para constituição da *Amazon Kaitaku Seisen Dan* (Associação de Jovens para o Desenvolvimento da Amazônia). Com auxílio dos jornais, Osaka Asahi e Mainichi Shinbun, que colaboram na divulgação dessa iniciativa, conseguem recrutar 47 jovens para formação de técnicos em agricultura, que incluía estudo da língua portuguesa, costumes, clima, agricultura da região, etc. (ASSOCIAÇÃO..., 2001; ISHIZU, 2007; UENO, 2005)

Em 1930, Osaka Asahi, maior jornal do Japão, anunciou que a Associação Ultramarina de Osaka, do Y.M.C.A. estava matriculando os interessados em Escola de Formação de Líder para os emigrantes na Amazônia, Brasil. Eu logo fiz minha matrícula e fui aceito. Eu não tinha nenhuma dúvida porque tanto o jornal quanto os organizadores da escola eram de confiança. Estudei a Língua Portuguesa durante um ano. Tudo sobre o Brasil, principalmente sobre a Amazônia: clima, costumes, agricultura etc. E também treinamento do trabalho (UENO, 2005, p.6-7).

Semelhante a situação dos *koutakusseis*, depois de um ano de treinamento, os 32 jovens da YMCA, entre 19 e 25 anos em sua maioria, partem de Kobe em maio de 1931 a bordo do navio Rio de Janeiro Maru, juntamente com o chefe Dr. Takaki Gotanda com a esposa e filha, o vice, Dr Renkichi Hiraga⁶³, acompanhado da esposa Kiyoko Hiraga, casada às vésperas da viagem ao Brasil. Relatam que esses jovens vindos de todos os recantos do Japão acreditavam

⁶³ Renkichi Hiraga, vice-presidente da Associação YMCA era filho de Bin Hiraga, um dos fundadores da Nantaku. Hiraga havia se formado em Florestamento pela Faculdade de Agronomia da Universidade Imperial (Teidai), e estava empregado no Ministério de Florestamento. Poderia, se assim desejasse, optar por uma diretoria da Nantaku, mas não o fez, preferindo dedicar a sua vida à educação dos jovens em cujos ombros depositava o futuro das colônias (ASSOCIAÇÃO..., 2001 p. 52). Etsuko Watanabe (ASSOCIAÇÃO..., 2001 p. 33) também relata que o Professor Hiraga era muito conhecido na colônia de Tomé-Açu como uma pessoa culta, que cultivava a pintura e música. Ele era reconhecido como arrimo da colônia de Monte Alegre e depois de Tomé-Açu quando se mudou para lá. Em Tomé-Açu recebiam muitos visitantes e hóspedes, entre os quais políticos, intelectuais, diplomatas, escritores e artistas que se revezavam na casa do casal Hiraga.

com simplicidade que seria possível tornarem-se administradores de extensas fazendas na Amazônia (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 52, 59; UENO, 2005).

Ao chegarem, em julho de 1931, à colônia de Limoeiro, às margens da estrada para Mulata, km 18, encontram apenas uma barraca coberta de palha, de 20 metros, sem as mínimas condições de habitação aos olhos dos jovens estudantes. A dura realidade, nunca antes imaginada pelos jovens, produziu de início um choque profundo no grupo, mas, superado o primeiro impacto, começam a trabalhar, procurando madeiras para erigir as paredes, cavar poço e outras providências. O terreno era fértil em alguns pontos, possuía rocha vulcânica nas camadas inferiores, o que proporcionava boa produção de algodão, tabaco e milho. O imigrante Koji Ueno, que fazia parte desse grupo, descreve como era a cidade de Monte Alegre naquela época.

Nessa época, a cidade de Monte Alegre tinha, calculadamente, umas 300 a 500 casas, 15 lojas de comércio, 2 padarias, sapataria, farmácia, pensão, correio e telégrafo, que era um meio de comunicação através do fio pelo fundo do Rio Amazonas ente Belém e Manaus.

Transporte só tinha um caminhão velho e dois caminhões da companhia Nantak; fora isso, não tinha bicicleta, moto, carro, nada. Carro, só de boi.

Havia uma usina de luz movido à caldeira com lenha. Esta foi conduzida para a cidade por carro de boi. Funcionava até às 9 horas da noite.

Nessa época já tinha muitos estrangeiros na cidade e na colônia. **Eram árabes, espanhóis, portugueses, italianos, alemães e japoneses** (UENO, 2005, p.10, grifo nosso).

Dois meses após o ingresso dos novos imigrantes, a malária produziu vítimas fatais, entre eles, Kosuke Inamoti, que foi tratado pelo Dr. Toda (UENO, 2005, p.11). Os murmúrios de insatisfação que no princípio era veladamente entre eles, se torna depois declarada e acaba em boicote à chefia. Em apenas três meses, o grupo se dissolvia e a verba depositada no Japão (cerca de 500 ~ 1000 ienes) era devolvida aos seus membros. Gotanda, chefe do grupo, retorna ao Japão, seguido de grande parte do grupo. Permaneceram o casal Hiraga, Hideo Kondo, Yasuji Hasegawa, Koji Ueno, Haruichi Morikawa, Yoshiji Naruse, Katsunosuke Ishida e Jintoku entre outros. Depois, paulatinamente eles partem para Belém e Coqueiro, permanecendo apenas o casal Hiraga e mais três pessoas. Passados 4 anos, em 1935, a fazenda da Nantaku existente na Mulata foi desativada em consequência da política de retração adotada pela Companhia. Por insistência do Conde Koma, o casal Hiraga se muda para Tomé-Açu em 1939, permanecendo em Monte Alegre Hideo Kondo, Yasuji Hasegawa, Koji Ueno e Tanio Oshikiri (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 59-60, 173).

Com a eclosão da Segunda Guerra, foi determinado que os estrangeiros não poderiam mais residir na colônia da Nantaku de Monte Alegre, que passou a ser utilizada como colônia do governo federal (Colônia Nacional Pará). Todos os funcionários da fazenda se retiraram de Monte Alegre deixando apenas Tanio Oshikiri, que permaneceu na colônia a pedido da população local. Suas atividades não se limitavam à orientação agrícola, necessitavam dele até para socorrer os doentes da comunidade. Dizem que o prefeito da época, Catete Pinheiro (posteriormente deputado federal e ministro da Saúde), tinha um grande respeito por esse personagem e não poupava esforços em auxiliá-lo (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.74). Terminada a guerra, Oshikiri deixava a região transferindo-se para Tomé-Açu em 1946, e Ueno, que já havia casado com uma imigrante espanhola, tornava-se assim o único japonês a permanecer na região após a guerra até 1953, quando novos imigrantes chegaram do Japão (UENO, 2005).

6.2 AS MIGRAÇÕES ESPONTÂNEAS PARA BELÉM, OURÉM E CAPANEMA

Como já comentado no antecedente histórico da imigração na Amazônia, nos idos de 1926 havia 8 famílias de japoneses residindo em Belém. Alguns deles vieram do Peru, outros de São Paulo e estavam plantando hortaliças nos arredores da cidade. Longe da capital existiam outros redutos ou colônias que se formaram ainda no primeiro período de imigração, quais sejam, as colônias de Ourém e Capanema. Yoshio Yamada, fundador do Grupo Y.Yamada, fez parte desse grupo de pioneiros que veio por conta própria ao Brasil. Ele veio a Belém pela primeira vez em 1929, em companhia de seu colega Sokichi Muramatsu. Dizem que Yamada havia viajado pelo mundo ainda jovem e desde cedo alimentava o sonho de se realizar no exterior. Amigo de Mitsuyo Maeda (Conde Koma), com quem convivera no judô, fora consultado sobre o interesse de um terreno de 100 mil hectares no distrito de Ourém, que um cidadão brasileiro, chamado João Augusto Cavaleiro, detinha o direito à venda e procurava parceiros. Após assinar um contrato com Cavaleiro, Yamada retornou ao Japão para constituir uma empresa e arregimentar colonos. Além de não ter conseguido concretizar seu intento, o direito concedido a Cavaleiro fora revogado com a eclosão da Revolução de 1930 (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.160; CASTRO,1954).

Em 1931, Mitsuyo Maeda recebeu do governo estadual do Pará a concessão de uma gleba de 25 mil hectares no município de Ourém, e oferece a Yoshio Yamada para

aproveitamento dessa gleba. Yamada, que estava na terra natal, obtém do Ministério da Colonização do Japão uma verba auxiliar de 50 mil ienes e emigra para o Brasil em 1931, em companhia de sua família e dos compatriotas Hajime Owtake, Isamu Mogi, Misao Minowa, Eiji Yamamoto, Sukenobu Tatiwa e Seigo Suzuki. Do grupo que o acompanhou, Seigo Suzuki era engenheiro agrônomo e Minowa pertencia a uma família de lavradores, mas o restante não possuía qualquer experiência em agricultura. De posse do imóvel, o grupo preparou um terreno de 3 hectares para plantar mandioca e milho entre outros produtos, cujo resultado fora insatisfatório e desanimador. Entretanto, como havia muita madeira em Capitão Poço, passaram a explorar essa atividade, empregando trabalhadores para o corte da madeira. Passado algum tempo, a escassez de capital e a malária fazem com que Suzuki, Minowa e Yamamoto se retirem do empreendimento, seguido posteriormente por Mogi e Owtake que se mudam para Belém, deixando apenas Tatiwa. Assim, diante do fracassado empreendimento, Yamada inicia uma loja de miudezas em Ourém para escapar da crise (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.51, 58).

Hajime Owtake, que veio temporariamente para Belém, descreve na revista da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, número 188, aspectos da cidade de Belém no início da colonização na década de 1930:

[...] os japoneses eram apenas os funcionários da Companhia de Colonização Sul Americana ou do Consulado, além de uns poucos plantadores de hortaliças. Éramos alvo da curiosidade e os moleques nos caçoavam chamando-nos de china e macaco. [...] Para se ir a Castanhal ou Santa Isabel, só havia o trem puxado por locomotiva a lenha” (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 147).

Na década de 1930, com o estabelecimento do escritório da Nantaku em Belém, japoneses de todos os cantos começaram a afluir para esta cidade. Eram os retirantes da colônia de Tomé-Açu e de outras regiões do interior do Amazonas, fugindo da malária ou em busca de mercado para a produção de hortaliças. As plantações de Sadao Hasegawa e Akira Igarashi, pioneiros entre os residentes em Belém, ficavam próxima ao Jardim Botânico (na atual Travessa Mauriti), que era então o limite da cidade. Consta que Hasegawa chegou até a produzir carvão nas matas atrás do Jardim Botânico. Toshio Ohashi (residente em Santa Izabel do Pará), um dos imigrantes do primeiro contingente de Tomé-Açu, afirmava: “É inimaginável para quem conhece a cidade de Belém hoje. Mesmo em Belém, a única região livre de malária era as cercanias do Jardim Botânico” (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 147).

Nos idos de 1935, a população de Belém era de 200 mil habitantes e havia muita procura por carvão. Por isso, Kikuchi, Takeda, Uda, Yamada, Ogawa estavam produzindo

carvão nas cercanias de Belém. Na ilha do Outeiro estavam Igarashi, Kishi, Ito, Abe e Yamazaki que se sustentavam de hortaliças e carvão. Segundo levantamento efetuado em 1941, cerca de 70 famílias japonesas estavam vivendo na cidade de Belém e seus arredores. A maioria concentrava-se no bairro da Cidade Velha, vendendo hortaliças que chegavam de Tomé-Açu. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os japoneses foram recolhidos na colônia de Tomé-Açu, que passou a ser um campo de concentração dos imigrantes do Eixo e lá permaneceram até o término da guerra (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 147).

6.3 A COLÔNIA DE TOMÉ-AÇU

A colônia de Tomé-Açu (antiga colônia do Acará) é bastante conhecida na literatura paraense, citada como a primeira colônia japonesa da Amazônia e a mais importante produtora de pimenta-do-reino do país. A oportunidade da constituição dessa colônia deve-se à iniciativa do governador Dionísio Auzier Bentes, que desde o início de sua gestão (1925-1929) pensou em introduzir imigrantes japoneses para desenvolver o estado do Pará. Com esse intuito, ofereceu ao então embaixador japonês, Shichita Tatsuke, no Rio de Janeiro, a cessão gratuita de 500 mil hectares de terreno às margens do rio Capim.

O município de Tomé-Açu de 5.145 km² está localizado na mesorregião nordeste do estado do Pará, a 230 km ao sul da cidade de Belém, com uma população de 47.383 habitantes de acordo com o Censo de 2000, enquanto que o município vizinho de Acará registra 51.513 habitantes. A colônia de Tomé-Açu localiza-se à margem do rio Acará a 270 km de Belém por via fluvial, ou 215 km em linha reta. Segundo dados da CAMTA (2004), em 2004, a população local ultrapassava 60 mil habitantes, sendo 1.300 da etnia japonesa e descendentes.

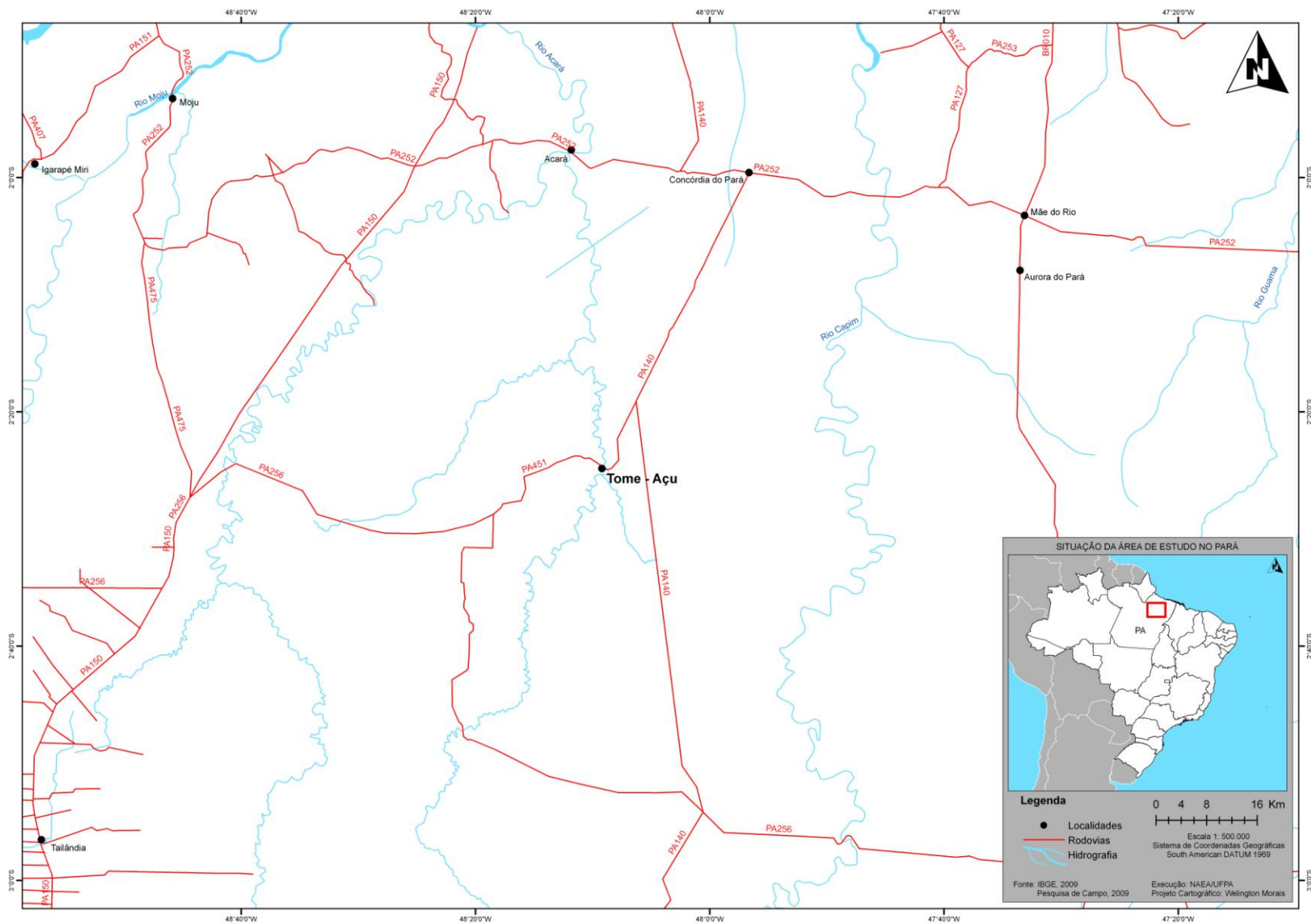
O antigo distrito Tomé-Açu, do município de Acará, foi emancipado pela Lei nº 1.127, de 10 de maio de 1955, quando o governador da época, Alexandre Zacharias de Assumpção, autorizou a criação de novos municípios e nomeação de novos prefeitos. Entretanto, essa lei foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 20 de outubro de 1955, e Tomé-Açu foi reintegrado novamente ao município de Acará. Os tomeaçenses, não conformados, reiniciaram a luta formando vários movimentos. Quatro anos mais tarde, no governo de Joaquim Cardoso Magalhães Barata, foi promulgada a Lei nº 1.725, de 17 de março de 1959, elevando-a a categoria de município do estado do Pará, com terras desmembradas do município de Acará, a qual lhe pertencia na condição de distrito.

Após a pesquisa da localidade ofertada pelo governador Dionísio Bentes, a missão Fukuhara (comandada por funcionários da empresa Kanebo) concluía que a bacia do rio Capim era inadequada à colonização agrícola. Reiniciada as pesquisas na bacia dos rios Acará e Moju, selecionaram uma área de 500 mil hectares às margens do rio Acará e de seu afluente, rio Acará Mirim. Selado o acordo e as tratativas entre as partes foi providenciada, em agosto de 1928, a fundação da empresa japonesa *Nambeï Takushoku Kabushiki Kaisha (Nantaku)*, que corresponde à Companhia de Colonização Sul Americana S.A. e a nomeação de Hachiro Fukuhara para presidência da Companhia (ASSOCIAÇÃO..., 2001).

No Brasil, foi constituída a pessoa jurídica sob a denominação de Companhia Nipônica de Plantação do Brasil, com capital de 4 mil contos totalmente integralizada. Esta empresa visava à implantação das colônias de Tomé-Açu e de Monte Alegre no Pará, fornecendo a infraestrutura necessária para o assentamento dos colonos para a produção de cacau como cultura permanente, e outras culturas sazonais para manutenção dos colonos (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.49 e 161).

A Nantaku tinha por projeto fazer do cacau o seu produto principal seguido pela pimenta, e ter como produtos de colheita curta o arroz, feijão, algodão, tabaco, sisal, cana de açúcar e mandioca, enquanto procurava por outros produtos não sazonais. O cacau já estava sendo produzido na região de Cametá, de onde fora transportado para a extração das sementes distribuídas aos colonos. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.56).

Nessa época, a emigração japonesa para o Brasil estava no seu auge. Em algumas províncias do Japão, existiam Associações Ultramarinas que efetuavam o recrutamento para vários lugares. Nesse clima de competição dos agentes intermediários, inicia-se em 1928 o recrutamento do primeiro contingente de imigrantes para Tomé-Açu. Para atrair os interessados, a Nantaku passava filmes de produção do cacau, produto principal das áreas da colonização, e organizava exposições com amostras de arroz, feijão, fumo de corda e diversas qualidades de madeiras colhidas na Amazônia.



Mapa 04 – Colônia de Tomé-Açu
 Fonte: IBGE (2009). Adaptado por Wellington Moraes (2010)

O fato da Nantaku ser de propriedade da Kanebo inspirava confiança, posto que tratava-se de uma conceituada empresa do Japão. Mas a possibilidade imediata de se transformar em proprietário de um terreno de 25 hectares seria o grande atrativo para aquele povo acostumado com porções de terra diminuta no Japão. Ao acertar a viagem, o emigrante assinava um contrato com a Companhia, onde constavam as seguintes condições:

O emigrante receberia um auxílio para a viagem do governo japonês de 200 ienes por pessoa. Ele deveria possuir 300 ienes como mínimo para despesas e custeio inicial no primeiro ano, que deveriam ser depositados aos cuidados da Companhia. Uma conta corrente seria aberta após a chegada ao destino, e o saldo do depósito seria remunerado ao juro de 5% ao ano. No terreno cedido por empréstimo, o imigrante deveria construir uma casa para a sua residência. A colheita seria distribuída à razão de 7-3, e o terreno poderia ser-lhe vendido caso houvesse interesse pela compra. Cada imigrante deveria depositar pelo menos 10% da receita em dinheiro para constituir fundo de aquisição do terreno. A industrialização e a venda dos produtos determinados pela Companhia seriam entregues a ela. O tratamento das doenças tropicais adquiridas seria dispensado sem custo. O contrato contendo essas cláusulas era assinado junto a um fiador (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 49).

Certamente, seria um grande empreendimento comercial em que os acionistas e os imigrantes esperavam sucesso dentro de cinco anos aproximadamente. No livro comemorativo dos 30 anos da imigração, editada pela Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, de 1961 e o de 1967, consta um episódio sobre a festa de despedida dos primeiros imigrantes, oferecida pelo presidente da Kanebo, Sanji Muto, no Imperial Hotel, em Tóquio.

Na ocasião, o Dr. H. Fukuhara, agradecendo, garantiu pleno êxito do empreendimento dentro de cinco anos. Ponderou, então, o Dr. S. Muto que o mesmo não pode ser encarado como um negócio comum e que o prazo de cinco anos seria muito otimismo; ao contrário, a duração deveria ser até de vinte anos, porquanto as dificuldades naturais de um empreendimento do gênero seriam enormes. Enfim, recomendou maior senso de prudência. O Sr. Shosuke Oka, que ouviu as advertências do presidente da KANEBO, relata hoje, em suas reminiscências, que naquela ocasião compartilhava do otimismo do Dr. H. Fukuhara e considerava as palavras do Sr. S. Muto eivadas de muito pessimismo; mas agora, superadas as dificuldades várias, reconhece humildemente o acerto daquelas ponderações (COOPERATIVA..., 1967, p.B e C).

As ponderações de Sanji Muto realmente foram pertinentes, como um grande estrategista que era, conhecia as dificuldades da imigração em outros continentes e as dúvidas em relação a um ambiente totalmente diferente do *habitat* dos japoneses. Apesar de todas as dificuldades sob a direção da Nantaku, chegaram 22 levadas em 405 famílias (Tabela 15).

Tabela 15- Entrada de imigrantes japoneses em Tomé-Açu (1929-1937)

Mês de Chegada	Nome do navio	Nº Famílias	Nº Solteiros	Nº Absoluto Pessoas	Ordem de Chegada
Set.1929	Montevidéu	42	9	189	1ª Leva
Nov.1929	La Plata	3			"
Dez.1929	Santos	36	10	186	2ª Leva
Fev.1930	Manila	8			"
Jun.1930	Santos	20			3ª Leva
Jul. 1930	Rio de Janeiro	8			4ª Leva
Ago.1930	Montevidéu	2			"
Dez.1930	Santos	38			5ª Leva
Jan.1931	Rio de Janeiro	1			"
Mai.1931	Buenos Aires	1			"
Ago.1931	Montevidéu	15	3		6ª Leva
Nov.1931	Santos	30	4		7ª Leva
Jan.1932	Montevidéu	2			"
Fev.1932	La Plata	4			"
Jul.1932	Montevidéu	26			8ª Leva
Ago.1932	Buenos Aires	16	2		9ª Leva
Nov.1932	Rio de Janeiro	15			10ª Leva
Abr.1933	Rio de Janeiro	20			11ª Leva
Jun.1933	Havaí	24			12ª Leva
Ago.1933	Arábia	26	2		13ª Leva
Mar.1934	África	9	4		14ª Leva
Mai.1934	Arizona	16	3		15ª Leva
Ago.1934	África	17			16ª Leva
Abr.1935	Santos	0			17ª Leva
Jun.1935	África	7			18ª Leva
Abr.1935	Arizona	3			19ª Leva
Abr.1936	África	4			20ª Leva
Jul.1936	Arábia	9	3		21ª Leva
Set.1936	Arizona	2			22ª Leva
Set.1937	Buenos Aires	1			"
	Totais	405	40	2.104	

Fonte: Associação Cultural de Tomé-Açu - ACTA (2009)

O primeiro contingente de imigrantes partiu do porto de Kobe em 24 de julho de 1929, a bordo do navio Montevidéu Maru da Osaka Shosen e chegou ao Rio de Janeiro em 7 de setembro. O grupo composto de 43 famílias⁶⁴ e 9 solteiros, perfazendo 189 pessoas, foram recebidos por Mitsuyo Maeda (Conde Koma), Koji Arai, funcionário da Nantaku, membros da Secretaria de Agricultura e residentes japoneses da cidade. No dia seguinte, eles fizeram o transbordo para o navio Manila Maru e chegavam a Belém no dia 16 de setembro de 1929. Após cinco dias de repouso em Belém, tomavam um navio a vapor pertencente à Nantaku e chegavam a Tomé-Açu na manhã de 22 de setembro de 1929 (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 50, p. 163). Ao todo, haviam cumprido uma jornada de 60 dias de viagem. Como não havia o canal do Panamá, os navios contornavam o continente africano pelo oceano Atlântico para chegar ao Brasil. Dois meses de viagem, era o tempo mínimo que se gastava 80 anos atrás para vir do Japão às entranhas da Região Amazônica. Sem levar em consideração que todos os imigrantes daquela época tinham que sair de seus povoados à cidade portuária de Kobe para receber breve treinamento na hospedaria, preparar os documentos, fazer os exames médicos, o que levava cerca de um mês antes de zarpar no dia determinado. E se alguém da família tinha algum problema de saúde, como tuberculose ou ainda conjuntivite, não podia embarcar (depoimentos dos Entrevistados nº 3, 6, 8, 16).

Em dezembro do mesmo ano de 1929, chegava o segundo contingente de 36 famílias, 10 solteiros ou 186 pessoas. O terceiro contingente de 18 famílias em julho do ano seguinte. Conforme prometido pela Nantaku, os 3 hectares do terreno destinados a cada imigrante estavam queimados e limpos. Entretanto, a construção das casas e dos poços estava atrasada, logo, os imigrantes tiveram que se deslocar dos alojamentos até o seu terreno para iniciar o trabalho. As últimas famílias tiveram de permanecer nos alojamentos até por dois meses. Quando chegou o segundo contingente em 1930, a situação da moradia estava resolvida.

Nós vínhamos em 1929, mas minha irmã ficou doente de tracoma [conjuntivite] e toda a família ficou um ano em Kobe esperando a recuperação e só pudemos viajar em 1930. Mas quando chegamos todos receberam casa de madeira de 3 compartimentos, de chão batido. (Entrevistado nº 8).

Entre as principais dificuldades enfrentadas nos primeiros anos da colônia, de acordo com as manifestações dos entrevistados, estava o árduo trabalho de derrubar a mata virgem da Amazônia, que era por demais pesado para os jovens imigrantes que nunca tinham visto

⁶⁴ Pela lista nominativa dos primeiros imigrantes de Tomé-Açu o contingente era de 42 famílias e 9 solteiros (ACTA, 2009, p. 173).

árvores gigantes com tamanha dureza⁶⁵ como as que existiam naquelas terras. Como descreve Fusako Tsunoda,

Derrubar a mata virgem era a repetição monótona de um movimento até o limite da capacidade física. Para enfrentar aquela natureza, que nunca fora tocada pelo homem, Yamada e outros companheiros não dispunham de ajuda de máquinas. Era expor o corpo nu ao sol inclemente da latitude zero e desfiar, a braço, as árvores gigantescas (TSUNODA, [1965] 1988, p. 26).

Para iniciar os trabalhos de colonização, Fukuhara havia convidado o Dr. Fuyuki Matsuoka, autoridade em doenças tropicais para combater a malária, Toru Kasuga - agrônomo experiente em agricultura no Brasil, o Dr. Yoshio Toda⁶⁶, experiente no combate à malária desde o tempo da colônia Hirano em São Paulo. Também fazia parte dos contratados pela Nantaku, Nishihara, produtor de arroz em Texas, que viera ao Brasil como imigrante independente do Kasato Maru e ingressava na Amazônia em companhia de Haruyoshi Kataoka, Takahashi e os irmãos Hoshii, todos experientes em atividades agrícolas no Brasil, para serem supervisores das atividades agro-comerciais. Fukuhara contratara também os serviços de Jyuichi Ikujima, conhecedor do Pacífico Sul que se dedicava à pesquisa agrônômica no sul do Brasil; Isamu Hongo, contratado como engenheiro agrimensor por apresentação de Mitsuyo Maeda e Ryotaro Inoue, também do Peru, conhecedor da situação das produções de diversas regiões (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.50). Como visto, o representante da Nantaku estava cercado de técnicos de diversas especialidades para tocar o empreendimento.

A Nantaku também abriu uma fazenda experimental em Castanhal. Katsutoshi Naitoh e Jyuichi Ikujima vieram transferidos de Tomé-Açu para Castanhal a fim de testar uma grande variedade de produtos.

Segundo descreve Ikujima em sua obra, foram plantados 8.439 pés de quina, 256 pés de cacau, 4.775 pés de andiroba, 2.466 pés de cedro, 2.110 pés de café, 1.585 pés de laranja, 846 pés de cupuaçu, 556 pés de abacate, 360 pés de guaraná, 256 pés de coco, 140 pés de babaçu, 85 pés de castanha do pará, 1.250 pés de pimenta, 54 pés de sapucaia, 52 pés de canela, 30 pés de puxuri, 19 pés de coca, 15 pés de cravo, entre outras espécies. A fazenda, segundo alguns, aparentava ser o maior laboratório agrícola de todo o norte (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 51).

⁶⁵ É fato que na região de Tomé-Açu existia, e ainda existe, muita madeira de lei como: ipê, acapu, maçaranduba, angelim pedra, angelim vermelho, cumaru, jarana, matamatá, entre outras, que são extremamente duras para serrar.

⁶⁶ O Dr. Yoshio Toda socorreu e curou muitos imigrantes e ribeirinhos no Pará e no Amazonas. No entanto, ele era um farmacêutico, conforme esclarece a Sra. Kiyoko Harada (entrevistada nº 24)

A empresa havia escolhido o cacau como a principal cultura permanente e estava orientando os colonos a cultivá-los, tendo em conta a experiência da cultura testada em outros lugares, sem afluência das saúvas e das chuvas que são abundante nesta região. Os agrônomos da Nantaku desconheciam, no início, que a plantação de cacau na região equatorial precisasse de sombra, depois procedia erradamente a capinação ao redor da planta de modo que a chuva carregava todo o nutriente da planta. Fatos que levaram ao insucesso dessa cultura por longos anos sob a ótica de um imigrante da localidade (Entrevistado nº 80). De outra vertente, a determinação da Nantaku não atendia as expectativas dos imigrantes de Tomé-Açu. Para os colonos, a prioridade era estruturar-se inicialmente com culturas sazonais para serem auto-suficientes. Começaram plantando o arroz e hortaliças, tendo como produtos principais, tomate, nabo⁶⁷, pimentão, berinjela, pepino, sem saber que a população de Belém não tinha ainda o hábito de consumir verduras, o que resultou em fracasso as tentativas iniciais na venda destas. Enquanto isso, a produção do cacau, aguardada com esperança pela Nantaku, não era satisfatória. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 163).

Mesmo com os problemas iniciais, a plantação de arroz crescia a olhos vistos, dando-lhes alegria e esperança pelo êxito da cultura do alimento básico. As espigas de arroz vinham carregadas, a colheita fora realizada em grande entusiasmo. Mas a alegria durou pouco, por causa da diferença entre o preço de venda do produto com casca e valor de compra do arroz debulhado que geraram graves conflitos entre a direção da Nantaku e os colonos. Depois de alguns impasses e esclarecimentos sobre os altos preços durante a escassez do produto no início da implantação da colônia e após abundância da produção, os colonos passaram a fabricar moendas e pilões, e com isso produzir arroz debulhado para o próprio consumo. Outro conflito de interesses estava na cláusula contratual que previa a transferência de 30% da produção para a Companhia. Os colonos, achando injusta tal cláusula, rebelaram-se exigindo a sua revogação com um dissídio coletivo na produção do arroz que gerou tumultos entre os colonos (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 57).

Para os agricultores, a garantia do alimento básico lhes dava um grande alívio e um sentimento de auto-realização. Podiam dedicar-se à abertura de novas áreas com tranquilidade. Registrava-se nesse ano (1930) a chegada do 3º, 4º e 5º contingentes de

⁶⁷ Contam os velhos imigrantes e o próprio livro de Tsunoda (1988) que nos anos de 1931, como os japoneses não sabiam falar o português ainda contratavam nativos para vender verduras nas ruas de Belém, em cestas penduradas nas extremidades de uma vara, gritando pelos nomes das verduras. E como a população não conhecia nabo, passaram a apelidar os japoneses de “nabos”.

colonos. Porém, as 20 famílias do 4º contingente decidiram abandonar a região, com exceção de 6 famílias (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 57).

Em 1931, surgia a Cooperativa de Verduras de Acará (presidente Konosuke Takada) para buscar a independência econômica dos colonos. A Cooperativa alugou o primeiro piso da sede do escritório da Nantaku, na cidade de Belém, onde instalou um ponto de venda de verduras. Tatsunosuke Murakami, responsável pelas vendas, dedicou-se ativamente ao desenvolvimento do mercado e conseguiu transformar o resultado negativo do primeiro ano em lucro já no segundo ano. Uma nova cultura alimentar se formava entre a população de Belém, que começava a consumir nabos, tomates, repolhos⁶⁸ e pepinos. Com isso, começavam a surgir imigrantes japoneses plantadores de hortaliças nos arredores de Belém. Entretanto, apesar do governo incentivar o consumo da hortaliça, às vezes o mercado não dava conta da produção e os produtos eram lançados ao rio (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.60).

Em 1932, o presidente da Nantaku recebe de Altamira uma solicitação para investigar a existência de cristal e chumbo calcário na bacia do rio Fresco nas proximidades da nascente do rio Xingu e destaca Jyuichi Ikujima para essa missão. As amostras colhidas por ele são enviadas ao Japão e analisadas. O resultado revela que as amostras contêm um alto teor de chumbo de boa qualidade. Chegam do Japão dois especialistas do Departamento de Mineração da Mitsubishi para um levantamento minucioso da área. A conclusão é de inviabilidade da exploração devido à imensa dificuldade de transporte. Fukuhara envia Ikujima também para a Região de Bragança para pesquisar a área de Vizeu às margens do rio Gurupi, onde encontram ouro em pó. Entretanto, a área ficava a 70 km da estação ferroviária mais próxima, que o fez desistir da exploração pela dificuldade de transporte na região (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.61).

Como se constata nos relatos dos imigrantes, a Nantaku também tinha interesse na mineração, só que as dificuldades de transporte pareciam intransponíveis naquela época, o que levou a empresa a desistir de tais empreendimentos. Por outro lado, havia interesse pelo cultivo da pimenta-do-reino. Como visto, nesse ano de 1932, o superintendente Naoki da Nantaku dirigiu uma carta a Yoshida, residente em Belém, solicitando-lhe providências para a importação de mudas de pimenta-do-reino do Pacífico Sul, região produtora da especiaria juntamente com Java e Índia, que controlava o mercado mundial. Em 1933, Makinosuke Usui,

⁶⁸ O repolho era uma raridade na época, pois só havia em São Paulo e era muito caro. Os imigrantes conseguiram aperfeiçoar a sua produção na região de modo que abastecia todo o mercado local até a abertura da rodovia Belém-Brasília.

supervisor do 13º contingente, traz as 20 mudas de pimenta-do-reino que são entregues ao centro de pesquisa da Nantaku para reprodução (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.62 e 63).

Em 1933, a Nantaku recebe o seu 12º e 13º contingentes de imigrantes. Devido o aumento de imigrantes a Nantaku convida Koki Maru, da escola de Chiba (cidade contígua de Tóquio), para o cargo de chefe do Departamento de Educação de toda a colônia. E para atender a educação dos filhos dos imigrantes dentro do ensino fundamental, segundo moldes da educação nacional, Fukuhara solicita a nomeação de um professor formado por Escola Normal, que fica a cargo da professora Nídia Barreto de Almeida, cujo salário era complementado pela Companhia para ministrar o curso primário na colônia. Constitui-se também a Associação de Pais para a educação da língua japonesa pelo professor Maru, auxiliado pelas senhoras Ai Nishio e Suwa. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.64).

Nesse período, a malária grassou entre os colonos de Tomé-Açu, e os imigrantes japoneses sofriam mais do que os nativos devido à dieta pobre em proteínas que os deixava mais vulneráveis à doença. Em janeiro de 1933, os contaminados eram 158, mas em dezembro já atingiam a quantidade assombrosa de 3.000 pessoas. Se os colonos eram então 2.413 pessoas, significa que existiam colonos contaminados mais de uma vez naquele ano. As mortes devidas à malária e febre amarela começaram a crescer em 1934.

Para cuidar do setor de saneamento, a Nantaku convida o Dr. Fuyuki Matsuoka, pesquisador de doenças tropicais e doutor em medicina, para assumir a chefia do Departamento Sanitário. Um Hospital Central é construído nas proximidades do porto de Tomé-Açu. Dois ambulatórios são construídos nos recintos da colônia. Três médicos, um dentista, um farmacêutico, três enfermeiras e sete auxiliares de enfermagem são postos em plantão. Um médico brasileiro assume a direção do hospital para efeito de legalização. Em algumas épocas, os gastos da Companhia com o saneamento e o hospital chegavam à metade dos gastos totais com a colônia.

Não obstante essas providências, o violento surto de malária maligna se iniciava por volta de outubro do ano anterior chegando a matar até 4 pessoas por dia no seu pior período. No hospital havia mais de 20 internados por malária a qualquer tempo. A Companhia dispensa tratamento gratuito aos portadores da doença. Os colonos são submetidos a exame médico, e os suspeitos de contaminação recebem tratamento. O Hashizume Kaikan (Centro Hashizume) de Água Branca é transformado em ambulatório provisório. 36 leitos são colocados, e a cozinha e o banheiro construídos. Enfermeiras e encarregados da cozinha são destacados para o local, e médicos atendem consultas todos os dias.

Os doentes são obrigados ao internamento. A alimentação é fornecida gratuitamente, para um tratamento nutricional. É uma medida profilática, pois quase todos os colonos estavam então em condições financeiras precárias, fisicamente enfraquecidos por desnutrição e por isso propensos a contrair a doença.

Constrói-se ao mesmo tempo 4 barracões com capacidade para abrigar 30 ou 40 pacientes destinados aos trabalhadores brasileiros que estavam com alto grau de contaminação. Equipes sanitárias efetuam visita porta a porta, para dar orientação sobre medidas profiláticas e preventivas. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.66)

Naquele ano de 1934, o presidente Fukuhara, que se achava de regresso ao Japão, conclui os trabalhos de estruturação da colônia e obtêm recursos para o lançamento da etapa seguinte de atividades. Embarca de retorno ao Brasil no navio África Maru, juntamente com o 14º contingente de colonos. Mas logo após a saída do navio do porto de Capetown (África do Sul) recebe uma trágica notícia: seu amigo Sanji Muto, que era deputado e consultor de grupos financeiros, fora vítima de um fanático de outra facção política. Desde então, Fukuhara se recolhe em sua cabina até chegar ao porto de Santos. Em abril de 1934, a Nantaku resolvia reduzir drasticamente o volume dos seus negócios e, repentinamente, os colonos se viam desamparados.

O clima na matriz do Japão era de preocupação entre os diretores da Nantaku frente às dificuldades administrativas da colônia. Os relatórios enviados pela Nantaku do Brasil mostravam péssimos resultados, agravados com a nova política fundiária adotada pelo governo federal, que determinava a transferência do poder de concessão de terras públicas para o âmbito do Congresso Nacional e estabelecimento de quotas de imigração em 2% para o ingresso de novos contingentes, de acordo com a Constituição de 1934. Essas medidas restritivas do governo federal podavam a esperança de um desenvolvimento maior da colonização a longo prazo.

Apesar de todos os esforços e providências da Nantaku, a incerteza do futuro e o receio da malária fizeram crescer os desertores⁶⁹ da colônia, que iam em direção a São Paulo. Na época, muitos colonos deixavam Tomé-Açu também por desentendimentos com a administração da Nantaku, os quais passaram a se aglomerar na área de Capanema, Belém e outras redondezas. É o caso de Sadao Hasegawa que saiu de Tomé-Açu em 1935 porque fora expulso como elemento rebelde e veio parar em Belém sem nada no bolso.

Sadao Hasegawa viera se dedicando integralmente à produção do cacau, seguindo as instruções da Companhia quando ocorreu o fechamento de suas fazendas de administração direta. Por isso, protestara energicamente contra essa imposição unilateral (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.68).

Diante das perspectivas que pareciam intransponíveis, a diretoria da matriz propôs um levantamento da situação e a reforma administrativa da Companhia no Brasil (Nantaku).

⁶⁹ Em todos os relatos o termo “desertores” é muito usado como forma de expressão dos colonos fugitivos, que tinham o compromisso de permanecer na colônia pelo menos 3 anos, uma vez que foram trazidos sob a responsabilidade da Companhia. Além do descumprimento do compromisso, muitos tinham dívidas acumuladas na empresa de modo que passaram a fugir das colônias.

Foram designados para essa espinhosa missão Mojiro Iguchi, funcionário da matriz e Shota Kanzaki, diretor da Nantaku, que chegaram no início do mês de abril de 1935 para avaliar, juntamente com o presidente Fukuhara e membros da diretoria local, o desempenho da Companhia e previsões para o futuro. Dessa avaliação, Iguchi toma a difícil decisão por uma drástica reforma administrativa que incluía: o fechamento de todas as fazendas sob administração direta da Nantaku; extinção do regime de colonos assalariado; extinção das áreas de produção experimental; reforma do quadro de funcionários; fechamento da colônia de Monte Alegre e da área reservada às experiências agrícolas em Castanhal. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.67).

A reforma de Iguchi se fundamentava em três diretrizes: administração das colônias com recursos próprios (da Nantaku), redução de custos administrativos e fortalecimento das cooperativas. A Companhia passaria a administrar a frota de navios, o hospital, a escola e o serviço de transporte. A Companhia Nipônica passaria a cuidar do comércio em Belém como atividade principal e retirando-se da administração de colônias deficitárias (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.67).

O anúncio dessas medidas produziu um forte impacto entre os colonos, dando origem a grande confusão. Os colonos reúnem-se no prédio da “Hashizume Kaikan”, em 7 de Abril de 1935, exigindo explicações da Companhia e protestando contra a injustiça dessa decisão unilateral. O fechamento das fazendas de administração direta fora interpretada como um abandono do cacau, produto principal da Companhia. A extinção das áreas destinadas a experiências é recebida como uma demonstração da incapacidade da Companhia em ajudar os colonos no desenvolvimento de atividades futuras. No pódio das explicações, o presidente Fukuhara declarava que o insucesso da administração e a atual situação crítica a que chegara a Companhia eram frutos de sua incapacidade e de sua inteira responsabilidade. Após o pedido de desculpas aos presentes, apresentou a sua renúncia, e uma recompensa em dinheiro aos colonos a título de agradecimento pela dedicação, retirando-se deprimido para o Japão (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.67).

Tsunoda complementa que, para indenizar os colonos, Fukuhara vendeu parte do patrimônio pessoal. Outros diretores da Nantaku do Japão, como o político Saburo Chiba, também remeteram dinheiro para construção de centros esportivos e outras instalações de utilidade comunitária (Entrevistado nº 82). O que se percebe dessa relação, apesar do fracassado empreendimento, é que a postura do presidente Fukuhara tocara a fundo os velhos

pioneiros, os quais, como reconhecimento de gratidão dos colonos, mandaram erigir posteriormente uma estatua em sua homenagem⁷⁰.

Para piorar as dificuldades dos colonos e dos ex-funcionários da Companhia, a malária maligna ataca com intensidade e o número de vítimas da doença é crescente, aumentando a quantidade de retirantes já sem esperança no futuro. Tomé-Açu passou a ser conhecida como “o inferno da Amazônia”, e muitas famílias mudam-se para Belém e São Paulo, simplesmente para escapar da morte. Conta um imigrante dessa época que a situação das famílias era desesperadora, principalmente quando alguém da família aparecia com “akai shombem”.

Todos tinham medo de “akai shombem”⁷¹. Um dia a minha mãe teve febre alta e morreu no dia seguinte, em maio de 1937 e logo em seguida o meu pai, em outubro de 1937, quando eu tinha 7 anos de idade. O irmão mais velho, Kowashi, foi quem sustentou todos os irmãos pequenos. Só ficaram em Tomé-Açu aqueles que realmente não conseguiram dinheiro para viajar (Entrevistada nº 16).

Para aqueles que pretendiam transferir-se para São Paulo, a única forma de se conseguir dinheiro para as despesas de transporte era plantando arroz e verduras (Entrevistado nº15). Consequentemente, as áreas de plantação de arroz começaram a expandir-se, posto que o arroz plantado em Tomé-Açu era bem aceito no mercado. O de primeira categoria era exportado para o Rio de Janeiro com a marca Monte Fuji, e os de segunda categoria eram despachados para Manaus. Havia período em que a produção atingia 30.000 sacas de arroz encascado (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.71). Takato Manei, que assumia o cargo na Nantaku em 1937 em Belém, também comenta que:

A colonização era um empreendimento dispendioso. Era necessário procurar soluções, e isso nos obrigou a fortalecer o comércio. Todas as semanas chegavam de Tomé-Açu 400 quilos, ou até 600 quilos de arroz. O mercado de Belém não era capaz de absorver essa quantidade. Passamos a exportar para os mercados de Manaus e Rio de Janeiro. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.9)

⁷⁰ Em frente à Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, tem uma estátua de Fukuhara que diz: “Em gratidão ao ilustre Hatiro Fukuhara Presidente da Nambei Takushoku S.A. ativador incansável do progresso da colônia fundada em 07.10.1928 homenagem da Cooperativa Mista de Tomé-Açu 25º Aniversário. Tomé-Açu 15.11.1954.”

⁷¹ O que os colonos chamam de “akai shombem” - significa “urina vermelha”, Tsunoda (1988) explica que trata-se da “febre negra” ou “febre hemoglobinúrica”, que é uma espécie de hematólise comum nas regiões afetadas pelo impaludismo e desencadeada pelo uso maciço da quinina. O sintoma normal da doença é febre de 40 graus, que aparece entre uma a seis horas após a ingestão da quinina, calafrios, dor de cabeça, dor lombar, vômito, diarreia e icterícia que pode levar a morte poucas horas após o início dos sintomas. Normalmente, quando a cor da urina ficava vermelha, em um a dois dias a pessoa falecia.

Enquanto a colônia lutava para sobreviver das amarguras dos anos de luta, Tomoji Kato recebe 30 pés de pimenta da área de produção experimental, que estava sob a responsabilidade do centro de pesquisa que fora fechado, sob o argumento que as mudas acabariam por secar se fossem abandonadas. Ele vai aos poucos aumentando a plantação de mudas, depois com a participação de Enji Saito que passaria a imitá-lo. Por outro lado, a cooperativa dos produtores de hortaliças, que se dedicavam ao plantio em Tomé-Açu e venda em Belém, resolve ampliar o setor de venda para incluir produtos fibrosos e organiza também um departamento de compra de artigos de maior necessidade da colônia, em consonância com a nova diretriz de fortalecimento da cooperativa, estabelecida por Iguchi. Passa a denominar-se oficialmente Cooperativa Agrícola de Acará, em novembro de 1935 (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 67).

Entretanto, devido à malária e ao infortúnio de muitas famílias de Tomé-Açu, houve a mobilização de um grande contingente de colonos para São Paulo e para as cercanias de Belém, Santa Izabel do Pará e Capanema antes da Segunda Guerra Mundial. No cálculo de Teruo Sawada (82 anos, residente de Tomé-Açu desde 1930), no início da guerra, em 1942, quando havia menor quantitativo de imigrantes em Tomé-Açu, ele acredita que restavam apenas 43 famílias (Entrevistado nº 8).

No final da década de 1940, chegavam vários nordestinos de Mocajuba e da região de linha férrea Belém-Bragança que passaram a ocupar a Região do Canindé, formando a colônia dos nordestinos em Tomé-Açu (NAGAI, 2002, p.101).

6.4 OS IMIGRANTES NO PERÍODO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Em 28 de janeiro de 1942, o Brasil rompia as relações diplomáticas com o Japão. E com isso, os japoneses radicados no país eram declarados inimigos do povo.

Em 15 de agosto do mesmo ano, o navio Baependi pertencente ao Lloyd Brasileiro era afundado por um U-Boat alemão provocando a morte de 270 pessoas, entre passageiros e tripulantes. Ao tomarem conhecimento da notícia, a população de Belém se revoltou. Desordeiros passaram a incendiar residências, escritórios e lojas pertencentes a japoneses. A pretexto de proteger as pessoas originárias dos países do Eixo, o governo federal recolhia 50 famílias japonesas que viviam espalhadas na região amazônica assim como alemães e italianos são confinados na colônia de Tomé-Açu. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.164)

As primeiras limitações da liberdade de movimento impostas pelo governo federal ocorreram com a publicação de um edital em março de 1942.

De ordem do exc. Sr. Dr. Interventor Federal neste Estado, aviso a todos os nacionais do Japão, Alemanha e Itália que devem comunicar ao Serviço de Registros de Estrangeiros a sua residência, dentro do prazo de 15 dias, a partir desta data, ficando-lhes proibido mudar de residência ou domicílio, sem comunicação prévia aquele serviço. Departamento de Segurança Pública, 29 de janeiro de 1942. (JORNAL ESTADO DO PARÁ, 01 de fev.1942, p. 2).

O Consulado Imperial Japonês de Belém foi fechado pelo encerramento das relações internacionais com o Japão. A filial brasileira da Nantaku (Companhia Nipônica) assim como a Cooperativa Produtora de Acará foram fechadas. Todos os funcionários da Nantaku foram reunidos na Casa Harmonia em Boa Vista/Tomé-Açu e obrigados a trabalhar como simples lavradores (COOPERATIVA..., 1955). A colônia foi posta sob o controle administrativo do estado do Pará, tornando-se Colônia Estadual de Tomé-Açu (CETA). As atividades da antiga Cooperativa foram praticamente suspensas, resumindo-se à entrega da produção ao órgão governamental a preço inferior ao de mercado para ser negociada pela CETA, o que geraria desestímulo à produção. O patrimônio da Nantaku e da Companhia de Produção do Amazonas fora confiscado pelo Estado, entre os bens, a famosa “Antonina”, embarcação de que servia os colonos há anos, e que era o único meio de transporte para Belém.

A Nantaku tinha o vapor “Antonina” para carregar os passageiros, o rebocador “Majestic” e o barco “Tomé-Açu” para carregar os funcionários da Nantaku. O terreno da praça da Sé, Circulo Militar onde fica o atual prédio das Onze Janelas era tudo da Nantaku. Na guerra, perderam tudo e não devolveram mais. Só a Antonina que foi devolvido sem manutenção. Na época, era necessário 12 horas de barco para ir e 18 horas para voltar de Belém (Entrevistado nº 8).

Na realidade, a situação de Tomé-Açu não era das mais críticas se comparada com a situação de Belém e de São Paulo, descrita por Handa (1987). Os residentes em Belém sofreram muito mais com os diversos casos de incêndio de residências e porque foram confinados em Tomé-Açu para resguardar a integridade física dos “inimigos de guerra”. Flexa (2001), que realizou uma pesquisa sobre a colônia japonesa do Pará, desse período da Segunda Guerra Mundial, relata vários depoimentos dos imigrantes que passaram no “campo de concentração” de Tomé-Açu.

Segundo a reportagem publicada no jornal O Liberal, edição de 26 de fevereiro de 1995, foram enviados a Tomé-Açu 480 famílias japonesas 32 alemães e um número menor de famílias italianas. O que se convencionou, na época, a chamar campo de concentração era na realidade uma área de isolamento, de onde os imigrantes não podiam sair sem permissão do governo. Ali eles trabalhavam na lavoura e mantinham o dia-a-dia normal apesar de a correspondência ser censurada nas agências os correios em Belém, e de não poderem fazer reuniões sobre pena de prisão e pagamento de multa. As 21 horas soava o toque de recolher, já que o fornecimento de energia era precário e não havia como manter as ruas iluminadas durante toda a noite (ARIGATO BELÉM, p.6 apud FLEXA, 2001, p.33).

Do relato, verificou-se que não foram tão maltratados e nem de longe se comparado com o que aconteceu com os judeus na Europa. Simplesmente, houve a perda de liberdade de mobilidade e tiveram alguns conflitos pessoais com o delegado da cidade. Uma das maiores aflições que os colonos passaram decorreu da falta de comunicação com os parentes do Japão durante a guerra, pois toda a correspondência fora cerceada. Inclusive, Flexa faz alguns comentários interessantes sobre a ótica dos vencidos, isto é, a desconfiança dos imigrantes em relação às informações sobre o afundamento dos navios brasileiros por submarinos alemães, que fora o estopim da participação do Brasil na guerra. Pelo teor dos depoimentos, muitos acreditam que foi uma “armação” dos norte-americanos para atrair o Brasil para o lado dos Aliados. A dúvida que paira nas mentes dos colonos japoneses seria: por que os alemães viriam até a costa do Pará, a milhares de quilômetros da Europa para torpedear navios brasileiros?

Ken-ichiro Motoki deixou registrado também alguns comentários de seu pai⁷² sobre os acontecimentos da guerra.

Meu pai comentou sobre a notícia do torpedeamento: “- Há algo estranho nessa história. O submarino não dispararia mais que um torpedo, que é munição preciosa. Os submarinos possuem os desenhos de todos os navios inimigos. Sabem perfeitamente onde atingir com o torpedo para afundá-los. Basta abrir um buraco com um torpedo, que a água do mar se encarrega de completar o trabalho. Realmente, há algo de estranho nessa notícia” (MOTOKI, 2001. p.37).

Na verdade, foram muitos os navios brasileiros torpedeados e afundados pela força alemã, como citado por Homma (2007, p.47) e outros autores. Mas deixando de lado as dúvidas, os preconceitos e perseguições⁷³ que alguns dizem terem sofrido sob a administração do governo, é fato que os colonos recolhidos em Tomé-Açu estavam mais protegidos lá do

⁷² O pai de Kenchiro Motoki chamava-se Hichiro Motoki, veio para Tomé-Açu em 1934 a pedido de seu irmão mais velho, Hachiro Fukuhara, que fora adotado pela família dos Fukuhara. Motoki era graduado pela Escola Superior de Marinha Mercante do Tokyo e tinha bons conhecimentos de inglês e alemão. Em Belém, ele mantinha contato com as autoridades locais.

⁷³ Para fugir das perseguições muitos imigrantes começaram a trocar os seus nomes e de seus filhos, escrevendo com nomes brasileiros para assegurar a cidadania brasileira.

que na cidade de Belém e o processo de mobilidade dos imigrantes cessaram temporariamente.

Passado o período crítico da guerra, os colonos viam que não era mais possível recorrer a Companhia (Nantaku). Os residentes na colônia de Tomé-Açu iniciam um movimento de retomada dos direitos administrativos da Cooperativa de Acará, sob controle estadual. Para buscar uma rápida recuperação da colônia, eles sentiam a necessidade de uma organização independente, administrada pelos próprios membros da colônia, razão porque fundavam, em março de 1946, a Associação dos Jovens Lavradores de Acará, composta por 17 membros de jovens e veteranos, tendo Katsushiro Seki como presidente e Shiro Toda como presidente do conselho.

Uma das primeiras providências dessa Associação seria resolver a questão do transporte para Belém, dado o desinteresse do governo estadual (via CETA) pelo transporte de hortaliças, o que se tornara uma obstrução vital para os negócios da colônia (COOPERATIVA..., 1961). Assim, não obstante as precariedades das finanças, eles decidem fazer da construção do navio a sua primeira tarefa. Uma tarefa bastante temerosa para um grupo de amadores da construção naval. A madeira fora trazida da floresta, o motor era de um automóvel Ford usado. Em 7 meses estava construído o navio de 18 toneladas, batizado de Universal I. Relatam que na viagem inaugural, em novembro de 1946, o barco parou para reparos por 17 vezes durante a jornada com destino a Belém. Mas graças a esse navio o transporte entre Belém e Tomé-Açu voltava às mãos dos colonos. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 164-165). Como declara Teruo Sawada:

Construímos para transportar a produção agrícola, principalmente arroz e verduras para a feira do Ver-o-Peso, na capital paraense, Belém. Na época, só havia um barco que fazia o trajeto Tomé-Açu – Belém uma vez ao mês e as nossas produções se estragavam. Também, naquele tempo ainda não tinha estrada para a capital e o barco era o único meio de transporte. (KAMADA, 2007, p.3)

Já em 1947, a venda da pimenta-do-reino de Tomé-Açu crescia vertiginosamente, pois as ilhas do Pacífico Sul, até então produtoras mundiais da pimenta, declaravam independência e as plantações de pimenta, em sua maioria pertencente aos chineses, são abandonadas, o que provocou queda brutal da produção. Nessa fase em que o Brasil dependia da importação desse produto, a pimenta produzida em Tomé-Açu passa a abastecer o mercado nacional e mundial, tornando-se conhecida em todo o Brasil. Nesse ano, a Cooperativa de Tomé-Açu exportou

cerca de 40 toneladas de pimenta, alcançando 4.500 contos de réis em venda (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.77).

Por outro lado, as contínuas gestões junto ao governo estadual efetuadas por pessoas que falavam português, como Katsumassa Takahashi e Satoshi Sawada, foram imprescindíveis à recuperação dos direitos de venda dos produtos e aquisição de artigos de primeira necessidade pela Cooperativa. Durante certo tempo, as tarefas ficavam divididas: a Associação de jovens se encarregava do transporte e da rota fluvial e a Cooperativa, das vendas e aquisições. Mas em setembro de 1949, a Associação passava a delegar os seus direitos à Cooperativa Produtora de Acará, quando passou a denominar-se Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu e ressurgia daí como uma cooperativa publicamente reconhecida (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 165, e Entrevistado nº 8).

6.5 A RESILIÊNCIA DOS VELHOS PIONEIROS

Diferentemente da imigração do Sudeste, em que os japoneses foram trabalhar temporariamente como colonos nas fazendas de café de brasileiros, os colonos do Pará chegaram para plantar em suas próprias terras, orientados e assistidos pela Companhia Nipônica (Nantaku). Esta empresa não era só um agente intermediário, constituída em forma de sociedade anônima, mas era um empreendimento em *joint venture* de grandes grupos que apostaram no potencial da Amazônia. Tinha tudo para dar certo, pois os planos e projetos pareciam perfeitos na sua abordagem comercial. Entretanto, apesar dos estudos ambientais (clima, solo, vegetação etc) realizados pelos técnicos capacitados, estes foram insuficientes para enfrentar uma adversidade que estava (e ainda está) além da percepção humana. Os colonos e as plantas cultivadas na Amazônia foram atacados pelos micro-organismos como resposta aos invasores do meio-ambiente. Analisando sob a ótica econômica, o resultado do empreendimento imigratório da Nantaku pode ser considerado um verdadeiro desastre ou um tremendo equívoco de planejamento, que deixou sequelas irremediáveis para muitos colonos.

A despeito do fracasso da Companhia, as atitudes de Fukuhara foram de uma pessoa preocupada com o sucesso dos imigrantes. Mesmo no auge das dificuldades financeiras pela qual passava a Companhia ele teve uma postura responsável, principalmente em relação à manutenção da escola, hospital e dos meios de transporte até por ocasião da Segunda Guerra Mundial, quando todos os bens patrimoniais da empresa foram confiscados. O

reconhecimento da população local é muito grande a esse cidadão que empreendeu todos os esforços possíveis na busca da prosperidade de Tomé-Açu e para salvar os colonos do surto da malária, que certamente resultaram em graves prejuízos à Kanebo. Inclusive, deve-se a ele as providências para a vinda das primeiras mudas de Cingapura e as diversas tentativas para encontrar culturas adequadas para o mercado internacional daquela época, como cacau, fumo, algodão, guaraná, andiroba, quina, cravo e outras especiarias que foram testadas no centro experimental conforme relatado pelo técnico Jyuichi Ikujima. Portanto, o insucesso da colônia de Tomé-Açu na primeira fase da imigração não pode ser atribuído à falta de assistência ou descaso da Companhia, visto que a empresa possuía recursos e deu toda a assistência aos colonos. Provavelmente, o presidente da Nantaku, Hachiro Fukuhara, nunca imaginou tantas adversidades e o desafio que era conviver na selva amazônica em meio à insalubridade e doenças tropicais que acometeu a todos. Na realidade, existe um custo amazônico que tem levado muitos investidores a bancarrota.

Os mesmos problemas enfrentaram os imigrantes do Baixo Amazonas. A diferença entre as colônias de Maués/Parintins em relação à de Tomé-Açu, notadamente é o quantitativo do contingente de imigrantes que entraram em Tomé-Açu, significativamente bem maior. Por outro lado, as dificuldades do desbravamento da terra virgem, a malária que grassou entre os imigrantes e os percalços que enfrentaram no período da guerra aproximaram mais esses imigrantes, dando margem para o fortalecimento de uma colônia mais coesa nos anos subsequentes. De modo que aqueles que permaneceram na colônia, ainda que residuais, tiveram forças para tocar a produção da pimenta-do-reino que se expandiu com a vinda dos novos colonos na década de 1950 e 1960, quando aconteceu o “boom” da *piperacea*. De qualquer forma, foi necessário um longo período de tempo, muita paciência e persistência para vencer as dificuldades no processo de amadurecimento e adaptação da cultura da pimenta-do-reino que teve seu tempo e passou, como aconteceu com a cultura da juta. Essa coesão em torno da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, que se mantém há mais de 50 anos, tem proporcionado uma maior confiabilidade e visibilidade dessa comunidade, que parece ser o esteio da resiliência dos velhos pioneiros de Tomé-Açu.

Por outro lado, não significa que todos, ou só os imigrantes de Tomé-Açu, tiveram sucesso em suas empreitadas. Pelo contrário, atualmente as famílias mais bem-sucedidas do Pará não são os descendentes das famílias tradicionais de Tomé-Açu, que fizeram fortunas no auge da pimenta. Eles tiveram grandes oportunidades nos anos cinquenta e sessenta, mas pela vida que levam essas famílias atualmente, tudo indica que não souberam investir. É comum o

comentário dentro da comunidade *nikkey* sobre os reinvestimentos na monocultura da pimenta-do-reino por longos anos (em um produto de demanda inelástica, sujeita às oscilações do mercado internacional), quando havia oportunidade para a diversificação em outros negócios como a do setor madeireiro e da pecuária. Ou ainda, o desperdício em construção de casarões de luxo no “meio do mato”, ou gastos com bens supérfluos ou de luxo, em detrimento ao pouquíssimo investimento em imóveis ou em bens de raiz na capital do Estado que valorizaram com o tempo.

Percebe-se que é uma geração de imigrantes que sofreram muito pelo pioneirismo. Sacrificaram-se permanecendo na lavoura para ajudar os pais, depois para educar os filhos na capital. No final de suas vidas, estão distante dos filhos e netos, levando uma vida solitária nos velhos casarões das fazendas abandonadas pelo tempo. Eles afirmam que simplesmente não querem morar na cidade, mas subjetivamente, interpreta-se que eles não encontram mais espaço social para desfrutar ou enfrentar a vida moderna.

7 A IMIGRAÇÃO JAPONESA DE PÓS-GUERRA

Logo após a Segunda Guerra Mundial, o Japão enfrentava a pior crise econômica e social de sua história moderna como é sobejamente conhecida. A falta de emprego e alimento, agravado pelo problema de repatriamento de cerca de 6,3 milhões de japoneses que vieram da Coreia, Taiwan, Manchúria, Filipinas e outros territórios ocupados pelos japoneses antes e durante a Segunda Guerra Mundial, foram os principais fatores de expulsão daquele arquipélago.

Para soerguimento do Japão, a liga dos países hegemônicos impôs regras de organização política, que incluía uma ampla reforma agrária, cuja desapropriação das terras para fins de distribuição afetou muitas famílias tradicionais que possuíam propriedades agrícolas estabilizadas. Nessa fase de organização dos caos estabelecida às condições de vida, a penúria era tamanha para todos e sem perspectiva para a maioria, que os caminhos indicavam a emigração em massa como solução, ou pelo menos, para atenuar o sofrimento daqueles que permaneciam no país. Assim, para o governo japonês a emigração passou a ser encarada como parte da política nacional, e por conta dessa diretriz empenhava-se em reatar os acordos bilaterais por meio dos agentes intermediários, subsidiando todas as passagens internacionais dos emigrantes de além-mar. Por outro lado, a economia brasileira era fundamentalmente agrária e precisava de braços para aumentar a produção. Com uma população aproximada de 53 milhões de habitantes (censo de 1950), o País detinha praticamente 60% da população no campo, mas desequilibradamente concentrada na Região do Sudeste.

Quando Getúlio Vargas foi eleito, em 1950, decidiu investir na expansão da siderurgia e em recursos energéticos, cuja intenção visava acelerar a industrialização nacional, um movimento que crescia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com a matéria-prima e energia garantida, pretendia investir na indústria para aumentar o nível de emprego e expandir o País para o interior, em busca do desenvolvimento regional. Para a Região Norte tinha em perspectiva o plano de valorização econômica da Amazônia, para reverter as tendências demográficas, econômicas e sociais indesejadas.

No panorama dessa situação caótica do Japão e de franco crescimento econômico do Brasil, onde os fatores de atração tornam-se mais evidentes, emerge uma série de indagações: Como ocorreu o processo de negociação para vinda de novos imigrantes após a Segunda Guerra Mundial? Qual o papel dos agentes intermediários na condução das colônias dirigidas

na Região Norte? Quais eram os objetivos dessa nova imigração e o que diferencia a velha e a nova imigração de pós-guerra?

7.1 A NOVA IMIGRAÇÃO E O PAPEL DOS AGENTES INTERMEDIÁRIOS

Não se pode falar em imigração japonesa sem se lembrar do relevante papel dos agentes intermediários na condução dos fluxos migratórios. Como observa Rezende (2005),

[...] pode-se constatar que, no geral, as posições intermediárias não apenas “transferem” ou canalizam fluxos de pessoas, recursos e informações. Elas também variam em função, tanto das propriedades estruturais do sistema, quanto do contexto histórico e cultural no qual tais sistemas operam. Assim, em redes mais conectadas, coesas e densas, os intermediários desempenham forças e relações diversas de outras redes onde há maior competição [...]. Apenas, muito raramente pode-se conceber um sistema de migração em que não há intermediação, onde um migrante pode se deslocar, no espaço físico e social, sem empreender e ser constrangido a se relacionar, e sem depender de outros atores e posições na estrutura da trajetória adotada. A própria escolha da trajetória é determinada pelas relações e disponibilidade das posições de intermediação, como sugerido teoricamente por Tilly (1990) [...] (REZENDE, 2005, p. 125, 126).

A imigração de pós-guerra é conhecida entre os japoneses como “*shin-imin*” ou nova imigração. A parcela dos imigrantes que chegaram sob a coordenação de Kotaro Tsuji é conhecida como “*Tsuji Imin*”, em razão das negociações para a vinda desses imigrantes terem sido realizadas por este obstinado imigrantista, que sempre contou com o apoio do eminente político Uyetsuka desde os tempos da Escola Superior de Colonização da Koukushikan. Desde o início da imigração japonesa na Amazônia, eles sempre atuaram na rede de relacionamentos e entre governos e migrantes.

Há vários escritos que Kotaro Tsuji (de Santarém-PA) e Yasutaro Matsubara (de Marília-SP) haviam solicitado ao presidente Vargas como autorização para o plano de imigração e colonização. Tsuji pretendia trazer novos imigrantes para a Amazônia e Matsubara para as regiões do centro-oeste e nordeste do País. É interessante conhecer alguns fatos históricos que antecederam a imigração intermediada por Tsuji, em face às negociações que manteve com o presidente Getúlio Vargas e com as autoridades locais para introduzir os imigrantes de pós-guerra na Amazônia.

Como já abordado em capítulo anterior, Uyetsuka e Tsuji são personagens bastante conhecidos na história da imigração japonesa pela fundação da Vila Amazônia em Parintins, quando intermediavam a ação expansionista para a colonização do Baixo Amazonas na

década de 1930. O sucesso que obtiveram os imigrantes com a produção de juta na década de 1940, pautado no crescente aumento dessa produção ao longo do rio Amazonas, já fartamente explanado por Homma (2007), foram motivos suficientes para Tsuji avançar nos negócios com mais imigrantes, uma vez que grande parcela dos koutakusseis tinham se evadido da Amazônia.

Conforme, documentário do arquivo particular da família Tsuji, no início de 1950 ele estava radicado a 17 anos na Amazônia, inclusive casado em segunda núpcias com a brasileira Leonor Garcia Tuji, em 1944. Tocava com a esposa e o irmão Kohei Tsuji os negócios da empresa L.G. Tuji & Cia, em Santarém-PA, que incluía desde o comércio de juta, sisal, cacau, guaraná, látex, concha⁷⁴, armazém gerais, tecidos, sapatos, até artigos de armarinho. A exportação era realizada por meio das empresas de Belém.

Devido à facilidade de comunicação que possuía, Tsuji passou a assumir vários postos. Era presidente interino da Companhia Industrial Amazonense, presidente da Associação Rural dos Juteiros do estado do Pará e da Cooperativa dos Juteiros do Baixo Amazonas. Uma das empresas ligada a Tsuji fazia a classificação e enfardamento da juta para mandar às fábricas de tecelagem em Recife, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, cujo preço de venda estava congelado pelo Banco do Brasil (DANTAS, 1968).

Tadashi Sudo, que trabalhou na empresa de Tsuji em Parintins, entre os anos de 1957 a 1962, conta que o conhecia muito bem. Fala que ele alimentava um grande sonho de montar uma fábrica de tecelagem de juta em Santarém.

Tsuji fez um projeto para montar a fábrica de juta em Santarém e precisava de recursos e de gente para realizar o projeto. Ele era um homem de muita coragem, ia conversar com os políticos. Tinha negócios com vários produtos, em Santarém, que vendia para vários estados. Em Parintins, ele comprava e empacotava a juta e fazia aviamento. De Macapá comprava castanha (Entrevistado nº 75).

As interlocuções de Tsuji com Vargas estão registradas nos anais da Associação Nipo-Brasileira da Amazônia e no jornal O Liberal (DANTAS, 1968). Em 1950, Getúlio Vargas, então candidato à presidência, vinha a Santarém e prometia publicamente a construção de uma indústria de juta, em Santarém. Em fevereiro do ano seguinte, Vargas se elegeia presidente. Tomando conhecimento de que Elias Pinto, presidente do Partido Trabalhista de Santarém, iria participar da cerimônia de posse de Vargas, Tsuji entrega a Elias uma carta

⁷⁴ As conchas eram insumos para produção de botões e artigos de armarinho, pois naquele tempo não havia a indústria de plástico.

dirigida ao presidente da República contendo um plano de estabelecimento de uma companhia de tecelagem de juta.

O presidente demonstrando grande interesse pelo plano de Tsuji convocou-o imediatamente para uma entrevista, em março de 1951, em Petrópolis, encarregando-o em seguida da fundação dessa fábrica. Tsuji convida então os principais comerciantes de Santarém para a constituição da Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (Tecejuta), cujo estatuto em organização - com 16 sócios fundadores, de nacionais - era publicado no jornal Folha do Norte de 04.07.1951 e no Diário Oficial de 12.07.1951. Inclusive, por ação de Vargas, o Banco de Crédito da Amazônia investiu 3 mil contos no capital da empresa e o Banco do Brasil financiou 20 mil contos (DANTAS, 1968). Solicitava também a liberação do preço de venda da juta congelado, comprometendo-se investir totalmente na indústria de tecelagem de juta, cujo resultado concretizou-se com a publicação do decreto estabelecendo preço mínimo para as safras de 1951/52. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.170; DANTAS, 1968).

Naquela oportunidade da sua entrevista com Vargas, Tsuji sondara a possibilidade de introduzir novos imigrantes japoneses na Amazônia. Assim, tomando ciência do grande interesse do presidente pela imigração, Tsuji convida Tsukasa Uyetsuka para concretizar o reinício da imigração japonesa de pós-guerra. Logo, em setembro de 1951, Tsuji e Uyetsuka - este como representante dos interesses do governo japonês - encontraram-se com o presidente da República, no Rio de Janeiro, entregando-lhe nessa oportunidade uma solicitação para o ingresso de 5 mil famílias, totalizando 25 mil pessoas, em um prazo de 5 anos.

Mesmo sem um acordo oficial entre os dois países, Vargas submete ao Conselho de Imigração e Colonização a demanda encabeçada pelos dois imigrantistas: Kotaro Tsuji e Yasutaro Matsubara, sendo em seguida autorizada em caráter excepcional a entrada de 5 mil famílias para a Região Norte e 4 mil famílias para centro-oeste. (PROVÍNCIA DO PARÁ, 31 jul. 1954).

Tais autorizações não seriam mera simpatia de Vargas pelos nipônicos, como pensam muitos japoneses da colônia, uma vez que este presidente tivera uma postura extremamente nacionalista no governo anterior e sempre adotou políticas em defesa do trabalhador brasileiro como é sobejamente conhecida na história do País. Tudo indica que a política de integração da Amazônia e a ocupação das áreas de fronteira do País estavam dentre as prioridades do

novo governo, comandadas pela Comissão de Valorização Econômica da Amazônia⁷⁵, cujo “modelo institucional concebido deveria promover, desde logo, incentivos de qualquer natureza para que a iniciativa privada tivesse condições de implantar os empreendimentos voltados para o desenvolvimento da sociedade amazônica” (RIBEIRO, 2006, p.185). Como menciona a reportagem de Mário Salvino Silva (FOLHA VESPERTINA, 5 jun. 1952), para a execução da política imigratória, Vargas pretendia criar o Instituto Nacional de Imigração – “em defesa do trabalhador brasileiro, em face da concorrência do elemento estrangeiro, tecnicamente mais adiantado”, como dizia na época.

Vinte mil japoneses são esperados para a Amazônia. Firmou-se o conceito de que o elemento japonês seria de grande utilidade na exploração das zonas amazônicas, onde já deram uma demonstração de adaptabilidade ao meio. (PROVÍNCIA DO PARÁ, 20 set.1952)

Uma vez autorizado pelo governo federal, Tsuji procura manter contatos com as autoridades estaduais e dos territórios federais, com o intuito de intermediar a vinda de imigrantes nipônicos para uma região carente de braços para a expansão econômica. Notadamente, para a cultura da seringueira de interesse do governo federal, para o fornecimento dessa matéria-prima em grande escala para os Estados Unidos. Entretanto, os problemas foram muitos para assentar um quantitativo relativamente grande de imigrantes, uma vez que não havia estrutura organizada para recepcioná-los a contento, seja pelo governo, seja pelos agentes intermediários.

No decorrer do processo de inserção dos imigrantes nipônicos surgiam muitas críticas em deferência do tratamento dado aos japoneses, que aos olhos dos nacionais, entendiam como um privilégio dado aos estrangeiros em detrimento aos imigrantes nordestinos. Por exemplo, o jornalista Onofre Garcia (FOLHA DO NORTE, 21 nov. 1953) criticava a diferença de tratamento dado aos japoneses e aos nordestinos que vinham à Amazônia, comentando que os primeiros estão desamparados, enquanto que outros encontram tratamento diverso, dentro de um plano de colonização plenamente assistido. Inclusive há críticas contundentes contra Matsubara, a exemplo do que saiu no jornal Folha do Norte, de 24 de dezembro de 1954, sob o título “Milhões para aventureiros que vendem o Brasil: Lucros

⁷⁵ O projeto foi posteriormente aprovado pela Lei nº 1806, de janeiro de 1953, com a criação da SPEVEA-Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

fabulosos na invasão de terras no Parque indígena do Xingu – Em vendas de 15 milhões, o japonês Matsubara teve lucro de 14 milhões”.

Matsubara negocia apenas com japoneses, não respeitando o decreto-lei 3.010 de 3-8-38, que fixa, para os novos núcleos de população, um máximo de 30 por cento de estrangeiros.

O mais grave em tudo isto é a convivência do governo de M. Grosso, e o fato de tão pouca gente se importar com a advertência de que parte do Brasil foi transformada em moamba, nas mãos de aventureiros internacionais, que fazem lucros fabulosos. (FOLHA DO NORTE, 24 dez. 1954)

O governo federal tenta apaziguar as críticas adotando uma “nova orientação na política imigratória”, criando o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), entidade de caráter autárquico, vinculado ao Ministério da Agricultura, que passa a absorver o pessoal e o acervo da DTC e do Departamento Nacional de Imigração. Assim, a Lei nº 2.163/54 que criou o INIC, mencionava em seu artigo 3º:

Art. 3º Cabe ao Instituto:

- a) assistir e encaminhar os trabalhadores nacionais imigrantes de uma, para outra região;
- b) orientar e promover a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes;
- c) traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o **maior acesso aos nacionais** da pequena propriedade agrícola. (BRASIL, 1954, grifo nosso).

Concretamente, a nova orientação veio trazer impacto desastroso para os imigrantes que foram para Fordlândia e Belterra, em 1954 e 1955, em razão do desentendimento entre os órgãos condutores da imigração. No caso, os imigrantes haviam sido admitidos em consequência de entendimentos entre o diretor do Instituto Agrônomo do Norte (IAN) e Tsuji (então presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico da Amazônia), com o consentimento do Instituto de Imigração e Colonização (INIC). No entanto, o diretor do IAN deixara de consultar o Ministério da Agricultura, cuja jurisdição se achava com o Instituto. Tomando conhecimento posterior do fato, esse Ministério apresenta ao Instituto de Imigração um protesto, alegando que a entrada de imigrantes japoneses na fazenda de borracha representava uma ameaça contra os trabalhadores brasileiros. Ao mesmo tempo enviava uma ordem ao diretor do Instituto Agrônomo do Norte exigindo a dispensa imediata dos japoneses (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 87, 171).

Assim, os 785 imigrantes de Belterra e Fordlândia foram dispersos aos diversos sítios sem nenhuma estrutura para recebê-los, fato que levou ao sofrimento de muitos nipônicos, que nunca esqueceram tal desventura e do desacerto de Tsuji. Para Tsuji também foi

desastroso pela perda de credibilidade entre os nipônicos, além da enorme despesa que teve, provavelmente, para realocá-los nos novos sítios. A professora Urana Harada Ono e Shigeyoshi Ono, que conhecem bem a trajetória da vida de Tsuji, explicam esse desacerto de Belterra e das outras colônias.

Tsuji era um homem que estava a frente de seu tempo. Mas ele sofreu muito com essas confusões da imigração porque estava mal assessorado. Depois que ele negociava com as autoridades brasileiras, ele avisava o órgão do Japão sobre a aceitação (via cabo - pela Western). O órgão de emigração do Japão entendia que as providências foram tomadas no Brasil e embarcava imediatamente os emigrantes. Quando chegava o telegrama do Japão, era avisando que tinham embarcado tantos imigrantes. Por isso, quando as coisas saíam erradas, todos vinham cobrar do Tsuji. Razão porque muitos imigrantes se aborreceram com ele. Acho que ele morreu cedo de tanto trabalhar pelos imigrantes (Entrevistado nº25).

Realmente existe uma vasta literatura em japonês (estatutos, contratos, cartas, relatórios, manchetes de jornais e revistas) sobre a atuação de Tsuji frente à imigração japonesa na Amazônia, que confirmam a constante presença de Tsuji desde os idos de 1929 na Amazônia. Pelo teor dos documentos e das informações prestadas pelos entrevistados, além das questões públicas que Tsuji enfrentava na arena política, ele tinha que comandar uma comissão de encarregados, geralmente de *koutakusseis*, que operavam em seu nome em diversas colônias de assentamento dos novos imigrantes, que nem sempre eram bem explícitos na sua atuação, a exemplo do que aconteceu no Amapá.

Durante o processo de coleta de dados, junto aos ex-colonos de Matapi e Fazendinha, surgiram alguns comentários sobre a figura do imigrantista Tsuji. Contam que pelo acordo acertado, entre os chefes de famílias com o intermediário das negociações da empresa de Kotaro Tsuji, previa que cada família devia depositar certa quantia para as primeiras despesas de manutenção no Brasil, chamado *enoshikin* (o que seria equivalente a um fundo de reserva para manutenção inicial do imigrante). Ficou acertado que a empresa de Tsuji iria converter as moedas estrangeiras do *enoshikin* em moeda nacional, a medida da necessidade do imigrante, uma vez que ele não poderia cambiar moeda estrangeira na colônia.

Alguns depositaram 200 mil ienes⁷⁶, outros 150 mil, muitos 100 mil ou mais, e alguns apenas 50 mil ienes, segundo declarações prestadas pelos próprios imigrantes entrevistados. Entretanto, quando os depositantes solicitaram a devolução desse dinheiro ao responsável pela empresa de Tsuji - *Amazon Keizai Kaihatsu Kaisha* (Companhia de Desenvolvimento

⁷⁶ Em 1954, cada US\$ 1,00 equivalia a ¥ 360,00, logo ¥ 100.000,00 seria o correspondente a US\$ 277,77.

Econômico da Amazônia), algumas⁷⁷ famílias não conseguiram reaver o valor depositado, sob a alegação de que os recursos foram gastos nas despesas de todo o grupo, e que algumas famílias não haviam depositado nada. Esse fato gerou querela entre os imigrantes de Matapi pelo descontentamento daqueles que depositaram (apelidados de *kati-gumi*) e dos que não depositaram (apelidado de *make-gumi*) em alusão ao Shindô Renmei de São Paulo, que saía nos jornais nikkeys daquela época. Por outro prisma, a retenção de dinheiro poderia ser uma estratégia para manter os imigrantes nas colônias, posto que a evasão da colônia agrícola era muito grande. Um ex-empregado de Tsuji que trabalhou em Parintins, no final dos anos 1950 ao início dos anos 1960, não acredita que o Tsuji tenha enganado os imigrantes.

O que pode ter ocorrido, talvez seja a demora da devolução, posto que a empresa do Tsuji não estava bem financeiramente naquele tempo. Por isso, acredito que as quantias entregues pelos imigrantes serviram para melhorar o saldo médio da conta bancária da empresa para fins de obter financiamento bancário para os próprios imigrantes, mas que deve ter sido devolvido dentro de 2 a 3 anos (Entrevistado nº 75).

O que se constata é que ficou na mente de alguns imigrantes a impressão que foram ludibriados pela empresa de Tsuji, principalmente pelas “propagandas enganosas” que fizeram sobre a Amazônia, diante da enorme decepção que muitos tiveram nos primeiros anos da imigração. Entretanto, todos os entrevistados reconhecem que este imigrantista trabalhou muito para distribuir os japoneses em tão vasta região, no afã de cumprir o compromisso prestado ao presidente Getúlio Vargas. Portanto, é com justa consideração que se faz oportuno trazer a tona esses esclarecimentos de fatos passados para resgatar a imagem desse idealista que acreditava piamente no sucesso da expansão japonesa na Amazônia, como desabafa a viúva de Tsuji.

Tsuji trabalhou muitos anos pelos imigrantes sem ganhar nada. Ele sempre dizia: “o melhor lugar para morar é no Brasil”. Quando se comprometeu com o Presidente Vargas, deixou todos os seus negócios de lado para cuidar da imigração. Dia e noite era chamado para resolver os problemas dos imigrantes em todos os cantos e nos bancos. Depois, foram doze anos a frente da Associação Nipo-Brasileira que ele fundou com apoio dos patrícios. Quando ele morreu em 1970 (aos 67 anos) ficamos com as dívidas da nossa empresa para pagar e sem nenhuma pensão. Vivo 38 anos neste pequeno apartamento com uma pequena aposentadoria do INSS (Entrevistada nº 23).

Analisando as diferentes narrativas, percebe-se que as dificuldades do imigrantista Tsuji foram muitas, pelo descompasso entre ação dos órgãos de emigração do Japão e da

⁷⁷ Diga-se: algumas famílias, pois entre os entrevistados houve quem afirmasse que recebeu tudo de volta.

imigração no Brasil, além do que a comunicação e a estrutura dos governos locais eram muito precárias na época. Acima de tudo, intermediar os imigrantes seria, no mínimo, uma atividade dispendiosa e ele, provavelmente, não tinha aporte de recursos para atender as contingências dos desacertos. Razão porque foi necessária a participação da *Kaikyoren* e da *Jigyodan* (órgãos do governo japonês que antecederam a JICA) para conduzir a imigração no País.

Diante das dificuldades dos agentes intermediários na condução do processo migratório, em janeiro de 1954, por demanda de Uyetsuka o governo japonês criava a Federação das Associações Ultramarinas do Japão, conhecido como *Kaikyoren (Kaigai Kyokai Rengokai)*, organização responsável pelo recrutamento, seleção e transporte de emigrantes para o exterior e, ainda, recepcioná-los em sua chegada ao novo País. No ano seguinte (1955), foi instituída no Japão a *Nihon Kaigai Ijyu Shinko Kabushiki Kaisha* (Companhia Japonesa de Fomento de Emigração Ultramarina), em forma de sociedade anônima, com a finalidade de adquirir terras e fundar colônias no exterior, bem como vender esses lotes aos imigrantes japoneses (JAPAN..., 1988).

No Brasil, as funções da *Kaikyoren* ficaram a cargo da JAMIC - Imigração e Colonização Ltda, constituída em forma de sociedade comercial, em julho 1956, tendo por sócio majoritário a *Nihon Kaigai Ijyu Shinko Kabushiki Kaisha*, e 5 sócios minoritários residentes no Brasil. A sociedade tinha por objeto a “imigração e colonização; agricultura, pecuária e indústria a elas pertinentes, nas quais seriam admitidos imigrantes como trabalhadores ou técnicos; compra e venda de mercadorias e imóveis e demais atividades conexas ou necessárias para consecução dos fins sociais.”

Em 1957, foi constituída a empresa JEMIS - Assistência Financeira S/A (*Kaigai Ijuh Jigyodan*), com a sede no Rio de Janeiro e sucursais em São Paulo, Belém, Porto Alegre e Recife. Conforme estabelece o artigo 2º do Estatuto, a JEMIS tinha por finalidade:

- a) Conceder empréstimos e prestar garantias para levantamento de recursos financeiros aos imigrantes japoneses e sociedades por eles organizadas que empreendam atividades agro-pastoril, industrial, pesqueira ou outras atividades econômicas.
- b) Conceder empréstimos para atender as necessidades dos recursos financeiros, além dos imigrantes japoneses e sociedades por eles organizadas, a brasileiros, quer sejam pessoas físicas ou jurídicas, deste que exerçam as mesmas atividades do item a que contribuam para o desenvolvimento da corrente migratória entre o Japão e o Brasil.

A sede da JAMIC/JEMIS de Belém cuidava de toda a burocracia e assistência aos novos imigrantes que ingressam nas colônias dos estados da Região Norte até do Maranhão, que incluía além da preparação dos imigrantes no Japão, a recepção e encaminhamento dos imigrantes para as colônias agrícolas. Subsidiava recursos para construção de associações culturais, realizava convênios com as instituições de pesquisa agrícola como a Embrapa etc. Quando a economia brasileira melhorou nos anos de 1970, a JAMIC passou a selecionar melhor os imigrantes para encaminhar mais técnicos a fim de atender os interesses das indústrias brasileiras.

7.2 OS OBJETIVOS E OS INVESTIMENTOS DA NOVA IMIGRAÇÃO

Diferentemente da velha imigração voltada exclusivamente à monocultura de commodities, o interesse dos governos não se restringiam apenas à agricultura. Diante do novo cenário que vivia o Japão e o Brasil, havia interesse no fomento de atividades agropastoris⁷⁸, industriais, pesqueiras e outras atividades econômicas, como menciona a cláusula do estatuto. Assim, como necessitavam de aporte financeiro maior, a JEMIS funcionava como uma instituição financeira, concedendo empréstimo direto aos colonos com juros subsidiados pelo governo japonês. Não obstante, por conta da controvérsia suscitada, em relação ao papel da JEMIS - que operava como uma instituição bancária - as suas atribuições de agente financeiro foram transferidas ao Banco América do Sul S/A, em 1963. A junção das duas entidades JAMIC/JEMIS deu origem a uma nova entidade chamada de *Kaigai Ijyu Jyguiodan*, a qual, em agosto de 1974, passou a chamar-se *Kokusai Kyoryoku Jigyodam* ou JICA. Posteriormente, em 1981, a JICA passou a exercer as suas funções como uma seção do consulado japonês.

Após o estabelecimento do Acordo de Migração e Colonização entre o Japão e o Brasil, que fora assinado em 14 de novembro de 1960 (somente entrava em vigor em 29 de outubro de 1963)⁷⁹, a migração dirigida seria fixada de conformidade com as reais

⁷⁸ Uma dessas atividades era o de criação do bicho-da-seda realizada pela Sociedade Paulista de Sericicultura. A partir de 1955, a Cooperativa Agrícola de Cotia passou a introduzir jovens (conhecido como Cotia Seinen Imin) para trabalhar junto aos lavradores cooperados, antes de iniciarem suas próprias atividades.

⁷⁹ Promulgado pelo Decreto nº 52.920, de 22 de novembro de 1963.

perspectivas de assentamento, dentro dos princípios liberais da política imigratória do Brasil. Dentro dessa nova diretriz, contando com o capital e a estrutura do governo japonês, os agentes intermediários e as associações e cooperativas locais programaram a criação de diversas colônias agrícolas para o assentamento de imigrantes japoneses entre 1957 a 1976, quais sejam: Várzea Alegre (MS), Funchal (RJ), Jacareí (SP), Tietê (SP), Tomé-Açu II (PA), Pinhal (SP), Guatapará (SP), São Lourenço (SP) e Auriverde (SP). Para implementação de tais projetos foram adquiridas várias áreas no montante de 75,5 mil hectares distribuídos em 2.395 lotes agrícolas (Tabela 16).

Tabela 16 - Áreas adquiridas para assentamento das colônias dirigidas do Brasil

Colônias	Local	Data	Áreas – Há	Lotes
Várzea Alegre	Mato Grosso do Sul	Set.1957	37.419,3	218
Guatapará	Ribeirão Preto, SP	Mai.1958	7.294,0	1.241
Santo Antônio	Lorena, SP	Mai.1959	784,0	13
Jacareí	Jacareí, SP	Jul.1959	613,0	87
Funchal	Cachoeira de Macacu, RJ	Jul.1959	1.015,0	88
Tietê	Pereira Barreto, SP	Fev.1960	1.246,8	
2ª Col.Tomé-Açu	Tomé-Açu, PA	Mai.1962	25.800,0	655
Pinhal	S.Miguel Arcanjo,SP	Set.1962	756,0	60
São Lourenço	Nova Friburgo, RJ	Ago.1975	168,0	6
Auriverde	Capão Bonito, SP	Dez.1976	419,0	27
Totais			75.515,1	2.395

Fonte: Relatório JAMIC/JICA (JAPAN..., 1988, p.95). Tabela adaptada pela autora (2010)

O governo japonês investiu entre terras e benfeitorias o montante de CR\$ 161.449.815,00 (em valores nominais), correspondente a ¥ 502.700.692, sendo a maior parcela destinada a colônia de Guatapará (SP) no valor de 137 milhões de ienes e Auriverde (SP) no valor de 105 milhões de ienes, seguido de Várzea Grande - em Mato Grosso do Sul, no valor de 86 milhões de ienes. Enquanto que para Tomé-Açu foram investidos apenas 4,7 milhões de ienes, uma vez que as terras foram cedidas pelo governo do Estado (Tabela 17).

Tabela 17 - Investimento do Governo Japonês em terras e benfeitorias (1957-1976)

Colônias	Terreno	Benfeitorias	Total	Total
	Cr\$ 1,00	Cr\$ 1,00	Cr\$ 1,00	Yens
Várzea Alegre	12.800.000	2.522.732	15.322.732	85.904.729
Guatapar	46.956.236	6.339.156	53.295.392	137.127.124
Santo Antonio	17.200.000	2.225.731	19.425.731	43.975.197
Jacareí	15.157.000	4.130.595	19.287.595	42.819.235
Funchal	11.826.350	1.458.343	13.284.693	31.549.943
Tietê	10.880.710		10.880.710	12.596.197
2 Col.Tomé-Açu	2.580.000	4.059.390	6.639.390	4.673.832
Pinhal	15.912.769	1.459.022	17.371.791	16.660.241
São Lourenço	520.000	37.131	557.131	21.974.340
Auriverde	5.274.660	109.990	5.384.650	105.419.854
Totais	162.107.725	22.342.090	161.449.815	502.700.692

Fonte: Relatório JAMIC/JICA (JAPAN..., 1988, p.95). Tabela adaptada pela autora

Além das terras adquiridas ou cedidas pelo poder público, o governo japonês investiu também em infraestrutura básica em rodovias e estradas vicinais, inclusive em veículos e equipamentos rodoviários (para construo da 3 colônia de Tomé-Açu), eletrificao rural, prédios de associao culturais em várias colônias e outras inversões, no valor correspondente a 91,5 milhões de ienes, como se pode verificar na Tabela 18.

As verbas para financiamento direto aos imigrantes dessas colônias dirigidas por meio da JEMIS, bem como os investimentos do governo japonês que incluíam a construo de hospitais, centro de reabilitao de idosos, escolas, bolsas de estudos, e manuteno desses estabelecimentos, ultrapassa em muito o valor das terras e benfeitorias.

Por conta do acordo de intercâmbio cultural e técnico, a JICA administra ainda uma estrutura gigantesca em programas de treinamento no Japão e no exterior que envolve desde bolsa de estudos, estágios, pesquisas e cursos diversos  descendentes de imigrantes e brasileiros natos, até doaes para hospitais, associaes culturais, escolas, entidades de pesquisa e filantrópicas.

Tabela 18 - Outros investimentos do Governo Japonês por meio da JICA

Colônias	Rodovias	Equipamentos	Eletrificação	Associação
	¥ 1.000	¥ 1.000	¥ 1.000	¥ 1.000
Várzea Alegre (MS)			88.535	4.657
Guatapar (SP)			20.652	
Cerejeira (SP)				6.496
Jacareí (SP)	11.408		6.065	11.247
Funchal (RJ)	7.746		14.694	5.398
Niko (PR)			14.940	6.157
Pinhal (SP)	7.975		18.238	
Auriverde (SP)			16.202	
2 Col. Tomé-Açu (PA)	110.423			4.566
3 Col. Tomé-Açu (PA)		115.795		
Guamá (PA)	18.798			10.426
Acará (PA)				8.914
Monte Alegre (PA)				7.487
Bela vista (AM)				4.852
Efigênio Sales (AM)			12.643	
Treze de Setembro (RO)			22.503	1.179
Kubistchek (BA)			30.202	
Una (PE)			23.098	
Ramos (SC)			4.636	10.425
Ivoti (RS)				9.758
Totais	156.350	115.795	272.408	91.562

Fonte: Relatório JAMIC/JICA (JAPAN..., 1988, p.187,189, 191). Tabela adaptada pela autora

7.3 FLUXO IMIGRATÓRIO DE PÓS-GUERRA

No âmbito dessa política de imigrao conduzida pelos agentes intermediários e pelas cooperativas e associaoes, no período de 1953 a 1965, chegaram ao Brasil aproximadamente 47 mil imigrantes japoneses, dentro das categorias classificadas pela JICA de: autnomo, recrutado, por chamada, técnicos e outros, sendo que o grosso da imigrao aconteceu nos anos de 1957 a 1961, quando entraram mais de 30 mil imigrantes em 5 anos (Tabela 19).

Tabela 19 -Entrada de japoneses no Brasil pós-Segunda Guerra Mundial (1952-1986)

ANO	Autônomo	Recrutado	Chamado	Técnicos	Outros	Total Brasil *	Dados do IBGE **
1952		54				54	261
1953	1.128	271	65	16		1.480	1 928
1954	1.182	2.058	280	4		3.524	3 119
1955	110	1.745	765	37		2.657	4 051
1956	492	2.202	1.641	35		4.370	4 912
1957	467	1.707	2.958	17	23	5.172	6 147
1958	282	1.592	4.377	50	11	6.312	6 586
1959	545	2.356	4.038	92	10	7.041	7 123
1960	690	2.895	3.106	123	18	6.832	7 746
1961	902	1.145	2.963	122	14	5.146	6 824
1962	331	309	1.105	71	14	1.830	3 257
1963	285	239	603	89	14	1.230	2 124
1964	157	134	154	108	198	751	1 138
1965	38	125	38	169	161	531	903
Subtotal	6.609	16.832	22.093	933	463	46.930	56 .119
	Autônomo	Contratado	Chamado	Indústria	Comércio		
1966	110	253	142	227	53	785	937
1967	51	217	137	176	57	638	1 070
1968	5	206	95	128	8	442	597
1969		217	63	152	2	434	496
1970	15	231	101	107		454	435
1971	8	276	54	117	1	456	
1972	23	271	64	194	5	557	
1973		155	72	152	4	383	
1974	11	67	59	158	2	297	
1975	11	100	52	134	2	299	
1976	7	109	78	156	3	353	
1977		81	54	133	15	283	
1978	8	104	46	136	4	298	
1979	4	83	48	90	5	230	
Subtotal	253	2.370	1.065	2.060	161	5.909	3. 535
		Agricultura	Chamada	Técnicos	Outros		
1980		67	56	58	7	188	
1981		80	45	32	4	161	
1982		13	32	16		61	
1983		58	21	5		84	
1984		44	15		1	60	
85/86		19	22		4	45	
Subtotal		281	191	111	16	599	
TOTA	6.862	19.483	23.349	3.104	640	53.438	59.654

Fontes:

* Relatório da JAMIC/JICA (JAPAN..., 1988, p.124 e 131).

** Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil. IBGE,v.26,1965; v. 27, 1966; v. 30, 1969.

Tabela adaptada pela autora (2010).

No período seguinte, entre 1966 a 1979, chegaram aproximadamente 5,9 mil, sendo muitos de técnicos para a indústria e comércio. A partir de 1980 a 1986 chegaram somente 599 imigrantes, inclusive com ausência de autônomos e redução drástica de técnicos, em razão da inversão do fluxo pela demandada de *dekasseguis*.

Quanto à classificação dos imigrantes, diferentemente da generalização de entrada do período de pré-guerra, os novos imigrantes deveriam ser classificados em quatro categorias, de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 52.920/63.

Art. 9º A imigração dirigida de japoneses no Brasil, acompanhados, ou não, de suas famílias, compreenderá as seguintes categorias.

- a) agricultores, lavradores, criadores de gado, camponeses em geral, operários agropecuários e técnicos especializados em indústrias rurais e atividades acessórias, que migrarem com a intenção de se estabelecerem imediatamente como proprietários, ou não;
- b) associações ou cooperativas de agricultores, lavradores ou operários agro-pecuários que emigrarem em caráter coletivo com o fito de se estabelecerem como proprietários, ou não, em fazendas, empresas agro-pecuárias ou núcleos coloniais já existentes no Brasil ou a serem criados;
- c) técnicos, artesãos, operários especializados e profissionais qualificados, consoante as necessidades do mercado de trabalho no Brasil e as exigências da legislação específica;
- d) unidade de produção ou empresas de caráter industrial ou técnica que sejam do interesse do desenvolvimento econômico do país, conforme o pronunciamento prévio dos órgãos competentes. (BRASIL, 1963).

A vinda dos imigrantes recrutados e por chamada representa o maior contingente da imigração dirigida, ou seja, 80% dos 53.438 (1952-1986), que inclui a categoria de associações e cooperativas agrícolas tais como: Camta de Tomé-Açu, Cotia de São Paulo, Sociedade Paulista de Sericultura para criação de bicho-da-seda, entre outras.

Na comparação dos dados oficiais, constata-se que os números do IBGE não coincidem com a do Ministério das Relações Exteriores do Japão, posto que no período de 1952 a 1970 já ultrapassava os 59 mil imigrantes japoneses entrados no Brasil. Sem considerar os ingressos dos anos de 1971 a 1986, há uma diferença de 6,2 mil pessoas entre as estatísticas dos dois países. Significa que entraram mais imigrantes japoneses do que registram as estatísticas do Japão, o que pode dar margem a várias interpretações, entre elas, pode ser que os dados do Ministério das Relações Exteriores do Japão não incluam as saídas de pessoas que não fossem cadastrados como imigrantes, os dados do IBGE continham ingressos em duplicidade, em razão do reingresso daqueles que tenham retornado temporariamente ao Japão, ou os imigrantes japoneses podem ter vindo de outros países.

Essas diferenças lembram as preocupações dos demógrafos quanto às cautelas de lidar com os números.

A maioria dos novos imigrantes foi destinada às colônias dirigidas estaduais, ou federais, encaixados nos planos do INIC, de acordo com as diretrizes da política pública de colonização. Ou ainda, para as áreas de interesse da comunidade *nikkey*, nos sítios de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e no Pará, adquiridos pelo governo japonês para assentamento de imigrantes e outras necessidades. A projeção de 5 mil famílias para a Amazônia em 5 anos prometido pelo imigrantista Tsuji ao presidente Vargas ficou muito aquém do realizado, posto que, nos primeiros cinco anos só ingressaram 740 famílias para as colônias dirigidas da Região Norte, ou seja, menos de 15% do planejado. Comparando com o contingente de imigrantes japoneses que chegaram ao País antes da Segunda Guerra Mundial (na ordem de 188 mil) constata-se que foi bem superior ao de pós-guerra, que não ultrapassou os 60 mil imigrantes.

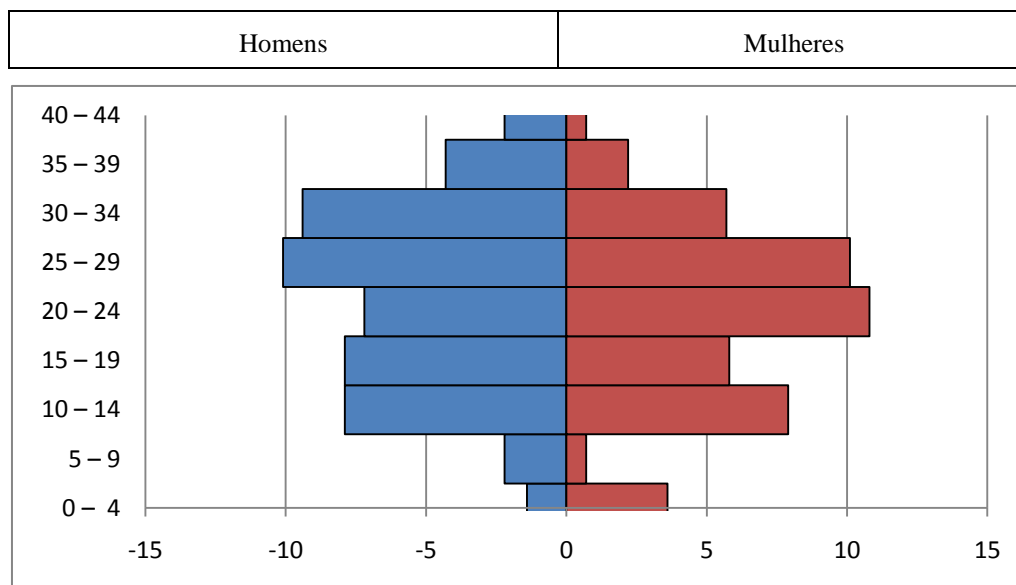
Analisando os detalhes do contingente da nova imigração, percebe-se que o perfil dessa geração é um pouco diferente do padrão anterior, em que na maioria dos grupos vinham apenas jovens adultos para ganhar dinheiro e voltar ao País de origem como abordam Handa (1987) e Saito (1961). A composição da população do grupo selecionado por Saito é representativo da época do desembarque no Brasil em 1914, como se verifica na Tabela 20.

Tabela 20 – Composição segundo sexo e idade de 40 famílias, 139 pessoas (1914)

Idades	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0 – 4	2	1,4	5	3,6	7	5
5 – 9	3	2,2	1	0,7	4	2,9
10 – 14	11	7,9	11	7,9	22	15,8
15 – 19	11	7,9	8	5,8	19	13,6
20 – 24	10	7,2	15	10,8	25	18,0
25 – 29	14	10,1	14	10,1	28	20,2
30 – 34	13	9,4	8	5,7	21	15,1
35 – 39	6	4,3	3	2,2	9	6,5
40 – 44	3	2,2	1	0,7	4	2,9
45 – 49	-	-	-	-	-	-
Total	73	52,6	66	47,4	139	100

Fonte: Saito (1961, p. 197), com adaptação da autora (2010)

Gráfico 1 - Composição segundo sexo e idade de 40 famílias, 139 pessoas (1914)



Do ponto de vista histórico, a amostra escolhida por Saito (1961) pertence ao primeiro período da imigração japonesa no Brasil, que possui as seguintes características: *a*) predominância de camponeses; *b*) imigrante com intenção de voltar em curto prazo; *c*) abundância de família “composta”; e *d*) população do tipo “colonial”, com a predominância de pessoas em idade produtiva e quase ausência de velhos e crianças. No caso, 38% do grupo tinham a idade de 20 a 30 anos, as crianças representavam 7,9% do grupo e não existia praticamente velhos.

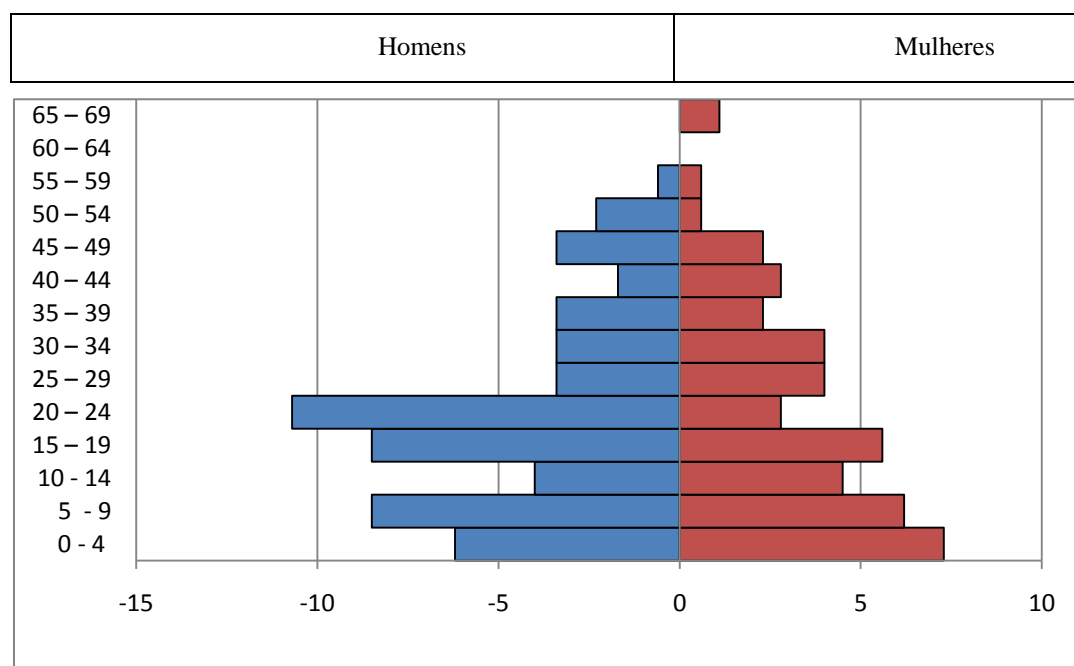
Diferentemente da situação anterior, o perfil da nova imigração apresenta as seguintes características: *a*) os camponeses são minoria no grupo; *b*) o imigrante vem com a intenção de se estabelecer no Brasil; *c*) as famílias são mais numerosas e constituídas com filhos biológicos e alguns agregados - geralmente irmãos, cunhados, sobrinhos, pais ou sogros para compor a exigência de 3 adultos; *d*) a composição do grupo apresenta um número elevado de crianças, jovens e adultos, e com pequena participação de idosos (Tabela 21).

Tabela 21 - Composição segundo sexo e idade de 29 famílias, 177 pessoas (1953)

Idades	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0 - 4	11	6,2	13	7,3	24	13,6
5 - 9	15	8,5	11	6,2	26	14,7
10 - 14	7	4,0	8	4,5	15	8,5
15 - 19	15	8,5	10	5,6	25	14,1
20 - 24	19	10,7	5	2,8	24	13,6
25 - 29	6	3,4	7	4,0	13	7,3
30 - 34	6	3,4	7	4,0	13	7,3
35 - 39	6	3,4	4	2,3	10	5,6
40 - 44	3	1,7	5	2,8	8	4,5
45 - 49	6	3,4	4	2,3	10	5,6
50 - 54	4	2,3	1	0,6	5	2,8
55 - 59	1	0,6	1	0,6	2	1,1
60 - 64	0		0		0	0
65 - 69	0		2	1,1	2	1,1
Total	99	55,9	78	44,1	177	100

Fonte: Amapá, 1953. Tabela organizada pela autora

Gráfico 2 – Composição segundo sexo e idade de 29 famílias, 177 pessoas (1953)



Trata-se de um exemplo típico de imigrantes de pós-guerra que se encontra relacionado no Apêndice I, o qual representa a real composição da primeira leva de imigrantes do Amapá, composto de 29 famílias no total de 177 pessoas, entre adultos e crianças, dos quais 94 são filhos, o que dá a média de 3,2 filhos por casal, ou ainda, a média 6,1 membros por família. No caso, as crianças representam (28%), os jovens (23%) e adultos (28%). Levando em consideração a idade do chefe de família, a grande maioria encontrava-se entre 30 a 40 anos de idade (3 pessoas na faixa dos 20 anos; 12 na faixa dos 30 anos; 9 na faixa dos 40 anos; 5 na faixa dos 50). Corroborando com a avaliação de um jornalista do Amapá “Trata-se de um contingente humano de ótimo padrão, de bom nível e excelente apresentação física” (TEIXEIRA,1953).

7.4 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE PÓS-GUERRA

A vista dos relatos, as primeiras levas de imigrantes japoneses que chegaram ao País no pós-guerra deve-se à iniciativa privada de dois personagens bastante conhecidos na literatura da imigração japonesa: Kotaro Tsuji e Yasutaro Matsubara. Tsuji recebeu autorização do presidente Vargas para introduzir 5 mil famílias (25 mil imigrantes), cuja concessão fora dada para assentamento na Região Norte apenas, uma vez que era de interesse estratégico do governo federal a valorização econômica da Região Amazônica. O quantitativo de 25 mil imigrantes para introduzir em cinco anos seria, no mínimo, um sonho ousado da parte de Tsuji e Uyetsuka, sabendo que no período anterior, em 20 anos, haviam ingressado menos de 3 mil imigrantes na Amazônia: 2.100 da colônia de Tomé-Açu, 500 para Parintins, 160 para Maués, 50 para Monte Alegre e outros 190 referente a pequenos grupos ou por carta de chamada e os autônomos.

Tsuji leva o mérito de ter realizado a imigração de pós-Segunda Guerra Mundial por conta do sucesso de seus empreendimentos e da liderança que gozava junto com os japoneses e com as autoridades brasileiras. Certamente, ele conhecia o sofrimento dos patrícios para “desbravar” a região e o risco da malária, posto que fora um perspicaz observador da Amazônia desde 1928⁸⁰. Possivelmente, o sucesso obtido com a juta aclimatada por Ryota

⁸⁰ Tsuji veio ao Brasil em abril de 1928, quando esteve em viagem de observação da situação econômica dos imigrantes japoneses no Brasil, como lente do Ministério da Educação do Japão. Durante um ano e 2 meses percorreu os estados de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Maranhão, Pará e

Oyama e a explosão do preço da pimenta-do-reino de Tomé-Açu falaram mais alto e fez crescer o idealismo desse imigrantista.

Pelo prisma comercial, o agenciamento da mão-de-obra de novos imigrantes, conduzido inicialmente pela empresa de Tsuji, foi um negócio tumultuado por percalços que ocorreram no processo de assentamento dos colonos. Mas, para os imigrantes *nikkeys* e para o governo japonês foi importante contar com o apoio desse agente intermediário, que fez ligações com as autoridades brasileiras até a formalização do Acordo Internacional e criação de organismos oficiais para tocar a imigração. O papel desempenhado por Tsuji, como pela Kaikyoren, JAMIC/JEMIS e JICA, foi fundamental para trazer os japoneses à Amazônia, em função da obtenção de terras para assentamento das colônias planejadas pelo INIC e depois pelo INCRA⁸¹.

A despeito do sofrimento dos imigrantes terem sido muito nas frentes pioneiras, o suporte financeiro do governo japonês, por meio das empresas de emigração ultramarina, foi essencial para canalização dos japoneses no eixo migratório da Região Amazônica no período de pós-guerra. De sorte que neste segundo período entrou na Região Norte mais de 1.000 famílias, no total de 6.375 pessoas (Apêndice E - Entradas para as principais colônias dirigidas da Região Norte - período 1953 a 1976), o que representa grosso modo 10% do contingente de 59.654 imigrantes ingressados no País no período de 1952 a 1986 (conforme dados do IBGE). Esse percentual de 10% é sensivelmente superior ao período anterior (pré-guerra), considerando que a imigração regional de aproximadamente 3 mil japoneses representa apenas 1,5% do contingente de 188 mil (LEVY, 1974) que entraram no Brasil antes da Segunda Guerra Mundial.

Amazonas. Em sua viagem ao longo do rio Amazonas viu a possibilidade de plantar juta na Amazônia. Fonte: Currículo de Tsuji – arquivo particular de Leonor Tuji.

⁸¹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi criado em julho de 1970, incorporando todo o pessoal e acervos do IBRA e INDA, quando se decidiu pela promoção da colonização em larga escala ao longo das rodovias federais em construção na Amazônia (CONSIDERA; SILVA; TAVARES, 1972, p.35)

8 AS COLÔNIAS JAPONESAS DA REGIÃO NORTE (PÓS-GUERRA)

Os japoneses da velha imigração estavam inicialmente concentrados nas colônias de Acará (atual Tomé-Açu) e Monte Alegre no estado Pará e nas colônias de Maués e Parintins no estado do Amazonas. Os que saíram de Tomé-Açu nos idos de 1930 e 1940 passaram a formar novos núcleos de colonização em Ourém, Capanema, Castanhal, Santa Izabel do Pará, Ananindeua e Belém. Com o fracasso das colônias de Maués e da Vila Amazônia/Parintins, os imigrantes do Amazonas se dispersaram. Alguns foram para São Paulo, mas muitas famílias foram para Manaus, Itacoatiara, Santarém e para a Região de Juriti, Alenquer, Oriximiná plantar juta. Outros vieram para os arredores de Belém, nos distritos de Tapanã, Coqueiro (Ananindeua), Benevides, Moema e outros distritos de Santa Izabel do Pará.

Após o período da Segunda Guerra Mundial, o Brasil dava início à expansão industrial e às mudanças das diretrizes econômicas de pós-guerra. As colônias do Baixo Amazonas estavam em franco progresso com a produção da juta, iniciada em 1937. Nos anos de 1949 e 1950, a produção ultrapassava 9 mil toneladas/ano, 14,5 mil tons em 1951 e 18 mil tons em 1952. Enquanto que Tomé-Açu experimentava o *boom* da pimenta-do-reino com os altos preços que alcançava no mercado interno e internacional, após a destruição e abandono das plantações dos produtores mundiais, chegando a mais de dez vezes o preço do período pré-guerra.

Os dados da Cooperativa Agrícola de Tomé-Açu registram que o preço da pimenta em 1940 era de US\$ 90,20/t; em 1945 US\$ 220,00/t; e em 1951 US\$ 3.724,60/t, quando a pimenta alcançou o maior preço no mercado de Nova York (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.165; COOPERATIVA..., 2006 apud HOMMA, 2007, p.64, 104). De sorte que a situação era bem mais promissora aos imigrantes japoneses, tanto na Região Sul como na Região Norte do Brasil, do que na terra natal.

Nesse cenário, as notícias auspiciosas da produção de pimenta-do-reino em Tomé-Açu e da juta no Amazonas corriam de boca em boca no Japão, passando a serem os fatores de atração largamente vislumbrados pelos agentes intermediários. Assim, considerando que as migrações contemporâneas são reguladas pelas contingências do mercado, isto é, vinculadas ao tipo de reprodução social consagrada pelo mercado, faz-se importante analisar: como ocorreu o processo de inserção, adaptação e integração dos imigrantes japoneses nas colônias agrícolas? Qual o quantitativo dessa segunda etapa da imigração japonesa na Região Norte?

Para quais colônias dirigidas foram encaminhados os novos imigrantes? E quais as contribuições desses imigrantes?

8.1 AS COLÔNIAS DIRIGIDAS DE PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A formação das colônias agrícolas de estrangeiros tem origem nos movimentos de aglutinação dos imigrantes que vem de forma dirigida, por carta de chamada e espontânea, variando a denominação da categoria de acordo com a política de imigração da época (EMMI, 2008, p.115). A imigração dirigida, também chamada de imigração planejada, é aquela autorizada e controlada pelos órgãos do governo, intermediada pelas empresas promotoras da imigração, em que os imigrantes vêm geralmente em grupos para as colônias agrícolas.

Analisando os quadros de classificação da JICA (1988) e das discussões com os imigrantes, compreende-se que na categoria de imigração dirigida há ainda uma subdivisão, entre os que vêm na condição de “chamados”, como ocorreu nas imigrações de pós-guerra de Tomé-Açu, os quais vêm para serem colonos empregados das fazendas agrícolas, e aqueles que vêm na condição de “recrutados” pelas empresas intermediárias para trabalhar em determinada colônia agrícola planejada pelos órgãos públicos, que representa uma parte significativa da imigração pós-guerra na Região Norte. Já os “autônomos” vêm para tocar os seus empreendimentos, isto é, por conta e risco do próprio imigrante, enquanto que a imigração por “carta de chamada” é de responsabilidade das famílias, as quais, uma vez estabelecidas no Brasil, costumam chamar seus parentes, amigos e noivas arranjadas, para agregar-se às famílias dos imigrantes estabelecidos, ou ainda, de técnicos contratados pelas empresas industriais e comerciais.

Pelas informações dos entrevistados, todos os imigrantes “recrutados” ou por “chamada” de pós-guerra receberam as passagens custeadas pelo governo japonês como “empréstimos”, sob a condição de não retornarem tão cedo ao Japão. Mesmo porque, naquela época, todos estavam sem recursos para custear as passagens e investir na nova terra. Em compensação, a distribuição dos imigrantes foi bem mais diversificada do que no primeiro período de pré-guerra. Desta forma, os novos imigrantes foram encaminhados sob a responsabilidade do imigrantista Tsuji, e depois pelos órgãos do governo japonês (Kaikyoren/JAMIC e Jigyodan/JICA) às seguintes colônias dirigidas:

- a) No estado do Amazonas: colônias de Parintins e outras áreas do Baixo Amazonas, Bela Vista (município de Manacapuru) e Efigênio Salles (município de Manaus);
- b) No estado do Pará: colônias de Belterra e Fordlândia (no município de Santarém), Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Alenquer (nos municípios de mesmo nome), Guamá (no município de Santa Izabel do Pará e Inhangapi), Acará (no município de mesmo nome) e para as duas colônias de Tomé-Açu (município de Tomé-Açu) e Altamira⁸² (no município de mesmo nome);
- c) No Território Federal do Amapá: colônias de Matapi (no município de Porto Grande), Fazendinha (no município de Macapá) e Mazagão Novo (no município de Mazagão);
- d) No Território Federal do Acre: colônia do Quinari (no município de Rio Branco);
- e) No Território Federal de Guaporé (atual Rondônia): colônia de Treze de Setembro (no município de Porto Velho); e
- f) No Território Federal de Rio Branco (atual Roraima): colônia de Taiano.

A maior parcela dos imigrantes foi para a colônia de Tomé-Açu, em virtude da fase próspera da pimenta-do-reino, sob a responsabilidade dos imigrantes pioneiros dessa colônia, seguido de Guamá e Monte Alegre no Pará e Manacapuru no Amazonas. Um quantitativo menor foi encaminhado para as frentes pioneiras dos novos Territórios Federais do Amapá, Acre, Guaporé (Rondônia) e Rio Branco (Roraima). O quadro de distribuição das colônias agrícolas do período de 1953-1976 encontra-se especificado no Apêndice E, cuja consolidação segue abaixo (Tabela 22).

Tabela 22 - Entrada de imigrantes japoneses nos Estados da Região Norte (1953-1976)

Amazonas	Pará	Amapá	Rondônia	Acre	Roraima	Total
1.284	4.354	350	182	81	124	6.375
20%	69%	5%	3%	1%	2%	100%

Fonte: Relatórios da JAMIC/JICA (JAPAN..., 1978, 1981, 1983, 1988 e 1991) e dados da ASSOCIAÇÃO..., (2001).

⁸² O contingente de imigrantes que entraram em Altamira é bastante reduzido, tanto que algumas pessoas não a consideram uma colônia. No entanto, entraram mais imigrantes japoneses do que em Mazagão no Amapá, Quinari no Acre e Taiano em Roraima, posto que segundo dados registrados nos relatórios da JICA, entraram 25 famílias (140 pessoas) no período de 1970 a 1974 (Apêndice E).

Seguindo os dados da Tabela 22, entre 1953 a 1976 chegaram diretamente do Japão aproximadamente 6.375 imigrantes para a Região Norte, sendo 4.354 pessoas destinadas às diferentes colônias do Pará, sendo: 1.797 pessoas⁸³ para Tomé-Açu, 246 para 2ª colônia de Tomé-Açu, 838 para Guamá/Santa Izabel do Pará, 810 para Monte Alegre, 291 para Acará, 140 para Altamira e 232 para outros sítios; 1.284 para o estado do Amazonas, sendo 54 pessoas para Região do Baixo Amazonas, 863 para a colônia Bela Vista em Manacapuru e 367 para Efigênio Salles em Manaus; 350 imigrantes para o Amapá, sendo 307 para Matapi e Fazendinha e 43 para Mazagão; 81 imigrantes para a colônia Quinari do Acre; 182 imigrantes para colônia Treze de Setembro em Rondônia; e 124 para a colônia Taiano em Roraima.

O maior fluxo ocorreu na década de cinquenta. Entre 1953 a 1957, segundo a declaração de Tsuji, tinham ingressado na Região Amazônica cerca de 700 famílias, 3.700 pessoas (DANTAS, 1968). Com a criação da Kaikyorem/JAMIC em julho de 1956, a administração das atividades de recepção e distribuição de colonos passaram a cargo dessa instituição, que contratou vários empregados para dar maior suporte ao assentamento dos imigrantes. Após o acordo bilateral entre o Brasil e Japão estabelecido em 1960, a JAMIC/JEMIS (posteriormente chamada de Jica) passou a administrar o processo de imigração no Brasil com maior inversão de recursos. Em consequência desse acordo, a segunda colônia de Tomé-Açu (chamada também de colônia de Daini ou colônia da JAMIC) foi totalmente implementada com recursos da JAMIC/JEMIS na década de 1960.

8.2 AS CONTURBADAS AÇÕES DAS PRIMEIRAS IMIGRAÇÕES DIRIGIDAS NO AMAZONAS

Acertado os preparativos para receber os primeiros imigrantes de pós-guerra, em março de 1953 chegava o primeiro contingente composto de 17 famílias, totalizando 54 pessoas, os quais foram distribuídos entre as fazendas produtoras de juta da Região do Baixo Amazonas (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 82, 170). Tsuji designou-os inicialmente para as fazendas dos koutakusseis para cortar juta. Aconteceu que, nesse ano, excepcionalmente, o rio Amazonas apresentava uma grande enchente que afugentou os imigrantes, como conta Kiyoko Harada, que morava em Oriximiná nessa época, cuja prole numerosa plantava juta e criava gado.

⁸³ Nos relatórios da JICA consta o quantitativo de 1860 pessoas para Tomé-Açu, porém os levantamentos anuais são omissos, de modo que foi privilegiada a informação da APANB, 2001, p. 163, que menciona claramente que ingressaram no período de 1953 a 1980 o quantitativo de 278 famílias, 264 solteiros ou 1.797 pessoas.

A chegada do primeiro contingente dos imigrantes da juta coincidiu infelizmente com esse ano da enchente. Assim, quase todos os imigrantes se foram para outras regiões, assustados com o ímpeto do rio cujas águas cresciam dia a dia invadindo terrenos e arrastando quaisquer obstáculos em seu caminho, espalhando-se por diversas vezes a sua largura. Afugentaram-nos também a vida sobre as águas a que não estávamos acostumados e o trabalho extenuante além de qualquer imaginação da colheita da juta submersa (HARADA, 2001, p. 17).

Há relatos de que quatro famílias recém chegadas do contingente de imigrantes da juta abandonaram a fazenda de determinado japonês da Região do Baixo Amazonas, gerando alvoroço na comunidade nipônica, pelo fato das querelas entre os japoneses terem sido publicados num jornal nikkey de ampla circulação, envolvendo o consulado, os agentes de imigração e novos imigrantes (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.82 e 83). Pelo relato, percebe-se que a situação era tensa, pois muitos imigrantes não eram lavradores. Alguns eram funcionários de escritório com curso superior, outros oficiais e soldados de guerra que, certamente, não aceitavam serem usados como simples colonos. Assim, após o incidente na mídia, a imigração para as fazendas de juta foi interrompida. Diante do fracasso dessa experiência, Tsuji passou a designar os seus amigos *koutakusseis* para diferentes colônias como encarregados para acompanhar e monitorar os imigrantes de pós-guerra.

Mas a evasão dos imigrantes não era somente nas fazendas de juta. Em todas as colônias (Manacapuru, Matapi, Monte Alegre e Tomé-Açu), a debandada era grande. No afã de controlar o êxodo dos imigrantes, Tsuji toma várias medidas duras. Por exemplo, há registro de denúncia policial de Tsuji na Folha Vespertina de 30 de março de 1954, estampado sob título “Negam-se a trabalhar em Tomé-Açu”. A petição fora expedida por Tsuji para apurar responsabilidade criminal pelo descumprimento de cláusulas contratuais de dois japoneses que vieram para trabalhar na agricultura de Tomé-Açu, mas que, em vez de trabalhar na lavoura, eram acusados de estarem vendendo bugigangas na cidade de Belém. Como resultado desta ação, os dois concordaram retornar à lavoura de Tomé-Açu, presumivelmente, por certo período, até os ânimos se acalmarem.

8.3 COLÔNIA DE BELAVISTA (MANACAPURU-AM)

A colônia dirigida de Bela Vista do município de Manacapuru fora inicialmente aberta em 1936 pelo governo federal para a cultura da *Hevea brasiliensis* com colonos nacionais,

mas não prosperou. Pelo Censo Demográfico de 1950⁸⁴, a população do município de Manacapuru era de apenas 27.951 habitantes.

Essa colônia agrícola ficava numa região constituída de duas áreas: a de Bela Vista - assentada às margens do rio Solimões, oposta à cidade Manaus; e no outro lado as áreas de Cacau Pirera, Água Fria, Ariaú e Caldeirão - que fica quase em frente à cidade de Manaus. A maioria dos japoneses foi destinada à área de Bela Vista, que na época não havia estrada que interligasse as duas áreas, como ocorre atualmente.

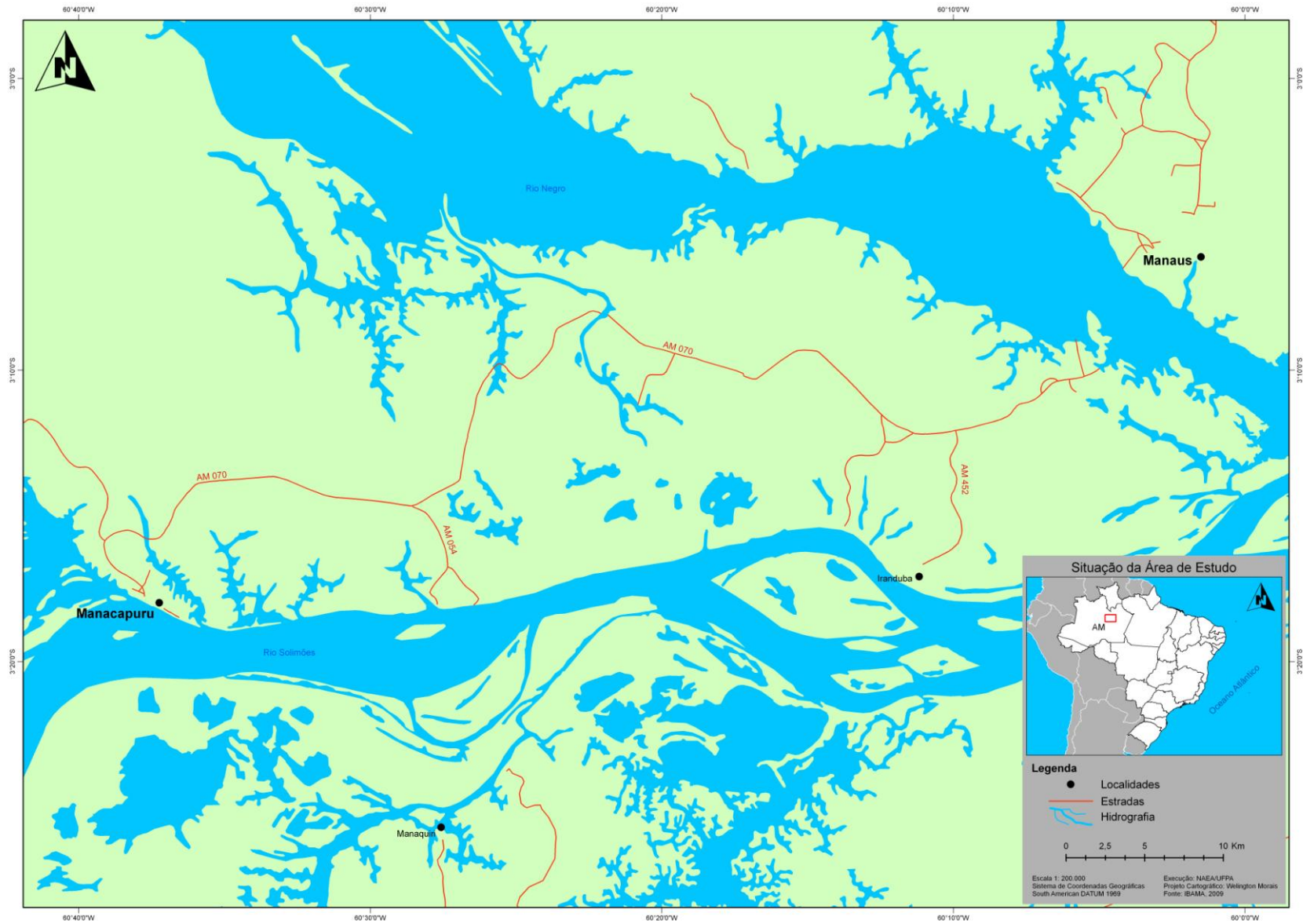
Contam que na década de 1950 para ir de Manaus ao sítio de Bela Vista era necessário de 6 a 7 horas de viagem em um barco pequeno, percorrendo o rio Negro e depois o rio Solimões. Enquanto que para acessar Cacau Pirera e as demais áreas dessa região bastava atravessar o rio Negro, a uma distância de 40 minutos de barco (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 197; CONSIDERA; SILVA; TAVARES, 1972, p. 143; HOMMA, 2007, p. 109).

Em setembro de 1953, ingressava o primeiro contingente de 33 famílias, 139 imigrantes japoneses na área de Água Fria. A imigração prosseguiu com a chegada, em junho do ano seguinte, de 218 pessoas em 38 famílias, e do terceiro contingente, em julho do mesmo ano, de 36 pessoas em 7 famílias. Em novembro de 1954, chegavam pelo navio América Maru mais 27 famílias (PROVÍNCIA DO PARÁ, 5 nov.1954).

Até outubro de 1962, 818 imigrantes, em 139 famílias, haviam ingressado na colônia de Bela Vista. Eles foram designados para plantar seringueiras, guaraná, café, arroz e hortaliças. No entanto, os preparativos locais para a recepção dos contingentes, que chegavam seguidamente um após outro, eram praticamente inexistentes. Essas circunstâncias estão descritas na “História dos 30 Anos de Existência da Colônia de Bela Vista”, que se transcreve em parte abaixo:

Nenhum preparativo era feito para o recebimento dos imigrantes que chegavam a cada dois meses às centenas, em dezenas de famílias. Estradas não estavam abertas, divisão dos lotes e abertura de florestas não concluídas. Expulsos do alojamento provisório para dar lugar aos imigrantes seguintes, eles tiveram que transportar nas costas os seus pertences domésticos por quase 10 quilômetros por caminhos que mais se diriam trilhas abertas entre montanhas. Colhiam folhas de palmeiras para cobrir o chão, improvisando um teto apenas suficiente para o abrigo das chuvas. Assim viveram eles. Para mitigar a fome, carregavam às costas 30, 50 quilos de víveres por diversos quilômetros.” (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.197)

⁸⁴ Fonte — Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.



Mapa 5 – Mapa da Colônia de Manacapuru
Fonte: IBAMA (2009). Adaptado por Wellington Morais (2010)

As condições de vida na região eram tão precárias que o comentarista Soichi Ohya passou a chamá-la de “Inferno Verde” quando visitara a colônia dois meses antes da chegada de Tsutomu Ideta. Sobre a época, relata-nos Ideta (ex-presidente da Associação Nipo-Brasileira da Amazônia Ocidental), participante do 5º contingente de Água Fria:

Produzíamos hortaliças, mas não podíamos vendê-las por falta de quem as consumisse. A terra era magra, plantávamos duas sacas de arroz, mas conseguíamos colher apenas 10 sacas. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.198)

Como aconteceu com as demais colônias, a produção de um contingente relativamente grande de imigrantes plantando hortaliças para uma população que não tinha costume de comer hortaliças logo saturava o mercado de Manaus, então, com uma população de 150 mil habitantes. Imagina-se que perder a produção em lavoura mecanizada pode ser aceitável nos dias de hoje, mas para aqueles pobres imigrantes que tinham que lutar contra as saúvas e a infertilidade do solo ao mesmo tempo, seria um completo desestímulo, como comenta enfaticamente um ex-colono de Manacapuru.

Tinha tanta saúva que nem a queimada acabava com elas. Em uma noite, as saúvas chegavam a fazer caminho de dois palmos na mata para transportar as suas iscas para os ninhos. Elas atacavam em bando os brotos das plantas de tal forma que em uma noite elas eram capazes de acabar com uma plantação de feijão ou de verdura de uma família. Depois a gente precisava construir duas casas: uma na beira do rio, para época do verão, e outra em terra firme, para época da enchente (Entrevistado nº 73)

Conta outro imigrante daquela colônia (Entrevistado nº71) que, por ocasião da derrubada da mata virgem, ocorria um processo de migração de certa espécie de formiga grande e preta que anda em bando. Nessa migração, elas chegam a formar um “exército” que marcha em uma determinada direção numa faixa de 20 a 30 metros de largura. Na caminhada, as formigas vão arrastando qualquer inseto pequeno, larvas e baratas do mato, que encontram no caminho. Fatos como esses foram contados por outros imigrantes que trabalharam na colônia de Manacapuru, que sempre tocam na quantidade excessiva de saúvas e de carapanãs (pernilongos), obrigando-os a usar mosquiteiros até para fazer as refeições. Por outro lado, naquela região existe o problema das enchentes que duram alguns meses em época do ano, devido a muita chuva nas cabeceiras do rio Solimões-Amazonas, obrigando os moradores a viverem essa mudança de solo ou de arranjo em cima das marombas (espécie de tablado), de modo que a vida parecia bem mais difícil do que é para os ribeirinhos da região (Entrevistados nº 71, 72,73,74).

Manacapuru é desesperador em todos os aspectos. A região é cercada por rios, tem-se a impressão de que foram deportados para uma ilha. Isso dificulta aparentemente as deserções. Palestra de Yoshio Nakamura (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.85)

De acordo com a determinação de Tsuji, as famílias tinham que permanecer pelo menos por um ano em Manacapuru. Aconteceu que muitos queriam sair logo. Porém, como tinham emprestado dinheiro para plantar, acabaram ficando reféns da situação de inadimplência. A Sra. Yamada comenta esse fato que presenciou naquela oportunidade.

Muitos imigrantes não tinham dinheiro para nada. Então emprestaram dinheiro do banco com autorização de Tsuji, mas não podia sair até pagar a conta. Aconteceu que alguns tentaram fugir e foram presos. Meu marido não fez empréstimo, por isso quando completou um ano, no dia seguinte saímos correndo de lá para Belém. (Entrevistada nº74)

A partir de 1955, começaram a retirada em massa dos imigrantes da área. A maior parte saiu para Região de São Paulo, Belém e Tomé-Açu. Se até junho de 1957 haviam chegado 125 famílias em Manacapuru, 97 famílias haviam deixado a colônia (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 198), significa que houve uma evasão de 78% em 4 anos. Os que não conseguiam sair por falta de condições, passaram a plantar, além das hortaliças, seringueiras e juta junto com os ribeirinhos, que já cultivavam naquela região. Por aproximadamente dez anos, o ciclo da juta coexistiu com o da borracha em Manacapuru, mas com a queda do comércio da borracha, em 1957, a juta tornou-se a principal economia daquela região.

Praticamente todos os imigrantes japoneses saíram da antiga área de Bela Vista, pois permaneceram apenas duas famílias nas proximidades da cidade de Manacapuru. Nas áreas de Caldeirão, Água Fria e Cacau Pirera ficaram mais 20 famílias dedicadas à avicultura e à produção de verduras, pimenta-do-reino, guaraná, e frutas, assim como à pecuária. Em 1983, foram realizadas obras de eletrificação. Pela primeira vez, após trinta anos, a energia elétrica chegava àquela região (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 198).

A colônia também ganhou uma Associação cultural com recursos da JICA. Assim, a colônia de Bela Vista, outrora chamada de “inferno verde”, é hoje um centro produtor de alimentos tocados pelos colonos nacionais, que fornecem para a grande Manaus, com quase dois milhões de habitantes. A localidade de Ariaú na Ilha de Iranduba tornou-se um centro turístico com hotéis de atração internacional.

8.4 COLÔNIA DE EFIGÊNIO SALLES (MANAUS-AM)

A colônia Efigênio Salles está localizada a 40 quilômetros da cidade de Manaus na rodovia que liga Manaus-Itacoatiara. Na época da abertura da colônia, era uma estrada inacabada que permitia a passagem apenas para jipes e caminhões. Em tempo de chuva, algumas partes ficavam intransitáveis.

Em novembro de 1958, chegava o primeiro contingente de 17 famílias, 108 imigrantes. As queimadas não estavam ainda concluídas. Os imigrantes passaram por um período de adaptação provocada pela terra amarela argilosa e pela existência de terrenos em declive. O único meio de transporte ligando a colônia à cidade era o caminhão da Secretaria Estadual de Agricultura. O caminhão que passava inicialmente uma vez por semana passou a vir uma vez em cada duas semanas, e às vezes, levava três semanas para aparecer. Devido ao problema crítico de transporte, em 1959, a Kaikyoren (Federação das Associações Ultramarinas do Japão) cedeu um caminhão de 6 toneladas para solução do problema. Como não havia um mercado de hortaliça consolidado em Manaus, a produção dos colonos era vendida em cima de caixotes empilhados nas ruas, ao lado do Teatro Amazonas. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.198; JAPAN..., 1988).

Em 1959, chegou a segunda leva de 6 famílias (30 pessoas); em 1960, a terceira leva de 16 famílias (95 pessoas); em 1961, a última leva de 17 famílias (95 pessoas). O ingresso de 2 famílias imigrantes prosseguiu em 1962 e 1963. Ao total, até 1972 haviam ingressado 65 famílias, 367 pessoas (JAPAN..., 1988). Afora a vinda de imigrantes direto do Japão, havia transferências de imigrantes da colônia de Bela Vista e de Taiano no estado de Roraima, mas também retirantes dessa colônia, em proporções relativamente pequenas. Dentre os desertores, 5 famílias foram para Pucallpa, no Peru, para cultivar pimenta-do-reino.

Em abril de 1959, foi criada a Cooperativa Agrícola de Manaus, posteriormente chamada da Cooperativa Agrícola Mista de Efigênio Salles, com 17 cooperados. Em razão do crescimento da cidade de Manaus com a instituição da Zona Franca de Manaus em 1967, a colônia de Efigênio Salles se transformou em uma base importante da produção agrícola, estabilizando-se economicamente em curto tempo. A base da economia dessa colônia passou a ser avicultura, produção de verduras, mamão havaí e outras frutas. De acordo com levantamento da JICA, na década de 1990 residiam nessa colônia 37 famílias, 211 imigrantes e descendentes de japoneses (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.199; JAPAN..., 1988).



Mapa 6- Colônia de Efigênio Salles (Manaus-AM)

Fonte: IBAMA (2009). Adaptado por Welington Morais (2010)

8.5 AS EFÊMERAS COLÔNIAS DE FORDLÂNDIA E BELTERRA (SANTARÉM-PA)

A tentativa de colonização no município de Santarém remonta alguns séculos. Em 1867, ao findar a Guerra da Secessão (1861-1865), Warren Lansford Hastings, militar americano pertencente ao exército sulista, entrara em terras concedidas pelo governo estadual, liderando um grupo de imigrantes americanos. Houve outra leva de imigrantes em 1874, num total de 212 colonos assentados em 60 léguas quadradas, próximo a cidade de Santarém. Tiveram algum sucesso no plantio de algodão, cana-de-açúcar e outras culturas. Entretanto, o projeto econômico fracassou (RIBEIRO, 2006, p.156). Emmi também registra a presença de italianos em Santarém e em cidades vizinhas de Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Juruti, Faro, Maués, no início do século XX (EMMI, 2008, p.169).

Entre várias iniciativas, é bastante conhecido o empreendimento do americano Henry Ford em Santarém. A concessão dada de uma área de cerca de 1 milhão de hectares à margem direita do rio Tapajós, a 185 quilômetros a montante de Santarém, serviu de base à Companhia Ford do Brasil (Fordlândia) destinada à plantação de 1,6 milhão de pés de seringueiras para produção de látex, que resultou em grande prejuízo devido ao “mal-das-folhas”. A empresa de Ford passou a cultivar na Região de Belterra, numa área de 281,5 mil hectares de terra, onde chegou a plantar 2,4 milhões de pés de seringueiras, que também foram atacadas pelo “mal-das-folhas”, resultando no fracasso de um empreendimento de cerca de 20 milhões de dólares americanos (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.171; RIBEIRO, 2006, p.151).

Em dezembro de 1954, ingressam 6 famílias de japoneses (27 pessoas) como colonos em Fordlândia. Logo em seguida, em janeiro de 1955, chegavam 61 famílias (390 pessoas) para Belterra. Em abril de 1955, chegavam mais 39 famílias (263 pessoas) para Belterra e 16 famílias (105 pessoas) para Fordlândia, que vieram juntar-se às 6 famílias do ano anterior. As 122 famílias, totalizando 785 pessoas, foram destinadas às duas fazendas de borracha pertencentes à antiga Companhia Ford do Brasil, que estavam sob a administração do Instituto Agrônômico do Norte (IAN). No entanto, mal chegava o contingente de abril de 1955, os imigrantes foram praticamente expulsos da colônia de Fordlândia e Belterra, em consequência de desentendimentos entre o IAN e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), reforçada pela pressão dos colonos brasileiros, possivelmente, diante da prerrogativa da Lei nº 2.163/54. Assim, após novas negociações de Tsuji, os imigrantes japoneses recém-chegados ao Brasil foram distribuídos para novos sítios de imigração naquele ano de 1955 (Tabela 23).

Tabela 23 – Distribuição dos imigrantes de Belterra e Fordlândia (1955)

Novo sítio	Famílias	Pessoas
Monte Alegre (PA)	55	358
Subúrbios de Belém (PA)	21	127
Guamá/Santa Izabel do Pará	15	101
Taiano/Rio Branco (RR)	12	71
Subúrbios de Santarém (PA)	7	43
Alenquer (PA)	5	36
Tomé-Açu/Acará (PA)	4	26
Fazenda I. B. Sabbá-Manaus	3	23
Total	122	785

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.87 e 171

Nota-se que os órgãos de colonização no Brasil não se entendiam naquela época, possivelmente em razão da recente criação (em 1954) do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), vinculado ao Ministério da Agricultura, que adotava uma nova política de proteção ao trabalhador brasileiro.

O principal motivo da expulsão foi a pressão dos trabalhadores brasileiros da região. A ordem era dada quando o terceiro contingente de imigrantes para a fazenda da borracha mal haviam chegado. A Companhia de Desenvolvimento Econômico da Amazônia de Tsuji, responsável pelo acolhimento dos imigrantes, iniciou desesperadamente a procura de sítios para a transferência de 785 pessoas, de 122 famílias de imigrantes (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.171).

8.6 COLÔNIA DE MONTE ALEGRE (PARÁ)

A colônia federal de Monte Alegre foi assentada em uma área de 456 mil hectares, que incluía a área que restara da fazenda Nantaku. Em 1953, chegava o primeiro contingente de imigrantes de pós-guerra, composto de 24 famílias (160 pessoas). O segundo, de 20 famílias e o terceiro contingente, de 23 famílias, ao todo 264 pessoas ingressaram no ano seguinte. Todos os três contingentes foram distribuídos na localidade de Açaizal, região de terras férteis, segundo a opinião de Ueno (2005).

Em 1955, um novo contingente de 55 famílias (358 pessoas) chegava transferido repentinamente da fazenda de borracha de Belterra e se assentava no local chamado de Dois

Galhos, a 10 quilômetros ao norte de Mulata (onde ficava a sede da Nantaku). Esse último contingente teve que abrir estrada para a colônia porque ainda não havia sido efetivamente preparada. Além das condições de transporte serem ruins, não havia mercado consumidor para a produção de hortaliças. Conseqüentemente, as evasões foram inevitáveis (ASSOCIAÇÃO..., 2001; UENO, 2005).

Saito (1961) registra que no grupo recém-chegado de 80 famílias, 487 pessoas, 65% foram atingidos pela malária na colônia de Monte Alegre, cujo posto de saúde ficava distante cerca de 60 quilômetros da área onde foram assentados os colonos japoneses. Uma vez ao mês o médico encarregado viajava de caminhão atendendo às consultas. Em geral, os colonos (japoneses e brasileiros) eram atendidos no SESP da cidade de Monte Alegre, e quando exigissem intervenção cirúrgica eram encaminhados ao hospital do SESP em Santarém. Desse grupo, de 80 famílias, houve registro de 6 óbitos, entre eles: 2 casos de suicídio – um por envenenamento e outro por enforcamento – de mulheres casadas de 25 e 37 anos, respectivamente; o falecimento de um rapaz durante a derrubada da mata; uma morte súbita de um chefe de família de 37 anos, vítima de hemorragia cerebral. Comenta que uma parteira que atendera mais de 20 casos de parto na colônia observou o pouco peso dos recém-nascidos, em média de 2.800 a 2.900 gramas, o que atribuía ao estado nutritivo precário e às duras condições de trabalho que afetaram a saúde das parturientes (SAITO, 1961, p.84, 86).

Após 5 anos da chegada do primeiro contingente nos dois assentamentos - de Açaizal e de Dois Galhos - o contingente de 126 famílias ou 810 imigrantes estava reduzida a 60 famílias ou 364 pessoas. No final de 1960, quando os jovens graduados pela Faculdade de Agronomia de Tóquio começavam a chegar a Monte Alegre, só restavam 20 famílias (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 173). Eram eles, Yasuo Kishi, Akihiro Ohtake, Kazuaki Kato, Yujiro Ohtsuki e Kaname Ishii, que vieram para trabalhar como gerentes na Cooperativa Agrícola Comunitária de Monte Alegre, fundada por Kumekichi Ishiguro. Posteriormente, tornaram-se agricultores independentes, contribuindo para o progresso da colônia como líderes, inclusive assumindo cargos públicos na prefeitura de Monte Alegre. Mario Ishiguro, como vice-prefeito, Kazuyuki Takatani, como secretário do meio ambiente e Hideo Takatani, como secretário da fazenda. A coesão das lideranças conseguiu manter a população de imigrantes nos anos 1970, com a multiplicação das famílias e a independência dos jovens que vieram a convite da Cooperativa (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 174).

As condições da colônia melhoraram bastante com a abertura da rodovia principal, concessão de propriedades e início do financiamento bancário à lavoura. Em meados dos anos

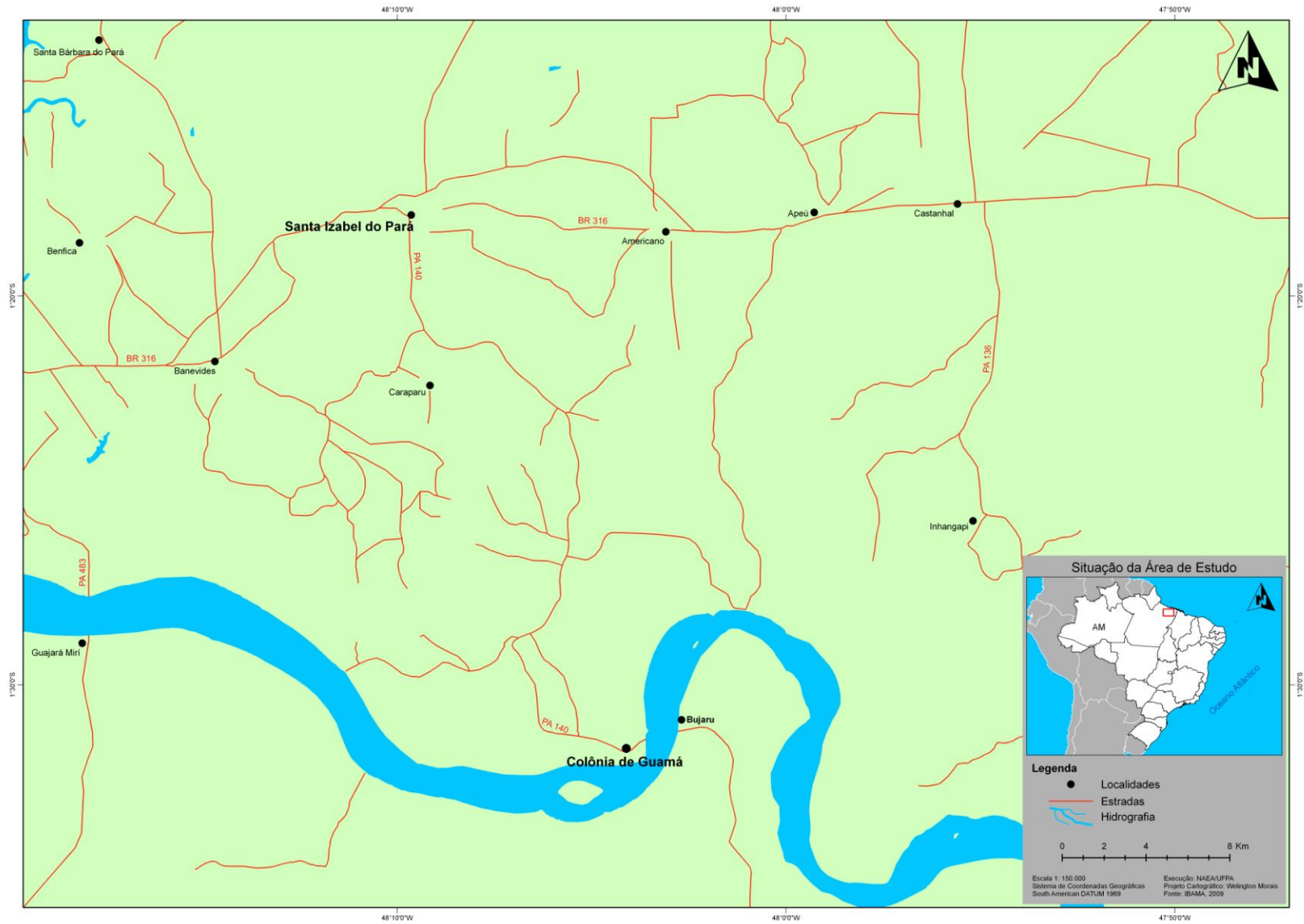
de 1990, os nikkeys estavam estabilizados em 35 famílias aproximadamente, dos quais 70% se dedicam à lavoura e 30% ao comércio e outras atividades na cidade de Monte Alegre. Os lavradores passaram a exercer atividades mistas de pecuária e produção de pimenta, hortaliças e fruticultura que eram enviadas para Santarém (a margem oposta do rio Amazonas), para Itaituba (cidade do garimpo localizada nas nascentes do rio Tapajós), e para Manaus, capital do estado de Amazonas (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 174).

8.7 COLÔNIA DE GUAMÁ (SANTA IZABEL DO PARÁ-PA)

A colônia de Guamá faz parte da zona rural dos municípios de Santa Izabel do Pará (antigo João Coelho) e Inhangapi, pertencente à mesorregião Metropolitana de Belém e microrregião de Castanhal, nas proximidades do local onde existe atualmente acesso a balsa de Bujaru, à beira do rio Guamá. A colônia ocupava uma área de 32 mil hectares e estava dividida em duas sub-regiões, cortadas por uma rodovia estadual, a de Tacajós que fica ao oeste e a de Pernambuco ao leste.

Em 1955, quando iniciou a colônia planejada pelo governo federal para ser o cinturamento verde de Belém (PROVINCIA DO PARÁ, 15 jun.1954), eram 48 quilômetros de Belém a Guamá por via fluvial, o que consumia 4 a 5 horas de barco. Atualmente, essa colônia está situada no quilômetro 22 da rodovia estadual PA-140, de quem parte de Santa Izabel do Pará em direção a Tomé-Açu, e toda pavimentada desde 1974. Significa que nos dias atuais gasta-se aproximadamente uma hora de viagem de Guamá a Belém.

O primeiro contingente de imigrantes japoneses que chegou a Guamá em fins de 1955 era do grupo que fora inicialmente para a fazenda de borracha de Belterra em Santarém. Devido ao desentendimento entre os órgãos de migração, esse grupo foi destinado para Mazagão-AP em abril de 1955. Entretanto, como a área era de várzea, eles só ficaram um mês em Mazagão. De lá voltaram a Belém, onde permaneceram por algum tempo na hospedaria dos imigrantes de Tapanã. Posteriormente, foram conduzidos para a Colônia de Guamá, distrito de Caraparu, em novembro de 1955. Após essa leva, chegaram mais famílias de imigrantes até 1957, no total de 129 famílias (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.156).



Mapa 7 – Colônia do Guamá (município de Santa Izabel do Pará)
Fonte: IBAMA (2009). Adaptado por Wellington Moraes (2010)

Pelas anotações do imigrante Oé⁸⁵ chegaram a Guamá 5 levas de colonos, 125 famílias, em um total de 822 pessoas, conforme detalhado na Tabela 24. Mas, contando com as 4 famílias que chegaram espaçadamente (JAPAN..., 1988), verifica-se que o total atinge 129 famílias e 838 pessoas.

Tabela 24 – Entrada de imigrantes na colônia de Guamá-PA (1955-1957)

Entrada	Famílias	Pessoas
Nov. 1955	15	112
Dez. 1956	16	105
Jan.1957	26	180
Jun.1957	47	280
Dez.1957	21	145
Total	125	822

Fonte: Maki Oé, em maio 2009 (Entrevistado nº 78)

Logo no início, os colonos chegaram a receber as mudas de seringueiras e plantaram na várzea, mas estas não prosperaram. Alguns dos lotes que os colonos japoneses receberam estavam localizados no pântano, o que acelerou a mobilidade dessa colônia. De acordo com as explicações de Oé, o governo estadual passou a incentivar a produção de arroz irrigado, aproveitando a área da várzea, com *know-how* da rizicultura japonesa. No entanto, os canais de irrigação e drenagem essenciais para o trabalho em várzea não estavam concluídos. Os colonos se viam abandonados pelo governo, e isso incentivou as deserções. Em 1958, chegava uma missão do governo japonês para inspeção e declarava o sítio impróprio ao cultivo do arroz.

Durante a fase inicial, recebíamos cesta básica para manutenção por um ano. Plantamos arroz tipo agulhinha dentro da lama, mas não deu certo, pois o terreno ficava molhado durante meio ano. Mas nos idos de 1960 recebemos sementes apropriadas do Japão para cultivo do arroz irrigado, só que o terreno era pequeno e quando vinha a maré alta prejudicava bastante. Depois, os caboclos não gostavam de plantar na água. Quando o arrozal carregava um pouco, vinham os pássaros e comiam quase todo o arroz. Então passamos a plantar verduras, principalmente o repolho que não tinha no mercado de Belém (Entrevistado nº78)

Muitos dos colonos de Guamá faziam empréstimo direto no escritório da JAMIC, mas não conseguiam pagar, mesmo com juros baixos. Assim, no ano seguinte, fazia novo empréstimo para pagar a dívida anterior (Entrevistada nº79).

⁸⁵ Maki Oé, veterinário e presidente da Associação Nipo-Brasileira de Guamá por três gestões, chegou na Colônia do Guamá em 1957 (Entrevistado 78).

As constantes fugas levaram o INIC e a Kaikyoren (*Nihon Kaigai Kyokai Rengokai* – Federação das Associações Ultramarinas do Japão) a impor diversas medidas preventivas, como retenção de passaportes que aborreceu muito os imigrantes. Para piorar a situação dos imigrantes, houve uma época que a malária assolou a região durante 2 a 3 anos, quando cerca de 90% dos colonos pegaram malária, inclusive com mortes de alguns. Fato que levou muitos colonos a se retirarem para Acará e Tomé-Açu, mesmo porque, a situação era de miséria para a maioria dos colonos que viviam da plantação de hortaliças, como comenta um dos entrevistados: “A gente sabe que ser colono é sofrer de qualquer forma, mas teve gente que saiu de lá porque não tinha dinheiro nem para comprar fósforo” (Entrevistado nº 78).

Os imigrantes que ingressaram em Guamá são unânimes em afirmar que “as condições da colônia eram realmente terríveis” (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 156; INOUE, 2001, p. 4-6; OÉ, 2001, p. 8). Consequentemente, os que podiam saíam de lá, elevando o número de dissidência que chegava a quase 100 famílias, ou seja, 78% de evasão. Os remanescentes se mudaram para locais mais altos nos sítios de Guamá para plantar pimenta-do-reino, frutas diversas e criação de frango principalmente (Entrevistados: 78, 79 e 80).

Interessante constatar que todos os entrevistados dessa colônia ressaltaram que não havia água potável. Como eles viviam no meio da lama, tinham que beber e utilizar a água barrenta do rio Guamá, o que não é novidade para os ribeirinhos da região. Mas, para os nipônicos que sempre contaram com água de boa qualidade no Japão, esse fato parecia até um paradoxo. Quando a maré alta atingia o rio Guamá, as águas inundavam até as casas dos imigrantes, trazendo cobras e sujeiras. No refluxo, levavam os pertences dos imigrantes pela corrente d'água. Assim, além da trabalhadeira que dava para levantar os animais na maromba, para não serem levados pela correnteza, o trabalho era redobrado após a vazante por causa da lama deixada pela maré.

O maior problema, no entanto, era com as crianças, devido à proximidade do rio. Às vezes eram mordidas por piranhas, muitas se afogavam no banho, havendo inclusive algumas mortes por afogamento que deixavam consternados os imigrantes, como o caso de morte por afogamento de quatro jovens ao mesmo tempo, e outro de dois adolescentes que morreram abraçados, porque um foi socorrer o outro que estava se afogando (Entrevistados: 78, 79 e 80).

Segundo o relatório da JAMIC/JICA, no levantamento de 1978 havia 47 famílias, 242 pessoas. Os imigrantes das duas áreas do Guamá se uniram e construíram em 1981 a

Associação Cultural Nipo-Brasileira com recursos da JICA. Em 1988, chegava energia elétrica na colônia e a vida passou a ser mais confortável para as 32 famílias (121 pessoas) que lá permaneciam. Pela contagem de Oé, em janeiro de 2007 viviam em Guamá 19 famílias, aproximadamente 80 pessoas, pois muitos passaram a residir na cidade de Santa Izabel do Pará. Mesmo com todas as dificuldades que passaram os imigrantes de Guamá, muitos deles ainda estão trabalhando naquela colônia junto com os camponeses locais, na produção de aves, frutas, legumes e hortaliças para a população da área metropolitana de Belém.

8.8 COLÔNIA TREZE DE SETEMBRO (PORTO VELHO-RO)

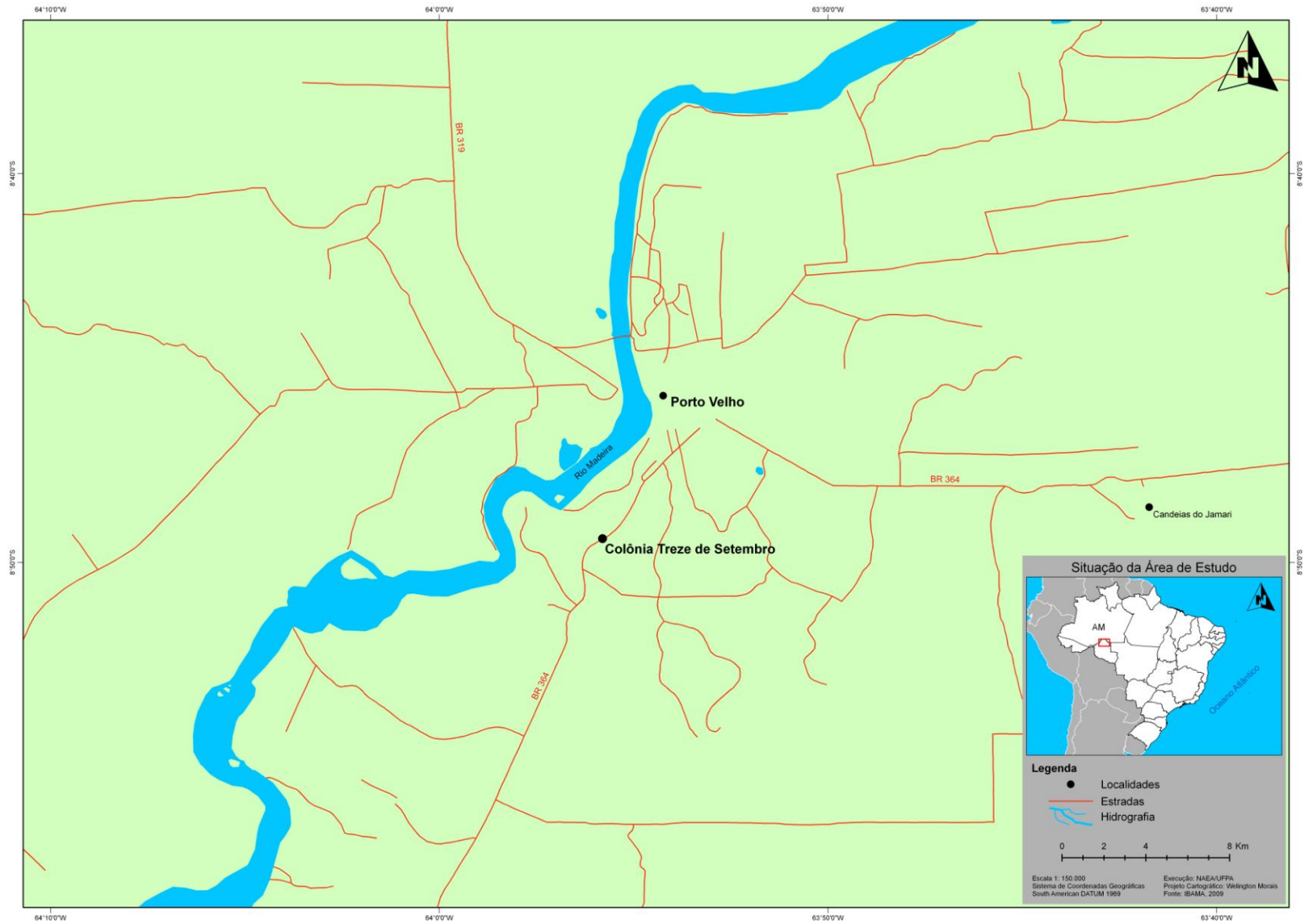
A colônia Treze de Setembro encontra-se estabelecida próxima (11 km) a cidade de Porto Velho, a margem da atual rodovia BR 364 em direção ao Acre. A população da capital pelo Censo Demográfico de 1950⁸⁶ era de apenas 27.545 habitantes.

Os primeiros imigrantes japoneses de pós-guerra entraram em Rondônia⁸⁷ em julho de 1954 para a produção da borracha. Eram 29 famílias, ou 186 pessoas, parte do contingente de Tsuji, que foram destinados à colônia dirigida Treze de Setembro. Tãmanha eram as dificuldades de transporte daquela época saindo do porto de Belém até Rondônia, que uma das famílias deste contingente se recusou a ingressar na colônia antes do desembarque e acabou retornando ao Japão (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 178).

De início, foram levados para um alojamento existente à frente da colônia, para a derrubada da selva para o assentamento dos colonos. O projeto do Estado previa a produção de borracha, mas sequer haviam colhido as sementes para preparar as mudas. Os imigrantes tiveram que descer o rio de canoa até 90 quilômetros adiante para colhê-las (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 178).

⁸⁶ Fonte - Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

⁸⁷ Na época, chamava-se T.F. do Guaporé, passou a se denominar Território Federal de Rondônia pela Lei de 17 de fevereiro de 1956.



Mapa 8 - Colônia Treze de Setembro (Rondônia)
Fonte: IBAMA (2009). Adaptado por Wellington Morais (2010)

Um dos colonos dessa leva conta como foram recebidos pelo governo e pelos colonos brasileiros.

Vim com a família de meu irmão, pois eu tinha 21 anos e era solteiro. Quando chegamos na colônia Treze de Setembro o local não estava pronto para receber os colonos. Mas fomos bem tratados pelos funcionários do governo do estado e pelos cearenses que estavam lá. Acredito que seja por causa da nossa educação. Cada família recebeu 50 hectares de terra e durante 10 meses recebemos Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) para a manutenção. Tivemos muito trabalho para construir casa, encontrar as sementes de seringa e depois para plantar. Pensava voltar para o Japão em três anos, mas não consegui juntar dinheiro. Vim procurar trabalho em Belém e Santa Izabel do Pará em 1957. O Consulado e o Tsuji-san me chamaram para trabalhar, mas escolhi trabalhar para Tsuji-san em Parintins. Sai de lá em 1962 para trabalhar na Mitsui em Belém. A empresa importava adubos e exportava pimenta (Entrevistado nº 75).

Após a plantação de seringueiras, os colonos começaram a plantar arroz, milho, mandioca, banana entre outros produtos para a subsistência das famílias. Depois, passaram a produzir hortaliças, frutas e carvão para vendê-los na cidade. Porém, eles tinham que transportar os produtos por 11 quilômetros até a cidade de Porto Velho, o que era realizado por caminhão do governo apenas uma vez por semana, aos sábados. Nos outros dias, os imigrantes carregavam os produtos de madrugada pela estrada escura até a cidade. Cargas volumosas e pesadas, como carvão, eram transportadas em carrinho de mão e empurradas pelo caminho ruim e escuro até o mercado municipal. A pequena cidade de apenas 15 mil habitantes não absorvia toda a produção, de modo que houve algumas dissidências. Os colonos passaram então a incrementar a criação de aves e suínos para se suprirem até o crescimento da seringueira. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 178).

Ao entrar nos anos de 1960, iniciavam-se as obras de construção da rodovia Porto Velho-Cuiabá e a extração de estanho na nascente do rio Aripuanã. Milhares de garimpeiros começaram a afluir à região e a população de Rondônia cresceu rapidamente. Inclusive, alguns imigrantes também se transferiram para as regiões do garimpo para trabalhar nessa atividade. Entre os anos 1960 e 1970, a população da cidade quintuplicou. Em consequência do rápido crescimento populacional, a procura por ovos e hortaliças aumentou consideravelmente, o que veio favorecer os colonos pela elevada demanda de produtos hortifrutigranjeiros, quando os imigrantes puderam então desfrutar de uma situação financeira mais folgada (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 178-179).

Quanto às seringueiras, os lavradores começavam a derrubá-las, em parte porque elas foram atingidas diversas vezes pelo fogo acidental e parte porque não eram lucrativas. Em vez das seringueiras, eles planejaram uma produção diversificada de pimenta, café, cacau, guaraná

e criação de gado. Em 1977, a colônia Treze de Setembro era eletrificada com recursos da JICA e em 1981 instalava-se a linha telefônica, recebendo assim os benefícios da moderna civilização em uma época relativamente antecipada em relação às outras colônias. Na década de 1990, quase toda a produção das 12 famílias de lavradores *nikkeys* era destinada à cidade de Porto Velho, o que veio proporcionar estabilidade econômica àquela colônia. Ao mesmo tempo, começaram surgir pessoas que se transferiram para a cidade de Porto Velho para abrir lojas, oficinas de manutenção e restaurantes.

A baixa mobilidade dessa colônia confere com o levantamento realizado pela Comissão de Recenseamento da Colônia japonesa de 1964, que registra a existência de 132 imigrantes e 25 descendentes em Rondônia (vide Tabela 25). Os relatórios da JAMIC/JICA (JAPAN..., 1978, 1981, 1988 e 1991) também registram a presença de 22 famílias (131 pessoas) em 1978; 31 famílias (102 pessoas) em 1990, o que demonstra uma baixa evasão, com tendência a estabilidade dos imigrantes de Rondônia.

Além da colônia Treze de Setembro, novas colônias dirigidas surgiram com a construção da rodovia BR-364 (Porto Velho-Cuiabá), abertas pelo INCRA em 1962, proporcionando a afluência de muitos *nikkeys* que vieram de São Paulo e Paraná para Região de Vilhena, Ji-Paraná e Ariquemes. A JICA registra no ano de 1980 a presença de 37 famílias (179 pessoas) em Ariquemes, 21 famílias (108 pessoas) em Ji-Paraná. Já em 1984, Ariquemes contava com 149 famílias de colonos e era a maior colônia japonesa de Rondônia, produzindo cacau, café, borracha, arroz, milho, feijão entre outros produtos (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 179).

8.9 COLÔNIA DE QUINARI (ACRE)

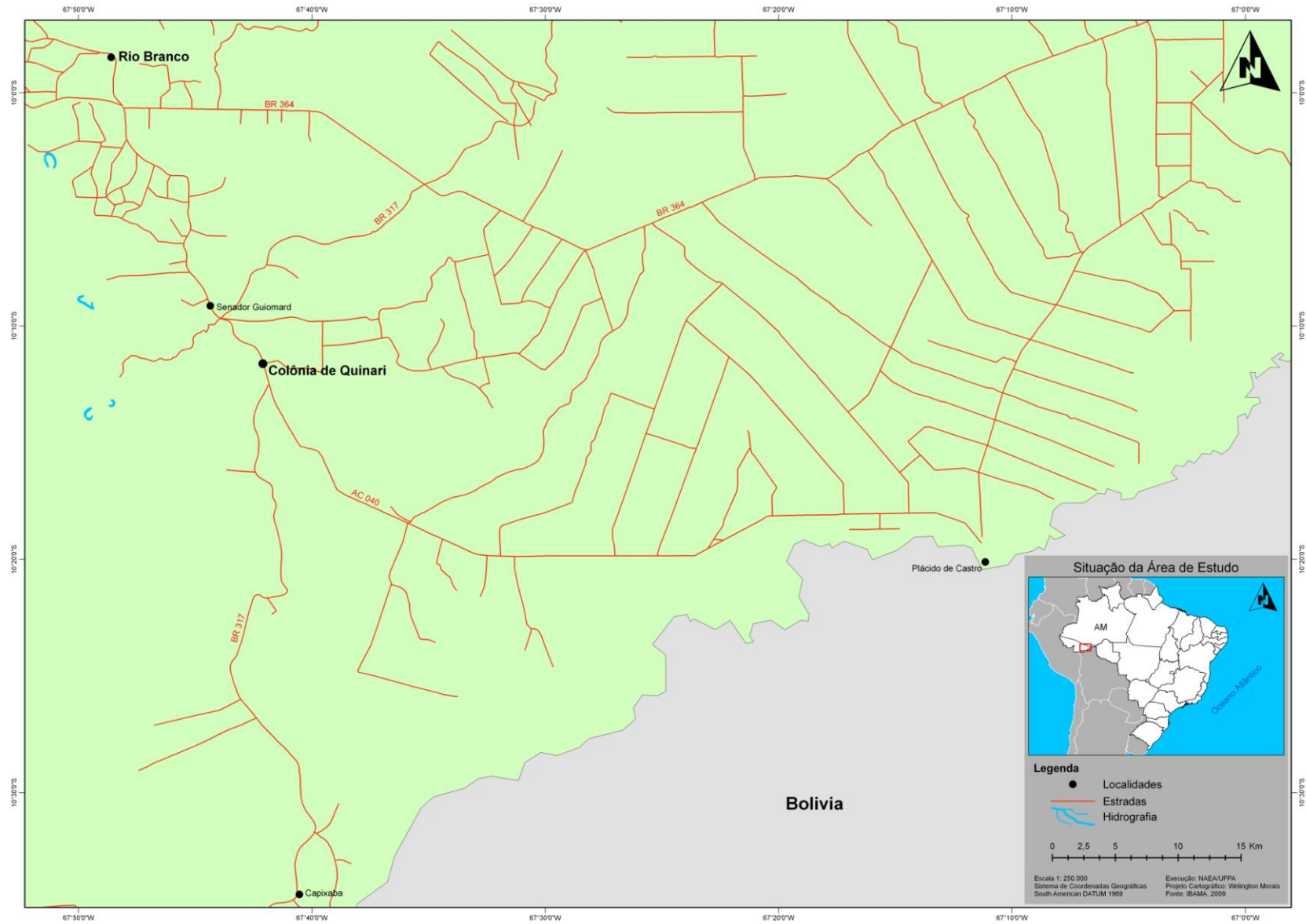
Nos relatos da Associação Nipo-Brasileira, consta que Issao Furuno foi o primeiro japonês a residir em Rio Branco. Ele era um *Peru kudari* (procedente do Peru) que veio da cidade fronteiriça de Cobija, da Bolívia, descendo o rio Acre até chegar à cidade de Rio Branco em 1920. Ele faleceu em novembro de 1987, mas deixou muitos descendentes na cidade. Até a chegada dos imigrantes japoneses em 1959, Furuno não teve a oportunidade de usar a língua japonesa por 40 anos, pois estava casado com uma brasileira e produzia hortaliça nos arredores da cidade de Rio Branco (no local onde fora construído o aeroporto da cidade).

Dizem que se alegrou muito com a entrada dos imigrantes japoneses em Quinari, e sempre que podia, visitava essa colônia. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 190, 191).

A colônia de Quinari está localizada a 30 km da cidade de Rio Branco, a qual possuía uma população de 28.690 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 1950. Naquela época, para os japoneses chegarem até a cidade de Rio Branco era uma epopéia. Do porto de Kobe até Belém, gastava-se 38 dias de viagem pelo mar. De Belém, subiam o rio Amazonas até Manaus onde se trocava de barco para subir o rio Madeira e de novo outro transbordo até chegar à cidade de Rio Branco. Incluindo o tempo de percurso, esperas e transbordos, eram quase 30 dias de viagem de Belém a Rio Branco. O antigo imigrante de Monte Alegre, Ueno, que fora contratado pela Kaikyoren para acompanhar a primeira leva de imigrantes, conta a epopéia dessa viagem em que ele quase morre de cólera (UENO, 2005, p.23).

A primeira leva de imigrantes era composta de 6 famílias, 44 pessoas, que chegaram em abril de 1959. Em junho do mesmo ano, chegaram mais 7 famílias, 47 pessoas. Quando os primeiros imigrantes chegaram, a floresta virgem de Quinari ainda estava intacta. Os colonos tiveram que viver por certo tempo na Vila de Quinari, a 25 quilômetros adiante, transitando entre a vila e a colônia todos os dias. Os imigrantes utilizavam carroças ou bicicletas para trabalharem desde cedo até o anoitecer na abertura da colônia. A família Hamaguchi foi uma das que chegaram a armar barraca na colônia, para poupar o tempo de viagem da vila. Tomoe Moriya, que chegou a Rio Branco com marido e filhos integrando o segundo contingente, conta que ficou surpresa por encontrar os precursores de abril mantendo ainda uma vida comunitária em um alojamento (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.192).

Aos poucos começaram a abandonar a vila para residir na colônia. E aqueles que já tinham condições foram plantar seringueiras, arroz e hortaliças. Mas a estrada para Rio Branco era muito precária, de modo que a venda de arroz e hortaliças ficava então impossível. O tráfego de veículos motorizados ficava impedido durante a longa estação das chuvas, quando o transporte era possível somente a cavalo ou a pé. Quando havia doentes, havia ocasiões em que macas precisavam ser improvisadas para transportá-los até a cidade, consumindo dois dias no trajeto. Havia também surto de malária que afugentaram os colonos.



Mapa 9 - Colônia de Quinari (Acre).

Fonte: IBAMA (2009). Adaptado por Wellington Morais (2010).

Conseqüentemente, das 13 famílias que ingressaram em Quinari, 9 abandonaram a colônia em 9 anos. As 4 famílias restantes também foram se retirando uma após outra. Restaram apenas duas famílias, dos Nishizawa e Hamaguchi, que de lavradores passaram a comerciantes de comestíveis (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.192). Apesar da evasão dos imigrantes, chegavam ao Acre descendentes de japoneses procedentes de São Paulo. O pioneiro entre eles foi o médico *nissey* Tetsuo Kawada, que veio de Aliança (SP) em 1963, ou seja, 4 anos após a chegada dos imigrantes japoneses.

Na década de 1970, a abertura da rodovia federal BR-364, ligando Acre e Rondônia ao sul do País, provocou a migração em massa de São Paulo e Paraná para o estado do Acre, produzindo um crescimento de população na ordem de 100 mil habitantes. Nessa nova fase do Acre, *nikkeys* de diversas profissões procedentes da Região Sudeste começaram a afluir em Rio Branco.

Nos anos 1970, também ingressaram como lavradores no Acre, as famílias dos irmãos Kiyoshige e Kiyonori Mori, além de outras 4 ou 5 famílias. A família de Osamu Koike veio de Londrina em 1974 para produzir arroz, milho e hortaliças nos subúrbios de Rio Branco. Esses *nikkeys* da Região Sudeste são de outra geração, já educados e integrados à sociedade brasileira, que passaram a assumir funções destacadas numa cidade em expansão como Rio Branco. Nas gestões passadas, Yoshio Nakamura, procedente de Araçatuba/SP, ocupou cargo público de secretário municipal de obras de Rio Branco, e Carlos Kawahara, de Mogi das Cruzes/SP, o de saúde. Os irmãos Yonekura, os irmãos Takashi e Atsushi Sassai dirigem em Rio Branco uma grande construtora, pela qual quase todos os serviços de construção estadual e municipal são por eles executados (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.193-94)

Na década de 1990, Quinari tornou-se alvo de interesse público como importante centro produtor de víveres de Rio Branco, então uma cidade de 200 mil habitantes. Segundo levantamento da JICA de 1990, residiam no Acre 80 famílias japonesas ou 280 pessoas, incluindo as famílias Nishizawa e Hamaguchi de Quinari e a família Furuno (*Peru kudari*). A estrada para Rio Branco, motivo maior de dissidência da colônia de Quinari, é hoje uma estrada completamente pavimentada com residências de veraneio em suas margens. Nada existe nela que lembre o seu passado. Na colônia de Quinari onde entraram os imigrantes japoneses ainda existem as altas seringueiras plantadas pelos pioneiros que acreditaram no futuro da borracha. O tempo passou e os colonos locais absorveram o cultivo da terra e os proprietários da colônia são hoje lavradores brasileiros.

8.10 COLÔNIA DE TAIANO (RORAIMA)

A Colônia de Taiano fica a 90 quilômetros da capital Boa Vista, no extremo norte do Brasil. Na década de cinquenta, quando entraram os primeiros imigrantes japoneses, a população da capital era de apenas 15 a 20 mil habitantes. Acostumados a comer só carne e pescado levaram os imigrantes a constatar que não havia mercado para a produção de hortaliças. Eles contam a epopéia daquela época para chegar a Taiano: Do porto de Kobe no Japão até Belém gastava-se mais de um mês de viagem. Em Belém, eles pegavam outro navio para se chegar até Manaus e de lá faziam um segundo transbordo em batelões de gado para chegar a Boa Vista e de lá outra embarcação pequena para chegar a Taiano. O tempo de viagem entre Belém e Taiano levava mais de um mês (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 87, 144).

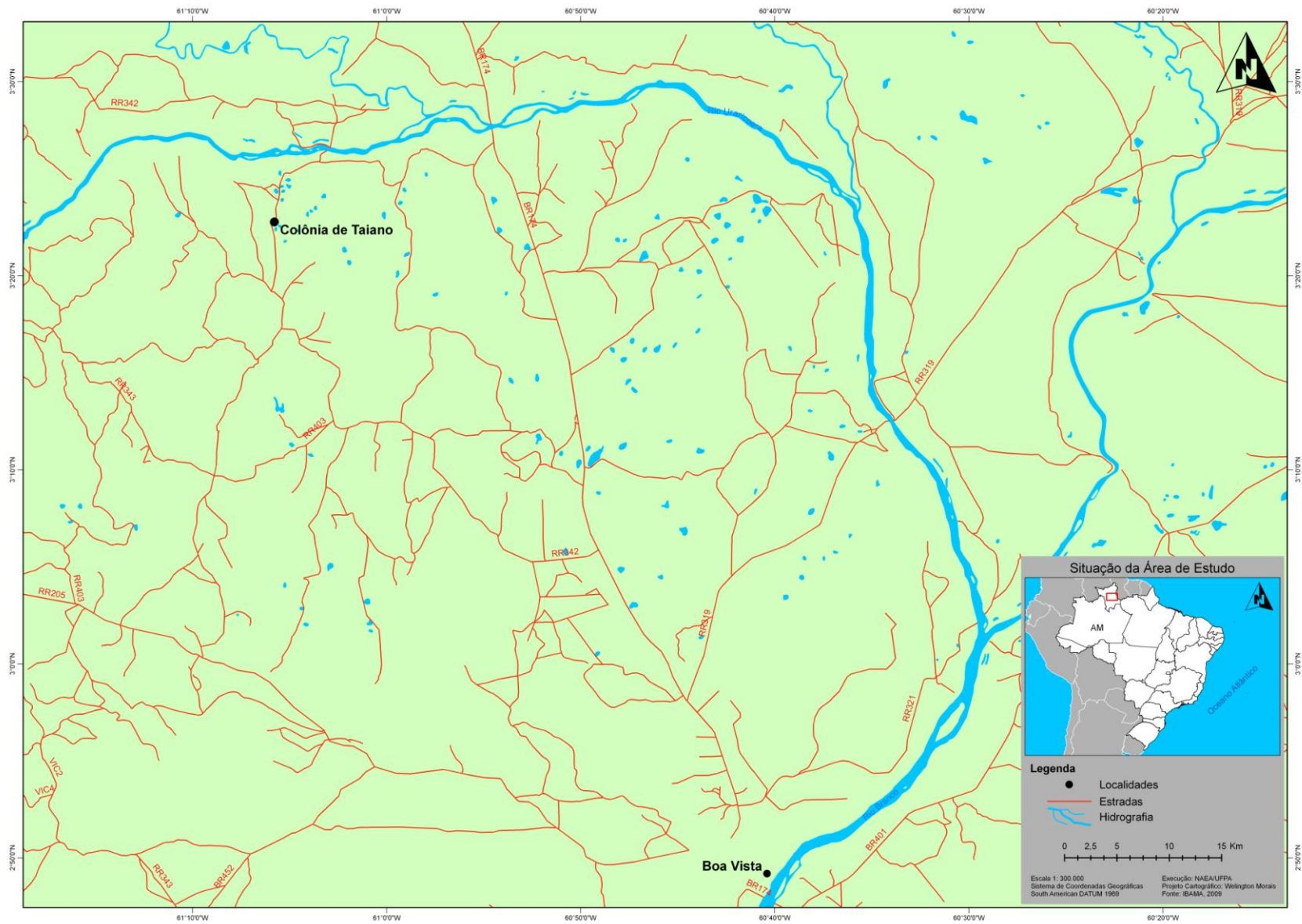
A chegada do primeiro contingente de imigrantes japoneses no ex-Território Federal do Rio Branco⁸⁸ (atual estado de Roraima) ocorreu em 1955, formada de 13 famílias, 71 pessoas, que vieram, na realidade, transferidas da fazenda de borracha de Belterra (Santarém-Pa). Duas famílias se fixaram nos arredores de Boa Vista e 11 famílias foram destinadas à colônia de Taiano. Da pesquisa realizada por Saito (1961, p.84, 87), consta que das 13 famílias (78 pessoas) de Taiano, 40% de seus membros foram acometidos de malária, sendo a incidência maior entre os homens que nas mulheres e crianças. Como não havia hospitais, uma mulher “índia”, moradora do aldeamento próximo, atendia os casos de parto, tanto das japonesas como das brasileiras, o que mostra a precariedade do atendimento médico.

Quando o segundo contingente chegou em 1961 os imigrantes de Belterra estavam reduzidos a 4 famílias apenas. O segundo contingente de imigrantes constituído por 9 famílias e um solteiro, totalizando 53 pessoas, eram todos procedentes da província de Saga.

A respeito das condições de vida daquela época, tanto a Sra. Moyo Doi como a Sra. Sumiko Hidejima foram unânimes em declarar as difíceis condições da localidade:

A qualidade da terra era boa, mas estávamos muito longe da cidade. Especialmente na época da chuva, os dois córregos existentes se transbordavam interditando a estrada. Em certa ocasião tivemos de transportar um doente por bicicleta ao hospital em Boa Vista, 90 quilômetros adiante. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 144)

⁸⁸ Passou a chamar-se Território Federal de Roraima a partir de setembro de 1962.



Mapa 10 - Colônia de Taiano (Roraima)
 Fonte: IBAMA (2009). Adaptado por Wellington Morais (2010)

Yasuaki Matsuzaki, da família de Junsaburo Matsuzaki, atualmente administrador do Hospital Amazônia em Tomé-Açu (Entrevistado nº 76), conta que chegou a Taiano em 1955 com 5 anos de idade e permaneceu por lá por 9 anos. Lembra que o governo federal encaminhou-os para Taiano para plantar seringueiras, para isso recebeu as ferramentas e cesta básica para manutenção dos colonos nos primeiros meses.

A nossa família era da turma de Belterra. O governo federal mandou a gente plantar seringueiras, mas nada deu certo. O pai só ganhou um pouco de dinheiro plantando batata doce. O mais difícil era educar os filhos porque em Taiano não tinha escola. A única escola era de japonês. Meu pai distribuiu os filhos em Boa Vista para poder estudar. Fui até coroinha da igreja. Mesmo assim, aguentamos nove anos, pois viemos para Tomé-Açu em 1964. Que me lembro, ficaram lá as famílias de Eda, Tsukuda, formado em Todai, e Iwasaka (Entrevistado nº76).

Matsuzaki ressalta que, acima das dificuldades de sobrevivência, havia entre os imigrantes muita preocupação com os estudos dos filhos. Esse fato deve-se a própria instrução que possuíam muitos imigrantes como Tsukuda, que frequentou a Todai (Universidade de Tóquio, que é uma universidade muito conceituada no Japão). Relatos que demonstram que dentre os imigrantes havia pessoas bem instruídas que influenciaram na mobilidade dos mesmos.

Das declarações de Yasuaki Matsuzaki e Takumi Tashiro (Entrevistados nº76 e 81), que vieram de Taiano para o Pará, compreende-se que a dispersão dessa colônia deve-se primordialmente à falta de mercado consumidor para a produção dos colonos. As outras condicionantes seriam: o isolamento dos imigrantes em tão remota localidade, onde a única forma de locomoção era então via fluvial; inviabilidade para remessa da produção para outros mercados; a carência de serviços básicos como hospitais, transporte e principalmente de escola para a educação dos filhos. Como resultado, as famílias que ingressaram na colônia de Taiano se foram, uns mais cedo, outros mais tarde. Apenas um jovem que se casou com uma brasileira da localidade permaneceu em Taiano (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.144).

Interessante complementar que passados 20 anos, o governo de Roraima recrutou imigrantes de outros Estados nos anos de 1980 em condições mais favoráveis. Nessa oportunidade, cerca de 30 famílias migraram do nordeste e do sul para este Estado, entre eles, uma família japonesa - Kazuo Tsuji e sua esposa, Iku. O plano de colonização dessa época não surtiu efeito também, posto que apenas Tsuji obteve sucesso em seus negócios. Tsuji havia trabalhado por 6 anos em Manaus no transporte de madeiras compensadas e de lá se transferiu para Monte Cristo, a 15 quilômetros de Boa Vista, para trabalhar no ramo da

criação de aves e suínos. Nos anos de 1990, 20% dos ovos vendidos em Boa Vista vinham do seu fornecimento. Para atrair novos empreendimentos, o governo do Estado costumava levar os visitantes de outros Estados para conhecer a granja de Tsuji (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.145).

Em maio de 1991, chegaram ao local Shoichi Kato e sua esposa, acompanhados do seu irmão Yukio, procedentes de Santa Izabel do Pará para plantar mamão. Um avião enviado pelo governo do Estado foi recebê-los no aeroporto de Belém. A família Kato entrava em Roraima com 20 trabalhadores de Santa Izabel do Pará. Comparando a velha situação, da época em que os imigrantes pioneiros chegavam em barcos de transporte de gado à esta recepção por avião, há uma enorme diferença entre os imigrantes. De Santa Izabel do Pará também partiu o jovem empreendedor chamado Jin que fora instalar-se a 220 quilômetros ao norte de Boa Vista, numa colônia denominada Samã, quase na fronteira com a Venezuela. Nessa colônia de Samã, Jin passou a ser diretor da Cooperativa Agrícola do Norte de Roraima. Nos anos de 1990, os japoneses residentes em Roraima eram de aproximadamente 20 famílias. Nessa época, também foi trabalhar em Boa Vista Leonardo Munehiro Shinpo (*nissei* de Parintins, filho de koutakusseï) que se tornou o primeiro diretor da Faculdade Federal de Agronomia de Roraima, fundada em 1993 (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.144 ,145).

8.11 MOBILIDADE E FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS ESPONTÂNEAS

No decurso de 24 anos (de 1953-1976), foram introduzidas aproximadamente 1.079 famílias, ou 6.375 pessoas na Região Norte, sendo que praticamente 70% foram para o estado do Pará, onde se encontram as duas colônias dirigidas de Tomé-Açu que notadamente recebeu o maior contingente de imigrantes da Região Norte do Brasil. Em segundo lugar, o estado do Amazonas recebeu um contingente significativo de 20% dos japoneses para as colônias de Bela Vista em Manacapuru e Efigênio Salles, próxima a cidade de Manaus. A parcela residual de 10% foi para os antigos territórios federais. De qualquer forma, a permanência dos colonos nessas áreas remotas foi breve, pois houve uma mobilidade muito grande para as proximidades dos centros urbanos e para outras capitais.

Após a Segunda Guerra Mundial, vários redutos dessa etnia se formaram no entorno da cidade de Belém, especialmente em Coqueiro (distrito de Ananindeua) para plantar hortaliças e pimenta-do-reino. O primeiro residente japonês de Coqueiro foi Sadao Hasegawa

que saiu de Belém em 1953. Nessa época, vieram também Sukenobu Tatiwa e Toichi Kawachi de Capanema. Coqueiro era então uma área agrícola do lado esquerdo da estação Providência, no quilometro 14 da Estrada de Ferro Bragança (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 148).

No auge da produção de Coqueiro, em 1956, foi fundada a Cooperativa Produtora Paraense, por Sadao Hasegawa, Toshio Ohashi, Yasuo Ohashi, Shin-ichi Kawachi e Yoshimasa Ito, cuja sede transferiu-se posteriormente para Santa Izabel do Pará. Os colonos remanescentes de Coqueiro passaram da plantação de pimenta para o de hortaliças e avicultura. O levantamento de 1958 registra a presença de 85 famílias ou 377 pessoas japonesas residentes na cidade de Belém, enquanto que Tapanã (atual bairro do Benguí) registrava a presença de 30 famílias ou 713 pessoas (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 147, 149).

Yasuaki Kikuta e Heiji Sato (Entrevistados nº 54 e 69) que moram em Coqueiro há mais de 50 anos, comentam que nos idos de 1960 havia 48 famílias de japoneses plantando hortaliças e pimenta-do-reino em Coqueiro ao longo da Estrada da Providência (hoje tomada pelo bairro da Cidade Nova). Aconteceu que no ano de 1960 ou 1961 houve uma sobrecarga de chuva em Coqueiro que encharcou o solo de tal intensidade, que quase todos os pimentais morreram naquele ano. Fato que levou os japoneses a procurar outras áreas para plantação dessa cultura, que requer terra firme. Mobilizaram-se em direção à rodovia Belém-Brasília (municípios de Benevides, Santa Izabel do Pará, Santo Antonio de Tauá, Castanhal, Igarapé-Açu, Santa Maria do Pará, Nova Timboteua, Capanema, Ourém, Capitão Poço, Paragominas etc). Além da zona Bragantina, os japoneses seguiram também para a Região de Barcarena, Moju e Abaetetuba.

Para se ter uma idéia dessa mobilidade espacial, interessante mostrar a distribuição demográfica da população nikkey no norte através dos dados da Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, de 1964, que registra a presença de muitos japoneses e seus descendentes espalhados nas diversos municípios da Região Norte na década de 1960, conforme se pode observar na Tabela 25.

Na época (1964), eram 3.272 imigrantes e 1.195 descendentes no Pará, o que representa 82% da população nikkey da Região Norte, enquanto que, o estado do Amazonas detinha apenas 14% e os demais Estados eram residuais. Apesar de conter algumas diferenças nos relatos de outras fontes, a Tabela 25 mostra a dispersão dos japoneses e seus descendentes em vários municípios, mormente na zona rural do estado do Pará. Nessa mesma época (anos de 1960 a 1970), muitos dissidentes das colônias do Amapá, Amazonas, Acre, Rondônia e

Roraima se juntaram com os dissidentes da colônia de Tomé-Açu e de Guamá para formar novas colônias espontâneas ao longo das principais rodovias que cortam o Pará.

Tabela 25 – Distribuição dos imigrantes japoneses da Região Norte (1964)

Estados Municípios	Total N.A	Geração		Residência		Sexo	
		Imigrantes	Descendentes	Urbano	Rural	M	F
Amazônas	760	408	352	144	616	417	343
Itacoatiara	85	36	49	7	78	48	37
Itapiranga	35	20	15		35	21	14
Manacapuru	78	67	11		78	40	38
Manaus	215	137	78	63	152	117	98
Maués	56	22	34	6	50	31	25
Parintins	162	78	84	53	109	87	75
Urucurituba	62	21	41	8	54	31	31
Outros	67	27	40	7	60	42	25
Pará	4.467	3.272	1.195	380	4.087	2.457	2.010
Alenquer	91	59	32	49	42	46	45
Juruti	29	14	15	3	26	16	13
Monte Alegre	398	339	59	16	382	223	175
Oriximiná	27	7	20	3	24	13	14
Santarém	53	27	26	30	23	28	25
Outros do oeste	14	9	5	4	10	9	5
Ananindeua	421	326	95	29	392	232	189
Barcarena	85	55	30	7	78	48	37
Belém	527	271	256	196	331	301	226
Bragança	45	39	6		45	24	21
Capanema	48	22	26	28	20	22	26
Castanhal	21	17	4		21	14	7
Guamá	67	64	3		67	34	33
Inhangapi	299	286	13		299	169	130
Santa Izabel do Pará	648	555	93		648	359	289
Tomé-Açu	1.659	1.147	512	11	1.648	897	762
Outros municípios do nordeste do PA	35	35	0	4	31	22	13
Acre	3	1	2		3	1	2
Rondônia	157	132	25		157	83	74
Roraima	79	65	14	2	77	42	37
Amapá (omisso)							
Total	5.466	3.878	1.588	526	4.940	3.000	2.466

Fonte: Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa (1964)

Em decorrência dessa mobilidade, a JAMIC/JICA promoveu assentamento de imigrantes japoneses e seus descendentes procedentes de outras regiões em várias colônias dirigidas do INCRA. A exemplo de Acará e Altamira (no Pará), Efigênio Salles (no Amazonas), Ariquemes e Ji-Paraná (em Rondônia), que favoreceu a formação de colônias espontâneas como estão estampados na Tabela 26.

Tabela 26 - Imigrantes e descendentes em outras colônias espontâneas da Região Norte (1981, 1983, 1988)

Posição	Em 1981		Em 1983		Em 1988	
	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas
PARÁ						
Santa Izabel do Pará	174	870	127	633	178	874
Castanhal	144	678	180	820	240	937
Igarapé-açu	66	130	37	180	40	169
Santa Maria do Pará	90	450	24	181	24	127
Capanema	50	250	32	156	32	129
Capitão Poço	21	105	24	131	16	96
Moju	56	265				
Bujaru	19	195	22	11		
Santarém	45	201	75	308	85	332
Nova Timboteua			31	120	19	75
Abaetetuba			56	265	55	233
Imperatriz					20	85
Outros municípios			320	1750	604	2.453
AMAZONAS						
Manaus			20	89		
Outros municípios			350	1607	378	1865
RORAIMA						
Boa Vista			11	64	12	67
RONDÔNIA						
Ariquemes			49	164	69	275
Ji-Paraná			90	486	70	257
Outros municípios					120	363
ACRE						
Rio Branco					26	110
TOTAIS	665	3.144	1.448	6.965	1.988	8.447

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos Relatórios da JAMIC/JICA (JAPAN..., 1978, 1981, 1983, 1988 e 1991 e APANB (2001).

Comparando os dados do levantamento de 1964 com o quantitativo de 1988, sem contar a cidade de Belém neste último período, verifica-se que houve um crescimento de mais

de 50% da população *nikkey* no norte. No entanto, a grande concentração dos japoneses é na capital, que cresceu a partir do bairro da Cidade Velha em direção ao município de Ananindeua. Na década de 1990, residiam na área metropolitana em Belém cerca de 500 famílias de japoneses e de seus descendentes. São muitas as colônias espontâneas de japoneses e descendentes que convivem com os colonos nacionais. Pelos relatos da APANB (2001), se destacam as seguintes colônias dirigidas e espontâneas.

Quadro 1 – Colônias de imigrantes japoneses na Região Norte (2001)

Estados	Colônias dirigidas	Colônias Espontâneas
Pará	Tomé-Açu	Belém e Tapanã
	2ª Col. de Tomé-Açu	Coqueiro e Ananindeua
	Monte Alegre	Benevides e Moema
	Santarém	Santa Izabel do Pará
	Guamá	Sto. Antonio de Tauá
	Acará	Castanhal
		Igarapé-Açu
		Santa Maria do Pará
		Nova Timboteua
		Capanema e Ourém
		Capitão Poço
Amazonas	Parintins	Barcarena
	Bela Vista (Manacapuru)	Abaetetuba
	Efigênio Salles	Maués
		Manaus
Amapá	Matapi	Cachoeira Grande
	Fazendinha	Macapá
	Mazagão (extinta)	Santana
Acre	Quinari	Campo verde
Rondônia	Treze de Setembro	Rio Branco
		Porto Velho
Roraima	Taiano	Ariquemes e Ji-Paraná
		Boa Vista

Fonte: Elaborado pela autora com dados da ASSOCIAÇÃO..., (2001).

Ainda é crescente o número de japoneses vindos de outros Estados, assim como da zona rural à cidade de Belém para a educação dos filhos. Em consequência dessa mobilidade espacial, as famílias passaram a exercer diversas atividades econômicas na cidade, gerando também a mobilidade social. As mudanças ocupacionais mostram bem essa mobilidade com a integração gradativa dos japoneses na comunidade local, cujo progresso se processou paralelamente ao desenvolvimento da cidade de Belém.

8.12 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS

Apesar de haver registro de alguns casos de conflitos entre os imigrantes e os representantes das empresas imigrantistas na época da chegada dos imigrantes, percebe-se nas narrativas dos imigrantes da Amazônia que houve poucos conflitos sociais entre os próprios imigrantes. Da leitura da literatura e das entrevistas realizadas percebe-se que os laços de solidariedade foram bastante presentes nas colônias agrícolas. Primeiro, por eles estarem vivendo uma realidade muito diferente do padrão da terra natal, que os levava a buscar apoio entre si, como é comum nas comunidades de expatriados. Segundo, por estarem vivendo na zona rural, morando em casas afastadas uma das outras, com muitos afazeres na labuta da vida cotidiana. Terceiro, porque eles precisavam contar com o apoio dos patrícios em muitas ocasiões, mormente entre os imigrantes da primeira geração por terem grande dificuldade com a língua portuguesa, que não lhes permitia dialogar com os nativos, fato que dificultou a integração com a comunidade local por alguns anos.

Por outro lado, de modo geral, há registro de valorização do conflito homem-natureza por aqueles que foram destinados para as frentes pioneiras. Esse fato justifica-se pelas contingências em que estavam vivendo os imigrantes numa região de baixíssima densidade demográfica, num *habitat* com a espantosa presença de insetos na rica biodiversidade da Amazônia, quando não havia a exploração do homem nas terras virgens para onde foram destinados. Fato é que eles viveram e sentiram os percalços dessa exuberante e imponente realidade, como também presenciaram as mudanças ambientais que transcorreram no decorrer dos anos, inerente às transformações que ocorreram no processo de desmatamento das colônias agrícolas.

Portanto, na visão micro-sociológica a saga individual dos primeiros imigrantes da Região Norte é evidenciado dentro do contexto das dificuldades da vida cotidiana, longe dos centros urbanos, suportando a vida precária da selva, em contraste a realidade bem diferente do Japão, ou ainda da Região Sul-Sudeste do País, locais onde os imigrantes tiveram maior contato com outros imigrantes (japoneses e europeus), que os favoreceu nas relações de troca de bens e serviços, além do conforto em termos de clima, gozo da saúde, serviços urbanos etc. Esses relatos do cotidiano desses imigrantes nipo-amazônidas das área de fronteira, não deixa de ser o retrato da vida de muitos ribeirinhos, dos migrantes e retirantes que enfrentam

igualmente as dificuldades da vida interiorana, sem infraestrutura básica de transporte, hospitais, escolas, energia elétrica e outras necessidades sociais.

Na perspectiva macro-sociológica infere-se que o sucesso das colônias agrícolas está atrelado ao contexto sócio-econômico do local onde foram assentadas. Não basta apenas as riquezas naturais ou a qualidade do solo, a exemplo da Região de Monte Alegre, que oferece todas as condições naturais para o florescimento da agricultura, como menciona Ueno (2005) e Ishizu (2007)⁸⁹. Quando os imigrantes encontram as condições favoráveis (logística) e mercado em expansão para seus produtos, as colônias agrícolas prosperam e passam a servir de pólo de atração pelo sucesso do empreendimento econômico, ainda que estas colônias estejam fora da rota de mercado consumidor, como aconteceu com a colônia de Tomé-Açu. Por outro lado, quando os imigrantes não encontram as condições mínimas para desenvolver as suas atividades produtivas, ou ainda, quando cessa o período de sucesso ou entra em estagnação, estas colônias dirigidas desaparecem com a mobilidade dos imigrantes para outras colônias próximas, ou distantes, ou ainda para formar novas colônias espontâneas, como aconteceu em Coqueiro (distrito do município de Ananindeua), Santa Isabel do Pará, Castanhal, Capanema e adjacências, cujos municípios estão situados no eixo da rodovia BR-316.

⁸⁹ Tatsuo (ISHIZU, 2007) aborda a ocupação na fronteira do Tapajós, pela imigração japonesa de Monte Alegre, cuja dissertação trata do processo que conduziu essa migração à construção do modo de vida na Amazônia e à elaboração da identidade no novo ambiente. O enfoque principal é a colonização da cidade de Monte Alegre, no Baixo Amazonas paraense, muito embora sua análise faça referência a outras localidades do Pará e Amazonas.

9 PARÁ E AMAPÁ DUAS COLÔNIAS EM ANÁLISE

Partindo da premissa de que as alocações iniciais de imigrantes japoneses nas frentes pioneiras da Região Norte apresentam uma grande taxa de evasão, este capítulo propõe-se a realizar um estudo comparativo da colônia de Tomé-Açu - considerada como um caso de sucesso, com a colônia do Amapá - este um caso de insucesso, no contexto das imigrações de pós-guerra. O interesse da pesquisa tende para uma análise das condicionantes estruturais e conjunturais que cercaram a vida dos imigrantes nas duas colônias agrícolas, que os levaram à mobilidade, ou ainda, o que os favoreceu para a fixação nas referidas colônias dirigidas.

Considerando que já foram abordados vários enfoques da velha imigração da colônia de Tomé-Açu⁹⁰, neste capítulo serão focadas sucintamente as questões sobre a nova imigração de pós-guerra dessa colônia e mais detalhadamente sobre as diferentes tentativas de colonização do Amapá, a fim de tentar explicar como ocorreu o processo de inserção, adaptação e integração dos imigrantes nessas duas colônias agrícolas que tem história e enredo diferente no panorama das imigrações da Região Norte.

9.1 A COLÔNIA DE TOMÉ-AÇU NO PÓS-GUERRA

A retomada da imigração japonesa para Tomé-Açu teve início em agosto de 1953, com a entrada de 29 famílias, 129 pessoas pelo navio América Maru (COOPERATIVA..., 2004, JAPAN..., 1988). A colônia agitava-se então em prosperidade trazida pela pimenta-do-reino. Os pequenos grãos negros da pimenta eram chamados de “diamantes negros” e a colônia iniciava a fase áurea de sua história.

A aparição da pimenta como produto em Tomé-Açu ocorreu somente a partir de julho de 1947. Nesse ano, a pimenta foi o terceiro em venda entre os produtos de Tomé-Açu, comprovando a sua viabilidade comercial.

⁹⁰ Entretanto, para ter uma visão dessa realidade sob outros olhares, além das obras já citadas é interessante a leitura de dissertação de Aihara (2008), que interpreta as diferentes formas de conformação das paisagens constituídas pelos patriarcas da família Onuma, de Tomé-Açu, a partir das memórias de seus parentes e amigos, cujas narrativas expressam elementos que auxiliam na compreensão da subjetividade, do pensamento nipo-brasileiro no contexto paraense.

O preço de mercado da pimenta começava então a subir consistentemente devido aos danos produzidos pela Segunda Guerra às regiões produtoras, chegando a mais de dez vezes o preço do período pré guerra.

O lucro em mãos dos cooperados corresponde a 130 cruzeiros por quilo de pimenta preta. As colônias usualmente pobres se transformam em paraíso de fartura. São 78 cooperados, 330.000 pés de pimenta plantados e produção de 650 toneladas. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.84)

Importante lembrar que a produção da pimenta-do-reino em Tomé-Açu fazia parte originalmente da plantação da Nantaku, que após a fracassada experiência com as pimenteiras ordinárias fora substituída pelas mudas trazidas de Cingapura por Makinosuke Usui, funcionário da Nantaku. Apenas duas mudas de Cingapura plantadas na fazenda experimental de Açaizal (Tomé-Açu) sobreviveram. Com o encolhimento da Nantaku, em 1935, e abandono da fazenda experimental de Açaizal, Yuji Kato recebia as mudas que, juntamente com Enji Saito passaram a desenvolver pacientemente a produção de mudas (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 165).

Em 1938, a produção da pimenta nessa colônia era de apenas 70 quilos. A partir de julho de 1947 atingiu 21.065 kg, ocupando o terceiro lugar em venda entre os produtos da cooperativa de Tomé-Açu. Além de comprovar a sua viabilidade comercial, o preço de mercado da pimenta começava então a subir consistentemente em consequência dos danos produzidos pela Segunda Guerra Mundial às regiões produtoras, chegando a mais de dez vezes o preço do período pré-guerra. Em 1952, a produção já era de 465 toneladas, crescendo astronomicamente para 1.200 toneladas em 1956, até atingir o ápice em 1968, quando se registrou 5.700 toneladas. (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 165, HOMMA, 2007, p.104, 106).

Por volta de 1953 a 1955, a Colônia viveu um verdadeiro “boom” do “diamante negro”. Os produtores recebiam, em líquido Cr\$ 130,00 por quilo. O índice de aumento da venda era espantosa: 1953 – Cr\$ 43.817.000,00, 1955- Cr\$ 107.672.000,00 (COOPERATIVA..., 1961, p.F, COOPERATIVA..., 1967, p.F).

Como aconteceu em todo o Brasil de pós-guerra, o reinício da imigração foi o maior acontecimento para a colônia japonesa do Tomé-Açu, uma vez que esta se encontrava em situação de estagnação. Nessa época, o estado de apatia e medo era generalizado, em face da derrota dos japoneses na Segunda Guerra Mundial e o estado de terrorismo que os grupos do Sindô Renmei haviam infiltrados nas colônias do Sudeste (HANDA, 1987).

Na mente dos velhos pioneiros de Tomé-Açu havia a preocupação da perda da identidade cultural e da miscigenação dos descendentes como consequência natural do ciclo da vida, posto que a imigração da Região do Sudeste encontrava-se na terceira geração e a do norte na segunda geração. Como lembra um conhecido imigrante de Tomé-Açu, os pioneiros da década de 1930 estavam envelhecidos e muito preocupados com o problema de consanguinidade de seus descendentes porque os casamentos dos filhos passaram a ser entre parentes próximos, em razão da retirada da maioria dos imigrantes de Tomé-Açu. Das 40 e poucas famílias que ficaram nesta colônia praticamente todas passaram a ter laços de parentesco pela união matrimonial entre os mesmos e seus descendentes (Entrevistado nº 8).

Por outro lado, no início dos anos 1950 começava a expansão da pimenta-do-reino e Tomé-Açu precisava de braços jovens para aumentar a produção. De modo que a chegada de “sangue novo” trouxe novo ânimo e novidades para a colônia, principalmente para as jovens nisseis que foram logo indicadas para casar com os jovens imigrantes recém-chegados do Japão. Fato que trouxe, não só a renovação natural dos laços parentais, como também uma atualização cultural entre os descendentes desses velhos imigrantes que tinham perdido em parte a língua e os costumes da terra natal, pela distância espacial e temporal. Ao mesmo tempo, a vinda dos jovens imigrantes trouxe notícias dos acontecimentos da guerra e atualização das mudanças que ocorreram no Japão de pós-guerra aos velhos imigrantes que ficaram sem comunicação por vários anos.

Recorda Shimakawa que, quando o seu grupo chegou em 1953, os novos imigrantes foram distribuídos nas fazendas dos patrões japoneses.

Alguns tinham casa com água e luz elétrica (gerador da fazenda) e havia condições para começar a trabalhar no dia seguinte nos pimentais, de modo que não sofremos tanto. A procura por pimenta era tão grande que chegou a ser conhecida como “diamante negro”. Nos idos de 1960, um punhado de pimenta dava para pagar a diária de um peão. Uma tonelada dava para comprar um trator (Entrevistado nº 48).

Em fins de 1954, cerca de 500 pessoas haviam chegado à colônia de Tomé-Açu (COOPERATIVA..., 1955). Os negócios em Tomé-Açu enfim prosperavam, mas a vida continuava difícil, mormente aos novos colonos que chegavam sem nenhuma reserva de dinheiro e tinham de submeter-se a um regime de trabalho árduo por até quatro anos, tempo médio necessário para comprar um lote de terra e começar sua própria plantação.

Por outro lado, o relacionamento entre os antigos e novos imigrantes, que no princípio era de cordialidade e tolerância nas casas dos patrões, passou a ter atritos por conta do sistema de aviamento a que estavam sujeitos os empregados das fazendas. Naturalmente, os novos imigrantes que estavam vivendo um momento diferente do Japão de pós-guerra não aceitavam mais as relações de obediência cega do antigo sistema de hierarquia vertical. O pronunciamento de Yoshio Nomura, feita em 1954, retrata bem essa situação.

Os velhos imigrantes procedem como ‘sargentões’. Isto se revela em suas atitudes quando pretendem fazer com que o novo imigrante passe pelos mesmos caminhos por onde eles andaram. Quer me parecer que os mais bem sucedidos são os mais “sargentões”. Os novos imigrantes que virão são em diversos aspectos diferentes dos que viveram no Japão há vinte ou trinta anos. O mundo se transforma rapidamente. Tentar reproduzir o antigo imigrante sem reconhecer esta realidade leva naturalmente a um grande conflito (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.86).

Como consequência desses conflitos internos, entre o patrão rico e o imigrante pobre, houve a dissidência de muitos imigrantes que logo procuraram a sua independência para tocar a sua própria propriedade, contando ainda com o apoio da JAMIC e de financiamento bancário para a cultura da pimenta-do-reino.

Em 1959, Tomé-Açu emancipa-se de Acará e torna-se município autônomo. Assim, por ocasião da comemoração do 30º aniversário da fundação da colônia de Tomé-Açu, foi programada a ampliação dessa colônia e a criação de um segundo núcleo de colonização, com o apoio do governo japonês para assentar novos imigrantes.

Atualmente, o número de famílias japonesas residentes no município de Tomé-Açu é de 350. Desse total, 280 são as que radicaram na comunidade nesse período de pós-guerra, compreendendo: as que se transferiram para ai, ultimamente, depois de terem passando alguns anos em outras paragens menos favorecidas da vasta planície amazônica; as que vieram dos Estados de São Paulo e Maranhão; e as que chegaram diretamente do Japão (COOPERATIVA..., 1961, p.F).

Constata-se nesse relatório da Camta que, antes da vinda dos novos imigrantes, nos anos de 1950 haviam 70 famílias, posto que após o *boom* da pimenta, muitas famílias haviam remigrado para Tomé-Açu e outros vieram do Japão. Em 1962, para a nova colônia da JAMIC (chamada também de 2ª Colônia), foram assentadas 25 famílias (114 pessoas) de colonos procedentes das fazendas de Tomé-Açu e de outras colônias da região. Nessa época, a colônia respirava prosperidade, e estava em campanha eleitoral arregimentando os japoneses para naturalização e cooptando eleitores para eleger Fukashi Sawada, como o primeiro prefeito

nipônico da comuna, que tomou posse em 1963, com o apoio de toda a comunidade japonesa de Tomé-Açu.

Embora a pimenta tenha sido a salvação econômica da colônia, começava a experimentar o declínio e a perda em sua posição de liderança do mercado a partir de 1962, em virtude do fungo *fusarium*⁹¹, ou peste do apodrecimento do caule e da raiz (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 165; COOPERATIVA..., 1967; HOMMA, 2007, p.120). Como uma ação isolada e paliativa, em setembro de 1963 foi decidida a construção do Laboratório Takasago de Pesquisas de Essências do Amazonas, inclusive para plantação de uma nova espécie de pimenta para exploração de essência das folhas. Nessa mesma época (novembro de 1963), foi constituída a Indústria Química e Comércio Kanebo do Brasil S/A (*Kanebo Kagaku Kabushiki Kaisha*) para extração do óleo da pimenta. As máquinas chegaram em agosto de 1964 e em novembro do mesmo ano, entrou em funcionamento a mais moderna indústria do gênero no Brasil (COOPERATIVA..., 1967, p.K). No entanto, não prosperou essa modalidade de extração de óleo da pimenta de modo que foi abandonada logo depois.

Na época, as condições sanitárias do local e de todo o País eram das mais precárias, com grande incidência de malária. O governo brasileiro havia recebido em 1962, dos Estados Unidos, como parte do auxílio destinado ao programa “Aliança para o Progresso” remédios e material para erradicação da malária, no valor de US\$ 4,46 milhões (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 96). Assim, em abril de 1964, foi criada uma comissão para colaborar com a comissão similar do governo brasileiro para promover a dedetização da área. Graças a essa iniciativa foi possível receber novos colonos com certa tranquilidade (COOPERATIVA..., 1967, p. H).

Nesse interim chegavam os novos imigrantes diretamente do Japão para a Segunda Colônia da JAMIC. Eram pequenas levadas de imigrantes de 8 famílias (37 pessoas) em 1963; 2 famílias (16 pessoas) em 1964; 4 famílias (23 pessoas) em 1965; 17 famílias (72 pessoas) em 1966; 11 famílias (42 pessoas) em 1967. Depois espaçadamente até a década de 1970 (JAPAN..., 1988). No novo contexto da modernidade do Japão, os imigrantes treinados pela JICA vinham em outras condições: alguns vinham de avião, outros de navios, trazendo em sua bagagem equipamentos como motosserra, instrumentos modernos de agricultura que deixavam os antigos colonos boquiabertos com as novidades.

⁹¹ Segundo informação da Embrapa a *Fusarium*, conhecida também como *Fusariose*, começou a surgir a partir de 1957 com os primeiros casos de podridão das raízes. Essa doença causou a morte de milhares de pimenteiros, resultando em grandes perdas de produção, redução do ciclo produtivo da cultura de 20 anos para 6 a 8 anos.

Por outro lado, após a instalação da 2ª colônia com ingresso de 34 famílias aportadas até 1964, começava o declínio do preço da *piperácea*, o que tornou instável o mercado dessa cultura. A cooperativa passou a procurar novas culturas subsidiárias, como o cravo da Índia, e enviar emissários a outros países na procura de uma cultura alternativa para a região. Nessas circunstâncias, a 2ª colônia cuidadosamente planejada pelo governo japonês e brasileiro para acomodar 600 famílias sob o plano quinquenal foi paralisada (COOPERATIVA..., 1967, p.L).

Diversas medidas foram tomadas para reverter a situação de desânimo, mas o êxodo de Tomé-Açu foi generalizado. Com o declínio do produto principal, os colonos remanescentes de Tomé-Açu passaram da monocultura para a diversificação da produção agrícola. A JAMIC/JEMIS fazia o que podia com os recursos do governo japonês dentro da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. Além da orientação sobre gestão da lavoura, financiava a produção e dava todo o tipo de apoio. Construiu o prédio da Associação Cultural de Tomé-Açu em 1966, deu apoio e ajuda à escola, pensionato para estudantes, assistência médica, entre outras providências (ASSOCIAÇÃO..., 2001; COOPERATIVA..., 1967, JAPAN..., 1988). O Centro Cultural fora construído em comemoração aos 35 anos da imigração em Tomé-Açu, para promover eventos culturais, esporte e ensino da língua japonesa, desafogando mais os encargos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, que por longos anos tem desempenhando o papel centralizador da colônia.

A violenta expansão do *Fusarium* nas pimenteiras, a partir de 1970, provocou um deslocamento das plantações ao longo das rodovias paraense, produzindo ciclos de prosperidade naqueles municípios onde a pimenta entrava, para depois de 8 a 10 anos apresentar uma curva declinante (HOMMA, 2007, p.119). Em 1972, com a abertura da rodovia entre Belém e Tomé-Açu, os colonos podiam pela primeira vez fazer o escoamento da produção por estrada. Surpreendentemente, a pimenta nesse ano bateu o recorde histórico de 5 mil toneladas (COOPERATIVA..., 2004). A JAMIC também contribuiu para que se efetivasse a instalação do Instituto Experimental Agrícola Tropical da Amazônia (INATAM) em abril de 1974, com objetivo de realizar pesquisas e testes sobre doenças da pimenta-do-reino, para introdução e exploração de plantas tropicais, sobre pecuária e treinamentos de técnicos entre outros objetivos (NAGAI, 1979, p. 43). Mas, as chuvas excessivas do ano de 1974 junto com as pragas derrubaram definitivamente a produção da pimenta-do-reino, que passou a diminuir a cada ano, mal chegando a manter o nível de 1.000 toneladas na década de 1980.

Como alternativa, em 1981 foi criada a Associação de Fomento Agrícola de Tomé-Açu (Asfata) para produção de sucos de frutas com recursos do governo japonês. A colônia procurou manter a estabilidade econômica com diversidade de produtos entre os quais, cacau, maracujá, coco, dendê, guaraná, mamão, limão, borracha, hortaliça e produtos granjeiros (COOPERATIVA..., 2004).

Em 1987, foi criada a Cooperativa de Eletrificação e Telefonia de Tomé-Açu (COELBA) para a instalação da eletricidade rural. No ano seguinte, a colônia lançou-se ao desafio de uma nova área da industrialização agrícola abrindo uma fábrica de produção de sucos de frutas tropicais com o auxílio da JICA. A partir de então, os colonos passaram a diversificar a cultura plantando mais cacau, maracujá, cupuaçu, acerola, graviola, açaí etc. Nesse mesmo ano de 1988 fora inaugurado o Hospital Amazônia de Quatro-Bocas.

A despeito de todos os esforços empreendidos, sem uma produção permanente que trouxesse progresso econômico, a evasão abateu de novo àquela colônia. Agora de uma maneira diferente, com o fluxo dos *dekasseguis*, como reporta Ohashi.

O ataque das doenças nas pimenteiros causou grandes transtornos na vida dos lavradores, não tendo outro meio para se estabilizarem na vida, muitos foram para o Japão trabalhar temporariamente, voltaram para cá e novamente iam para o Japão – é o novo método de vida que estão escolhendo, algumas pessoas começaram diferente ramos de vida como o Sr. Masaru Nagasaka, com restaurante, posto de gasolina e karaokê bar, tendo assim bom resultado [...] (OHASHI, 2003. p.44).

A conclusão do asfaltamento da rodovia PA-140, em 2002 e a inauguração da nova fábrica de sucos da Camta com recursos locais deram novos ânimos aos progressistas dessa comunidade rural (COOPERATIVA..., 2004, NAGAI, 1979). Porém, o processo de integração dos descendentes nipônicos com a população local é cada vez mais crescente, com a perda da identidade cultural dessa etnia.

9.2 AS TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO NO AMAPÁ

Para entender a saga dos imigrantes em terras do Amapá interessante situar o contexto histórico, a localização dos municípios com as respectivas colônias agrícolas, e as características básicas dessa região. Até meados do século XX, o Amapá fazia parte da Província do Pará. Transformou-se em Território Federal do Amapá, em 1943, sob

administração federal, e em estado autônomo pela constituição de 1988. O Amapá faz fronteira ao norte com a Guiana Francesa, ao leste com Oceano Atlântico, ao sul e oeste com o estado do Pará.

De acordo com o censo demográfico do IBGE (1965), a população do Amapá em 1950 era de 37.477, em 1960 passou para 67.750; em 1980 para 175.257, em 1991 para 289.397 e em 2000 para 475.843 habitantes. Significa que o crescimento populacional multiplicou-se por 12,7 vezes em 50 anos. Na época em que foi criada a administração do Território Federal havia apenas três municípios: Macapá, Mazagão e Amapá. Atualmente são 16 municípios. A estimativa feita pelo IBGE, em 2000, indica que a população residente nas cidades de Macapá e Santana - que são cidades interligadas - era de 282.745 e 80.169 habitantes respectivamente, o que representa 76% da população do Estado. Infere-se que a capital, Macapá, teve um crescimento vertiginoso após a instalação da Área de Livre Comércio em 1992, em detrimento ao contingente decrescente da população rural (IBGE, 1950).

Fazendinha é um distrito de Macapá, localizado entre os núcleos urbanos dos municípios de Macapá e Santana, a uma distância de 15 km do centro da capital em direção sul. Mais ao sul de Santana encontra-se Mazagão que é um município fundado por uma população originária de Marrocos (norte da África) que foi colonizado pelos portugueses e seus escravos, que pensavam expandir seus domínios a partir da construção de fortes e castelos. A área de Mazagão é de 13.131 km² e a população estimada em 2005, era de 13.913 habitantes, o que resulta numa densidade demográfica de 1,05 habitantes por km². Mazagão Novo é atualmente a sede do município de Mazagão, que fica a 35 km ao sul da capital do Estado.

A colônia Matapi está localizada na cabeceira do rio Matapi, no Município de Porto Grande, a uma distância de 20 km da sede do município de mesmo nome. A população estimada de Porto Grande é de apenas 14.951 habitantes em 2009 (IBGE, 2007). Atualmente, a estrada que liga Macapá-Porto Grande, de aproximadamente 110 km, está toda asfaltada, completamente diferente da década de 1950. Para chegar à colônia de Matapi é necessário percorrer mais 20 km de estrada de piçarra em terreno ondulado com pequenas ladeiras. Portanto, atualmente, para chegar à colônia de Matapi se gasta em média 2 horas por via rodoviária.



Mapa 11 – Estado do Amapá
Fonte: IBAMA (2009). Adaptado por Wellington Moraes (2010)

A tentativa de colonização e ocupação do território do Amapá remonta de longas datas, com objetivo de conter a invasão dos países vizinhos ao extremo norte do País. Há registro de vários conflitos fronteiriços com os franceses, ingleses e holandeses que, com suas bases nas vizinhas Guianas, empreendiam invasões no território brasileiro. No século XVII, os franceses estabeleceram as suas bases em Cabo Norte, do lado do Atlântico, administrando plantações de tabaco, cana de açúcar e a pecuária, quando em 1637, as tropas portuguesas sediadas em Belém conseguiram expulsá-los. Mesmo após a expulsão, os franceses continuaram invadindo com insistência, travando diversas batalhas com os brasileiros. No século XVIII, iniciou-se o processo de colonização com os lavradores portugueses e imigrantes das Ilhas de Açores que chegaram à costa de Macapá, então chamado de Canal Norte do rio Amazonas.

Como parte da estratégia de expansão e colonização das posses portuguesas no Novo Mundo, o governo luso promove uma ampla campanha de remanejamento em Cabo Verde e Açores, culminando com o envio de centenas de famílias, com seus escravos, para povoar núcleos coloniais ao Norte e Sul do Brasil. Assim chegaram, em Macapá, os açorianos entre 1730 e 1750. Apesar de não terem se adaptado ao clima e à insalubridade da região, eles passam para a história de Macapá como seus primeiros desbravadores (ALIPIO JUNIOR, 2008).

A vila de Macapá situada a 36 léguas do Cabo Norte, foi fundada em 1758, para receber os colonos açorianos e das Ilhas das Canárias por ordem do rei D. João V (ACEVEDO MARIN, 2005). Em 1764, iniciou-se a construção da Fortaleza de São José do Macapá que terminou em 1782. Durante 18 anos de construção, os escravos negros foram trazidos da África para o trabalho nas obras, e um exército de guarda da fronteira de mais de 2.000 homens protegeu a região. Os negros que trabalharam na obra fundaram um quilombo que deu origem a Vila de Curiaú, onde vivem ainda os descendentes desses escravos que mantiveram as tradições de seus ancestrais.

Acevedo Marin (2005) também registra a presença de colonos produtores de arroz em Macapá e Mazagão no período colonial, na tentativa de transformar o delta do rio Amazonas em “celeiro agrícola”, conduzidos pela Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão que monopolizava o beneficiamento, transporte e comercialização do produto, submetendo o agricultor a uma intrincada dependência até o estado de miséria. Após a saída da Companhia diminuiu-se a produção de arroz e as unidades familiares reforçaram a policultura (mandioca, milho, feijão, algodão, café e tabaco) e o extrativismo. Por longos

anos, as populações locais viveram um crescimento vegetativo dependentes dessa economia de subsistência até a transformação em Território Federal do Amapá.

9.3 AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO PARA O AMAPÁ

O interesse do governador Janary Nunes pela imigração dirigida para a colônia de Matapi seria primordialmente para a plantação de seringueiras (*Hevea brasiliensis*)⁹² de acordo com as diretrizes do presidente Getúlio Vargas. Nesse sentido viam que os japoneses atendiam suas expectativas, como escreve Clóvis Penna Teixeira, no jornal Amapá, sobre “Imigrantes japoneses no Amapá – uma colonização em marcha”.

Pensamos, e nisto não nos move nenhum sentimento de simpatia pelos nipônicos ou de aversão por outro qualquer povo que normalmente vem compondo a massa imigratória para o nosso ou para o outro país do continente americano, MECA desses mesmos povos que por fatôres inelutáveis são obrigados a abandonar o solo pátrio em busca de outros horizontes mais promissores, pensamos repetimos, e ai vai sim todo o nosso interêsse de brasileiro que acredita de há muito estar o nosso desenvolvimento subordinado ao fatôr colonização; pensamos, dizíamos, que o japonês, dentre os imigrantes que se apresentam no mercado mundial é o que mais conveniência oferece para um programa de colonização na Amazônia e de valorização e aproveitamento das suas áreas ainda desocupadas. De fácil adaptação ao clima que ao contrário do que se tem dito não afugenta ninguém de vez que proporciona condições de vida e trabalho bastante propícias, é portador de boa técnica como os demais e não exige tanto. Aos que se contrapõem, apontando o perigo dos quistos raciais e as desvantagens que um isolamento pode acarretar, responderemos que isso depende mais da nossa capacidade de povo ápto a assimilá-los e a aceitar uma miscigenação que se fez, se faz e se fará, imperiosamente em que pesem os percalços que se lhe anteponham. [...] Ésse imigrante que atualmente estamos recebendo já deu para a Amazônia, duas culturas de alto valôr econômico e que hoje tem o mérito de haver estabilizado, notadamente no baixo Amazonas, as atividades de milhares de patrícios nossos que se dedicam à cultura de juta e outros tantos mais que, noutros pontos, ganham a subsistência cultivando a pimenta-do-reino (TEIXEIRA, 1953, p.3).

O recém criado Território Federal do Amapá despontava como uma região rica em mineração e um grande exportador de manganês a ser extraído pela empresa americana ICOMI⁹³. Nos idos de 1950, um grande grupo de funcionários americanos da ICOMI estava se instalando em Porto Platon nas proximidades da colônia de Matapi, de onde saíam para

⁹² A plantação dos seringais era uma prioridade do governo e das empresas naquela época. Henry Ford tinha tentado de 1927 a 1945. Em 1954, a Goodyear tentou em São Francisco do Pará e a Pirelli em Ananindeua/PA. (HOMMA, 2003, p. 121).

⁹³ A Indústria e Comércio de Minérios S.A. – Icomi iniciou a exportação de manganês da Serra do Navio em 1957, encerrando as atividades em 1997.

trabalhar na construção da infraestrutura para exploração de manganês na Serra do Navio. O governo planejava desenvolver a agricultura permanente (seringueira) e a temporária para suprir os empregados da companhia de mineração ICOMI, que residiam num conjunto habitacional em Porto Platon, a uma distância de 20 km da colônia de Matapi. Enquanto que a de Fazendinha seria para atender o abastecimento de hortaliças à cidade de Macapá.

Com esse esforço global, o Amapá está procurando criar outras fontes de riqueza, além do manganês, e se prepara para possibilitar à sua população um nível de alimentação que não é fácil encontrar em toda a Amazônia. Daí a crença, que alimentamos, de que a população do Território crescerá de maneira vertiginosa, quando os primeiros resultados de elevação do padrão de vida popular forem conhecidos em toda a extensão dos Estados do Pará e Amazonas. Até mesmo do nordeste, estamos convencidos, haverá levas de migração para o norte [...]. (jornal AMAPÁ, 11 fev.1954).

O processo de colonização com nacionais já tinha se iniciado antes da chegada dos japoneses. Na década de 1950 chegaram muitos nordestinos na região, mormente de cearenses, para plantar seringueiras. Há registro no jornal local (AMAPÁ de 01 mar.1952, p.5), que chegaram em 1951 cerca de 6 mil⁹⁴ nordestinos para a Amazônia, incentivados para tocar a plantação de seringueira, em face “a recente melhoria dos preços da borracha e as facilidades de financiamento desta produção introduzida pela atual administração do Banco de Crédito da Amazônia”. Os entrevistados confirmam que, quando chegaram os japoneses, os nordestinos já estavam na colônia agrícola de Matapi.

Coincidentemente, o Território do Amapá estava em franco crescimento, como retrata o único jornal oficial existente naquela época.

A busca de novas fontes de riquezas e a criação de condições fundamentais para a fixação definitiva do homem no solo vêm absorvendo o maior esforço da administração. No recenseamento de 1950 verificou-se que o Amapá foi a região do Brasil que apresentou maior percentagem de crescimento demográfico no último decênio aumentando 87%. A capital do Território excedeu toda as expectativas, subindo de 1.012 para 10.100 habitantes, ou seja 897%. [...] O território do Amapá, vem surpreendendo pelas jazidas minerais localizadas no seu subsolo (AMAPÁ, 18 out.1952).

Atraído pelo crescimento daquele território, Kotaro Tsuji pretendia trazer um grande contingente de patrícios para o Amapá, em face das diretrizes políticas do governo brasileiro

⁹⁴ No jornal Amapá conta que mais de 100 mil nordestinos ainda vivem na Amazônia. No recenseamento de 1950, viviam no Amazonas 114.388 nordestinos, que representavam cerca de 6,2% da população do Norte (Jornal AMAPÁ, 14 maio 1953, p.4)

empenhado com a colonização e ocupação dos territórios federais. Os contatos de Kotaro Tsuji com o governo do Amapá encontram-se registrados nas manchetes do jornal Amapá do dia 30 de agosto de 1952. O plano desse imigrantista era trazer 5 mil famílias japonesas para a Amazônia.

[...] chegaram a esta capital, dia 22 e regressaram a 24, os srs. Kotaro Tsuji, presidente da Associação dos Juteiros da Amazônia e o Tomio Kora, Secretário da Embaixada do Japão no Rio de Janeiro. O primeiro é autor de um plano de aproveitamento das terras firmes na Amazônia, onde trabalha há vinte anos, estando atualmente em Santarém.

Ambos aqui vieram entrar em entendimento com o Governador Janary Nunes, no sentido da localização de famílias de agricultores japoneses na região, o que faz parte de um plano de cinco mil pela Amazônia. (AMAPÁ, 30 ago. 1952, p. 1, 6).

Em novembro daquele ano, Kotaro Tsuji acompanhado do cônsul de Belém, Tomiya Kosseki, estiveram visitando novamente a capital do Amapá, conforme registra o jornal Amapá de 29 de novembro de 1952.

[...] Acompanhado do sr. Kotaro Tuji, industrial estabelecido no Pará e membro da Associação Rural dos Juteiros, visitou esta capital o dr. Tomiya Kosseki, cônsul japonês em Belém, ora interessado na fixação de famílias nipônicas em terras amapaenses.

A viagem dos srs. Tomiya Kosseki e K. Tsuji teve por objetivo conhecer e estudar as zonas onde irão se localizar as 30 famílias de colonos japoneses que, no próximo ano, se fixarão no Amapá, conforme entendimentos já havidos entre o Governo do Território e a representação diplomática do Sol Nascente, no Brasil.

Os dois ilustres visitantes compareceram a um jantar na residência do Governador Janary Nunes, onde debateram problemas ligados a agropecuária. Visitaram as áreas agrícolas do próspero município de Mazagão e sobrevoaram a Serra do navio, tendo o Consul Tomiya Kosseki feito as seguintes declarações: Estou maravilhado com o que vi no Território do Amapá, tudo nos diz de um progresso energismo (sic) de uma sadia civilização [...] (AMAPÁ, 29 nov.1952, p. 1, 6).

Percebe-se a visão otimista do cônsul japonês ao visitar as terras do Amapá, cuja extensão era bem superior a qualquer gleba de um agricultor japonês. O empresário Tsuji provavelmente estava interessado em alargar seus negócios também no Amapá, uma vez que comercializava a juta produzida pelos japoneses ao longo do rio Amazonas, de Manacapuru a Santarém. Ambos viam-na como um sinal de progresso para os patrícios japoneses. A presença de imigrantes de outras etnias deve, também, ter despertado o interesse do cônsul e do Tsuji, pois quando os imigrantes japoneses chegaram a Macapá, já havia vários estabelecimentos comerciais de judeus, libaneses, turcos, entre outras etnias que praticavam o comércio naquela capital.

Em 1952, a cultura de seringueira tomou maior impulso com os financiamentos do Banco de Crédito da Amazônia. Plantaram aproximadamente 163 mil árvores, em 1952 com financiamento dessa instituição bancária. Para 1953, o governo do Amapá previa abrir 499.670 covas de seringueiras para os municípios de Macapá, Mazagão e Amapá. O plano do governo do Território para 1954, excluída a pretensão do Banco de Crédito da Amazônia, previa: plantio definitivo de 3 milhões de pés de seringueira, plantio de 500 mil mudas em viveiros para multiplicação de enxertia; enxertia de base de 2.343.500 pés das diversas zonas agrícolas, e enxertia de copa de 487.000 mudas (AMAPÁ, 11 fev. 1954)

Uma vez acertado o acordo entre o representante do governo japonês com o governador do Estado, as providências foram tomadas no Japão para o recrutamento de imigrantes para o norte do Brasil. Nas palavras do imigrante Ogata de Matapi⁹⁵,

A empresa do governo japonês comunicava aos interessados que eles viriam para plantar seringueiras e que o projeto do governo estava pronto. Naquela época falava-se muito no empenho do Presidente Getúlio Vargas em trazer os imigrantes japoneses para a Região Norte do Brasil, face a disponibilidade de grandes áreas para agricultura. Os interessados eram encaminhados para a cidade de Kobe onde recebiam uma semana de instruções e folhetos com as palavras básicas para comunicar-se em português (Entrevistado nº34).

Para atender as condições negociadas com o governo brasileiro, cada grupo familiar deveria conter pelo menos 3 adultos, exigência que levou muitos grupos comporem com parentes e agregados para atender tal condição. Também deveriam permanecer pelo menos 3 anos no local destinado de acordo com as diretrizes da *Kaikyoren*⁹⁶ (Federação das Associações Ultramarinas do Japão).

Na visão dos imigrantes, entretanto, que enfrentaram posteriormente a falta de infraestrutura e a insalubridade do lugar, as primeiras experiências em terras do Amapá marcaram profundamente as suas vidas de forma negativa, a ponto de sentirem-se enganados pelos organizadores da imigração. Os homens, normalmente mais aventureiros, certamente ouviram muitas reclamações das esposas e filhos que vinham muitas vezes “arrastados” pela vontade do chefe da família. Há que registrar que muitos ficaram doentes de malária, diarreias, verminoses e feridas bravas. A malária só não matou muitos imigrantes porque naquela altura já havia o quinino e o camoquin.

⁹⁵ Ogata na época já era um rapaz e havia concluído o curso técnico no Japão.

⁹⁶ A *Kaikyoren* era a empresa precursora da antiga *Kokusai Kyoroku Jigyodam*, conhecida como JICA.

9.4 A CHEGADA DOS PRIMEIROS JAPONESES NO AMAPÁ

A imigração japonesa no Território Federal do Amapá faz parte do contexto das migrações dirigida de pós-guerra, quando muitas famílias foram destinadas para várias colônias dos estados do Pará, Amazonas e nos recém criados Territórios Federais do Amapá, Guaporé (Rondônia), Acre e Rio Branco (Roraima). O território do Amapá recebeu somente três levas de imigrantes japoneses, no total de 350 pessoas entre adultos e crianças, agrupadas em 57 famílias. Em 1953, chegou a primeira leva de 177 pessoas, em 29 famílias que foram destinadas as colônias de Matapi e Fazendinha. No ano seguinte, em 1954, chegaram mais 123 japoneses, componentes de 21 famílias distribuídas entre as duas colônias citadas. A terceira e última leva de 1957, era de 43 pessoas, composta de apenas 7 famílias, que foram encaminhadas para a colônia do Mazagão Novo, destinada a plantação de seringueira, cacau e arroz, de acordo com as diretrizes do governo do Território Federal do Amapá. Portanto, a despeito de ser um pequeno contingente foram alocados em 3 sítios distintos: Matapi, Fazendinha e Mazagão Novo. A relação desses imigrantes encontra-se no Apêndice H - Relação dos imigrantes do Amapá.

Como dito, os colonos japoneses só chegaram em 1953, no Amapá. Entretanto, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, havia interesse dos representantes do Sol Nascente para a fixação dos japoneses no Amapá, visto que fazia parte do projeto da Nantaku (Kanebo), como consta nos relatos da imigração da Amazônia (ASSOCIAÇÃO..., 2001). Assim, em 1930, quando estava iniciando a imigração em Tomé-Açu, o pesquisador Jyuichi Ikujima da Nantaku visitou as terras do Amapá (que ainda fazia parte do estado do Pará) para sondar as potencialidades da localidade, que resultou na concessão de 100 mil hectares de terras pelo Governo do Estado do Pará em nome de Hachiro Fukuhara da Kanebo. Entretanto, como não houve prosseguimento das ações para ocupação da área, a concessão foi cancelada no clamor da Segunda Guerra Mundial. Por conta da intenção frustrada, provavelmente, o primeiro lavrador japonês a se fixar no Território Federal do Amapá seja Sueshichi Fukuoka, da província de Kumamoto, que veio de Tomé-Açu em 1950, para cultivar hortaliças em Fazendinha (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.188).

A primeira leva de emigrantes japoneses para o Amapá partiu do porto de Kobe, no dia 31 de julho de 1953, pelo navio África Maru. Chegaram ao porto de Icoaracy (em Belém) no início do mês de setembro, quando foram transferidos para a embarcação Araguay. No dia 6 de setembro daquele ano chegaram ao porto de Macapá os primeiro imigrantes nipônicos,

em meio à curiosidade da população local ao receber um contingente de pessoas tão diferentes. Esse contingente de 177 pessoas foi inicialmente distribuído em grupos para as duas colônias: 24 famílias destinadas à colônia de Matapi para plantação de seringueiras e 5 famílias para a colônia de Fazendinha, designadas para plantação de hortaliças para abastecer a população de Macapá.

A despeito das dificuldades manifestadas pelos entrevistados, os primeiros colonos contavam com a boa vontade dos representantes do governo japonês como consta no jornal local (AMAPA, 8 out.1953, p.4), que registra a visita não oficial a Matapi, de Toshio Hirose, do Ministério do Exterior do Japão. Na reportagem consta que ele foi o condutor dos imigrantes que viajaram no navio África Maru. Durante a sua visita disse “que a questão do financiamento será resolvida”. De fato, os colonos receberam esse financiamento depois de alguns meses na colônia de Matapi, para plantação e manutenção das seringueiras, como muitos confirmaram nas entrevistas. Tratava-se de pequeno financiamento em dinheiro para prover as necessidades dos colonos e de seus familiares nos primeiros seis meses, em torno de seis salários mínimo. Eles foram todos designados para plantar seringueiras⁹⁷.

O jornal local registra que desde 1951 a 1953 foram realizados 354 contratos de financiamento, no valor global de quase 10 milhões de cruzeiros, abrangendo uma área de 2.776 hectares. Esse financiamento era destinado tanto aos nordestinos como aos japoneses que se fixaram como colonos nesse território (MOTA, 1953, p.3). As primeiras famílias destinadas à colônia de Matapi encontraram uma área com a mata devastada com um barracão coberto de palha, separada por lonas para abrigar as 24 famílias. Os grupos ficaram nesse barracão por 3 a 4 meses para construção de suas próprias casas nos lotes agrícolas de 30 hectares, que foram distribuídos aos imigrantes japoneses pelo Departamento de Produção do Governo do Amapá.

A segunda leva de imigrantes aconteceu um ano após a vinda do primeiro grupo, transportados pelo navio Brazil Maru, que fazia a primeira viagem entre Japão e Brasil. O

⁹⁷ A seringueira produz a partir de sexto ano. Assim, as que foram plantadas em 1952 dentro de cinco anos, no máximo, estarão produzindo, e o Amapá contará com os mais extensos seringais cultivados existentes no país. A cultura se processa em três etapas principais: primeiro planta-se uma variedade de crescimento rápido, que será o “cavalo”. Quando a planta alcança dois centímetros de diâmetro, faz-se a primeira enxertia, cujo fim é conferir à seringueira alta produção de látex, graças a uma variedade especial para esse fim. Finalmente, depois que o primeiro enxerto alcança mais ou menos 2 metros de altura, faz-se a enxertia da copa [...] capaz de resistir bem às moléstias que atacam a copa das seringueiras [...] (AMAPÁ, 11 fev. 1954).

navio chegou em 31 de agosto de 1954 no Porto de Icoaracy, quando desceram vários contingentes de imigrantes destinados às várias colônias do norte. As 123 pessoas destinadas ao Amapá foram igualmente transportadas pelo Rebocador Araguay que chegou dia 3 de setembro de 1954, no porto de Macapá. Após desembarcarem no porto Eliezer Levy foram inicialmente alojados no barracão aberto a beira do rio Amazonas em frente a Fortaleza de Macapá, para depois serem transportados em caminhão, paulatinamente, às colônias de Matapi e Fazendinha. Das 21 famílias, 16 (96 pessoas) foram designadas para Matapi e 5 famílias (27 pessoas) para Fazendinha (AMAPÁ, 5 set. 1954).

Como os imigrantes nacionais já se encontravam na área, os japoneses foram alocados cerca de 1.000 metros atrás dos lotes destinados anteriormente aos nordestinos. Na Linha “G” (um ramal da estrada principal) do lado direito de quem chega à colônia ficaram os primeiros imigrantes (chamados de *Kyu-imin*) e o da segunda leva (de *Shin-imin*) receberam os lotes da linha “H” (Entrevistada nº 39).

Obviamente, naquela época não existia motosserra e nem serrarias, cada família tinha que derrubar as árvores com machado e serrar as tábuas com a força manual para construir as suas casas. Considerando que a madeira boa (resistente ao cupim) da região equatorial é muito dura em comparação aos de clima temperado, os colonos inicialmente construíam as casas cobertas de palha com paredes de cascas de madeira e assoalhos da palmeira do açai partido ao meio. Só depois de algum tempo partiam para telhas de madeira (cavaco) e paredes de tábuas serradas a mão (Entrevistados nº 34 e 40).

Os patrícios da segunda leva encontraram um pouco mais de alimento e apoio dos irmãos de aventura, porém enfrentaram a mesma luta da sobrevivência na selva. No caso de Matapi, os imigrantes enfrentaram também o problema da água. Havia muita água nos igarapés, porém, como não havia sistema de encanação, tiveram que carregar água em latas “de querosene” para as suas casas. A lavagem das roupas e o banho eram feitos no igarapé. Contam alguns dos entrevistados, que muitos chegaram a cavar poços de 20 a 25 metros de profundidade, porém, em vez de brotar água, saía gás que sufocava quem estava cavando o poço, de modo que foi abandonada essa tentativa. Muitos transferiram suas casas para as proximidades dos igarapés onde enfrentaram maior foco de carapanãs (mosquitos).

Desnecessário dizer que a vida inicial na nova terra foi difícil, cheia de fatos inusitados, de atropelos e acidentes que todo imigrante gosta de contar. Mas três fatalidades,

que ocorreram no início da colonização, ficaram marcadas na mente desses imigrantes de Matapi. O primeiro foi por ocasião da derrubada da mata virgem para construção da casa, quando um ramo da árvore acertou o quadril de um jovem japonês, que veio falecer alguns dias após o acidente. Semelhante ao acidente do colega aconteceu a outro jovem que faleceu igualmente por ter sido atingido por galho de árvore na derrubada da mata virgem.

A outra fatalidade ocorreu com uma jovem esposa que estava prestes a ganhar o seu primeiro bebê. Na época, todos de sua família estavam com malária e ela fora à cidade para fazer as compras. Na volta, a estrada estava molhada por causa da intensa chuva e ela acabou escorregando em um barranco, cujo desfecho foi o falecimento dois dias após intensa febre. Ficou a dúvida se ela morreu de malária ou em consequência da queda (Entrevistada nº30). Fatos como estes brotaram sentimentos de impotência dos jovens colonos que começaram a desertar.

Apesar de todas as dificuldades, os japoneses tentaram produzir inicialmente o máximo que podiam, como constam no jornal da época.

Por força de contratos estabelecidos entre os governos da União, do Território e os representantes japoneses, várias famílias orientais vêm-se fixando no Amapá, desde o ano findo, principalmente nas imediações da estrada de ferro em construção. Na colônia de Matapi, tivemos oportunidade de visitar as áreas distribuídas aos japoneses, onde o surto da produção, em apenas doze meses de trabalho, é realmente extraordinário. Unindo os hábitos regionais à experiência milenar, que possuem, os colonos japoneses constroem inicialmente nas áreas que lhes foram distribuídas – 300 metros de frente por um quilômetro de profundidade – ranchos de madeiras cobertos de cavacos, de bom aspecto, enquanto aparelham as abundantes árvores da floresta amazônica para suas residências definitivas. Nessa gleba, além da seringueira, que plantam obrigatoriamente, obedecendo cláusulas dos acordos, semeiam arroz, plantam alface, repolho, tomates, feijão, berinjela, batata doce, cebolinha, fumo, cana, bananeira, abacaxi, pepinos, couves e outras variedades hortícolas, o que lhes dá praticamente auto-suficiência alimentar. [...] O caboclo brasileiro, que observa atentamente os métodos de trabalho dos orientais, está educando-se pela imagem, aprendendo com o exemplo, e assimilando por sua vez processos que desconhecia por completo [...] (PROVÍNCIA DO PARÁ, 5 jan. 1955).

Consta nos relatos dos imigrantes que das 40 famílias que entraram em Matapi nos anos de 1953 e 1954, 33 famílias haviam deixado aquela colônia em 1964 (ASSOCIAÇÃO..., p.186). Muitos saíram em direção a Macapá e ao Sudeste, mas alguns foram para a colônia de Campo Verde em Porto Platon para fornecer hortaliças para os funcionários da ICOMI. Lembra o pioneiro Sanada (Entrevistado nº 36), que durante 8 anos ele saía todas às segunda-feira de Matapi às 4 horas da madrugada de bicicleta para chegar às 7 horas em Campo Verde, onde trabalhava para ICOMI plantando hortaliças e voltava fim de semana para junto

da família em Matapi. Depois vieram plantar hortaliças em Santana para a educação dos filhos. Há bastante tempo as únicas famílias que restam em Matapi são as dos Kubota, Meguro e Saito.

A família Meguro foi uma das primeiras a plantar pimenta-do-reino que trouxe de Tomé-Açu, com financiamento da JAMIC nos anos 1960. Manteve a produção até os anos 1980, quando o produto ficou sem preço competitivo. Parte dessa numerosa família continua com raízes naquela terra, convivendo com os moradores cativos daquela colônia agrícola, como comenta uma imigrante de Matapi.

Apesar da colônia não ter tido sucesso com os japoneses, foi construído uma infraestrutura para agricultura e hoje tem mais de 2 mil moradores em Matapi e a maioria vive da agricultura. Pode ser considerada como a única colônia agrícola de sucesso no Amapá (Entrevistada nº 32).

Essa manifestação é bastante pertinente, pois muitas famílias japonesas trabalharam por muitos anos naquela colônia junto com os nordestinos e os nativos da terra. Deixaram um legado de conhecimento no campo da agricultura, como ocorreu em várias colônias por onde os japoneses passaram. Hoje a produção de horticultura e fruticultura para consumo interno da Região Norte é quase toda produzida pelos caboclos da localidade.

A colônia de Fazendinha situa-se ao redor da cidade de Macapá, a uma distância de aproximadamente 15 km, seria o núcleo inicial do futuro cinturão verde da capital do Amapá e uma área experimental de pimenta-do-reino. Essa pequena colônia ao redor de Macapá recebeu apenas 10 famílias de imigrantes, que foram designados para plantar hortaliças para a população da capital.

As condições de vida dos colonos da Fazendinha não foram tão diferentes das demais colônias em termos de dificuldade de habitação, transporte e doenças endêmicas. Entretanto, os colonos não tiveram grandes problemas de alimentação, pois além das verduras plantadas podiam contar com o abastecimento do mercado central de Macapá, para onde levavam a produção de hortaliças e traziam as compras no retorno, ou ainda ganhavam algumas cabeças de gado no matadouro.

Lembra esta autora que, um dos aspectos marcantes da Fazendinha era o matadouro municipal que ficava próximo à colônia, atraindo uma grande quantidade de insetos. Para alguns a cena do cotidiano era dantesca, as pessoas que tinham a pele mais sensível ficaram

infestadas de feridas por causa das formigas de fogo, e quando as moscas varejeiras sentavam nas feridas punham os ovos que criavam larvas, que se instalavam por baixo da pele ou no couro cabeludo, principalmente das crianças. As larvas ao crescerem formavam uma espécie de tumor que ao serem espremidas eclodiam com os “tapurus” (larvas vivas das moscas). O tratamento para essas feridas abertas era feito a base de creolina, como se faz com os animais. Depois, os imigrantes de modo geral levavam uma vida extremamente precária, pois além de lidar com a terra, criavam galinhas, porcos e outros animais domésticos sem a mínima condição de manter uma higienização que se possa comparar de longe aos dias atuais, de modo que a verminose corria solta.

A terceira leva da imigração dirigida para o Amapá chegou em Mazagão somente em 02 de outubro de 1957, pelo navio Brazil Maru. As 7 famílias de 43 pessoas que chegaram em Mazagão foram destinadas à ilha das Barreiras, na Região de Mazagão Novo, à margem oposta da cidade de Mazagão, a 65 quilômetros rio acima pelo Amazonas a partir de Macapá. Uma área de 5.000 hectares localizada nessa ilha fora reservada para a colônia, onde havia uma parte de terra firme, de solo pedregoso (piçarra) no centro da ilha, e uma parte de várzea com grande afluência da maré. Dizem que a ilha estava coberta pela floresta virgem, 80% da sua área era constituída de terrenos alagadiços e o restante de terreno elevado. Porém, as terras em boas condições já estavam tomadas pelos moradores da região, de modo que os japoneses foram distribuídos no interior da ilha. As famílias plantaram seringueiras e cacau em terra firme e arroz na área de várzea (Entrevistado nº45).

Depois que pisaram nas terras de Mazagão esses imigrantes ficaram sabendo que não era a primeira vez que os japoneses pisavam nessas terras, posto que o primeiro contingente de imigrantes a chegar naquela Ilha era composto de 15 famílias transferidas da fazenda de borracha de Belterra (Santarém), em abril de 1955, e que permaneceram na cidade de Mazagão por cerca de um mês apenas, retirando-se para Belém. Passaram pelo alojamento dos imigrantes existentes em Tapanã (ao redor de Belém) e foram constituir o primeiro contingente de Guamá. A família de Katsuei Hirase foi um de seus participantes.

A primeira coisa que notamos na colônia de Mazagão foi a existência de uma marca nas árvores existentes. Perguntamos aos nativos da região o que era aquilo. Disseram-nos então que na estação das chuvas, as águas subiam até aquela marca. Os imigrantes compreenderam então que toda a área da colônia ficava submersa durante as chuvas. Hirase e os demais se recusaram então a ingressar na colônia e negociaram com o cônsul japonês em Belém e com o presidente da entidade acolhedora dos imigrantes, Tsuji, e decidiram ingressar na colônia de Guamá (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.187).

Passados os primeiros anos de grandes dificuldades, as famílias começaram a sair uma a uma para Campo Verde e outros lugares. Os irmãos Shirasu foram os primeiros a deixar Mazagão em menos de 2 anos, em direção a São Paulo. As famílias Kitano e Nishi saíram para Campo Verde. Nesse interim chegaram três noivas de encomenda do Japão para casar com os jovens Maehara, Takakuwa e Shimokozono. Um dos irmãos Maehara, que tinha casado em Mazagão veio a falecer de malária, de modo que a viúva casou-se com o outro irmão e foi morar também em Campo Verde. Takakuwa, que veio junto com a família Tateno, depois que conseguiu uma noiva de encomenda foi morar em Macapá. Akihito Shimokozono saiu para Tomé-Açu em 1960, depois foi a vez do irmão Sahito Shimokozono e sua esposa rumarem para Tomé-Açu após a perda do filho de malária, em 1962 (Entrevistados nº 45,46 e 47).

A família Takeshita morou por 5 anos na Ilha, passou por Campo Verde e transferiu-se em 1964 para Tomé-Açu, conforme expressa a Sra. Takeshita⁹⁸.

Em fevereiro de 1964, entramos em Tomé-Açu, a primeira colônia japonesa de toda a região norte. Viam-se japoneses por toda a parte, o que nos deu uma sensação de segurança. Parecia que havíamos regressado para o Japão. Esforçamos para retomar a nossa vida desperdiçada durante oito anos de luta contra a miséria. Estávamos física e espiritualmente desgastados. Aqui pudemos pela primeira vez viver como gente. E o tempo passou em um instante (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.187).

Os últimos que saíram de Mazagão foram as famílias dos Tateno e dos Sakaguchi que permaneceram naquela colônia por 8 e 9 anos, respectivamente. A colônia agrícola de Mazagão foi uma tentativa fracassada que se extinguiu definitivamente em menos de 10 anos de existência (Entrevistados nº 45, 46 e 47).

9.5 DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

No início da imigração no Amapá, nos anos cinquenta, muitas pessoas nunca tinham visto um japonês ou chinês de verdade na colônia. Era um ser estranho para aquela gente simples, acostumados com brancos, negros e mamelucos. Por isso era comum as crianças

⁹⁸ Atualmente a família Takeshita vive em Santo Antônio de Tauá (Entrevistado nº 45).

locais chamarem de “hei Japão” e se punham em frente dos nipônicos fazendo caretas, espichando os olhos e xingando-os para provocá-los. Os adultos tinham um comportamento mais velado e de desconfiança, que foram se modificando com a convivência (Entrevistados 27, 34, 39).

Na percepção desta autora, que presenciou essas provocações de crianças em várias oportunidades na cidade de Macapá, não se tratava de aversão dos nativos aos imigrantes, mas de preconceito com o diferente. A questão do preconceito era maior na cidade devido à divulgação de propaganda americana em relação aos resultados da guerra. O fermento do preconceito vinha especialmente do cinema (o mais importante meio de diversão da época), em que os filmes projetavam constantemente a imagem dos heróis americanos da Segunda Guerra Mundial em que derrotavam povos perversos e covardes (no caso, alemães e japoneses). Essa imagem positiva dos americanos também estava associada aos benefícios do programa “Aliança para o Progresso” custeado pelo governo americano.

Contrariamente, a imagem dos japoneses era de um povo derrotado sem nada a oferecer a população local, fato que levava a formação de sentimentos de desprezo, principalmente entre os jovens, crianças e pessoas menos instruídas, que demonstravam sentimentos depreciativos quando encontravam os nipônicos pelas ruas da cidade. Os mais ousados atiravam pedras nas crianças japonesas quando elas passavam nas ruas, de modo que elas tinham medo de andar sozinhas. Era comum ouvir nas ruas palavrões, ofensas e chacotas, até músicas com os trocadilhos jocosos que a garotada se divertia rindo dessas presepedas de crianças.

Provavelmente são fatos que contribuíram para a formação de “quisto” desse povo, que se sentiu ameaçado de sua segurança, principalmente, pela dificuldade da língua no início da imigração. Mas hoje a situação mudou radicalmente, não existe mais a preocupação das autoridades com a questão do quisto racial e a população local acostumou-se com o biótipo mongolóide do asiático. Da pesquisa realizada conclui-se que os descendentes dos imigrantes do Amapá estão plenamente integrados aos costumes locais e miscigenados. A grande maioria dos *nisseis* (segunda geração) não fala o japonês e tem poucas referências do Japão moderno, a não ser daqueles que tenham ido trabalhar como *dekasseguis*.

Na época, os nativos da localidade viviam da plantação de mandioca, da caça e pesca, pois na área de Porto Grande e Matapi havia certa fartura de animais silvestre como, veados,

preguiças, jabuti, catitu (porco do mato), jacarés e cobras. Muitos eram os garimpeiros que vinham de Macapá para o município de Porto Grande para garimpar ouro no rio Araguaia (do Amapá), que aproveitavam para caçar nas matas do Matapi. Com a frequência dos contatos acabavam se entrosando com os japoneses a ponto de passarem a frequentar as casas dos nipônicos, inclusive atrás de emprego. Com o tempo, os vizinhos nordestinos muito ensinaram no cultivo da mandioca e preparo da farinha, inclusive dos hábitos alimentares da população local. Mas, certamente, na ignorância dos costumes locais os japoneses cometeram muitas heresias aos bons costumes ⁹⁹ (Entrevistados nº 27 e 34).

Os relatos de desventura contados pelos velhos imigrantes remanescentes de Tomé-Açu, que enfrentaram graves doenças endêmicas e pobreza extrema, são bastante parecidos com os que são contados pelos novos imigrantes de pós-guerra, que foram designados para as áreas de fronteiras, como as colônias de Manacapuru, Taiano, Quinari, entre outras.

Da pesquisa realizada em abril de 2009 na colônia de Matapi foi constatado que restam apenas três pequenas famílias de imigrantes da primeira leva residindo naquela colônia, quais sejam: os irmãos Chiharu e Shuji Kubota, uma vez que os pais já faleceram há muito tempo, Katsushige Saito, *nissei* que nasceu em Matapi e Sadako (Koga) Meguro com a sua filha *nissei* Lumiko. A família Meguro também mantém o sítio administrado por Jun Meguro, que reside na cidade de Porto Grande com a mãe. Todos eles exploram atualmente a fruticultura. Plantam cupuaçu, laranja, coco, limão, maracujá e outras frutas regionais e algumas hortaliças. Dada a longa permanência desses imigrantes em um lugar isolado do convívio urbano, sem o conforto da cidade, pode-se considerar que são os verdadeiros heróis de resistência da imigração do Amapá.

Não resta nenhum imigrante da segunda leva na colônia do Matapi. Todos foram para outros lugares. Uma das famílias da segunda leva a deixar Matapi foi a dos Onuka, que saiu em 1956 para a cidade de Macapá para montar uma pequena oficina de conserto de bicicletas. Depois de trabalharem alguns anos nessa oficina passaram a exercer a profissão de fotógrafos. Parte da família seguiu para o Paraná com os pais, permanecendo só o filho mais velho que

⁹⁹ Interessante citar alguns fatos pitorescos das diferenças culturais da época, em que os japoneses foram objeto de gozação de outros colonos brasileiros da localidade. Alguns imigrantes costumam contar que nos idos de 1950 era comum a venda de urinol esmaltado e de alumínio nas lojas de armazém da cidade, para uso cotidiano das senhoras e crianças brasileiras, uma vez que não havia sanitários dentro das casas naquela época, por inexistência do sistema hidráulico dos dias atuais. Os japoneses, por desconhecimento de sua finalidade, logo que chegaram compraram os urinóis como utensílios de cozinha, inclusive para fins de preparo e guarda de alimentos, que tornou-se motivo de grande risada entre os nativos ao verem tais inusitadas utilidades do “pinico”.

continua com a loja de artigos fotográficos no centro da cidade de Macapá (Entrevistado nº 41).

Os antigos lotes agrícolas foram ocupados pelos nativos da localidade, nordestinos e seus filhos. Inclusive, um deles, conhecido como Cordeiro, que já se encontrava em Matapi na época do assentamento dos colonos japoneses, ocupa atualmente grandes extensões de terras. Muitos colonos brasileiros cultivam a fruticultura (pupunha, coco, laranja e outras frutas), milho, mandioca e pequenas criações de gado bovino. Não resta nenhum pé de seringueira na parte dos imigrantes da segunda leva. Os antigos lotes agrícolas da linha “H” viraram capoeira e área de pasto de gado.

No outro lado da linha principal, onde foram assentados os colonos da primeira leva, ainda resta uma dezena de pés de seringueiras que nunca foram exploradas para fins comerciais. Fato que leva a concluir que o sonho de Janary Nunes não se concretizou, como também não se concretizou o sonho da grande maioria dos imigrantes de alcançar o sucesso econômico nas terras de Matapi. No entanto, apesar da colônia não ter sido bem sucedida para os japoneses, no decorrer dos anos foi construída uma infraestrutura para agricultura e hoje conta com mais de 2 mil moradores em Matapi trabalhando e vivendo da agricultura, o que pode ser considerado um caso de sucesso para o estado do Amapá que não tem outras colônias agrícola comparável a esta.

Os imigrantes de Fazendinha também se foram. Essa área, que parecia promissora pela sua proximidade a cidade de Macapá, não prosperou a colonização agrícola, pois o mercado era pequeno e não havia demanda para a produção de Fazendinha junto com a da Baixada do Japonês de Macapá. Segundo o censo demográfico do IBGE¹⁰⁰, as populações dos três únicos municípios do Amapá nos anos de 1950 eram: Macapá com 20.594 habitantes; Mazagão com 5.213 e Amapá com 9.045 habitantes. Em 1963, a população de Macapá tinha alcançado 35.000 habitantes. Hoje Fazendinha é um distrito da cidade de Macapá, relativamente urbanizado, contíguo a cidade de Santana. Quanto à Mazagão, definitivamente a colônia não teve como prosperar e até hoje vive no marasmo econômico. Só restaram as recordações de sofrimento que ficaram na memória das 7 famílias que lá estiveram trabalhando por alguns anos.

¹⁰⁰ FONTE — Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

Apesar da dissolução das colônias dos japoneses, hoje Matapi é um grande pólo de fruticultura que abastece a população de todo o Estado. As poucas famílias que lá permanecem, junto com outros colonos brasileiros dão conta da produção de Macapá, pois as condições de trabalho mudaram muito. Hoje os colonos podem contar com veículo próprio, tratores, energia elétrica, poço artesiano, equipamentos agrícolas, telefone e outras facilidades. Por muitos anos, a família Kubota forneceu ovos para a cidade de Macapá e atualmente dedica-se à produção da fruticultura. A família dos Meguro está espalhada em vários lugares e exercendo variadas atividades. Em Macapá, a filha Keiko, casada com um agrônomo, possui um amplo comércio de produtos agroveterinário e plantações de fruticultura em Matapi. Muitos japoneses mudaram de ramo de atividade e vivem na cidade, como o filho mais velho do Onuka que possui uma loja de materiais fotográficos no centro da capital. O filho mais velho dos Fujishima tornou-se um respeitável arquiteto na cidade de Macapá. Projetou grandes obras da administração pública e de iniciativa privada e hoje se divide na atividade pública e no comércio de materiais de construção com os irmãos.

Considerando que a imigração do Amapá completou 56 anos em 2009, dos velhos pioneiros (chefe de grupo de famílias e esposas), pelo levantamento realizado em abril 2009, restaram apenas quatro pessoas: a Sra. Meguro (85 anos) que reside em Porto Grande, a Sra. Teru Tateno (84 anos), que se encontra em Macapá, e o casal Sanada (93 e 89 anos), que mora em Santana. A família Sanada ainda possui o lote agrícola em Matapi, que virou sítio da família. Os demais imigrantes isseis (primeira geração) estão no mínimo com 52 anos (dos que chegaram na última leva de 1957), alguns com mais de 70 anos de vida. Muitos faleceram cedo de doenças variadas. Parte das famílias seguiu para outros Estados.

Da relação das 57 famílias de imigrantes que chegaram a Amapá, nos anos de 1953, 1954 e 1957 muitos se fixaram em Macapá. Pelo levantamento de 1994 (ASSOCIAÇÃO..., 2001) havia 35 famílias de japoneses e seus descendentes no Amapá. Nesta oportunidade (abril 2009), verificou-se que houve um aumento significativo, para cerca de 110 famílias *nikkeys*, em consequência da própria multiplicação natural das famílias remanescente. De acordo com a relação da Associação Nipo-brasileira do Amapá, entre eles, estão membros das famílias dos: Fujishima, Hayashida, Honda, Inoue, Kawakami, Koga, Kubota, Maehara, Meguro, Nishi, Ogata, Onuka, Saito, Sakai, Sakata, Shibayama, Suzuki, Tateno, Takakuwa, Yoshida e Yoshidome. Estão fixadas em Santana, as famílias dos Sanada e Sakaguchi. Ao todo são 23 famílias, que representam 40% do rol das 57 famílias que entraram no Amapá.

Constata-se que os filhos dos imigrantes - crianças e jovens de outrora – estão, de modo geral, todos envelhecidos e maltratados pela labuta do dia a dia, seja no campo ou na cidade. Além da saúde comprometida, a maioria teve problemas dentais muito cedo por falta de tratamento e da baixa qualidade da água. Apesar das dificuldades, nas entrevistas realizadas todos responderam que não existe mais perspectiva, nem desejo de retornar ao país de origem. A despeito dessa posição, alguns parentes encontram-se no Japão trabalhando como *dekasseguis*.

A mobilidade espacial dessas famílias em busca de melhores condições de vida foi intensa logo nos primeiros anos da chegada ao Brasil. Dos relatos, pode-se citar alguns exemplos. Wataru Kawakami, depois de circular em vários lugares no Amapá foi para Rio Grande do Sul. Não se aclimatando foi trabalhar no Maranhão e retornou depois com a família para Macapá. Além dos filhos que vieram do Japão, no percurso de suas andanças teve ao todo 11 filhos (Entrevistados 27, 37, 38).

A família de Toshio Koga, apesar de numerosa, era também uma família de retirantes. O pai chegou em Matapi em 1953, com a mulher e 8 filhos. No início dos anos de 1960, a família seguiu para Catalão (Goiás) para produção de hortaliças e depois para Urberlândia (MG). Apenas um membro da família Koga permaneceu em Matapi, que foi a filha Sadako casada com Kenji Meguro. Um dos filhos de Koga foi parar na Guiana Inglesa atrás de diamantes. O filho Gunji Koga casou com Sumie Shibayama e foram também para Brasília, em 1961, para trabalhar na localidade de Luziane. Em 1962, eles foram para outro local chamado Formosa plantar verduras por três anos. Seguiram depois para Catalão, em 1964 e voltaram para Macapá em 1966, sempre trabalhando em agricultura (Entrevistadas nº 30 e 44).

Percebe-se que a vida desses imigrantes foi de aventuras e desventuras, na busca de sucesso rápido que nunca aconteceu. Fumavam e bebiam muito, ora por prazer ora por desgosto, pela vida que escolheram e pela sorte lançada. Levavam a vida de errantes de um lado para outro. A vida do imigrante Fujishima (da 1ª leva de 1953) é um caso típico de imigrante errante. Oficial da Segunda Guerra Mundial veio com a família para a colônia de Fazendinha, no Amapá, aos 29 anos para encontrar com o irmão *koutakusse*i que já estava há 20 anos no Brasil. Depois que saiu de Fazendinha, em 1955 seguiu com a família para a colônia de Moema (município de Santa Isabel do Pará) para plantar pimenta-do-reino com o amigo Shibata. Trabalhou que nem um condenado para plantar alguns milhares de pés de

pimenta, mas havia o problema dos ladrões de pimenteiras, pois os caboclos vizinhos roubavam as estacas e as mudas de pimenta que estavam na fase de crescimento. Então ele montou uma barraquinha no meio do pimental e lá passou a dormir. Trabalhava de dia na plantação e a noite de vigia. Aconteceu que, de tanto tomar chuva no pimental, acabou pegando uma pneumonia que quase o matou. Desgostoso da vida vendeu tudo a preço vil sem nunca ter extraído um quilo de pimenta sequer. Na verdade não soube esperar, ou não teve a paciência necessária porque o preço da pimenta subiu astronomicamente nos anos seguintes.

De Moema, a família Fujishima seguiu para Parintins (em 1958), para trabalhar com o irmão *koutakusei* na plantação de hortaliças e juta, mas o ganho era muito pouco devido a pouca demanda. Aventurou-se com o irmão na selva amazônica como mateiro, junto com os índios do Murumuru e tropas de caboclos, atrás de pau-rosa no centrão das matas do rio Andirá. Desgostoso com a exploração do sistema de aviamento largou tudo e voltou para Macapá (em 1960) para tocar uma fazenda de gado e ir atrás de castanhas-do-pará nas matas de Maracá. Depois foi explorar ouro no garimpo de Vila Nova com outros patrícios. Além de perder todos os equipamentos na cachoeira quase morreu de malária e tuberculose no garimpo. Após a saúde recuperada voltou à fazenda de gado em Maruanum e tocou muitos outros empreendimentos, que sempre redundaram em prejuízos por falta da necessária experiência e paciência, trazendo grandes prejuízos para o próspero comércio da mulher, que desde 1960 trabalhava por conta própria no Mercado Central para suportar os fracassos comerciais do marido. Enfim, quebrou o comércio da mulher com empréstimo bancário no início dos anos 1970. Depois de outras tentativas os dois irmãos Fujishima morreram pobres e doentes, como outros colegas de infortúnio desta tão sonhada Amazônia. Do legado só restaram os filhos para continuar a luta pela sobrevivência.

10 A MOBILIDADE DOS IMIGRANTES DE TOMÉ-AÇU E DO AMAPÁ

Na visão compartilhada de dois resultados distintos que ocorreram no cenário de pós- guerra nas colônias de Tomé-Açu no Pará e nas do Amapá, procurou-se responder algumas inquietações que respaldem e direcionem esta pesquisa: O que se entende como mobilidade e fixação no contexto dos estudos populacionais? Supondo que mobilidade seja sinônimo de deslocamento, quais os principais destinos dos imigrantes japoneses? Qual o montante da mobilidade entre os imigrantes japoneses das colônias Tomé-Açu e do Amapá? Até que ponto a mobilidade dos imigrantes foi consequência das políticas públicas? Quais os incentivos adotados pelo governo brasileiro e japonês para assegurar a permanência dos imigrantes na região? Enfim, quais os fatores determinantes ou relevantes que influenciaram na mobilidade, ou na fixação, desses imigrantes?

Diante desses questionamentos a pesquisa levou a quatro linhas de ação: **a)** analisar algumas variáveis demográficas para compreender a concentração ou a distribuição da população nikkey no Brasil, e dos imigrantes pioneiros de Tomé-Açu antes da Segunda Guerra Mundial; **b)** realizar uma análise comparativa dos quantitativos das entradas e posições periódicas dos imigrantes das colônias de Tomé-Açu e do Amapá no pós-guerra para avaliar a mobilidade e fixação dessa população; **c)** interpretar algumas variáveis da mobilidade social: escolaridade, profissão, patrimônio e renda dos imigrantes que favoreceram a fixação dos imigrantes; **d)** analisar as condicionantes que influenciam a mobilidade espacial dos colonos sob o olhar dos fatores ambientais, econômicos e sociais.

10.1 AS DIVERSAS FACES DA MOBILIDADE

Na visão de Saito (1961), o estudo da mobilidade envolve várias dimensões, seja no sentido da distribuição espacial, da diversificação ocupacional, ou ainda no sentido da diferenciação de status social. Analisando essa tipologia, interpreta-se que a dimensão espacial (chamada também de mobilidade geográfica) refere-se à distribuição geográfica e à composição da população em determinado espaço; a dimensão ocupacional (conhecida como mobilidade ocupacional) refere-se à distribuição da população segundo as atividades desempenhadas no decorrer do tempo; a dimensão do status social (ou mobilidade hierárquica) refere-se ao processo de ascensão e descensão do status do imigrante, bem como a determinação de posição de indivíduos e grupos de indivíduos num quadro hierarquizado de

determinada estrutura sócio-econômica. Essa última concepção corresponderia, no sentido mais amplo, ao conceito sociológico de estratificação social.

A mobilidade espacial é traço marcante dos grupos migratórios, a ponto de ser vista como sinônimo de migração. Constitui a essência dos estudos migratórios, visto que grande parcela dos migrantes do mundo inteiro se desloca de uma região para outra, seja entre países, entre estados, ou cidades, ou ainda da zona rural a urbana e vice-versa. Mesmo dentro de determinada colônia é muito comum a mobilidade do imigrante de um lote para outro, como foi observado durante a pesquisa de campo. Os relatos de vida dos imigrantes Nagai (2002), Ohashi (2003), Inagaki (2004), Ueno (2005), Ikegami (2009) entre outros, descrevem também essa mobilidade de suas famílias dentro da região ou mesmo dentro da colônia.

Por outro lado, a concepção de fixação é bastante complexa de analisar, uma vez que não está explícito, nem suficientemente definido o que seja fixação. Como escreve Saito,

Antes de tudo, vale dizer que a fixação não é sinônimo de estabilidade, tomada no sentido de base e segurança econômica. Esta é condição importante, mas não necessária e suficiente. De outro lado, o fator psicológico, embora não essencial, não deve ser subestimado. Fixação no espaço físico não implica em estabilidade ocupacional e econômica, isto é, ela só se consuma, quando se verifica a estabilidade simultânea de vários elementos, além do econômico, que são condicionados pelo processo de mobilidade. Ligada a esses problemas está, também, a adaptação biológica, especialmente no que se refere à saúde pública. Assim, o condicionamento do meio implica não só na adequação das condições de existência biológica, mas, por seu intermédio, na imposição de influências decisivas no processo de fixação (SAITO, 1961, p.15).

Para analisar a mobilidade e fixação, Saito (1961) adota três facetas essenciais: adaptação ao novo meio, fator econômico e fator social. Na primeira, ele focaliza o processo de adaptação biológica, de certas técnicas de subsistência e de acomodação no novo habitat. Na ótica dos fatores econômicos e sociais aborda a mobilidade em tríplice aspecto: espacial, ocupacional e de status.

Adotando a concepção de Saito é importante estabelecer nesta linha de raciocínio que a fixação do imigrante japonês em determinado sítio não significa sucesso econômico nem tampouco estabilidade financeira. A fixação é mais próxima à adaptação do imigrante ao meio ambiente ou sua estabilidade locacional, no sentido de ter o ânimo da permanência. Inclusive, como é questionável o que seja “ânimo da permanência” do imigrante para que seja considerado permanente ou temporário, interpreta-se que a fixação ocorre mais por razões sociais do que econômicas. É o sentido comum de “criar raízes”, seja por laços de parentesco ou de amizade, ou ainda por acomodação social ou até da adaptação biológica. Como visto, a migração passa a ter uma leitura mais holística e estruturalista da realidade – em que os comportamentos individuais resultam de forças sociais profundas (Durkeim) ou de relações sociais inevitáveis (Marx).

Por outro lado, os fatores da mobilidade vão além dos aspectos individuais, razão porque é notória a coexistência de explicações sociológicas do tipo “micro” – como as que envolvem o processo racional de tomada da decisão de migrar – e do tipo “macro” – como as que referem à existência de “forças sociais que impelem à migração”. Peixoto (2004, p.5, 8) reconhece que sempre existiu na “sociologia das migrações” esse “dualismo” no campo de análise das migrações, mesmo quando existiram leituras bem demarcadas por parte de alguns autores. Portanto, as condicionantes que levaram à mobilidade ou à permanência dos imigrantes japoneses nas respectivas colônias dirigidas serão analisadas dentro do contexto histórico, associadas às políticas públicas adotadas por diferentes governos (visão macro), e dentro da ótica do imigrante e de sua família *per si* (visão micro) - decorrente do modo de vida que levaram nos primeiros anos de suas vindas, os problemas ambientais enfrentados e os conflitos embutidos no processo de interação com a realidade local.

10.2 O DESTINO DOS IMIGRANTES JAPONESES

De regra, a mobilidade espontânea dos imigrantes japoneses tem como destino o estado de São Paulo. Desde o primórdio da imigração japonesa no Brasil e por longos anos a cidade de São Paulo foi a Meca desse povo, como mostram os Censos Demográficos de 1920 a 2000 (vide Tabela 27). Na década de 1940, a concentração de japoneses em São Paulo representava 91,5%. Nos idos de 1950, essa população baixou para 84,3% e em 1960 para 74,2%, estabilizando-se na casa dos 75% até os anos 1990, para cair a 72,5% na década de 2000, em decorrência da inversão do fluxo migratório interno desse Estado. Saito explica a leve diminuição da concentração dos japoneses em São Paulo a partir dos anos 1950, cuja baixa deve-se à movimentação do fluxo em direção à zona pioneira do norte do Paraná e de outros Estados, mormente Mato Grosso, Dourados e para a zona da Mata, nas cabeceiras do rio Xingu (SAITO, 1961, p. 158). Percebe-se que houve um crescimento significativo no estado do Paraná na década de 1960 para 18%, para depois estabilizar-se nos 11% nos anos seguintes.

A propósito, a convergência de imigrantes para São Paulo não é exclusividade da população da etnia japonesa. Na abordagem de Saito, as migrações internas com destino a São Paulo aumentaram a partir de 1940, atingindo seu ápice em 1946, com o impulso da industrialização paulista, para depois mostrar quantitativos decrescentes com a guerra.

Tabela 27 – Japoneses residentes no Brasil e distribuição percentual segundo algumas Unidades da Federação – 1920/2000

Estados	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil (1)	27.976	144.523	129.192	155.982	158.087	139.480	85.571	70.932
%	100	100	100	100	100	100	100	100
São Paulo	24.435	132.216	108.912	115.752	119.338	105.196	63.865	51.445
%	87,3	91,5	84,3	74,2	75,5	75,4	74,6	72,5
Paraná	701	8.064	15.393	28.158	21.528	15.771	9.960	7.994
%	2,5	5,6	11,9	18,1	13,6	11,3	11,6	11,3
Minas Gerais	1.923	893	917	2.964	1.353	1.923	1.244	1.088
%	6,9	0,6	0,7	1,9	0,9	1,4	1,5	1,5
Rio de Janeiro	313	918	1.478	1.794	2.782	3.949	1.808	1.801
%	1,1	0,6	1,1	1,2	1,8	2,8	2,1	2,5
Mato Grosso (2)	510	1.128	1.172	4.940	4.025	2.795	2.290	1.816
%	1,8	0,8	0,9	3,2	2,5	2,1	2,7	2,6
Pará	3	467	421	1.216	3.597	3.046	1.703	1.790
%	0,0	0,3	0,3	0,8	2,3	2,2	2,0	2,5
Amazonas (3)	32	305	201	?	681			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1920/2000) apud Pereira e Oliveira (2008, In: IBGE, 2008, p.37), com adaptações da autora.

(1) Excluídos os habitantes da Região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

(2) Foram agregadas as informações de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul para os anos de 1970 a 2000.

(3) Os dados do estado do Amazonas foram retirados das Tabelas 4, 5, 6 e 7 de LEVY (1974).

Os residentes na cidade de São Paulo, em 1939, eram de 3.467 *nikkeys*, passaram para 62.327 em 1958, ou seja, cresceu 18 vezes em vinte anos. A convergência dos japoneses e de seus descendentes não se limitou apenas a metrópole, mas também na zona suburbana, posto que a população nipônica nas cercanias da capital era de 7.788 em 1939, subindo para 40.907 em 1958. Paralelamente a esse deslocamento em direção à capital de São Paulo e cercanias, originaram-se movimentos em sentido contrário, isto é, de dispersão nas regiões interioranas e em direção ao Paraná e Mato Grosso (SAITO, 1961, p.146, 148,149).

Contrastando com a situação do Sudeste, a presença de japoneses na Amazônia era irrisória até os anos 1950, não chegava a 1% a nível nacional. No estado do Pará, onde há a maior concentração de japoneses no norte do Brasil, o Censo Demográfico de 1940 registra a presença de apenas 467 dessa etnia, ou seja, 0,3% do País, o que demonstra um alto índice de evasão dos imigrantes do Pará,

superior a 77%, levando em consideração que só em Tomé-Açu haviam ingressado 2.104 imigrantes japoneses entre 1929 a 1937.

A evasão no período de pós-guerra é bem menor. Os dados do IBGE mostram que o contingente de naturalidade japonesa no estado do Pará era de 1.216 pessoas em 1960, enquanto que em 1970 passou para 3.597 dessa etnia, que representa 2,3% do quantitativo nacional. Considerando os remanescentes de 421 (pelo Censo de 1950) mais a entrada de 4.160 imigrantes no segundo período (de 1953 a 1970)¹⁰¹, o total representaria 4.581 pessoas até 1970. Logo, comparando com os dados do Censo de 1970, de 3.597 pessoas, constata-se que houve uma evasão/redução de 21% em 20 anos dessa população no Pará, que se deve em parte ao falecimento dos imigrantes e outra parte à mobilização. Enquanto que para o estado do Amazonas, no mesmo período de 1953-1970, entraram 1.256 imigrantes. Contando com os remanescentes de 1950, de 201 pessoas, o total chegaria a 1.457 pessoas, sem contar com o crescimento vegetativo. Comparando esse quantitativo com o que consta no Censo de 1970, de apenas 681, deduz-se que houve uma redução de 53%, ou permanência de 47%, o que representa uma taxa de evasão/redução bem superior a do estado do Pará.

Por outro prisma, considerando que na década de 1970 havia cessado o ingresso de imigrantes japoneses no País, seguido da inversão do fluxo migratório a partir da década seguinte, verifica-se que o contingente de japoneses residentes no estado do Pará havia baixado para 1.790 pessoas, de acordo com o Censo de 2000, ou seja, 2,5% do contingente nacional, o que representa um aumento relativo a nível nacional, apesar da redução substancial de 50% do quantitativo de 1970. Acompanhando a tendência nacional, a redução da população *nikkey* no Pará deve-se, em parte, ao movimento dos *dekasseguis* que se intensificou na década de 1990, agravado pelo falecimento da grande parcela dos velhos imigrantes.

10.3 A MOBILIDADE DOS IMIGRANTES DE TOMÉ-AÇU ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Antes de adentrar na análise comparativa das colônias de Tomé-Açu e do Amapá, importante demonstrar a dimensão da mobilidade dos imigrantes pioneiros da velha colônia de Tomé-Açu que se evadiram antes da Segunda Guerra Mundial, para se ter uma idéia do quantitativo da mobilidade dessa colônia, considerada como um caso de sucesso no contexto nacional. Mesmo porque, os problemas enfrentados pelos velhos pioneiros são bastante parecidos com os da nova imigração, cujos atores foram destinados para as áreas de fronteira.

¹⁰¹ O quantitativo de 4.354 refere-se à soma das entradas de 1953 até 1976 no estado do Pará, constante do Apêndice E – Entradas para as principais colônias dirigidas da Região Norte.

Sob o patrocínio da Companhia Nipônica de Plantações (Nantaku), no decurso de 8 anos - de setembro de 1929 a setembro de 1937 – chegaram 405 famílias, em 22 levadas de imigrantes em Tomé-Açu. Com o fracasso do projeto de cacau da Nantaku, a cooperativa de hortaliça (Cooperativa Produtora de Acará) passava a ser valorizada, mas nada segurava mais os imigrantes dessa colônia, posto que, sem um produto permanente que sustentasse o projeto, os imigrantes chegaram a um estado de pobreza extrema. Consequentemente, várias famílias abandonam a colônia. Segundo os dados de Tsunoda (1988), o número de retirantes, a partir de 1935 (ano de redução das atividades da Nantaku) até 1942 (ano do rompimento das relações diplomáticas e proibição da locomoção dos imigrantes), chegou à raia de 276 famílias, ou seja, 1.603 pessoas abandonaram os sítios de Tomé-Açu (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.163; IKEDA, 1965; TSUNODA, 1988, p.62). Com a evasão em massa, as atividades da Nantaku foram praticamente paralisadas porque não havia colonos suficientes para tocar a fazenda. Como se pode verificar na Tabela 28, a mobilidade é mais significativa nos anos 1939 e 1940.

Tabela 28 – Imigrantes retirantes de Tomé-Açu (1935-1942)

Ano	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	Total
Famílias	17	20	25	19	70	69	18	38	276
Pessoas	83	78	119	119	465	415	97	227	1603

Fonte: IKEDA (1965, p.33); TSUNODA(1988, p.62)

Ora, se até 1937 haviam ingressado 352 famílias em Tomé-Açu (ou ainda 405 famílias pelo novo levantamento), totalizando 2.104 pessoas até 1942, e se 276 famílias (1.603 pessoas) haviam abandonado a colônia no período entre 1935 e 1942, significa que, dependendo da fonte, permaneceram entre 76 e 129 famílias antes da Segunda Guerra Mundial. A permanência de 501 pessoas (diferença entre 2104 pessoas que entraram e 1603 pessoas retirantes) por si só representaria 24% da população de entrada, sem levar em consideração o crescimento vegetativo da população. O que leva a concluir que a evasão foi superior aos 76% da população de entrada.

Quanto à destinação dos antigos imigrantes de Tomé-Açu, ainda que haja reserva dos dados conferidos até 1999 pela Associação Cultural de Tomé-Açu (ASSOCIAÇÃO..., 2009), constatou-se que entre as 405 famílias ingressadas no período de 1929-1937 (Apêndice G)

havia saído 175 famílias para a Região de São Paulo (capital, Suzano, Mogi Mirim, e outros municípios paulistanos), o que corresponde a 43% do contingente de entradas; 13 famílias (3%) foram para o Rio de Janeiro e 6 para o Paraná. Para Belém, apesar da proximidade locacional, transferiram apenas 29 famílias (7%). As demais cidades de destino são variadas, o que denuncia a capilaridade da mobilidade dos japoneses para diversos lugares do Brasil. Interessante constatar que apenas 17 famílias (4%) retornaram ao Japão. Percebe-se que o índice de retorno à terra natal é realmente baixo, conforme havia constatado Bassanezi (1995). Importante esclarecer que na década de 1990 retornaram alguns imigrantes de pós-guerra e descendentes dos pioneiros para trabalhar como *dekassegui* e que acabaram ficando definitivamente por lá.

Da análise das condicionantes econômicas que levaram à mobilidade em massa, permite-se concluir que a maioria dos colonos de Tomé-Açu foi para o Sudeste, em decorrência das contingências daquela época: indústria em expansão, grande centro consumidor e área de concentração de imigrantes. As forças de expulsão explícitas decorreram das dificuldades de produção do cacau, da falta de mercado para o arroz e hortaliças, que resultaram na pobreza extrema dos colonos. Entretanto, existem outras condicionantes estruturais de grande relevância que apressaram a mobilidade desses imigrantes, como a dificuldade de adaptação biológica ao clima e às doenças endêmicas.

Analisando o desdobramento desse contingente que está relacionado no Apêndice G, constatou-se que das 405 famílias que entraram em Tomé-Açu, 100 são procedentes da província de Hokkaido (25%); 58 de Yamagata (14%); 39 de Kumamoto (9,6%); 36 de Hiroshima (8,8%) e 24 de Fukushima (6%), 14 de Fukuoka (3,4%); 14 de Okinawa (3,4%). As demais províncias de origem são diversificadas. Pelo visto, 45% dos imigrantes que entraram em Tomé-Açu eram procedentes das províncias de Hokkaido, Yamagata e Fukushima que ficam ao norte do Japão. Lugares de clima muito frio, onde mesmo no verão a temperatura é amena. Lugares onde existem pouquíssimos insetos e ausência dos portadores da malária que amedronta até os nativos da região.

Comparando os percentuais de entrada das famílias dos imigrantes de Tomé-Açu (no período de 1929 a 1937) das respectivas províncias de origem, com o levantamento realizado em 1999 (Tabela 29), que inclui a entrada de 406 famílias no período de 1953 a 1976, de procedência desconhecida, é interessante observar que, os de Kumamoto, província do sul do Japão (lugar relativamente quente) teve uma fixação maior (11,3%), provavelmente, porque se adaptaram melhor ao clima do Pará. Contrariamente, a fixação das famílias procedentes de

Hokkaido (lugar extremamente frio), foi de apenas 5%. O que leva a compreensão de que o fator climático pode ter contribuído para a mobilidade dos imigrantes. Porém, considerando o elevado percentual (71,7%) de imigrantes de outras procedências não há como estabelecer essa correlação sem uma pesquisa mais aprofundada dos diversos contingentes que chegaram após a Segunda Guerra Mundial.

Tabela 29 – Comparativo entre as famílias que entraram e fixaram em Tomé-Açu

Província de Origem	Entrada 1929-1937	%	Levantamento Em 1999	%
	Nº famílias		Nº famílias	
Hokkaido (norte)	100	25	26	5
Yamagata (norte)	58	14	22	4,2
Kumamoto (sul)	39	9,6	59	11,3
Hiroshima (centro-sul)	36	8,8	19	3,6
Fukushima (norte)	24	6,0	22	4,2
Okinawa (extremo sul)	14	3,5	0	0
Outros	134	33,1	375	71,7
Total	405	100	523	100

Fonte: Relação dos imigrantes de Tomé-Açu, ACTA (2009, p. 79, 173 – 183)

Pode-se deduzir, no entanto, que para o imigrante que estava acostumado ao clima frio, ser submetido à temperatura que passa dos 35°C embaixo do sol escaldante, certamente o organismo passa a sofrer uma série de distúrbios frente à grande variação de temperatura. Não bastasse o intenso calor e os insetos que existem em abundância na Amazônia, a epidemia da malária grassou a colônia no auge da concentração dos imigrantes, deixando muitas vítimas. Portanto, semelhantes aos imigrantes que entraram em Maués e Parintins, os de Tomé-Açu também tiveram motivos suficientes para se deslocarem às regiões mais frias, notadamente para o estado de São Paulo, o reduto dos japoneses daquela época.

Sob o aspecto social, a proliferação endêmica da malária abateu muitas famílias, trazendo profundas marcas que mudaram o rumo de vida de muitos imigrantes. Dos relatos dos 14 pioneiros remanescentes dessa colônia, 10 declararam que não puderam sair da colônia por “falta de condições financeiras”, por motivo de falecimento do chefe da família, ou da mãe. Dentre os 14 entrevistados da velha imigração 6 responderam que perderam membros da

família nos primeiros 5 anos de permanência na colônia, dos quais 3 famílias ficaram órfãs (Apêndice B.1).

O número de óbitos desse período foi bastante significativo, pois, de acordo com o levantamento nominal realizado pela Comissão dos 70 anos da Imigração de Tomé-Açu (2008), esta autora conferiu 168 nomes de japoneses e descendentes falecidos nos anos de 1929 a 1937, em sua maioria de jovens e crianças, o que leva ao imaginário quanto sofrimento existiu por traz desses números (Tabela 30).

Tabela 30 – Registro de óbitos pela colônia de Tomé-Açu (1929-1937)

Ano	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	Total
Nº de famílias que entraram	81	76	47	63	70	42	10	15	1	405 F
Nº de óbitos	6	5	14	25	32	27	16	24	19	168 P

Fonte: ACTA (2009, p. 177-178)

Por conta da mobilidade dos imigrantes de Tomé-Açu, de Maués e Parintins, nos idos de 1941 viviam em Belém cerca de 70 famílias de japoneses (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.73). A metade delas dedicava-se ao plantio de hortaliças e a outra metade ao pequeno comércio de hortaliças. A venda de hortaliça era feito no bairro da Cidade Velha e na feira do Ver-o-Peso, ponto de encontro dos imigrantes de Tomé-Açu com os dos arredores da cidade de Belém. Com a eclosão da guerra, ocorreu um pequeno acréscimo do contingente de imigrantes naquela colônia de Tomé-Açu, pela vinda ou retorno de algumas famílias de Belém, de Monte Alegre e de outras regiões do Pará para o “campo de concentração” de Tomé-Açu. Cessado o período de guerra, a colônia volta ao patamar anterior, até a chegada dos novos colonos de pós-guerra.

Considerando o quantitativo informado por um dos imigrantes pioneiros, de 43 famílias, ou ainda, de 36 famílias pelos cálculos de um estudioso de Tomé-Açu (Entrevistados nº 8 e 82) como o contingente que permaneceu naquela colônia antes da Segunda Guerra Mundial, infere-se que a fixação dos imigrantes ficou reduzida, grosseiramente, a 10% de total das entradas. Como afirmam os velhos pioneiros: “naquela época, só não saiu de Tomé-Açu quem não tinha condições”. As manifestações resumidas no Apêndice B.1 confirmam

que eles tiveram motivações suficientes para sair. Paradoxalmente, não aconteceu “por falta de condições”, como declarou a maioria dos entrevistados.

Na busca pela sobrevivência, ou ainda pela resiliência dos imigrantes remanescentes, estes encontraram as forças para avançar na agricultura até encontrar o sucesso da pimenta-do-reino na década de 1950, que aconteceu, também, paradoxalmente, por contingências da guerra. De sorte que, a partir do sucesso econômico da pimenta-do-reino e com a vinda de novos imigrantes, tiveram motivos suficientes para permanecer na agricultura e fortalecer a cooperativa por mais alguns anos.

Refletindo sobre as entrevistas com os veteranos dessa antiga imigração de Tomé-Açu (Apêndice B.1), conclui-se que a fixação dos imigrantes nessa colônia ocorreu mais por impotência dos imigrantes, do que por opção, no que resultou na adaptação biológica ao novo *habitat* e na própria resiliência desse grupo. Depois, eles adotaram estratégias para reconstruir as condições originais, posto que os membros dessa colônia casaram-se entre si e mantiveram relativamente fechados na primeira geração. De certa forma, constituíram enclaves étnicos, visto que as tendências para integração, aculturação da velha imigração com a população local fora quase nula, restringindo-se às relações de trabalho (Apêndice D.1).

Da análise das variáveis da mobilidade social dos velhos imigrantes da década de 1930, verificou-se que o nível de escolaridade dos pais era superior ao dos filhos dessa geração que veio criança ao Brasil, ou dos que nasceram aqui nos primeiros anos da imigração. As entrevistas revelam que os chefes de família e os jovens que se criaram no Japão todos cursaram, no mínimo, o ensino obrigatório, correspondente a 6 anos do curso primário. Mais de 50% concluiu o ginásio de 4 anos. Enquanto que, os imigrantes que chegaram crianças, ou dos que nasceram em Tomé-Açu, não passaram do curso primário. Muitos sequer concluíram o primário, sob a justificativa de que o ensino fora interrompido pela Segunda Guerra Mundial, ou porque a atividade agrícola não exigia qualificação profissional, ou porque não tiveram condições financeiras para estudar fora da colônia. Comparando o status educacional do cidadão do Japão que avançou após a Segunda Guerra Mundial, pode-se concluir que houve um descompasso na educação formal desse contingente que ficou isolado na zona rural, alheio às transformações sócio-culturais dos japoneses na economia global.

Das entrevistas realizadas com os imigrantes veteranos da colônia de Tomé-Açu, uma constatação chama atenção: é a manutenção da língua japonesa e dos costumes tradicionais dos imigrantes que chegaram crianças, ou daqueles que nasceram em Tomé-Açu entre o

período de 1929 a 1950. Essa geração de *isseis* e *nisseis* que viveram o tempo todo nessa colônia falam pouco o português. Pelo visto, a maioria fala relativamente bem o japonês coloquial, porém, possuem baixo nível de escolaridade (instrução formal em japonês), motivo pelo qual alguns não foram ao Japão mesmo tendo condições financeiras, porque sentiam vergonha de não o terem estudado. A aprendizagem da língua portuguesa também foi deixada em segundo plano, em face ao isolamento da colônia de Tomé-Açu. Mesmo porque, desde o início, a escolha da ocupação estava condicionada a deficiência lingüística, o que levaram a se resignar a rudes tarefas de trabalhadores braçais até tornarem-se patrões com o sucesso da pimenta-do-reino, aprendendo a linguagem básica apenas para lidar com os caboclos, que passaram a afluir àquela região para trabalhar na plantação dessa cultura.

Igualmente no aspecto ocupacional, tiveram limitações latentes. Os pais ou chefes de famílias que chegaram a Tomé-Açu na década de 1930 tinham profissão definida variada. Apesar da maioria (53%) ter exercido a profissão de agricultor no Japão, outros exerciam profissão de comerciante, fabricante de bebidas, marceneiro, madeireiro, escriturário. Enquanto que, entre os filhos que ficaram na colônia, não houve mobilidade ocupacional. Praticamente todos os imigrantes da primeira geração permaneceram na condição de agricultor (Apêndice C.1).

Quanto à situação patrimonial, alguns tiveram uma posição invejável no auge da pimenta, ocasião que construíram casas, compraram tratores e veículos, investiram na terra e mandaram os filhos estudar na capital. Mas devido às doenças nas plantações de cacau e pimenta, muitos se espalharam ao longo do eixo rodoviário Belém-Brasília. Após algumas tentativas, muitos desistiram dos investimentos na agricultura. Na atual conjuntura, a disponibilidade de renda dos velhos imigrantes não é nada confortável, pois, além da velhice, a grande maioria vive com um nível de renda bastante limitado.

10.4 A MOBILIDADE ESPACIAL DOS COLONOS DE TOMÉ-AÇU E AMAPÁ NO PÓS-GUERRA

Para realizar o estudo comparativo da mobilidade espacial dos novos imigrantes que chegaram a Tomé-Açu e em Amapá, foi realizado um levantamento inicial dos diversos contingentes de imigrantes que entraram nas colônias dirigidas da Região Norte, de acordo com os relatos dos imigrantes, das notas de jornais e da Associação Nipo-Brasileira

(ASSOCIAÇÃO..., 2001). Em seguida, foi realizado um levantamento dos diversos relatórios elaborados pela JAMIC/JICA, a partir dos anos de 1970, nos quais consta a entrada e as posições periódicas dos quantitativos de famílias e números de imigrantes e seus descendentes nas diferentes colônias do Brasil. Após os ajustes e confrontos dos dados, elaborou-se dois resumos que estão detalhados nos Apêndices E e F. O Apêndice E - Entradas para as principais colônias dirigidas da Região Norte – abrange o período de 1953-1976. O segundo resumo trata da distribuição da população *nikkey* na Região Norte nos anos de 1978, 1981, 1983, 1988 e 1990 que se encontra no Apêndice F. Desse segundo resumo, extraíram-se os dados que dizem respeito às colônias de Tomé-Açu, Matapi e Fazendinha, para efeito comparativo da permanência ou fixação dos imigrantes, conforme detalhados na Tabela 31.

Tabela 31 – Quantitativos de imigrantes e descendentes das colônias de Tomé-Açu e Amapá (1953 -1990)

Colônias	Entrada (a)		Situação (b)		Situação (c)		Situação (d)		Situação (e)		Situação (f)	
	1953-1976		1978	b/a	1981	c/a	1983	d/a	1988	e/a	1990	f/a
Pará												
Tomé-Açu (1)	Fam	348	252	72,41	252	72,41	259	74,43	214	61,49	189	54,31
	N.A.	2147	1437	66,93	1437	66,93	1128	52,54	1108	51,61	1108	51,61
T.A 2ª Colônia	Fam	58	130	224,1	128	220,7	125	215,5	72	124,1	53	91,38
	N.A.	246	507	206,1	568	230,9	564	229,3	355	144,3	355	144,3
Sub-total	Fam	406	382		380		384		286		242	59,61
	N.A.	2393	1944		2005		1692		1463		1463	61,13
Amapá												
Matapí/Fazendinha (2)	Fam	57	30	52,6	46	80,7	43	75,4	62	108,8	56	98,25
	N.A.	307	172	56,0	220	71,7	210	68,4	269	87,6	246	80,13
Mazagão	Fam	7	0				0				0	0,0
	N.A.	43	0				0				0	0,0
Sub-total	Fam	64	30		46		43		62		56	87,50
	N.A.	350	172		220		210		269		246	70,28

(1) Incluído por estimativa as 70 famílias (F), 350 pessoas (N.A), remanescentes antes da chegada dos novos imigrantes.

(2) Na situação de 1978 em diante, os dados referem-se na realidade ao contingente de imigrantes residentes na zona urbana e não exatamente nas colônias de Matapi e Fazendinha.

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos Relatórios da JAMIC/JICA (JAPAN..., 1978, 1981, 1983, 1988 e 1991); ASSOCIAÇÃO..., (2001).

Para a primeira colônia de Tomé-Açu ingressaram no período de 1953 a 1976, diretamente do Japão, um quantitativo de 1.797 pessoas entre adultos e crianças, composta em 278 famílias e 264 solteiros, conforme dados da APANB (2001, p. 163). Agregando-se por estimativa as 70 famílias, 350 pessoas, remanescentes da velha imigração, a soma algébrica desse quantitativo chegaria a 348 famílias, ou 2.147 pessoas. Na contagem dessa população nos anos seguintes, verificou-se que em 1978 houve uma diminuição da população de imigrantes e seus descendentes na ordem de 33% do total da população de entradas, em face a permanência de 66,93% do contingente de entradas. Nos anos de 1983, 1988 e 1990 os quantitativos reduziram-se para aproximadamente 52% da entrada inicial. Interpreta-se que a evasão dessa colônia foi na ordem de 48% da população de entrada. Considerando que na permanência está incluso o crescimento vegetativo, normalmente maior que as perdas naturais, conclui-se que a taxa de evasão até o ano de 1990 tenha sido superior aos 48%.

Na comparação de dados das duas colônias de Tomé-Açu, percebe-se de imediato que parte desse contingente destinou-se para a segunda colônia, em consequência dos investimentos realizados pela JICA e pela própria proximidade dessas duas colônias. Como se observa na Tabela 31, no período de 1953 a 1976 ingressaram diretamente do Japão à segunda colônia (ou colônia JAMIC) 58 famílias, ou 246 pessoas. Na contagem realizada em 1978, havia nessa colônia 130 famílias, ou 507 pessoas, isto é, o dobro do período anterior. Esse número elevado permaneceu na contagem de 1981 e 1983, na ordem de 230% em relação à entrada inicial, caindo em seguida para os patamares de 144% das entradas em 1988 e 1990. Como visto, houve repetição do dado populacional de 1988 no ano de 1990, o que diverge com o número de famílias que decresceu significativamente em 1990 para apenas 53 famílias, voltando aos patamares do número de entradas, com uma leve diminuição na ordem de 10% das famílias. Na contagem de 1990, constata-se que houve uma queda significativa na segunda colônia, possivelmente pelo retorno de muitos imigrantes para trabalhar como *dekassegui*.

Na soma da população das duas colônias de Tomé-Açu, observa-se que houve uma redução de aproximadamente 40% do contingente do período considerado (1953-1990), ou uma fixação de 60%. Levando em conta o crescimento vegetativo da população, que no período de 37 anos comporta duas gerações, de fato, a fixação é relativamente bem menor. De qualquer forma, a permanência de 60% das entradas, entre imigrantes e descendentes, representa uma razoável fixação dos imigrantes no contexto regional, considerando a média regional de 59% em relação às famílias que chegaram no período considerado (Apêndice F).

O levantamento mais recente é mais promissor em termos de fixação, posto que pela contagem realizada em 1999 pela Associação Cultural de Tomé-Açu (ASSOCIAÇÃO, 2009, p.79) estavam residindo naquela colônia (incluindo a 2ª colônia de Tomé-Açu) 992 japoneses, 214 naturalizados e 1.391 descendentes, no total de 2.597 pessoas *nikkeys* distribuídos em 493 famílias e 30 solteiros. Ora, se em 1990 havia 242 famílias de japoneses, 1705 pessoas, conforme dados da JAPAN..., (1991), significa que a população de descendentes cresceu na ordem de 52% em apenas 10 anos.

Quanto à situação das 57 famílias em 307 pessoas que entraram no Amapá para as colônias de Matapi e Fazendinha, nos anos de 1953 a 1961, verificou-se que em 1978 estavam reduzidos a 30 famílias em 172 pessoas, o que representa 56% das pessoas que haviam ingressado. Na contagem de 1981, havia aumentado para 46 famílias em 220 pessoas. No ano de 1988, houve aumento para 62 famílias em 269 pessoas, isto é, 87% do contingente inicial. Na década de 1990 (era dos *dekasseguis*), a população nipônica daquele estado também havia diminuído para 56 famílias em 246 pessoas, isto é, cerca de 80% da população inicial do Amapá. Importante esclarecer que a maioria desse contingente constante da Tabela 31, considerado pela JAMIC/JICA como pertencente às colônias de Matapi e Fazendinha, na realidade, são membros ou descendentes dos imigrantes das três colônias que se fixaram na cidade de Macapá, e uma pequena parcela no município de Santana.

Das 40 famílias que entraram em Matapi nos anos de 1953 e 1954, consta nos relatos que 33 famílias haviam deixado aquela colônia em 1964 (ASSOCIAÇÃO..., 2001 p.186), o que representa uma evasão de 82% nos primeiros 10 anos. Possivelmente, a grande debandada aconteceu nos três primeiros anos, nos anos seguintes saíram paulatinamente as demais famílias. Feito o levantamento *in loco* (abril de 2009) na colônia de Matapi, constatou-se que permanecem apenas as famílias dos Kubota, Meguro e Saito. Fato que pode ser considerado como remanescente dessa colônia apenas 3 famílias, o que representa a fixação de 7,5% das 40 famílias que ingressaram na colônia do Matapi. Inversamente, a taxa de mobilidade daquela colônia foi na ordem de 92,5%.

Em 1965, todos os 43 imigrantes de Mazagão já tinham se debandado dessa colônia. Os últimos a sair foram os Tatenos (para Macapá) e Sakaguchi (para Santana). Considerando o pequeno contingente dessa leva de Mazagão, alguns tinham se deslocado para os arredores de Macapá, outros para o Pará e alguns para São Paulo. Também não existe mais a colônia de japoneses em Fazendinha, o que representa uma evasão de 100% das duas colônias. Portanto,

corroborando com a expectativa inicial desta pesquisa, a taxa de evasão das 3 colônias do Amapá foi substancialmente maior do que da colônia de Tomé-Açu.

Quanto à destinação, não se pode precisar por falta de informações daqueles que saíram cedo. Fazendo um levantamento através das entrevistas com os remanescentes dessas colônias, verificou-se que da primeira leva de 29 famílias, oito foram em direção a São Paulo e apenas duas famílias foram para o Japão, conforme estão detalhados no Apêndice H.

Como dito anteriormente, muitos membros dos imigrantes pioneiros estão em Macapá, ou nos arredores dessa cidade, inclusive com um reduto significativo no entorno da “Baixada dos Japoneses”. Esses dados estão estampados na Tabela 31, posto que em termos proporcionais a fixação dos imigrantes, em relação ao número de entradas, de 70,28% em Macapá e cercanias, são relativamente superiores que os 61,13% que permaneceram em Tomé-Açu. Grande parcela da população *nikkey* de Tomé-Açu certamente migraram para a cidade de Belém, apesar de não constar nos levantamentos da JICA.

10.5 A MOBILIDADE SOCIAL DOS COLONOS DE TOMÉ-AÇU E AMAPÁ NO PÓS-GUERRA

Partindo do paradigma que na sociedade atual a mobilidade social depende muito da qualificação profissional e que o patrimônio e nível de renda são consequências dessa qualificação, que por sua vez depende do nível de escolaridade, para analisar a mobilidade social dos imigrantes japoneses das duas colônias em destaque foram consideradas as seguintes variáveis: escolaridade do chefe da família, do entrevistado e dos filhos destes; a profissão do chefe da família e do entrevistado - que em alguns casos é a mesma pessoa; e o patrimônio familiar, incluindo a casa própria, o carro, outros imóveis e a renda anual da família do entrevistado. Em relação ao nível de renda foram divididas em três faixas: (A) de renda anual inferior a R\$ 50 mil, (B) entre 50 a 100 mil reais e (C) superior a 100 mil reais.

Os resultados das entrevistas encontram-se consolidados no Apêndice C.2 e C.3 – Mobilidade social dos imigrantes do Amapá e de Tomé-Açu (pós-guerra), respectivamente. Importante esclarecer que os dados dos imigrantes do Amapá e de Tomé-Açu não representam necessariamente uma amostra aleatória no sentido estatístico restrito, e nem guarda a devida proporcionalidade em relação ao tamanho do universo das duas colônias. A seleção dos entrevistados levou em conta a facilidade de acesso ao imigrante, indicações de

terceiros e conhecimentos pessoais da autora. Entretanto, analisando os dados das entrevistas, em relação à mobilidade social dos imigrantes e descendentes de pós-guerra, percebe-se que há pouca diferença entre as duas colônias.

No tocante ao nível de escolaridade dos chefes de família do Amapá, constatou-se que na amostra de 20 pessoas (no caso, 2 entrevistados tem o pai em comum), 9 (45%) tinham o 1º grau; 7 (35%) o 2º grau; e 4 (20%) o 3º grau. Enquanto que a amostra de 21 pessoas de Tomé-Açu 12 (57%) tinha o 1º grau e 9 (43%) o 2º grau. Possivelmente em razão dessa diferença de escolaridade dos chefes de família entre as duas colônias, a escolaridade dos entrevistados do Amapá, em sua maioria filhos de imigrantes, apresentam níveis de escolaridade um pouco acima da média de Tomé-Açu. Os do Amapá, 6 (28%) concluíram o 1º grau; 10 (48%) o 2º grau; e 5 (24%) o 3º grau, enquanto que os entrevistados de Tomé-Açu apresentam 7 (33%) o 1º grau, 10 (48%) o 2º grau e 4 (19%) o 3º grau, conforme se pode visualizar didaticamente na Tabela 32.

Tabela 32 - Comparativo da mobilidade social dos imigrantes do Amapá e Tomé-Açu: grau de escolaridade

Grau de Escolaridade		Amapá		Tomé-Açu	
		N.A.	%	N.A.	%
Do chefe da família	1º grau	9	45	12	57
	2º grau	7	35	9	43
	3º grau	4	20	0	0
	Totais	20	100	21	100
Do entrevistado	1º grau	6	28	7	33
	2º grau	10	48	10	48
	3º grau	5	24	4	19
	Totais	21	100	21	100
Filhos formados	Todos	6	28	7	33
	Em parte	10	48	10	48
	Nenhum	5	24	4	19
	Totais	21	100	21	100

Fonte: Dados das entrevistas da autora (2009).

Por outro lado, no que diz respeito à escolaridade dos filhos dos entrevistados, a situação inverteu-se. No caso, dos 21 entrevistados do Amapá, 6 (28%) responderam que todos os filhos são formados e 10 (48%) em parte tem filhos formados. Os de Tomé-Açu 7 (33%) responderam que todos os filhos são formados, e 10 (48%) em parte tem filhos formados e 4 (19%) não possuem filhos formados. A escolaridade dos netos dos imigrantes de Tomé-Açu levemente superior aos dos imigrantes do Amapá deve-se, provavelmente, a maior

oportunidade de acesso às universidades, dada a proximidade da cidade de Belém, que possui uma rede de estabelecimento de nível superior significativamente superior ao de Macapá, que até recentemente havia pouca opção ao ensino de 3º grau. De qualquer forma, como é comum na comunidade nipônica, os resultados de ambos os grupos demonstram a preocupação com o nível de escolaridade dos filhos, bem superior aos índices nacionais.

Quanto à profissão dos chefes de famílias dos imigrantes do Amapá foi observado que da amostra de 20 chefes de família, 8 (40%) são de agricultores, 5 (25%) militares, 1 comerciante (5%) e 6 (30%) de outras profissões variadas como carpinteiro, marceneiro e profissionais liberais. Esses imigrantes do Amapá vieram atraídos pelas propagandas das entidades promotoras de imigração e que foram conduzidos pelo imigrantista Kotaro Tsuji. Já entre os 21 entrevistados dessa colônia, observou-se que 9 (43%) são de agricultores, 5 (24%) de comerciantes e 7 (33%) de profissão diversa. Diante desse resultado, observa-se que o mesmo quantitativo de militares foi substituído por igual número de comerciante, enquanto o percentual de outros profissionais continuou no mesmo patamar.

Tabela 33 - Comparativo da mobilidade social dos imigrantes do Amapá e Tomé-Açu: profissão

Profissão		Amapá		Tomé-Açu	
		N.A.	%	N.A.	%
Do chefe de família	Agricultores	8	40	15	71
	Comerciantes	1	5	2	10
	Militares	5	25	1	5
	Outras profissões	6	30	3	14
	Totais	20	100	21	100
Do entrevistado	Agricultores	9	43	9	43
	Comerciantes	5	24	5	24
	Outras profissões	7	33	7	33
	Totais	21	100	21	100

Fonte: Dados das entrevistas da autora (2009).

Dos 21 chefes de famílias de Tomé-Açu 15 (71%) eram de agricultores; 2 (10%) comerciantes e 4 (19%) de outras profissões. Esses dados refletem bem a situação de imigrantes de Tomé-Açu de pós-guerra, que vieram na condição de imigrantes, chamados para serem colonos das fazendas de pimenta-do-reino sob a responsabilidade dos antigos imigrantes. Entre os 21 entrevistados, na maioria filhos de imigrantes, 9 (43%) são agricultores; 5 (24%) comerciantes; e 7 (33%) de profissão variada, o que demonstra que houve uma mobilidade social semelhante na comparação das duas colônias.

Tabela 34 - Comparativo da mobilidade social dos imigrantes do Amapá e Tomé-Açu: patrimônio e renda

Patrimônio e Renda		Amapá		Tomé-Açu	
		N.A.	%	N.A.	%
Patrimônio do entrevistado	Casa própria	21	100	20	95
	Automóvel	20	95	20	95
	Outros imóveis	12	57	9	43
Renda Familiar do entrevistado (anual)	A < 50 mil reais	9	43	8	38
	B < 100 mil reais	9	43	8	38
	C > 100 mil reais	3	14	5	24
	Totais	21	100	21	100

Fonte: Dados das entrevistas da autora (2009)

Em relação ao patrimônio familiar desses imigrantes de pós-guerra, praticamente todos declararam que possuem casa própria e carros. Somente um entrevistado não possui casa própria e automóvel devido exclusivamente à idade avançada do imigrante.

Já em relação a outros imóveis, a frequência é na ordem de 57% para os imigrantes do Amapá e 43% para os de Tomé-Açu. No que diz respeito ao nível de renda anual, a despeito de alguma incerteza quanto à precisão das informações, os do Amapá, 9 (43%) ficaram no nível A; 9 (43%) no nível B e 3 (14%) no nível C. Os de Tomé-Açu 8 (38%) ficaram no nível A; 8 (38%) no nível B e 5 (24%) no nível C. Os resultados mostram que os imigrantes de Tomé-Açu apresentam níveis de renda um pouco acima do que os imigrantes do Amapá, em função da própria diversificação profissional.

10.6 AS CONDICIONANTES QUE INFLUENCIARAM NA MOBILIDADE DOS COLONOS

Na busca do entendimento das condicionantes que influenciaram a mobilidade espacial, ou a fixação dos colonos, procurou-se seguir a trilha de Saito (1961) que recomenda observar três fatores essenciais, quais sejam: adaptação ao novo meio; fator econômico; e fator social. Assim, dando uma nova roupagem à terminologia desse autor, considerou-se como causas relevantes para a mobilidade dos imigrantes: *a*) Fatores ambientais, que inclui avaliação da área de assentamento, clima e vegetação, insalubridade do lugar, doenças

endêmicas e fertilidade do solo; *b*) Fatores Econômicos, que comporta a relevância das culturas permanente e sazonal, transporte e mercado consumidor; e *c*) Fatores sociais, que abrange a questão das políticas públicas, infraestrutura, apoio administrativo, mercado de trabalho, profissão dos imigrantes, cooperativismo, isolamento da colônia e quantitativo de imigrante. Isto posto, de posse dos dados das entrevistas, relatos e da literatura estudada, procurou-se analisar as principais causas da mobilidade, ou as desvantagens que os colonos do Amapá enfrentaram em comparação com as vantagens dos imigrantes de Tomé-Açu.

a) Fatores ambientais

No que diz respeito à área de assentamento, a Região de Tomé-Açu foi previamente pesquisada e selecionada por técnicos da Nantaku, que analisaram a qualidade do solo para a cultura permanente e das condições de navegabilidade. Como já fora comentado anteriormente, o governador Dionísio Bentes se comprometeu reservar o direito de escolha de 500 mil hectares de terra na bacia do rio Capim aos colonos japoneses. Entretanto, a área inicialmente ofertada foi rechaçada pelos técnicos japoneses, em razão da inadequação do solo para a cultura pretendida e da dificuldade de acesso. Eles escolheram a área compreendida entre o rio Acará e seu afluente Acará Mirim, pela qualidade do solo e pela existência de poucas áreas de várzea. Depois, testaram várias espécies de culturas comerciais, fato que pode ser considerado positivo para a fixação dos imigrantes japoneses, uma vez que proporcionou confiança aos imigrantes para permanecer naquela colônia por longos anos. Mesmo assim, entende-se que a distância ao mercado consumidor prejudicou bastante a vida dos imigrantes frente à carência de transporte.

Em relação às colônias do Amapá, tudo indica que não houve seleção de área para assentamento dos japoneses por parte dos agentes intermediários. De certa forma, foi uma imposição do governo federal, que visava fomentar a produção de borracha. Os japoneses foram designados para plantação de seringueiras, como aconteceu com as demais colônias de pós-guerra em todos os estados da Região Norte. Assim, os japoneses foram designados para Matapi e Mazagão porque já existiam essas colônias agrícolas incentivadas para plantação de seringueiras. A questão era o prazo de retorno dessa cultura, que além de longo, não trouxe o retorno esperado para aqueles que permaneceram na colônia, seja pela qualidade do solo, seja em termos de mercado, em razão do surgimento da borracha sintética.

A questão climática foi um ponto negativo para todos os colonos da Região Norte, que obviamente não podiam contar com os recursos da atualidade. O fato histórico de o presidente

Vargas ter aceitado os imigrantes japoneses de pós-guerra estava condicionado à colonização das áreas remotas, dentro do programa de valorização da Amazônia. Na lógica política da época, para as regiões da Amazônia, o governo estaria disposto a aceitar tantos imigrantes quantos fossem enviados (ASSOCIAÇÃO..., 2001, p. 79).

Na percepção do imigrante que sofreu as conseqüências da intempérie do clima equatorial, a questão não era só o desconforto do calor, mas a associação da umidade com a multiplicação dos vetores das doenças endêmicas, cujas conseqüências são nefastas para a saúde humana. Há uma entrevista publicada no jornal paulista Shinbum, em que o Prof. Samuel Pessoa, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, autoridade em malária e outras enfermidades parasitárias tropicais, comenta em seu trabalho que o calor acima de 30° C produz graves efeitos nas funções do corpo humano, inclusive psicológicos (PAULISTA SHINBUM, 26 fev.1953, apud ASSOCIAÇÃO..., 2001, p.81).

Por outro lado, muitos desses imigrantes que vieram para o norte do Brasil estavam também fugindo do frio excessivo da Região Norte do Japão, posto que, diante da penúria da fome que assolava o Japão de pós-guerra, pensavam que o calor seria menos penoso do que o frio. Mas, quando enfrentaram os vários problemas no início da imigração, viram que se enganaram nessa expectativa. Entretanto, o caminho tomado por muitas famílias não tinha mais retorno, como justificam muitos dos entrevistados. Eles argumentam que a maioria dos imigrantes desconhecia a região, pois os agentes de imigração só ressaltavam o lado positivo, como a fartura de alimento, frutas tropicais, madeiras comerciais e a riqueza espetacular da floresta amazônica.

Acontece que naquela época, sem motosserra, a derrubada da mata virgem requeria um esforço hercúleo, principalmente para derrubar com machado as árvores gigantescas que existiam na selva, como fora dito em várias entrevistas - como uma das principais dificuldades enfrentadas no início da colonização (vide Apêndice B.2 - Fatores de mobilidade espacial dos imigrantes do Amapá). Inclusive, essa atividade resultou em dois acidentes fatais na colônia de Matapi, que certamente apressou a mobilidade de muitas famílias. Depois, eles tinham que capinar constantemente o mato da horta e os locais das culturas permanentes, competindo com a força da natureza. Para eles era difícil lidar com essa realidade, uma vez que a vegetação dos países de clima temperado é controlada pela alternância das estações, em que o mato ou capim é totalmente eliminado pelo rigor do inverno, diferentemente do clima equatorial onde predomina a vegetação exuberante durante o ano inteiro. Vendo que não conseguiam controlar o mato com a capinação, passaram a adotar as práticas da queimada que

acabaram prejudicando as seringueiras. Viram que as plantações de seringueiras e hortaliças requeriam muitos cuidados para competir com o mato e as saúvas, fatores que vieram desestimular a permanência dos colonos de Matapi, Fazendinha e Mazagão, como ocorreram com outras colônias da Região Norte.

Diferentemente da realidade do Amapá, os colonos de pós-guerra de Tomé-Açu não enfrentaram tantas dificuldades para lidar com a mata virgem e nem passaram fome, posto que foram trabalhar como colonos assalariados nas fazendas dos patrões, na cultura de pimenta-do-reino, onde a terra já havia sido trabalhada pelos velhos pioneiros. Conforme constata no resultado das entrevistas entre os imigrantes de pós-guerra de Tomé-Açu (Apêndice B.3 - Fatores de mobilidade espacial dos novos imigrantes de Tomé-Açu-pós guerra), no que diz respeito às principais dificuldades que eles enfrentaram no início da imigração, a maioria respondeu que não teve.

Os novos imigrantes de Tomé-Açu encontraram a área “desbravada”, de certa forma pela ação do fogo - devido à prática da cultura de corte e queima - que empreenderam os velhos imigrantes nos 20 anos antes da chegada da nova migração. Essa realidade é vista atualmente nas terras de Matapi, onde a mata virgem foi substituída pela capoeira, pela permanência do homem naquela região. Tanto que os colonos brasileiros hoje dominam aquela região cultivando a fruticultura e algumas hortaliças com a devida adubação. As mudanças também chegaram para Fazendinha, que se transformou em um distrito urbano de Macapá, cuja orla fluvial do rio Amazonas é local de turismo local.

Quanto à insalubridade do lugar, pode-se afirmar que os novos imigrantes de Matapi, Mazagão, Fazendinha, como os de Manacapuru, Guamá etc, que foram para as frentes pioneiras, enfrentaram os mesmos problemas narrados pelos velhos pioneiros de Tomé-Açu. Todos os entrevistados que estiveram nessas frentes pioneiras costumam ressaltar a presença assombrosa de saúvas, formigas, pernilongos e outros insetos que provocam grande desconforto ao homem. Contam algumas das senhoras entrevistadas que nos primeiros meses que estavam em Matapi sentiram tantas ferroadas e picadas de insetos (variedades de formigas, maruins¹⁰², mucuins¹⁰³, cabas¹⁰⁴ e carapanãs¹⁰⁵) tão comuns naquelas áreas, que as

¹⁰² Maruim ou mosquito-pólvora é um mosquito de pequena dimensão. Suas larvas vivem na água doce ou salgada, conforme a espécie. É um animal hematófago antropofílico que penetra pelo meio dos cabelos e por dentro das roupas causando urticária com suas doloridas picadas.

¹⁰³ Mucuim é um hematófago, espécie de carrapato minúsculo e avermelhado que dá muito nos capinzais da Amazônia, que se fixa geralmente nas dobras ou nos vincos da pele e nos lugares mais inacessíveis. Apesar de minúsculo provoca muito incômodo pela coceira prolongada.

jovens senhoras e as crianças colocavam ataduras nas pernas para não serem tão castigadas pelos insetos. As ferradas e picadas dos insetos coçavam tanto que provocavam feridas no corpo, base de pouso das moscas varejeiras¹⁰⁶. Os adolescentes e homens adultos só não foram tão castigados pelos insetos porque passavam a fumar e tomar cachaça para “espantar” os insetos. Ademais, os imigrantes enfrentaram inúmeros casos de ferida brava¹⁰⁷, que corroíam pedaços das peles das pessoas e deixavam, algumas vezes, cicatrizes profundas provocados por esses insetos aparentemente inofensivos. Os casos de bicho do pé e frieira dos imigrantes de São Paulo, relatados por Handa (1987), pode-se dizer que seriam considerados problemas banais.

É possível imaginar a cena de consternação dessas pessoas que vieram de um lugar de clima temperado, tendo que enfrentar o calor do dia-a-dia no sol escaldante e ainda por cima sentir as picadas de um monte de insetos. Certamente, nunca tinham visto a quantidade de insetos e nem sentido o desconforto de uns seres tão minúsculos como os mucuins, nem tampouco a dor prolongada das picadas de caba igreja, aranhas, ou das formigas tucandeiras¹⁰⁸. Por causa desses desconfortos, costuma-se dizer que o índio da Amazônia não tem medo do bicho grande, como onças, jacarés e cobras, e sim dos insetos, causadores de tantos males, como a malária e a febre amarela.

Um dos fatores que pesou muito na mobilidade dos imigrantes de Tomé-Açu e do Amapá deve-se a frequência da malária. Como narrados pelos velhos pioneiros de Tomé-Açu, a malária afugentou os imigrantes daquela colônia para o sudeste do País. Muitos imigrantes manifestaram que se soubessem da malária não teriam vindo para o Brasil. A verdade é que mesmo na nova fase de pós-guerra muitos desconheciam a gravidade da malária na Amazônia, porque os agentes de imigração do Japão não esclareciam. Como afirmam os

¹⁰⁴ As cabas ou vespas, também conhecidas como marimbondos, possuem algumas famílias que são encontradas em todo território nacional. Algumas espécies têm picadas extremamente doloridas e provoca mal-estar e febre.

¹⁰⁵ Os carapanãs são conhecidos em outros estados como muriçoca, pernilongo, ou mosquito. Na região amazônica estão os mosquitos vetores da dengue e da malária, de grande importância do ponto de vista sanitário e epidemiológico. Podem ser encontrados representantes desta família de norte ao sul do Brasil. Não se pode atribuir, contudo, o nome carapanã a uma única espécie, visto que o nome popular é generalizado. Na região norte do país há pelo menos cinco espécies responsáveis pela transmissão da malária. (Andrade, 2007, p.41)

¹⁰⁶ A varejeira faz parte de uma família de moscas de cor azul ou verde-metálico, que utiliza a vítima qualquer animal de sangue quente, incluindo o ser humano, como hospedeira de sua prole, depositando ovos onde houver alguma ferida aberta.

¹⁰⁷ Leishmaniose – conhecido como "ferida brava" é uma doença parasitária de grande incidência no Amazonas, principalmente no período chuvoso.

¹⁰⁸ A Tucandeira é uma formiga de cor negra existente na Amazônia que mede cerca de 1 a 3 cm e é um parente próximo da Vespa, pois dispõe de um ferrão semelhante às vespas. Sua picada é muito dolorosa e, na maioria das vezes, causa inchaço e febre.

imigrantes (Entrevistados nº 34, 39, 42, 75 e outros): “as propagandas da *Kaikyoren* só falavam de coisas positivas”. Seja em Tomé-Açu como em Macapá a malária deixava muitas vítimas, que literalmente as afugentou para outras regiões mais urbanas. Mas, diferentemente da primeira fase da imigração em Tomé-Açu, os casos de morte por malária no contingente de imigrantes de pós-guerra é raro, conforme estão registrados no Apêndice B.2 - Fatores de mobilidade espacial dos imigrantes do Amapá.

As lembranças dessa fase difícil deixaram marcas gravadas na mente de muitos imigrantes. Recorda esta autora que o matadouro municipal de Macapá ficava próximo à colônia de Fazendinha. Além do mau cheiro que exalava de longe, Fazendinha era uma região infestada de moscas, formigas e carapanãs (mosquitos). De modo que quase todos os imigrantes pegaram malária quando chegaram. Houve uma época que quase todos da família Fujishima estavam com malária, e a mãe com o bebê novo não tinha como cuidar da família. Assim, como a filha de 5 anos estava em situação crítica, teve que interná-la no hospital público de Macapá e deixá-la sozinha na ala dos indigentes por vários dias, sem que esta soubesse falar nada de português. Se só a malária já provoca um mal-estar terrível, imagine para uma criança sozinha tomando injeção de quinino à força no meio de estranhos. Na mente de uma criança seriam simplesmente seções de tortura e de abandono, já que não encontrava um rosto amigo no meio de tamanha agressão. Além do mais, as injeções de quinino deixavam seqüelas por muito tempo, pois endureciam o tecido no local da aplicação que viravam tumores até o organismo expulsar essas reações de defesa.

As famílias que ficaram na área de várzea do Mazagão para plantar arroz sofreram também intensa endemia de malária. Uma imigrante que chegou com 10 anos naquele lugar conta que no início foi um “inferno”: a maioria dos imigrantes ficou doente de malária e não tinham o que comer, posto só depois de algum tempo conseguiram colher arroz, milho, mandioca e algumas hortaliças (Entrevistada nº 47). Portanto, é perfeitamente compreensível a evasão total dos imigrantes de Mazagão que fugiram de uma zona de alta insalubridade.

Importante lembrar que, por causa da intensidade do vetor da malária, o Amapá é considerado como o estado de maior incidência da malária (ANDRADE, 2007). Além do mais, os insetos tão comuns em toda extensão do Amapá são mais intensamente presentes nas regiões alagadas de Mazagão. Portanto, um dos principais fatores da mobilidade dos imigrantes de Matapi, Fazendinha e Mazagão deve-se provavelmente à insalubridade do local.

Outro fator que influenciou na mobilidade dos imigrantes do Amapá deve-se a qualidade do solo. Na opinião de Shinya Ogata (Entrevistado nº34), especialista em pesquisa

de solo, a colônia de Matapi foi assentada em uma área de terra firme, de solo arenoso com alta concentração de ferro e bauxita, inadequado para plantação de seringueira. Diz que, somente seria viável se houvesse a correção do solo e muita adubação, o que era impossível naquela época. Realmente, no início do assentamento as dificuldades eram muitas, porque não havia adubo e nem experiência dos colonos japoneses para lidar com uma nova cultura. Os técnicos do Departamento de Produção (que corresponde à atual Secretaria de Agricultura), por sua vez, estavam mais preocupados em cumprir a determinação dos órgãos superiores a fim de atender o compromisso com os americanos, e não procuraram testar outros produtos que dessem retorno mais concreto aos imigrantes.

Já a situação de Tomé-Açu era bem diferente. Como relatado, a Região de Tomé-Açu fora escolhida em razão da qualidade do solo ser melhor do que de várias regiões do Pará. Fora testada pelos técnicos da Nantaku para a plantação de cacau e pimenta-do-reino, a qual, com o sucesso alcançado pela contingência da guerra, estava no auge da produção, favorecendo a fixação dos imigrantes que tiveram a sorte de ir para essa colônia nesse período.

b) Fatores econômicos.

A maioria dos pesquisadores considera o fator econômico como a condicionante mais importante para fixação do homem ao solo. Para que ocorra a fixação do colono e desenvolvimento de uma comunidade agrícola são imprescindíveis três fatores concomitantes e interdependentes: **a)** o sucesso da cultura permanente ou sazonal que sirva de esteio econômico do agricultor; **b)** a existência de um mercado consumidor garantido (equilíbrio entre a oferta e a demanda); e **c)** a existência de logística (principalmente transporte) para circulação do produto até o consumidor com custos razoáveis. No caso das colônias do Amapá, as entrevistas e as leituras dos relatos dos imigrantes demonstram que faltaram os três elementos.

Em relação à cultura permanente da seringueira, inicialmente todos os imigrantes cumpriram o acordo sob as orientações dos técnicos do Departamento de Produção: plantaram, enxertaram e cuidaram das plantas, enfim, fizeram a sua parte. Entretanto, por falta de conhecimento técnico, os colonos faziam queimada na roça para manter as culturas temporárias nas proximidades das seringueiras, o que levava a perda de muitas árvores, pois desconheciam a fragilidade da *Hevea brasiliensis*. Depois, apesar de muitas famílias

aguardarem os 6 anos na esperança de colher os frutos da penúria, as árvores não prosperaram. Estavam longe de alcançar os 15 cm de diâmetro necessário para o corte, de modo que a cultura foi abandonada pelos colonos remanescentes. Um dos principais motivos pelo abandono da seringueira deve-se ao preço de mercado desse produto, que estava muito aquém do desejado, agravado pelo surgimento da borracha sintética que desvalorizou o preço da borracha natural (Entrevistados nº 34, 42 e 45).

A distância da cidade também contribuiu na decisão de mudar para proximidades do mercado consumidor. A questão do transporte foi o maior gargalo das colônias agrícolas que atrapalhava por demais o escoamento da produção dos colonos. Os moradores de Matapi podiam contar com um caminhão “pau de arara” do governo que fazia o transporte de colonos e carga uma vez por semana para a cidade de Macapá. De Matapi para Macapá gastava-se quase um dia para levar a carga e outro para voltar. Conta um dos velhos imigrantes que o caminhão saía de Macapá às 4 horas da madrugada e chegava ao meio-dia em Matapi. De lá saía carregado da produção para chegar à noite na cidade de Macapá para ser entregue no Mercado Central. Além de pouco freqüente, o transporte consumia o dia todo devido às péssimas condições da rodovia, de modo que não permitia levar as hortaliças para Macapá. Então eles levavam arroz, milho, feijão, farinha e alguns animais vivos, que eram entregues para revenda, sofrendo o velho problema dos atravessadores.

Para os de Fazendinha, a questão da distância em si não era tão problemática, mas sim a falta de transporte que prejudicou bastante o interesse dos imigrantes. Devido à proximidade da cidade, o governo não oferecia transporte, de modo que cada um tinha que carregar nas costas ou se arranjar como podia. Um imigrante (Entrevistado nº27) lembra que o pai desmontou a única bicicleta que trouxera do Japão, para usar as rodas numa pequena carroça para transportar as verduras para o mercado central de Macapá, puxada a braços a uma distância de 15 a 20 km. Outros levavam no carrinho de mão ou na carroça de animais quando conseguiam amealhar algum dinheiro para comprá-los.

A maioria dos entrevistados afirma que os imigrantes de Mazagão foram os mais prejudicados entre os imigrantes do Amapá, porque ficaram ilhados e não dispunham de transporte rodoviário. O único meio de transporte era via fluvial, em pequenas embarcações sem regularidade e sem segurança. Um imigrante (Entrevistado nº45), que chegou com 17 anos, lembra que eles receberam financiamento para plantar as seringueiras de acordo com as instruções do técnico do governo do Estado, porém as saúvas podavam as folhas novas que nasciam, de modo que não prosperou essa cultura. Igualmente acontecia com as hortaliças.

Logo, tiveram que fazer carvão e outras atividades para sobreviver. Lembra que somente a plantação do arroz deu certo.

Outro imigrante (Entrevistado nº46) também confirma o sucesso da plantação do arroz. No auge da colheita, cada família produzia cerca de 400 a 450 sacos de arroz com casca por ano. Porém, não conseguiam vender por falta de mercado, de modo que tiveram de plantar também outros produtos (milho, mandioca) para vender em Mazagão e Macapá para poder sobreviver. Os técnicos do governo ainda planejaram as etapas da cultura sazonal, porém faltou a condução política em relação ao mercado local. Para atender a necessidades imediatas dos colonos, incentivaram a plantar a mandioca, macaxeira, arroz, milho, feijão e hortaliças para consumo dos japoneses e para o mercado local. Debalde os esforços empreendidos, não obtiveram os resultados esperados.

O pequeno contingente que foi destinado para Fazendinha visava abastecer a cidade de Macapá, tão carente de legumes e verduras naquela época de formação do Território Federal do Amapá. Pode-se dizer que foi bem aceito pelos imigrantes devido à proximidade do mercado consumidor, mas nem por isso fixou os imigrantes por muito tempo, porque faltava transporte e o reduzido mercado consumidor não absorvia a produção dos imigrantes.

Contam alguns dos entrevistados que, depois de trabalhar o dia inteiro na horta, a noite voltava-se para lavar, amarrar as verduras e levava a produção de madrugada empurrando a carroça até o mercado. O mais duro era constatar que nada disso valera à pena, pois dependendo do dia, grande parte da produção era perdida por falta de demanda, visto que a essa altura muitos japoneses, que estavam em Matapi, se mobilizaram para uma área de várzea ao redor de Macapá chamada de “Baixada do Japonês”, para plantar hortaliças e competir no mercado também. Logo, a decepção maior era na hora de vender a produção, pois cada vez mais aumentava a oferta e diminua o preço. Dependendo do dia, quando havia pouca oferta, alguns conseguiam amealhar algum dinheiro, quando não era só prejuízo (Entrevistados nº 27, 42 e 47).

A falta de demanda seria em parte por questões de hábito alimentar da população daquela época que não estava acostumada a comer verduras, como também por falta de recursos da população, que dependia quase que integralmente dos proventos de funcionários públicos do governo federal. Quando saía o dinheiro eles compravam, quando não, se contentavam com a carne e o pescado que fazem parte da dieta alimentar. Ademais, a verdura era considerado na época um alimento supérfluo, posto que não havia conhecimento popular de seu valor nutritivo que tem-se hoje. Quando os imigrantes viram o insucesso das hortaliças,

passaram a criar galinhas, porcos, produziam carvão, farinha e tudo mais que desse para ganhar algum dinheiro, mas viram que o retorno econômico era muito pequeno. Mesmo porque passaram a competir com os demais colonos brasileiros.

Em relação aos fatores econômicos de Tomé-Açu, pode-se afirmar que os problemas eram bem menores, posto que a cultura permanente da pimenta-do-reino obtivera grande sucesso e os novos colonos podiam contar com um salário para sobreviver até conseguir a sua própria terra. Depois, com o recurso obtido na venda da pimenta, muitos dos antigos imigrantes tiveram condições de comprar caminhões, implementos agrícolas e até automóveis para a comodidade da família, que de forma indireta também favorecia a vida dos novos imigrantes de pós-guerra.

Apesar de haver expectativa de produção a longo prazo para aqueles que tinham paciência, na visão imediatista de muitos colonos a proximidade do mercado consumidor era fundamental para o sucesso econômico, como declararam alguns entrevistados. Assim, tão logo surgiram os primeiros problemas, muitas famílias se mudaram para os arredores de Belém para plantar hortaliças, ou foram iniciar grandes plantações de pimenta-do-reino nos municípios de Castanhal, Capanema, Ourém, Paragominas, entre outros. (Entrevistados nº 48 e 53).

c) Fatores sociais

Como fatores sociais serão abordados rapidamente algumas variáveis que influenciaram também na mobilidade ou na fixação dos imigrantes nas respectivas colônias do Amapá e de Tomé-Açu, especialmente no que diz respeito à questão das políticas públicas, infraestrutura (transporte e escola), mercado de trabalho, apoio administrativo, cooperativismo, quantitativo de imigrante e isolamento da colônia.

Em relação às políticas de incentivos adotados pelo governo brasileiro e japonês para Tomé-Açu, conforme relato em capítulo anterior, o governo do Estado do Pará cedeu terras devolutas para o assentamento da velha imigração de Tomé-Açu e todos tiveram o apoio da Nantaku na primeira fase da imigração. Em razão dessa realidade, na segunda fase da colonização, o governo estadual não ofereceu ajuda para assentamento dos novos imigrantes, mesmo porque estes vieram para serem colonos dos antigos pioneiros dessa colônia. Enquanto que a proposta para os imigrantes do Amapá foi bem diferente.

O governo federal prometera conceder financiamento para o plantio da seringueira, por tratar-se de uma cultura de longo prazo (de 6 a 8 anos). O governador Janary Nunes prometera também transporte, ajuda de custo de Cr\$ 1.000,00 por mês, durante 12 meses, posto de enfermaria, escola etc (FOLHA VESPERTINA, 11 jun,1952). Inclusive, consta no jornal da cidade que os imigrantes tomaram conhecimento das condições e dos termos de compromissos e obrigações assumidas pelo governo do Território Federal do Amapá de um lado, e pelo Sr. Tsuji, de outro, em nome dos imigrantes, como relatado no jornal da cidade.

O governo Territorial garante, além do transporte gratuito de Belém até a Colônia, facilidades relativas a

- assistência médica e educacional;
- fornecimento de mudas e sementes de seringueiras, cacau, agave (sisal), côco anão, arroz, milho, feijão, etc;
- instrumentos agrícolas na base de 3 peças por família;
- auxílio durante os 6 primeiros meses de instalação;
- interferência, objetivando extensão aos novos colonos, dos benefícios e vantagens que a Carteira do Banco do Brasil vem proporcionando aos lavradores nacionais do Território;
- concessão, a título provisório, de um lote de terras de mata virgem, na atual colônia do Matapi, onde já existem cerca de 100 famílias nacionais, com área de 30 hectares. Essa concessão redundará definitiva quando a terra estiver trabalhada e beneficiada;
- a livre prática de idioma, cultos e costumes.

Constituem obrigações dos colonos do Sol Nascente:

- dedicarem-se à agricultura de um modo geral e, em particular, às lavouras temporárias como a mandioca, o milho, o arroz e o feijão; às semi-permanentes, como o agrave, o cacau, o côco anão etc; e às permanentes como a seringueira e outras, até ser atingido o estágio final pela ocupação efetiva da terra e transformação desse lote de 30 hectares numa pequena propriedade onde deverá aparecer, então, a criação de bovinos em escala menor e de animais de pequeno porte (suínos, ovinos, caprinos, aves, etc) em escala maior. Este programa pretende a fixação do colono e aclimação do nomadismo com o seu séquito de desvantagens, inclusive o abandono da terra dando lugar à capoeira e se encontra em plena execução tanto na Colônia de Matapi como em outros roçados ou não;
- cultivarem, de acordo com o esquema acima estabelecido um mínimo de 3 hectares anualmente;
- indenizarem os auxílios financeiros concedidos e devolverem o material recebido gratuitamente no caso de retirada espontânea do núcleo;
- registrarem como brasileiros todas as crianças nascidas em território nacional e matriculá-las e fazê-las freqüentar a escola pública que o Governo mantém na Colônia;
- esforçarem-se para se adaptarem em menor tempo à língua, aos hábitos e costumes nacionais e orientarem a educação dos filhos nesse rumo, com o fim de torná-los bons brasileiros, filhos de bons japoneses;
- observarem e respeitarem a legislação do país desde o registro de nacionalidade até o casamento, a fim de garantirem-se dos direitos de herança, propriedade, etc. (TEIXEIRA, 1953, p.3).

Apesar dos compromissos assumidos perante os agentes intermediários, os colonos não tinham referência da realidade da vida no Brasil, e muito menos da vida na selva, como se defende uma ex-colona de Matapi.

Naquela época, não havia os meios de comunicação de hoje. Nunca tínhamos viajado para o exterior. Antes de embarcar, tínhamos uma vaga idéia do Brasil e a única realidade que conhecíamos era o Japão. Os imigrantes formaram uma imagem de que a vida no Brasil seria bem melhor do que eles tinham no Japão. Falavam que no Brasil tudo que se plantasse dava, frutas como abacaxi, banana e outras frutas tropicais eram de grande fartura [as frutas eram produtos de preço proibitivo para a massa da população]. Só falavam de coisas boas e do sucesso da pimenta-do-reino da Amazônia. Quando viram as condições da colônia de Matapi, longe da cidade e sem nenhuma estrutura, foi decepcionante para todos. Só ficaram aqueles que não tinham condições de sair, ou tinham medo de sair porque não falavam nada de português (Entrevistada nº 39).

A propósito, mesmo que a maioria tenha respondido na coleta de dados que não recebeu apoio do governo naquela época, durante as conversas muitos afirmaram que todos os colonos de Matapi receberam do governo do Território Federal do Amapá, por meio do Departamento de Produção (corresponde à atual Secretaria de Agricultura), as sementes de seringa para plantação da base e as mudas do Haiti para a enxertia. Esse departamento (DP) oferecia além da assistência técnica para plantar e realizar a enxertia das mudas de seringueiras, as ferramentas (machado, terçado e enxada), semente de milho, arroz e mudas de mandioca. Também fora instalada na colônia do Matapi uma escola para as crianças e um posto do Departamento de Produção no local conhecido como “Ferro”, onde ficava o administrador local para resolver os problemas emergentes da colônia, e uma máquina de debulhar arroz. O governo também disponibilizou um caminhão para transportar as cargas e os colonos uma vez por semana. Ademais, havia outro caminhão particular que fazia o transporte uma vez por semana, de modo que os colonos podiam ir à cidade de Macapá duas vezes na semana (Entrevistados nº 34, 39 e 40).

Quanto à falta de infraestrutura básica, ainda hoje é uma das maiores queixas dos produtores e dos empresários da Região Norte. Imaginem na década de 1950. A situação do recém criado Território Federal do Amapá era de carência total. A própria capital era carente de ruas, pois grande parte dos caminhos no centro da cidade era de estiva (ponte de madeira que serve de rua nas áreas alagadas). Não havia nenhuma rua asfaltada na cidade de Macapá na década de 1950. Na época que chegaram os imigrantes japoneses, o caminho para Fazendinha era percorrido por cavalos e pequenas carroças. A estrada para Matapi era desnivelada e o transporte para escoar a produção era precário em todos os lugares. Não havia hospital, nem água de poço, nem condições sanitárias de profilaxia para combate à malária. Energia elétrica na zona rural estava fora de cogitação naqueles tempos. O alimento era proveniente da roça dos imigrantes, que muitas vezes aprenderam a plantar com os colegas de viagem ou com os cearenses da colônia.

Pelo lado japonês também não houve investimento em infraestrutura nas colônias agrícolas do Amapá, seja pelo governo japonês ou pelas empresas privadas, como aconteceu em Tomé-Açu. As ações da Kaikyoren/JAMIC não chegaram ao Amapá, mesmo porque esse órgão ainda estava em fase de implantação quando os imigrantes foram conduzidos pelo encarregado de Tsuji. Mesmo passado algum tempo, os remanescentes não foram atrás da JAMIC, seja por falta de liderança da própria comunidade japonesa em procurar os órgãos competentes, seja por questões de interesse do governo japonês em concentrar esforços no Pará, já que a comunidade nipônica do Amapá era muito reduzida.

Conforme comentado no capítulo anterior, a JAMIC/JEMIS fez grandes investimentos para a fixação dos imigrantes em Tomé-Açu, como aquisição de terras, preparação de infraestrutura rodoviária, para assentamento de imigrantes na colônia da JAMIC, hospitais, escolas, e manutenção desses investimentos por longos anos. Diferentemente, os imigrantes do Amapá não tiveram essa ajuda do governo japonês, e os investimentos do governo brasileiro foram apenas no início do assentamento, no sentido de oferecer sementes e ferramentas, um transporte semanal, uma pequena escola primária, que na prática seria muito pouco para segurar os colonos, diante das tremendas dificuldades.

Diante da pobreza dos colonos, a falta de infraestrutura doméstica era outro fator agravante nas colônias agrícolas. Comparando as facilidades domésticas que os pobres de hoje usufruem, pode-se dizer que a vida do cotidiano daqueles imigrantes era desesperador, principalmente para as mulheres que tinham vários filhos (geração *babyboom*)¹⁰⁹, já que não podiam evitá-los e nem criá-los a contento. A água era puxada do poço ou trazida do igarapé em latas de querosene, o fogão a lenha, o lampião a querosene, a roupa lavada nos igarapés e carregada nas bacias ou latas. Quando se matava um porco ou uma caça, o trabalho redobrava na cozinha. Era a vida de campesino com todas as dificuldades descritas por Handa (1987), que ainda se vive nesta imensa Amazônia. Alguns não suportavam essa nova situação, bebiam e brigavam constantemente. Porquanto, nessa vida conturbada as querelas e surras entre os casais e filhos eram frequentes. Conta uma entrevistada que não suportando a situação de sua

¹⁰⁹ A entrevistada Keiko Meguro conta que o pai, Soichi Meguro, chegou ao Brasil com 30 anos, acompanhado da mulher de 29 anos, com 3 filhos menores de 5 anos e o irmão de 21 anos. Teve mais 5 filhos no Brasil, formando uma prole numerosa, mas devido às duras condições de vida o chefe da família ficou doente e morreu relativamente novo, com 49 anos, deixando um encargo pesado para a viúva criar os 8 filhos. Wataru Kawakami e esposa, que chegaram jovens em 1954, tiveram ao todo 11 filhos, que estão espalhados em vários lugares. A família Koga também era numerosa. O pai chegou com 52 anos com a mulher e 8 filhos entre 5 e 23 anos. (Entrevistadas nº 32, 38 e 40).

família fugiu de casa aos 12 anos de idade e foi morar de favor na casa de brasileiros (Entrevistada nº47).

Outro fator que levou a intensa mobilidade dos colonos do Amapá deve-se à carência de instituição de ensino na zona rural, visto que a educação das crianças e dos jovens era, e continua sendo, prioridade para a sociedade japonesa. Em Fazendinha e Mazagão, não havia escola para os filhos dos imigrantes. Em Matapi, a única escola só oferecia até a 4ª série do curso primário. Logo que os filhos aprendiam um pouco de português com a professora Mineko Hayashida¹¹⁰, as famílias iam para Macapá para continuar os estudos dos filhos adolescentes, ou então, mandavam só os filhos a frente para morar de favor nas casas de famílias conhecidas ou indicadas. Por exemplo, uma imigrante (Entrevistada nº39) conta que queria frequentar o ginásio na capital para poder trabalhar. Para tanto, foi servir de doméstica na casa de uma professora em Macapá para frequentar a escola e lá ficou por mais um tempo, enquanto a família se mudava para Tomé-Açu.

O mesmo aconteceu com o primogênito da família Fujishima, cuja família mudou-se de Fazendinha para Moema (no Pará) e ele ficou morando em Macapá até terminar o curso primário, enquanto que a irmã (de 6 anos de idade) era entregue na casa de uma família brasileira em Belém para aprender o português e frequentar a escola. São exemplos que mostram como as famílias ficaram despedaçadas com a mobilidade dos imigrantes.

Quanto a outros fatores sociais como: mercado de trabalho, apoio administrativo, cooperativismo, quantitativo de imigrante e isolamento da colônia - das entrevistas realizadas foi constatado que muitos jovens saíam da colônia atrás de trabalho remunerado, para prestar pequenos serviços domésticos ou de braçal, enquanto o chefe da família e as crianças permaneciam na labuta procurando sobreviver com a produção de hortaliças. Por exemplo, uma das irmãs do Moritomo, que falava um pouco de inglês, foi trabalhar como doméstica na casa de um americano em Porto Platon, onde ficava a residência dos americanos. De lá ela seguiu para os Estados Unidos, pois pretendia voltar para o Japão (Entrevistada nº 39). O jovem Shinya (Entrevistado nº34) depois de trabalhar 8 anos na agricultura com o pai percebeu que ali não havia futuro para a sua família. Em 1962, enchendo-se de coragem, foi sozinho procurar emprego no canteiro de obras da hidrelétrica do Paredão que estava em construção. Entre muitas histórias, percebe-se que na medida em que esses jovens

¹¹⁰ A professora Mineko era bastante conhecida em Macapá, pois como falava regularmente o português servia de intérprete para os colonos japoneses. Antes de vir como imigrante de pós-guerra, ela veio como imigrante em São Paulo em 1932 e, depois de ter concluído o primário no Brasil, retornou ao Japão em 1937 (Entrevistada nº 28).

encontravam trabalho fora da colônia puxavam a família para outros lugares que entendiam ser melhor do que Matapi, mormente para o Pará e São Paulo, destino da maioria dos imigrantes.

Da pesquisa, contatou-se que uma das maiores dificuldades dos imigrantes japoneses diz respeito à língua portuguesa, que dificultava as relações de trabalho e integração com os caboclos da região. Em Macapá, vários imigrantes não eram agricultores e precisavam muitas vezes contratar os “cearenses” para derrubar a mata e preparar o terreno, mas não sabiam como negociar com eles. Na feira e nos mercados, as dificuldades eram maiores para vender e receber porque não sabiam falar o português. Enquanto que, em Tomé-Açu, os novos imigrantes eram em sua maioria agricultores de formação que foram recrutados para trabalhar como colonos nas casas de japoneses e contavam com uma estrutura montada, tanto que não precisavam lidar diretamente com a população local.

O problema das regiões pioneiras teria sido amenizado se tivessem recebido o apoio administrativo por parte do agente intermediário. No caso do Amapá, só havia uma pessoa do Tsuji encarregada para atender as três colônias, que tinha que lidar com o pessoal do Departamento de Produção, intermediar as ordens do governo, assessorar no banco e outras necessidades dos imigrantes. Enfim, faltou uma série de ações para atender às necessidades do cotidiano dos imigrantes, que de certa forma se sentiram abandonados à própria sorte, e deram asas para a mobilidade dessas pessoas insatisfeitas.

Outra grande diferença entre Tomé-Açu e as demais colônias deve-se à existência de uma cooperativa que sempre atuou no interesse do grupo, seja para efetuar as compras comunitárias, seja para escoar a produção ao mercado, ou ainda para buscar financiamentos e apoio em várias esferas. Assim, quando os novos colonos chegaram a Tomé-Açu a situação era de otimismo, pois havia uma estrutura de cooperativa que comandava as vendas e as exportações, deixando o agricultor se ocupar somente com a sua produção, o que não aconteceu com os imigrantes do Amapá que se viram sozinhos para disputar o pequeno mercado de hortaliças em Macapá. Dada à dificuldade da língua, a existência de uma cooperativa seria fundamental para os interesses dos colonos japoneses, como foi e continua sendo para os de Tomé-açu. Tanto que a história da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu se confunde com a própria história da colônia de Tomé-Açu dada a sua importância nessa comunidade.

A quantidade expressiva de imigrantes em Tomé-Açu favoreceu sensivelmente a permanência dos imigrantes, pelo volume de negócios que giravam entre os próprios

patrícios, em termos de venda de produtos e serviços. Favorecia, inclusive, psicologicamente para a fixação do imigrante na colônia, visto que os imigrantes sentiam-se como se estivessem “em casa” ou no interior da terra natal, pela assídua convivência entre os seus patrícios, os quais podiam encontrar nas lojas, na cooperativa e na associação cultural. Contrariamente, o pequeno quantitativo de imigrantes do Amapá, divididos em 3 pequenas colônias, afetou significativamente a mobilidade destes, pelo sentimento de isolamento que abateu entre eles. Pode-se afirmar, inclusive, que a questão do isolamento é um fato que influenciou bastante para a mobilidade das diferentes colônias de territórios federais como de Quinari no Acre e Taiano em Roraima, como também de outros grupos do Amazonas.

10.7 ALGUMAS DIFERENÇAS DAS DUAS COLÔNIAS EM ANÁLISE

Enfim, respondendo quais os fatores determinantes ou relevantes que influenciaram na mobilidade dos imigrantes do Território Federal do Amapá, sucintamente pode-se indicar que houve, além das questões climáticas, de insalubridade e doenças endêmicas, a equivocada determinação da cultura permanente da seringueira; falta de mercado consumidor para as culturas temporárias; falta de infraestrutura, especialmente de transporte e de instituição de ensino; carência de emprego ou opções de trabalho para os jovens.

No nosso entendimento, a maior desvantagem dos imigrantes de Amapá em relação ao de Tomé-Açu deve-se a escolha da cultura permanente. A colonização do Amapá conduzida pelo governo de Janary Nunes pode ser considerada bem planejada, porém a escolha equivocada da seringueira trouxe grandes prejuízos a todos, pois, além da baixa lucratividade, o látex natural logo foi substituído pela borracha sintética. Se a Nantaku tivesse explorado inicialmente a concessão das terras recebidas no Amapá, talvez a história da imigração japonesa nesse Estado tivesse tomado outros rumos. Lamentavelmente, a escolha da seringueira foi uma exigência imposta pelo governo do Amapá aos subjugados imigrantes, tendo em vista as diretrizes de Getúlio Vargas, que pretendia reativar a economia da região do marasmo econômico que se encontrava a Amazônia, tendo como modelo a exploração do látex, que tanta riqueza proporcionara outrora ao Amazonas e ao Pará, nos tempos áureos da borracha. Possivelmente, imaginavam os políticos que, sendo a seringa uma planta nativa da região, teria todas as condições de prosperar e trazer renda por muitos anos. Os imigrantes japoneses, por sua vez, possivelmente desconheciam a saga dos milhares de nordestinos,

conhecidos como “soldados da borracha”, cujas vidas foram ceifadas pela malária, além de serem vítimas da peonagem (escravidão por dívidas) dos comerciantes do látex no sistema de aviamento.

O que se avalia, apesar de aparente boa vontade, é que o governo brasileiro tentou mais uma vez reativar a plantação da seringueira contando com a paciência e a dedicação dos imigrantes nipônicos, sabendo do insucesso de grandes projetos de heveicultura na Amazônia. Sabiam que na década de 1920 o grande magnata americano Henry Ford plantara milhares de pés de seringueira em Fordlândia, que fora atacada pelo fungo *Microcyclus ulei*, conhecido como “mal-das-folhas”. Ford ainda tentou realocar as plantações na Região de Belterra, mais para o norte de Santarém, onde as condições para a seringueira seriam melhores, mas que resultou também em grande fracasso pela incidência das pragas. Segundo Éleres (apud RIBEIRO, 2006, p.151), Ford teria investido cerca de 20 milhões de dólares e, diante da inviabilidade do empreendimento, transferiu para o governo brasileiro por 225 mil dólares¹¹¹, posto que, a partir de 1945, novas tecnologias permitiam fabricar pneus com derivados de petróleo, tornando o empreendimento em fracasso total.

Portanto, acredita-se que o governo sabia que o petróleo seria o substituto do látex, mesmo assim insistiram. Provavelmente, se tivessem plantado a pimenta-do-reino em grande escala como fizeram os colonos de Tomé-Açu, o destino dessa colônia teria sido diferente. Daí seria um passo para florescer outras culturas e fixar o homem ao solo. Pelo lado dos japoneses, também não houve um direcionamento suficientemente rápido para acompanhar as mudanças para a cultura da pimenta-do-reino ou de outra cultura permanente. As tentativas individuais na cultura de pimenta-do-reino, de alguns colonos de Matapi, foram abandonadas por falta de estrutura cooperativista para comercialização, já em Tomé-açu, a existência de uma cooperativa proporcionava maior estabilidade e segurança aos produtores de pimenta.

O que se percebe é que o governo do Amapá estava sensibilizado em ajudar os japoneses, mas não estava preparado para organizar uma atividade produtiva que desse sustentabilidade ao projeto de assentamento, como é comum no planejamento público. Tudo indica que não realizaram estudos de demanda de hortaliça para o mercado local,

¹¹¹ Homma comenta que no dia 21 de julho de 1927 Henry Ford pagou a quantia de 125 mil dólares a Jorge Dumont Vilares, herdeiro da importante família cafeeira de São Paulo, que obteve opção de compra para 2,4 milhões de hectares de terras públicas do governo do Pará. No dia 10 de outubro era constituída a Companhia Ford Industrial do Brasil, iniciando as atividades às margens do rio Tapajós. O Dec.lei nº 3.440 de 24/12/1945 estabeleceu as condições de transferência do patrimônio da Companhia Ford para o patrimônio da União, pelo valor estimado de 244.200 dólares. Os seringais de Ford produziram 115 t de borracha, apenas 2% do esperado de seus 3,2 milhões de seringueiras (HOMMA, 2003, p. 86, 105-106).

simplesmente mandavam plantar sem saber se iriam vender, ou não. Depois, a maioria dos imigrantes não teve fôlego para suportar o tempo necessário para maturar os empreendimentos já que não havia perspectiva de mercado por causa da distância de grandes centros urbanos. Assim, o dinheiro do financiamento recebido, apesar de pouco, serviu de meio para o deslocamento de muitos imigrantes para outras cidades, ou ainda daqueles que ficaram sobrevivendo na pobreza por longos anos em Macapá, enquanto outros foram atrás de empréstimo junto com os patrícios e parentes de modo que se dispersaram em pouco tempo.

Tirando algumas raras exceções, quase todos da família desses imigrantes sofreram muito, pegaram malária muitas vezes e acabaram fugindo para outras colônias que também apresentavam praticamente as mesmas dificuldades e mazelas.

Durante a pesquisa de campo, foi possível ouvir que alguns imigrantes ainda se questionam acerca da validade da sua vinda, ou ainda, a respeito do resultado patrimonial do investimento na nova terra, da renúncia da terra natal, da distância de seus parentes e perda de membros da família, sem contar os prejuízos decorrentes da qualidade de vida, que envelheceram precocemente os imigrantes, inclusive com a perda da dentição, por causa da qualidade da água e alimentação.

A questão que muitos questionam: Diante de tantas dificuldades, porque eles não voltavam para o Japão ou por que não foram para São Paulo? Para entender esse posicionamento, é interessante exemplificar o pensamento rígido de um imigrante que, como tantos outros, vieram parar em Fazendinha. No final dos anos sessenta, esta autora foi trabalhar e estudar em São Paulo e constatou que os japoneses de lá levavam uma vida bem mais confortável do que do Amapá, por isso tentou por diversas vezes convencer o pai a levar a família para São Paulo. Mas o pai nunca aceitou, e sempre respondia: “Nós, os imigrantes da Amazônia, temos um compromisso com o presidente Getúlio Vargas e com Tsuji. Nós viemos para desenvolver a Amazônia”.

Naquela época, para os velhos imigrantes que se espelhavam na filosofia dos samurais o caminho tomado não tinha mais volta. Quando eles partiam do Japão, se despediam dos parentes de forma definitiva, para cumprir uma missão. Portanto, seria vergonhoso retornar na condição de derrotado, e tornar-se um peso para os parentes que ficaram na terra natal. Seria mais doloroso ainda, ter que enfrentar os parentes e os amigos, mostrar a fraqueza pelo insucesso de sua empreitada. Por causa desse pensamento, nas entrevistas realizadas junto às pessoas de idade, muitos responderam que queriam voltar ao Japão sim, mas “não tinham condições financeiras para retornar” e por isso sofreram muito. Depois completavam “*shoga-*

nai”, que quer dizer “não tem mais jeito”, para justificar a sua resignação. Analisando mais profundamente a questão, não é exatamente a “falta de recursos para voltar” como muitos alegam. Certamente, seriam vários os motivos pessoais, mas podem-se apontar os principais:

1. A quebra do orgulho pessoal - que seria a vergonha de expor o fracasso de sua empreitada perante os parentes e amigos, sabendo do sucesso econômico de alguns emigrantes que “se deram bem” no Brasil, posto que o povo japonês é muito orgulhoso de seus valores. Fato explicado pelo alto índice de suicídio entre os japoneses;
2. Porque não queriam ser um “contra-peso” para os parentes, diante do exíguo espaço para moradia e da escassez de terras para agricultura. Esse posicionamento decorre de uma faceta cultural que tem por princípio “não incomodar os outros”;
3. Apego ou medo de abandonar a terra ou o negócio conquistado no Brasil com tanto sacrifício, ou medo de gastar as poucas economias amealhadas, sem saber se poderiam sustentar-se no Japão, uma vez que saíram daquele País por causa das difíceis condições, principalmente daqueles que conseguiram o sucesso econômico;
4. Apego aos novos amigos que conquistaram no Brasil e que passaram a compartilhar os mesmos ideais e dificuldades, ou ainda por causa das mudanças na estrutura da família: casamento com pessoas da terra, filhos casados no Brasil, exercício de atividades profissionais ou empregos estabelecidos;
5. Porque não entenderam as profundas mudanças que ocorreram na economia japonesa já que eles estavam alheios a essas transformações estruturais. Ou ainda, porque acreditavam que não tinham mais condições de se inserir no mercado de trabalho.

Por causas dessas motivações e valores, quando houve a reversão do processo migratório nos anos de 1980 e 1990, em face da difícil situação econômica que passava o Brasil, muitos imigrantes e descendentes foram trabalhar no Japão, mas geralmente não procuraram os parentes, simplesmente com vergonha de expor a sua situação de *dekassegui*. Entretanto, paradoxalmente, mesmo com esses valores enraizados, quando chegaram ao País de origem, deram-se conta que não eram mais japoneses, pois havia uma grande diferença no pensamento e nos valores dos atuais japoneses globalizados.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato largamente conhecido que portugueses, italianos, espanhóis, entre outras etnias que precederam os japoneses na Amazônia, foram inicialmente conduzidos para colônias agrícolas. No entanto, para escapar do árduo e pouco compensador trabalho de cultivar a terra, quase todos os imigrantes estrangeiros mobilizaram-se para os centros urbanos para exercer atividades comerciais, industriais e de serviços. Destarte, há uma percepção generalizada que, dentre todos os elementos estrangeiros que se estabeleceram na região, somente os japoneses permaneceram nas colônias agrícolas por longos anos.

Na realidade, analisado os números da mobilidade dos imigrantes japoneses dentro da Região Norte, constatou-se que apenas algumas famílias japonesas se fixaram nas colônias agrícolas, posto que grande parcela dessa população também se mobilizou para o Sudeste ou para as periferias dos centros urbanos. A mobilidade interna entre as colônias dirigidas e colônias espontâneas também foi intensa. O que não deixa de ter razão a afirmativa de Singer (1980), quando diz que a migração é um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas.

O que se percebe do pensamento econômico de vários autores dessa linha, a prioridade da migração é, sobretudo, a expansão das forças produtivas e de mercado no panorama do sistema capitalista. Nessa vertente, o estudo demográfico das migrações contribui para esclarecer a mobilidade espacial interna e externa, as possíveis causas ou fatores de atração e expulsão dentro da problemática da pressão demográfica e outras inquietações da teoria malthusiana. Entretanto, como afirma Sayad (1998), os imigrantes não constituem apenas essa força de trabalho que se move por motivos econômicos. São pessoas dotadas de uma história de vida que começa em seus lugares de origem, cujas trajetórias são extremamente importantes na compreensão do fenômeno migratório. Para os japoneses, a emigração além-mar está vinculada ao momento histórico da Restauração Meiji no século XIX e a consequente abertura dos portos à economia internacional, em consonância com a política de modernização, seguida de duas guerras mundiais que influenciaram a emigração em massa.

Sob a perspectiva geopolítica, a imigração japonesa para o Brasil, e particularmente para a Amazônia, está imbricada aos ideais do expansionismo econômico e do movimento das grandes migrações para “fazer a América”. As economias dinâmicas do continente americano contribuíam para ressaltar a importância do comércio internacional no processo de desenvolvimento, visto que demonstrara ser uma das armas mais eficientes para criar

empregos, gerar riquezas e fortalecer o próprio mercado interno. Assim, após a Primeira Guerra Mundial os ideais da colonização ganharam impulso e a emigração japonesa passou a ser politicamente orientada pelo governo japonês, engendrada por grupos empresariais, na tentativa de conquistar espaços para expansão da agricultura de *commodities*, sem grande preocupação com o retorno imediato. Em função da política expansionista japonesa, em convergência com a política do governo brasileiro em expandir a agricultura na Região Norte, chegaram cerca de 3 mil japoneses antes da Segunda Guerra, e 6.375 imigrantes no período de 1953-1976.

Dentro do panorama histórico, observa-se que o processo de “desbravamento” ou adaptação dos imigrantes nesta vasta região foi realizada a custo de muitos investimentos e sacrifícios pessoais, conforme relatados nos diversos capítulos deste trabalho. Mas, diferentemente do expansionismo americano, muitos pioneiros japoneses ficaram ao longo desses anos de luta e sobrevivência dentro das áreas consideradas de grave incidência endêmica da malária e fora da rota de mercado, como foi o caso das colônias de Matapi e Mazagão no Amapá. A questão sob análise também demonstra as dificuldades das políticas públicas em relação ao planejamento para o assentamento de imigrantes japoneses em áreas de fronteira, como aconteceu com os imigrantes de Fordlândia e Belterra(PA), Taiano(RR), Quinari (AC), Treze de Setembro (RO), Manacapuru (AM), entre outros.

Percebe-se que ocorreu a mesma incapacidade de planejamento para o assentamento dos migrantes nacionais no processo de colonização da Amazônia, que redundaram em grandes perdas para todos. Praticamente todos os colonos enfrentaram (e ainda enfrentam) graves problemas de isolamento, por falta de infraestrutura de acesso aos centros comerciais, dentro da velha e da nova política de assentamento desta região. As forças de atração em direção ao Sudeste e para as capitais decorreram das contingências daquela época: indústria em expansão, área de concentração de imigrantes e grande centro consumidor.

A análise das condicionantes ambientais, econômicas e sociais das colônias de Tomé-Açu e do Amapá, que levaram à mobilidade interna dos japoneses, permite concluir que as forças de expulsão explícitas decorreram das dificuldades de produção da cultura permanente e da falta de mercado para as hortaliças, que resultaram na pobreza extrema dos colonos. No entanto, existem outras condicionantes de grande relevância que apressaram a mobilidade dos imigrantes do Amapá, que diz respeito às dificuldades de adaptação biológica ao clima, doenças endêmicas, língua e o isolamento das colônias. Além disso, a falta de infraestrutura de transporte, serviços de saúde, educação e emprego foram igualmente importantes para a

mobilidade interna desses imigrantes. O estudo comparativo dessas variáveis mostra um quadro desfavorável aos imigrantes do Amapá, conforme estão resumidas no Quadro 2.

Quadro 2 – Comparativo das duas colônias em análise

Colônias	Amapá	Tomé-Açu (PA)
Fatores Ambientais		
Área de assentamento	Escolhida pelo governo. Aproveitamento da área destinada à plantação de seringueiras.	Escolhida pela Nantaku. Área pesquisada por técnicos japoneses, o que deu maior confiança aos japoneses.
Clima e vegetação	Ponto negativo para todos. Além da derrubada da mata virgem, a dificuldade na manutenção da área. A questão não era só o desconforto do calor.	Situação amenizada para os imigrantes novos, pois a mata estava “desbravada” pelos imigrantes pioneiros.
Insalubridade e doenças endêmicas	Associação da umidade com a multiplicação dos vetores das doenças endêmicas. Presença de saúvas, formigas, mosquitos.	A colônia estava em franco progresso, com recursos para combate à malária.
Fertilidade do solo	Solo arenoso com alta concentração de ferro e bauxita, inadequado para plantação de seringueira.	Foram testadas várias áreas na região do Pará e várias culturas anteriormente.
Fatores Econômicos		
Cultura permanente e sazonal	Dificuldade dos imigrantes para lidar com a nova cultura (seringueira); Incompatibilidade entre o cultivo de corte e queima usado para a cultura sazonal; Preço baixo da borracha, agravado pelo surgimento da borracha sintética.	Os problemas eram bem menores, posto que a cultura permanente da pimenta-do-reino obtivera grande sucesso e os novos colonos podiam contar com um salário. E depois com o financiamento bancário.
Transporte	O transporte era o grande gargalo para a produção de hortaliças. A distância do mercado consumidor favoreceu para a mobilidade dos colonos.	Podia contar com os caminhões e implementos dos patrões. A carga era transportada via fluvial. Mesmo assim, muitas se moveram em busca da independência econômica.
Mercado consumidor	Pequena demanda para as hortaliças devido à falta de recursos e de hábito alimentar.	Muitos colonos vieram plantar hortaliças nas cercanias de Belém e pimenta-do-reino ao longo da BR-316.
Fatores sociais		
Políticas públicas	Apoio do governo via programas de colonização.	Sem apoio do governo.
Infraestrutura	Carência total, início do recém criado T.F. Amapá, falta de hospital, escola etc. Sem infraestrutura doméstica	Precária, porém eles não dependiam da cidade; Tinham infraestrutura doméstica.
Apoio administrativo	Não houve apoio do governo japonês (só um encarregado do Tsuji)	Apoio da Cooperativa e depois da Jamic.
Mercado de trabalho	Sem perspectiva. Os jovens saíram atrás de emprego.	Eram colonos, vieram contratados para trabalhar nos pimentais.
Cooperativismo	Sem cooperativa, as dificuldades eram muitas por causa da língua.	Cooperativa atuante.

Isolamento da colônia	A falta de meios de transporte dificultava o convívio dos colonos.	Facilidade de transporte, além de estarem numa mesma área.
Profissão dos imigrantes	Muitos não eram agricultores e precisavam contratar outros colonos.	Maioria eram agricultores de formação.
Quantitativo de imigrantes	64 famílias (350 pessoas) distribuídas em 3 colônias isoladas.	406 famílias (2.393 pessoas) que favoreciam os negócios entre os próprios patrícios.

Fonte: Elaborado pela autora (2010).

Do ponto de vista pessoal, a migração entre países muito distante e diferentes, como é o caso entre Japão e Brasil, especialmente para a Região Amazônica, representa uma experiência de vida difícil e cheia de desafios, posto que o imigrante necessita enfrentar as adversidades exógenas (dificuldades advindo da pobreza, língua, clima, normas e até preconceitos raciais) e o conflito interno (na adequação de sua identidade, entre os valores culturais do país de origem e do país hospedeiro). Significa que o estrangeiro para se acomodar ou adaptar em determinado sítio precisa transpor as barreiras na ordem espacial, ambiental, social e cultural. Muitas vezes o migrante fica no processo de mobilidade interna, remigração, até encontrar as condições favoráveis ou suportáveis, ou em última instância retornar à terra natal, fato que raramente ocorreu entre os imigrantes japoneses por questões culturais, traduzidos em valores como vergonha, orgulho e persistência, que condicionaram a fixação desses imigrantes.

Passado muitos anos, eles já se resignaram e entendem que a decisão tomada fora irreversível. Em compensação, sentem-se orgulhosos em dizer que, com machado e enxada, desbravaram imensas áreas da Região Amazônica. Na outra vertente, a maioria desses imigrantes, após o processo de adaptação, passou a gostar da vida brasileira e dos brasileiros, de modo que estão plenamente integrados, construindo a nova sociedade nipo-brasileira de *isseis*, *nisseis*, *sanseis*, *yonseis* e os miscegenados “*nãosei*”. Para essa nova geração o sentimento de pertença à etnia de origem está cada vez mais difuso, à medida que estão desaparecendo os velhos imigrantes e suas colônias.

A concepção da identidade étnica de *nihon-jin* ou *nikkey-jin* é tendente a desaparecer dentro de duas a três gerações, mormente pela dificuldade de manter a língua japonesa dentro da família que tem afastado cada vez mais os valores e a cultura do país de origem. Como visto, sob o prisma micro-sociológico, a migração é um processo de conflitos e desafios, que se traduz na aculturação ou transformação da identidade do imigrante, que se modifica e interage com os residentes até a adaptação na nova ordem social. Essa vivência, ou

experiência concreta, intencionada ou não pelo indivíduo, é muitas vezes aleatória, imprevisível e incomensurável.

Quanto às contribuições dos imigrantes japoneses para a sociedade brasileira, é fato notório que a presença dos japoneses na Região Norte impulsionou a produção da juta e da pimenta-do-reino, que foram fundamentais para a fixação dessa etnia na região. Pode-se afirmar que, mesmo com a barreira da língua que se tornou empecilho para uma melhor comunicação com os “caboclos” e “cearenses” no início da imigração, eles se ajudaram mutuamente no desbravamento da floresta amazônica. Ambas as partes aprenderam a lidar com a terra, empregando tecnologia de outra cultura e adaptando-a na melhor forma possível para florescer a agricultura de produtos comerciais. Assim, apesar do “insucesso dos projetos de colonização”, os imigrantes pioneiros imbuídos da sua missão de desenvolver a Amazônia prestaram relevantes contribuições para a agricultura local, a ponto de grande parte das hortaliças que são vendidas atualmente nas feiras e nos supermercados locais serem produzidas pelos nativos da região. Muitos produtores nacionais estão trabalhando lado a lado com os japoneses na horticultura, avicultura, fruticultura e na produção de grãos.

Portanto, a presença dos nipônicos na Região Norte foi significativamente relevante para fixação dos migrantes nacionais nas colônias agrícolas, contribuindo desta forma para a distribuição demográfica, renda e elevação do PIB dos respectivos estados que receberam os japoneses. Hoje a “colônia japonesa” desfruta uma posição de destaque no contexto das imigrações estrangeiras, sem contar que a inserção das empresas nipônicas para distribuição de seus produtos no mercado nacional é considerável em Belém e Manaus, bem como no fornecimento de insumos e produtos para o mercado internacional. Enfim, estão desenvolvendo a região com muita luta e contribuindo para a grande produção agrícola do Brasil.

Do resultado dessa conjugação global, ninguém podia imaginar na época da chegada dos primeiros contingentes migratórios que os japoneses poderiam crescer e ter tanta visibilidade como se tem hoje, diante das relevantes contribuições que prestam à sociedade hospedeira. O sucesso desses atores deve-se em parte ao empenho do governo e das empresas japonesas que, conjuntamente, tem investido maciçamente no campo da pesquisa e financiado vários empreendimentos econômicos e sociais, em função do grande contingente de nipônicos que se fixaram definitivamente no Brasil. Dos primeiros anos da migração até os dias atuais são dezenas de empresas nipo-brasileiras estabelecidas na Região Norte. Os grandes grupos industriais japoneses como Kanebo, Takasago, Mitsui, Toyomenka, Panasonic/National,

Sony, Seiko, Sanyo, Yamaha, Toshiba, Honda, NAAC (alumínio), Eidai (madeira), Nichirei/Amasa (pescado), Marubeni (celulose) estão, ou já estiveram, com as suas sucursais na Região Amazônica.

Os próprios *isseis* se inseriram em diversos setores da economia brasileira e hoje são centenas de empresas nipo-brasileiras que estão atuando em todos os estados da federação. No Pará, além da conhecida Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, faz-se oportuno apontar alguns grupos de empresas familiares que foram fundadas pelos imigrantes desta região: Y.Yamada (supermercados), Motobel (veículos, máquinas e equipamentos), Seicon (construção civil), Oyamota (materias de construção e metalurgia), Okajima (agricultura e exportação), Yamcol (lojas de confecção) Agropel (agricultura e pecuária), Dendê do Tauá (óleo de palma), Pindaré (avicultura), entre outros.

Atualmente, os colonos de ontem e seus descendentes participam ativamente da sociedade brasileira em condições de igualdade como qualquer cidadão brasileiro. Passaram a assumir elevado grau de importância com o sucesso da indústria japonesa e da expansão capitalista das empresas nipônicas no mundo globalizado. Grosso modo, pode-se dizer que a comunidade *nikkey* está integrada em todos os segmentos da sociedade brasileira, seja nas atividades econômicas, seja na ciência, educação, política, esportes, nas artes marciais e até na culinária. Enfim, formando o grande caldeirão cultural (*melting pot*) da sociedade brasileira.

No balanço de resultado dos 80 anos de imigração na Amazônia, avalia-se que os nipônicos conquistaram um espaço social e econômico relevante na sociedade brasileira, posto que plantaram efetivamente para o desenvolvimento econômico dos estados do Amazonas e do Pará, iniciada com a cultura da juta, pimenta-do-reino e larga variedade de hortaliças e frutas, como bem explicita o professor Homma (2007). Do outro lado, literalmente, o Japão ganhou muito com a inserção de seu povo num país de proporção continental dada à capacidade exportadora de matérias-primas essenciais à indústria japonesa e *vis-a-vis* à dimensão do mercado consumidor brasileiro para os seus produtos. A presença das grandes empresas japonesas na Amazônia e no resto do País concretiza a importância dessa relação de troca de bens e serviços entre os dois países.

Após as diversas reflexões sobre o tema das migrações internacionais, foi possível compreender e partilhar do discurso de que a migração é um fenômeno social que permite incursões em vários campos da pesquisa. Na atual conjuntura, a migração passou a ser abordada de forma mais qualitativa do que quantitativa, dado o caráter dinâmico desse

movimento no contexto da mundialização das economias o que torna difícil a sua mensuração. Nesse sentido, seria interessante prosseguir nas discussões acadêmicas acerca do movimento dos *dekasseguis* da Região Norte, ou ainda, na questão da identidade desses *dekasseguis*, que, adquirindo modos de vida tão diferentes das colônias de origem, são pessoas com uma nova identidade cultural, dito que não são mais japoneses nem tampouco brasileiros.

Igualmente, o processo migratório é motivo de grande preocupação dentro das políticas públicas dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, face aos impactos desses atores na transformação dos diversos seguimentos do país hospedeiro, mormente para os países em processo de envelhecimento acelerado como o Japão, o que sugere investigar os impactos dos *dekasseguis* na economia ou na cultura desse país.

Revirando as páginas da literatura da imigração japonesa na Amazônia, dois personagens chamam atenção pela profunda ligação de suas vidas com a história dessa imigração. Trata-se do imigrante Kotaro Tsuji e do político japonês Tsukasa Uyetsuka que são citados em vários livros e relatos de vida dos imigrantes desta região, além dos jornais e revistas da época, tanto no Brasil como no Japão, o que sugere relacionar os ideais do expansionismo japonês com a biografia desses dois protagonistas da imigração japonesa na Amazônia.

A pesquisa pode adentrar em águas mais profundas para emergir as razões de certos comportamentos dos imigrantes. Nessa direção, pode-se citar alguns fatos que suscitaram divagações por ocasião da pesquisa em campo. Durante as entrevistas com os *nikkey* residentes no Amapá - daqueles que vieram crianças ou que nasceram no Brasil - constatou-se que uma significativa parcela dos filhos dos imigrantes contraiu matrimônio com nacionais da localidade, provavelmente, por causa do reduzido contingente de *nikkeys* dessa colônia. Porém, um fato intrigante chama a atenção: muitos homens da etnia nipônica já trocaram de cônjuge várias vezes, inclusive, alguns estão na quarta ou na quinta tentativa. É um fato interessante que pode ser objeto de pesquisa para desvendar as motivações para tanto (in)sucesso conjugal.

Outro fato intrigante observou-se durante o survey em Tomé-Açu. Apesar dos japoneses estarem nessa colônia há 80 anos, aparentemente não se interessaram pela exploração de madeira nobre que é abundante nessa região. As serrarias instaladas nos últimos 30 anos, ao longo da estrada principal de Tomé-Açu, foram realizadas, em sua maioria, por nacionais procedentes do Sudeste. Frente a esse fato, surgem alguns

questionamentos como: Por que os imigrantes japoneses não se interessaram pelo setor madeireiro, ou o que os impediu de fazer? Qual a relação existente entre os colonos japoneses e as atuais madeireiras, será que é de simbiose ou de conflito? Ademais, a investigação concernente a trajetória de cada empresa nipo-brasileira ou de cada imigrante japonês pode oferecer grandes contribuições para compor a literatura das migrações. Certamente, serão relatos de muitas lutas, de perdas e conquistas, de uma saga que ainda não terminou.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial.** Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 1, jun. 2005.

AIHARA, Maria do Socorro Michiko. **Paisagens nipo-brasileiras na cidade de Tomé-Açu - PA: estudo antropológico das memórias da família Onuma.** 2008, 171 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

ALIPIO JUNIOR. **Os primeiros colonos do Amapá.** Disponível em <http://www.amapa.net/index.php?option=com_content&view=article&id=68:colonos-do-amapa&catid=27:historia&Itemid=2>. Acesso em: 12 abr.2009

AMAPÁ [Jornal]. N. 505. **Lista de emigrantes.** Macapá, 28 jan. 1954.

_____. N.506. **Lista de emigrantes.** Macapá, 31 jan.1954.

_____. N. 507. **Lista de emigrantes.** Macapá, 4 fev. 1954.

_____. N. 508. **Lista de emigrantes.** Macapá, 7 fev. 1954.

_____. N. 509. **Lista de emigrantes.** Macapá, 11 fev. 1954.

_____. N. 509. **Desenvolve-se rapidamente.** Macapá, 11 fev. 1954.

AMAPÁ [Jornal]. **Vinte e uma famílias de imigrantes nipônicos chegaram ao Território.** Macapá, 5 de set. 1954.

ANDRADE, Rosemary Ferra de. **Malária e Migração no Amapá: Projeção espacial num contexto de crescimento populacional.** Belém: NAEA, [2005] 2007.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TOMÉ-AÇU - ACTA. **Amazon no Shizen to Towa.** 70 anos de imigração de Tomé-Açu. Tomé-Açu, 2009.

ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA - APANB. **70 anos de imigração japonesa na Amazônia.** São Paulo, Topan Press, [2001], 283 p. Baseado no livro comemorativo aos 60 anos da Imigração japonesa na Amazônia, editada em japonês em 1994.

BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade, história da imigração italiana no Brasil: os vênets em Santa Catarina.** Florianópolis: Insular, UFSC, 1999.

BASSANEZI, Maria C. Beozzo M. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. (Coord). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: FNUAP, 1995. p.2-37.

BASSANEZI, M; TRUZZI, Osvaldo Mario Serra. Plantadores do futuro: japoneses em São Paulo na primeira metade do Século XX. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magna Prates

(Org.). **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

BELTRÃO, Kaizo Iwakami; SUGAHARA, Sonoe; KONTA, Ryohei. Vivendo no Brasil, características da população de origem japonesa. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magna Prates (Org.). **Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934.

_____. Constituição (1937). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937.

_____. Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854. **Manda executar a Lei número 601, de 18 de setembro de 1850**. Publicado em: 31 dez. 1854. Coleção de Leis do Brasil - CLBR 001 000010 1. Rio de Janeiro.

_____. Decreto nº 9.081 de 03 de novembro de 1911. **Dá novo Regulamento ao Serviço de Povoamento**. Publicado em: 31 dez. 1911. Coleção de Leis do Brasil - CLBR 003 000558 1. Rio de Janeiro.

_____. Decreto nº 19.482 de 12 de dezembro de 1930. **Limita a entrada, no território nacional de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências**. Publicado em: 31 dez. 1930. Coleção de Leis do Brasil - CLBR 002 000074 1. Rio de Janeiro.

_____. Decreto Lei nº 7.967 de 18 de setembro de 1945. **Dispõe sobre a Imigração e Colonização e dá outras providências**. Publicado em: 31 dez. 1945. Coleção de Leis do Brasil - CLBR 007 000312 1. Rio de Janeiro.

_____. Decreto nº 52.920, de 22 de novembro de 1963. **Promulga o Acordo de Migração e Colonização Brasil-Japão**. Publicado no Diário Oficial da União: 6 dez. 1963. Brasília, DF.

_____. Lei nº 601 de 17 de setembro de 1850. **Dispõem sobre as terras devolutas no império, e a cerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais, de estrangeiros, autorizado o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara**. Publicado em 31 de dez. 1850. Coleção de Leis do Brasil - CLBR 001 000307 1. Rio de Janeiro.

_____. Lei nº 2.163 de 05 de janeiro de 1954. **Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e da outras providências**. Publicado no Diário Oficial da União em: 07 jan. 1954. Rio de Janeiro.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. **Estatísticas do Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 5 maio 2010.

CARDOSO, Ruth C.L. **Estrutura familiar e mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada S/C Ltda,[1972] 1998.

CASTRO, Fernando Moreira de. Os japoneses na Amazônia. **Província do Pará**. Belém, 11 dez. 1954

CLEVELARIO JUNIOR, Judicael. A participação da imigração na formação da população brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 14 (1/2). 1997. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em 3 mar. 2009.

COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU - CAMTA. **Álbum comemorativo do 25º Aniversário da Fundação da Colônia Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 1955.

_____. **Desenvolvimento Histórico da Colônia de Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 1961.

_____. **Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé –Açu**. Tomé-Açu, 1967.

_____. **Edição comemorativa do 75º Aniversário da Fundação da Colônia Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 2004.

COMISSÃO DE RECENSEAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA. **The Japanese Immigrant in Brazil**. Tokyo, Japan: The University of Tokyo Press. Bunkyo-ku, 1964.

COSTA, José Marcelino. **Amazônia**: desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1979.

DANTAS, Milton. A história da plantação da juta na Amazônia. **O Liberal**. Belém, 28 maio 1968.

DATA SOURCES: CIA World Factbook, and other public domain resources (Feb. 2006). Disponível em <<http://www.worldatlas.com/aatlas/populations/ctypopls.htm>>. Acesso em 25 abr.2009.

EMMI, Marília Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870-1950)**: pioneirismo econômico e identidade. Belém: NAEA, 2008.

ENVIRONMENTAL SYSTEM RESEARCH INSTITUTE. Mapa do Japão e suas regiões (1984). Adaptado por Welington Moraes (2010).

ESTADO DO PARÁ [Jornal]. Belém, 1 fev. 1942, p.02

FARACO, R. **Maués**: terra, gente e memórias. Manaus: Valer, 2006.

FERREIRA, Ester W. Migrações internas: algumas considerações técnicas. **Revista CEPPG** – Centro de Ensino Superior de Catalão. Catalão/GO, ano 3, n.4, p. 99-107, 2001.

FLEXA, Wendell Maia. **A colônia japonesa do Pará: memórias da Segunda Guerra Mundial 1942/1945**. Belém, 2001, 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Departamento de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

FOLHA DA MANHÃ [Jornal]. **Devidamente aclimatada, a juta indiana está sendo cultivada em condições econômicas na bacia do Amazonas**. São Paulo, 10 out. 1941

FOLHA DO NORTE [Jornal]. **Milhões para aventureiros que vendem o Brasil**. Belém, 24 dez. 1954.

FOLHA VESPERTINA [Jornal]. **Fome de Braços**. Belém, 5 jun. 1952.

_____. **Imigrantes Japoneses para o Amapá**. Belém, 11 jun.1952.

_____. **Negam-se a trabalhar em Tomé-Açu**. Belém, 30 mar.1954.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

GAKKEN. **Japan as it is**. 4. ed. Tokyo: Gakken Co., 2002.

HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritorialização. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HARADA, Kiyoko. A grande inundação de 1953. In: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA - APANB. **70 anos de imigração japonesa na Amazônia**. São Paulo, Topan Press, [2001]. p.14-17.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO MARIN, Rosa E. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In: COSTA, José Marcelino Monteiro. **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Brasília, DF: IPEA, 1979.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

_____. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Fiepa, 2007.

IBAMA. Mapa 2 – Região de Maués e Parintins (Amazonas), 2009. [S.l: s.n], adaptado por Wellington Morais, 2010.

_____. Mapa 3 - Região da Região de Santarém e Monte Alegre (Pará), 2009. [S.l: s.n], adaptado por Wellington Morais, 2010.

_____. Mapa 4 – Colônia de Tomé-Açu (Pará), 2009. [S.l: s.n], adaptado por Wellington Morais, 2010.

_____. Mapa 5 – Colônia de Manacapuru (Amazonas), 2009. [S.l: s.n], adaptado por Wellington Morais, 2010.

_____. Mapa 6 - Colônia de Efigênio Salles (Amazonas), 2009. [S.l: s.n], adaptado por Wellington Morais, 2010.

_____. Mapa 7 – Colônia do Guamá (Pará), 2009. [S.l: s.n], adaptado por Wellington Morais, 2010.

_____. Mapa 8 – Colônia Treze de Setembro (Rondônia), 2009. [S.l: s.n], adaptado por Wellington Morais, 2010.

_____. Mapa 9 – Colônia de Quinari (Acre), 2009. [S.l: s.n], adaptado por Wellington Morais, 2010.

_____. Mapa 10 – Colônia de Taiano (Roraima), 2009. [S.l: s.n], adaptado por Wellington Morais, 2010.

_____. Mapa 11 – Estado do Amapá, 2009. [S.l: s.n], adaptado por Wellington Morais, 2010.

IBGE. Estatísticas do Século XX. **Anuário estatístico do Brasil 1936**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/> Acesso em: 23 mar. 2009.

_____. Estatísticas do Século XX. **Anuário estatístico do Brasil 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/> Acesso em: 23 mar. 2009.

_____. Estatísticas do Século XX. **Anuário estatístico do Brasil 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/ Acesso em: 23 mar. 2009

_____. Estatísticas do Século XX. **Anuário estatístico do Brasil 1965**. Rio de Janeiro: IBGE, v.26, 1965; v. 27, 1966; v. 30, 1969. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/Censo2000> Acesso em: 03 fev.2009.

_____. **População. Cidades**. (2007). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>> Acesso em: 23 maio 2009.

IKEDA, Shigeji. **História da colonização japonesa do rio Amazonas**. São Paulo: São Paulo Shinbum. 1965.

IKEGAMI, Antão Shinobu. **A fibra e o sonho**. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 2009.

INAGAKI, Binko Uchiyama. **Amazônia que vivi: A saga da família Uchiyama.** Belém: Gráfica Alves, 2004.

INOUE, Masahu. A Experiência fracassada da colônia de Guamá. In: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA - APANB. **70 anos de imigração japonesa na Amazônia.** São Paulo, Topan Press, [2001]. p. 4-6.

IOTTI, Luiza Horn (Org). **Imigração e colonização: legislação de 1747-1915.** Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ISHIZU, Tatsuo. **Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre.** 2007, 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

JAPAN INTERNACIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). **Relatórios da JAMIC/JICA.** São Paulo, 1978.

_____. **Relatório da JAMIC/JICA.** São Paulo, 1981.

_____. **Relatório da JAMIC/JICA.** São Paulo, 1983.

_____. **Relatório da JAMIC/JICA.** São Paulo, 1988.

_____. **Relatório da JAMIC/JICA.** São Paulo, 1991.

KAMADA, Rosa. Imigrante constrói miniatura do barco que operou há 60. **Boletim Informativo da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira.** Belém, n.246, fev.2007.

KAWADA, T. **Histórico da imigração japonesa no Estado do Amazonas.** Manaus: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, 1995.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: BORIS, Fausto (Org). **Fazer a América.** 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2000, p.13-31.

KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da imigração. Balanço de 100 anos. In: SAKURAI, C.; COELHO, M. (Org.). **Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

KUHN, T.S. **A Estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 77-105.

LANDES, David S. **Riqueza e a pobreza das nações: por que alguns são tão ricos e outros tão pobres.** Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre migração 1966. In: MOURA, Hélio de (Coord). **Migração Interna: textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980, p.89-114.

LEVY, Maria Stella Ferreira. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972).** Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP)

da Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 1974. Disponível em: <<http://www.scielo.org/scielo>>. Acesso em: 05 fev. 2009.

LOBO, Carlos; STEFANI, João; SOUSA, Guilherme. Migração na América do Sul: territorialidade e espacialidade da imigração sulamericana no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 5. **Anais ...**. Campinas, 15 a 17 de Outubro de 2007.

MACHADO COELHO. **A Província do Pará** [Jornal]. Belém. 16 out. 1966.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. **História Econômica**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1973.

MARINUCCI, Roberto. **Breve Panorama das Migrações Internacionais, entre 1980 e 2005**. Brasília: CSEM, 2007. Disponível em: <<http://www.csem.org.br>>. Acesso em: 24 mar. 2009.

MOTA, Keppler. Colonização no Amapá. **Amapá** [Jornal]. Macapá, 26 fev.1953, p.3.

MOTOKI, Ken-ichiro. Pessoas. In: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA - APANB. **70 anos de imigração japonesa na Amazônia**. São Paulo, Topan Press [2001], p. 34-38.

NADALIM, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.

NAGAI, Akira. **Tomé-Açu na Amazônia 1929-1979**. Tomé-Açu: Associação Cultural de Tomé-Açu, [1979].

_____. **Um Nikkei da Terra dos Tembés**. Belém: Alves Gráfica, 2002.

NINOMIYA, Masato (Org.). **O Futuro da Comunidade Nikkey: palestras, painéis e debates do simpósio comemorativo dos 85 anos de imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Mania de Livro, 1996.

OE, Makio. Recordações da época da Colonização. In: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA - APANB. **70 anos de imigração japonesa na Amazônia**. São Paulo, Topan Press, [2001]. p.7-8.

OHASHI, Paulo T. **Cruzeiro do Sul cintila no céu com a luz de verdade**. Belém, 2003.

OLIVEIRA, A.T.R. Dos movimentos populacionais à pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. In: **XV Encontro de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 2006.

PACHECO, C.A; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. L. **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 25-52.

PARÁ. Lei nº 1.127, 11 de março de 1955. **Autoriza a criação de novos Municípios e nomeação de novos prefeitos**. Belém, 1955.

_____. Lei nº 1.725, de 17 de março de 1959. **Eleva o distrito de Tomé-Açu a categoria de Município do Estado do Pará.** Belém, 1959.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações:** teorias micro e macro-sociológicas. Socius-Centro de Investigação em Sociologia Econômicas das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Paper n. 11, 2004.

PEREIRA, Nilza; OLIVEIRA, Luiz. Trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (Org.). **Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.33-54

PROVINCIA DO PARÁ [Jornal]. **Surgirá o cinturão verde de Belém com a colonização do vale do Guamá por japoneses.** Belém, 15 jun.1954.

_____. **Entrada de japoneses no Brasil.** Belém. 31 jul. 1954.

_____. **Os japoneses na Amazônia.** Belém. 11 dez. 1954

_____. **O progresso do Amapá refletido em seu crescimento demográfico.** Belém, 5 jan.1955.

RENNER, C. H; PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS, J.L.F. et al. (Org.). **Dinâmica da população:** teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T.A.Queiroz, 1980. p. 236-260.

REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional:** proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. 2005, 204 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional Faculdade de Ciências Econômicas — UFMG, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: https://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/teses/2005/Dimitri_Fazito.pdf. Acesso em: 5 jan. 2009.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia:** da soberania difusa à soberania restrita. Belém: ADUFPA, 2006.

SAITO, Hiroshi. **O japonês no Brasil:** estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961.

SAKURAI, Célia; COELHO, Magna Prates (Org.). **Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SALIM, Celso Amarin. Migração: O fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. Brasília, DF. **Anais ...** Brasília, 1992, v.3, p.119-144.

SANO, Rui Kban. Japoneses: sonhos e pesadelos. In: Trabalhadores. Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura, Prefeitura Municipal de Campinas, 1989. Disponível em <<http://www.terrabrasileira.net/folclore/influenc/japonhis.html>>. Acesso em 15 fev.2009

SANTOS, C; BRASIL, M; MOURA, H. “Persona non gratae” A imigração indocumentada no Estado Amazonas. In: CASTRO, M.G. **Migrações Internacionais**: contribuição para políticas. Brasília-DF, CNPD, 2001.

SASAKI PINHEIRO, Elisa. **Ser ou não ser japonês?:** a construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo. 2009, 667 f. Campinas, SP: Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Unicamp. [s. n.], 2009.

SASAKI, Elisa; ASSIS, Glaucia. Teorias das Migrações Internacionais. In: XII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, Caxambu. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos populacionais da ABEP**, v.1. Caxambu, 2000.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SETTE, Luiz Paulo Lindenber. **A Revolução Samurai**. São Paulo: Massao Ohno; Aliança Cultural Brasil-Japão, 1991.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e apolítica imigratória no Brasil. In: CASTRO, M. **Migrações internacionais**: contribuições para políticas, Brasil 2000. Brasília, DF: CNPD, 2001.

_____. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: POVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P.. (Orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2005. p. 17-34.

SINGER, Paul. **Economia política e urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. Migração Interna: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Helio de (Coord). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil 1980, p. 89-114.

TAVARES, Vania Porto; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SILVA, Maria Thereza I.I. **Colonização dirigida no Brasil**: suas possibilidades na região amazônica. Coleção relatórios de pesquisa n.8. Rio de Janeiro: IPEA, 1972.

TEIXEIRA, Clóvis Penna. Imigrantes japoneses no Amapá. uma colonização em marcha. **Amapá** [Jornal]. Macapá, 20 dez. 1953.

TEIXEIRA, Romeu do Nascimento. **O sol nascente na Amazônia**. São Paulo: Alumínio Brasileiro, 1997.

TSUJI, Kotaro. **A história da plantação da juta na Amazônia**. [1960?]. 14 p.

TSUNODA, Fusako. **Canção da Amazônia**: uma saga na selva. Tradução Jorge Kassuga. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

TSUTSUMI, Gota. A pré-história da imigração japonesa na Amazônia. In: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA - APANB. **70 anos de imigração japonesa na Amazônia**. São Paulo, Topan Press, [2001]. p. 124-128.

UENO, Koji. **História da minha vida**. Monte Alegre, 2005.

YASUI, Uchu. A minha juventude na ilha Estebo. In: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA (APANB). **70 anos de imigração japonesa na Amazônia**. São Paulo, Topan Press, [2001]. p. 10-14.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Relação de entrevistados

APÊNDICE A.1- Relação de entrevistados da velha imigração do Pará e Amazonas

nº ordem	Dados do entrevistado				FAMÍLIA	Província de origem	Ano de Entrada	Colônia inicial	Residência atual	Data da entrevista
	Nome	Naturalidade	Idade	Sexo						
1	Tomeko (Endo) Ohashi	Japonesa	87	F	ENDO	Shizuoka	1929	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	16.05.2009
2	Hajime Yamada	Japonês	82	M	YAMADA	Hiroshima	1929	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu-PA	19.05.2009
3	Leiko (Kato) Yokoyama	Japonesa	81	F	KATO	Yamagata	1929	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu-PA	20.05.2009
4	Masako (Kimura) Kato	Japonesa	80	F	KIMURA	Akita	1929	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu-PA	19.05.2009
5	Mariko (Ito) Okabe	Brasileira	79	F	ITO	Hokkaido	1929	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu-PA	19.05.2009
6	Setsuko (Onuma)Hosokawa	Brasileira	76	F	ONUMA	Yamagata	1929	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu-PA	20.05.2009
7	Takeshi Yanagibashi	Brasileiro	75	M	YANAGIBASHI	Yamagata	1929	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu-PA	21.05.2009
8	Teruo Sawada	Japonês	82	M	SAWADA	Kumamoto	1930	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu-PA	24.05.2009
9	Miyoshi (Nobayashi) Abe	Brasileira	75	F	NOBAYASHI	Fukuoka	1931	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu-PA	20.05.2009
10	Tooru Ikeda	Japonês	87	M	IKEDA	Fukuoka	1932	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu-PA	20.05.2009
11	Yuriko (Saito) Sawada	Japonesa	81	F	SAITO	Miyagi	1932	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	11.05.2009
12	Elza S.Tsuchiyama Koyama	Brasileira	62	F	TSUCHIYAMA	Hokkaido	1932	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	24.05.2009
13	Hiroshi Hosokawa (Cesar)	Japonês	80	M	HOSOKAWA	Gifu	1933	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu-PA	20.05.2009
14	Ayako (Sasaki) Kato	Japonesa	65	F	KATO	Akita	1933	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu	21.05.2009
15	Ryuemon Yokoyama	Japonês	85	M	YOKOYAMA	Hokkaido	1934	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu-PA	20.05.2009
16	Tomiko (Sawada) Hidaka	Brasileira	79	F	HIDAKA	Hiroshima	1936	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu-PA	01.06.2009
17	Binko Uchiyama Inagaki	Brasileira	74	F	UCHIYAMA	Shizuoka	1928	Maués-AM	Belém-PA	01.07.2009
18	Mario Sakiyama	Brasileiro	67	M	SAKIYAMA	Tokyo	1932	Maués-AM	Belém-PA	22.06.2009
19	Jorge Sakiyama	Brasileiro	65	M	SAKIYANA	Tokyo	1932	Maués-AM	Belém-PA	12.06.2009
20	Edgar Nobuo Inagaki	Brasileiro	68	M	INAGAKI	Saitama	1932	Capanema-PA	Belém-PA	11.06.2009
21	Hajime Owtake (*)	Japonês	97	M	OWTAKE	Shizuoka	1933	Ourém-PA	Belém-PA	11.05.2009
22	Lea (Ikegami) Sakiyama	Brasileira	62	F	IKEGAMI	Kumamoto	1933	Parintins-AM	Belém-PA	12.06.2009
23	Leonor Garcia Tuji	Brasileira	86	F	TSUJI	Shiga	1933	Parintins-AM	Belém-PA	07.07.2009
24	Kiyoko Harada (*)	Japonesa	93	F	HARADA	Aichi	1933	Parintins-AM	Belém-PA	09.07.2009
25	Shigeyoshi Ono	Brasileiro	75	M	ONO	Fukuoka	1933	Parintins-AM	Belém-PA	09.07.2009
26	Atsuko T. Kobayashi (*)	Japonesa	90	F	KOBAYASHI	Fukuoka	1934	Parintins-AM	Belém-PA	22.06.2009

APÊNDICE A.2 - Relação de entrevistados dos imigrantes do Amapá

nº ordem	Dados do entrevistado				FAMÍLIA	Província de origem	Ano de Entrada	Colônia inicial	Residência atual	Data da entrevista
	Nome	Naturalidade	Idade	Sexo						
27	Chikahito Fujishima	Japonês	62	M	FUJISHIMA	Kumamoto	1953	Fazendinha-AP	Macapá-AP	02.04.2009
28	Tereza Hayashida	Brasileira	55	F	HAYASHIDA	Hiroshima	1953	Matapi-AP	Macapá-AP	06.04.2009
29	Hiroshi Kiyoi	Japonês	71	M	KIYOI	Ehime	1953	Matapi-AP	Ananindeua-PA	24.04.2009
30	Sadako (Koga) Meguro	Japonesa	72	F	KOGA	Fukuoka	1953	Matapi-AP	Matapi-AP	05.04.2009
31	Chiharu Kubota	Japonês	70	M	KUBOTA	Gifu	1953	Matapi-AP	Matapi-AP	05.04.2009
32	Keiko Meguro Portal	Japonesa	59	F	MEGURO	Miyagi	1953	Matapi-AP	Macapá-AP	03.04.2009
33	Mutsuo Oya (*)	Japonês	85	M	OYA	Mie	1953	Matapi-AP	Belém-Pa	24.04.2009
34	Shinya Ogata	Japonês	73	M	OGATA	Fukushima	1953	Matapi-AP	Macapá-AP	03.04.2009
35	Katsushige Saito	Brasileiro	55	M	SAITO	Fukushima	1953	Matapi-AP	Matapi-AP	05.04.2009
36	Chuhei Sanada (*)	Japonês	93	M	SANADA	Nagano	1953	Matapi-AP	Santana-AP	06.04.2009
37	Tomio Yoshidome	Japonês	72	M	YOSHIDOME	Kagoshima	1953	Fazendinha-AP	Macapá-AP	03.04.2009
38	Masahiko Kawakami	Brasileiro	59	M	KAWAKAMI	Kumamoto	1954	Matapi-AP	Macapá-AP	24.04.2009
39	Namiko Shimakawa	Japonesa	70	F	MUTO	Fukushima	1954	Matapi-AP	Belém-Pa	02.04.2009
40	Nobuyoshi Muto	Japonês	62	M	MUTO	Fukushima	1954	Matapi-AP	Belém-Pa	02.04.2009
41	Toru Onuka	Japonês	63	M	ONUKA	Shimane	1954	Matapi-AP	Macapá-AP	06.04.2009
42	Mitsuyoshi Shibayama	Japonês	76	M	SHIBAYAMA	Kyoto	1954	Matapi-AP	Macapá-AP	03.04.2009
43	Sumie S. Koga	Japonesa	73	F	SHIBAYAMA	Kyoto	1954	Matapi-AP	Macapá-AP	04.04.2009
44	Etsuko Shibayama	Japonesa	62	F	SUZUKI	Sapporo	1954	Matapi-AP	Castanhal-PA	18.04.2009
45	Akihito Shimokozono	Japonês	72	M	TAKESHITA	Kagoshima	1957	Mazagão-AP	Belém-Pa	17.04.2009
46	Masahiro Sakaguchi	Japonês	60	M	SAKAGUCHI	Kagoshima	1957	Mazagão-AP	Santana-AP	06.04.2009
47	Wakako Tateno	Japonesa	63	F	TATENO	Kagoshima	1957	Mazagão-AP	Macapá-AP	04.04.2009

(*) Imigrante que veio como chefe de família ou esposa do chefe de família.

APÊNDICE A.3 - Relação de entrevistados dos novos imigrantes de Tomé-Açu (pós-guerra)

nº ordem	Dados do entrevistado				FAMÍLIA	Província de origem	Ano de Entrada	Colônia inicial	Residência atual	Data da entrevista
	Nome	Naturalidade	Idade	Sexo						
48	Shozo Shimakawa	Japonês	71	M	SHIMAKAWA	Kumamoto	1953	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	23.04.2009
49	Shigeru Inoue (*)	Japonês	98	M	INOUE	Kagawa	1954	Tomé-Açu-PA	Ananindeua	05.05.2009
50	Jorge Ito	Brasileiro	54	M	ITO	Yamaguchi	1954	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu	21.05.2009
51	Ayame Sugi Hidaka	Japonesa	59	F	SUGI	Okayama	1954	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	24.05.2009
52	Takehiro Takano	Japonês	72	M	TAKANO	Fukushima	1954	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	11.05.2009
53	Toshio Hamaguchi	Japonês	74	M	HAMAGUCHI	Nagasaki	1954	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	18.05.2009
54	Yasuaki Kikuta	Japonês	71	M	KIKUTA	Kumamoto	1954	Tomé-Açu-PA	Ananindeua	09.05.2009
55	Yozo Yamamoto	Japonês	74	M	YAMAMOTO	Kagawa	1954	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	15.05.2009
56	Alberto Hayato Kuzuo	Brasileiro	46	M	KUZUO	Wakayama	1955	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	24.05.2009
57	Midori Makino	Japonesa	59	F	MAKINO	Gifu	1955	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	04.05.2009
58	Osamu Kuroki	Japonês	65	M	KUROKI	Miyazaki	1955	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	24.05.2009
59	Tadashi Hashimoto	Japonês	57	M	HASHIMOTO	Fukuoka	1955	Tomé-Açu-PA	Castanhal	24.05.2009
60	Joaquim Hirokazu Kitabayashi	Brasileiro	52	M	KITABAYASHI	Toyama	1956	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	24.05.2009
61	Masahiro Nagahama	Japonês	62	M	NAGAHAMA	Aomori	1960	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	24.05.2009
62	Getúlio Sasaki	Brasileiro	34	M	SASAKI	Akita	1960	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu	20.05.2009
63	Ayako (Sasaki) Kato	Japonesa	45	F	SASAKI	Akita	1960	Tomé-Açu-PA	Tomé-Açu	21.05.2009
64	Hiroaki Fujiyoshi	Japonês	62	M	FUJIYOSHI	Fukuoka	1960	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	01.06.2009
65	Hatsuyo Sasamoto (*)	Japonesa	79	F	SASAMOTO	Kumamoto	1960	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	27.05.2009
66	Yasuhiro Onishi	Japonês	59	M	ONISHI	Kagawa	1966	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	21.04.2009
67	Tomoaki Kishimoto	Japonês	51	M	KISHIMOTO	Miyazaki	1966	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	24.05.2009
68	Carlos Kazunori Kubota	Brasileiro	40	M	KUBOTA	Miyazaki	1968	Tomé-Açu-PA	Belém-PA	24.05.2009

(*) Imigrante que veio como chefe de família ou esposa do chefe de família.

APÊNDICE A.4- Relação de entrevistados dos imigrantes de outros lugares

nº ordem	Dados do entrevistado				Família	Província de origem	Ano de Entrada	Colônia inicial	Residência atual	Data da entrevista
	Nome	Naturalidade	Idade	Sexo						
69	Heiji Sato (*)	Japonês	87	M	SATO	Miyagi	1953	Coqueiro-PA	Anindeua-PA	05.05.2009
70	Tsugio Teshima	Japonês	59	M	TESHIMA	Fukuoka	1954	Moema/S.Izabel-PA	Belém-PA	25.05.2009
71	Tetsushi Nagai	Japonês	57	M	NAGAI	Kumamoto	1954	Manacapuru-AM	Tomé-Açu-PA	21.05.2005
72	Dionísio Hiroshi Nogami	Brasileira	51	M	NOGAMI	Kagawa	1954	Manacapuru-AM	Castanhal-PA	24.05.2009
73	Takashi Seto	Japonês	74	M	SETO	Fukushima	1954	Manacapuru-AM	Belém-PA	11.05.2009
74	Eiko Yamada (*)	Japonesa	84	F	YAMADA	Kumamoto	1954	Manacapuru-AM	Belém-PA	28.05.2009
75	Tadashi Sudo	Japonês	77	M	SUDO	Shiga	1954	13/Setembro-RO	Belém-PA	04.05.2009
76	Yasuaki Matsuzaki	Japonês	59	M	MATSUZAKI	Fukushima	1955	Belterra-PA	Tomé-Açu-PA	21.05.2009
77	Yoko (Fukuda) Niitsuma	Japonesa	77	F	NIITSUMA	Yamaguchi	1955	Belterra-PA	Belém-PA	21.06.2009
78	Maki Oé (*)	Japonês	77	M	OE	Yamagata	1957	Guamá-PA	Santa Isabel	22.05.2009
79	Junko (Miyahara) Fujiyoshi	Japonesa	59	F	MIYAHARA	Kumamoto	1957	Guamá-PA	Belém-PA	27.05.2009
80	Setsuko Okada (*)	Japonesa	82	F	OKADA	Yamagata	1957	Guamá-PA	Belém-PA	25.06.2009
81	Takumi Tashiro	Japonês	54	M	TASHIRO	Saga	1961	Taiano-RR	Castanhal-PA	24.05.2009
82	Shuji Tsunoda (*)	Japonês	68	M	TSUNODA	Miyagi	1967	São Paulo-SP	Tomé-Açu-PA	19.05.2009

Fonte: Questionários e entrevistas da autora (2009).

(*) Imigrante que veio como chefe de família ou esposa do chefe de família.

APÊNDICE B – Fatores de mobilidade espacial

APÊNDICE B.1 - Fatores de mobilidade espacial da velha imigração do Pará e Amazonas

nº ordem	Nome do entrevistado	Motivação do chefe da família para vir ao Br	Grandes dificuldades enfrentadas pela família	Motivação para sair da colônia	Falecimento na família (1)
1	Tomeko Ohashi	propaganda da Nantaku	falta de alimento e doenças	não teve condições de sair	Não
2	Hajime Yamada	família atravessando crise financeira e propaganda de muitas terras	falta de alimento e doenças	não teve condições de sair	irmãos e mãe
3	Leiko (Kato) Yokoyama	divisão de terras na família	Malária	o pai achava que teria solução	Não
4	Masako(Kimura) Kato	fracasso no comércio	não sabe	preferiu ficar	Irmão
5	Mariko (Ito)Okabe	não sabe	não sabe	não teve condições de sair	Não
6	Setsuko (Onuma)Hosokawa	trabalhar na Nantaku	desmatamento da floresta	não teve condições de sair	Não
7	Takeshi Yanagibashi	não sabe	ficou órfão cedo	não teve condições de sair	Não
8	Teruo Sawada	propaganda da Nantaku	ficou órfão cedo	não teve condições de sair	pai e mãe
9	Miyoshi (Nobayashi) Abe	ganhar dinheiro e voltar logo	desmate da mata virgem	preferiu ficar	recém-nascido
10	Tooru Ikeda	problemas de saúde do pai	Doenças	não teve condições de sair	Não
11	Yuriko (Saito) Sawada	problemas financeiros	Doenças	educar os filhos em São Paulo	Não
12	Elza S.Tsuchiyama Koyama	veio c/parente devido a pobreza	corte da marta virgem	preferiu ficar	Não
13	Hiroshi Hosokawa (Cesar)	probl.familiares e propaganda	Língua	não teve condições da sair	Não
14	Ayako (Sasaki) Kato	não sabe	Língua	preferiu ficar	Não
15	Ryuemon Yokoyama	queria ser grande agricultor	ficou órfão cedo e língua	não teve condições da sair	Mãe
16	Tomiko(Sawada) Hidaka	não sabe	Malária	não teve condições de sair	pai e mãe
17	Binko Uchiyama Inagaki	convite de Oishi	muitas adversidade, enchentes	preferiu ficar	Não
18	Mario Sakiyama	idealismo da colonização	não lembra	preferiu ficar	Não
19	Jorge Sakiyama	plantação de guaraná	clima, lingua,alimentação	preferiu ficar	Não
20	Edgar Nobuo Inagaki	convidado por outros colegas	não sabe	não sabe	Não
21	Hajime Owtake	convidado por Yamada	não era agricultor	preferiu ficar	Não
22	Lea (Ikegami) Sakiyama	idealismo da colonização	Língua	preferiu ficar	Não
23	Leonor Garcia Tuji	plantar juta	administrar os kotakusseis	preferiu ficar	Não
24	Kiyoko Harada	idealismo da colonização	Língua	nunca pensou em voltar	Cunhada
25	Shigeyoshi Ono	idealismo da colonização	discriminação, preconceito	preferiu ficar	Não
26	Atsuko Takashima Kobayashi	idealismo da colonização	alergia, carapanã	se acostumou	filho

APÊNDICE B.2 - Fatores de mobilidade espacial dos imigrantes do Amapá

nº ordem	Nome do entrevistado	Motivação do chefe da família para vir ao Br	Grandes dificuldades enfrentadas pela família	Motivação para sair da colônia	Falecimento na família (1)
27	Chikahito Fujishima	trabalhar com o irmão	falta de recursos	busca de melhoria	não
28	Tereza Hayashida	incentivo da mulher	não tinha aptidão p/agricultura	malária	não
29	Hiroshi Kiyoi	estava na Manchúria	tinha que carregar água	lugar sem perspectiva	não
30	Sadako (Koga) Meguro	divisão de terras	falta alimento e água	não teve	não
31	Chiharu Kubota	divisão de terras	falta de recursos	não teve	não
32	Keiko Meguro Portal	não sabe	falta de transporte	não teve	não
33	Mutsuo Oya	voltou da guerra	língua portuguesa	malária, não havia hospital	não
34	Shinya Ogata	propaganda p/emigração	precariedade em tudo	lugar sem perspectiva	não
35	Katsushige Saito	propaganda p/emigração	falta de transporte	não teve	não
36	Chuhei Sanada	divisão de terras	doença	não teve	não
37	Tomio Yoshidome	propaganda p/emigração	malária e pobreza	não teve condições para sair	não
38	Masahiko Kawakami	propaganda p/emigração	falta de recursos	falta de mercado	não
39	Namiko Shimakawa	veio da Manchúria	água, transporte	lugar sem perspectiva	não
40	Nobuyoshi Muto	veio da Manchúria	falta de mercado	pobreza e doença	não
41	Toru Onuka	propaganda p/emigração	falta de infra-estrutura	pobreza e doença	não
42	Mitsuyoshi Shibayama	veio da Manchúria	pobreza e alimentação precária	pobreza e doença	não
43	Sumie Koga	veio da Manchúria	pobreza e alimentação precária	pobreza e doença	não
44	Etsuko Shibayama	propaganda p/emigração	falta de assistência	falta de assistência	não
45	Akihito Shimokozono	queria ir aos EUA	língua portuguesa	terreno não servia p/agricultura	sobrinho
46	Masahiro Sakaguchi	dificuldades de pós guerra	malária, falta de transporte	terreno não servia p/agricultura	não
47	Wakako Tateno	desentendimento na família	falta de transporte, malária	falta de mercado	não

APÊNDICE B.3 - Fatores de mobilidade espacial dos novos imigrantes de Tomé-Açu (pós-guerra)

nº ordem	Nome do entrevistado	Motivação para vir ao Brasil	Grandes dificuldades enfrentadas pela família	Motivação para sair da colônia	Falecimento na família (1)
48	Shozo Shimakawa	dívidas, bens penhorados	não sentiu dificuldades	tocar o próprio negócio	não
49	Shigeru Inoue	propaganda da pimenta	língua portuguesa	doença nos pimentais	não
50	Jorge Ito	perspectiva de um futuro melhor	não teve	não teve	sim
51	Ayame Sugi Hidaka	falta de perspectiva no Japão	alimentação, falta de experienc.	chamada de parentes	não
52	Takehiro Takano	indicação de amigos	não sentiu dificuldades	muitos filhos	não
53	Toshio Hamaguchi	tinha tio em São Paulo	não sentiu dificuldades	queria estudar em São Paulo	não
54	Yasuaki Kikuta	irmão e mãe estavam no Brasil	faltor financeiro	falta de recursos	não
55	Yozo Yamamoto	propaganda do governo	não sentiu dificuldades	trabalhou 16 anos na pimenta	sim
56	Alberto Hayato Kuzuo	não sabe	não sabe	troca de negócios	não
57	Midori Makino	porque surgiu oportunidade	não teve	não teve	não
58	Osamu Kuroki	tinha saído da guerra	Comida	não teve	não
59	Tadashi Hashimoto	não sabe	não teve	terras de Castanhal	não
60	Joaquim Hirokazu Kitabayashi	não sabe	não sabe	não teve	não
61	Masahiro Nagahama	projeto Jamic-Camta	não teve	não teve	não
62	Getúlio Sasaki	propaganda da pimenta	língua e comida	não teve oportunidade	não
63	Ayako Kato	não sabe	Língua	não teve oportunidade	não
64	Hiroaki Fujiyoshi	convite e preço da pimenta	malária e febre amarela	doença nos pimentais	não
65	Hatsuyo Sasamoto	convite e preço da pimenta	não teve	doença nos pimentais	não
66	Yasuhiro Onishi	não sabe	educação dos filhos	são sabe	não
67	Tomoaki Kishimoto	propaganda da Jamic	não teve	não teve	avó
68	Carlos Kazunori Kubota	propaganda da pimenta	não teve	não teve	avô

(1) Falecimento de familiares nos primeiros 5 anos.

APÊNDICE B.4- Fatores de mobilidade espacial dos imigrantes de outros lugares

nº ordem	Nome do entrevistado	Motivação para vir ao Brasil	Grandes dificuldades enfrentadas na colônia	Motivação para sair da colônia	Falecimento na família (1)
69	Heiji Sato	tinha parentes no Brasil	Pobreza	não teve oportunidade de sair	não
70	Tsugio Teshima	crise de pós-guerra	língua	trabalhar na feira	não
71	Tetsushi Nagai	por motivos de guerra	língua e falta de alimento	sem condições para plantar	avô
72	Dionísio Hiroshi Nogami	crise de pós-guerra	língua e falta de alimento	falta de mercado para venda	não
73	Takashi Seto	propaganda e crise de pós-guerra	transporte e solidão	sem condições para plantar	não
74	Eiko Yamada	convite de amigos	muita saúva	sem condições para plantar	não
75	Tadashi Sudo	veio acompanhando o irmão	a área não estava preparada	sem condições para plantar	não
76	Yasuaki Matsuzaki	propaganda e crise de pós-guerra	falta de escola	falta de mercado para venda	não
77	Yoko (Fukuda) Niitsuma	salário baixo no Japão	falta de alimento	desentendimento de Belterra	não
78	Maki Oe	queria vir para lugar amplo	doença e falta de água	não teve oportunidade de sair	não
79	Junko (Miyahara) Fujiyoshi	propaganda e crise de pós-guerra	ter ficado órfão pequena	casamento	mãe e cunhado
80	Setsuko Okada	por motivos de guerra	Língua	sem condições para plantar	não
81	Takumi Tashiro	propaganda e crise de pós-guerra	Língua	falta de mercado para venda	não
82	Shuji Tsunoda	estava desgostoso com a política	Língua	não teve	não

Fonte: Questionários e entrevistas da autora (2009).

APÊNDICE C – Fatores de mobilidade social

APÊNCIDE C.1 – Fatores de mobilidade social dos imigrantes da velha imigração do Pará e Amazonas

nº ordem	Nome do entrevistado	Escolaridade			Profissão		Patrimônio familiar do entrevistado			
		do chefe da família	do entrevistado	filhos formados	do chefe da F no japão	do entrevistado	casa própria	carro	outros imóveis	renda anual
1	Tomeko (Endo) Ohashi	Primário	primario	todos	madeireiro	agricultor	x			A
2	Hajime Yamada	Ginásio	primário	em parte	agricultor	agricultor	x		x	A
3	Leiko (Kato) Yokoyama	Primário	primário	todos	fab.bebida	agricultor	x	x		A
4	Masako (Kimura) Kato	Universitário	primário	todos	comerciante	agricultor	x			A
5	Mariko (Ito) Okabe	Primário	primário	em parte	agricultor	agricultor	x			A
6	Setsuko (Onuma)Hosokawa	Primário	primário	todos	agricultor	agricultor	x	x		A
7	Takeshi Yanagibashi	Ginásio	primário	todos	agricultor	agricultor	x	x	x	B
8	Teruo Sawada	Ginásio	primário	todos	marceneiro	agricultor	x	x		A
9	Miyoshi (Nobayashi) Abe	Primário	primário	em parte	agricultor	agricultor	x	x		A
10	Tooru Ikeda	Ginásio	primário	todos	escriturário	agricultor	x	x	x	B
11	Yuriko (Saito) Sawada	Ginásio	primário	não tem	agricultor	agricultor	x			A
12	Elza S.Tsuchiyama Koyama	Primário	3º grau	em parte	estudante	médica	x	x	x	C
13	Hiroshi Hosokawa (Cesar)	Primário	primário	todos	agricultor	agricultor	x	x		A
14	Ayako (Sasaki) Kato	Ginásio	ginásio	em parte	agricultor	hotelaria	x	x		A
15	Ryuemon Yokoyama	Ginásio	primário	todos	madeireiro	agricultor	x	x	x	A
16	Tomiko Hidaka	Ginásio	primário	em parte	marceneiro	agricultor	x	x	x	A
17	Binko Uchiyama Inagaki	3º grau	3º grau	todos	engenheiro	odontóloga	x	x		B
18	Mario Sakiyama	Técnico	3º grau	todos	agricultor	bancário	x	x		B
19	Jorge Sakiyama	Técnico	3º grau	todos	agricultor	bancário	x	x		B
20	Edgar Nobuo Inagaki	1º grau	3º grau	todos	estudante	comerciante	x	x	x	B
21	Hajime Owtake	Técnico	2º grau	todos	comerciário	comerciário	x	x		B
22	Lea (Ikegami) Sakiyama	Ginásio	3º grau	todos	estudante	dona de casa	x	x		A
23	Leonor Garcia Tuji	3º grau	2º grau	em parte	professor	dona de casa	x			A
24	Kiyoko Harada	Ginásio	ginásio	todos	industrial	agricultor	x			A
25	Shigeyoshi Ono	2º grau	3º grau	todos	estudante	contador	x	x		C
26	Atsuko Takashima Kobayashi	2º grau	ginásio	em parte	agricultor	agricultora	x			A

APÊNDICE C.2 - Fatores de mobilidade social dos imigrantes do Amapá

nº ordem	Nome do entrevistado	Escolaridade			Profissão		Patrimônio familiar do entrevistado			
		do chefe da família	do entrevistado	filhos formados	do chefe da F no Japão	do entrevistado	casa própria	carro	outros imóveis	renda anual
27	Chikahito Fujishima	3º grau incomp.	3º grau	todos	oficial de guerra	arquiteto	x	x	x	C
28	Tereza Hayashida	2º grau	3º grau	em parte	carpinteiro naval	agrônoma	x	x	x	B
29	Hiroshi Kiyoi	2º grau	2º grau incomp.	nenhum	alfaiataria	agricultor	x	x		A
30	Sadako (Koga) Meguro	1º grau	2º grau incomp.	nenhum	agricultor	agricultora	x	x		A
31	Chiharu Kubota	1º grau	2º grau	nenhum	agricultor	agricultor	x	x	x	B
32	Keiko Meguro Portal	2º grau	3º grau	todos	agricultor	comerciante	x	x	x	B
33	Mutsuo Oya (*)	2º grau	2º grau	em parte	agricultor	agricultor	x			A
34	Shinya Ogata	3º grau	2º grau	todos	engenheiro	tecnólogo	x	x	x	B
35	Katsushige Saito	1º grau	1º grau	em parte	soldado	agricultor	x	x	x	B
36	Chuhei Sanada (*)	3º grau incomp.	3º grau incomp.	todos	oficial de guerra	agricultor	x	x	x	C
37	Tomio Yoshidome	1º grau	1º grau	em parte	agricultor	agricultor	x	x	x	B
38	Masahiko Kawakami	2º grau	2º grau	em parte	marinheiro	empregado	x	x		A
39	Namiko Shimakawa	3º grau	2º grau	todos	funcionário pub.	professora	x	x		A
40	Nobuyoshi Muto	3º grau	3º grau	todos	funcionário pub.	economista	x	x	x	C
41	Toru Onuka	2º grau	2º grau	nenhum	agricultor	comerciante	x	x	x	B
42	Mitsuyoshi Shibayama	1º grau	1º grau	em parte	carpinteiro	agricultor	x	x	x	B
43	Sumie Koga	1º grau	1º grau	em parte	carpinteiro	agricultora	x	x		A
44	Etsuko Shibayama	1º grau	2º grau	em parte	marceneiro	comerciante	x	x		A
45	Akihito Shimokozono	2º grau	2º grau	em parte	agricultor	empregado	x	x		A
46	Masahiro Sakaguchi	1º grau	1º grau	nenhum	comerciante	comerciante	x	x	x	B
47	Wakako Tateno	1º grau	1º grau incomp.	em parte	agricultor	feirante	x	x		A

APÊNDICE C.3 – Fatores de mobilidade social dos novos imigrantes de Tomé-Açu (pós-guerra)

nº ordem	Nome do entrevistado	Escolaridade			Profissão		Patrimônio familiar do entrevistado			
		do chefe da Familia	do informante	filhos formados	do chefe no japão	Entrevistado	casa própria	carro	outros imóveis	renda anual
48	Shozo Shimakawa	1º grau	2º grau	todos	comerciante	comerciante	x	x		A
49	Shigeru Inoue	1º grau	1º grau	não tem fls.	agricultor	agricultor				A
50	Jorge Ito	2º grau	3º grau	em parte	contador	agricultor	x	x		A
51	Ayame Sugi Hidaka	2º grau	2º grau	em parte	comerciante	comerciante	x	x		B
52	Takehiro Takano	1º grau	2º grau	todos	agricultor	corretor	x	x	x	C
53	Toshio Hamaguchi	2º grau	2º grau	em parte	agricultor	agricultor	x	x		A
54	Yasuaki Kikuta	1º grau	1º grau	em parte	agricultor	agricultor	x	x	x	A
55	Yozo Yamamoto	2º grau	2º grau	todos	delegado	comerciante	X	x	x	C
56	Alberto Hayato Kuzuo	1º grau	2º grau	não tem fls.	agricultor	comerciante	x	x	x	C
57	Midori Makino	2º grau	3º grau	todos	mecânico	professora	x	x		B
58	Osamu Kuroki	1º grau	1º grau	em parte	agricultor	empregado	x	x		A
59	Tadashi Hashimoto	2º grau	2º grau	todos	agricultor	agricultor	x	x	x	B
60	Joaquim H. Kitabayashi	2º grau	2º grau	em parte	agricultor	agricultor	x	x	x	C
61	Masahiro Nagahama	1º grau	1º grau	todos	agricultor	agricultor	x	x	x	B
62	Getúlio Sasaki	2º grau	3º grau	em parte	agricultor	agricultor	x	x		B
63	Ayako Kato	1º grau	1º grau	em parte	agricultor	hotelaria	x	x	x	B
64	Hiroaki Fujiyoshi	1º grau	1º grau	todos	agricultor	restaurante	x	x		B
65	Hatsuyo Sasamoto	1º grau	1º grau	em parte	agricultor	agricultor	x	x		A
66	Yasuhiro Onishi	2º grau	3º grau	nenhum	agricultor	engenheiro	x	x		B
67	Tomoaki Kishimoto	1º grau	2º grau	em parte	cooperativista	comerciante	x	x	x	C
68	Carlos Kazunori Kubota	1º grau	2º grau	pequenos	agricultor	vendedor	x	x		A

APÊNDICE C.4 – Fatores de mobilidade social dos novos imigrantes de outros lugares

nº ordem	Nome do entrevistado	Escolaridade			Profissão		Patrimônio familiar do entrevistado			
		do chefe da família	do entrevistado	filhos formados	do chefe japonês	do entrevistado	casa própria	carro	outros imóveis	renda anual
69	Heiji Sato	Ginásio	1º grau	em parte	Agricultor	agricultor	x	x	x	B
70	Tsugio Teshima	Ginásio	1º grau	em parte	Agricultor	comerciante	x	x	x	C
71	Tetsushi Nagai	2º grau	2º grau	todos	Soldado	comerciante	x	x	x	C
72	Dionísio Hiroshi Nogami	Primário	3º grau	em parte	Ferreiro	agropecuária	x	x	x	C
73	Takashi Seto	Ginásio	1º grau	em parte	Soldado	comerciante	x	x		B
74	Eiko Yamada	Superior	2º grau	em parte	oficial de guerra	comerciante	x	x	x	C
75	Tadashi Sudo	2º grau	2º grau	todos	Agricultor	comerciário	x	x	x	B
76	Yasuaki Matsuzaki	Científico	1º grau	em parte	Agricultor	administrador	x	x	x	B
77	Yoko (Fukuda) Niitstuma	2º grau	2º grau	em parte	empregado	comerciante	x	x		A
78	Maki Oe	Superior	3º grau	todos	veterinário	agricultor	x	x	x	B
79	Junko (Miyahara) Fujiyoshi	Ginásio	1º grau	todos	carpinteiro	comerciante	x	x		B
80	Setsuko Okada	2º grau	2º grau	em parte	cooperativa	agricultor	x	x		A
81	Takumi Tashiro	Ginásio	1º grau	em parte	Agricultor	agricultor	x	x	x	C
82	Shuji Tsunoda	Técnico	3º grau	em parte	Bancário	administrativo	x	x	x	B

Fonte: Questionários e entrevistas da autora (2009)

Renda anual familiar em Reais: (A) menos de 50 mil; (B) menos de 100 mil; (C) mais de 100 mil

APÊNDICE D – Fatores de Integração Social

APÊNDICE D.1 - Fatores de integração social da velha imigração do Pará e Amazonas

nº ordem	Entrevistado	Idade	Sexo	Aspectos da Integração			Aspectos da aculturação			Tendência
				cônjuge	amigos +	se sente +	língua +	comida +	religião	aculturação
1	Tomeko (Endo) Ohashi	87	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	brasileira	cristã	japonesa
2	Mariko (Ito) Okabe	79	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
3	Leiko (Kato) Yokoyama	81	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
4	Masako (Kimura) Kato	80	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
5	Setsuko (Onuma)Hosokawa	76	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
6	Hajime Yamada	82	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
7	Takeshi Yanagibashi	75	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	cristã	japonesa
8	Teruo Sawada	82	M	nissei	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
9	Tomiko Hidaka	79	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
10	Miyoshi (Nobayashi) Abe	75	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
11	Tooru Ikeda	87	M	nissei	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
12	Yuriko (Saito) Sawada	81	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
13	Elza S.Tsuchiyama Koyama	62	F	japonês	japoneses	japonesa	Português	brasileiro	cristã	brasileira
14	Hiroshi Hosokawa (Cesar)	80	M	nissei	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
15	Ayako (Sasaki) Kato	65	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
16	Ryuemon Yohoyama	85	M	nissei	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	japonesa
17	Binko Uchiyama Inagaki	74	F	nissei	japoneses	japonesa	Português	brasileira	cristã	brasileira
18	Mario Sakiyama	67	M	nissei	japoneses	japonês	Português	brasileira	cristã	brasileira
19	Jorge Sakiyama	65	M	nissei	brasileiros	japonês	Português	brasileira	cristã	brasileira
20	Edgar Nobuo Inagaki	68	M	japonesa	japoneses	japonês	Português	brasileira	oriental	brasileira
21	Hajime Owtake	97	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	brasileira	oriental	japonesa
22	Lea (Ikegami) Sakiyama	62	F	nissei	brasileiros	brasileira	Português	brasileira	cristã	brasileira
23	Leonor Garcia Tuji	86	F	japonês	brasileiros	brasileira	Português	brasileira	cristã	brasileira
24	Kiyoko Harada	93	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	cristã	japonesa
25	Shigeyoshi Ono	75	M	japonesa	japoneses	japonês	Brasileira	brasileira	cristã	brasileira
26	Atsuko Kobayashi	90	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	oriental	japonesa

APÊNDICE D.2 - Fatores de integração social dos imigrantes do Amapá

nº ordem	Entrevistado	Idade	Sexo	Aspectos da Integração			Aspectos da aculturação			Tendência
				cônjuge	amigos +	se sente +	língua +	comida +	religião	Aculturação
27	Chikahito Fujishima	62	M	brasileira	brasileiros	Brasileiro	Português	brasileira	cristã	Brasileiro
28	Tereza Hayashida	55	F	brasileiro	brasileiros	Brasileiro	Português	brasileira	cristã	Brasileiro
29	Hiroshi Kiyoi	71	M	brasileira	japoneses	Japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
30	Sadako (Koga) Meguro	72	F	japonês	japoneses	Japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
31	Chiharu Kubota	70	M	brasileira	japoneses	Japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
32	Keiko Meguro Portal	59	F	brasileiro	brasileiros	Brasileiro	Português	brasileira	cristã	Brasileiro
33	Mutsuo Oya	85	M	brasileira	japoneses	Japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
34	Shinya Ogata	73	M	brasileira	brasileiros	Brasileiro	Português	brasileira	cristã	Brasileiro
35	Katsushige Saito	55	M	brasileira	brasileiros	Brasileiro	Português	brasileira	não tem	Brasileiro
36	Chuhei Sanada	93	M	japonesa	japoneses	Japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
37	Tomio Yoshidome	72	M	japonesa	japoneses	Japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
38	Masahiko Kawakami	59	M	brasileira	brasileiros	Brasileiro	Português	brasileira	oriental	Brasileiro
39	Namiko Shimakawa	70	F	japonês	japoneses	Japonesa	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
40	Nobuyoshi Muto	62	M	japonesa	japoneses	Japonês	Português	brasileira	oriental	Japonês
41	Toru Onuka	63	M	brasileira	brasileiros	Japonês	Português	brasileira	não tem	Brasileiro
42	Mitsuyoshi Shibayama	76	M	japonesa	japoneses	Japonês	Japonês	brasileira	cristã	Japonês
43	Sumie Koga	73	F	japonês	japoneses	Japonesa	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
44	Etsuko Shibayama	62	F	japonês	japoneses	Japonesa	Português	japonesa	oriental	Japonês
45	Akihito Shimokozono	72	M	japonesa	japoneses	Japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
46	Masahiro Sakaguchi	60	M	brasileira	japoneses	Brasileiro	Português	brasileira	não tem	Brasileiro
47	Wakako Tateno	63	F	brasileiro	brasileiros	Japonês	Português	brasileira	não tem	Brasileiro

APÊNDICE D.3 - Fatores de integração social dos novos imigrantes de Tomé-Açu (pós-guerra)

nº ordem	Entrevistado	Idade	sexo	Aspectos da Integração			Aspectos da aculturação			Resultado da
				cônjuge	amigos +	se sente +	língua +	comida +	religião	Tendência
48	Shozo Shimakawa	48	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
49	Shigeru Inoue	49	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
50	Jorge Ito	54	M	nikkey	japoneses	japonês	Ambas	misturado	oriental	Japonês
51	Ayame Sugi Hidaka	59	F	nikkey	japoneses	japonesa	Ambas	misturado	cristã	Japonês
52	Takehiro Takano	50	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
53	Toshio Hamaguchi	51	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	cristã	Japonês
54	Yasuaki Kikuta	52	M	japonesa	japoneses	Japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
55	Yozo Yamamoto	53	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
56	Alberto Hayato Kuzuo	54	M	nikkey	japoneses	japonês	Português	misturado	oriental	Japonês
57	Midori Makino	55	F	nihil	japoneses	japonesa	Português	misturado	cristã	Brasileiro
58	Osamu Kuroki	56	M	nikkey	japoneses	brasileiro	Português	misturado	oriental	Brasileiro
59	Tadashi Hashimoto	57	M	nikkey	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	cristã	Japonês
60	Joaquim H. Kitabayashi	58	M	nikkey	japoneses	brasileiro	Português	japonesa	cristã	Brasileiro
61	Masahiro Nagahama	59	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
62	Getúlio Sasaki	60	M	brasileira	japoneses	japonês	Ambas	misturado	nihil	Brasileiro
63	Ayako Kato	61	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
64	Hiroaki Fujiyoshi	62	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
65	Hatsuyo Sasamoto	63	F	japonês	japoneses	japonesa	Japonês	japonesa	oriental	Japonês
66	Yasuhiro Onishi	64	M	japonesa	brasileiros	brasileiro	Português	misturado	oriental	Brasileiro
67	Tomoaki Kishimoto	65	M	nikkey	brasileiros	brasileiro	Português	brasileiro	oriental	Brasileiro
68	Carlos Kazunori Kubota	66	M	nikkey	japoneses	brasileiro	Ambas	misturado	nihil	Brasileiro

APÊNDICE D.4 - Fatores de integração social dos imigrantes de outros lugares

nº ordem	Entrevistado	Idade	sexo	Aspectos da Integração			Aspectos da aculturação			Tendência
				cônjuge	amigos +	se sente +	língua +	comida +	religião	Aculturação
69	Heiji Santo	87	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonesa
70	Tsugio Teshima	59	M	coreana	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	não tem	Japonesa
71	Tetsushi Nagai	57	M	japonesa	japoneses	japonês	Ambas	misturado	oriental	Japonesa
72	Dionísio Hiroshi Nogami	51	M	nissei	japoneses	brasileiro	Português	misturado	não tem	Brasileira
73	Takashi Seto	74	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonesa
74	Eiko Yamada	84	F	japonês	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonesa
75	Tadashi Sudo	77	M	brasileira	japoneses	japonês	Japonês	brasileira	não tem	Japonesa
76	Yasuaki Matsuzaki	59	M	nissei	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	não tem	Japonesa
77	Yoko (Fukuda) Niitsuma	77	F	japonês	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonesa
78	Maki Oe	77	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonesa
79	Junko (Miyahara) Fujiyoshi	59	F	japonês	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonesa
80	Setsuko Okada	82	F	japonês	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonesa
81	Takumi Tashiro	54	M	sansei	japoneses	japonês	Ambas	misturado	cristã	Brasileira
82	Shuji Tsunoda	68	M	japonesa	japoneses	japonês	Japonês	japonesa	oriental	Japonesa

Fonte: Questionários e entrevistas da autora (2009).

APÊNDICE E - Entradas para as principais colônias dirigidas da Região Norte - Período 1953 a 1976

Anos		1953	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	TOTAL	Fam.	N.A.	
AMAZONAS																													
Parintins	Fam.	17																									17		
	N.A.	54																										54	
Bela Vista/Manacapuru	Fam.	24	102		4				2	1	14	1					1				1	1	2				153		
	N.A.	148	579		21				2	1	84	1					1				2	5	19				863		
Efigênio Sales/Manaus	Fam.			3			17	6	16	17	2	2															65		
	N.A.			23			108	30	95	95	9	5															367		
PARÁ																													
Altamira	Fam.																			1	3	14	4	3			25		
	N.A.																			6	18	74	24	18			140		
Acará	Fam.							33	20		2																55		
	N.A.							150	133		8																291		
Guamá/Sta.Izabel (1)	Fam.			15	16	94		1	1	1							1										129		
	N.A.			112	105	605		5	5	5							1										838		
Monte Alegre (1)	Fam.	24	43	55			3					2		1	1		1			2							132		
	N.A.	160	264	358			19					2		1	1		1			2		2					810		
Tomé-Açu	Fam.	29	77	71	6	6	6	6	36	35	4	1	1														278		
	N.A.	129	?	?	?	?	?	?	?	?	?																	1.797	
T.A 2ªColônia	Fam.											8	2	4	17	11				1	5	2		5	3		58		
	N.A.											37	16	23	72	42				2	17	8		17	12		246		
Outros	Fam.			37																							37		
	N.A.			232																							232		
AMAPÁ																													
Matapi/Fazendinha e Campo Verde	Fam.	29	21			1	1		3	2																	57		
	N.A.	177	123			1	1		3	2																	307		
Mazagão	Fam.					7																					7		
	N.A.					43																					43		
ACRE																													
Quinari	Fam.							13																			13		
	N.A.							81																			81		
RONDÔNIA																													
13 de Setembro	Fam.			29						2																	31		
	N.A.			174						8																	182		
RORAIMA																													
Taiano (1)	Fam.			13						9																	22		
	N.A.			71						53																	124		
(1) Em 1955 houve a redistribuição de 122 famílias (785 pessoas) de Belterra e Fordlândia para Monte Alegre, Belém, Santarém, Alenquer, Guamá etc																									1079	6375			

Fonte: Elaborado pela autora com os dados dos Relatórios da JICA (JAPAN..., 1978, 1981, 1983, 1988 e 1991) e relatos da ASSOCIAÇÃO (2001) M=5,9

APÊNDICE F - Posições das colônias dirigidas da Região Norte - 1976 a 1990

		Entrada		Posição em		Posição em		Posição em		Posição em		Posição em	
		1953-1976		1978	%	1981	%	1983	%	1988	%	1990	%
AMAZONAS													
Parintins	Fam	17											?
	N.A.		54										?
Bela Vista/Manacapuru	Fam	153		31	20,26	32	20,92	35	22,88	31	20,26	32	20,92
	N.A.		863	179	20,74	184	21,32	187	21,67	115	13,33	103	11,94
Efigênio Sales/Manaus	Fam	65		45	69,23	45	69,23	45	69,23	44	67,69	37	56,92
	N.A.		367	252	68,66	252	68,66	237	64,58	221	60,22	211	57,49
PARÁ													
Altamira	Fam	25		33	132,00	33	132,0	30	120,00	36	144,00	36	144,00
	N.A.		140	131	93,57	131	93,57	117	83,57	150	107,14	150	107,14
Acará	Fam	55		71	129,09	76	138,18	60	109,09	51	92,73	46	83,64
	N.A.		291	289	99,31	278	95,53	225	77,32	231	79,38	224	76,98
Guamá/Sta. Izabel	Fam	129		47	36,43	46	35,66	41	31,78	33	25,58	32	24,81
	N.A.		838	242	28,88	213	25,42	209	24,94	152	18,14	121	14,44
Monte Alegre	Fam	132		25	18,94	26	19,70	34	25,76	85	64,39	41	31,06
	N.A.		810	120	14,81	134	16,54	149	18,40	332	40,99	189	23,33
Tomé-Açu (*)	Fam	348		252	72,41	252	72,41	259	74,43	214	61,49	189	54,31
	N.A.		2147	1437	66,93	1437	66,93	1128	52,54	1108	51,61	1108	51,61
T.A 2ªColônia	F	58		130	224,14	128	220,69	125	215,52	72	124,14	53	91,38
	N.A.		246	507	206,10	568	230,89	564	229,27	355	144,31	355	144,31
AMAPÁ													
Matapi/Fazendinha e Campo Verde	F	57		30	52,63	46	80,70	43	75,44	62	108,77	56	98,25
	N.A.		307	172	56,03	220	71,66	210	68,40	269	87,62	246	80,13
Mazagão	F	7		0				0				0	0,00
	N.A.		43	0				0				0	0,00

ACRE

Quinari	Fam	13		3	23,08	3	23,08	26	200	26	200,00	80	615,38
	N.A.		81	15	18,52	15	18,52	109	134,57	110	135,80	240	296,30

RONDÔNIA

13 de Setembro	Fam	31		22	70,97	22	70,97	14	45,161	49	158,06	31	100,00
	N.A.		182	131	71,98	131	71,98	100	54,945	184	101,10	102	56,04

RORAIMA

Taiano	Fam	22		3		3		3				20	90,91
	N.A.		124	?				?				80	64,52

TOTAIS

	Fam	1112		692		712		715		703		653	59%
	N.A.		6493									3149	48%

(*) Incluído por estimativa as 70 famílias, 350 pessoas, remanescentes da velha imigração.

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos relatórios da JAMIC/JICA (JAPAN..., 1978, 1981, 1983, 1988 e 1991) e ASSOCIAÇÃO ..., 2001.

**APÊNDICE G - Relação de imigrantes de Tomé-Açu (PA) que entraram no período de
1929 - 1937**

Sobrenome	Nome	Província	Sobrenome	Nome	Província
1929-SET. 09 Montevideo Maru			Tsuji	Tayoji	Gifu
Aragaki	Takeyoshi	Okinawa	Watanabe	Gengo	Fukushima
Doi	Kotaro	Hiroshima	Yamada	Yoshiichi	Hiroshima
Doi	Kanzaburo	Hiroshima	Yanagibashi	Kenshiro	Yamagata
Fukami	Shizuo	Kumamoto	Yonashiro	Chuzo	Okinawa
Futema	Asaji	Okinawa	Yoshiharu	Sajiro	Kagawa
Hasegawa	Sadao	Chiba	Jovens solteiros	9 pessoas	
Hayashi	Hiroshi	Fukushima	Aoki	Hiroki	Kumamoto
Hidaka	Tomoshiro	Hiroshima	Hoshi	Seiji	Niigata
Hirakawa	Heiji	Chiba	Kushida	Kotaro	Kagawa
Hirano	Setsuzo	Tokyo	Minami	Goichi	Kochi
Ichihara	Tsunami	Chiba	Mori	Takashi	Chiba
Ishige	Kikutaro	Chiba	Nishida	Eitaro	Hokkaido
Ishiki	Kiichiro	Hokkaido	Obikawa	Akira	Hokkaido
Ito	Isamu	Hokkaido	Sato	Kesao	Nagasaki
Kamimizu	Katsumi	Fukushima	Tanaka	Yosuke	Chiba
Kato	Tomoji	Yamagata	1929-NOV. 13 La Plata Maru		
Kimura	Soichiro	Akita	Hayashi	Kumao	Fukuoka
Kobishi	Shigeru	Fukushima	Hirayoshi	Yoshimatsu	Okinawa
Kubota	Mataichi	Kagawa	Kubota	Mitsuru	Hokkaido
Kuniyoshi	Yoshitsune	Okinawa	1929-DEZ. 11 Santos Maru		
Murakami	Tanesaku	Kumamoto	Aizawa	Suekichi	Miyagi
Noguchi	Kinshiro	Hokkaido	Akita	Tomekichi	Fukuoka
Noguchi	Souhei	Hokkaido	Endo	Ryuzo	Fukushima
Noguchi	Toyoji	Yamagata	Goshi	Katsuho	Kumamoto
Noguchi	Tomenosuke	Yamagata	Hosoe	Kiichiro	Miyazaki
Ohashi	Itaro	Shizuoka	Inomata	Seishiti	Yamagata
Oikawa	Nobuo	Iwate	Inomata	Takemi	Yamagata
Omatsu	Fukuichi	Kagawa	Ito	Ichizo	Fukuoka
Ooki	Aikichi	Kanagawa	Katagi	Hikosaburo	Kagawa
Sato	Toshinao	Iwate	Kato	Tadahiko	Shizuoka
Sato	Yoshio	Kumamoto	Kikuta	Tsuneo	Miyagi
Sato	Keijiro	Hokkaido	Kuriyama	Shigetaro	Miyazaki
Shigeizumi	Kazuo	Miyagi	Masuzawa	Eikichi	Miyagi
Shimizu	Yoshishi	Hiroshima	Miyazato	Saburo	Okinawa
Tanaka	Mitsugoro	Fukei			
Tanaka	Mitsuzo	Fukuoka			

**APÊNDICE G - Relação de imigrantes de Tomé-Açu (PA) que entraram no período de
1929 - 1937**

Sobrenome	Nome	Província	Sobrenome	Nome	Província
Nakamura	Kunitaro	Gunma	Hirama	Toshio	Miyagi
Noguchi	Yoshinosuke	Fukuoka	Nagai	Fumio	Hokkaido
Obara	Magokichi	Miyagi	Ogawa	Kenichi	Shizuoka
Ohana	Kiyota	Kumamoto	Sawada	Yataro	Kumamoto
Saito	Kamesaburo	Fukushima	Takano	Masao	Miyagi
Saito	Choshiti	Fukushima	Yamaguchi	Suezo	Yamagata
Sakamoto	Megumi	Kumamoto			
Sato	Hajime	Ooita	1930-JUN. 29 Santos Maru		
Seki	Kyusabura	Miyagi	Adachi	Masao	Kyoto
Soshi	Shigeyoshi	Miyagi	Furukawa	Katsumi	Nagasaki
Sugano	Sojiro	Fukushima	Katakura	Tameji	Nigata
Takada	Konosuke	Fukushima	Kikuchi	Fumio	Chiba
Takahashi	Taro	Kochi	Kuga	Tetsuo	Chiba
Tamura	Shigeru	Ibaraki	Maru	Kumao	Chiba
Tanaka	Kentaro	Hyogo	Murase	Shuichi	Gifu
Terazaki	Tokuzo	Yamagata	Nakamaru	Saichi	Nigata
Uchihashi	Tarokichi	Hyogo	Noguchi	Kiyoshige	Hokkaido
Watanabe	Kanshiti	Miyagi	Ogawara	Toraichi	Fukushima
Wazuma	Kameshiro	Miyagi	Sato	Shoemon	Miyagi
Yamaki	Shichiro	Fukushima	Shiozaki	Ichitaro	Ehime
Yamawaki	Masakiyo	Kochi	Tada	Benzo	Iwate
Yokokawa	Katsuki	Kochi	Tada	Reisaburo	Iwate
Jovens solteiros	10 pessoas		Takahashi	Kakunoshin	Miyagi
Bange	Ichizo	Hokkaido	Tanaka	Hideo	Shimane
Goto	Asaichi	Ooita	Umeda	Kiyoji	Kyoto
Hayashi	Yoshimitsu	Hokkaido	Watanabe	Senkichi	Shimane
Miyazaki	Ichiro	Nagano	Yamaguchi	Kiyomatsu	Yamagata
Nishiura	Kuniaki	Kagawa	Yamaguchi	Yoshie	Yamagata
Onuma	Haruo	Yamagata	1930-JUL. 23 Rio de Janeiro Maru		
Oshikiri	Tanio	Yamagata	Adachi	Mitsuharu	Chiba
Sakamoto	Fumizo	Hokkaido	Endo	Yoshiharu	Miyagi
Sato	Yoshihiko	Fukushima	Nagata	Masahira	Hokkaido
Yano	Kenji	Kagawa	Ohashi	Aimatsu	Gifu
			Sasano	Fukuji	Hokkaido
			Sato	Yoshio	Miyagi
Eda	Yosuke	Yamagata	Tachibana	Rentaro	Hokkaido
Furuyama	Zenemou	Miyagi	Yamada	Kazunori	Hokkaido

**APÊNDICE G - Relação de imigrantes de Tomé-Açu (PA) que entraram no período de
1929 - 1937**

Sobrenome	Nome	Província	Sobrenome	Nome	Província
<hr/>			Tsuchiya	Hajime	Kagoshima
<hr/>			Tsukimata	Yutaka	Fukuoka
<hr/>			Wakimoto	Kiyoshi	Hokkaido
<hr/>			Watanabe	Shingo	Hokkaido
<hr/>			Watanabe	Osamu	Yamagata
<hr/>			Yamaguchi	Kikuya	Tokyo
<hr/>			<hr/>		
<hr/>			1930-AGO. 27 Montevideo Maru		
Fukuda	Shiro	Tochigi			
Tokuda	Kazue	Shimane			
<hr/>			<hr/>		
<hr/>			1930-DEZ. 10 Santos Maru		
Abe	Tadashi	Yamagata			
Abe	Sakichi	Yamagata			
Akatsuka	Nizo	Kanagawa			
Eguchi	Seizo	Hokkaido			
Fujie	Shumasuke	Hokkaido			
Hayashi	Sadasuke	Fukuoka			
Imai	Yoshizo	Hokkaido			
Kajiwara	Shitiro	Yamagata			
Kamimura	Tadaichi	Fukuoka			
Kawagoe	Kunio	Hyogo			
Kawano	Chisato	Kagoshima			
Kishi	Zenzuke	Yamagata			
Kobayashi	Seiichiro	Miyagi			
Kouno	Sokichi	Yamagata			
Kubota	Fujita	Kagawa			
Kusano	Kiyomasa	Fukushima			
Maeda	Isamu	Hokkaido			
Mori	Masaichi	Ehime			
Oguro	Moriji	Hokkaido			
Ono	Toshisuke	Miyagi			
Sato	Kisamatsu	Yamagata			
Shidara	Masuji	Yamagata			
Sugae	Toshio	Yamagata			
Sugiyama	Yoshimi	Aomori			
Suzuki	Ichiro	Yamagata			
Takara	Kame	Okinawa			
Takeda	Kanichi	Nagano			
Tanaka	Tadakichi	Hokkaido			
Tanaka	Shigeo	Fukuoka			
Teruya	Kishizo	Okinawa			
Teshima	Kiyoshi	Fukuoka			
Tokuhashi	Seisuke	Hokkaido			
<hr/>			<hr/>		
<hr/>			1930-JAN. 07 Rio de Janeiro Maru		
<hr/>			Fukushima	Seijiro	Hokkaido
<hr/>			<hr/>		
<hr/>			1930-MAIO, 08 Buenos Aires Maru		
<hr/>			Tanaka	Chukichi	Fukushima
<hr/>			<hr/>		
<hr/>			1931-AGO. 05 Montevideo Maru		
<hr/>			Hayashi	Katsuzo	Hokkaido
<hr/>			Hayashi	Kosaku	Hokkaido
<hr/>			Iwamura	Takisaro	Fukuoka
<hr/>			Kida	Shujiro	Yamagata
<hr/>			Kono	Shiro	Yamaguchi
<hr/>			Maeda	Tokuzo	Hokkaido
<hr/>			Matsuo	Tokukichi	Hokkaido
<hr/>			Minowa	Misao	Nagano
<hr/>			Moriya	Tsunesuke	Hokkaido
<hr/>			Nakagawa	Zengoro	Hyogo
<hr/>			Ogasawara	Uma	Ehime
<hr/>			Ota	Masao	Okinawa
<hr/>			Owtake	Hajime	Shizuoka
<hr/>			Seguchi	Hirotsugu	Hokkaido
<hr/>			Shibata	Tadashi	Hokkaido
<hr/>			Uchiyama	Tookichi	Fukuoka
<hr/>			Yamamoto	Eiji	Aichi
<hr/>			Yoshidome	Kiyoshi	Miyazaki
<hr/>			<hr/>		
<hr/>			1931- NOV. 11 Santos Maru		
<hr/>			Akiba	Kuranosuke	Yamagata
<hr/>			Akiba	Asaji	Yamagata
<hr/>			Aramaki	Chikamune	Kumamoto

**APÊNDICE G - Relação de imigrantes de Tomé-Açu (PA) que entraram no período de
1929 - 1937**

Sobrenome	Nome	Província	Sobrenome	Nome	Província
Fujiwara	Seichi	Hyogo	Ikeda	Chuzo	Fukuoka
Fukuji	Kiyomutsu	Okinawa	Kojima	Bunshiro	Miyagi
Higa	Yamakichi	Okinawa	Seki	Kunihisa	Kagawa
Imamura	Seichi	Hiroshima			
Kinoshita	Mataichi	Fukuoka	<hr/> 1932-JUL-02 Montevideo Maru <hr/>		
Kirino	Shigeo	Miyazaki	Abe	Yoshio	Hokkaido
Kurokawa	Natsuji	Oita	Akagi	Katsuzo	Hiroshima
Matsumura	Koichiro	Nagano	Chiba	Taihei	Miyagi
Murai	Munesuke	Shiga	Chiba	Shigeru	Miyagi
Murakami	Tatsunosuke	Nagano	Ebata	Ietoshi	Hokkaido
Nagano	Minoru	Hiroshima	Fuchigami	Nizo	Kumamoto
Nakagawa	Hatsuo	Hokkaido	Gemba	Ikuo	Okayama
Nobayashi	Jinsaburo	Fukuoka	Hirasaka	Toyoshiti	Hokkaido
Nogami	Yujiro	Fukuoka	Hiroguchi	Seiji	Hokkaido
Noto	Isaku	Hokkaido	Hoshino	Kyutaro	Saitama
Ogura	Yosuke	Fukushima	Kashiwaura	Masaki	Saitama
Sasahara	Mitsuo	Nigata	Kato	Shinzo	Yamagata
Sato	Manabu	Yamagata	Kinoshita	Shogoro	Hokkaido
Shimabukuro	Hitokazu	Okinawa	Koga	Isamu	Kumamoto
Tachiiwa	Sukenobu	Shizuoka	Murata	Hatsugoro	Saitama
Takahashi	Sojiro	Yamagata	Nakagawa	Sahei	Kumamoto
Takenuma	Kazuo	Aichi	Noguchi	Torazo	Hokkaido
Tamasu	Arinori	Okinawa	Okuyama	Kenji	Yamagata
Tanigawa	Kiichi	Hiroshima	Okuyama	Tadashi	Yamagata
Tawada	Naoya	Okinawa	Saito	Enji	Miyagi
Watanabe	Kenkichi	Yamagata	Sato	Soji	Miyagi
Yamaguchi	Takanosuke	Yamagata	Shidara	Sadakichi	Yamagata
Yamamoto	Zenzaburo	Chiba	Shiro	Suekichi	Kumamoto
Yariwake	Toraichi	Hiroshima	Shirono	Shigenori	Kumamoto
Yariwake	Taichi	Hiroshima	Sugawara	Kojiro	Fukuoka
Yoshikawa	Norihiro	Miyazaki	Yamanochi	Zenichi	Hokkaido
<hr/> 1932-JAN-14 Montevideo Maru <hr/>			<hr/> 1932-AGO-24 Buenos Aires Maru <hr/>		
Nagano	Toyoki	Kumamoto	Fujihashi	Dozo	Hokkaido
Suzuki	Seigo	Shizuoka	Furuya	Masumi	Kumamoto
<hr/> 1932-FEV-08 La Plata Maru <hr/>			Iwama	Keizo	Tokyo
Hosoda	Tokuhei	Nigata	Katahira	Shichiro	Fukushima

**APÊNDICE G - Relação de imigrantes de Tomé-Açu (PA) que entraram no período de
1929 - 1937**

Sobrenome	Nome	Província	Sobrenome	Nome	Província
Koide	Takashi	Hokkaido	Kazawa	Igoro	Hokkaido
Kon	Yonetaro	Hokkaido	Kazawa	Sada	Hokkaido
Narizawa	Seishi	Hokkaido	Kimura	Shosaburo	Akita
Oda	Masayoshi	Hiroshima	Matsui	Reiji	Hiroshima
Sakiyama	Shigeru	Tokyo	Morooka	Ichizo	Hokkaido
Sato	Kyusaburo	Miyagi	Nishikiori	Tsuneichi	Hiroshima
Sato	Kengo	Fukushima	Sakai	Chujiro	Yamagata
Sukegawa	Fujimatsu	Hokkaido	Sasai	Tokuichiro	Hokkaido
Toda	Shiro	Gifu	Sasai	Naoyoshi	Hokkaido
Toyonaga	Tsuyao	Hyogo	Shiratori	Nobuo	Hokkaido
Tsuchiyama	Goro	Hokkaido	Ueno	Morio	Hiroshima
Tsuiki	Saka	Hokkaido	Wakasugi	Toshiharu	Kumamoto
Yamaguchi	Noriyoshi	Kumamoto	Watanabe	Togoro	Hokkaido
Yokoyama	Kenichi	Nigata	Watanabe	Sogoro	Hokkaido
			Yoshizawa	Yasaku	Yamagata
<hr/>			<hr/>		
1932-NOV. 07 Rio de Janeiro Maru			1933-JUN, 24 Hawai Maru		
Esashika	Shin	Hokkaido	Fukuyama	Masatoshi	Kumamoto
Hiraki	Toshiyuki	Kumamoto	Hashimoto	Masasuke	Hokkaido
Inagaki	Ushizo	Saitama	Hosokawa	Etsujiro	Hiroshima
Nagano	Yoshiaki	Hiroshima	Ikeda	Hirochika	Saitama
Nagasawa	Kenzo	Saitama	Iwanaga	Einosuke	Hiroshima
Nakatsuka	Hachitaro	Fukushima	Iwata	Sukegoro	Hokkaido
Noguchi	Yosaku	Kumamoto	Kawachi	Takuzo	Hokkaido
Ogata	Yoichi	Hiroshima	Kawachi	Tooichi	Hokkaido
Takamatsu	Ushimatsu	Hokkaido	Kawachi	Sakuemon	Hokkaido
Takeda	Mijio	Yamagata	Koide	Yoshio	Hiroshima
Tanaka	Masami	Hokkaido	Kuronum	Fujimaru	Hokkaido
Watanabe	Hachiro	Yamagata	Morotomi	Yaharu	Shimane
Watanabe	Toshio	Fukushima	Sakaguchi	Hiroshi	Kumamoto
Yamaguchi	Mokuji	Kumamoto	Sato	Masao	Fukushima
Yonezawa	Shigeo	Saitama	Sekoda	Masajiro	Hiroshima
<hr/>			<hr/>		
1933-ABR, 16 Rio de Janeiro Maru			Terutsuka/Shoji		
Abe	Kinsaku	Yamagata	Shibata	Shinzo	Yamagata
Ito	Yashichi	Hokkaido	Shikama	Manjiro	Saitama
Ito	Kamenosuke	Yamagata	Shiraishi	Seisaku	Kumamoto
Ito	Shigeo	Yamagata	Tajiri	Tetsuzo	Yamagata
Kato	Saburo	Akita	Takayama		

**APÊNDICE G - Relação de imigrantes de Tomé-Açu (PA) que entraram no período de
1929 - 1937**

Sobrenome	Nome	Província	Sobrenome	Nome	Província
Ueshiba	Shinjiro	Nara	Fukuoka	Sueshichi	Kumamoto
Umeki	Eiji	Hiroshima	Igarashi	Akira	Yamagata
Watanabe	Tomonori	Ehime	Kazama	Shinichi	Hokkaido
Yano	Sadamu	Kumamoto	Murayama	Katsuemom	Miyagi
			Sato	Tsukasa	Akita
<hr/> 1933-AGO, 28 Arabia Maru <hr/>			Sato	Shin	Fukushima
Abe	Kiyomatsu	Yamagata	Shoji	Tooru	Yamagata
Akiyoshi	Jitsuzo	Fukuoka	Takahashi	Yaichiro	Akita
Asakawa	Katsujiro	Hokkaido	Takahashi	Toyoshi	Akita
Chiba	Chikara	Miyagi	Umezu	Yoshio	Yamagata
Iketani	Fukumatsu	Shizuoka	Yuki	Zenkichi	Yamagata
Iwasa	Izumi	Hokkaido	<hr/>		
Iwata	Eikichi	Hokkaido	<hr/> 1934-MAIO, 22 Arizona Maru <hr/>		
Kikuchi	Tookichi	Hokkaido	Hauchi	Zenshiro	Hokkaido
Kiyota	Uichi	Hokkaido	Kawatake	Yutaro	Hiroshima
Maeda	Torao	Kumamoto	Koyama	Tooru	Kumamoto
Matsuda	Yoshiaki	Yamagata	Nakanome	Gengo	Hokkaido
Matsuoka	Kiyomatsu	Yamagata	Nemoto	Yoshinokichi	Hokkaido
Matsuoka	Kurata	Hiroshima	Nishizaki	Kenji	Hokkaido
Minori	Enryu	Kumamoto	Niwa	Kintaro	Hokkaido
Morita	Suekoma	Kumamoto	Ozawa	Tokio	Shizuoka
Nakajima	Shigetaro	Shizuoka	Sawaguchi	Seiki	Hokkaido
Nakano	Seishin	Hokkaido	Seto	Eiyu	Hokkaido
Ogushi	Komao	Hokkaido	Takazawa	Masuei	Hokkaido
Okabe	Masatoshi	Hokkaido	Uchitani	Tadao	Yamagata
Suzuki	Yosokichi	Hokkaido	Wada	Shigeji	Gifu
Takeda	Kiyoshi	Yamagata	Watanabe	Hajime	Gifu
Takeshita	Katsuji	Kumamoto	Watanabe	Sadaharu	Shizuoka
Toodo	Katsuji	Miyagi	Yamada	Yuji	Shizuoka
Watanabe	Fukuzo	Yamagata	Yamaguchi	Shojiro	Aichi
Watanabe	Kenkichi	Kumamoto	Yokoyama	Yoshimi	Hokkaido
Yamaguchi	Toshigoro	Hokkaido	Yoshida	Jinjiro	Hokkaido
Yamashita	Masahiro	Fukuoka	<hr/>		
Yokota	Kengoro	Kumamoto	<hr/> 1934-JAN. 24 Africa Maru <hr/>		
<hr/>			Akashi	Kiyomatsu	Hokkaido
<hr/> 1934-MAR. 27 Africa Maru <hr/>			Akashi	Kentaro	Hokkaido
Atsuhara	Kozo	Hiroshima	Kabano	Umematsu	Hokkaido
Endo	Harumi	Hyogo			

APÊNDICE G - Relação de imigrantes de Tomé-Açu (PA) que entraram no período de 1929 - 1937

Sobrenome	Nome	Província	Sobrenome	Nome	Província
Kawada	Yoshikichi	Hokkaido	Takahashi	Kintaro	Yamagata
Kinoshita	Shigeru	Kumamoto	Umei	Kazuo	Kumamoto
Kizaki	Mati	Kumamoto			
Kubota	Choji	Hokkaido	<hr/> 1936-ABR. 23 Africa Maru <hr/>		
Morinishi	Tooichi	Tokushima	Hidaka	Shigemi	Hiroshima
Murata	Sueo	Kumamoto	Omura	Gichi	Kumamoto
Nakagami	Keita	Nara	Watanabe	Fukumu	Kumamoto
Nishio	Katsutoshi	Hokkaido	Yamazaki	Zadami	Hiroshima
Nozaki	Keizo	Fukushima	<hr/> 1936-JUL-24 Arabia Maru <hr/>		
Numazawa	Tanizo	Yamagata	Chiba	Fumi	Miyagi
Okabe	Shigeyoshi	Hokkaido	Hara	Tsuneo	Hiroshima
Shimizu	Tomesaburo	Hokkaido	Ichihara	Zenichi	Hiroshima
Tsuda	Shinpatsu	Hokkaido	Masaki	Masato	Hiroshima
Yuki	Tsuyoshi	Yamagata	Nakamura	Zensaku	Nagasaki
<hr/> 1935-ABR.29 Santos Maru <hr/> Fechamento da Nipônica - Não existe lista <hr/>			Sumikawa	Yukito	Hiroshima
<hr/> 1935-JUN. 23 Africa Maru <hr/>			Sumiyoshi	Kozo	Hiroshima
Abe	Yonosuke	Yamagata	Takeda	Ryu	Hiroshima
Abe	Shigeo	Yamagata	Tanisue	Shigeni	Hiroshima
Hayashi	Shikataro	Hokkaido	<hr/> 1936-SET. 20 Arizona Maru <hr/>		
Motoki	Hatsu	Fukuoka	Miyazaki	Zenzaburo	Nagasaki
Nagai	Hashi	Hokkaido	Ueoka	Shihozo	Hiroshima
Nohara	Keitaro	Hiroshima	<hr/> 1937-SET. 04 Buenos Aires Maru <hr/>		
Saito	Rinzo	Fukushima	Manei	Takato	Fukushima
<hr/> 1935-ABR. 23 Arizona Maru <hr/>			Fonte: Associação Cultural de Tomé-Açu, 2009, p.173-183. Levantamento realizado em 1999		
Imazato	Zenichi	Fukuoka			

APÊNDICE H - Relação dos imigrantes do Amapá

Apêndice H.1 -Relação de famílias de Matapi e Fazendinha - 1953 - 1ª Leva

Navio: Africa Maru		N.A	ORIGEM		DESTINO	MOBILIDADE
Ordem	Chefe de Família		Região	Província	Colônia	1º Deslocamento
1	ASAHI, Toshio	7	Chubu	Shizuoka	Matapi	São Paulo
2	ENDO, Shoroku	8	Chubu	Gifu	Matapi	Macapá-AP
3	FUJISHIMA, Matao	6	Kyushu	Kumamoto	Fazendinha	Sta.Izabel-PA
4	HAYASHI, Katsumi	8	Chubu	Gifu	Matapi	Macapá-AP
5	HAYASHIDA, Hiroichi	5	Chugoku	Hiroshima	Matapi	Macapá-AP
6	IZU, Tomesaburo	7	Tohoku	Miyagi	Matapi	São Paulo
7	KIYOI, Manabu	7	Shikoku	Ehime	Matapi	Tomé-Açu-PA
8	KOGA, Toshio	10	Kyushu	Fukuoka	Matapi	Goíás
9	KUBOTA, Gohei	5	Chubu	Gifu	Matapi	Macapá-AP
10	KUSAKARI, Yokichi	5	Tohoku	Fukushima	Matapi	Macapá-AP
11	MEGURO, Shoichi	6	Tohoku	Miyagi	Matapi	Macapá-AP
12	MIURA, Munetomo	5	Tohoku	Miyagi	Matapi	São Paulo
13	MORI, Haruyoshi	5	Chubu	Gifu	Matapi	São Paulo
14	NAKAGAWA, Shoichi	5	Chubu	Shizuoka	Matapi	São Paulo
15	NAKAMURA, Tsuyoshi	5			Fazendinha	Paraná
16	NAKANO, Yukisada	6	Chugoku	Hiroshima	Matapi	São Paulo
17	OGATA, Magozo	3	Tohoku	Fukushima	Matapi	Porto Grande-AP
18	OYA, Mutsuo	4	Kansai	Mie	Matapi	Tomé-açu-PA
19	SAITO, Yasuki	7	Tohoku	Fukushima	Matapi	Japão
20	SAKAI, Jisuke	9	Tohoku	Fukushima	Fazendinha	Macapá-AP
21	SAKATA, Yasutaro	8	Kansai	Nara	Matapi	Castanhal-PA
22	SANADA, Chuhei	6	Chubu	Nagano	Matapi	Santana-AP
23	SEO, Seiji	5	Tohoku	Fukushima	Matapi	Santarem-PA
24	SHIBATA, Tamio	7	Tohoku	Miyagi	Matapi	Tomé-Açu-PA
25	SUDA, Haruichi	7			Fazendinha	São Paulo
26	SUZUKI, Shigeru	5			Matapi	Belém-PA
27	TAKAHASHI, Kengo	4	Tohoku	Miyagi	Matapi	Japão
28	YASUE, Kingo	5	Chubu	Gifu	Matapi	São Paulo
29	YOSHIDOME, Yoshiyuki	7	Kyushu	Kagoshima	Fazendinha	Macapá-AP
Total 29 Famílias		177				

Fonte: Os nomes e o quantitativo constam no jornal Amapá nº 505, 506, 507,508, 509, de 1954.

A destinação dos imigrantes, de acordo com as informações dos entrevistados.

APÊNDICE H.2 - Relação das famílias de Matapi e Fazendinha - 1954 - 2ª Leva

Navio: BRAZIL MARU		N.A	ORIGEM		DESTINO	MOBILIDADE
Ordem	Chefe de Família		Região	Província	Colônia	1º Deslocamento
1	EMOTO, Kumao				Matapi	SP ?
2	FURUKAWA, Shinichi				Fazendinha	?
3	HONDA, Reiji		Tohoku	Fukushima	Matapi	Santana-AP
	HOSOO, Nobuo ?		Chubu	Nagano	Matapi	SP ?
4	INOUE, Umeo		Kyushu	Fukuoka	Fazendinha	Campo Verde-AP
5	ISOGAI, Seio				Matapi	São Paulo
6	KAWAKAMI, Wataru		Kyushu	Kumamoto	Matapi	Macapá-AP
7	KISHIGAMI, Yoshizo		Kyushu	Nagasaki	Matapi	Brasília-DF
8	MORI, Yasuo		Kyushu	Nagasaki	Matapi	SP ?
9	MORIMOTO, Shigeru				Matapi	SP ?
10	MUTO, Isao	8	Tohoku	Fukushima	Matapi	Macapá-AP
11	NAGAOKA, Shigeo		Kyushu	Fukuoka	Fazendinha	Macapá-AP
12	NAGASAKI, Soichi		Kyushu	?	Fazendinha	?
13	NOBUSAWA, Mihoichi				Fazendinha	Tomé-Açu
14	ONUKA, Yunosuke	5	Chugoku	Shimane	Matapi	Macapá-AP
15	SANADA, Masashi	5	Kyushu	?	Matapi	São Paulo
16	SEKIYA, Michinobu		Kyushu	Nagasaki	Matapi	SP ?
17	SHIBAYAMA, Yazo	7	Kansai	Kiyoto	Matapi	Macapá-AP
18	SHIOZAKI, Koichi		Kyushu	Nagasaki	Matapi	SP ?
19	SUZUKI, Shigerato	8	Hokkaido	Sapporo	Matapi	Macapá-AP
20	TANAKA, Fukuichi		Kyushu	Nagasaki	Matapi	SP ?
21	YOSHIDA, Minoru		Kyushu	Kumamoto	Fazendinha	Macapá-AP
Total => 21 famílias=>		123				

Fonte: Questionários e entrevistas da autora (2009).

APÊNDICE H.3 - Relação das famílias de Mazagão- 1957 - 3ª Leva

Navio: BRAZIL MARU		N.A	ORIGEM		DESTINO	MOBILIDADE
Ordem	Chefe de Família		Região	Província	Colônia	1º Deslocamento
1	KITANO, Sussumu		Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Campo Verde-AP
2	NISHI, Takayoshi	?	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Campo Verde-AP
3	SAKAGUCHI, Kesaichi	6	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Campo Verde-AP
	Maehara, veio c/Sakaguchi	2	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Campo Verde-AP
4	SHIRAZU (2 irmãos)	?	Kyushu	Kumamoto	Mazagão	São Paulo
5	SHIRAZU (2 irmãos)	?	Kyushu	Kumamoto	Mazagão	São Paulo
6	TAKESHITA, Suminori	5	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Campo Verde-AP
	Shimokozono, veio c/Takeshita	2	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Tomé-Açu-PA
7	TATENO, Yoshio	6	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Campo Verde-AP
Total => 7 famílias =>		43				

Fonte: Questionários e entrevistas da autora (2009).

Apêndice I - Composição das famílias dos imigrantes do Amapá de 1953

GR	SOBRENOME	NOME	SEXO	IDADE	PARENTESCO	COLÔNIA	Nº Filhos	
1	TAKAHASHI	Kengo	M	24	Chefe	Matapi		
	"	Kazuko	F	18	Esposa			
	"	Yoshiyuki	M	17	Irmão			
	"	Toshiko	F	13	Irmão			
2	MEGURO	Shoichi	M	30	Chefe	Matapi	3	
	"	Kiyoko	F	29	Esposa			
	"	Ichio	M	5	Filho			
	"	Keiko	F	3	Filha			
	"	Yuichi	M	10 meses	Filho			
	"	Kenji	M	21	Irmão			
3	SHIBATA	Tamio	M	30	Chefe	Matapi	1	
	"	Kieko	F	31	Esposa			
	"	Hideki	M	6	Filho			
	"	Mitsue	F	55	Mãe			
	"	Yoshiyuke	M	23	Irmão			
	"	Tamio	F	31	Irmã			
	"	KOIZUMI	Chisato	M	58			Pai da Esposa
4	IZU	Tomesaburo	M	38	Chefe	Matapi	3	
	"	Takeko	F	33	Esposa			
	"	Kazuko	F	9	Filha			
	"	Toshiaki	M	6	Filho			
	"	Nobuko	F	2	Filha			
	"	TAKAHASHI	Satsuko	F	18			Irmã da Esposa
	"	Hiroshi	M	23	Irmão da Esposa			
	"	KUSAKARI	Yokichi	M	30			Chefe
"	Motoko	F	25	Esposa				
"	Toshio	M	3	Filho				
"	Chie	F	1 mês	Filha				
6	ISHIKAWA	Hiroyoshi	M	17	Irmão da Esposa	Matapi	2	
	MIURA	Munetomo	M	35	Chefe			
	"	Teruko	F	29	Esposa			
	"	Yoshoeru	M	4	Filho			
	"	Isamu	M	3	Filho			
7	MIURA	Nobutaka	M	22	Irmão	Matapi	7	
	SAKAI	Jisuke	M	51	Chefe			
	"	Moto	F	43	Esposa			
	"	Shigeko	F	25	Filha			
	"	Kimeko	F	20	Filha			

Apêndice I - Composição das famílias dos imigrantes do Amapá de 1953

GR	SOBRENOME	NOME	SEXO	IDADE	PARENTESCO	COLÔNIA	Nº Filhos
	"	Seiko	F	18	Filha		
	"	Sadako	F	14	Filha		
	"	Hisashi	M	9	Filho		
	"	Tomozo	M	5	Filho		
	"	Yoneko	F	2	Filha		
8	SEO	Seiji	M	32	Chefe	Matapi	2
	"	Yukiko	F	21	Esposa		
	"	Masako	F	5	Filha		
	"	Kenichi	M	4	Filho		
	"	Hideo	M	16	Sobrinho		
9	SAITO	Yasuki	M	36	Chefe	Matapi	4
	"	Fuji	F	34	Esposa		
	"	Yoko	F	8	Filha		
	"	Mitsuhiko	M	6	Filho		
	"	Tsuyuko	F	5	Filha		
	"	Shizuko	F	2	Filha		
	"	Hidematsu	M	25	Filho adotivo		
10	OGATA	Magozo	M	48	Chefe	Matapi	1
	"	Tatsuko	F	44	Esposa		
	"	Shinya	M	17	Filho		
11	SUDA	Haruichi	M	44	Chefe	Matapi	4
	"	Mine	F	43	Esposa		
	"	Kiyoko	F	21	Filha		
	"	Keiko	F	17	Filha		
	"	Seiko	F	14	Filha		
	"	Hirohisa	M	6	Filho		
	"	Sei	F	68	Mãe		
12	MORI	Haruyoshi	M	45	Chefe	Matapi	3
	"	Fujie	F	46	Esposa		
	"	Iwao	M	20	Filho		
	"	Yoshiko	F	12	Filha		
	"	Takashi	M	8	Filho		
13	SANADA	Chuhei	M	36	Chefe	Matapi	3
	"	Itsuko	F	33	Esposa		
	"	Misuzu	F	7	Filha		
	"	Hiromi	F	5	Filha		
	"	Katsuhiko	M	1	Filho		
	"	Shigeru	M	23	Irmão		

Apêndice I - Composição das famílias dos imigrantes do Amapá de 1953

GR	SOBRENOME	NOME	SEXO	IDADE	PARENTESCO	COLÔNIA	Nº Filhos	
14	SUZUKI	Shigeru	M	34	Chefe	Matapi	2	
		"	Tsuruko	F	30			Esposa
		"	Shigemasa	M	3			Filho
		"	Toshiko	F	1			Filha
		"	Hiroshi	M	23			Irmão da Esposa
15	ASAHI	Toshiko	M	35	Chefe	Matapi	4	
		"	Fusa	F	33			Esposa
		"	Keiko	F	9			Filha
		"	Namie	F	6			Filha
		"	Yoshie	F	3			Filha
		"	Shigeko	F	1			Filha
		"	Yukinari	M	25			sobrinho
16	YASUE	Kingo	M	43	Chefe	Matapi	3	
		"	Mitsu	F	37			Esposa
		"	Minoru	M	17			Filho
		"	Susumu	M	15			Filho
		"	Hiroshi	M	10			Filho
17	ENDO	Shoroku	M	49	Chefe	Matapi	6	
		"	Hatsu	F	41			Esposa
		"	Kaoru	M	19			Filho
		"	Masako	F	15			Filha
		"	Kimiko	F	6			Filha
		"	Mitsuko	F	4			Filha
		"	Yoshimi	F	1			Filha
	AKIYAMA	Haruyuki	F	11	Filha adotiva			
18	KUBOTA	Gohei	M	54	Chefe	Matapi	3	
		"	Fusae	F	50			Esposa
		"	Chiaki	M	16			Filho
		"	Chiharu	M	14			Filho
		"	Shuji	M	13			Filho
19	HAYASHI	Kutsumi	M	49	Chefe	Matapi	6	
		"	Kikuno	F	47			Esposa
		"	Toshio	M	21			Filho
		"	Ikuhiro	M	20			Filho
		"	Reiko	F	19			Filha
		"	Koichi	M	17			Filho
		"	Nobuchiyo	M	15			Filho
"	Yoshiko	F	10	Filha				

Apêndice I - Composição das famílias dos imigrantes do Amapá de 1953

GR	SOBRENOME	NOME	SEXO	IDADE	PARENTESCO	COLÔNIA	Nº Filhos
20	OYA	Mutsuo	M	29	Chefe	Matapi	1
	"	Sadayo	F	39	Esposa		
	"	Shigeki	M	7	Filho		
	"	Noboru	M	24	Irmão		
21	SATAKA	Yasutaro	M	44	Chefe	Matapi	6
	"	Asako	F	39	Esposa		
	"	Keiko	F	18	Filha		
	"	Keichi	M	15	Filho		
	"	Noriko	F	12	Filha		
	"	Toshitsugu	M	10	Filho		
	"	Yasuhiro	M	6	Filho		
	"	Noriaki	M	5	Filho		
22	NAKANO	Yukisada	M	48	Chefe	Matapi	1
	"	Emiko	F	39	Esposa		
	"	Katsue	F	16	Filha		
	TANIGUCHI	Taki	F	66	Mãe da Esposa		
	"	Sadahiko	M	20	Irmão da Esposa		
	"	Hideo	M	19	Irmão da Esposa		
23	HAYASHIDA	Hiroichi	M	32	Chefe	Matapi	2
	"	Mineko	F	27	Esposa		
	"	Nobuaki	M	5	Filho		
	"	Sakae	M	3	Filho		
	"	Soichi	M	26	Irmão		
24	NAKAGAWA	Shoichi	M	23	Chefe	Matapi	2
	"	Tsugiko	F	24	Esposa		
	"	Ken	M	1	Filho		
	"	Kimie	F	5 meses	Filha		
	HADATE	Emio	M	23	Irmão da Esposa		
25	KIYOI	Manabu	M	46	Chefe	Matapi	5
	"	Yuriko	F	40	Esposa		
	"	Yoshiko	F	17	Filha		
	"	Hiroshi	M	15	Filho		
	"	Toshio	M	12	Filho		
	"	Saeko	F	9	Filha		
	"	Hinako	F	5	Filha		

Apêndice I - Composição das famílias dos imigrantes do Amapá de 1953

GR	SOBRENOME	NOME	SEXO	IDADE	PARENTESCO	COLÔNIA	Nº Filhos
26	KOGA	Toshie	M	52	Chefe	Matapi	8
	"	Fumiko	F	45	Esposa		
	"	Yoshiharu	M	23	Filho		
	"	Gunji	M	20	Filho		
	"	Mitsuo	M	20	Filho		
	"	Sadako	F	16	Filha		
	"	Shinsuke	M	12	Filho		
	"	Masakatsu	M	10	Filho		
	"	Sakae	M	8	Filho		
	"	Sentaro	M	5	Filho		
27	FUJISHIMA	Matao	M	29	Chefe	Fazendinha	3
	"	Sueko	F	26	Esposa		
	"	Chikahito	M	6	Filho		
	"	Reiko	F	4	Filha		
	"	Jyoji	M	1	Filho		
	KATO	Katsuto	M	20	Primo		
28	NAKAMURA	Tsuyoshi	M	37	Chefe	Fazendinha	2
	"	Shime	F	27	Esposa		
	"	Yasuko	F	3	Filha		
	"	Kowashi	M	1	Filho		
	ONJI	Ochimi	F	20	Sobrinha		
29	YOSHIDOME	Yoshiyuki	M	50	Chefe	Fazendinha	5
	"	Teru	F	49	Esposa		
	"	Yukio	M	25	Filho		
	"	Kosei	M	21	Filho		
	"	Kensei	M	18	Filho		
	"	Tomio	M	15	Filho		
	"	Matsuko	F	13	Filha		
TOTAIS		29 fam		177 p			94

FONTE: Amapá [Jornal], 1954, com adaptações da autora (2009).